COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA.

RELATÓRIO FINAL

Presidenta: Deputada Erika Kokay

Relatora: Deputada Liliam Sá

CD144292764773

CÂMARA DOS DEPUTADOS
4 DE JUNHO DE 2014

SUMÁRIO

1.DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO 4

2.COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO E QUADRO DE ATIVIDADES 6

3. LEGISLAÇÃO APLICADA À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 13

4. PUNIÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA GENITORES QUE ENTREGAM FILHOS ILEGALMENTE PARA OUTREM 19

5. SEMINÁRIO REALIZADO PELA COMISSÃO NO DIA 04/06/2013 21

6. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA AVALIAR AS POLÍTICAS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM ÂMBITO NACIONAL..... 121

7. AUDIÊNCIAS REALIZADAS NOS ESTADOS PARA AVALIAR AS POLÍTICS PÚBLICAS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 182

7.1. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... 182

7.2. AUDIÊNCIA REALIZADA NO ESTADO DO CEARÁ..... 230

7.3. AUDIÊNCIA REALIZADA NO ESTADO DA PARAÍBA..... 246

7.4. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELA COMISSÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE . 253

7.5. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO. 273

7.6. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO AMAZONAS. 294

7.7. AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA..... 331

7.8. AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO ESTADO DE SÃO PAULO 336

7.9. AUDIÊNCIA REALIZADA NO ESTADO DA BAHIA..... 365

7.10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO ACRE 377

7.11. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO PARÁ..... 380

7.12 AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA COM AUTORIDADES DO DISTRITO FEDERAL. 437

7.13. OUTROS EVENTOS REALIZADOS PELA COMISSÃO 441

8. PACTOS FORMALIZADOS PELA CPI EM DEFESA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 444

8.1. PACTO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIRAS DURANTE AS COPAS DAS CONFEDERAÇÕES E DO MUNDO..... 444

8.2. PACTO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIRAS REALIZADO COM OS CLUBES ESPORTIVOS. 447

9. VITÓRIAS ALCANÇADAS PELA CPI.....451

9.1. PRISÃO DO PREFEITO DE COARI, ADAIL PINHEIRO, ACUSADO DE PEDOFILIA NO AMAZONAS. 451

9.2. AÇÃO PENAL APRESENTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA CONTRA O EX-DEPUTADO ESTADUAL NILSON MACHADO, O DUDUCO, DE 54 ANOS, POR CRIMES DE

CD144292764773

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS, SUPOSTAMENTE COMETIDOS NA CRECHE QUE ELE MANTINHA EM FLORIANÓPOLIS. 452

9.3. PRISÃO DE FERNANDO MARINHO DE MELLO, OFICIAL DE MÁQUINAS DA MARINHA MERCANTE, CONDENADO PELO SEQUESTRO DE LARISSA SANTOS, DE 12 ANOS, E INVESTIGADO EM OUTROS DEZESSETE CASOS DE DESAPARECIMENTO DE MENORES. 452

9.4. RENÚNCIA DO VEREADOR ALTAIR NOGUEIRA, NO SUL DE MINAS GERAIS. 453

9.5. ASSINATURA POR DIVERSAS AUTORIDADES DO PACTO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS DURANTE AS COPAS DAS CONFEDERAÇÕES E DO MUNDO. 458

10. CASOS DE IMPUNIDADE APURADOS PELA CPI 459

10.1. RELATOS DE AGRESSÓES E ABUSOS SEXUAIS PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES CONTRA ADOLESCENTES, NO DISTRITO FEDERAL 459

10.2. O CASO DO PREFEITO DE COARI, ADAIL PINHEIRO, ACUSADO DE PEDOFILIA NO AMAZONAS. 464

10.3. DENÚNCIAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRATICADA POR MEMBROS DE CONSELHOS TUTELARES. 471

10.4. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM OBRAS DE BARRAGENS, PARA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS. 472

10.5. DECISÕES JUDICIAIS BENEFICIANDO ACUSADOS DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 474

10.6. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E VIOLÊNCIA CONTRA GAYS E LÉSBICAS EM PERNAMBUCO. 475

10.7. O CASO DE ALTAIR NOQUEIRA, VEREADOR DE TRÊS CORAÇÕES, EM MINIAS GERAIS. 482

10.8. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DA INTERNET. 485

10.9. O CASO DAS MENINAS DE GUARUS, NO RIO DE JANEIRO. 487

10.10. CASO FERNANDO MARINHO DE MELLO, ACUSADO DE PEDOFILIA E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL. 551

10.11. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ. 591

10.12. O CASO DA OPERAÇÃO ESTOCOLMO, NO ESTADO DO AMAZONAS. 596

11. ENCAMINHAMENTOS FEITOS PELA CPI 603

11.1. ENCAMINHAMENTOS GERAIS: 603

11.2. ENCAMINHAMENTOS ESPECÍFICOS: 604

12. PROPOSTAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS NO ÂMBITO DA CPI 610

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2014 637

13. INDICIAMENTOS 646

14. CONCLUSÃO 671

CD144292764773

1. DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO

Criada por Ato da Presidência, de 9 de fevereiro de 2012, esta Comissão é decorrência do Requerimento nº 7/2011, da Deputada Liliam Sá e outros, com o objetivo de apontar os responsáveis pela exploração sexual de jovens, proceder a um mapeamento do fenômeno a nível nacional e apontar as causas da impunidade desses crimes.

Em sua justificação, os autores do Requerimento apresentam os seguintes argumentos para a criação da CPI:

"Recebemos diversas denúncias acerca da exploração sexual de crianças e adolescente em todo o território nacional, bem como temos tido acesso a diversas matérias veiculadas pela imprensa, tento no meio jornalístico como em programas de televisão, nesse mesmo sentido.

Segundo essas denúncias, existem no país redes de exploração sexual infantil, questionando a falta de ações governamentais de efetivo combate à essa prática criminosa.

Somente o serviço telefônico Disque 100, mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou, entre 2003 e março de 2011, 53 mil denúncias de violência sexual (abuso e exploração comercial) contra crianças e adolescentes em todo o país.

De janeiro a março deste ano, o Disque 100 contabiliza 4.205 registros de violência sexual. No ano passado foram mais de 12 mil

CD144292764773

registros. A média diária de denúncias aumento de 84, em 2010, para 103 nos três primeiros meses de 2011.

Segundo a SDH, o Nordeste é a região de onde veio a maior parte das denúncias (37%). Em seguida vêm o Sudeste (35%), Sul (12%), Norte e Centro-oeste (8% cada um).

Dessa forma é imperioso que a Câmara dos Deputados participe efetivamente do combate à essa prática delituosa e covarde, com empenho de todos os parlamentares para que, ao final da CPI, possamos ter propostas de ações efetivas para um combate eficaz, bem como possamos acompanhar as ações que estão sendo tomadas pelos estados e municípios que compõem a federação."

Várias diligências foram realizadas, tanto em Brasília como em diversos outros Estados da Federação. Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Belém, encontram-se entre os lugares visitados.

Durante essas viagens foram realizadas audiências locais, com autoridades e pessoas envolvidas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e na proteção e assistência a esses jovens e suas famílias.

CD144292764773

2.COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Presidenta: Erika Kokay (PT/DF)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente: Jean Wyllys (PSOL/RJ)

3º Vice-Presidente: Otoniel Lima (PRB/SP)

Relatora: Liliam Sá (PSD/RJ)

TITULARES	**SUPLENTES**
PT	
Dalva Figueiredo PT/AP (Gab. 704-IV)	Padre Ton PT/RO (Gab. 280-III)
Erika Kokay PT/DF (Gab. 203-IV)	3 vagas
Fátima Bezerra PT/RN (Gab. 236-IV)	
Luiz Couto PT/PB (Gab. 442-IV)	
PMDB	
Geraldo Resende PMDB/MS (Gab. 905-IV)	Mauro Benevides PMDB/CE (Gab. 607-IV)
Marllos Sampaio PMDB/PI (Gab. 906-IV)	Mauro Lopes PMDB/MG (Gab. 844-IV)
Ronaldo Benedet PMDB/SC (Gab. 918-IV)	2 vagas
Teresa Surita PMDB/RR (Gab. 250-	

CD144292764773

IV)	
PSDB	
João Campos PSDB/GO (Gab. 315-IV)	Vanderlei Macris PSDB/SP (Gab. 348-IV)
Marco Tebaldi PSDB/SC (Gab. 483-III)	2 vagas
Nelson Marchezan Junior PSDB/RS (Gab. 368-III)	
PP	
Iracema Portella PP/PI (Gab. 924-IV)	Rebecca Garcia PP/AM (Gab. 520-IV)
José Linhares PP/CE (Gab. 860-IV)	Roberto Britto PP/BA (Gab. 733-IV)
DEM	
Mandetta DEM/MS (Gab. 577-III)	Alexandre Leite DEM/SP (Gab. 841-IV)
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM/TO (Gab. 432-IV)	1 vaga
PR	
Gorete Pereira PR/CE (Gab. 206-IV)	**(Deputado do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)**
(Deputado do PTdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	

CD144292764773

Keiko Ota PSB/SP (Gab. 523-IV)	2 vagas
Sandra Rosado PSB/RN (Gab. 650-IV)	
PDT	
Paulo Rubem Santiago PDT/PE (Gab. 423-IV)	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy PPS/PA (Gab. 376-III)	Carmen Zanotto PPS/SC (Gab. 503-IV) **- vaga do PR**
	Dr. Aluizio PV/RJ (Gab. 371-III)
PTB	
Eros Biondini PTB/MG (Gab. 475-III)	Ronaldo Nogueira PTB/RS (Gab. 570-III)
PSC	
1 vaga	Edmar Arruda PSC/PR (Gab. 962-IV)
PCdoB	
João Ananias PCdoB/CE (Gab. 303-IV)	1 vaga
PRB	
Otoniel Lima PRB/SP (Gab. 370-III)	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys PSOL/RJ (Gab. 646-IV)	1 vaga
PSD (por cessão de vagas)	

CD144292764773

Liliam Sá PSD/RJ (Gab. 434-IV)	Guilherme Mussi PSD/SP (Gab. 712-IV)
1 vaga	Marcelo Aguiar PSD/SP (Gab. 321-IV)
PTdoB	
Rosinha da Adefal PTdoB/AL (Gab. 230-IV) **- vaga do PR**	

COMPOSIÇÃO ATUAL

Presidenta: Erika Kokay (PT/DF)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente: Jean Wyllys (PSOL/RJ)

3º Vice-Presidente:

Relatora: Liliam Sá (PROS/RJ)

TITULARES	**SUPLENTES**
PT	
Dalva Figueiredo PT/AP (Gab. 704-IV)	Padre Ton PT/RO (Gab. 280-III)
Erika Kokay PT/DF (Gab. 203-IV)	3 vagas
Fátima Bezerra PT/RN (Gab. 236-IV)	
Luiz Couto PT/PB (Gab. 442-IV)	
PMDB	
Geraldo Resende PMDB/MS (Gab.	Mauro Benevides PMDB/CE (Gab.

CD144292764773

905-IV)	607-IV)
Marllos Sampaio PMDB/PI (Gab. 906-IV)	Mauro Lopes PMDB/MG (Gab. 844-IV)
Ronaldo Benedet PMDB/SC (Gab. 918-IV)	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
João Campos PSDB/GO (Gab. 315-IV)	Vanderlei Macris PSDB/SP (Gab. 348-IV)
Marco Tebaldi PSDB/SC (Gab. 483-III)	2 vagas
1 vaga	
PP	
Iracema Portella PP/PI (Gab. 924-IV)	Guilherme Mussi PP/SP (Gab. 712-IV) **- vaga do PSD**
José Linhares PP/CE (Gab. 860-IV)	Rebecca Garcia PP/AM (Gab. 520-IV)
	Roberto Britto PP/BA (Gab. 733-IV)
DEM	
Mandetta DEM/MS (Gab. 577-III)	Alexandre Leite DEM/SP (Gab. 841-IV)
Professora Dorinha Seabra Rezende DEM/TO (Gab. 432-IV)	Marcelo Aguiar DEM/SP (Gab. 321-IV) **- vaga do PSD**
	1 vaga
PR	
Gorete Pereira PR/CE (Gab. 206-IV)	2 vagas
(Deputado do PTdoB ocupa a vaga)	

CD144292764773

PSB	
Keiko Ota PSB/SP (Gab. 523-IV)	2 vagas
Sandra Rosado PSB/RN (Gab. 650-IV)	
PDT	
Paulo Rubem Santiago PDT/PE (Gab. 423-IV)	Flávia Morais PDT/GO (Gab. 738-IV)
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy PPS/PA (Gab. 376-III)	1 vaga
PTB	
1 vaga	Josué Bengtson PTB/PA (Gab. 505-IV)
PSC	
Antônia Lúcia PSC/AC (Gab. 444-IV)	Edmar Arruda PSC/PR (Gab. 962-IV)
PCdoB	
João Ananias PCdoB/CE (Gab. 303-IV)	1 vaga
PRB	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
Jean Wyllys PSOL/RJ (Gab. 646-IV)	1 vaga
PSD	
(Deputado do PROS ocupa a vaga)	**(Deputado do PP ocupa a vaga)**
1 vaga	**(Deputado do DEM ocupa a vaga)**
PROS	
Liliam Sá PROS/RJ (Gab. 434-IV) **-**	

CD144292764773

vaga do PSD	
PTdoB	
Lourival Mendes PTdoB/MA (Gab. 937-IV) **- vaga do PR**	

Posteriormente, deixaram de integrar a Comissão os seguintes Parlamentares: Deputado Ronaldo Nogueira (PTB/RS), Deputado Acelino Popó (PRB/BA) e a Deputada Carmem Zanotto (PPS/SC).

QUADRO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO

	Quantidade
Reunião	64
Audiências Públicas	35
Diligências	59
Estados visitados	12 (AC – AM – BA – CE – MG – PA – PB – PE – RJ – RN – SC – SP)
Requerimentos aprovados	160
Pessoas ouvidas	517
Pessoas presas a pedido	3
Requisições de documentos	252
Seminários	2
Viagens	25

CD144292764773

3. LEGISLAÇÃO APLICADA À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

- Arts. 217-A, 218, 218-A, 218-B, 231 e 231-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal brasileiro, cujo teor é o seguinte:

“Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

CD144292764773

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Corrupção de menores

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. (VETADO).

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.”

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

CD144292764773

§ 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º Incorre nas mesmas penas:

I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no **caput** deste artigo;

II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no **caput** deste artigo.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

CD144292764773

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

CD144292764773

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa."

- Arts. 237 a 239 e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, com a seguinte redação:

"Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.

Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

CD144292764773

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

.....

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.”

CD144292764773

4. PUNIÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA GENITORES QUE ENTREGAM FILHOS ILEGALMENTE PARA OUTREM

A questão da punição para os pais que entregam os filhos para terceiros, fora dos casos legais, inclusive por meio de pagamento, encontra-se prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente bem como no Código Penal.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seus arts. 237 a 239, estabelece o seguinte:

"Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.

Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

CD144292764773

Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência."

O Código Penal, por sua vez, trata da entrega de filho menor a pessoa inidônea, tipificando essa conduta nos seguintes termos:

"Art. 245 - Entregar filho menor de 18 (dezoito) anos a pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 1º - A pena é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, se o agente pratica delito para obter lucro, ou se o menor é enviado para o exterior.

§ 2º - Incorre, também, na pena do parágrafo anterior quem, embora excluído o perigo moral ou material, auxilia a efetivação de ato destinado ao envio de menor para o exterior, com o fito de obter lucro."

CD144292764773

5. SEMINÁRIO REALIZADO PELA COMISSÃO NO DIA 04/06/2013

Tema do Seminário: "Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos" com a presença das seguintes pessoas:

Mesa de Abertura.

Sra. **MARIA IZABEL DA SILVA**, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;

Sra. **ELIANA FRANCISCA DE BARROS**, Membro do Fórum dos Adolescentes em Situação de Rua do Distrito Federal;

Sra. **KARINA FIGUEIREDO**, Secretária Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;

Sr. **VINÍCIUS LOBÃO RIBEIRO RAH**, Representante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa.

Mesa de Debates:

Sra. **DENISE DE CARVALHO CAMPOS**, Membro da Coordenação Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED.

Sra. **MAURA LUCIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA**, Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos - Distrito Federal;

CD144292764773

Sr. **ALEXANDRE FERREIRA DO NASCIMENTO**, Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos – Rio de Janeiro;

Sra. **HELYZABETH KELEN TAVARES CAMPOS**, Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos - Minas Gerais;

Sra. **SANDLA WILMA BARROS**, Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos - Bahia;

Sr. **FRANCISCO JOATAN FREITAS SANTOS JUNIOR**, Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos - Ceará;

Sra. **ELEONORA PEREIRA DA SILVA** , Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos - Pernambuco.

Mesa de Encerramento:

Sra. **MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO**, Secretária Municipal de Assuntos Sociais de Belo Horizonte/MG;

Sra. **MÁRCIA FRUET**, Presidente da Fundação de Ação Social - FAS de Curitiba/PR;

Sr. **LUCIANO MARCANTONIO**, Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre/RS.

RESUMO DAS APRESENTAÇÕES FEITAS PELOS PALESTRANTES CONVIDADOS

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA, Deputada Erika Kokay, fez o seguinte pronunciamento de abertura.

"Eu gostaria de saudar cada uma e cada um de vocês, agradecendo-lhes imensamente a presença nesta atividade da CPI que investiga o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Este evento será transmitido pela Internet durante toda a sua duração. Nós, antes de compormos a Mesa de abertura, vamos ter o prazer de escutar a Ministra, que terá que se retirar em seguida, porque tem um compromisso no Congresso Nacional diretamente ligado à defesa dos direitos da pessoa humana.

Então, antes de compor a Mesa, eu gostaria de passar a palavra à Ministra Maria do Rosário, para que ela possa fazer a sua saudação. Tão logo S.Exa. tenha se pronunciado, se retirará do local, mas nós contaremos com um ou uma representante da Secretaria de Direitos Humanos durante todo o nosso evento, que tem como objetivo, primeiro, nivelar as experiências dos vários comitês que estão discutindo as leis para a Copa com um recorte de proteção às crianças e adolescentes nos megaeventos.

Nós vamos ter esta Mesa de abertura e uma segunda Mesa, com as experiências que estão sendo desenvolvidas em todas as Unidades da Federação onde existe a participação de comitês, e depois vamos caminhar para o encerramento, na perspectiva de lançarmos, no final deste Seminário, um pacto a ser abraçado por todas as Unidades da Federação que sediarão jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.

Nós queremos lançar esse pacto no final deste Seminário, para que ele seja encaminhado às diversas localidades e para que nós possamos ter o

CD144292764773

compromisso dos responsáveis e dos gestores no sentido de preparar o Brasil para as Copas, o que significa proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Temos o entendimento de que preparar o Brasil não é apenas dotá-lo de infraestrutura hoteleira ou aeroportuária, mas fundamentalmente assegurar que não teremos o recrudescimento, que não teremos um Estado que não se coloque com a lógica da proteção para assegurar, a partir dos seus diversos mecanismos, que nossas crianças, nossos adolescentes não sejam vítimas de turismo e de exploração sexual durante os megaeventos.

Portanto, estamos aqui eu, Deputada Erika Kokay, que presido esta CPI, e a Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI, construindo na Comissão alguns olhares diferenciados da experiência que a CPI desenvolveu aqui no Congresso Nacional, tendo tido à época a então Deputada Maria do Rosário como Relatora. Nós temos alguns elementos que são contextos diferenciados, e a CPI não pode deixar de se debruçar sobre eles.

Um deles diz respeito às grandes obras. Nós já realizamos uma série de audiências públicas, e não há dúvida de que há um recrudescimento da exploração sexual com as grandes obras, onde se derramam milhares de pessoas em uma comunidade, e a comunidade rompe todos os seus vínculos e se ressignifica e, ao mesmo tempo, as nossas crianças acabam sendo vítimas desse processo.

Outro são os megaeventos que o Brasil sediará, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. É preciso que nós tenhamos, primeiro, o nivelamento de ações básicas, fundamentais, para que nós tenhamos a segurança de que estamos fazendo o que é necessário ser feito para que não

CD144292764773

se deixe um rastro de violação de direitos de nossas crianças e adolescentes depois dos megaeventos.

Portanto, esse é o objetivo deste Seminário, e nós desejamos a todas e todos que seja um rico Seminário."

PRONUNCIAMENTO DA SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO - Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

"Muito obrigada.

Eu quero cumprimentar a Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay, pelo trabalho, pela mobilização por este Seminário, pela parceria na proteção integral e na prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente.

Quero cumprimentar, igualmente, Deputada Erika Kokay, a Relatora da CPI, Deputada Liliam Sá, que tem feito um trabalho também muito dedicado.

Quero prestar o meu reconhecimento a esta jornada que a CPI tem realizado pelo Brasil, com a dedicação destas Parlamentares, com a dedicação do Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia, e com a dedicação de um grupo de Parlamentares que fazem a diferença quando priorizam essa agenda como uma agenda importante para o Brasil, que estabelece o direito ao desenvolvimento com direitos humanos, com desenvolvimento na maior amplitude que essa palavra tem, que é a atenção e o cuidado com a vida e com os direitos que as pessoas precisam ter reconhecidos todos os dias, em termos de políticas públicas, de estratégias que o País busca assegurar a todos os brasileiros e brasileiras.

Quero também registrar, com muito carinho — certamente, depois a Deputada Erika Kokay também o fará —, a presença de dois Secretários Municipais, para simbolizar um cumprimento a todos os Secretários e

CD144292764773

Secretárias e ativistas: a Dra. Gláucia Brandão, Secretária Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte, e o Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre, Luciano Marcantônio,

com quem nós estamos também dialogando juntos aos Prefeitos — não, é? — que vocês representam também num momento como este. Muito obrigada.

Senhoras e senhores, a Secretaria de Direitos Humanos tem a responsabilidade de, no âmbito do Governo e na relação com a sociedade, articular a valorização do próprio protagonismo e a autonomia da sociedade brasileira; tem uma responsabilidade especial de cumprir e buscar fazer cumprir a atenção aos direitos da criança e do adolescente, o cumprimento do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bem, se nós observarmos, do ponto de vista da exploração sexual, a década de 80 nos trouxe... Antes mesmo do Estatuto, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua trabalhou e reconheceu a existência da exploração sexual de tipo comercial e as circunstâncias do abuso intrafamiliar, naquele momento, diante de uma CPI sobre o extermínio de crianças e adolescentes.

Em 1993, se não me engano, se não me falha a memória — 1993, 1994 —, a Câmara dos Deputados instalou uma CPI que naquela época se chamava CPI para enfrentamento da prostituição infantil. Moroni Torgan era o Relator; Marilu Guimarães era Presidente. Aquela jornada daqueles Parlamentares, naquele período, cumpriu um papel importante de mobilização para o Brasil também, lançando as bases de campanhas fundamentais, com a presença da EQUIPAT, de muitas organizações.

Dez anos após, uma nova geração de Parlamentares estabeleceu uma CPI Mista, Câmara e Senado, com o olhar sobre a exploração sexual

CD144292764773

comercial, o tráfico de crianças e adolescentes no Brasil, a partir de uma pesquisa chamada PESTRAF, liderada pela Profa. Maria Lúcia, da nossa UnB. A pesquisa indicava as rotas do tráfico para a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e para fora dele. Mais de 200 rotas foram mapeadas naquele período.

A CPI de 2003/2004 — eu tenho presente porque tive a responsabilidade da Relatoria, como disse a Deputada Erika — foi a 21 Estados e assegurou 5 projetos de lei que foram todos aprovados, principalmente o que trata de mudanças no Código Penal Brasileiro, no Título VI, que trata dos crimes sexuais. Produziu, ainda, uma análise sobre as sentenças judiciais, mas não conseguiu, sinceramente, enfrentar a impunidade em torno do tema.

Hoje, 10 anos depois, esta CPI está cumprindo este papel. Eu tenho total concordância com a Deputada Erika Kokay, quando ela diz que é um novo contexto.

Mas é por isso mesmo que a vida do Parlamento, a energia do Parlamento precisa estar presente em causas como essas, que devem mobilizar todos os atores.

Eu terei uma reunião com o Presidente da Câmara e do Senado daqui a alguns minutos para tratar do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por isso não poderei permanecer, mas a Secretaria de Direitos Humanos acompanhará este Seminário, porque nós já nos sentimos parte, também, da responsabilidade de executar políticas, como as políticas que realizamos através do PAIR, do Programa de Ações Integradas Referenciais na Área do Enfrentamento à

CD144292764773

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que tem sido com mais de 500 Municípios do Brasil.

Esse programa foi instalado para promover a articulação de todas as políticas que existem no âmbito municipal para atenção e cuidado com a criança vítima, a prevenção, o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, através de uma linha de ação que nós fortalecemos no período do Governo da Presidenta Dilma, com o apoio desta Casa e do Senado, com o apoio dos Srs. e das Sras. Parlamentares, com as emendas parlamentares, inclusive, destinadas a ampliar o orçamento da Secretaria de Direitos Humanos, para viabilizarmos a equipagem dos Conselhos Tutelares.

No âmbito dos grandes eventos e das obras, nós reconhecemos a necessidade de, para além de uma política cotidiana e de sistemas instalados, considerando que são nossos sistemas instalados — nossos, da área da infância...

O Sistema Único de Saúde tem que ser percebido como nosso sistema de proteção às crianças, com o treinamento, o compromisso e a notificação compulsória dos agentes de saúde diante da violência, em todas as circunstâncias, e não apenas no contexto de eventos ou de obras, mas em toda a política, de forma sistêmica.

Outro sistema que é nosso, da área da criança, é o Sistema Único de Assistência Social, os CRAs e CREAs, a política de assistência social, a sua instalação na observação das necessidades familiares dos direitos da criança.

Também são nossos os sistemas educacionais, em políticas que estão se ampliando cada vez mais e que visam tornar-se universais, como o direito à escola integral, em turno integral, que o Ministério da Educação apoia, através

CD144292764773

do Programa Mais Educação e do FUNDEB; ou o chamado projeto Escola que Protege, para apoiar educadores para a formação diante da abordagem da atenção a crianças vítimas da exploração sexual e do abuso, compreendendo aqueles pedidos de socorro, aqueles alertas que a criança faz sem ser por palavras.

As minhas palavras para os senhores, aqui, se dão no sentido de cada vez mais reconhecermos, na área da infância, como nossos estes sistemas, o SUS, o SUAS e os sistemas educacionais, e mobilizarmos em uma agenda de convergência o trabalho articulado, que é a proposta que o PAIR realiza.

No contexto das grandes obras, nós estamos trabalhando de forma a colocar... Por exemplo, no entorno da Usina de Belo Monte, nós trabalhamos a capacitação e os Conselhos Tutelares de referência em todas aquelas cidades. Colocamos ali uma ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos, um braço nosso, que atua na Casa de Governo. E é por isso que em Altamira foi descoberta e esfacelada uma rede de exploração sexual. Isso aconteceu justamente pelo fato de uma menina de 16 anos ter fugido de uma casa de exploração sexual, ter sido levada ao Conselho Tutelar e ter salvado vidas de muitas pessoas, a partir do trabalho da Conselheira Tutelar que a atendeu com excelência na atividade que realizou. Sempre gosto de dizer que a Conselheira se chama Lúcia e faz um belo trabalho, como muitos Conselheiros Tutelares dignos de muito reconhecimento para o Brasil.

No plano dos grandes eventos, o Claudio Stacheira, Coordenador-Geral do Observatório Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, que vai nos

CD144292764773

representar, vai destacar para os senhores que a Secretaria de Direitos Humanos acredita firmemente, Secretária Gláucia, nos comitês locais, que vão operar.

Nós temos um pacto com os Municípios que sediarão jogos da Copa das Confederações e com os Estados — estamos atuando juntos com o Judiciário, com o Ministério Público —, para que próximo ao local onde vão acontecer os jogos, ao lado, nós tenhamos plantões, Deputada Erika Kokay. Nós vamos ter plantões que vão funcionar, com o apoio de Conselhos Tutelares, como plantões para o apoio a qualquer circunstância necessária ao atendimento da criança e do adolescente, durante, antes e depois do jogo.

Nós estamos reforçando a nossa estrutura de plantão do Disque 100. Vamos ter contato direto com as localidades dos jogos, nas seis cidades. E já estão nos Municípios-sede da Copa das Confederações os carros, computadores e todo esse *kit* que nós adquirimos, com o apoio do Congresso Nacional, que ontem nós entregamos, aqui em Brasília, se não me engano, para 55 Conselhos Tutelares — não só em Brasília, mas também no Entorno. Todo o Entorno do Distrito Federal e as cidades que compõem o grande complexo do Distrito Federal receberam os carros, os computadores, as geladeiras, tudo aquilo que diz respeito àquele *kit* com que nós estamos equipando os Conselhos Tutelares.

Todas as cidades-sede da Copa das Confederações foram priorizadas. Cada Conselho Tutelar de cidade-sede será equipado com um novo carro, para que não seja necessário pedir carro emprestado para ninguém. E, no pacto de repasse do carro para a Prefeitura Municipal, está escrito que ele é de uso exclusivo do Conselho Tutelar.

CD144292764773

Além disto, nós fomos reconhecidos como participantes do Comitê de Segurança da FIFA para as questões que dizem respeito aos direitos da criança.

O Disque 100 será o telefone de contato para situações de violência, que vamos passar diretamente também às autoridades locais que tratam em geral da segurança pública.

E nós estamos trabalhando tudo isto apenas com um objetivo, Deputada Liliam Sá, que é a prevenção. Nós estaremos prontos para atender qualquer situação em que a criança seja vítima, mas o nosso grande objetivo é deixar alerta a sociedade brasileira, porque, se nós estivermos todos alertas, ao invés de aumentarmos a violência contra a criança e o adolescente, como muitos dizem, faremos o que o Brasil almeja: reduzir a violência e mostrar que é possível viver com menos ou até mesmo sem nenhuma violência contra a criança e o adolescente, sem nenhum abuso ou exploração sexual. Essa é a nossa meta.

Nós não estamos fazendo tudo isso pensando que vamos viver uma epidemia de violência. Ao contrário, nós estamos fazendo tudo isso para dizermos ao próprio País ou a todos os estrangeiros que o Brasil não tolera, não aceita a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes, que são crimes, e que nós estamos alertas para que eventuais autores desses crimes sejam responsabilizados devidamente, principalmente no âmbito da prevenção.

Por último, Deputada Erika, eu vou adiantar aqui para os senhores... Não, acho que eu não vou. Eu acho que nós vamos ter uma novidade importante para o próximo período. Eu só quero que ela esteja mais preparada.

CD144292764773

Mas o UNICEF nos propôs — e nós estamos estudando — a possibilidade de colocarmos no ar, na semana que vem, antes da Copa das Confederações — é uma proposta do UNICEF, com a Secretaria de Direitos Humanos —, uma espécie de aplicativo para celular, com o qual qualquer pessoa terá a oportunidade de baixar esse aplicativo no seu celular e, com ele, ter um mapa que mostra onde está o Conselho Tutelar mais próximo. Isso pode ser uma boa ferramenta para todo mundo.

Eu espero que esses meninos tão jovens, que sabem tudo de computador e estão fazendo isso de forma dedicada e gratuita para contribuir com a causa da criança, possam terminar o aplicativo, e o UNICEF e a SDH possam apresentá-lo ao Brasil, na próxima semana, com os senhores, com os Parlamentares, porque isso, para nós, é fundamental.

Os senhores estão viabilizando a equipagem dos Conselhos Tutelares. Nós estamos felizes. E esses comitês locais, Secretários e Secretárias, que já estão nas seis cidades da chamada...

O nome disso é Agenda de Convergência. Prefeituras, Estados e Governo Federal; empresários; o setor de futebol; organizações não governamentais; Judiciário; Ministério Público; todos na chamada Agenda de Convergência, organizando um comitê para o atendimento pleno e integral dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Sem dúvida, o Parlamento brasileiro é muitíssimo importante, porque a sua experiência, sistematizada posteriormente no relatório da Relatora Liliam Sá e votado, Presidenta Erika Kokay, pela Câmara dos Deputados, poderá significar a continuidade e a transformação deste momento em metodologias de trabalho para todos os grandes eventos, para todas as grandes obras, para

CD144292764773

um grande país que é o Brasil e para a sua grande responsabilidade, que assegurar o pleno direito das crianças.

Muito obrigada e bom trabalho.”

PRONUNCIAMENTO DO SR. VINÍCIUS LOBÃO RIBEIRO – Representante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa — ANCOP.

“Bom dia a todos, representantes da Mesa. Venho, em nome da ANCOP, que é a Articulação Nacional dos Comitês Populares, como citado pela Deputada Erika. A Articulação é um movimento articulado com movimentos sociais organizados, universidades e sociedade civil, visando denunciar e investigar todas as violações que vêm acontecendo em nome dos megaeventos — Copa do Mundo e Olimpíadas.

Temos um número, levantado por nós, de mais de 250 mil famílias hoje ameaçadas de remoção ou já removidas nas doze cidades-sede. Isso é um número muito grande, e eu acho que já é um alerta enorme para nós. São pessoas que estão sendo removidas, que estão sofrendo remoções forçadas, de suas casas, de suas residências, com as suas famílias, e tudo isso sem nenhum planejamento de realocação por parte do Estado ou dos Governos, para realocar as famílias em moradias dignas ou com auxílio-aluguel. Enfim, na maioria dos casos, são pessoas que estão sendo removidas sem nenhum apoio, sem nenhum assessoramento, sem nenhum planejamento de realocação dessas famílias.

Inclusive, na semana passada nós estivemos em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, denunciando essas remoções ilegais, essas violações de direitos humanos da Copa do Mundo.

CD144292764773

Acho que isso já seria suficiente para a comoção e a revolta de todos, inclusive de governos, órgãos, sociedade civil, mas, usando Brasília como exemplo, temos aqui um estádio que está sendo construído com 100% de verba pública — 1 bilhão e meio —, construído com verba pública numa cidade onde não temos nenhum time de futebol que possa lotar os 73 mil assentos e lugares do estádio.

Esses assentos custaram, por exemplo, cada um, 16 mil reais. Cada assento de plástico custou 16 mil reais, totalizando 11 milhões só em assentos. Nós tivemos inclusive, há alguns dias, há algumas semanas, uma notícia do Senador Cristovam, contando que, com essa verba usada para a construção do estádio, poderíamos, por 12 anos, pagar integralmente a educação de 15 mil crianças. Por 12 anos, poderíamos, com a verba do estádio, pagar aulas para 15 mil crianças, no que ele chamou de “superescolas”. O que são superescolas? São escolas com todos os equipamentos, tecnologia de ponta, espaços adequados para aulas, etc. E isso com professores recebendo salário de 9.500 por mês. Imaginem: um professor recebendo 9.500 por mês, numa escola de tecnologia. Enfim... E seriam escolas que estariam funcionando em tempo integral.

Ou seja, estaríamos suprindo uma necessidade, uma defasagem enorme que temos hoje aqui no Brasil, no Distrito Federal e em todas as cidades-sede, que é a falta de creches, a falta de escolas, a falta de lugares seguros para as crianças, a falta de espaço de lazer e vários outros serviços públicos que não chegam à população. Então, já conseguiríamos suprir uma necessidade e diminuir os riscos desses megaeventos que estão chegando, se usássemos essa verba ou pelo menos se destinássemos... Temos casos de

CD144292764773

estádios construídos por 500 milhões ou até menos, na Europa e em outros países. Então, se usássemos 500 milhões para construir o estádio, mas se tivéssemos 1 bilhão destinado à educação ou à saúde...

Os números, as informações que mostramos do que poderia ser feito com essa verba são impressionantes. Pelo contrário, hoje temos a Lei Geral da Copa que ameaça mais as crianças.

A nossa Lei Geral da Copa é uma lei que favorece apenas os turistas, as pessoas que estão vindo para o Brasil assistir à Copa do Mundo e não protege a sociedade, não protege as crianças, não protege as mulheres, não protege as minorias, não protege ninguém que é cidadão brasileiro. Não temos na Lei Geral da Copa nada destinado à sociedade, aos legados da Copa do Mundo. Muito pelo contrário. No caso das crianças e das escolas, a Lei Geral inicialmente previa férias escolares durante todo o período de acontecimento dos eventos. Ou seja, na Copa do Mundo, no ano que vem, seria 1 mês de férias para as crianças. Então, já há uma dificuldade imensa dos pais em deixar essas crianças com segurança em casa ou com algum familiar. Seria 1 mês inteiro, sem planejamento nenhum por conta do Estado, para estar cuidando dessa criança, estar vigiando essa criança, sabendo se ela está segura ou não. E tudo isso sendo organizado... Não conseguimos ver. Isso não é visto por nós. Não conseguimos perceber, mas redes de abuso sexual, de tráfico de crianças, de tráfico de pessoas já estão sendo articuladas internacionalmente, inclusive aqui no Brasil. Essas redes já estão se movimentando inclusive para a Copa das Confederações, que começa na semana que vem. Eles já estão prontos para receber os turistas que estão chegando. Então, esses turistas nessas redes não estão vindo para assistir aos jogos. Eles já vêm prontos, com a

CD144292764773

intenção de participar de exploração sexual, de crimes sexuais, de tráfico de pessoas.

Infelizmente, não conseguimos perceber — é muito bem articulado por eles —, mas isso já está acontecendo. E temos leis, a Lei da Copa... Estamos nos submetendo a uma Lei da Copa, a uma organização privada que é a FIFA, que está mais ameaçando a sociedade do que protegendo.

Então, temos depoimentos das escolas públicas. Por exemplo, panfletos estão sendo distribuídos para as crianças. As crianças estão recebendo panfletos em que oferecem oficinas de profissionalização, oficinas de inglês gratuitas. São pessoas que estão nas portas das escolas distribuindo panfletos, para chamar essas crianças para estarem comparecendo a locais, a redes, para profissionalizar essas crianças em serviços profissionais. Não sabemos quais são esses serviços, não sabemos qual é a intenção dessas redes. Na verdade, é um cadastro que as crianças fazem. Então, esse banco de dados... Para alguém comprar esse banco de dados, com o cadastro de milhares de crianças, é muito fácil. Qualquer empresa, qualquer rede com dinheiro pode ter acesso a esse banco de dados. E ficamos sem proteção nenhuma a essas crianças. Nós, até como os pais, estamos no dia a dia com as crianças, mas até os próprios pais perdem o controle dessas crianças. E temos redes agindo da forma que encontramos, nas escolas públicas.

Falando um pouco da migração, temos dados de milhares de mulheres migrando do Nordeste do País para o Sudeste — para São Paulo e Rio de Janeiro — e para Brasília, para se tornarem prostitutas, para a prostituição. Usando a Copa da África do Sul como exemplo, tivemos um aumento de 40 mil mulheres que começaram a se prostituir por conta da Copa do Mundo. Então,

CD144292764773

temos exemplos que já ocorreram em um país que é muito parecido com o nosso, que tem as mesmas dificuldades sociais. Mais uma vez, sem planejamento nenhum, pela FIFA ou pelo Estado, para fazer a proteção às mulheres e às crianças.

Temos hoje, como eu disse, a Lei Geral, que protege apenas os turistas. Chegaram agora, nos últimos dias, os tanques de guerra do Exército Brasileiro, que já estão colocados nos estádios que vão receber os jogos da Copa das Confederações. São tanques gigantes, são os Caveirões, que arremessam tiros de água a mais de 30 metros de distância. Imaginem. Não sei qual é a intenção das redes de proteção, que falam que isso é para proteger a população, em terem tanques de guerra no Brasil.

É lógico que achamos que é importante, sim, ter uma segurança. Não somos contra a Copa do Mundo. Achamos que é importante, sim, você ter uma segurança nos megaeventos, mas que seja também, principalmente, protegida a população.

Não vemos investimento nenhum sendo destinado às periferias das cidades. Muito pelo contrário, temos acompanhado aqui em Brasília, por exemplo, uma política de higienização dos centros das cidades. Tudo o que é considerado feio ou sujo é simplesmente jogado e afastado pelo Estado para as periferias. É o caso das internações compulsórias. Tudo isso sem planejamento nenhum, tudo feito de qualquer jeito. São casos e casos que estamos acompanhando.

A fala da Ministra mostra... São muito legais o planejamento e as intenções que o Governo tem, de fazer essas proteções, porém, o que temos acompanhado é que tudo isso que foi falado não tem chegado às periferias. Os

CD144292764773

Conselhos Tutelares estão sucateados, estão em estado precário. Estamos acompanhando casos de denúncias, de relatos, de pedidos dos Conselhos por melhoria, por infraestrutura, e tudo isso não está chegando às comunidades. Estamos acompanhando todas as comunidades em estado precário, os hospitais, as escolas, enfim, todos os serviços públicos em estado precário. E investimentos sendo cada vez mais feitos e verbas sendo desviadas. No caso de Brasília, mais uma vez, verba foi desviada da educação, da Secretaria da Criança, da saúde, dos espaços de saúde, tudo desviado para construir o estádio.

Então, o que queremos, no Comitê Popular — estamos investigando e pedindo —, é que seja investido também nas... Que não fique só na falação, mas que seja realmente investido nas periferias, de forma verdadeira, e não como maquiagem. O que vemos hoje é que as pessoas falam muito. Aqui falamos muito, é legal: *"Vai chegar. A gente tem isso e aquilo"*. Mas, quando estamos no chão, na população, nas periferias, não vemos esses investimentos chegando à população.

Queremos que sejam feitas campanhas. Realmente, fala-se muito, no Governo, de campanhas de educação, só que a Copa das Confederações, por exemplo, já é na semana que vem. Já no final de semana que vem estará acontecendo a Copa das Confederações, e não existe campanha do Governo nem do Estado nem dos órgãos nem da FIFA nem de ninguém em hotéis, nas companhias aéreas, em *shoppings*, orientando com campanhas educativas o turista ou as pessoas. Muito pelo contrário. Por exemplo, no setor hoteleiro, temos um aumento de vagas de trabalho muito grande, e são pessoas que estão recebendo um trabalho pela primeira vez e querem provar para os seus

CD144292764773

patrões que podem fazer um trabalho legal, um trabalho bem feito. Então, essas pessoas nunca vão denunciar, por exemplo, se um turista chegar com uma criança dentro do hotel. Esse cara nunca vai fazer uma denúncia, porque ele sabe que, se fizer uma denúncia de um turista, por exemplo, de um estrangeiro, ele vai perder o emprego, ele vai ser demitido. Então, não temos uma campanha preparada para isso, não temos um planejamento feito.

Precisamos fortalecer o Disque 100, como foi dito pela Ministra; precisamos fortalecer os Conselhos Tutelares; precisamos fortalecer a rede de proteção e lutar contra as leis que violam os direitos humanos e que ameaçam essas crianças.

Temos uma Lei da Copa que criminaliza, por exemplo, os protestos e as greves durante o período dos jogos. Não podemos protestar e não podemos fazer greve.

Isso é crime, e vamos presos. Mas nós, como Comitê Popular da Copa, vamos estar na rua, vamos estar protestando. Mesmo sendo criminalizados por isso, vamos estar lutando pelos direitos da população. E queríamos convidar a todos para estar nesta luta com a gente.

Muito obrigado.”

PRONUNCIAMENTO DO SR. CLÁUDIO ROBERTO STACHEIRA – Coordenador-Geral do Observatório Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

“Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, em nome da Deputada Erika Kokay e da Deputada Liliam Sá.

CD144292764773

A Ministra Maria do Rosário já fez uma forte explanação a respeito da estrutura que está sendo organizada em torno da proteção integral de crianças e adolescentes no contexto da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. E esse é um modelo que tem sido articulado com as seis cidades-sede da Copa das Confederações. E já foi iniciado um diálogo com as outras seis cidades-sede da Copa do Mundo, para que seja, na verdade, instituído como uma forma, digamos, mais atualizada, azeitada, efetiva, eficaz de se fazer gestão em direitos da criança e do adolescente.

Acho que a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, as festas regionais, o Boi do Parintins, o São João no Nordeste, aqui no Centro-Oeste, os grandes eventos, não só os grandes eventos esportivos, são ocasiões em torno das quais acontecem situações tanto de risco quanto de violação de direitos da criança e do adolescente e das suas famílias. O desafio, na verdade, muito mais do que constituir a rede, é o de fazer com que a rede de fato trabalhe de maneira articulada. O tema "intersetorialidade" ou o conceito "intersetorialidade" é algo que é difundido no Brasil, com propriedade, há bastante tempo, vários anos, mas esse conceito, essa forma de fazer direitos da criança e do adolescente ainda é pouca explorada no âmbito operacional. Nós sabemos muito bem fazer intersetorialidade no nível estratégico, no nível tático, mas, no operacional, lá no território, a intersetorialidade ainda é um modelo em construção, ainda é um modelo que tem, digamos, menos força do que tem a intersetorialidade no âmbito estratégico.

Em torno desses eventos, a grande discussão que fica é: *"E o legado?"*.

CD144292764773

Passou o evento, e aí fica o quê? É o evento em si que está no centro do desejo da população brasileira, do Estado brasileiro neste momento, ou é o que o evento vai proporcionar para o País, para a Nação? E, no contexto da garantia de direitos da criança e do adolescente, o tema do legado, a discussão do legado também é central, se discute. E, além de tratarmos da equipagem dos Conselhos Tutelares, do fortalecimento das redes, da articulação dos comitês locais, do fortalecimento realmente dos atores que estão no território fazendo os direitos da criança e do adolescente de maneira permanente, diária, com o pezinho na poeira, falar do legado também significa pensar como é que esses sistemas que circulam em torno, enfim, do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente podem de uma maneira efetiva começar a funcionar, permanentemente, de maneira integrada.

Então, o desafio é o seguinte: como é que nós fazemos com que o SUS, o SUAS, o sistema de educação, os sistemas de segurança possam atuar de maneira articulada, seja só a partir do Poder Executivo ou também com o sistema de Justiça e os demais atores estratégicos desse sistema? Falar disso, falar de um processo articulado, falar de um modelo de gestão articulado significa falar de uma agenda de convergência. E aí é que chega, na verdade, o papel dos Comitês Locais para Proteção Integral que estão articulados em torno dos jogos da Copa das Confederações, neste momento, e se desdobram para os demais jogos da Copa e para os demais grandes eventos.

Bom, a agenda de convergência, eu quero destacar, é uma iniciativa que parte da sociedade civil, dos organismos internacionais, dos órgãos de governo, não só da União, mas isso surge a partir de algumas provocações de Estados e Municípios. E tem algo que é muito particular, que é a proposta de

CD144292764773

colocar num lugar comum, na verdade, na mesma mesa de trabalho, todos os atores que estão trabalhando em torno da proteção integral.

É óbvio que o enfoque desse encontro, do encontro que hoje nos traz aqui, é o enfrentamento à exploração sexual. No entanto, o olhar de proteção integral é um olhar sistêmico. Além da exploração, ele vai para uma visão de violência sexual, que é um pouco mais ampla do que isso. Ele trata do enfrentamento das diferentes formas de exposição de crianças e adolescentes aos riscos, seja na convivência familiar comunitária, seja no consumo dos diversos tipos de droga, álcool, enfim, outros tipos de droga, das situações de risco e mesmo dos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes durante esses grandes eventos.

Então, a proteção integral vai tratar realmente de um olhar sistêmico, que depende necessariamente da articulação da rede local, da rede de proteção, junto com a sociedade civil, não só com órgãos de governo.

Assim, falar de legado em torno desse complexo significa dizer que precisamos, de maneira estrutural, fortalecer o papel dos Conselhos, e aí não só dos Conselhos Tutelares como atores operacionais desse processo. Algo que é uma conquista da sociedade brasileira, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é o papel dos Conselhos de Direitos. O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é diferente dos demais conselhos setoriais, da saúde, da educação, da segurança, da assistência etc. Os Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente Municipais e Estaduais, mesmo o Conselho Nacional, têm uma peculiaridade; eles não estão vinculados diretamente a uma política setorial, como o Conselho da Saúde é vinculado à política da saúde, e a política da saúde é muito própria; ela é vertical, ela tem uma organicidade

CD144292764773

que permite de uma maneira muito mais rápida fazer com que a saúde aconteça lá no território, e ela depende estruturalmente da saúde. Agora, quando se trata do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente, nós estamos falando de articular, no mesmo nível de entendimento e no mesmo nível de protagonismo, a saúde, a educação, a assistência, a segurança pública, o sistema de justiça e outras políticas do território, não necessariamente só aquelas voltadas para a política social básica, não é? Nós estamos tratando de políticas de transporte, meio ambiente, cultura, esporte, que são políticas que afetam diretamente, enfim, esse complexo de garantias de direitos da criança e do adolescente.

Então, o fortalecimento desses Conselhos como órgãos que vão ter capacidade de sustentar esses Comitês Locais de Proteção é fundamental. Hoje nós temos aqui presentes representantes dos Comitês Locais de Proteção Integral das seis cidades-sede da Copa das Confederações, e destacaria o grande protagonismo e a relevância que têm esses seis comitês neste momento, na preparação desse novo modelo de trabalho, desse modelo, enfim, acreditado como sendo o modelo de trabalho capaz de dar maior celeridade e efetividade ao sistema de garantia de direitos, à forma de fazer a garantia de direitos no território.

De maneira rápida, para encerrar, eu destacaria o papel dos Comitês Locais de Proteção Integral do Estado da Bahia e do Estado de Pernambuco, que foram os dois precursores dos dois principais instrumentos de trabalho previstos dentro do Comitê de Proteção Integral à Criança e Adolescente. O Estado de Pernambuco tem já uma experiência bastante consolidada na preparação de espaços temporários de proteção em torno dos grandes

CD144292764773

eventos. Aí a nossa companheira do Estado de Pernambuco, Eleonora, depois poderá com mais detalhes comentar isto conosco, mas do Estado de Pernambuco veio a experiência de preparar espaços de proteção para situações de grandes eventos, especialmente na experiência com o carnaval de Olinda.

Por outro lado, no Estado da Bahia, numa relação a partir da Prefeitura Municipal de Salvador, do Governo do Estado e do CEDECA da Bahia, foi desenvolvido um caderno de fluxos de encaminhamentos e fluxos de atendimento a situações gerais de violência contra a criança e o adolescente, desde situações de trabalho infantil a violência sexual na convivência familiar e demais violações. Então, a partir dessas duas grandes experiências, ou seja, da preparação, ou melhor, da modelagem do processo de relacionamento entre os atores que estão lá na ponta, com base nos fluxos, e também da preparação desses espaços físicos temporários de cuidados para situações de risco e de violações de direitos da criança e do adolescente, constituiu-se a estrutura dos Comitês Locais de Proteção.

Esses Comitês Locais são vistos como sendo essa metodologia, uma forma de se garantir direitos da criança e do adolescente mais célere, mais efetiva, mais eficaz, capaz de num prazo de tempo mais curto conseguir articular os diferentes atores lá na ponta, não só atores do Governo, mas a sociedade civil, a sociedade como um todo, em favor da garantia de direitos da criança e do adolescente.

Deixo aqui os cumprimentos à Presidenta da CPI, os cumprimentos aos senhores e senhoras que se fazem presentes aqui hoje, ressaltando a importância das organizações da sociedade civil, dos demais representantes

CD144292764773

que estão aqui presentes hoje, a importância de os senhores se aproximarem, na verdade, dessas iniciativas de proteção integral. Os comitês locais só têm sentido a partir do momento em que eles passam a acompanhar as mobilizações locais, as mobilizações lá do bairro, dos locais onde vão acontecer as Fan Fests, onde vai existir o telão para a população assistir ao jogo, que não necessariamente são próximos do estádio; só vão ter sentido a partir do momento em que as iniciativas dessas comunidades possam realmente contribuir para qualificar o diálogo que os órgãos públicos estão desenhando e isso possa ser institucionalizado como um processo permanente.

E a institucionalização disso depende, obviamente, do papel que os órgãos de governo vão ter. Por isso é imprescindível que a gente possa trabalhar de uma maneira bastante próxima, bastante efetiva, permanente e direta.

Muitíssimo obrigado.”

PRONUNCIAMENTO DA SRA. POLIANA GOMES GALVÃO – POLIANA GOMES GALVÃO - Representante do Fórum dos Adolescentes em Situação de Rua do Distrito Federal.

Bom dia para todos. Meu nome, novamente, é Poliana. Estou aqui para representar todas as crianças e adolescentes em situação de rua.

E falando sobre a Copa do Mundo, nós levantamos entre todos nós um grupo para apresentar nossos questionamentos, e com isso nós apresentamos uma opinião, um querer, uma vontade, a vontade de que a violação de direitos venha a acabar. Por quê? Porque o abuso sexual, o estupro, o tráfico humano, a violência dos policiais, nada disso é de agora, isso vem de muito tempo; mas,

CD144292764773

com a Copa do Mundo, nós que já passamos pelas ruas acreditamos que vai crescer a violência contra moradores de rua, e muitos deles não sabemos onde estão; muitos sumiram da rua, muitos estão cumprindo sentença nos presídios. Estão fazendo uma limpeza geral de todas as crianças, de todos os adolescentes de rua.

Nós pedimos também que cada menino, cada criança, cada adolescente de rua venha a ter uma documentação, uma credencial. Por quê? Porque a FIFA estabeleceu uma distância em que não se pode estar, só que nesses pontos ficam moradores de rua, nesses pontos ficam meninos de rua, crianças de rua, adolescentes de rua. Nós queremos saber o que vai ser feito deles, porque promessas foram feitas para nós de abrigo, de clínica, promessas foram feitas de repúblicas para meninos, repúblicas para meninas, e nós não vemos nada disso.

E aí decidiram sobre a internação compulsória, e nós não achamos certo isso de internação compulsória. Sei que estamos num momento já muito avançado, mas nós não desistimos, porque nós lutamos pelos nossos direitos, nós lutamos pelo nosso espaço. Infelizmente está havendo abuso, infelizmente não estão sendo realizados os nossos direitos.

Nós estávamos lá na Bahia, em Salvador, e levamos uma prova disso ao Comitê, que esteve lá. Nós testemunhamos lá, nós vimos uma garota, uma menina sendo preparada para a prostituição. Eles estavam trabalhando na beleza dela, com plástica, preparando o corpo dela, com aumento dos seios etc., para a prostituição.

E, se isso acontece lá, vai acontecer aqui, com crianças, com adolescentes, como o Ministro já disse, com propostas que não se sabe de

CD144292764773

onde vêm, de onde isso está chegando; não se sabe qual é empresa, ela não tem, não relata nada de identificação, só diz que tem uma proposta para meninos e principalmente para meninas. São bastantes propostas de moda, de não sei o quê, e nós não sabemos de onde isso vem. Então, nós queremos mudar isso enquanto há tempo.

E também queremos relatar o fechamento das escolas, porque, como mãe — tenho três filhos —, eu trabalho, eu preciso trabalhar para sustentar minha vida, os meus filhos, e eu gostaria de saber como vai ficar minha filha, que estuda, como vão ficar os meus filhos, que ficam na creche. Como é que eu vou fazer? Eu não tenho como pagar ninguém para ficar com eles. Não tenho. E assim como eu há muitas mães, porque aqui no Plano Piloto as mães têm condições de pagar alguém para ficar com as crianças, têm condições de pagar um colégio particular, têm condições de pagar uma babá particular, mas nós da periferia não temos condições de pagar.

Então, gostaríamos de saber disso: como vão ficar as crianças nas escolas? Olhem, eu não sei falar bonito, não, mas eu digo a verdade."

Então, a gente quer saber para onde vão nossas crianças, porque eu acho que o dever do mundo, o dever do Estado é cuidar dos direitos das nossas crianças. Quando o Estado levanta uma casa para dar lucro, os direitos das nossas crianças são tapados, é colocada uma folha em cima deles, e é como se nada estivesse acontecendo. E não é assim. A realidade está aí. Eu sou uma realidade. Eu sou uma ex-moradora de rua. Eu sofri agressão aos meus direitos. Eu não tive direitos. E até hoje, como mãe, como uma cidadã que mora dentro de sua casa, meus direitos ainda não são respeitados.

CD144292764773

Então, gostaríamos de saber o que vão fazer com os meninos. Nós queremos república, nós queremos clínica. A saúde está precária. Foram colocados ali R$ 600 milhões, não é? Milhões foram gastos para fazer ali o campo. E as nossas crianças?

Por que é que não gastam R$ 1 milhão, só, R$ 2 milhões, só, para atender o morador de rua, R$ 2 milhões, só, para construir a creche de que toda mãe precisa, R$ 2 milhões, só, para melhorar a situação da saúde, que está horrível? Mas, se é para o lucro do Estado, está tudo bonito. São tapados os nossos direitos, nós somos tapados, e é como se nada, nada estivesse acontecendo. E ainda querem mostrar para os gringos que aqui temos regra, aqui temos direitos!

Aqui só há gente. Aqui não há prostituta nem garota de programa; aqui há mulheres guerreiras. É isso."

PONUNCIAMENTO DA SRA. MARIA IZABEL SILVA – Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA.

"Bom dia a todas e a todos. Quero saudar a companheira Deputada Erika Kokay, Presidenta da CPI, a Deputada Liliam Sá, nossa querida Poliana, Karina, do Comitê, Vinícius, da Articulação Nacional dos Comitês Populares, e meu companheiro de Secretaria Claudio Stacheira. Quero cumprimentar cada uma e cada um dos senhores que aqui estão, em especial os adolescentes e jovens que se fazem presentes neste seminário, e dizer que eu, Deputada Erika Kokay, em toda a minha trajetória de vida, na luta na área da infância — que já soma uns bons longos anos, inclusive num outro espaço, e agora estou no Governo Federal, representando a Secretaria de Direitos Humanos no

CD144292764773

CONANDA, e assumi a Presidência do Conselho, representando lá o Governo Federal —, tenho sido uma pessoa muito animada, e tenho muita esperança.

Se não fosse assim, acho que nós não estaríamos ainda nesta luta, nesta maratona, não é? Muitos companheiros e companheiras que vêm de longa trajetória, incluindo as nossas Deputadas, incluindo quem faz parte desta Mesa, nós já temos um legado positivo para apresentar, sim.

Eu desconheço, na minha trajetória, desde 1994, quando eu comecei efetivamente a atuar como Conselheira de Direitos, no Estado de São Paulo, depois Conselheira Nacional dos Direitos da Criança, no CONANDA, em todos os movimentos de que participei, nós nunca tivemos uma iniciativa como esta de agenda de convergência, que foi uma provocação da rede da sociedade civil, e com um olhar para além da violência sexual contra a criança e o adolescente.

Já foi dito aqui nesta Mesa que os grandes eventos, as grandes obras potencializam violações de direitos de crianças e adolescentes; que há a exploração sexual, o trabalho infantil, o desaparecimento de crianças e adolescentes, daqueles que têm famílias, e há essa “higienização”, como bem comentou aqui a nossa companheira Poliana, o envolvimento com drogas; enfim, esses eventos realmente potencializam essas violações. Mas o grande legado, que nós já iniciamos, é essa agenda propositiva, essa agenda de convergência entre organismos internacionais, redes da sociedade civil, o Governo, isso do ponto de vista nacional; e agora estamos descendo para o ponto de vista da localidade.

E, nesse sentido, Claudio Stacheira já ressaltou aqui a importância dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares. Não é possível pensarmos

CD144292764773

em um Comitê Local de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes sem que tenhamos a presença dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho do Distrito Federal. Então, é nessa perspectiva que estamos dialogando com os Conselhos. E aqui estou falando, como conselheira nacional e Presidenta do CONANDA, da importância de os Conselhos incorporarem essa agenda de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente nos grandes eventos esportivos.

Nesse sentido, o Conselho Nacional discutiu e já publicou uma resolução, a de nº 153, que trata de orientações, de diretrizes para os Conselhos, relacionadas à Copa do Mundo, à Copa das Confederações, à Jornada Mundial da Juventude, enfim, para essa proteção integral. Então, essa resolução é uma contribuição do CONANDA para este debate, para essa agenda de convergência.

Da mesma forma, o CONANDA compõe a agenda de convergência desde o início das discussões, não é? Nós temos uma representação na agenda. E também, no último dia 18, e aí numa parceria muito fraterna, combativa, com o Comitê de Enfrentamento, com a nossa consultora Graça, do Instituto Aliança, nós apresentamos, no último 18 de maio, na atividade do 18 de maio, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, reformulado, trazendo à luz da nova conjuntura um plano com metas, com possibilidade de depois monitorar.

E o CONANDA também apoia, com os recursos do Fundo — e amanhã, no máximo depois de amanhã, nós estaremos lançando mais um edital do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente —, projetos de

CD144292764773

fortalecimento da Rede Primeira Infância, da rede de entidades que atuam na discussão da população de crianças e adolescentes em situação de rua, da rede de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente, das redes e fóruns dos direitos da criança e do adolescente, das redes e fóruns de enfrentamento ao trabalho infantil.

Tudo isso está no nosso edital, é o que nós já estamos financiando, e amanhã espero que já saia a publicação, mas no máximo depois de amanhã os senhores podem entrar no *site* da SDH ou do CONANDA e já estará lá esse edital.

Também com os recursos do Fundo Nacional apoiamos o nosso PAIR, Programa de Ações Intersetoriais — acho que é isso — e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, essa sopa de letrinhas. Se para mim é difícil, eu que falo o tempo todo, imaginem para quem está ouvindo! Não é, Erika? *(Risos.)* O PAIR, o conhecido PAIR também é apoiado com recursos do Fundo, como também a equipagem dos Conselhos Tutelares, como já foi dito aqui pela nossa Ministra e por Claudio Stacheira; a Escola de Conselhos, em que todo o conjunto de violações de direitos, mas em especial o diálogo e o fortalecimento dos nossos Conselhos, a formação dos nossos conselheiros, tanto tutelares quanto de Direitos, no sentido de definirem planos locais para a prevenção, porque isso é o principal para nós. Depois nós pensamos na proteção, nos direitos violados, mas se nós não partirmos para pensar num conjunto de ações de prevenção, nós teremos muitos problemas, e aí, como dizia a minha mãe, depois é só carregar o defunto e a vela. Por isso, nós precisamos cuidar antes para que não aconteça qualquer violação. Então, o CONANDA apoia com recursos do Fundo essas diversas atividades.

CD144292764773

Por outro lado, o que temos feito, Deputada Erika e Deputada Liliam Sá? Nós estamos num processo muito importante e profícuo de discussão de condicionantes; é o que nós chamamos (só que precisamos achar a sigla) de "EIA/RIMA social" para as grandes obras. Temos uma iniciativa do CONANDA, a partir de uma assembleia descentralizada, realizada na região do Xingu, no ano passado, para diálogo com todos os Conselhos, com toda a rede de proteção, com os Governos locais, o que vai desdobrar-se num conjunto de condicionantes para o CONANDA apresentar, junto com a Secretaria de Direitos Humanos, as nossas entidades, a sociedade civil, para o Governo Federal quando da contratação dos processos das grandes obras.

Então, são condicionantes, a partir do diagnóstico local da situação antes, durante e depois: a necessidade de que as empresas que ganhem essas licitações e esses contratos garantam a proteção integral de direitos humanos, em especial direitos de crianças e adolescentes; o fortalecimento da rede de proteção e da rede de serviços; e o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, para que nós possamos de fato não chorar sobre o leite derramado, mas prevenir, e acompanhar, e monitorar.

Essa experiência da agenda de convergência para os grandes eventos esportivos, os grandes eventos culturais e religiosos, também contribui para esse processo que o CONANDA tem desenvolvido e discutido, no âmbito do seu dia a dia. Então, essa tem sido a contribuição do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Temos ido aos Estados dialogar com os Conselhos, com os conselheiros, com os gestores, dialogar sobre a importância deles, porque cabe ao gestor local garantir a infraestrutura necessária para o funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de

CD144292764773

Direitos. Então, nós aqui damos apoio, mas a responsabilidade, inclusive prevista no Estatuto, é do local, do Executivo local, e nós temos, nós do CONANDA, dialogado com diversos gestores estaduais no sentido de que eles também dialoguem com os Conselhos Municipais, com os gestores municipais, para fortalecimento dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares.

Por fim — acho que tudo já foi dito aqui, e nós estamos juntos nessa agenda de convergência, essa agenda propositiva —, eu quero fazer um convite a cada um e a cada uma aqui; inclusive a nossa Deputada Erika Kokay já confirmou presença, o que nos deixa muito felizes, e queremos também contar com a Deputada Liliam Sá: amanhã, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, das 9 horas às 12 horas, na sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no auditório no oitavo andar, realizaremos um ato político, em conjunto com o CONJUVE, o Conselho Nacional de Juventude, em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente e contra a redução da idade penal.

Não é possível que tenhamos tido uma audiência pública no Senado Federal ontem *(palmas)*, em que a maioria, a absoluta maioria dos que fizeram uso da palavra, entre Senadores, Deputados e convidados, OAB e MP, posicionaram-se contra a redução da idade penal, e um grande órgão de imprensa, à noite, tenha distorcido absolutamente tudo! Nós estamos enfrentando o conservadorismo desta Casa, de um conjunto grande de Deputados; felizmente nós temos aqueles que estão conosco, que não são poucos, mas estão também fragilizados, como cada um e cada uma de nós, com a investida da mídia. É de manhã, é na hora do almoço; só falta agora, a

CD144292764773

qualquer momento do dia ou da noite, aparecer lá: “Plantão! Mais um adolescente fez isso!”

Enquanto um adolescente comete um ato infracional, 10 adultos estão cometendo atos infracionais. E 41,6% dos adolescentes internos, na Fundação CASA, de São Paulo — que tem a metade dos adolescentes internos do nosso País, em torno de 9.800 adolescentes —, 41,6% estão lá por envolvimento com drogas!

Então, nós vamos enfrentar o tráfico de drogas, ou nós vamos penalizar mais uma vez a vítima? Deputada Erika Kokay, Deputada Liliam, 0,96% dos 9.800 adolescentes da Fundação CASA cometeram latrocínio; 31%, roubos, pequenos furtos, e muitos deles por conta do envolvimento com a droga. Então, gente, nós temos argumentos de sobra para vencer a grande mídia nacional. Vamos para a rua!

E amanhã nós contamos com os senhores para botar o time em campo, para botar o time na rua, em defesa do Estatuto e contra a redução da idade penal. Um grande abraço. Axé para todos nós!”

A SRA. KARINA FIGUEIREDO – Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

“Bom dia a cada uma e a cada um. Peço desculpas aqui pelo atraso. Quero cumprimentar a todos na pessoa aqui de Poliana, representando os adolescentes e os jovens, não é? E na pessoa dela cumprimento toda a Mesa. E quero também ressaltar a importância da participação dos adolescentes e jovens da Escola do Parque, do GirArte, do Giração. É fundamental que eles participem, que eles estejam presentes, cada vez mais envolvidos nestes debates.

CD144292764773

Há questões que eu gostaria de trazer. Primeiro, já foi contextualizada aqui, tanto por Claudio quanto por Bel, a questão da agenda de convergência, não é? O Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual juntou-se às demais redes da sociedade civil que defendem direitos humanos de crianças e adolescentes, que são: o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; o Fórum DCA, de que o companheiro Wellington está aqui; a ANCED, Associação Nacional dos Centros de Defesa, aqui representado pela companheira Denise, que mais tarde vai estar na Mesa; e a Equipat, que é uma organização internacional que trabalha no enfrentamento a exploração e tráfico para fins sexuais. Nós reunimo-nos, e, desde 2010 nós estamos discutindo tanto os impactos que as grandes obras que estão acontecendo no Brasil de norte a sul têm trazido, no que se refere à violação dos direitos de crianças e adolescentes e suas famílias, como também, mais especificamente agora, recentemente, a questão dos megaeventos esportivos, não é?

Nós sabemos da história dos megaeventos esportivos, mas nós sabemos também que o Brasil é um país em que já existem vários megaeventos, que já acontecem aqui, como é o caso do carnaval, por exemplo, em Salvador, e das festas de São João, e de várias situações em que crianças e adolescentes estão expostos e vivenciam situações de violação de direitos. Denise depois vai aprofundar um pouco a questão das grandes obras. Com relação aos megaeventos, o que é que nós temos percebido? Tivemos, sim, um avanço; é a primeira vez que nós temos uma agenda nos moldes que Bel apontou, e Claudio também; mas o que nós percebemos ainda? E aqui eu gostaria de ressaltar a importância da Ministra Maria do Rosário, o empenho dela, mas nós sabemos que não depende só dela. Nós ainda vemos isso como

CD144292764773

uma política, uma ação de redução de danos. É como se nós fôssemos, como eu sempre disse, nesse tema, infância, adolescência e megaeventos, um grãozinho de areia no oceano.

É um tema extremamente amplo, permeado por uma lógica desenvolvimentista aqui presente, no nosso País. Essa lógica privilegia, sim, o capital. Quem ganha, quem lucra, quem se dá bem nessa lógica é o grande capital, não é? Esses programas todos que o Brasil tem feito aí, de obras etc., priorizam, sim, um grande ganho para o setor privado, e nós vemos que o investimento para o setor da garantia de direitos não acontece na mesma proporção. Acontece em proporção mínima. Eu acredito que o companheiro aqui do Comitê Popular da Copa já trouxe a questão de quanto têm custado os estádios. O estádio de Brasília custou R$ 1 bilhão e alguns milhões, R$ 1,5 bilhão, e se nós formos olhar para o orçamento para criança e adolescente vamos ver que é mínimo, ainda, o investimento que existe para garantir as ações que possam possibilitar a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e a implementação do ECA.

Nós sofremos toda uma represália, em função de mudanças que o Estatuto precisa vivenciar, sendo que o Estatuto vai fazer 23 anos e nem foi implementado ainda na sua essência. Por quê? Porque o Brasil nunca assumiu a prioridade absoluta que está na Constituição. Se tivesse assumido, o orçamento para a infância e adolescência não seria como que é. Então, são alguns desafios que nós temos presentes e de que nós temos de fazer uma análise crítica, e entender que o que nós estamos fazendo é uma política de redução de danos, para não piorar ainda mais a situação, o que pode vir a

CD144292764773

acontecer, mas em hipótese alguma o Brasil está assumindo criança e adolescente como prioridade.

Nós estamos caminhando, a lógica é caminharmos para sermos a sexta potência econômica do mundo, e daqui a pouco a quinta economia, mas esse desenvolvimento tem-se dado à custa de graves violações de direitos humanos, de trabalhadores, de crianças, de adolescentes. Então, isso também tem de ficar registrado. E um exemplo concreto disso: em que pese aqui o esforço da Secretária Rejane Pitanga, de Daniel Seidel, o Governador Agnelo não permitiu que a gente abrisse a bandeira da luta contra a exploração e o abuso sexual de crianças na inauguração do Mané Garricha, que foi no dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual. Se criança e adolescente fossem prioridade, era o mínimo que se poderia ter feito, porque era o momento de marcar politicamente essa luta, e não foi possibilitado que isso acontecesse. Então, por aí se vê onde está a prioridade da criança e do adolescente, não é?

Nós sabemos que alguns outros Governos, em alguns outros Estados, permitiram. Houve lá em Belo Horizonte o abraço ao Mineirão. Está aqui a nossa companheira Beth, representando o pessoal de Minas. E nós sabemos que em alguns lugares houve avanços, mas infelizmente aqui nós não conseguimos levantar essa questão. Então, eu gostaria também de deixar isso registrado aqui.

E Poliana já comentou algumas situações que nos têm preocupado, com relação a crianças e adolescentes, fora a questão das creches, que já foi comentada, e das férias escolares. Nós, gente, precisamos de creche. Se nós queremos investir na prevenção, para que crianças e adolescentes não

CD144292764773

estejam em situação de rua, de outras vulnerabilidades, como a própria questão da dependência química, nós temos de investir nas políticas sociais básicas, em que o Brasil não investe *(palmas)*, na educação, entenderam? Nós não temos creches. Vamos ver: há quantos anos nós lutamos aqui, com a Deputada Erika Kokay, para a discussão das creches no DF? E nós nunca conseguimos! E não é só no DF, não; é no Brasil inteiro. Então, se o Brasil não mudar sua lógica, não reconhecer que a criança e o adolescente são prioridade, o que nós vamos ter é isto: uma política higienista, de limpeza urbana, de recolhimento compulsório, como estratégia de resolver um problema que é de base, que é de fundo, um problema que está ligado às políticas sociais básicas, que está ligado à lógica de que prioridade o Brasil quer, não é?

Porque de que é que adianta fazer internação compulsória? Vão voltar os antigos manicômios que nós lutamos tanto para que acabassem, para que houvesse a superação?

E é isso, gente. Eu trabalho também na saúde, além de ser professora. E estão aqui meus alunos também. Eu quero registrar a presença dos meus alunos da Universidade Católica, que estão aqui. E eu trabalho na saúde, aqui, no Governo do DF, e nós vivenciamos diariamente o caos em que está a saúde pública, com todos os esforços. Tenta-se ampliar, mas é o caos. E eu trabalho com dependente de álcool e drogas, e realmente é extremamente desafiador conseguir garantir o acesso dessas pessoas a um tratamento digno, a toda uma lógica que está presente na perspectiva de um Estado de Direito, de um Estado onde as pessoas de fato possam ser consideradas cidadãs. Então, nós estamos longe disso no nosso País, eu gostaria de registrar isso.

CD144292764773

E nós sabemos, Erika, Liliam e os demais, que essa questão da exploração sexual é uma questão muito mais séria, ainda a ser enfrentada, que nós ainda vemos como um grande desafio para conseguirmos enfrentar, e por quê? Porque ela envolve também toda uma lógica, todo um imaginário presente nessa questão, que é passado inclusive para o turista, para a pessoa que vem ao Brasil, de que o Brasil é o País das mulheres bonitas, do samba, das mulatas, e também de que esse turismo para fins sexuais é muito tranquilo aqui. Então, nós percebemos claramente essa questão, e por outro lado nós não percebemos também uma ação de vanguarda, uma ação forte do Ministério do Turismo nessa área. Estamos aí, próximos da Copa, e cadê as ações do Ministério do Turismo, para trabalhar campanhas? O que há são algumas Secretarias pontuais, em alguns Estados fazendo alguma ação, mas nós não temos uma ação de Governo, do Ministério do Turismo, não é? E nós sabemos que muitos turistas vêm para o Brasil, além dos turistas brasileiros também, atrás dessa lógica.

Eram essas as questões, gente, e quero dizer que, depois de tanto nós lutarmos, muitas vezes nós desanimamos, mas nós sabemos que não podemos desanimar, que nós temos de estar constantemente com este debate presente, para que crianças e adolescentes tenham direito de ser crianças, de sonhar, de brincar, de ir à escola. É isto que nós queremos: que o nosso País de fato trate a criança e o adolescente como sujeitos de direito, como alguém com direitos, e para isso o Conselho Tutelar tem de ser fortalecido, e a escola tem de ser legal, não deve ser uma escola feia, horrorosa, em que o menino não quer ficar. Tem de ter esporte.

CD144292764773

Gente, nós vamos ter uma Copa do Mundo e não temos uma política de esporte neste País, uma política para a infância e a adolescência que garanta o direito ao esporte como um direito fundamental, como está lá do Estatuto, no art. 4º, e está na Constituição. Que legado é esse que a Copa vai deixar para o Brasil, se nós não temos uma política pública de esporte instituída?

Então, é isso. Eu estou meio rebelde hoje, mas é porque, realmente, como dizem os meninos de rua, não dá só para passar o pano, a gente também tem de mostrar qual é a realidade. E é isso. Agradeço esta oportunidade e espero que a gente possa continuar aqui o diálogo. *(Palmas.)*

PRONUNCIAMENTO DA SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ – Relatora da CPI.

"Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a todos, nesta manhã, que vieram para esta agenda de convergência, como disse a nossa querida Maria Izabel; todos que estão presentes aqui conosco para cobrar ações positivas no sentido de proteção das crianças e adolescentes.

Quero parabenizar a Deputada Erika Kokay pelo empenho, toda a equipe da CPI da Exploração Sexual que proporcionou este evento nesta manhã. Também quero agradecer à Maria do Rosário, nossa Ministra, à Poliana Gomes, que aqui esteve presente, à Maria Izabel, à Karina Figueiredo, ao Vinícius Lobão, e a todos os atores que estão nesta manhã representando alguns Estados que mandaram seus representantes.

Como Relatora desta CPI, eu fiz algumas considerações, até para dar uma satisfação para que vocês entendam o que nós estamos fazendo na CPI, o que nós estamos investigando e aonde nós queremos chegar.

CD144292764773

Nós sabemos que daqui a alguns dias nós vamos sediar grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, que começa no dia 15, e vamos reunir quase 8 milhões de pessoas, segundo os dados que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicou.

A nossa preocupação enquanto CPI é com o aumento considerável do número de turistas. Isso pode acarretar também o aumento de várias violações de direitos humanos, como aconteceu na África do Sul. Infelizmente, as redes de exploração sexual se beneficiam das facilidades oferecidas nesse período, pela própria indústria do turismo — hotéis, bares, clubes noturnos —, e têm a conivência daquelas pessoas que facilitam a exploração sexual de crianças e adolescentes, como taxistas, pessoas que trabalham em postos de gasolinas, e outros.

E nós sabemos que nossas crianças são oferecidas em pacotes turísticos. Isso ainda não acabou. Para quem pensa que isso acabou, informamos que ainda não acabou. Nós precisamos dessa promoção. Promover para que a sociedade entenda; trazer a sociedade para dentro deste debate para que ela entenda que a exploração sexual existe e precisa ser combatida.

Temos que nos antecipar e reverter esse ciclo de violações tão comum nos países que sediaram os grandes eventos, como disse a nossa Ministra Maria do Rosário.

Segundo um estudo da fundação francesa Scelles, que luta contra a exploração sexual, mais de 40 milhões de pessoas no mundo estão em situação de exploração sexual e de prostituição. A grande maioria, 75%, são

CD144292764773

mulheres com idade entre 13 e 25 anos, e quase metade das vítimas das redes de tráfico humano são crianças e jovens menores de 18 anos.

O estudo também afirma que grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, contribuem para agravar a exploração sexual. Futebol e Olimpíadas são identificados como os cenários mais comuns da exploração sexual. Isso confirmou esse relatório. Na África do Sul, o número de jovens vítimas de exploração sexual foi estimado em 100 mil; aumentou em 40 mil pessoas durante a Copa do Mundo. O próprio Marcus Vinícius estava dando essa explicação.

Este seminário foi idealizado com o intuito de discutir e avaliar, principalmente, e de buscar mecanismos, pois nós precisamos reverter esse problema. Como disse a Karina, criança tem que ser prioridade no Brasil. E nós não temos ainda essa consciência. Vemos rios de dinheiro para estádios que estão sendo feitos, e quando nós precisamos de maior investimento na infância, na educação, é um problema muito sério consegui-lo.

O pacto que vamos firmar hoje com representantes das 12 cidades-sede da Copa do Mundo é de extrema importância para a proteção de nossas crianças no que tange ao turismo e à exploração sexual. E nós precisamos assumir esse compromisso, porque é dever do Estado. Não podemos aceitar essa fragilidade que envolve a rede de proteção à criança e ao adolescente e deixar nossas crianças descobertas, principalmente nessa questão de se darem férias para as crianças.

Nós não podemos admitir isso. Nossas crianças ficam em situação de vulnerabilidade. A CPI, nestes 14 meses de trabalho intensivo, fez 27 reuniões, visitou, em diligências, os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba,

CD144292764773

Pernambuco, Rio de Janeiro e o Distrito Federal. Infelizmente encontramos um quadro muito ruim, um quadro que nós lamentamos muito no que diz respeito ao enfrentamento à exploração de nossos meninos e meninas. A rede de proteção é falha. Não existe, na maioria desses Estados, uma delegacia especializada em violência contra a criança. E, quando existe, funciona em péssimas condições e atua com responsabilidade sobre vários Municípios. Principalmente no Rio de Janeiro, eu digo, existe só uma Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima — DCAV, que atende a 92 Municípios. Isso acontece em todo o Brasil.

Falta de estrutura técnica. Os laudos que comprovam abuso sexual demoram meses para ficar prontos. Nós detectamos isso em Fortaleza. Estávamos lá para fazer uma investigação. Uma menina, que estava chegando com a mãe e cujo laudo demorou 2 anos, estava sendo chamada para a primeira audiência. A violação que essa menina sofreu aconteceu quando ela tinha 12 anos; ali ela já estava com 14 anos. Nós temos que combater isso. Então, a CPI está trabalhando para que, ao final, apresentemos projetos de lei e melhoremos a situação no que diz respeito à garantia de direitos.

Aproveito a oportunidade também para falar sobre os Conselhos Tutelares. A Ministra Maria do Rosário disse que está aparelhando os Conselhos, mas nós precisamos fortalecer essa ferramenta tão importante que são os Conselhos Tutelares. Nós não podemos deixar que o Conselho Tutelar seja cabo eleitoral de políticos. Nós não podemos mais aceitar isso! O Conselho Tutelar está ali para defender os direitos de crianças e adolescentes — em relação à violação de direitos dessas crianças. E nós precisamos

CD144292764773

combater a interferência que acontece. Às vezes o conselheiro está ali e é obrigado a virar cabo eleitoral de políticos.

A Ministra Maria do Rosário, cuja fala antecipou a nossa, foi Relatora de uma CPI como esta, fez um parecer maravilhoso e hoje, em função de seu trabalho, está à frente de um Ministério tão importante.

A causa maior da exploração sexual de crianças e adolescentes, nós sabemos, é a fome. E a nossa Presidente tem tentado combater essa mazela — a fome. Mas nós temos muito que fazer ainda. Nós sabemos que a CPI desbaratou várias redes de exploração. Nós estamos também no caminho de detectar também redes organizadas nesse sentido.

E o que nós vemos na CPI é que quando nós combatemos essas redes num ponto ela migra para outro. E a Internet ajuda muito nesse sentido. Ajuda muito. Então, o que nós podemos contar é com o trabalho de vocês, esse trabalho de formiguinha, para defender o Estatuto da Criança e do Adolescente, como uma lei importantíssima, uma lei que é imitada em outros países. E nós precisamos que essa lei ela seja realmente aderida por todos os governantes. Que eles passem a entender, e que as escolas também comecem a debater o Estatuto da Criança e do Adolescente com os nossos adolescentes.

Então, nessa perspectiva, durante esses megaeventos esportivos que serão realizados em todo o País, nós acreditamos que essas ações e esse pacto que vai ser assinado hoje são de fundamental importância para a promoção e também para a prevenção — vamos trabalhar com a prevenção — e a conscientização dos nossos governantes e de toda a sociedade brasileira. A exploração sexual existe e nós precisamos ter um olhar diferenciado. E

CD144292764773

contamos que essas 12 cidades que sediarão a Copa das Confederações e a Copa do Mundo tenham ações efetivas, ações de políticas públicas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu quero encerrar com uma frase bem bonita, da saudosa Zilda Arns, que foi a fundadora da Pastoral da Criança. Eu acho que isso fala tudo o que nós estamos fazendo hoje. Quero dizer também que vocês que estão aqui, de outros Estados, se quiserem fazer as denúncias para a CPI da Exploração Sexual, a identidade de vocês será preservada. Vocês podem mandar direto aqui para a CPI ou ligar para o 0800-619619, ou para o Disque 100, para a Ouvidoria aqui da Casa, e nós vamos receber a sua denúncia e vamos tentar, de todas as maneiras, proteger suas integridades físicas e morais nessa questão.

Então, D. Zilda Arns dizia assim: *"Como os pássaros que cuidam dos seus filhos ao fazer um ninho, no alto das árvores, nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveríamos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito aos seus direitos e protegê-los".*

Muito obrigada."

PRONUNCIAMENTO DE ENCERRAMENTO DA MESA FEITO PELA SRA. PRESIDENTA, DEPUTADA ERIKA KOKAY:

"Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Nós estamos encerrando esta Mesa. Eu queria apenas pontuar que nós verificamos que há um aumento da denúncia de violação de direitos, particularmente de violência sexual, abuso e exploração sexual. Há um aumento da denúncia. Isso a gente verifica no Disque 100, a gente tem

CD144292764773

verificado em todos os levantamentos que a CPI tem feito. Entretanto, nós precisamos avançar. O aumento da denúncia é importante porque significa, primeiro, a responsabilidade de cada um com as crianças do nosso País, como diz a nossa própria legislação, ou seja, que são de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade as nossas crianças e os nossos adolescentes. E indica também uma desnaturalização: se há denúncia é porque se está desnaturalizando o que foi entranhado, muitas vezes, no corpo social como algo natural, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência sexual.

Então, o aumento da denúncia indica dois fatores que são altamente importantes para que nós possamos enfrentar a exploração sexual e a violência sexual como um todo.

Entretanto, o que nós vamos perceber, nisso o que a Deputado Liliam argumentou e relatou, é que nós temos uma dificuldade muito grande, primeiro, na responsabilização. E responsabilização não diz respeito apenas ao Poder Judiciário.

É preciso que nós tenhamos o Executivo aparelhado para que se possam fazer bons laudos que originem denúncias no Ministério Público, e também a responsabilização no Poder Judiciário. Há muita precariedade na responsabilização dos agressores, e há muita precariedade no atendimento. E a gente vai perceber na própria ação da Polícia Federal. A Polícia Federal, muitas vezes, aponta que é a mesma adolescente que está sendo retirada a situação de exploração e que retorna. Não consegue fazer a ruptura com a situação de exploração sexual. E o atendimento, do ponto de vista de ressignificação da vida dessas crianças e adolescentes que são vítimas de

CD144292764773

exploração sexual e de violência sexual em geral. Nós ouvimos a fala da menina, na Paraíba, que dizia que a vida dela tinha acabado, porque ela nunca mais iria conseguir ter um relacionamento, não conseguiria mais se casar.

Então, pensava: *"Eu não sou mais pura*". Essa menina tinha sofrido uma situação de exploração há 2 anos, e ela não estava tendo atendimento para ressignificar a sua vida e ressignificar a sua própria experiência dentro de uma perspectiva de vida.

Então, nós vamos perceber uma falha no atendimento. Foi preciso que o Disque 100 fizesse um acompanhamento das próprias denúncias para saber qual foi o resultado delas, objetivamente; quantas dessas meninas foram encaminhadas ao CREAS. Porque aí nós vamos ver a ausência de uma especialização no atendimento à criança e ao adolescente em situação de exploração, porque o CREAS passa a atender à violação de direitos e ele perde o olhar específico para a questão da violação de direitos. Isso tem feito com que nós tenhamos, primeiro, uma dificuldade em que esses casos cheguem ao CREAS e, segundo, que haja um atendimento que seja realmente individualizado e um atendimento em profundidade para o resgate e a ressignificação das próprias vidas. Nós vamos perceber isso.

Porque se nós tivéssemos o Sistema de Proteção... E a gente viu, pelos dados aqui apresentados pela Bel, que nós temos muito mais necessidade de uma política de proteção à adolescência e à infância do que uma política de recrudescimento penal, porque nós temos uma diminuição dos casos de homicídios, de atentados contra a vida dos adolescentes que estão internados, e tem-se a impressão — é um mito que se constrói — de que os adolescentes são os grandes agressores da sociedade, quando, via de regra, são vítimas.

CD144292764773

Nós temos 120 mil casos anuais de denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes no Disque 100. Centro e vinte mil casos, por volta disso. Nós temos 8.700 adolescentes assassinados por adultos.

São 97%, ou mais do que isso. São adultos que assassinam adolescentes. Isso indica que há necessidade de uma política de proteção. Eu falo isso porque nós estamos fazendo um recorte dos megaeventos que não deveria ser necessário. Não deveria ser necessário, se nós tivéssemos um sistema de proteção que assegurasse os direitos da criança e do adolescente. E nós estamos aqui discutindo o impacto dos megaeventos porque nós sabemos que ele acontecerá. E sabemos que é preciso fazer uma campanha, inclusive permanente. Nós estamos discutindo e vamos tirar, provavelmente, uma Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente durante os megaeventos, como há no carnaval, via de regra, como há em vários eventos gigantescos que o Brasil produz. Mas são campanhas em que você não consegue mudar a cultura e introduzir uma lógica de que criança é sujeito de direito. E há a lógica da doutrina integral em todos os dias das nossas próprias vidas, com um olhar que não fique apenas na família, mas que fique no Estado e fique também na sociedade.

Portanto, nós vamos falar de campanha, nós vamos aprovar a campanha, e, provavelmente, o Governo fará uma campanha, mas é preciso que nós tenhamos uma intenção de mudança de construção de um processo, em que a gente veja a criança e o adolescente como prioridade absoluta, como aqui foi falado pela Carina.

A gente tem dois sistemas, o SUAS e o SUS. Eles não conseguem abordar prioritariamente o que a lei exige. A lei exige a prioridade, a

CD144292764773

Constituição exige a prioridade, e nós não conseguimos fazer isso, nós não conseguimos. Nós estamos discutindo no megaevento a necessidade de escola integral, necessidade de creche.

Todos nós sabemos que não vamos proteger as nossas crianças e adolescentes enquanto tivermos tanta deficiência de creche, tanta deficiência de escola integral de qualidade para os nossos meninos e meninas.

Portanto, é preciso que a gente deixe como legado, penso eu, de toda essa discussão dos megaeventos e das grandes obras, a necessidade de um compromisso permanente de fortalecimento do sistema de proteção, que passa pelos Conselhos Tutelares, passa pelos órgãos do Estado, mas passa, funda mentalmente, por políticas públicas de qualidade. Enquanto um viaduto for mais importante do que uma creche, enquanto tivermos uma sanha de encarceramento, que estamos vendo em vários projetos que estão circulando na Casa, não apenas a redução da maioridade penal... A sociedade sabe que presídio não recupera; ela sabe disso, está no senso comum. Se realizarmos uma pesquisa, ela vai dizer que presídio não recupera, mas a solução que se apresenta de imediato é como se dissesse: *"Alimente a sua fome com segurança e a alimente com recrudescimento penal"*, porque é o mais fácil, embora todos saibamos que não resolve.

Nós temos a quarta maior população carcerária do mundo. Quase 30% dos que estão encarcerados no sistema prisional estão encarcerados em função de drogas, têm relação com o tráfico de drogas. Porque aqui também não se diferencia — isso foi reafirmado num projeto que foi votado na Câmara —, e não tem como se diferenciar traficante de usuário, hoje. E o projeto que foi aprovado também confunde o usuário com pessoas com síndrome de

CD144292764773

dependência, e possibilita a internação involuntária de usuário — de usuário! — não apenas de pessoas com síndrome de dependência. Obviamente, já temos uma legislação que permite a internação involuntária, mas é preciso romper as hipocrisias.

A Poliana disse que não há tratamento para quem quer se tratar. Há pessoas que querem se internar ou se tratar, e não há disponibilidade de serviço pelo poder público. Portanto, estamos construindo, sob o manto de que estamos protegendo, uma lógica higienista que vai se expressar na Copa, se não fizermos absolutamente nada.

Portanto, estamos aqui discutindo o impacto nos megaeventos na exploração sexual de crianças e adolescentes e tentando construir um pacto para que possamos trabalhar condições de fortalecimento do sistema de garantia de direitos e para que tenhamos as nossas crianças protegidas durante a Copa. Mas é preciso discutir que queremos nossas crianças protegidas durante todos os dias das nossas vidas, porque criança não é discussão de futuro, é presente. Se tivermos esse nível de violação...

O que nós vimos com esse desbaratamento do bordel que submetia as mulheres a cárcere privado, aqui falado pela Ministra Maria do Rosário, foi o deslocamento de rota. Deslocou-se. E quem me disse que não haverá deslocamento de rota para os megaeventos? Vai haver deslocamento de rota se nada for feito, como está havendo para as grandes obras. Essa menina, citada aqui pela Ministra Maria do Rosário, foi aliciada no sul do País — foi aliciada no sul do País! —, passou 4 ou 5 dias em uma *van* para chegar ao Pará, porque ela foi fazer parte desse deslocamento para poder atender às

CD144292764773

necessidades que se estabelecem como necessidades importantes de lazer para os homens que estão construindo Belo Monte.

Portanto, é preciso romper com todas as hipocrisias para que possamos ter clareza do problema que temos que enfrentar e para que possamos enfrentá-lo todos os dias.

Enfim, gostaria de dizer que recebi um bilhete aqui — e nós estamos de acordo — do Serviço Social e do Serviço de Psicologia, dos profissionais de psicologia de todas as escolas, o que é absolutamente importante na construção de uma política de proteção, não na construção de uma política de reparação de violação de direitos.

Com esses esclarecimentos, estamos dando um atestado das insuficiências do nosso sistema de garantia de direitos e de como nossa Constituição tem sido ferida, lesionada, rompida todos os dias quando não damos prioridade absoluta a crianças e adolescentes. Esse seminário vem nessa perspectiva.

No segundo semestre, vamos fazer um seminário sobre as grandes obras, porque achamos que é preciso, primeiro, fazer o mapeamento das vulnerabilidades em todas as cidades próximas, porque não é apenas uma cidade que está envolvida, todas as cidades próximas a ela estão envolvidas, e você tem uma população que triplica de tamanho, pois ela recebe uma porção de pessoas sem qualquer vínculo comunitário, sem qualquer vínculo familiar naquela região.

É óbvio que isso vai impactar a vida, sob os mais variados aspectos, inclusive dos segmentos que são vulnerabilizados, como crianças e adolescentes. A gente pensa que é preciso ter condicionantes — isso que a Bel

CD144292764773

falava e que o CONANDA está discutindo. Uma delas ela é que é preciso criar o mapeamento das vulnerabilidades e construir planos. Não se pode instalar nenhuma obra sem que se tenham planos de fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes, e que têm que ser construído com a própria sociedade. Porque não adianta a empreiteira — e elas têm feito isso — chegar e discutir o que a comunidade quer.

A comunidade tem muitas demandas, e ela busca aquele momento para poder atingir as suas demandas. É preciso fazer planos de proteção às crianças e adolescentes, que sejam monitorados e que sejam assegurados, inclusive, em edital. E edital que já tem que ter a responsabilidade das empreiteiras, para que possam estar contribuindo na construção dos direitos das crianças e dos adolescentes num megaevento.

Então, nós vamos fazer esse seminário no segundo semestre, a CPI vai fazer, com foco nas grandes obras. E agora estamos trabalhando com os megaeventos.

Eu vou agradecer muito a presença de todos nesta Mesa, a presença do Cláudio, da Isabel, da Poliana, a presença do Vinícius e a presença da Karina, e chamar a próxima Mesa, em que vamos discutir *(palmas)* as experiências dos Comitês.

A construção dos Comitês já tem que ser louvada, porque significa fazer o recorte de crianças e adolescentes na preparação das localidades para os megaeventos.

Eu gostaria, antes disso, de registrar os nossos agradecimentos ao esforço do Alexandre Ferreira do Nascimento. O Alexandre Ferreira do Nascimento é representante do Comitê de Proteção das Crianças e

CD144292764773

Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos do Rio de Janeiro. O Alexandre esteve durante horas, e horas, e horas, e horas, no aeroporto, tentando se deslocar para cá. A gente foi mudar a passagem dele, enfim, houve uma desorganização completa que impossibilitou que ele esteja aqui conosco para esta Mesa. Mas nós reconhecemos o esforço do Alexandre, que esteve buscando desesperadamente embarcar para participar conosco desta discussão. A Deputada Liliam, por exemplo, relata que passou cinco horas no aeroporto para poder chegar aqui, e o Sr. Alexandre não pôde estar conosco, mas nós gostaríamos de registrar o seu esforço e agradecer inclusive a sua dedicação. Não faltarão oportunidades para que estejamos com ele, conversando sobre a participação, os direitos de crianças e adolescentes no megaevento.

Eu vou chamar, para compor a Mesa, a Denise de Carvalho Campos, que é membro da Coordenação Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente — ANCED. É um prazer tê-la aqui; a Maura Luciane Conceição de Souza, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos do Distrito Federal; a Helyzabeth Kelen Tavares Campos, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos de Minas Gerais.

É um prazer tê-la aqui. São militantes defensoras dos direitos, todas. Chamamos também a Sra. Sandla Wilma Barros, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos da Bahia; o Sr. Francisco Joatan Freitas Santos Junior, que representa o Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no

CD144292764773

Contexto de Megaeventos Esportivos do Estado do Ceará; e a Sra. Eleonora Pereira da Silva, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto de Megaeventos Esportivos do Estado de Pernambuco.

Então, nós temos aqui uma Mesa composta pela Denise, representante da ANCED; pelos representantes do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto de Megaeventos do Distrito Federal, de Minas Gerais, da Bahia, do Ceará e do Estado de Pernambuco — justificando a ausência do Alexandre, que representaria o Rio de Janeiro.

Reanunciamos também e agradecemos a presença de duas grandes Deputadas desta Casa: a Deputada Dalva Figueiredo, que é do PT do Amapá, e a Deputada Carmen Zanotto, que é do PPS de Santa Catarina. É um prazer imenso ter as duas Deputadas conosco neste evento.

Eu vou, então, começar, passando a palavra, em primeiro lugar, para a Denise. Nós vamos ser um pouco mais rígidos com o tempo. Vamos conceder um prazo máximo de 10 minutos. Com 8 minutos, nós avisamos.

Precisamos ser rígidos, senão não conseguimos concluir no tempo correto. Fomos um pouco flexíveis, mas percebemos que fomos flexíveis demais, na primeira Mesa.

Então, vamos controlar com rigor o tempo de 10 minutos. Anunciaremos quando estiverem faltando 2 minutos, portanto, com 8 minutos.

E passo imediatamente a palavra à Denise de Carvalho Campos, para que possa se posicionar, fazer um panorama geral; em seguida, vamos passando para os outros representantes dos Estados.”

CD144292764773

PRONUNCIAMENTO DA SRA. DENISE DE CARVALHO CAMPOS – Membro da Coordenação Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente — ANCED.

"Bom dia a todos e todas, eu quero aqui, na pessoa da Deputada Erika Kokay, cumprimentar toda a Mesa e agradecer o convite feito à ANCED para participar deste seminário. Ao mesmo tempo, quero parabenizar a iniciativa da CPI em realizar esse debate, que é de extrema importância para todos nós.

E aí eu começo falando da ANCED, que é uma organização da sociedade civil, com 19 anos de atuação na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes e que está representada em todas as regiões brasileiras, através dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, que hoje são 37 Centros de Defesa em todo o Brasil.

Eu aproveito um gancho da fala da Deputada Erika, quando ela comenta que a gente precisa romper com a hipocrisia. Para mim, quando se fala em hipocrisia, não dá para a gente hoje fazer o debate sobre a proteção da criança e do adolescente sem discutir o modelo de desenvolvimento que o Brasil assumiu e um modelo de desenvolvimento para as próximas décadas, que privilegie os megainvestimentos, a produção da riqueza em detrimento das demandas sociais.

E aí fica aqui uma pergunta: qual lugar que os direitos humanos ocupam hoje nas políticas públicas brasileiras? Eu me sinto muito à vontade para falar, porque eu venho de uma região, Rondônia, onde estamos hoje sofrendo os impactos graves da construção das usinas de Jirau e Santo Antônio. A Deputada Erica Kokay teve oportunidade de ir pessoalmente conhecer a realidade vivenciada e ver a situação de violação de direitos humanos que a

CD144292764773

população local sofre com essa obra lá. E a ANCED, já desde 2010, como disse a Karina, como membro do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, pautou essa questão. E enquanto Comitê, decidimos que iríamos realizar um encontro nacional em Rondônia para chamar atenção do Governo brasileiro e da sociedade para o que estava acontecendo lá. E realizamos, então — com a presença da Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, com a presença da Deputada Erika Kokay e representantes de todo País da sociedade civil das redes de enfrentamento dos Estados e Municípios — uma audiência pública. Dessa audiência, resultou documento denominado *Carta de Porto Velho.*

A *Carta de Porto Velho* traz recomendações e demandas que depois foram ratificadas num outro documento que também as redes construíram, que foi entregue no ano passado, por ocasião da entrega do Prêmio Neide Castanho, de Direitos Humanos, na solenidade de 18 de maio nesta Casa. E esses dois documentos, a *Carta de Porto Velho* e a *Carta 18 de Maio,* cobram do Governo Federal que o licenciamento de qualquer obra desses megainvestimentos tem que incorporar o princípio constitucional da prioridade absoluta e da proteção integral de crianças e adolescentes. E cobram do Parlamento — e reforço isso porque estamos nesta Casa — sua obrigação de monitorar e fiscalizar essas obras, porque a maioria delas é realizada com financiamento público do BNDES, da Caixa Econômica Federal.

De lá para cá, realizamos essa audiência pública, em que estávamos pautando os impactos socioambientais das usinas em Rondônia. Posteriormente, vimos o mesmo processo ocorrer em Belo Monte e os mesmos erros serem repetidos.

CD144292764773

Eu me lembro da frase de uma liderança local de Jaciparaná. Quando foi apresentada à Ministra de Direitos Humanos, ela falou: *"Se no Brasil tem direitos humanos, aqui ninguém sabe disso".*

Então, nós, enquanto ANCED, temos feito essa pauta visando incidir nos espaços de que participamos, dizendo que é necessário buscar estratégias de incidência junto ao Parlamento, junto ao Governo, para esses documentos produzidos — agora fico feliz em ouvir a companheira Izabel, do CONANDA, falar sobre a discussão dessas condicionantes nos contratos de licenciamento... Porque não dá mais para a gente trabalhar numa lógica que privilegia só o capital, os megainvestimentos e não leve em consideração os impactos produzidos em função desses megainvestimentos, sejam obras de infraestrutura, sejam eventos esportivos.

Eu me lembrava hoje cedo da fala do companheiro Renato Rosno, que diz: "*A FIFA faz um investimento e quer um retorno. E o retorno é muito alto."* Daí se vê toda uma logística dos Estados e do Governo para fazer com que esse evento atenda aos interesses do investidor. Mas não se vê o mesmo esforço para garantir a proteção de crianças e adolescente. Está lá, é um preceito constitucional.

Então, quando a Karina fala de certo desalento, de desânimo, na verdade a gente se sente muito pequeno diante da perversidade do processo, porque, independentemente dos relatórios — hoje foi falado dos relatórios EIA-RIMA — todos os impactos que hoje vivenciamos em Rondônia foram previstos. Se verificarmos os relatórios da Plataforma DHESCA, da relatora, todos estavam previstos. Então, se não há planejamento é porque não há decisão política de fazer.

CD144292764773

E a mesma coisa vai acontecer agora, se não houver a decisão política. Por quê? Porque política pública se faz com orçamento. Não consigo enxergar a possibilidade de se fazer política sem orçamento. Então, esses recursos estão previstos? Qual é o lugar que a proteção ocupa nos orçamentos dos Estados e do Governo Federal?

A gente reconhece o esforço da SDH, de todos nós, que estamos aqui. Com certeza, todo mundo procura desenvolver seu trabalho de forma de forma a garantir esses direitos. Mas não vamos conseguir alterar, fazer a exigibilidade do direito se a gente não discutir esse padrão de desenvolvimento que privilegia só o capital, se a gente não conseguir discutir a garantia do orçamento para a criança e o adolescente no Orçamento público, e que perpassa pela defesa intransigente dos direitos humanos de crianças e adolescentes, e eles não podem ser negociados.

Então, enquanto ANCED, vimos fazendo esse debate junto com as outras redes. Acho que foi avanço muito grande fazermos essa pauta nacional única das redes de defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes. A agenda é uma estratégia de incidência, mas não podemos ficar só nisso.

A ANCED também, por meio dos centros de defesa que estão na cidade-sede onde a Copa vai acontecer, vem discutindo a realização de um mapeamento do sistema de garantia, para que possamos ver qual é o cenário que temos e quais as demandas que a população traz e para a quais temos de nos voltar.

Concordo com a Sra. Karina: estamos mesmo numa linha de redução de danos. Para que realmente possamos fortalecer o sistema de garantia esse processo já teria de estar acontecendo de forma intensa há mais tempo, não às

CD144292764773

portas de uma Copa das Confederações, não faltando 1 ano para a Copa do Mundo.

De qualquer maneira, estamos aqui e queremos dar a nossa contribuição. Muito obrigada."

PRONUNCIAMENTO DO SR. LUCIANO MARCANTÔNIO – Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

"Obrigado, Sra. Deputada. Parabenizo V.Exa. pela iniciativa sua e de seus colegas de criação desta CPI importantíssima, que no seu desdobramento originou a criação dos Comitês e também deste importante pacto.

Devo registrar que Porto Alegre, para avançar nas políticas de direitos humanos, criou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos neste ano na gestão do Prefeito Fortunati. Temos lá uma rede e um Conselho Tutelar muito forte. E assumo o compromisso de ao retornar a Porto Alegre, criarmos o Comitê Contra a Violência, Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em relação aos megaeventos. Esse Comitê é importantíssimo, apesar de já termos lá o Comitê de Prevenção à Exploração Sexual e Violência de Crianças e de Adolescentes. Trata-se de Comitê muito importante porque esses megaeventos merecem atenção muito especial.

Então, é com muita honra, representando o Prefeito Fortunati, que assino o pacto. Também assumimos o compromisso da criação desse Comitê focando os megaeventos. Inclusive, sexta-feira temos agenda com o Prefeito Fortunati e com a Ministra Maria do Rosário para ver como executar essas ações em Porto Alegre.

Agradeço a todos a atenção. Vou assinar agora o pacto."

CD144292764773

PRONUNCIAMENTO DA SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos – Pernambuco.

"Bom dia a todos. Inicio parabenizando a CPI na pessoa da Sra. Deputada Érika Kokay, que esteve em Pernambuco. S.Exa. é companheira também. Ao mesmo tempo, já vou pedindo desculpas. Sou questionadora até demais.

Nos primeiros momentos, nas primeira e segunda mesa, as pessoas têm tempo maior de fala, mas no momento em que a sociedade civil se coloca o tempo é reduzido. Já estou me colocando e questionando algo: que em outros eventos a sociedade civil possa falar, possa dizer onde estão as falhas, porque ela sabe muito bem onde estão as falhas.

E outra. Ouvi todas as falas da primeira e segunda Mesas. É uma coisa que eu já venho mapeando, eu já venho questionando. A gente fala muito de exploração sexual das meninas, mas nos esquecemos de falar dos meninos, principalmente de um público que está invisível, muito invisível ainda, e que hoje começa a aparecer e a ser questionado, que são os adolescentes LGBTs. Hoje, temos cura *gay*.

Eu estava vendo as mensagens que eu estava recendo e simplesmente, em matéria de Silas Malafaia que saiu hoje, ele coloca que os *gays* foram violentados sexualmente em sua infância. Isso não tem nada a ver...

Então, precisamos reafirmar isso. Eu acho que esses comitês... E também estou em Pernambuco pautando a temática LGBT na exploração sexual.

CD144292764773

Apenas para exemplificar, estamos em Pernambuco com um adolescentetrans, que foi violentado sexualmente e privado de liberdade na unidade da FUNASE do Cabo. Também na unidade do Cabo houve um estupro de um adolescente por outros dois adolescentes. Isso dentro da unidade. Ninguém viu, ninguém sabe. Isso só foi publicado na mídia porque esse adolescente chegou ao hospital da restauração quase morto, já que fora sufocado com um lençol.

Então, a gente precisa começar a olhar esses meninos mesmo privados de liberdade, esses meninos que estão por afora nos “espaços de pegação”, como dizem. Estão na exploração sexual sim, estão sendo mortos. E são só dados estatísticos, como um *gay* assassinado por homofobia.

A gente pode começar a dar visibilidade também a esses meninos. A gente deu por muito tempo às meninas. Não estou dizendo que a gente não vai falar das meninas. É preocupante sim o caso das meninas, mas temos de falar também dos meninos.

Lá em Pernambuco, eu já fui na Conselheiro Aguiar e na Bernardes Vieira de Melo, que são divisões, guetos de meninos *gays*, trasvestis e trans. São locais de exploração sexual. Existe um mercado sim, e não é de pessoas de baixa sociedade, são pessoas de alta sociedade sim que compram o serviço. Isso é mais ou menos o que pretendia lembrar sim, porque sou uma das mães pela igualdade, mãe de *gay* — não tenho vergonha de dizer — *que foi* assassinado no Estado de Pernambuco. Mas gostaria de apresentar os avanços.

Tivemos muitos avanços com a criação, com a chegada dos comitês. Não sei se é um avanço que a gente pode falar. As agendas de convergências.

CD144292764773

Em Pernambuco, estamos mapeando os locais onde há grandes festas, principalmente Cabo de Santo Agostinho, que tem o *Trem do Forró,* e Caruaru. São grandes festas que vão cair mesmo no momento em que acontecer a Copa das Confederações, com dois jogos em Pernambuco. Serão colocados vários telões em Municípios de extrema vulnerabilidade de exploração sexual, principalmente em Cabo de Santo Agostino.

Reuniões com os Municípios. A gente está agregando os Municípios principalmente na região metropolitana, que vão ficar mais próximos da Cidade da Copa, onde tem a Arena. A preocupação nossa não é na Arena, é com o espaço da arena, porque ali é espaço da FIFA. A nossa preocupação é com os locais distantes: e com os estacionamentos, com os locais e comunidades de baixa renda próximas à Arena, onde vão acontecer a situação de exploração. Porque ela não vai acontecer próximo à Arena. Não adianta a gente mapear, a gente botar ponto lá. Não é estratégico, não. A gente precisa é mapear o entorno dos 2 quilômetros que a FIFA disponibiliza.

Aqueles entorno é que é preocupante para a gente. E aí eu trago as dificuldades. Eu vou trazer, com a experiência de Pernambuco, e os mapeamentos que a gente tem feito.

Tráfico de pessoa. Recife, Pernambuco, é rota. É rota, é uma das rotas de tráfico de pessoas, tráfico de drogas.

Então, a gente já viu agora, teve um jogo para a inauguração da Arena, a gente já viu que adolescentes, eles já foram detidos, e a polícia traz como isso que são as adolescentes que estão no tráfico de droga. Então, isso já começou a me preocupar com relação a essa questão. Porque, assim, a gente lá, até a própria mídia fala: *“Tem pena, leva para casa”.*

CD144292764773

Então, a gente retorna àquela questão da redução da maioridade penal, das questões das menininhas: *"Você gostou? Você quer?"* Então, é uma das dificuldades.

A polícia. A polícia, ela não tem pena, não tem dó. E, mesmo quando é uma menina, uma adolescente que é apreendida, porque estava em situação de exploração sexual, ela nunca é vítima. Ela foi porque ela quis. Não é? E nunca é vista da forma de vítima. Então, assim...

A questão de segurança pública, ele não está discutindo com a gente no comitê, a gente não está discutindo.

O projeto de... Eu já digo que é um projeto de higienização porque está na cara aí, a retirada de moradores de rua, de LGBTS, de mulheres que estão vivendo na rua. Isso é um projeto já que já vem de uma bancada evangélica aí que não...

Dois minutos e eu vou fechar a minha fala aqui, rapidinho. E aí eu já tinha colocado a redução da maioridade penal, mas a minha preocupação é com o projeto de higienização, que está retirado de forma inadequada, de forma brusca. Os meninos estão colocando... Eu digo que estão colocando a sujeira debaixo do tapete, onde o Estado não tem uma política pública afirmativa na garantia de direitos humanos para a população que está na rua, para as minorias, principalmente para as mulheres públicas, os LGBTS.

Então, assim, eu agradeço a oportunidade. Fiz uma fala bem rápida para ter um entendimento."

PRONUNCIAMENTO DO SR. FRANCISCO JOATAN FREITAS SANTOS JUNIOR – Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Ceará.

CD144292764773

“Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento a Mesa, Deputada Erika Kokay e Deputada Liliam Sá, e a plenária. Queria registrar a presença aqui da Viena Pontes Leão, da Assembleia Legislativa do Ceará, da Comissão da Infância e Adolescência; da Graça Gadelha, que participa e organiza lá, do Instituto Aliança; da Leila Paiva, que esteve até há pouco; e do Fernando Luz que trabalha com o Paí e são companheiros nessa luta de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Eu vou fazer rapidamente aqui, espero, uma apresentação no *PowerPoint*. A gente representa a Coordenadoria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará. Eu vou ver se consigo ir passando aqui.

A COPDH é coordenada pela Dra. Michele Camelo, Defensora Pública. Eu sou assessor para a Pasta de Crianças de Adolescentes. E a COPDH, juntamente com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, coordena o Comitê da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, a Agenda de Convergência no Ceará.

Há uma ideia, também, de a Comissão da Infância e Adolescência participar desta coordenação do Comitê local da Agenda de Convergência lá no Estado .

Cabe à COPDH — e eu vou me apresentar rapidamente — assessorar a direção e a gerência superior do Gabinete do Governador, na formulação de políticas e diretrizes voltadas para a promoção dos direitos da cidadania da criança e do adolescente; das pessoas em situação de rua; em situação de trabalho indecente e degradante; das minorias e de sua integração à vida comunitária e à educação; e da defesa dos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Diretos Humanos — PNDH3.

CD144292764773

Bom, o Ceará, localização: Nordeste. Se o Distrito Federal tem dificuldades com questões estruturais e financeiras de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, imaginem no Ceará, num período de seca e num período de uma política que a gente está tentando mudar.

Segundo o Disque Denúncia — e aí foi um apanhado feito pelo CIA, Comissão da Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa, Viena —, nós temos, de janeiro a abril de 2012, 1.546 casos de denúncias de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes. De janeiro a abril de 2013, 2.153 casos, um aumento de 39% nas denúncias, ou seja, 793 para cada 1 milhão. O Ceará está em 15º no *ranking* nacional. Esse *ranking* não quer dizer, necessariamente, a realidade da violação dos direitos humanos, mas a realidade das denúncias.

Ainda sobre o Disque 100, o abuso sexual: 405 casos. O Ceará ficou em 10º,agora, de janeiro a abril de 2013. E a exploração sexual, 119. Nós estamos em 9º. Ou seja, são casos de denúncias que o Comitê está trabalhando. Aí a participação na Agenda de Convergência, aqui em Brasília. A gente está registrando em fotos para não ficar tão cansativa a apresentação.

Fazem parte do Comitê da Proteção Integral de Criança e Adolescente do Estado do Ceará: a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Governo do Estado do Ceará; a Prefeitura Municipal de Fortaleza — e eu queria registrar a importância da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza —; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; a Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região — Dr. Antônio Lima, Procurador, que dá muita força ao Fórum de Erradicação do

CD144292764773

Trabalho Infantil; Ministério Público: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, que é a Dra. Antônia Lima, que também é muito ativa; o Núcleo de Atendimento da Infância e Juventude, o NADIJ, com a Dra. Juliana Andrade, então, o Ministério Público e a Defensoria Pública: muito ativos no processo; a Assembleia Legislativa do Ceará, Comissão da Infância e Adolescência; a Coalizão Brasileira de Esportes, que participou da semana de 18 de maio, depois, eu falo mais detalhes; o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual; a Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua; e o Fórum DCA.

Fiz questão de citar para mostrar a integração e o esforço que estamos fazendo para trabalhar Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ministério Público, Defensoria, Assembleia Legislativa e sociedade civil.

Voltando um pouco, a Agenda de Convergência começou em 2012. Eu citei vários detalhes, não vou me alongar, porque não dá para contar esse histórico aqui, e a gente vai perder a oportunidade de ir para o mais importante.

Mas, desde 2012, havia do GT Copa, Grupo de Trabalho pela Copa, com o COMDICA à frente. E, durante o ano de 2012, o COMDICA ampliou para nível de Estado, incluindo o CEDCA, o Governo do Estado e outras Secretarias.

Lembrando que a STDS, Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, no Estado do Ceará, também participa do processo, juntamente com outros setoriais.

Bom, em 2013, nós tivemos reuniões do GT ampliado, que ampliou oficialmente o Comitê; a preparação do Seminário de Disseminação, onde a Angélica Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Criança e

CD144292764773

Adolescente, participou lá na STDS, no Ceará. Já aconteceu o 3ºI Encontro dos Conselhos da Fundação Itaú Social, que organizou, e o Seminário da Proteção Integral, já em 2013.

Bom, esta é uma foto que mostra, na STDS, o Secretário, o Coordenador de Direitos Humanos, CEDCA, COMDICA e Ministério Público participando da preparação do seminário.

Aí o seminário da Agenda de Convergência. Não sei se dá para ver na distância aí, mas dá para identificar a Secretária Angélica Goulart e técnicos da Secretarias e da sociedade civil.

Bom, quais são as contribuições que o Comitê considerou importante nesse processo? Articulação ampliada e matriz de responsabilidades para cada membro participante do Comitê de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, o Comitê da Proteção Integral. A ideia de um Comitê gestor local, com a participação do Estado e da Prefeitura Municipal, coordenados por eles, porque a responsabilidade do Estado é garantir esse direito, seja nos grandes eventos, seja nas grandes obras.

É o caso do Pecém lá do Ceará. Você tem lá o Porto do Pecém e uma população de no máximo 40 mil habitantes; chegando a 12 mil, com tendência a duplicar para 25 mil trabalhadores, em uma situação verdadeiramente dramática. Lá na região, há Municípios pequenos com um porto gigantesco, grande quantidade de homens e uma ameaça aos direitos humanos de crianças e adolescentes constante.

A ideia de criar um decreto estadual já foi aprovada pelo Comitê. Está sendo discutida pela Procuradoria-Geral do Estado a legalidade da proposta do decreto do Comitê, para garantirmos a legalidade do processo.

CD144292764773

Mapeamento e utilização dos recursos. Aí a gente passa pelos Conselhos Tutelares.

Fortalecimento dos Conselheiros Tutelares. Fortaleza tem seis Conselhos Tutelares. A ideia é ampliar. Já tem uma proposta da Secretaria Nacional de Direitos Humanos para aumentar. A demanda é muito grande em Fortaleza, e a quantidade de Conselheiros Tutelares é pouca.

Ainda temos que trabalhar também o nível cultural. A questão de estar, realmente, preparado para atender a demanda. É um desafio que passa também pelas leis que regem os Conselhos Tutelares e as suas eleições.

Construção dos espaços de direitos durante a Copa e espaços de convivência. Estamos centrando mais na questão dos espaços de direitos, que não vão ficar restritos à Arena Castelão. Na verdade, vão funcionar na Delegacia, com a Dra. Ivana Timbó. Vão funcionar em cada setor e estarão preparados com equipes fora e dentro do Castelão para atender às emergências.

A gente acredita que as violações próximas à Arena vão ser muito controladas e, talvez, não apareçam. Fora da Arena, na periferia, nos bairros mais populosos, na beira-mar, a tendência de infrações, de violações é muito grande. A gente, do Comitê do Sistema de Garantia dos Direitos, está trabalhando para evitar esse caos durante esse período não só dos jogos, mas durante o período dos 15 dias da Copa.

Houve também a campanha em alusão ao dia 18 de maio.”

“Eu vou ter que realmente passar. A gente pode deixar aqui para as pessoas. Eu vou continuar. Eu sei, eu entendi. Houve uma campanha *Quem Cala, Consente.* Eu vou mostrar as fotos, aí vocês visualizam. Lá na

CD144292764773

Assembleia Legislativa, o cantor Raimundo Fagner participou. A Deputada da Comissão da Infância Beth Rose, a Coordenadoria de Direitos Humanos, o Ministério Público, STDS, todo mundo participou lá da discussão. É um projeto importante para Fortaleza. Isso já aconteceu no Estado e agora vai acontecer também em Fortaleza.

Aqui foi o jogo da proteção, que nós fizemos no Presidente Vargas, lá em Fortaleza. Aí se tem a Coordenadoria de Direitos Humanos, as Assembleias, ex-jogadores dos times do Estado, Ceará, Fortaleza e Juventude. Acho que o Sérgio Alves é do Ceará.

Aí você pode ver que na arquibancada está bem representativa a participação. Aí os dois times, Deputados, Vereadores, Prefeitos de 22 cidades. etc.

Aqui foi um evento na Assembleia Legislativa contra a redução da maioridade penal, porque, infelizmente, para o Ceará, foi aprovada uma menção de um Deputado local para dizer que a Assembleia Legislativa era a favor da redução da maioridade penal. De imediato, o Sistema de Garantia de Direitos se reuniu na Assembleia, e a gente fez um protesto, dizendo que o Ceará, a terra da luz, da liberdade, da libertação dos escravos, terra de Antônio Conselheiro, não poderia fazer uma desfeita desse com a juventude, com os adolescentes e as crianças do nosso País.

Contra o trabalho infantil, houve reuniões do FETI. E o PAI vai ser implantado pela Coordenadoria de Direitos Humanos em 22 Municípios do Estado do Ceará, os Municípios ligados à região litorânea e metropolitana de Fortaleza, além de São Gonçalo do Amarante, onde tem o Porto do Pecém, e a

CD144292764773

própria Prefeitura de Fortaleza, que vai ter um aporte para um novo PAI em Fortaleza, para fortalecer os bairros principais.

O objetivo geral é a implantação do programa em 20 Municípios do Estado do Ceará. Isso vai ser feito pela Coordenadoria de Direitos Humanos do Governo do Estado, sob a nossa Coordenação e da Dra. Michele Camelo. Os Municípios são muitos. Não vai dar para dizer. Vamos passar.

São as etapas do programa, mas eu acredito que boa parte aqui já conhece. Aí, na Prefeitura de Fortaleza, é a reunião com os 22 Prefeitos e Secretarias. A apresentação do PAI no Fórum DCA.

A COPEDH é coordenada pela Dra. Michele Camelo, que coordena também o Comitê da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o Ministério Público e as demais entidades da sociedade civil.

Meu muito obrigado e a gente está aqui.”

PRONUNCIAMENTO DA SRA. MAURA LUCIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA – Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Distrito Federal

“Oi. Boa tarde já a todas e todos.

Quero saudar a todos os integrantes da Mesa, na pessoa da nossa Deputada Erika Kokay e da Deputada também Liliam Sá; os demais companheiros dos Estados e cidades que vão sediar os jogos da Copa e, em especial, os estudantes e jovens, adolescentes aqui presentes, que estão nos acompanhando resistentemente até esta hora. Quero agradecer a presença a

CD144292764773

todos, além dos adolescentes, que estão aqui até este momento. É um debate, uma conversa importante.

Primeiro, acho que é importante demarcar, mesmo a gente tendo pouco tempo... Enfim, temos o desafio do tempo pela frente, do horário avançado, mas acho que é preciso demarcar alguns avanços que houve, sim, no Brasil, nos últimos 10 anos na área das políticas sociais. Sabemos dos vários desafios que foram colocados aqui, que são legítimos, concordamos. Temos o enfrentamento a todos eles nas nossas ações, nas nossas construções intersetoriais, mas é inegável a gente pontuar os avanços que o Brasil já teve no investimento e implementação de políticas sociais importantes nos últimos 10 anos, como eu disse, políticas como o SUAS — Sistema Único de Assistência Social muito relevante.

Ainda há grandes desafios para a sua implementação no Brasil, mas traz um modelo de gestão descentralizada e muito importante para as populações de maior vulnerabilidade neste País.

Houve avanço nas políticas de transferência condicionada de renda. É inegável a gente não verificar a importância do Bolsa Família e outras políticas com condicionalidades para a educação e para a saúde; avanço na própria política de direitos humanos e articulação e fortalecimento do sistema de garantia dos direitos humanos; avanços em políticas de emprego e segurança alimentar e nutricional.

Acho que isso precisa ser demarcado. Houve, sim, e está em pleno vapor o fortalecimento dessa rede de proteção e promoção social no Brasil. No DF, a gente tem um desafio muito grande. A partir de 2011 é que se começou um trabalho de implementar, em consonância com o Governo Federal, essas

CD144292764773

políticas sociais, essas políticas públicas no âmbito do Distrito Federal, para fortalecer a rede local. Até então, é notório e público, havia uma resistência muito grande da implementação dos programas, serviços e políticas nacionais no DF, em função de resistência política mesmo, da divergência política do Governo local com o Governo Federal. A partir de um nivelamento político de 2011 em diante, 2012, hoje há, sim, um trabalho de investimento muito forte na implementação sistêmica das políticas públicas no DF, seja das políticas de assistência social, transferência de renda, monitoramento e avaliação, fortalecimento das redes locais, educação, saúde, mas sabemos que muito ainda tem que ser feito. Há muitos desafios. Há muitos entraves para essa implementação mais efetiva e em rede, mas já há, sim, um compromisso maior de implementar políticas públicas voltadas para a violação de direitos, voltadas para as comunidades mais vulneráveis deste País. E o Distrito Federal não está na contramão nacional, não.

Eu queria destacar que a própria organização nacional de uma agenda de convergência para além dos governos, com um forte empoderamento e participação da sociedade civil, de outros organismos, do CONANDA, é fundamental para fortalecer as ações locais de cada cidade-sede. Assim como a iniciativa da CPI, da Câmara, do envolvimento de Parlamentares, como as duas Parlamentares que estão aqui presidindo e coordenando este evento, é fundamental o fortalecimento do Estado brasileiro para o enfrentamento dessas violações, desses desafios que se têm no âmbito das Copas, dos grandes eventos, das obras de grande impacto no País.

Vou passar muito rapidamente, porque a gente não vai ter tempo para aprofundar, mas para vocês terem um panorama de como o Comitê Local do

CD144292764773

DF está se organizando e o compromisso do Governo com políticas de fortalecimento da proteção integral de crianças e adolescentes a partir, inclusive, da criação da Secretaria da Criança. É uma Secretaria nova no DF, criada em 2011, com tarefas árduas e grandes desafios de articular uma rede de proteção local, de articular políticas, projetos, programas e serviços voltados à proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito local, estruturação e fortalecimento dos Conselhos Tutelares.

A gente já tem ações concretas sendo efetivadas no DF, desde equipagem, veículos exclusivos, formação continuada para os conselheiros escolares, fortalecimento de RH para funcionamento pleno das atividades de Conselhos Tutelares. Isso tudo já incurso aqui no DF e sob a coordenação da Secretaria da Criança do DF; coordenação e estruturação do sistema socioeducativo, também em construção, e reforma de novas unidades com base no SINASE, que é o Sistema Nacional Socioeducativo; também investimento no Plano Político Pedagógico — vamos chamar de PPP —, que, de fato, foque na ressocialização desses adolescentes.

Então, não adianta investir fisicamente em novas unidades conforme as orientações do SINASE, e sim em elaboração concreta de um plano que vise ressocializar esses adolescentes que cometeram ato infracional e estão internados.

Então, vem acompanhada das duas coisas essa dimensão. O próprio PPCAM, que vai ser implantado pelo DF e gerido pelo Governo do Distrito Federal, que é o Plano de Proteção a Adolescentes Ameaçados de Morte, que também é novo, vai começar a ser implementado pelo Governo do Distrito Federal agora, este mês, coordenado pela Secretaria da Criança. E uma série

CD144292764773

de outras ações, inclusive em articulação com o CDCA, para que a gente consiga garantir um modelo intersetorial de gestão local e fortalecimento da rede para proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Então, vamos entrar, especificamente, em função do tempo, na ação do Comitê Local. Esse Comitê Local, obviamente, surge já no âmbito dessa agenda de convergência, que, de fato, organiza, fomenta a implementação de políticas de proteção sistêmica com um olhar sistêmico e com sinergias voltadas para que a gente fortaleça uma rede permanente de proteção aos direitos de crianças e adolescentes. Enfim, as políticas públicas, as políticas não públicas, os sistemas de garantia de direto, todos esses convocados e conclamados a fortalecerem as ações de proteção no âmbito dos grandes eventos. É um espaço, de fato, de preparação dessas ações da rede ou preparação das ações em rede, que também é um desafio.

Construir a intersetorialidade no plano operacional, como disse o Cláudio, é um grande desafio nacional, não é um desafio só do Distrito Federal. No plano tático, realmente, nós já temos grandes avanços no Brasil. Mas, no plano operativo, vamos dizer assim, ainda estamos construindo. E acredito que nós vamos ter avanços, sim, legados importantes nessa área a partir principalmente da Copa do Mundo. A Copa das Confederações eu acho que vai ser um exercício importante para que a gente afine esse modelo, mas é a partir da Copa do Mundo que nós teremos desafios maiores, inclusive quantidades de jogos, uma mobilização internacional maior. Em função disso, acreditamos que esse modelo vai estar mais consolidado e podemos fazer uma avaliação mais efetiva para aprimorá-lo.

CD144292764773

Então, nesse sentido, o Comitê no DF é coordenado pela Secretaria da Criança e pela Casa Civil; ele tem oito Secretarias de Estados que estão aí, que eu não vou nominar, para a gente não perder tempo; a composição também prevê a participação do CDCA e entidades da sociedade civil. No dia 6, agora, nós já vamos ter uma reunião do comitê local mais ampliada. Até então, ele fez cinco reuniões, mais no nível governamental, para preparar seu plano operacional, para preparar suas ações e apresentar para sociedade civil e para os demais parceiros que compõem o Comitê um modelo já previamente discutido no âmbito do Governo para que receba contribuições, avaliações, e a gente consiga avançar mais fortemente para implementar um plantão integrado já no dia 15, em função do jogo da abertura da Copa das Confederações, aqui em Brasília, que, como todos sabem, será no dia 15.

Então, a reunião mais ampliada com o CDCA, sociedade civil, Varas da Infância, Defensoria Pública, Ministério Público e outros parceiros está prevista para o dia 16, em que a gente quer avançar bastante em relação ao modelo que já estamos elaborando no nível governamental.

As atribuições do Comitê estão aí na tela. Não vou ficar nominando porque a gente não tem tempo. É só para vocês terem um panorama. Uma das principais atribuições desse Comitê Local de Proteção é elaborar um plano integrado de proteção. Eu não vou também aprofundar isso. A gente não tem tempo, mas a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência e o próprio CONANDA, nas suas colocações, já falaram um pouco dessa dimensão, o que significa e quais são os desafios que temos pela frente na construção desse plano. É um plano intersetorial, para além do Governo, com importante participação da sociedade civil, dos movimentos, para apontar, de fato, as

CD144292764773

discussões que a gente teve aqui, as fragilidades dessa rede, os desafios, as lacunas de que a gente precisa dar conta, consolidar no âmbito de um plano integrado permanente, de proteção integral permanente, que a gente tem de estabelece no âmbito do DF, e eu acredito que no Brasil todo.

Quais são os desafios do Comitê de Proteção? Integrar e articular diferentes iniciativas e diferentes órgãos — isso não é fácil —; promover ações integradas e ordenadas, e eu diria coordenadas também; construir, dentro de uma proposta de proteção integral, ações, compromissos e investimentos; assinatura de um termo de compromisso, ou seja, um termo de fato que venha comprometer os órgãos governamentais e os órgãos não governamentais a implementar, de forma efetiva e permanente, esse plano de proteção, não só para as duas Copas que teremos por aí, mas para todos os megaeventos que o Brasil tem já tradição de realizar, e deixar um legado concreto em relação a essa proteção e a essa rede mobilizada.

Esse planejamento das ações do Comitê prevê três fases: a Pré-Copa, que são as ações de articulação, pactuação que a gente vem fazendo; durante a Copa, por meio de plantões integrados, por meio de fluxos estabelecidos — temos o modelo, inclusive, da Bahia, que tem nos inspirado, um modelo muito importante e temos aí uma publicação trazida para esse evento que tem nos inspirado para de fato operacionalizarmos esse modelo aqui no DF também; e a terceira fase é após a Copa, esse legado que precisamos deixar para população do Distrito Federal e para o Brasil todo.

Ações estruturantes para subsidiar essa elaboração. Nós definimos, no âmbito do Governo, nessas reuniões estratégicas, e por isso justifica, até o momento, a gente ter feito reuniões ainda no âmbito do Governo, uma das

CD144292764773

definições importantes que eu avalio é que o PPA — teremos uma revisão do PPA agora em setembro, se não me engano — tem de prever a inclusão de ações de proteção à criança e ao adolescente, no âmbito dos grandes eventos, ou seja, o Comitê tem que ter uma rubrica para implementar suas ações de fato, com orçamento, com recursos, porque, realmente, se a gente quer priorizar criança e adolescentes, o lugar delas é no orçamento da criança e do adolescente, é fortalecer o orçamento existente, e a rubrica, a marca do Comitê tem de aparecer no Orçamento. Então, nós temos a oportunidade agora da revisão do PPA. Há uma orientação do Governo para Secretarias que compõem o Comitê fazerem essa revisão, incluindo ações ou suplementando ações para, de fato, implementá-las no âmbito do Comitê de Proteção e seus desafios, além de já pensar ações novas sobre o PPA de 2016, para que a gente de fato consiga dar visibilidade e efetividade às ações, com orçamento, com rubricas específicas para isso.

Fortalecimento dos canais de denúncia é uma outra ação estruturante, os próprios Conselhos Tutelares, a participação efetiva dos Conselhos Tutelares nos plantões integrados, enfim, em todo o processo de construção dessa política intersetorial, além dos conselhos de direitos. Campanhas permanentes de ampla cobertura — acho que tem de fortalecer a campanha nacional, dar visibilidade à campanha nacional que já existe hoje, *Não desvie o olhar,* que é aquela campanha dos macaquinhos. Acho que a maioria aqui já conhece. É só para deixar um pouco mais claro — e já vou concluindo aqui para não deixar nossos companheiros tão angustiados —, criar uma campanha local de proteção no âmbito do Comitê. Já há uma demanda para a Secretaria de Publicidade Institucional do Governo do Distrito Federal para criarmos uma

CD144292764773

marca para o nosso comitê, uma marca de proteção integral de uma campanha permanente, para que a gente utilize essa campanha e a fortaleça, Karina, no âmbito do 18 de maio, no âmbito do 12 de junho.

Que a gente crie uma cara da proteção integral de crianças e adolescentes no Governo e para além do Governo no Distrito Federal. Acho que falta um pouco isso.

E tentar dar efetividade a essa campanha, gerar uma campanha de massa, que a população possa entender e ser comunicada dessa proteção, envolver de fato a mobilização, fortalecer a mobilização social em relação à proteção de crianças e adolescentes nesses megaeventos.

Há alguns desafios em relação aos recursos de plano de mídia que já existiam antes. A gente está meio fora do prazo, mas há toda uma negociação andamento para a gente ver se garante ainda para, no marco da Copa das Confederações, essa campanha vir a ter efetividade. Mas, com certeza, para a Copa do Mundo, essa campanha vai ser uma referência.

Nós temos o instrumental operativo do plano integrado, que tem duas fases. A integração e articulação da rede de proteção existente, o ordenamento e a sinergia dessa rede com as ações das políticas públicas, propostas que estão sendo criadas, novas ações ou ações já existentes; e a fase de implementação e criação de serviços e projetos novos. Ou seja, é uma fase do que existe hoje dentro das políticas públicas que compõem o comitê no DF; e uma segunda fase, uma segunda etapa de novas ações que podem e devem ser criadas para fortalecer essa rede, visando ao legado. Então, são duas dimensões: o que existe e o que pode passar a existir ou que está em processo de implementação.

CD144292764773

Também estamos prevendo, no âmbito do comitê, uma agenda de atividades esportivas que o esporte possa ter, está desenvolvendo ou possa vir a desenvolver no dia do jogo da Copa das Confederações e na Copa do Mundo, atividades nos centros olímpicos e outros equipamentos públicos do esporte que possam garantir o funcionamento durante os jogos ou em decorrência dos jogos, definição de equipes intersetoriais para compor o plantão integrado, Governo e sociedade civil, além do sistema de justiça, ocupação do espaço disponibilizado à Fan Fest, em conjunto com a Vara da Infância, VIJ.

Nós vamos ocupar o local da Fan Fest com uma equipe de proteção do comitê fazendo esse olhar de fato de prevenção. A Fan Fest está prevista para o dia 15. E temos a previsão de realização de pelo menos mais 3 reuniões do comitê local, com a participação da sociedade civil, do CDCA, do sistema de justiça, para que a gente ponha em execução todas essas ações e outros desafios que vão surgir a partir da discussão que a gente vai fazer de quinta-feira em diante dentro do comitê mais ampliado.

Seria isso. Agradeço a atenção a vocês. Estamos à disposição.”

PRONUNCIAMENTO DA SRA. HELYZABETH KELEN TAVARES CAMPOS – Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Minas Gerais.

“Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar pela iniciativa desta CPI, que propõe realmente ter um atendimento, um controle sobre esse fenômeno que possivelmente pode aumentar com os megaeventos.

CD144292764773

Eu gostaria de informar que, em Belo Horizonte, a gente tem uma situação meio peculiar. O Comitê da Copa já vem funcionando há 2 meses. Tivemos 5 reuniões.

Estamos tendo realmente uma oportunidade de transformar o limão em uma limonada.

De fato, acho que o País não estava preparado, não precisava de uma Copa e de tanto investimento em estádios de futebol, que podem ficar sem utilização, enquanto temos várias carências nas áreas de educação, saúde e direitos das crianças e adolescentes. No entanto, se o dado está aí e temos a Copa das Confederações e, em seguida, teremos a Copa do Mundo, nós estamos utilizando esse evento das Confederações para exercitar nossa capacidade de articulação em Minas Gerais.

O Estado de Minas Gerais tem a maior malha viária do País. Nós temos mais de 14 milhões de quilômetros quadrados, se não me engano, de malha viária federal. Temos 253 pontos de exploração sexual nas rodovias federais de Minas Gerais, dos 1.800 do País inteiro. Isso significa que é um quantitativo muito importante e que a CPI tem que estar atenta sim.

É importante sabermos que podemos comunicar esta CPI para que investigue, sobretudo, o norte de Minas, que tem o entroncamento de duas malhas viárias importantes, onde realmente ocorre exploração sexual comercial de meninas e meninos.

No entanto, Belo Horizonte foi a sétima cidade do Brasil a implementar o PAIR. Está aí uma grande solução para esse nó que nós temos. Belo Horizonte foi a sétima cidade porque estamos em um estado que tem a maior malha viária e o maior número de exploração. Na época, eram 260 pontos. Caiu para

CD144292764773

133 e voltou para 253. Portanto, os 1.800 pontos do Brasil continuam os mesmos, e os de Minas Gerais migraram, diminuíram, aumentaram. Eles estão sempre migrando para lugares onde há menos fiscalização. No entanto, temos essa mesma média de 200 e tantos pontos.

O que o comitê de Minas Gerais vem fazendo é que ele realmente consegue articular os segmentos, felizmente. Temos, claro, várias divergências. Não são reuniões necessariamente fáceis, porque cada um tem que se colocar na horizontalidade. Um juiz não pode ter mais poder que um policial ou que um secretário ou que um representante da sociedade civil. Em um comitê, você se senta na igualdade para a defesa de um interesse comum, que é o direito de crianças e adolescentes.

Temos tentado. Acho que temos feito progresso. Inclusive, na última reunião, ouvimos da Polícia Civil que eles vão autuar os adultos que estiverem colocando crianças no trabalho infantil. Isso me impactou enormemente, porque até então nós temos que fazer abordagem de rua, tentar convencer as crianças anão trabalhar, que isso é prejudicial à saúde delas. No entanto, elas insistem, porque acham que têm uma remuneração maior, inclusive, que a dos pais.

A polícia tendo essa atitude... A gente está sabendo agora que, encontrando uma criança em situação de trabalho infantil com o maior responsável, o maior será ouvido, porque ele está cometendo um crime sim. Criança menor de 12 anos não trabalha no País. O trabalho só é permitido a partir de 14 anos, o trabalho protegido.

Portanto, é uma atitude que, para mim, já foi um avanço. Já posso considerar o fato de estarmos sentados, todos esses segmentos do Judiciário,

CD144292764773

da polícia, da sociedade civil e Governo Estadual e Municipal. Essa é a única forma que temos, de fato, de enfrentar uma questão tão complexa, tão difícil de ser identificada, difícil de ser identificada, porque difícil de serem responsabilizados os abusadores. E nós sabemos que um processo para responsabilização do abusador dura, no mínimo, 5 anos. Para uma criança que foi abusada aos 5, falar no processo final, 5 anos depois... Ela já deveria ter ressignificado esse ato. Ela vai ser revitimizada quando tiver de repetir o fato diversas vezes, por anos a fio. E sabe-se ainda que 90% dos abusadores são do contato íntimo, do convívio da família dessa criança. Só 10% são desconhecidos. Portanto, são processos complexos. Existe um arrependimento na denúncia.

Nós temos que tratar com muita delicadeza todas essas questões. Inclusive, eu participei da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em 2004, que investigou a exploração sexual no Brasil. Na época, eu era Secretária de Assistência Social em Pompéu. Eu fui uma das denunciantes; sofro represálias até hoje e respondo a um processo — vou ser julgada este mês, inclusive — por denunciação caluniosa.

Então, não é fácil o enfrentamento a esse fenômeno. Mas eu desejo, de todo o meu coração, que esta CPI seja muito bem-sucedida, porque ela veio num momento importantíssimo para o País, em que vamos receber 600 mil turistas estrangeiros para a Copa do Mundo. Isso impacta enormemente! Nós temos um potencial de crianças pobres que já são vítimas de abuso intrafamiliar e que estão aptas para serem captadas pelas redes de exploração, de tráfico humano.

CD144292764773

Portanto, esta CPI tem uma função magnânima, e nós todos temos que, realmente, render o maior apoio ao Congresso, à Câmara Federal, que teve esta coragem, esta iniciativa.

Estamos à disposição. Em Minas Gerais, vamos trabalhar esse comitê como um exercício para que na Copa do Mundo de 2014 não haja violação aos direitos sexuais naquele Estado."

PRONUNCIAMENTO DA SRA. SANDLA WILMA BARROS - Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Bahia.

"Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Erika e agradecer pelo convite para estar aqui.

Vamos falar sobre o nosso trabalho lá na Bahia, que já está em construção para a Copa das Confederações. Nós já instalamos o Comitê, que tem como objetivo fortalecer os mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em práticas esportivas e mobilizar as redes locais de proteção integral à criança e ao adolescente.

A metodologia para implantação do nosso Comitê foi a seguinte. Nós fizemos a sensibilização da rede com reuniões de articulação, elaboramos um termo de compromisso e o encaminhamos para toda a rede do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes e outras entidades que atendem a crianças e adolescentes. Fizemos uma reunião de instalação do Comitê, com o recebimento desse termo de compromisso, com a indicação de um titular e um suplente. Fizemos a eleição da Coordenação Executiva do Comitê, que é composto pelo SEDES do Estado, a Secretaria de Assistência Social do Município, o CMDCA e o CECA.

CD144292764773

Fizemos também a realização de um seminário para apresentação da proposta da Agência de Convergência, com a presença da Secretária Angélica, da Secretaria de Direitos Humanos. Posteriormente, realizamos uma oficina para elaboração da proposta do plantão integrado, do plantão de mobilização e os espaços de convivência. Nós reunimos a rede e, além de apresentar a agenda de convergência, nós fizemos subgrupos de acordo com cada especificidade de cada serviço, e construímos essa proposta de trabalho para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Estamos tendo reuniões periódicas no Comitê.

Está previsto para a Copa das Confederações um plantão integrado de proteção com estrutura de atendimento. Nós vamos montar esse plantão integrado próximo ao estádio, fora daquele perímetro da FIFA, mas próximo ao estádio, onde vão estar todos os representantes dos serviços de garantia de direitos. Serão quatro espaços temporários de convivência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Também serão quatro espaços em Salvador, onde haverá festas e telões para reprodução de jogos. E nós vamos montar esses espaços de convivência exatamente próximos a esses locais, onde também vai acontecer a busca ativa, que vai ser feita por uma abordagem social com a presença de conselhos tutelares. E vamos ter também, mais uma vez, o observatório de violações de direitos de crianças e adolescentes, que foi uma experiência piloto que nós começamos agora, no carnaval de 2013.

Eu vou falar um pouco sobre a experiência do carnaval, porque ele é o nosso megaevento de maior expressão na Bahia, onde nós colocamos mais de 2 milhões de pessoas na rua. Então, esse é um megaevento; inclusive, é

CD144292764773

bem maior do que a Copa das Confederações, bem maior do que a Copa do Mundo. Mas a gente sabe que tem especificidades bem diferentes, não é?

Então, nós fizemos no carnaval — e é o que a gente pretende fazer também agora, na Copa das Confederações — uma mobilização que foi realizada por equipes da Secretaria de Turismo e dos SEDES, e pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, nos circuitos, tanto no principal como nos alternativos, porque Salvador tem três circuitos de carnaval, ou seja, nos terminais rodoviários, portos, aeroportos, através dos equipamentos turísticos e da mobilização de atores sociais.

Também montamos três unidades de acolhimento. Uma, de responsabilidade do Estado, dos SEDES, acolheu 39 crianças e adolescentes na faixa entre 0 e 12 anos. São crianças retiradas do trabalho infantil ou que estão em outra situação de vulnerabilidade. Uma vez encontradas, vão para esse espaço de acolhimento e lá ficam durante o período do carnaval. Depois, são entregues aos pais. A SEMPS, que é uma secretaria municipal, montou duas unidades, em que atendeu a 52 crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 14 anos.

Quais foram as questões relevantes que a gente identifica? A falta de confiança e resistência dos pais em deixar seus filhos com pessoas desconhecidas, e também até com os vizinhos e com as instituições. Há falta de acesso à informação sobre os serviços públicos disponíveis, porque o Estado e o Município têm esses serviços de acolhimento, como também há falta de infraestrutura adequada para o funcionamento dos Conselhos Tutelares. E na retaguarda há sempre uma queixa constante. Em todo carnaval

CD144292764773

os Conselhos Tutelares se queixam dessa falta de infraestrutura, da falta de sinergia entre os atores do sistema de garantia de direitos, o que contribuiu para que os fluxos construídos, esses fluxos apresentados, não funcionassem de forma efetiva. Então, a gente precisa trabalhar mais com a rede, para que esses fluxos realmente sejam efetivos. A par disso, há ausência de um espaço de atendimento integrado para a criança e o adolescente.

Mas a gente está resolvendo isso agora, na Copa da Confederações. Montar esse plantão integrado é uma coisa sobre a qual a gente já vem pensando há muito tempo, mas só agora é que a gente vai conseguir efetivar. Cito também a ausência de preparação dos ambulantes e de condicionalidades, porque eles são cadastrados para vender seus produtos durante o carnaval. Daí, a gente pensa em criar condicionalidades para que, se esse ambulante for encontrado com crianças e adolescentes no carnaval, a gente ter como agir. Que ele seja responsabilizado por isso; Também dotar de estrutura e espaço lúdico os bairros nas proximidades dos circuitos, o que nós ainda não temos.

Eu vou falar rapidamente sobre a nossa experiência do Observatório, que foi uma inovação. O Observatório, na verdade, surgiu a partir da construção desses fluxos. Nós passamos quatro meses nos reunindo para a construção desses fluxos — Graça Gadelha, que vemos aí, nos ajudou muito nessa construção —, e daí surgiu a ideia de a gente criar o Observatório de Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes, por onde a gente iria sistematizar todos os atendimentos dos serviços a criança e adolescente durante esse evento.

CD144292764773

As situações observadas foram as mesmas com que nós construímos os fluxos, essas que vemos aí. Então, essas foram as instituições parceiras, com as quais nós fizemos uma parceria para obter os dados dessas instituições: postos de saúde, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Instituto Médico Legal, hospitais estaduais, FUNDAC, DERCCA, DAÍ, Conselho Tutelar, o CIAC e a SEMPS. O CIAC é o serviço de acolhimento da SEDES.

Então, para nossa surpresa, nós tivemos 58% dos atendimentos referentes a trabalho infantil durante o carnaval. Esse é o nosso calo, pelo menos lá em Salvador: o trabalho infantil. A violência sexual ficou com 1%.

Grupos mais atingidos. Nós tivemos o sexo masculino com 52%, o que representa a mesma coisa de outras faixas etárias, que é a violência de rua, porque o carnaval é uma manifestação de rua onde o sexo masculino é mais atingido do que o feminino. Com relação a raça e cor, os negros foram os mais atingidos também, com 57% dos casos, sendo que nós tivemos 35% sem informação. Então, se a gente pegar, se esses dados do “sem informação” fossem preenchidos, a gente teria um número bem maior aí de negros que sofreram violação. Adolescentes: 61% Com relação às infrações, que nós também detectamos as infrações dos adolescentes. Os que cometeram roubo e agressão estão com 21%, e o tráfico de drogas, junto com o porte de drogas, corresponde a 24%. O restante foi 1%, 6%, o que mostra que essa campanha pela redução da maioridade não se sustenta, não é?

Aqui eu vou só passar rapidamente o que chamou mais a atenção da gente. Dos adolescentes atendidos nos serviços de saúde, 12% corresponderam à intoxicação alcoólica. Quando a gente pensa que intoxicação alcoólica é aquele menino que chega no serviço já em pré-coma

CD144292764773

alcoólico, ou coma alcoólico, isso é um dado bastante significativo, porque não é aquele que tomou uma cerveja, mas aquele que já chegou quase em coma alcoólico ou mesmo em coma alcoólico.

Mais dados: 28% das crianças atendidas sofreram algum acidente. E aí a gente questiona: foi acidente ou é negligência? Porque em um evento de 2 milhões de pessoas na rua, crianças nesses locais, será que isso aí já não é uma negligência?

Um dado importante: os casos de estupro de crianças aconteceram fora do circuito. De crianças. De adolescentes, houve um caso só que foi dentro do circuito, mas, de crianças, os casos aconteceram fora do circuito, e correspondem à violência doméstica.

E mais: 58% dos atendimentos foram correspondentes a trabalho infantil. Só no ano passado, a SEMPS registrou 521 casos de crianças e adolescentes em trabalho infantil. Este ano, isso quase que triplicou. E 24% dos casos de adolescentes que cometeram infração estão relacionados a porte ou tráfico de drogas.

E aí, agora, quando a gente está finalizando o relatório desse Observatório, vamos encaminhar as listas dos atendimentos de todas as crianças e adolescentes, que foram ao todo 2.562, se não me engano, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e para a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de que façam o acompanhamento dessas crianças e adolescentes e suas famílias. Vamos difundir o relatório, rever o instrumento de coleta, e organizar o Observatório para a Copa do Mundo, porque para a Copa das Confederações nós já temos garantido que vamos, de novo, ter o nosso Observatório.

CD144292764773

Obrigada.”

PRONUNCIAMENTO DA SRA. MÁRCIA FRUET - Presidenta da Fundação de Ação Social de Curitiba, Paraná.

“Boa tarde a todos.

Deputada Erika Kokay, parabéns pela iniciativa! Acho que este é um momento tão bom de a gente discutir, porque um momento em que ainda as políticas estão tão incipientes.

Em Curitiba mesmo, os comitês não foram montados ainda. Temos, sim, uma Câmara Temática de Esporte e Ação Social, capitaneada pelo Estado. Infelizmente, a prefeitura também não foi convidada para compor na área de ação social. Então, nós estamos agora montando o Comitê de Enfrentamento à Violência.

Mas eu quero dizer, Deputada Liliam Sá — e também muito obrigada pelo convite — que Curitiba está com um propósito firme de ser declarada capital intolerante com a violência contra criança. Temos trabalhado bastante junto às demais Secretarias.

No dia 18 de maio, em alusão ao dia de enfrentamento à violência, nós assinamos um pacto também no Município, junto com os três Poderes do Estado também, para a redução da violência.

Principalmente, Deputada, uma questão que nos preocupa bastante é a responsabilização do agressor, a demora que existe nisso e a institucionalização da criança violentada, com seus direitos violados. Diante disso, nós chamamos o Núcleo de Atendimento à Criança da Polícia Civil e também o Tribunal de Justiça, e fizemos um pacto de redução de prazos. E redução de prazos influi desde os fluxos de atendimento.

CD144292764773

Para não alongar mais, agradeço a todos a presença e o convite. Gostaria de discutir mais sobre isso, que realmente é um problema, é uma chaga ainda na cidade de Curitiba, uma cidade tão bonita, onde assumimos agora e onde temos a preocupação não só dos megaeventos, mas da preparação toda, daqui até a Copa. E, depois da Copa, qual o legado que se vai ter?

Muito obrigada a todos."

PRONUNCIAMENTO DA SRA. MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO - Secretária Municipal de Assuntos Sociais de Belo Horizonte, Minas Gerais.

"Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar e parabenizar a nossa Deputada Erika Kokay e a Deputada Liliam Sá. Em nome das duas, cumprimento todos os demais Deputados presentes e os outros. Quero cumprimentar a Mesa aqui na pessoa da Bete Campos, que é lá de Minas Gerais, de Belo Horizonte, e parabenizar a todas e a todos por esta iniciativa.

Quero dizer que eventos como este são importantes para a gente nivelar o conhecimento, trocar experiências, avançar para além daquilo que cada um de nós está fazendo nas nossas cidades, nos nossos Estados.

Então, desejo sucesso a esta CPI. Que os resultados aqui sejam exitosos, transformem-se em ações concretas e efetivas, para a gente, realmente, avançar na defesa, proteção, promoção, garantia e restauração dos direitos de todas as nossas crianças e adolescentes do nosso Brasil.

Quero também dizer que Belo Horizonte está antenada, preparando-se para essa Copa, para esses megaeventos. Mas o mais importante de tudo o

CD144292764773

que foi falado aqui é que a gente possa legar algo, e que o legado a ser deixado seja de uma ação mais continuada de todos nós, nessa integração das ações, dos programas do sistema de garantia de direitos.

Que a gente continue, depois da Copa, com essas reuniões, com a integração desse sistema que envolve o Judiciário, que envolve a Polícia Militar, Civil, que envolve a Promotoria, a Defensoria, os Governos Estadual e Federal. Está-se trabalhando por uma ação conjunta de políticas, e que essas políticas sejam realmente efetivadas com a parceria do Legislativo e da sociedade civil. Que nós passamos, cada um de nós dentro das nossas responsabilidades, trabalhar para que a gente dê encaminhamento e consiga realmente efetivar essa política de proteção e promoção dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

Eu creio que mais importante de tudo o que se fala aqui, nós temos de reconhecer, é que as políticas públicas estão sendo fragilizadas. Se nós temos violações de direitos, a proteção básica está realmente falha. Então, nós temos que fortalecer o SUAS, estender os CRAS, os CREAS, os programas que existem de proteção à família. A família tem que ser protegida. Nós temos que fortalecer a capacidade protetiva de nossa família, porque ela é a primeira responsável pelas crianças e adolescentes, como temos de fortalecer as nossas políticas públicas de forma integrada, de forma que a gente possa otimizar os recursos humanos, os recursos financeiros e construir, realmente, essa plataforma e fazer com que a criança e o adolescente sejam, de forma verdadeira, a prioridade em nossas políticas.

Então, fica aqui registrado o nosso compromisso com esse pacto, a nossa participação efetiva, do Governo de Minas e da cidade de Belo

CD144292764773

Horizonte, e o abraço do nosso Prefeito, Márcio Lacerda, que não pôde estar aqui. A gente vem, com muita alegria, assinar esse pacto e assumir o compromisso de continuar esse debate, continuar essas discussões, para que a gente possa verdadeiramente, de forma compartilhada, construir essa política de forma efetiva.

Então, muito obrigada."

"Eu quero falar um pouquinho sobre esse material.

É um material do PAIR, que a Bete mencionou, que é uma forma de enfrentamento à violência sexual e aos tipos de violência contra criança e adolescente. Nós fizemos o *Manual de Boas Práticas*, trabalhando na qualificação dos bares e restaurantes, da rede hoteleira, da rede de transporte, com taxistas; trabalhando com as agências de turismo; trabalhando também com a questão da polícia, a questão da Guarda Municipal, para qualificar essas pessoas. Fizemos um material específico, fizemos porta-copos, fizemos porta-bolsas alusivo à questão do trabalho infantil, alusivo à violência sexual. E também vimos trabalhando no *trading* turístico. Temos uma parceria com o Governo do Estado para isso; não é só em Belo Horizonte, mas em toda a rede do *trading* turístico. Queremos que sejam qualificados com esse material.

Então, é um material específico. Depois eu vou deixar aqui para a Mesa um *kit* para cada um de vocês. Quem estiver interessado, pode entrar no *site* de Belo Horizonte, que esse *kit* está lá já explicitado e disponível para todos vocês."

PRONUNCIAMENTO DA SRA. MAURA LUCIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA –

CD144292764773

"Quero aproveitar esse gancho da Prefeitura de Belo Horizonte para anunciar também que o Distrito Federal está em processo de implantação do *Guia Escolar*, que é um guia que previne abuso e exploração sexual contra criança e adolescente. Ele é para identificação de sinais de abuso e exploração sexual no ambiente escolar, e destinado à comunidade escolar. É um guia elaborado pelo MEC e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ele está atualizado, e o DF está publicando 30 mil cópias. Em parceria com a Secretaria de Educação do DF, vamos implantar o *Guia* em todas as escolas do Distrito Federal e fazer um debate, uma discussão com a comunidade escolar do Distrito Federal, para fortalecer a identificação de abuso e exploração sexual e fortalecer a rede local de enfrentamento.

Além disso, uma campanha com os taxistas também foi feita. Ela foi já lançada, na semana passada, aqui no DF, para que os turistas, quando chegarem para as Copas, para os eventos, já encontrem nossos taxistas aqui no DF preparados, já conscientizados em relação ao enfrentamento da exploração sexual e do turismo sexual aqui no DF. É uma campanha em parceria com o SESI, com o Conselho Nacional do SESI, que o GDF lançou para mobilizar e sensibilizar a rota do turismo no DF. Serve, principalmente, para os taxistas locais."

PRONUNCIAMENTO FINAL DA SRA. PRESIDENTA, Deputada Erika Kokay –

"Obrigada, Maura.

Eu tenho um recado do Luan Queiroz: um convite, que diz que o Comitê Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o Fórum PETI do DF

CD144292764773

e a SEDEST lançam, nesta sexta-feira, o Fluxo de Atendimento da Rede de Enfrentamento do Trabalho Infantil. Esse documento traz os caminhos para o enfrentamento e, principalmente, os papéis de todos que fazem parte da rede: escolas, CRAS, CREAS, delegacias, etc.

Luan Queiroz, então, está anunciando que na sexta-feira será lançado o Fluxo de Atendimento da Rede de Enfrentamento do Trabalho Infantil. O Luan é funcionário da SEDEST — Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal.

Vou ler o pacto e, em seguida, chamar as Sras. Deputadas para colhermos as assinaturas da representante de Belo Horizonte e de Curitiba.

"Pacto pela Proteção dos Direitos da Criança e Adolescentes durante as Copas das Confederações e do Mundo no Brasil.

A CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituída na Câmara dos Deputados para apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. E, a partir de diagnóstico elaborado por meio de diligências, audiências e outros instrumentos legislativos, elaborará relatório indicando sugestões de indiciamento e criação ou alteração de políticas públicas com vistas ao estabelecimento de novos marcos referenciais para atuação do Estado brasileiro e construção de novos marcos legais a partir de proposições legislativas.

Dentre os fatos verificados pela CPI destaca-se a ampliação dos riscos a que ficam submetidas as crianças e os adolescentes durante a ocorrência de grandes e megaeventos nas cidades. Entende-se que tais atividades propiciam a realização de novas obras de infraestrutura, ampliam a movimentação

CD144292764773

financeira e estimulam o crescimento do turismo, contribuindo para o crescimento das cidades realizadoras dos eventos. Mas, em contrapartida, também geram o aumento da vulnerabilidade de crianças e adolescentes, que ficam expostos a maiores e diversos riscos.

No Brasil, além dos grandes eventos que já ocorrem, tais como carnaval, eventos culturais, festas típicas regionais, está prevista a realização de megaeventos que atrairão para o território nacional uma quantidade substancial de turistas: a Copa das Confederações de 2013, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

Trata-se de momento especial para os brasileiros. No entanto, precisamos fortalecer o sistema de garantia de direitos direcionado às crianças e aos adolescentes, no sentido de garantir que a proteção desses cidadão e cidadãs não seja ameaçada e/ou violada.

Em face de tal diagnóstico, o poder público brasileiro, aqui representado por autoridades de Municípios, Estados e Distrito Federal, signatários deste Pacto pela Proteção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Brasileiros, estudantes e megaeventos das Copas das Confederações e do Mundo, estão cientes das determinações legais dispostas pelo ordenamento jurídico brasileiro, ora delimitado pelo art. 227 da Constituição Federal, que diz que 'é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-

CD144292764773

los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.'

Assim, assumem perante os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da Câmara dos Deputados, os Poderes da República e a sociedade brasileira o dever de cumprir e fazer cumprir os direitos de crianças e adolescentes, comprometendo-se, a partir desta data, com os seguintes compromissos:

1. Criar campanhas educativas em toda a rede hoteleira, pontos turísticos e nas escolas da rede pública e privada, alertando para os riscos da exploração sexual e do trabalho infantil — a referida campanha deverá ter início na Copa das Confederações e deverá permanecer até o fim da Copa do Mundo, em 2014;

2. Garantir as linhas e montantes orçamentários adequados para efetivação plena das campanhas educativas;

3. Qualificar os profissionais de segurança pública para atuação preventiva e de proteção dos direitos de crianças e adolescentes;

4. Apresentar plano concreto de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, de forma a lhes garantir condições de realização de trabalho contínuo durante os eventos esportivos;

5. Manter plantões nas delegacias de proteção de crianças e adolescentes e nos conselhos tutelares no dia de realização dos megaeventos;

6. Fortalecer as organizações governamentais que compõem a Rede de Atendimento de Crianças e Adolescentes, com ênfase na proteção de direitos;

7. Estruturar um sistema de atendimento especial para proteção dos direitos de crianças e adolescentes durante os megaeventos;

CD144292764773

8. Garantir que a abordagem policial de órgãos do Estado a crianças e adolescentes em situação de risco deverá ser realizada com o acompanhamento de órgãos interessados no sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, em especial o Conselho Tutelar;

9. Garantir que não sejam decretados férias ou feriados escolares nos dias em que ocorrerem jogos oficiais da Copa das Confederações de 2013 ou da Copa do Mundo de 2014;

10. Promover iniciativas de esporte e lazer nas escolas da rede pública e nas vilas olímpicas;

11. Apresentar os planos de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, tendo em vista a aprovação de recursos orçamentários necessários para o desenvolvimento dos programas, projetos e serviços previstos na Lei Orçamentária de 2014;

12. Garantir a oferta de capacitação permanente aos profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com especial enfoque para a formação continuada de conselheiras e conselheiros dos direitos e tutelares.

O presente termo de compromisso fica sujeito a monitoramento e cobrança por parte de toda a sociedade civil, meios de comunicação em geral e pelos agentes operadores dos direitos da criança e do adolescente, podendo ser denunciado a qualquer momento pelo seu descumprimento.

Brasília, 4 de junho de 2013."

Eu gostaria de chamar o representante da Secretaria de Direitos Humanos, o Vinícius, que representa a articulação dos Comitês Populares da Copa, a Karina Figueiredo, que representa o Comitê de Enfrentamento da

CD144292764773

Exploração Sexual, a Deputada Keiko Ota, que faz parte desta CPI, e a Deputada Carmen Zanotto, para procedermos à assinatura deste termo que nós encaminharemos a outros representantes dos Estados e Municípios que sediarão jogos da Copa, para que eles também assinem o documento, aderindo a este Pacto.

Então, chamo as representantes das Prefeituras de Curitiba e de Belo Horizonte, e também a Maura, representando o Governo do Distrito Federal, para procederem à assinatura e, daí, caminharmos para a construção deste pacto que, muito mais que assinaturas num papel, é o compromisso orçamentário, compromisso com as políticas públicas, com as articulações, para que Copa do Mundo e megaeventos não passem a ser sinônimo de violação de direitos de crianças e adolescentes.

Chamo também a Sra. Edna, que aqui representa a Secretaria de Ação Social de Salvador, Bahia, em nome do Sr. Secretário Maurício Trindade.

Chamo para a assinatura a representante da Prefeitura de Salvador, Bahia, a representante do Distrito Federal, aa representante do Estado do Ceará, a representante de Belo Horizonte e a representante de Curitiba.

Solicito à Deputada Liliam Sá que proceda à assinatura como testemunha. Também a Deputada Keiko Ota e a Deputada Carmen Zanotto. E eu também assino.

Enfim, está assinado o Pacto!

Vamos encaminhá-lo a todos os representantes dos Municípios e Estados que sediarão jogos tanto da Copa das Confederações quanto da Copa do Mundo. Lembro que um pacto tem que ser tecido com prioridade absoluta,

CD144292764773

com prioridade orçamentária, com vontade política, para que nós possamos construir uma grande articulação.

Gostaria também de chamar a Deputada Jô Moraes, do PCdoB da Bahia, para que também assine o documento, já que ela é Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados.

Então, vamos encaminhar o documento a todos os representantes de Estados e Municípios para fazemos essa construção. Vamos disponibilizá-lo na Internet e fazer o acompanhamento através da CPI. Também é importante que possamos construir observatórios para o acompanhamento necessário.

Vamos organizar, com a autorização que vocês estão nos concedendo de utilizar o que aqui foi dito, uma cartilha acerca deste seminário. No segundo semestre, realizaremos seminário sobre os grandes eventos, provavelmente no mês de setembro, e queremos organizar um grande pacto legislativo, envolvendo os Deputados Estaduais e Vereadores, enfim, para construirmos um pacto legislativo em defesa dos direitos da criança e do adolescente, em particular de enfrentamento a toda forma de violência.

A violência sexual vitimiza crianças e adolescentes várias vezes, cria uma cadeia de vitimização. A criança é vitimizada, via de regra, pela pobreza; é jogada em situação de exploração, abre mão do seu corpo, dos seus direitos sexuais, que lhe são negados porque ela é coisificada — e muitas vezes lhes é negado o direito de falar. Porque a criança fala de várias formas, e essa fala não é reconhecida.

Vitimização e a culpabilização, particularmente de adolescentes, pela situação de exploração sexual: é preciso romper com isso, para que nós possamos romper também com a discriminação de gênero, com a

CD144292764773

discriminação social, com a discriminação étnica, via de regra, com a discriminação adultocêntrica, que não se permite porque viola a legislação que diz que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e destinatários de uma lógica de proteção integral.

Com essas palavras, e mais uma vez agradecendo a todos pela participação, nós damos por encerrado este seminário promovido pela CPI de Investigação da Exploração e Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes, em funcionamento na Câmara dos Deputados.”

CD144292764773

6. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA AVALIAR AS POLÍTICAS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM ÂMBITO NACIONAL.

A CPI colheu diversos depoimentos de autoridades e pessoas envolvidas na prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, os quais passamos a transcrever de forma sucinta.

Tendo em vista que, neste relatório, procuramos nos ater às falas dos depoentes, gostaríamos de proceder a um breve comentário acerca de expressões como “prostituição infantil”, “adolescentes que se prostituem”, entre outras, que são apenas expressões utilizadas em depoimentos, mas que não refletem o entendimento desta Comissão. Crianças e adolescentes não se prostituem, são exploradas sexualmente. Este é o conceito adotado pela Comissão que investiga justamente a exploração sexual de crianças e adolescentes. Feitos estes esclarecimentos, passamos aos depoimentos.

DEPOIMENTO DA SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO – (Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República)

Relatou que a CPMI contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, da qual foi Membro, denunciou mais de 200 pessoas, 250 pessoas participantes de redes criminosas. Mencionou um caso hediondo descoberto pela CPMI, no Rio Grande do Sul, de uma menina com deficiência física que era levada para determinadas festas por empresários e disputada entre os presentes. Ela era desprezada, maltratada, ridicularizada e abusada sexualmente. Afirmou que, entre os exploradores, havia políticos, policiais e

CD144292764773

juízes. Outro caso citado ocorreu em Mato Grosso do Sul, onde uma menina, era abusada sexualmente, recebendo como pagamento um vidro de xampu. Mencionou que, na Paraíba, as crianças levadas para a região portuária de Cabedelo eram obrigadas a trocar sexo por um pacote de bolacha recheada ou um iogurte. Relatou também que, no Ceará, havia um alemão, dono de uma pousada, que explorava sexualmente crianças pobres recrutadas na praia.

Lembrou que, antes de 2009, o juiz decidia se havia ou não presunção de violência, no caso de envolvimento sexual de adultos com crianças e adolescentes menores de 14 anos. A CPMI propôs a alteração da legislação penal, retirando essa faculdade do juiz e considerando esses casos como de estupro de vulnerável. Assim, é injustificável que o STJ tenha decidido pela impunidade de réu que explorava sexualmente três meninas de 11 anos.

Relatou que, em 2010, seis anos após a realização da CPMI contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, foram identificados 1.820 pontos vulneráveis de exploração sexual de jovens.

Afirmou a Depoente que 98% dos Municípios dispõem de conselhos tutelares, mas questionou a qualidade do atendimento nessas instituições. Sugeriu que a Comissão em curso analise a situação das crianças que estão nos abrigos. Afirmou que existem 36 mil crianças nos abrigos do Brasil, de acolhimento institucional e que muitas delas sofrem exploração e abuso sexual.

DEPOIMENTO DA SRA. PATRÍCIA SABOYA – (Deputada Estadual pelo Ceará)

A depoente considerou a decisão do STJ absolvendo estuprador de jovem como um dos maiores retrocessos já presenciados. Disse que não consegue entender como nos dias de hoje alguém pode ter essa compreensão

CD144292764773

de que uma criança de 11 anos, uma criança de 10 anos ou uma criança de 12 anos seja capaz de seduzir um adulto.

A Depoente informou que, após a conclusão dos trabalhos da CPMI contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, das 250 pessoas indiciadas e das 832 denúncias, foram entregues apenas 80 casos dos mais graves levantados pela CPMI. Desses, 55 tiveram inquéritos e processos instaurados, mas, apenas em 18 deles, foi possível traçar um diagnóstico preciso dos seus desdobramentos até essa data, que foi 2007, não mais 2004. Ao final, somente 3 criminosos foram condenados. E em apenas 7 casos, houve a adoção de medidas de proteção às vítimas.

Mas, quando eu vejo uma decisão como essa do STJ, eu fico pensando que quem violenta e estupra deve pensar: *"Que maravilha! Este que é o País dos meus sonhos! Meu Deus! Uma menina de 12 anos, você pode chegar lá, fazer sexo com ela, e simplesmente ninguém é punido"*. O cliente não é punido, ninguém é punido.

Só são punidas as crianças, porque elas vão ficar estigmatizadas e marcadas para o resto da vida delas. Elas conseguiram ter coragem de denunciar! Imaginem o que é uma menina de 10, 11 anos ter coragem de denunciar que um adulto, muito maior do que ela, muito mais rico, muito mais poderoso, muito maior no tamanho, a violentou. E ela tem coragem de dizer! Aí chega um Ministro do STJ e diz: *"Mas ela não era mais virgem. Ela já se prostituía."*

Eu acredito que há uma falha nos operadores do Direito, na aplicação da lei. Acho que isso é fundamental. Se os nossos operadores não forem capazes de cobrar a apuração desses casos e de aplicar a lei que já existe, nós vamos

CD144292764773

continuar fazendo CPI todo ano. Nós vamos continuar investigando exatamente as mesmas coisas. Nós estamos hoje trabalhando não é mais com cafetão, com cafetina, mas com redes, redes muito bem aparelhadas, internacionais e fáceis de se construírem e, ao mesmo tempo, facílimas de serem desconstituídas, portanto, difíceis também de serem pegas. Então, se nós tivermos um sistema forte que responsabilize esses criminosos, um sistema de operação que seja capaz de equipar as cidades com todo um sistema jurídico, como eu disse, de delegacias especializadas, de fóruns especializados, de Ministério Público, de Defensoria Pública, também os casos ficarão sem ser investigados.

Os Conselhos Tutelares — e já eram uma mão que veio nos ajudar — são tão mal aparelhados, são tão mal preparados muitas vezes que acontece que ou atrapalham ou não conseguem fazer, cumprir a sua tarefa de forma alguma.

DEPOIMENTO DA SRA. LUCIANA VIDAL (Assessora Técnica do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

Explicou a depoente que, no caso da exploração sexual de crianças e adolescentes, o órgão lida com violação de direitos propriamente e que que todas as ações, todas as políticas implementadas através do MDS e da Secretaria Nacional passam necessariamente pela pactuação da Comissão Intergestora Tripartite, que envolve representação dos Municípios e dos Governos de Estado.

CD144292764773

Destacou que a proteção social desenvolvida na rede básica atua principalmente com a prevenção, através dos CRAS, que são Centros de Referência de Assistência Social, que passaram de 454, em 2003, para 7.211, em 2012.

Citou ainda o CRAS, que não é um espaço e um serviço público destinado ao atendimento a vítimas de exploração sexual, mas tem papel fundamental na prevenção.

A depoente mencionou que, em 2008, foi implantado o Censo SUAS, que é um mecanismo de controle e monitoramento da política, muito mais na perspectiva de qualificar as ações do que exatamente controle no sentido simplesmente de observar se está funcionando ou não, mas também de trazer informações que qualifiquem as ações da assistência social.

Quanto aos registros de atendimento dos CREAS, a depoente apresentou as seguintes estatísticas: crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, a gente tem o registro de 41.477 casos; crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, 68.362; vítimas de exploração sexual, 9.735; vítimas de negligência ou abandono, 45.614; em situação de trabalho infantil 35.187 até 15 anos.

Explicou ainda que alguns Estados implantaram CREAS regionais, mas que não existe uma orientação normativa da Secretaria Nacional pactuada com o Conselho Nacional de Assistência Social para oferta dessas unidades e, consequentemente, do serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

CD144292764773

Outro aspecto mencionado foi que o CREAS não tem como função fazer Investigação, mas que devido à deficiência de outros setores, esse tipo de trabalho também tem chegado aos CREAS.

Com respeito à relação existente entre exploração sexual de crianças e adolescentes e a situação de pobreza, destacou os programas adotados pelo Governo Federal com o objetivo de transferir recursos para famílias mais pobres.

Mencionou também que os profissionais de saúde, quer através do Programa Saúde da Família, da estratégia Saúde da Família, ou mesmo das unidades de atendimento dos profissionais médicos propriamente, também são espaços de identificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes.

Relatou que, em 2008, a Secretaria Nacional implantou o Censo SUAS, que é um instrumento de monitoramento e avaliação da rede de serviços. O Censo SUAS é todo informatizado, os Municípios acessam desde o aceite. O Sistema Único de Assistência Social tem avançado na informatização dos procedimentos. Então, desde o aceite o Município que vai ofertar lá na sua localidade um serviço de assistência social, ele faz esse aceite via sistema, informatizado, e também ele vai alimentar esse sistema com as suas informações.

Para o ano de 2012, a novidade é o cadastro, tanto na rede CRAS como na rede CREAS, de todas as famílias em atendimento e com as suas especificidades.

Destacou a importância da intersetorialidade. Na medida em que é feita a busca ativa por meio da abordagem social, com o acolhimento de crianças e

CD144292764773

adolescentes, há a participação de uma equipe de trabalho do CRESS formada de Assistente Social, psicólogo, educador e, no CREAS, também de um advogado, não para defesa, mas para orientações dos trâmites jurídicos e sobre as instituições que podem prestar defesa judicial como a Defensoria Pública.

No que tange ao tratamento das sequelas resultantes da violência sofrida, a Assistência Social faz o encaminhamento para o atendimento clínico via sistema de saúde.

Quanto à dinâmica do CREAS, fez o seguinte relato:

"Alguns CREAS organizam grupos de meninas que vêm da exploração sexual e fazem um trabalho de fortalecimento dessas meninas, inclusive por meio da Psicologia, para que elas lidem com os problemas decorrentes da vivência precoce que elas tiveram. Agora, o atendimento individual, as sequelas de saúde, o encaminhamento é via Unidade Básica de Saúde propriamente, e, nos casos mais graves de sequelas, para a rede de atenção especializada em saúde mental.

Estou relatando experiências que já identificamos por aí de uma orientação federal e de como os profissionais na ponta... Acho que também temos de considerar que cada Município tem uma estrutura, articula uma rede. Não é uma ação passiva. Vai uma orientação técnica, vai um cofinanciamento e, chegando a esses Municípios... As equipes desses Municípios são formadas por profissionais — e saúdo o profissional de assistência social pelo dia de hoje — comprometidos e criativos, que lidam, inclusive, muitas vezes, com buracos na rede e buscam garantir esse atendimento.

CD144292764773

Longe de mim dizer que está resolvido o problema. Muito pelo contrário. Mas a rede de acolhimento também passa hoje por um... Nós temos em torno de 35 mil crianças acolhidas no País hoje, que é um outro debate. Existe esse diagnóstico também. Nós temos um levantamento feito em 2010 — é um levantamento, não é um censo — sobre a rede de acolhimento no Brasil. Esse levantamento mostra avanços nessa rede, inclusive, em grande parte da rede não governamental. E, quando digo avanço, digo profissionalização dessa rede."

DEPOIMENTO DO SR. DELANO CERQUEIRA BUNN (Delegado e Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.)

Explicou que a Polícia Federal tem como atribuição investigar crimes contra pessoas jurídicas de direito público e excepcionalmente existe uma área da Polícia Federal que investiga crimes contra a pessoa humana, e é a Divisão de Direitos Humanos que concentra todas essas atribuições: crimes contra a pessoa; crimes contra a criança; crimes contra trabalhadores escravos; crimes contra direitos humanos praticados por meio da Internet; tráfico de pessoas; tortura; grupo de extermínio; crimes contra a honra de servidor público federal em razão da função; ameaça de servidor público federal em razão da função; crimes de ódio praticados pela Internet; pornografia infantil; exploração sexual infanto-juvenil pela Internet. Esse é o nosso universo.

As nossas quatro unidades estão aí: o SETRAF — Serviço de Repressão ao Trabalho Forçado; um grupo especial aos crimes de ódio e pornografia infantil na Internet; uma unidade de repressão ao tráfico de pessoas e uma unidade de repressão a crimes contra a pessoa. A estrutura da Polícia Federal, não apenas cuidar de direitos humanos, mas para cuidar de

CD144292764773

todas as atribuições da Polícia Federal são estas aí: 27 superintendências e delegacias descentralizadas por região, o que totaliza 131 unidades da Polícia Federal. O nosso site: *www.pf.gov.br* tem todas essas unidades mapeadas, de fácil acesso. Dentro da nossa estrutura, nos Estados nós temos as Delegacias de Defesa Institucional, que são as delegacias que cuidam dos crimes de direitos humanos e crimes de assuntos sociais e políticos.

Então, existe um projeto já em andamento na Polícia Federal para a criação da delegacia de repressão a crimes violadores de direitos humanos, e que nós atribuímos será um divisor de águas dentro da nossa estrutura da Polícia Federal, porque hoje a área que cuida de direitos humanos cuida também de crimes eleitorais. Duas áreas extremamente importantes, como se pode proteger a criança e também cuidar dos crimes ligados à continuidade dos valores da nossa democracia. Duas áreas importantíssimas, e já existe um projeto em fase de maturação, autorizado pela Direção-Geral da Polícia Federal, mas é muito importante, todo o apoio que vier será muito bem vindo.

Mencionou que há 740 inquéritos, de 2005 até hoje, sobre tráfico de pessoas. O Brasil hoje é país de origem, trânsito e destino de tráfico de pessoas. Existe um mapeamento. Na Polícia Federal, nós temos dois sistemas que são: o Sistema Nacional de Procedimentos e o Sistema Nacional de Informações Criminais. O Sistema Nacional de Procedimentos tem dados sobre inquéritos instaurados e relatados. O Sistema Nacional de Informações Criminais são dados sobre indiciamento de pessoas. E aí a gente tem o mapa do Brasil com os locais com maior número de inquéritos instaurados.

Outro dado mencionado diz respeito aos crimes conexos. Muitas vezes há um indiciamento por mais de um tipo penal, além do art. 231, também

CD144292764773

quadrilha ou bando, rufianismo, favorecimento da prostituição, casa de prostituição e por aí vai. E aí, agora, sobre tráfico interno de pessoas, é o 231-A. Tem o tráfico internacional e o tráfico interno.

Destacou o importante trabalho realizado pela CPI da Pedofilia, que auxiliou muito a Polícia Federal. Com base nos trabalhos realizados pela CPI, foi criado um grupo chamado GECOP, que hoje tem assim uma diretriz muito bem já sedimentada dentro da Polícia Federal.

O depoente explicou a diferença entre pedofilia e pornografia infantojuvenil. “Pedofilia é a psicopatologia; tem CID, está classificada no Código Internacional de Doenças, esse F65.4, e significa atração por crianças, a psicopatologia de gostar de ter esse desejo fora do comum. É uma doença considerada pela... classificada com CID, Código Internacional de Doenças, pela Organização Mundial de Saúde”.

Disse que “a UNESCO classifica a pornografia infantil como qualquer meio de retratar ou promover o abuso sexual de uma criança. Então, primeiro, a pedofilia é a doença. A pornografia infantojuvenil é o meio de retratação. Podemos passar? E o abuso, por si só, compreende as diferentes formas de manifestação. Então, é uma nomenclatura técnica, que é importante a gente usar a nomenclatura correta num ambiente, num contexto mais adequado. Podemos passar? E aí eu vou falar um pouco das atribuições da Polícia Federal em matéria de repressão à exploração sexual infantojuvenil.

De acordo com o art. 144 da Constituição Federal, a Polícia Federal terá as atribuições de repressão aos crimes federais e aos crimes estaduais que exijam repressão uniforme, segundo dispuser a lei.

CD144292764773

Os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescente são de competência da Polícia Civil. Quando são praticados pela Internet, passam a ser de competência da Polícia Federal.

Em muitos casos, a investigação começa por meio da Internet. Através dos endereços IP, dados cadastrais, a Polícia Federal consegue chegar ao autor da divulgação que, em geral, é o autor da foto. A faixa etária dos criminosos é de 18 a 23 anos".

DEPOIMENTO DO SR. GIOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO – (**Coordenador-Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal)**

Explicou o Depoente que A Polícia Rodoviária Federal é uma polícia que trabalha no modelo ostensivo/preventivo e está dividida atualmente em 26 superintendências, 151 delegacias e 388 postos, totalizando atualmente 565 pontos de fiscalização, pontos de trabalho, pontos de apoio à sociedade. Passou o Depoente a explicar como é feito o mapeamento dos pontos de exploração sexual, nos seguintes termos:

"Na nossa Intranet, o nosso policial acessa um sítio. Nesse sítio, ele tem um questionário, e ele vai preenchendo, pela experiência dele, ele chega da ronda, de noite ele, passa por determinados pontos, ele acessa esse sítio e, nesse sítio, ele vai responder a algumas perguntas. Quem quiser acompanhar, na página 32. O policial preenche lá os dados do local — BR, quilômetro, hora do dia em que ele percebeu. Isso tudo é muito importante, isso tudo vai classificar o grau de vulnerabilidade. E ele vai responder: *"Neste ponto já houve casos de exploração sexual de crianças e adolescentes?"* Nós temos aqui historicamente, nesse último trabalho, que 474 responderam que sim e 1.302

CD144292764773

que não. *“Existem registros de ocorrência de tráfico ou consumo de drogas nesses pontos?” “Tem conhecimento da atuação do Conselho Tutelar no ponto em análise?”* É uma preocupação para a gente.

Trezentos e setenta e sete respondem que sim e 1.399 que não. *“Tem conhecimento”*, perdão, *“Existe prostituição de adultos neste ambiente?”* E aqui uma revelação, está até em vermelho na nossa tabela: 1.154 informam que sim, 622 que não, ou seja, um indicador de vulnerabilidade é exatamente que uma ocorrência de prostituição de adultos pode favorecer a ocorrência de uma vulnerabilidade infantojuvenil.

“Há constante presença de crianças e/ou adolescentes no local? Existe a presença de caminhoneiros no local? É um ponto de consumo de bebidas alcoólicas? Existe aglomeração ou estacionamento de veículos em trânsito? Há algum tipo de vigilância privada neste ambiente? Existe iluminação nesta área?” Enfim, esses são os aspectos que vão determinar o grau de vulnerabilidade.

O último mapeamento, este apresentado sexta-feira nesta Casa, apresentou 1.776 pontos considerados pelas nossas equipes como vulneráveis à incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes.”

Explicou que existem os seguintes graus de vulnerabilidade: crítico, alto risco, médio risco e baixo risco e que a quantidade de pontos aferidos ao final do trabalho foi de 1.776.”

Afirmou que o Disque 100 foi um avanço muito grande. O pessoal que cuida do Disque 100 envia denúncia via *e-mail* para as equipes da PRF, que encaminha a unidade policial mais próxima para o local. Quando a área é de jurisdição de município, a PRF aciona a instituição policial mais próxima.

CD144292764773

Mencionou que, de 2007 a 2012, 2.899 menores em situação de risco foram encaminhados pela PRF à rede de apoio. E, nos últimos 12 meses, 277 maiores foram detidos em situação flagrante de exploração sexual de crianças e adolescentes.

DEPOIMENTO DO SR. PEDRO COSTA FERREIRA – (**Coordenador do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.)**

Explicou que o Disque 100, em dezembro de 2010, passou por uma reestruturação. Ampliou a capacidade de atendimento e, além de atender crianças e adolescentes, passou a atender também idosos, pessoas com deficiência, a população LGBT, a população em situação de rua e denúncias de tortura.

Segundo o Depoente, essa foi uma mudança estrutural, até porque o Disque, que ficava sob a tutela do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes passou para a Ouvidoria de Direitos Humanos e, então, ampliou o leque de públicos atendidos.

Atualmente, segundo o Depoente, 85% das denúncias são de crianças e adolescentes. Em relação aos meses de janeiro a abril, houve nós tivemos um aumento de 71% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mencionou que, em, São Paulo, houve 6.644 denúncias somente neste ano; no Rio de Janeiro, 4.521, e, na Bahia, 3.634, o que, segundo explicou, não significa que nesses Estados ocorra o maior índice de violência, mas são aqueles onde as pessoas mais procuram ajuda por meio do Disque 100. Outro tipo de recorte é feito utilizando o número de denúncias para cada 50 mil habitantes. Nesse caso, aparece em primeiro lugar o Distrito Federal, com

CD144292764773

19,24 denúncias para cada 50 mil habitantes, seguido do Rio Grande do Norte e do Amazonas.

O Disque 100, de acordo com o Depoente, recebe denúncias de todo tipo de violência, as de violência sexual representam 22% desse total. Afirmou que atualmente o serviço conta com aproximadamente 450 teleatendentes. São todos eles universitários na área de Ciências Humanas ou Sociais, que passam por uma capacitação de, pelo menos, 40 horas. Inclusive nós temos a colaboração da Polícia Federal nessa capacitação e de outros parceiros da rede do Sistema de Garantia de Direitos. Essas pessoas fazem, além desse treinamento inicial, uma série de atividades de educação continuada, para que estejam preparadas e aptas para receber essas manifestações. Essas denúncias, muitas vezes, partem das próprias crianças e adolescentes que sofrem a violência. E nós estamos cada vez preparando melhor os teleatendentes para essa escuta humanizada. Porém, precisamos que os Estados e Municípios nos legitimem, recebam essas denúncias e entendam que a resposta é tão importante quanto a apuração, porque nós podemos centralizar um instrumento que centraliza essas informações e que ajuda também os próprios Estados e Municípios a pensarem na sua política de enfrentamento da violência sexual.

DEPOIMENTO DA SRA. KARINA FIGUEIREDO – Secretária - Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Disse que o Comitê é uma rede da sociedade civil, de organizações da sociedade civil que está presente em todos os Estados, cujo papel é mobilizar,

CD144292764773

articular localmente essa rede, com o fim de traçar estratégias para enfrentar a violência sexual contra a criança e o adolescente.

Mencionou que há uma extrema fragilidade no que nessa rede de serviços e de proteção. Primeiro porque os serviços não dão conta da demanda. Citou o exemplo do Distrito Federal, onde só existem sete CREAs, que são Centros de Referência Especializado de Assistência Social, para uma população de 2 milhões e 600 mil habitantes.

Destacou como um dos grandes problemas para o combate à exploração sexual de jovens a falta de aplicação adequada da legislação, tendo em vista a resistência por parte do Poder Judiciário em cumpri-la.

Mencionou um caso ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, em que um homem acusado de estuprar uma adolescente de 12 anos foi absolvido, tendo o Tribunal entendido que não houve crime diante do consentimento da garota e do fato de não ser mais virgem.

Outro caso relatado pela depoente ocorreu no Rio Grande do Norte, com a absolvição, pelo Tribunal de Justiça do Estado, de réu acusado de estupro de uma adolescente de 13 anos. Lembrou ainda outro caso de estupro de uma adolescente de 14 anos em São Paulo, com a absolvição do réu.

Destacou o pequeno número de varas especializadas no julgamento desses crimes no País. Também criticou a grande fragilidade das políticas públicas no que se refere a garantir atendimento às vítimas de violência, inclusive com a falta de um serviço especializado de atendimento às vítimas.

Mencionou ainda a situação existente em Porto Velho, Rondônia, com a construção de duas hidrelétricas no complexo do Rio Madeira, o que tem criado uma situação caótica na região, com ruas tomadas por bares que se

CD144292764773

transformam em pequenos bordéis, onde crianças e adolescentes são negociadas sexualmente, além da existência de uma rede de tráfico de meninas para serem exploradas sexualmente.

Disse que algumas autoridades locais ao serem questionadas sobre esses fatos respondem o seguinte: *"Bem, as mães que segurem suas filhas. Se elas estão lá é porque a mãe não segurou."* "A *gente não pode fazer nada. Os homens estão aí mesmo, e eles têm que extravasar." "Ela consentiu. Ela está lá porque quis, ninguém foi lá obrigá-la."*

DEPOIMENTO DA SRA. MARIE HENRIQUETA FERREIRA CAVALCANTE - **Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, do Regional 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB.**

Disse que a Comissão Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil da qual faz parte contempla dois Estados: o Pará e o Amapá e que um dos eixos de ação da Comissão é justamente o enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de pessoas, além do combate à corrupção eleitoral.

Em sua opinião, vivemos num Estado marcado pela cultura da impunidade, onde a lei tem servido para quem tem dinheiro. quem é pobre é punido, quem tem dinheiro, não.

Comentou que muitas crianças vivem numa situação de total vulnerabilidade, em todos os sentidos. Na Ilha do Marajó, as crianças vão se prostituir, são obrigadas a colocarem o seu corpo a serviço da exploração porque não têm comida dentro de casa.

CD144292764773

Disse que nessa região o Conselho Tutelar é porta de entrada para esses crimes e há muitos conselheiros tutelares coniventes e até envolvidos diretamente nessas práticas.

Disse que há crianças que vão vender óleo nas balsas e não mais retornam. Essas crianças são apreendidas pelos exploradores sexuais e as autoridades nada fazem. Também relatou casos de meninas que são adotadas e se tornam empregadas sexuais dos adotantes.

Também comentou que, em Curralinho, além da situação de exploração sexual, as redes criminosas apreendem adolescentes e as levam embora, inclusive para Caiena.

Mencionou um caso relatado no Município de Curralinho, de uma garota excepcional de 13 anos que foi estuprada por um cidadão cuja familiares tem fama de pistoleiros. A menina engravidou e, como a irmã do agressor trabalha no hospital, o exame de DNA deu resultado negativo.

Comentou também que nessa região a maioria das vítimas são de comunidades ribeirinhas e também indígenas.

Chamou a atenção para o caso de Altamira, onde a exploração sexual de jovens é alarmante, envolvendo crianças e adolescentes de várias idades, e onde prolifera o tráfico de drogas. Muitas meninas dessa região são traficadas para o Suriname.

Relatou denúncias apresentadas contra o Presidente do Conselho Tutelar de um Município, em que constam inclusive as imagens dele praticando sexo com uma criança. Esse homem continua presidindo o Conselho.

Disse ainda que muita gente é presa e depois solta e que as famílias das vítimas acham que não adianta denunciar porque a Justiça local não funciona.

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Capitão dos Portos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental — CFAOC.

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Este assunto é importante para todos. Inicialmente, eu queria externar o posicionamento da Marinha em relação a essas denúncias, ou seja, como a Marinha procede na qualidade de Autoridade Marítima.

A Marinha do Brasil é a autoridade marítima brasileira, em razão de uma atribuição subsidiária constante de uma lei complementar de 1999. Decorrente dessa lei, nós temos a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, conhecida como LESTA, e seu regulamento, que é o RLESTA.

Então, de uma forma bem genérica, o que essa lei coloca é que a competência da Marinha como autoridade marítima se restringe a verificar a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição hídrica.

As Capitanias dos Portos são agentes da autoridade marítima, ou seja, nós somos a linha de frente. No meu caso, na Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental, a minha jurisdição é de quatro Estados: Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre.

Temos, atualmente, dentro da Amazônia Ocidental, além da própria Capitania, oito agências subordinadas e vamos criar, em dezembro vai ser inaugurada, a nona agência em Cruzeiro do Sul. Ou seja, temos uma estrutura que procura cobrir toda a Amazônia Ocidental.”

DEPOIMENTO DA SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Chefe do Departamento de Registro, Fiscalização e Estatística da Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas — AMAZONASTUR.

CD144292764773

Após identificação e cumprimentos iniciais, prosseguiu com o seguinte relato: “E gostaria de iniciar a minha fala informando que essa questão do turismo sexual é uma externalidade realmente negativa do turismo sustentável. E essa denominação "turismo sexual", embora saibamos que existe, não é aceita pelo Código de Ética do Turismo, pela Organização Mundial do Turismo, mas é uma prática que nós sabemos que existe no Brasil inteiro.

Nós costumamos dar o nome a esse fato de exploração de crianças e adolescentes no turismo, tá. Então, não podemos fugir dessa realidade. Quanto às denúncias que foram feitas, devo dizer que temos conhecimento, sim, dessas denúncias. O Governo do Estado, através da AMAZONASTUR e do Dr. Oreni Braga, vem desenvolvendo um trabalho junto com o Ministério do Turismo, em especial junto ao Programa Turismo Sustentável e Infância — que é do Ministério do Turismo, o qual eu represento também no Estado —, além de outros parceiros como Secretaria de Ação Social, Municipal, Conselhos Tutelares e todos os órgãos afins, inclusive o Ministério Público. Portanto, estamos desenvolvendo ações pontuais para orientar e sensibilizar a comunidade, os empresários.

Durante as nossas visitas — e é parte do trabalho que coordeno no Estado do Amazonas — aos prestadores de serviços turísticos, que perpassam o setor hoteleiro, agências de turismo, embarcações de turismo, guias de turismo, fazemos essa orientação *in loco,* passando informações em relação ao aspecto legal, no sentido de que é crime e de que, se eles forem realmente coniventes, participarem e não denunciarem essa prática, eles estarão também praticando esse ilícito — e isso tem uma penalidade muito grande, tá.

Então, essa orientação, esse cuidado, esses seminários, essas visitas *in*

CD144292764773

loco, essas *blitze* junto com os órgãos que têm o poder de polícia durante ações ostensivas nós temos feito como Governo do Estado. É uma grande preocupação, sim, nossa, porque o turismo tem que ser social. O turismo só é bom para o turista se ele for bom para a comunidade. Então, a partir do momento que esse tipo de prática, que essa violência, que esse crime acontece e que realmente chega a atingir nossas crianças que estão à margem dos rios, é realmente muito grave.

O que tenho a dizer para vocês, mediante essa denúncia que foi e que nos trouxe até aqui, é que alas inteiras de motéis e hotéis estão servindo de alojamento para esses turistas de pesca esportiva, para essa prática, para esse fim. Nós não temos conhecimento oficial dessa informação. O que nós temos e que foi levantado, inclusive foi citado pelo Vereador Elias Emanuel, é que nós tínhamos um levantamento feito pela empresa estadual de turismo nos hotéis de Manaus e que, com certeza, poderia estar contendo essa informação.

O levantamento em 100 hotéis em que realizamos a nossa vistoria, ou a nossa análise, foi feito como temos feito nos anos passados, juntamente com o Comitê de Segurança e Ética no Turismo que tem no Estado, cada qual dentro da sua competência. Este ano, nós fizemos com foco na Copa, para levantar o estudo de infraestrutura, fazer um estudo da infraestrutura dos meios de hospedagem, dos serviços que estão sendo prestados, da questão da sustentabilidade e da acessibilidade. Procuramos identificar também se eles tinham essa política de combate à exploração de crianças.

Então, essa informação nós temos no nosso relatório. Agora, em momento nenhum, nem nos hotéis, nem nas embarcações, nem nos motéis, que foram visitados com o intuito de propiciar uma hospedagem alternativa

CD144292764773

para a Copa de 2014, não foi levantada essa informação, o objetivo da pesquisa não foi esse; foi justamente ver a capacidade hoteleira de oferta de leitos e UHs que Manaus teria para atender à Copa de 2014. Então, informações oficiais acerca desse assunto nós não temos, como nós não temos dados estatísticos. O Brasil inteiro, com certeza, também não tem dados estatísticos. Temos muitas denúncias em relação a essa situação.

Então, ocorre que estamos com algumas ações pontuais, como falei para vocês. Temos participado de programas de enfrentamento do PAI e temos participado do Comitê de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes Pró-Copa. Várias instituições estão desenvolvendo ações. Estamos tentando fazer em parcerias conjuntas, porque cada órgão, cada instituição tem a sua proposta, tem o seu programa. Nós estamos nos esforçando para fazer de forma integrada essas ações. Inclusive, nos dias 13 e 14, vamos ter uma organização não governamental — acho que é internacional, esqueci o nome dela no momento — que vai estar em Manaus também, reunindo-se com os guias de turismo, com os condutores de turismo com o intuito de orientar e sensibilizar para o combate a esta prática.

Então, nestas ações pontuais, estamos desenvolvendo, sim, essa orientação. Inclusive, em Parintins, eu gostaria de dizer para vocês que é o que temos de mais próximo em termos de estatística. Temos realizado uma pesquisa em Parintins e nos principais eventos que acontecem no Estado que nos apontam realmente essa situação. Nessa pesquisa, quando perguntamos à população local o que mais incomoda, qual o impacto negativo que esses eventos deixam é justamente a questão da prostituição e da exploração de crianças. Este é o impacto negativo número um e que percebemos que vem

CD144292764773

crescendo ano após ano. O que nós temos feito? Sempre com ações de campanhas, campanhas e campanhas.

Este ano, tomamos uma estratégia diferenciada, porque, se não se trabalha a base, se não se trabalha a família, fica difícil fazer alguma coisa. Nós visitamos comunidades ribeirinhas para orientar as famílias a não deixarem suas crianças se dirigirem a esses eventos, dizer para elas: é perigoso, não vão, ou, se forem, tenham cuidado, porque essa orientação, juntamente com o Ministério Público Estadual, que é importante para que possamos chegar à frente, fazer esse trabalho de formiguinha chegar às comunidades, nas escolas de ensino fundamental e mostrar para eles que isso é crime, que não pode, de uma forma simples, com uma linguagem simples, para que eles consigam entender o que a gente está passando para eles, para que, lá na frente, ninguém seja pego de surpresa. Realmente, não adianta fazermos ações pontuais, campanhas e campanhas, panfletos e panfletos, se não se trabalha a base.

Então, isto é fundamental. Esse olhar direcionado às comunidades, às escolas, essa nova meta nós traçamos realmente para chegar a minimizar ou até mesmo acabar com essa prática.

Em relação à pesca esportiva, temos conhecimento, sim, de uma maneira informal, até porque o perfil desse turista que vem para a pesca é de um turista de um poder aquisitivo alto; é um turista, na maioria, homem, que vem em grupos de 12 a 15 pessoas e pouco se aloja nos hotéis da cidade. Não estou dizendo que eles não se alojam. Às vezes, o turista que vem de São Paulo fica realmente em Manaus alguns dias, mas o nosso turista em potencial, aquele que vem dos Estados Unidos, normalmente, fecha um pacote e pernoita

CD144292764773

10 dias, de 7 a 15 dias, pelos nossos rios e se hospeda em parcos hotéis. É este o perfil que nós temos. Não estou dizendo que não acontece. Pode acontecer, até porque nós temos uma dimensão geográfica muito grande. Temos dificuldade de logística e tudo o mais, mas temos de encontrar aqui um meio de realmente chegar até eles.

Eu gostaria só de deixar, para esclarecimento, que a prática do turismo é uma atividade comercial como todos conhecem. O que nós devemos deixar bem claro é que uma embarcação que é esporte recreio, que muitas pessoas de poder aquisitivo médio e alto possuem e que muitas vezes recebem amigos que vêm de outros Estados, para fazer essa prática, nós não podemos considerar turismo, porque tanto para nós, do turismo, Estado, Ministério do Turismo, Governo Federal e Marinha do Brasil, a prática do turismo é uma atividade comercial que tem que estar registrada como embarcação de passageiro. Então, temos que diferenciar muito bem, tentar identificar e fazer um diagnóstico realmente desse tipo de embarcação que está sendo utilizada, a começar da base. Essas embarcações são de passageiros? Elas estão com fins comerciais, são para turismo ou são barcos de recreio, de lazer, usadas para esses fins, para atender a essas pessoas que vêm realmente para essa exploração no nosso Estado? Obrigada.”

DEPOIMENTO DO SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Presidente da Safernet Brasil.

Em relação à pornografia infantil, afirmou que recebeu 1 milhão, 263 mil e 253 denúncias anônimas no período de seis anos e nove meses, envolvendo 221 mil páginas hospedadas em 83 países.

CD144292764773

Na análise dos dados, informou o depoente que os Estados Unidos, por exemplo, no período integral, ou seja, de 2006 a 2012, os Estados Unidos hospedou 91% das páginas denunciadas no Brasil suspeitas de crime e que o Brasil foi responsável por hospedar 2,4% das páginas. Disse que o Orkut respondeu por 70% de toda a base de dados.

Disse que é muito fácil encontrar imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na *web*. Basta acessar o buscador de preferência e digitar algumas palavras-chave ou, por exemplo, algumas siglas, como, por exemplo, PTHC, que é uma abreviatura, uma abreviação de *preteen hard*-core *pornography*, ou seja, sexo pesado com crianças ou com pré-púberes. E se a pessoa digitar, por exemplo, após dar um espaço, um número 7, e colocar "yo", que é a abreviação de *years old*, anos de idade, em uma simples busca, com dois ou três cliques vai encontrar centenas de *links* que conduzem o usuário a páginas que contêm imagens, fotografias, vídeos de abuso de crianças de 7 anos de idade, crianças sendo estupradas, imagens essas que circulam livremente, são de fácil acesso e também comercializadas.

O depoente relatou que existem aproximadamente entre 400 e 450 *websites* que comercializam, que negociam a compra e a venda de material relacionado ao abuso e exploração sexual de crianças. Isso significa dizer o seguinte: que, para além do interesse de portadores dessa parafilia — porque a pedofilia é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como uma parafilia, como uma doença; tem cadastro no CID inclusive, no Cadastro Internacional de Doenças —, além de servir como matéria-prima e alimento para os portadores dessa parafilia, que consomem essas imagens, que colecionam essas imagens, que armazenam essas imagens e procuram,

CD144292764773

nessas fotografias e vídeos de abuso sexual de crianças, estímulo para suas perversões — porque a própria pedofilia é uma parafilia, portanto, é uma perversão sexual —, para além desse uso, digamos, doméstico, existe o comércio que se dedica a organizações criminosas, principalmente que operam a partir de alguns países, como Rússia, Camboja, Vietnã, Bulgária, que se dedicam a produzir imagens e comercializar essas imagens, por meio do pagamento *on-line,* utilizando, inclusive, as *bitcoins,* que são formas de transferência de recursos sem passar pelo sistema financeiro.

Há, também, segundo o depoente a chamada "*web* profunda" ou *deep web*, que é uma camada da Internet que não está indexada pelos buscadores; é uma camada da Internet não é acessível por um *browser* comum, por um navegador, como Internet Explorer ou Firefox ou Chrome. Para isso, é necessário instalar uma ferramenta específica para conseguir navegar nessa camada da rede que tem-se transformado no grande paraíso de atividades criminosas das mais diversas, desde a compra e venda de imagens de abuso sexual até outros crimes, como venda de arma, tráfico de pessoas, venda de órgãos, assassinato por encomenda, compra e venda de dados pessoais, de bases de dados, de cartões de créditos, de senhas, de plataformas conhecidas, que foram comprometidas, que foram atacadas.

Considerou um avanço a a Lei nº 11.829, de 2008, que permite a prisão em flagrante daqueles que estão armazenando, portando imagens de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

DEPOIMENTO DO SR. MARCEL LEONARDI - Diretor de Política Pública e Relações Governamentais do Google no Brasil.

CD144292764773

Disse que o Google tem tolerância zero com a questão da pornografia infantil *on-line*. Todo o usuário que é detectado, que tenha divulgado, que tenha armazenado, enfim, que tenha utilizado esse tipo de material tem sua conta inteira do Google encerrada e denunciado para o Ministério Público Federal e para o Micmac, órgão americano que possui banco de dados completo sobre abuso sexual infantil.

Trouxe dados de uma pesquisa divulgada em outubro de 2012, feita pelo CETIC — Centro de Estudos das Tecnologias da Informação e da Comunicação, no Brasil, que é mantido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil — CGI.br.

Segundo essas informações trazidas pelo depoente, 86% das crianças e adolescentes brasileiros já utilizaram um computador. A maioria desses acessos diz respeito a trabalhos escolares ou comunicação entre amigos. Também mencionou que quase 60% das crianças e dos adolescentes sabem bloquear mensagens.

Ainda relatou que 73% das crianças e adolescentes sabem configuram os controles de privacidade para restringir as informações que terceiros terão a seu respeito.

Citou uma reportagem da *Folha de São Paulo,* mencionava algumas redes sociais e entrevistou tanto pais, tios, parentes próximos quanto crianças e perguntava: "*Quem criou a sua conta na rede social? Quem a abriu para você? Como você alimenta isso*?" E as respostas eram estas - o pai, a mãe, muitas mães com orgulho: "*Não, fui eu que abri a conta do meu filho na rede social*".

CD144292764773

Mencionou ainda que, entre crianças com menos de 9 anos, 51% também já usaram computador. Também informou que pesquisa do TIC Kids confirma que, no caso de crianças com 5 a 9 anos, apenas 40% dos pais conversam com elas a respeito do uso da *internet,* quando o ideal seria na casa de 90%, 95%. Além disso, segundo a pesquisa, apenas 21% dos pais se preocupam em limitar o tipo de uso que os filhos fazem da *internet*.

Explicou o depoente que o Google mantém uma central de segurança familiar, um *site* que traz dicas e orientações para manter a sua família protegida *on-line*: linguagem simples, nada de tecnicalidades, nada de explicações complexas. Um deles é a busca segura, chamado de *safe search,* que pode ser ativado no computador de casa.

Disse ainda que o Youtube também tem um modo de segurança, que pode ser configurado pelos pais. Por fim, referiu-se ao sistema de filtragem de conteúdo nos aplicativos do Android, sistema operacional para celulares.

DEPOIMENTO DA SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Coordenadora do Conselho Tutelar de Altamira, Estado do Pará.

A depoente fez um relato estarrecedor, o qual pela sua severa importância para as investigações da Comissão, passamos a transcrever integralmente:

“No dia 13 de fevereiro de 2013 eu estava no meu plantão no Conselho Tutelar quando fui procurada por um cidadão que não quis identificar-se quando chegou àquele órgão.

Ele levou com ele uma adolescente de 16 anos de idade. No caso, ela faria naquela data 16 anos de idade. E chegando ao Conselho Tutelar, ele informou que teria encontrado essa adolescente no topo de uma ladeira,

CD144292764773

próximo ao Sítio Pimental, uma parte da obra do empreendimento de Belo Monte, e entregou a adolescente ao Conselho Tutelar. Foi quando nós a colocamos numa sala e fomos conversar. Ela informou ao Conselho que teria fugido de uma boate denominada Xingu, de propriedade do Sr. Adão; que ela estava lá há mais ou menos 2 semanas; que teria vindo de Santa Catarina em uma *van* com mais nove mulheres; dentre as nove, um travesti; e que todas estavam nessa boate sob cárcere privado, todas estavam lá com dívidas, cada uma, de R$ 3 mil. E ficou a dívida da viagem de vinda do Estado de Santa Catarina para o Pará. E que ela mesma teria chegado no dia... Já era noite quando ela chegou, junto com as outras. Foi levada por dois homens a um restaurante que, a meu ver, é um restaurante de fachada, que fica às margens da Rodovia Transamazônica, de propriedade também do Sr. Adão.

Chegando a esse restaurante, elas pernoitaram e, pela manhã, o Sr. Adão levou, juntamente com o seu filho, todas elas, na sua caminhonete, lá para a boate. Essa boate... Volto. O restaurante fica no quilômetro 27 da Rodovia Transamazônica. A boate fica depois da entrada do quilômetro 27, num travessão, quase 40 quilômetros para dentro.

Ocorre que, no momento em que nós fomos acionados e foi deflagrada a operação da Polícia Civil, Militar e Polícia Rodoviária Federal, para poder ter acesso à boate nós tivemos de passar por três guaritas de dentro do sítio de Belo Monte. Então, para eu poder chegar, juntamente com os demais, nós tivemos de passar por essas três guaritas, sendo que uma das guaritas tinha um vigia, um vigilante que nos atendeu. E, quando nós chegamos lá, a gente deparou-se com uma situação que muitas vezes a gente vê em novela e diz que não é verdadeira. Ficção é uma coisa, e na pele é muito mais difícil. Até

CD144292764773

então... O Conselho Tutelar entrou juntamente com a Polícia nessa operação porque a adolescente teria informado que poderia haver mais duas nesse local que ela achava que eram adolescentes também, e que os pertences dela teriam ficado lá na boate, e que nessa noite em que ela fugiu ela teve de fazer três programas. Dois dos programas foram com funcionários do consórcio construtor e o outro com uma pessoa que ela não conhece. Depois do que aconteceu, ela conseguiu fugir, informando para as outras que ela ia pedir ajudar e retornar. Mas, voltando ao momento da ação, quando nós chegamos à boate, a Polícia entrou pra fazer o seu trabalho, e somente depois o Conselho Tutelar foi acionado, depois que a Polícia já teria adentrado a boate, teria feito o seu trabalho.

Eu perguntei para as outras mulheres que estavam lá se conheciam a adolescente, e elas disseram que sim, que conheciam. Três delas informaram que dormiam no quarto com ela. Eu pedi que fosse levada até o quarto, para eu poder pegar todos os pertences dela, juntamente com outro conselheiro e uma policial da Polícia Civil. No momento em que eu entrei no quarto com as outras três, elas fecharam, encostaram a porta. Uma delas agachou-se nas minhas pernas e pediu ajuda. Ela disse: “Conselheira, me tire daqui, porque eu tenho filhos, eles estão correndo risco de vida em Santa Catarina. Eu estou aqui, ameaçada de morte. Se a gente fugir, a gente vai morrer”. Foi quando a outra olhou para mim e disse: “Quando T.C.” — que é a adolescente; as iniciais dela são T.C. — “fugiu, o filho do dono pegou a caminhonete e foi atrás, armado”. Ele estava portando uma arma de fogo, e os dizeres dele foram: “Eu estou indo atrás dela e volto com ela, morta, para que vocês possam ver”. Foi isso que as três me relataram, que ele voltaria com a adolescente, voltaria com

CD144292764773

ela morta. Graças a Deus, ele não conseguiu, não obteve êxito, porque apareceu uma pessoa e conseguiu levá-la até o Conselho Tutelar. Senão ele teria ido atrás e a teria matado, porque uns 2 meses atrás, antes da operação, teria havido uma situação nessa mesma boate, onde houve um tiroteio. Estava cheio de funcionários do CCBM e de outras pessoas da cidade mesmo, e o Sr. Adão levou um tiro no braço. Pela violência que a gente sabe que havia lá dentro, nós imaginamos que ele poderia, sim, tirar a vida dela. Só que, depois que nós ouvimos esses relatos, eu decidi, como Conselheira, chamar o delegado que estava na operação, Dr. Rodrigo Spessatto. Chamei o delegado e passei o que elas teriam dito a mim naquele momento. Quando eu passei a situação, o delegado pediu que as três fossem lá para o salão da boate. Aí foi quando as três tiveram coragem e disseram que tinha um caderno grande com várias anotações, com dívidas de todas elas, todas no caderno. Eu cheguei a ver o caderno, olhei página por página, caderno grosso, grande, informando o nome de cada uma delas. Todas já chegaram com dívida de R$ 3 mil. Em depoimento, todas informaram que só poderiam dormir meia hora.

Eram acordadas com tampas de panela sendo passadas na parede. Como eram de tábua e tinham aquelas ripazinhas que separavam, eles batiam na parede para que elas não dormissem mais. Todos os quartos, cubículos minúsculos, todos sem entrada e saída de ar, não tinham janela. As portas, todas elas com tranca e cadeado pelo lado de fora. Nenhuma fechava por dentro, todas eram por fora. A Polícia fez com que o capataz, o Alemão, abrisse todos os outros quartos que estavam fechados, porque nós achávamos que ainda existia alguém lá por dentro, mas não havia mais. E foi Caracterizado, foi filmado. O Conselho Tutelar tem as suas imagens, a Polícia

CD144292764773

tem as suas imagens. Foi caracterizado com tudo que foi dito, cárcere privado, foi caracterizado o tráfico de pessoas. Todas já chegaram com dívida, todas. A tendência era só aumentar a sua dívida. Nessa mesma noite, por volta de 23 horas, nós conseguimos sair de lá. Tinha chovido. E todo o mundo sabe que na Transamazônica a situação é difícil. Nós estávamos só com três viaturas, que eram para estrada de chão, e conseguimos trazer as jovens junto com a gente, mas faltou espaço nos carros para que as outras viessem. Foi quando foi deflagrada a outra operação, no dia seguinte, quando foram retiradas as outras que estavam na boate, porque lá há uma boate, do lado já estava sendo concretizada uma, e outra já em início de construção. E, por exemplo, ele pagava pelo alvará, e prestei atenção a isso também, ele tirou cópia desse alvará, e já estava fixada na outra boate uma cópia do alvará da primeira. Então, primeiramente, para eles estava tudo normal. Um detalhe: todas disseram que, no momento que nós chegamos, o Sr. Adão estava lá, tirando dinheiro do caixa, ele e a esposa. É tão certo que a caminhonete dele ficou lá fora, com a carteira dele, celular, várias coisas dentro da caminhonete, e eles empreenderam fuga para dentro do mato, e a Polícia não pode ir atrás, até porque eles conhecem lá melhor do que ninguém. O que aconteceu foi isso.

Voltando para as moças, todas elas foram levadas para a Delegacia de Polícia. Na noite que aconteceu a situação, nós não tínhamos um local específico para que pudéssemos colocar todas elas. Eu tive de fazer uma coisa que estava fora... Eu não tinha como levar para a minha casa, nem tinha como colocar em hotel, até porque elas estavam correndo risco de vida. Na Delegacia não tinham como ficar. Eu coloquei todas as quatro em um abrigo infantil, lá em Altamira. Eu, como Conselheira, burlei a lei, fui de encontro à lei,

CD144292764773

mas eram quatro pessoas que estavam correndo risco de vida. Eu pedi que fosse desocupado um dos pavilhões — as crianças estavam em segurança — e separei, deixei as quatro lá para que elas pudessem pernoitar. Pela manhã já tirei todas, por volta das 7 horas da manhã, e apresentei à Superintendência, até porque todas elas não queriam ficar longe do Conselho. Achavam que perto dos dois Conselheiros, que éramos eu e o Conselheiro Josivam, elas estariam mais seguras. Graças a Deus não estava na minha competência, como Conselheira Tutelar, porque não se tratava mais de adolescentes, mas estava na minha competência de cidadã, de mulher, de movimento de mulheres.

Procurei a SEMUT do Município, na pessoa da Secretária de Promoção Social, informei a situação através de ofício, pedi que todas elas fossem levadas para um local seguro, elas tiveram acompanhamento com psicólogo, com assistente social, e foram levadas para a Casa do Migrante, que foi uma casa construída pela Norte Energia, em Altamira, onde são colocadas essas pessoas que migram para o Município de Altamira, e graças a Deus elas tiveram um apoio muito grande do Município nesse caso, nessa situação que elas estavam passando. E, quando foi perguntado para todas elas se elas queriam voltar, as 18 que estavam na casa, que foram tiradas de lá, voltaram todas, todas do Sul. As que voltaram eram dos Estados do Sul, e as que já estavam na boate, que já ficavam lá antes de essas chegarem, era uma do interior de Goiás e uma de Redenção, no Pará. Antes de essas moças chegarem já existiam outras, mas essas, maiores de idade, uma com 27, outra com 29 anos, disseram que estavam lá porque queriam, que se prostituíam porque queriam, que era a maneira de elas terem o ganho delas, tinham família

CD144292764773

para sustentar. Essas foram tiradas também da boate, porque foi fechada, e elas decidiram voltar, também foram mandadas para o seu Estado de origem, para sua cidade de origem."

A depoente disse ainda que esses fatos são conhecidos das autoridades e que não sabe por que as providências não são tomadas, o que acaba por sobrecarregar os Conselhos Tutelares, que funcionam como porta de entrada para a solução de todos esses problemas naquela região.

DEPOIMENTO DA SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Presidente do Portal Kids.

Contribuiu com os seguintes esclarecimentos: **"**Resumindo bastante, porque tem muita história, meninas em série estavam sendo sequestradas no Rio de Janeiro. O primeiro caso que a nossa instituição pegou foi o da Ingrid. E essas meninas todas tinham um perfil: elas são meninas muito bonitas, meninas muito ingênuas, meninas de famílias bem estruturadas, famílias religiosas. Todo esse levantamento foi feito com ajuda do Departamento de Ciência Social da UERJ, onde nós somos projeto de extensão.(...)

Bem, nós percebemos que o *modus operandi* de algumas dessas meninas que estavam sendo sequestradas era o mesmo: ou elas eram sequestradas, pediam bolsa de alimentos, ou... Essas meninas são monitoradas. Há um monitoramento em relação a elas, à vida delas. E, quando elas são levadas, a gente entendeu que isso é uma ação muito bem orquestrada. Sendo que dois casos apontavam para o mesmo suspeito, que era o Fernando Marinho de Mello. Ele nunca foi levado a julgamento. Foi

CD144292764773

indiciado por investigação muito mal feita, porque, provavelmente — eu não tenho certeza —, houve uma desestabilização.

As mães ainda não tinham chegado a mim, mas, no ano de 2005, eu comecei a unir esses casos. Nós fizemos uma investigação. Como jornalista, eu fui às comunidades, conversei com todos os policias que investigaram, que acabaram afastados. Então, a gente foi entendendo que ali estava havendo uma barreira. Ligou-se esse suspeito a mais duas pessoas, entendeu-se que era uma máfia.

As nossas investigações apontaram que essas meninas estavam sendo subtraídas e levadas para prostituição infantil. Inclusive, nós conseguimos tirar muitas meninas da prostituição, não as que procurávamos.

Mas o último caso foi a Secretaria de Segurança Pública que investigou, que nos passou, que foi em Minas Gerais, onde as meninas de 8 anos a 12 anos ficavam engaioladas. Elas só saíam para transar e se alimentavam nas gaiolas. Isso foi dito diante da Promotora Vera. Eu cobrei o andamento das investigações, eles me convidaram para conhecer o resultado, eu pedi à Promotora para ir comigo, ela se dispôs a ir e ficou muito impressionada com as coisas que foram relatadas.

Só que esse suspeito continuava... Até que no dia em que a Larissa foi sequestrada, a Rede Record me passou esse caso, porque sabia que a gente tinha um histórico. Ela foi sequestrada na véspera do feriado, como aconteceu em muitos casos desses. A família me mandou, a madrinha dela me mandou o retrato falado.

Quando eu recebi o retrato falado, na minha casa, era carnaval, eu o achei muito parecido com o Fernando Marinho de Mello, o suspeito que a gente

CD144292764773

procurava.(...) E ele foi preso e solto depois de 3 dias. (...) Então, o Fernando só foi ligado ao sequestro da Larissa, porque eu o reconheci como sequestrador da Michele, da Thaís de Lima Barros, da Roseanna, de mais uma Taís e de uma menina chamada Andréia Ferreira da Mota. (...)

Esses casos todos estão parados, eles estão para prescrever. As mães estão Desesperadas (...) E eu venho aqui hoje fazer da minha voz a voz das mães. Elas estão desesperadas, elas estão em estado de depressão, porque elas não querem que as filhas sejam... que não seja feita justiça para as filhas delas. Eu não consigo nem fazer o DNA dessas ossadas que foram encontradas.

Então, eu peço encarecidamente a V.Exas., se puderem ajudar, não a mim, mas a essas mães, a essas famílias, para que esse homem não fique... porque ele, eu tenho certeza, se pegar uma pena grande, ele fala o que aconteceu. Nós queremos justiça, queremos que não aconteça com outras meninas o que aconteceu com elas."

DEPOIMENTO DA SRA. MÁRCIA COLONESE LOPES GUIMARÃES - Promotora Titular da 32ª Promotoria Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Fez os seguintes esclarecimentos: "Então, eu quero dizer o seguinte: essa pessoa que está aqui, esse homem, Fernando Marinho de Mello, é tido, eu sei que ele é um psicopata, e vai ser provado.

Eu vou até sugerir, solicitar a perícia médica nele. Outra coisa: ele tem uma história astuta, é muito cheio de artimanhas para pegar essas meninas. Ele estuda essas meninas. Isso já vem há anos, gente. Meu Deus do céu, uma coisa tão clara para mim! Eu não pude combater isso, porque eu estava de

CD144292764773

luto. Mas agora eu estou muito pronta, já faz 4 anos que meu marido morreu, e eu estou pronta para fazer o que for necessário, porque eu vou fundo. Eu fui 15 anos do Tribunal do Júri, em Duque de Caxias, recebi tiro de fuzil do Fernandinho Beira-Mar e não tenho medo. (...)

Essa pessoa aqui, o Sr. Fernando Marinho — que senhor? —, o réu, o increpado, o acusado, o Fernando Marinho de Mello, ele simplesmente estuda o caso. Eu até gostaria de sugerir que fizesse, como eu fiz, à época, antes de eu me internar, eu pedi ao juiz lá da minha Vara — eu não quero falar do meu juiz — que fosse lá dentro do barco, onde ele fica lotado. Ele mexe nos motores do navio. Nos dias de folga dele, ele desce já com a vítima programada, para ir diretamente à casa dessas meninas de 11 anos, 10 anos, 12 anos. Ele já tem tudo programado. É onde ele fica, lá no navio; é lá que tinha que fazer um mandado de busca e apreensão, sequestro, tudo, das coisas deles. E não foi feito, ninguém me ouviu, porque eu estava doente. Na época, eu estava com depressão devido à morte do meu marido.

E era importantíssimo! Ia-se pegar imediatamente tudo, porque, com certeza, ele tem computador. Ele é um senhor, ele tem cultura, ele é um senhor que sabe falar.

Agora, muito me estranha... E eu vou dizer aqui porque a senhora não conseguiu e porque a Polícia Civil toda hora sai. Eu não tenho medo, não. Porque há corporativismo na Marinha, há corporativismo na Marinha. E eu muito me indignei, fiquei muito decepcionada quando o Comandante sentou na frente desse réu e foi dizer: *"Olha, eu soube que ele estava embarcado, ele estava dentro do navio"*, quando ele sabia que não era verdade. Então, foi perguntado...(...)

CD144292764773

É da Marinha. Mas eu acho que ele está afastado por causa dos escândalos. Agora, o que está acontecendo? A Marinha está nisso, é federal. Nisso é Polícia Federal que tem que entrar, não a estadual. O Comandante sentou na frente do Promotor e do Juiz e disse que ele estava embarcado, quando três, quatro testemunhas disseram que ele não estava embarcado, que era o dia da folga dele. Aí perguntaram para o Comandante: *"Comandante, mas o senhor não sabe quando tem folga, se a pessoa sai, é desembarcada ou não? A pessoa tem algum livro para registrar?" "Não, não tem que registrar nada, não. Mas eu tenho certeza de que ele estava embarcado, porque todo mundo me disse."* Isso para mim é um absurdo! (...)

Então, eu gostaria de me dedicar a uma coisa dessa, porque ele é perigosíssimo, ele é matador, ele é estuprador, ele é pedófilo, sim."

Com relação ao caso Larissa, fez o seguinte relato: "Ele entrou, adentrou na casa, pegou, arrancou os fios e disse pra menina ir com ele, a Larissa. Ele já sabia tudo da Larissa. Ele já tinha todos os..., porque eu ouvi falar também, eu já sabia de tudo. Ele sabia de todas as características da menina. Ele pega meninas bonitas, como falou aqui a douta Presidente dos casos dos menores. Ele sabe a idade, ele sabe que as mães não trabalham em casa, ele sabe que são meninas que ficam sozinhas, bonitas e muito jovens, muito jovens. E eu tenho certeza de que ele é matador, *serial killer*. Ele é estuprador e pedófilo. Eu tenho certeza absoluta, porque pelo que eu já levantei dele, eu tenho certeza absoluta. Ele está solto!"

DEPOIMENTO DO SR. FRANCISCO DAS CHAGAS DISSICA VALÉRIO TOMAZ - Presidente da Federação Amazonense de Futebol.

CD144292764773

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Nós realizamos — e eu vou deixar depois este relatório com a Comissão —, por ano, de 361 a 400 partidas de futebol, na categoria profissional, primeira divisão, segunda divisão, juniores, juvenil, infantil, campeonato feminino e Copa dos Rios, que é uma competição que envolve todos os Municípios. Não todos, porque alguns há alguns anos não participam. Mas, de 48 a 56, aí há uma variação... Aqui, nesse ano de 2013, participaram 51 Municípios. Essa é uma competição que, num ano, é de adultos, idade aberta, e, no outro ano, garotos de até 19 anos, buscando, com isso, talentos no interior para que exatamente esses adolescentes possam chegar a alcançar o sonho de suas vidas, que é ser jogador de futebol. (...)

Eu quero deixar muito claro que a Federação, Deputada, em todos os eventos de futebol, sejam eles da categoria de base, infantil, futebol feminino, profissional, nós temos um delegado da Federação *in loco* e um observador da comissão de arbitragem, em todos os jogos. Aqui neste relatório, a senhora vai ver as reuniões, os encontros que realizamos em Manaus, no que diz respeito a arbitragem, a encontros com excursões para o interior a respeito do futebol. E eu lhe digo, já respondendo até a uma das indagações, que — no decorrer desta minha apresentação, eu posso já ir respondendo —, durante esse tempo em que estou à frente da Federação Amazonense de Futebol, com todo esse aparato de profissionais que vão aos jogos, nunca chegou às nossas mãos, ao nosso conhecimento nenhuma denúncia em relação ao que o jornal *A Crítica*, a Rede Calderaro de Comunicação denunciou. (...)

Essa denúncia, o jornal que a fez é do meu filho, do Dissica Calderaro Tomaz, que é parceiro da Federação Amazonense de Futebol, com a Rede

CD144292764773

Record, que transmite os jogos do campeonato e também promove alguns campeonatos de futebol, no caso, o Campeonato de Peladas, ou futebol. Então, está diretamente vinculado conosco, em todos os sentidos. O jornal, o órgão de comunicação que fez essa denúncia, em oito páginas de jornal, o caderno inteiro é de propriedade do meu filho, da minha família. Há, está muito claro isso, um interesse, mesmo, de que todos esses fatos citados e denunciados sejam devidamente apurados, e quem tiver culpa que pague por ela. E nós fazemos parte desse contexto também e queremos isso.

Aqui, para que não haja mais... Aqui, por exemplo, no encontro final, este é o

Dissica Calderaro Tomaz, que é meu filho, aqui estou eu, no encerramento das premiações de final de ano. Aqui tem, Deputada, exatamente a relação de todos os clubes, todos os eventos que nós promovemos. Isso pode ficar já com a senhora.

Aqui tem também a ata da última eleição da Federação, para que conste exatamente aí nos Anais. Deputada, a Federação Amazonense de Futebol — agora já indo diretamente ao ponto, inclusive que a senhora levantou no decorrer da sua fala —, eu lhe garanto, cumpre com todas as suas obrigações estatutárias, todas, sem exceção, e as cumpre muito bem, tanto é que o relatório está claro e demonstra que nós realizamos quase uma partida de futebol por dia. Fazemos isso.

Outra situação, em relação à nossa ingerência. É bom que fique muito claro isso. A ingerência da Federação... Em relação às entidades de cunho privado — e as associações esportivas são de cunho privado —, nós não temos nenhum acesso, Deputada, à maneira como o clube age, administra, como faz acontecer as suas categorias de base. Eu lhe digo: eu tenho

CD144292764773

conhecimento, conheço mais ou menos duas pessoas envolvidas no futebol que têm uma opção sexual diferente da minha. São treinadores. Mas lhe confesso que são pessoas discretas.

Eu não sei quem é essa pessoa que esses garotos dizem ser o treinador. Pelo menos a grosso modo, são pessoas discretas, não são pessoas afetadas e que já tenham sido envolvidas, que nós tenhamos conhecimento...(...)

Então não existe isso, até porque as maiores vítimas de exploração sexual são do gênero feminino e são exploradas por homens. A grande maioria das vítimas, das crianças e adolescentes vítimas são do gênero feminino. Então, o fato de haver treinadores homoafetivos não tem nenhuma relação com a situação de exploração sexual. Como disse, a maioria dos exploradores são pessoas que desenvolvem uma heteroafetividade. (...)

Exatamente isso que eu iria concluir, com esse mesmo raciocínio. São pessoas que não nos dão indício de que seriam elas que assediaram ou assediariam esses garotos. Exatamente isso é o que eu queria dizer, porque são pessoas extremamente discretas que não demonstram nenhum tipo de tara por menino, pelo menos que tenha chegado ao nosso conhecimento. Eu deixo aqui muito claro: nunca, nunca recebemos, nem *in loco*, nos campos de futebol, quando eu... Afirmo aqui que nós temos, em cada partida de futebol, dessas 361, um delegado da Federação em campo, além de um observador da parte de arbitragem, que fica vendo o jogo para fazer relatórios. Depois, em relação à arbitragem, esse já não é... verificando outros aspectos. Mas, se um pai ou um atleta, de repente, se sentisse assediado... *"Oh, só coloco você para jogar se você dormir comigo, etc."* Poderiam fazer isso, que nós estaríamos lá

CD144292764773

prontos a agir, prontos a defender exatamente a integridade comportamental desses garotos.

Nós recebemos, em alguns momentos, documentos em relação a falsidade de certidões para garotos que têm 17 anos jogarem em categorias de menores etc. E essas providências nós tomamos. A Federação não pode tomar uma providência, de imediato punir o jogador; nós temos que mandar isso para quem de direito, para uma delegacia especializada, para fazer as investigações, e, após comprovado se houve ou não algum dolo, aí sim, nós podermos afastar, para o indivíduo ser punido.

Aí o tribunal desportivo julga e aplica a penalidade que for cabível para o caso. Eu lhe afirmo que joguei futebol, desde os 15 anos de idade. Eu sou Presidente da Federação porque fui atleta, desde o infantil. Fui atleta, com 15 anos, do infantil do Rio Negro; fui do juvenil do São Raimundo; fui profissional de futebol do São Raimundo. E lhe garanto, naquela época, já existia certo cidadão que, diziam, tinha essa preferência sexual. Mas, em relação a assediar atletas, mesmo como atleta, como adolescente, eu nunca tomei conhecimento, e nunca sofri, graças a Deus, nenhum tipo de assédio de ninguém.(...)

Eu atribuo à verdade, à realidade, porque não tenho por que duvidar de um garoto que se predispõe a chegar a um órgão de comunicação de credibilidade nacional e fazer essas declarações. Então, eu acredito piamente. Eu só lamento exatamente é que essas coisas não tenham vindo para nós ou para a própria diretoria de um clube."

DEPOIMENTO DO SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte.

CD144292764773

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Minha fala aqui vai ser um pouco complementar ao que fizemos há 15 dias. O acerto feito na época foi que nós teríamos uma reunião para montar, talvez, um cronograma de ação em função desse problema específico do futebol.

Eu conversei ontem com a CBF, conversei com o Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Rubens Lopes, com alguns clubes, e vou ser sucinto em função do que já foi conversado há 15 dias: que nós deveríamos ter um cronograma com a CBF, as federações, os clubes e, evidentemente, com o Ministério do Esporte, para, conjuntamente, fazermos um cronograma de visitas ou de convocações para que possa ser feita uma campanha institucional sobre esse assunto.

O problema que eu vejo é em função de faltarem só 29 dias para a Copa do Mundo, e foi a questão que a CBF colocou. Não sei se vocês repararam, em vários jogos do Campeonato Brasileiro, os cartazes contra o racismo e uma série de coisas. Uma proposta que eu faria a esta Comissão é que isso fosse usado nos jogos do Campeonato Brasileiro e que fosse feito um movimento entre essas quatro instituições para tentar resolver esse problema, que é muito grave e que acontece muito em áreas mais distantes dos grandes centros, em alguns casos, e sem aquiescência dos clubes.

Então, talvez seja o caso de nós exigirmos dos clubes uma responsabilidade maior em relação às escolinhas — que eles se tornem responsáveis. Queria colocar outro problema aqui, correlato, não é necessariamente direto, que é a questão dos clubes para exportação de jogadores, de menores. É um assunto que depois poderia ser objeto de alguma discussão. Mas acho que, no cronograma, na proposta que eu fiz há

CD144292764773

15 dias, e conversando com a CBF e com a Federação do Rio, que se mostrou extremamente interessada nesse assunto, e com os próprios clubes, seria o caso de a CPI, evidentemente, com a ajuda do Ministério do Esporte, montar um cronograma, não sei se de visitas de membros da CPI à CBF, ou chamar o Presidente da Comissão de Clubes, que é o Vilson Ribeiro, do Coritiba; alguma coisa que possa unir esses grupos hoje tão dispersos.

E acho importante colocar na conversa também, talvez não seja tanto o resultado, mas o Bom Senso Futebol Clube como representante dos jogadores. Inclusive lembrando, mais uma vez, que o Dida, goleiro do Inter, que é um dos líderes do Bom Senso, passou — ele não passou, ele denunciou — por um problema relativo a isso, quando era goleiro do Vitória, ainda nas categorias de base. Então, é uma pessoa que talvez desse um bom depoimento sobre esse assunto. Basicamente, acho que é isso. Esgotamos um pouco, entre aspas, o assunto, mas essa é a proposta que eu fiquei de trazer, já que conversei com a CBF, com a Federação, e há apenas esse problema que eu coloquei para a Deputada, que a própria CBF me passou, de estarmos a 29 dias da Copa do Mundo, o que complica um pouco as coisas. (...)

Eu acho fundamental vocês terem contato com o Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Rubens Lopes. Eu me proponho a dar os contatos e a fazer contato. Eu precisava que vocês me passassem o que vai ser no Rio. Eu já conversei com ele, inclusive, sobre isso, na quinta-feira passada, e acho fundamental e importantíssimo, porque institucionaliza um pouco. Essa não é uma luta solitária. Na verdade — só para citar para a Deputada, para vocês —, o Brasil, hoje, tem mais ou menos 620 clubes. Com a Lei Pelé, que foi regulamentada no ano passado, foram

CD144292764773

colocadas várias obrigatoriedades às categorias de base dos clubes para eles se transformarem num clube formador. Portanto, se o jogador é vendido, ganha-se dinheiro.

Para se ter ideia — esse dado foi passado aqui pelo presidente dos empresários, se não me engano —, há três audiências atrás, apenas 22 clubes fizeram os quesitos junto à CBF, junto às federações para se transformarem em clubes formadores. Clube formador é uma forma de garantia de que esses meninos que estão nesses clubes tenham escola, acompanhamento, uma série de coisas que eu acho fundamental nesse processo.

Isto está na regulamentação da Lei Pelé. Então, eu estava conversando com o Presidente da Federação do Rio, o Rubinho, e ele me dizia: *"Olha, Toninho, a situação atual é a seguinte: 22 clubes conseguiram fazer aquilo, e a CBF deu"* — não sei se a federação ou a CBF, desculpem-me — "*o Certificado de Clube Formador".* O Rio de Janeiro tem um, que é o Nova Iguaçu. E os grandes clubes do Rio?

Então, é importante a gente trabalhar em cima disso, porque é uma garantia da Lei Pelé de que o clube é corresponsável por isso. Claro que algumas escolinhas não vão ter, ou vai ser mais difícil. Mas a Federação do Rio é fundamental nesse processo. Então, eu me coloco à disposição de vocês. Peça para alguém me ligar, Deputada, e eu faço contato e converso com o Rubinho. Não vejo problema, não. Inclusive já conversei com ele sobre isso. E que possamos sempre fazer isso. E vamos, talvez, marcar com a CBF. A CBF é no Rio. Não sei que dia cai dia 22. (...)

CD144292764773

Normalmente, o Presidente da CBF está nas segundas-feiras no Rio de Janeiro. Eu acho que seria necessário vocês — aliás, nós, se vocês quiserem, se eu conseguir, por causa da Copa — colocarem essas instituições como corresponsáveis desse processo. Se se tem uma escolinha onde está escrito "Flamengo", o Flamengo é responsável. É preciso deixar bem claro que eles passam a ser responsáveis. Se tiver o nome do Zico, seja lá de quem for, essas escolinhas são responsáveis.

A gente conseguiria reduzir, talvez, drasticamente algum tipo de exploração nessa escolinha, que tem uma chancela. A chancela representa obrigação. A gente já conseguiria alguma coisa, porque o que os clubes fazem muito... E aí há outro lado — por isso que eu estou falando um pouquinho que é preocupante, o Ministério do Esporte até está com essa ideia, no segundo semestre —, que é a questão dos empresários e do fundo de investimento. Hoje se constrói clubes com o claro intuito de exportar jogadores, vários jogadores não nesta Copa do Mundo, mas em outras Copas. *(Ininteligível)*, que jogava na Bélgica, saiu do Maranhão com 15 anos — e outros jogadores que nunca jogaram no Brasil. Quer dizer, então, que existe um problema não necessariamente de exploração sexual, mas há possibilidade de.

Então, é a velha história que a gente tem conversado muito aqui da prevenção e não do depois. A gente está muito no depois. Está na hora de a gente fazer uma prevenção e pôr corresponsáveis pelos assuntos. Por exemplo, se é a Escolinha do Flamengo, é o Flamengo que é responsável."

CD144292764773

DEPOIMENTO DA SRA. GIUGLIANI - Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fez os seguintes comentários: “Eu comentava antes com o Secretário que o importante é a garantia dessas pautas nesta Casa e nas outras Casas de Brasília. Brasília é a sede e tem que, cada vez mais, construir esta comunicação e um espaço para além do debate, da formulação de avanços na política para garantir os direitos.

Então, aqui já foi justificada a ausência da Ministra. O assunto está diretamente vinculado a minha área. Como todos ouviram, sou Silvia Giuliani, sou Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Nós podemos transitar em todas as áreas, e aí eu vou pedir compreensão a vocês. Talvez eu não trate, diretamente, só da questão do esporte.

Vou tratar dessa questão indiretamente, quando a gente chegar ao cenário da Copa do Mundo. Mas, escutando, ocorreu-me uma boa forma de começar fazendo o *link* com o esporte. Eu li, recentemente, não sei se há 1 ou 2 dias, que o Neymar e o Daniel Alves são parceiros na campanha de enfrentamento à violência sexual, no denuncie. Então, isso é também um caminho. Cada vez mais, a busca desse lugar de cidadania, a busca de constituir uma sociedade responsável e garantidora dos direitos das nossas crianças e adolescentes é fundamental.

Ao dizer sobre crianças e adolescentes, nós estamos falando da população adulta, nós estamos falando da população idosa, porque é esse o

CD144292764773

processo, sim, nós estamos falando do Estatuto da Criança e do Adolescente e, com isso, não estou me dispersando. Talvez seja ato para eu me manter sempre desperta, que é o que eu vou pedir a vocês. Como a gente vive esse momento? A gente vive esse momento permanecendo sensível, permanecendo atenta. Aí eu entro um pouco com o mote da campanha da Secretaria de Direitos Humanos, mas eu estou falando aqui pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Secretária Angélica, se tivesse tido oportunidade, também estaria aqui fazendo essa interlocução, mas como o assunto veio direcionado para a área do enfrentamento à exploração sexual, foi indicada a minha presença aqui e espero poder dialogar com as questões que serão colocadas. Eu acho importante situarmos a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela conta com várias áreas de enfrentamento, tais como a violência sexual, o convívio familiar e comunitário, medidas socioeducativas, programas de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte e fortalecimento dos conselhos.

Com isso, eu citei o panorama, de forma aberta, de como nós compreendemos o lugar da infância. Ele é multifacetado. Não dá para termos um foco e fazer aquilo e fazer muito bem, mas fazer de forma que aconteça descolado de um contexto maior. Por isso eu acho que a questão do esporte é um contexto que exige a nossa atenção, com a qual vamos dialogar, mas temos que sempre trabalhar, enquanto interlocutores da política pública, de forma abrangente, que dê conta do cenário. De qual cenário? Do desenvolvimento de crianças e adolescentes de forma plena. Este é o cenário, é a vida. É da vida que se trata.

CD144292764773

Eu começo a falar, sempre falo isso, que é tudo muito simples. Meu Deus do céu! É tudo tão simples que se permanecêssemos mais diretamente vinculados aos processos simples, imediatos, próximos dos nossos territórios, certamente, não estaríamos testemunhando um Disque 100, que é um dos nossos instrumentos, registrando índices altos, significativos de exploração, de violência sexual.

Na realidade, vou me referir a todas as explorações, à violência em geral e à violência sexual contra crianças e adolescentes. Bom, eu falei da questão da campanha, eu falei de termos avançado, contando com atores sociais importantes no campo e fora do campo. O nosso campo é garantir direitos, o nosso time tem que ser toda a sociedade, e nós temos que começar a ser mais ofensivos no processo de enfrentar a impunidade.

Eu digo isso relacionando claramente com algumas questões, e, quanto a isso, já tivemos apoio. Nós fomos chamados pela Comissão, pela Deputada Erika Kokay, pela Deputada Liliam Sá, para a questão de algumas denúncias gravíssimas. E aqui vou dizer Coari, no Amazonas, porque não tem como não citar algumas questões que mostram um Brasil que eu acho que não queremos defender, que não podemos defender. Eu relacionei isso com a impunidade, porque, em grande medida, às vezes, nós ficamos reféns de alguns momentos em que o processo não chega ao fim.

O que é chegar ao fim? A responsabilização, o cumprimento de todos os passos que garantem que mesmo tendo acontecido uma experiência de violência ela não foi tolerada por nós, e foram cumpridos todos os passos do nosso marco legal, que assegura o cumprimento e a responsabilização de quem quer que seja envolvido no caso. Mapeando um pouco o nosso

CD144292764773

programa, ele tem o Plano Nacional de Enfrentamento, que foi relido depois de 10 anos, ajustado e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA. E digo aqui que o CONANDA é um dos nossos interlocutores importantes, porque ele incide no desenvolvimento da política, e o Plano é o orientador das nossas ações. Nós estamos no momento de disseminar o Plano para Estados e Municípios.

O que quero dizer com isso? Eu quero dizer que os Estados e os Municípios do Brasil inteiro devem ter seus planos estaduais e municipais. Nós não tiramos uma política do papel — não como esta pilha, não se preocupem com esta pilha, eu não vou trabalhar toda ela aqui; são dados, temos buscado alimentar os nossos dados; há dados do Disque 100, há detalhamento por Município — se não a carregarmos nem a desenvolvermos. Então, se para nós da instância nacional é fundamental chegar ao território, chegar ao Município, esse mesmo movimento tem que estar garantido nas estruturas estaduais, para que chegue ao Município num certo nível de exigência, porque política pública deve ser exigida. Ela deve ser exigida por quem? Pela sociedade como um todo. Criança e adolescente devem ter a rede de atendimento de forma plena funcionando, não é ter os serviços com o horário aberto, é ter os serviços plenamente capacitados e com o processo de informação permanente, em serviço, para dar conta do que chega, que nada é simples, que nada é fácil. Isso nós sabemos.

Então, nós temos que instrumentalizar as equipes. E para isso eu digo que nós temos como uma grande estratégia o PAIR, que é o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro, já estamos em 509 Municípios. Isso basta?

CD144292764773

Não, isso está longe. Mas nós começamos a disseminar também essa estratégia. Como outras estratégias nossas, nós temos a Comissão Intersetorial, que trabalha com nove Ministérios, com a sociedade civil e com organismos internacionais, com pautas que agreguem todos, e que nessa ação potencialize a nossa efetividade.

É fundamental criarmos laços do trabalho em rede. Para isso, nós somos exigidos para o exercício do diálogo e da comunicação permanente. Se não é fácil para ninguém, não é fácil para nós também. Mas nós nos pautamos por esses espaços de interlocução. Eu quero tratar de duas questões que, acho, se aproximam mais do foco da pauta aqui. E nós temos também na Secretaria de Direitos Humanos, articuladas como ações da Secretaria, mas só funcionariam se tivessem — e tiveram — a adesão de Ministérios, da sociedade civil e de organismos internacionais: a Agenda de Convergência para Grandes Eventos e a Agenda de Convergência para Grandes Obras.

Achamos mais correto dizer empreendimentos, porque a obra em si pode parecer que termina depois que termina a construção. Mas, na realidade, o empreendimento tem uma extensão. Eu falo isso também vivendo um pouco o clima de Altamira, onde Belo Monte está sendo construída, e vivendo um pouco deslocamentos de trabalhadores que vivem ali da água do mar. E há o Movimento Xingu Vivo, onde a empresa... Não existe o impedimento de a empresa se constituir, mas, nessa ação de empreendimentos, o processo tem que estar casado com a articulação com todos os atores locais: o Conselho de Direitos, a Prefeitura, o Estado, as associações, a comunidade, para que toda a sua presença não signifique o registro de mais violências, de mais violação.

CD144292764773

Ouvimos de uma procuradora, nesse encontro que tivemos há 2 semanas, que a presença de crianças e adolescentes não é impedimento para a implantação e o desenvolvimento do Brasil nem para a construção de empreendimentos que vão significar o desenvolvimento, porque vão cuidar do povo e vão acessar ações, seja água, seja energia, seja o que for, mas ela não pode estar próxima nem colada na violação dos direitos, especialmente de crianças e adolescentes.

Então, essa agenda de grandes empreendimentos faz essa costura, e nós temos para ela o nosso dispositivo e instrumento, que é a declaração de compromisso. Nós começamos com quatro empresas, estamos com a declaração assinada por 158. Este é o Brasil também, este é o Brasil que estamos correndo atrás. Na questão das grandes obras, Agenda de Grandes Eventos, nós estamos desenvolvendo há mais de 1 ano a Agenda de Convergência para Grandes Eventos. Grandes eventos: a Copa, o carnaval, São João. No Nordeste, São João é um grande evento. Não vamos desconhecer e desconsiderar a riqueza e a beleza das culturas que o Brasil teve a graça de receber. Então, houve a Copa das Confederações, que foi um pouco do experimento, há a Copa de 2014, as Olímpiadas, mencionando os megaeventos. Esse é um bom nome.

Nós nos reunimos da mesma forma: a nossa estratégia de composição é sempre chamar os Ministérios afetos ao tema — é lógico que o Ministério do Esporte compõe as ações —; a sociedade civil e as organizações internacionais. Nós estamos nos reunindo desde antes da Copa das Confederações. Fizemos um exercício, um teste, até porque a exigência seria um pouco menor do que a Copa de 2014, a Copa do Mundo, e, de lá,

CD144292764773

aprendemos algumas questões, tanto é que eu vou só sinalizar como estaríamos estruturados para a Copa do Mundo. Cada uma das 12 cidades-sedes têm um comitê local, que é coordenado por uma representação do Estado e uma representação do Município, em geral a Prefeitura da cidade-sede. Nós estamos presentes e ativos nas 12 cidades-sedes.

Esse comitê tem que ter um plano de trabalho, de desenvolvimento, e prevê na área de infância a constituição de um plantão integrado, que é com o Ministério Público, com o sistema de Justiça, com as secretarias, com as políticas públicas afins para aquela demanda que eventualmente possa aparecer. A nossa grande questão, e aí eu faço coro com o que foi colocado, é a promoção dos direitos da criança. Mas devemos estar prontos e plenamente constituídos na estrutura, na consistência da estrutura, para qualquer caso que aponte a violência ou a vulnerabilidade de um espaço. Aqui foi citado que nós temos eixos identificados e indicados como contextos de vulnerabilidade. Nós não vamos ficar esperando para ver se realmente ali vai dar um problema. Não. Nós temos que nos antecipar. Nós sempre temos que chegar antes da situação que constitui a violência. Nós temos condição de chegar antes. Nenhum de nós vai chegar perto se estiver sozinho. Portanto, a Agenda de Convergência faz essa costura e trabalha na intensidade necessária, exigida, para dar conta de atender o sujeito. De quem nós estamos falando? De uma criança, de um adolescente, de um adulto, do cenário da infância e do adolescente, da rua e das denúncias.

Nós estaremos presentes na Copa a partir de três interlocuções: da ouvidoria, do espaço da rua, como um espaço de existência, de interlocução, de permanência. A rua pode ser para uma criança a moradia ou sobrevivência,

CD144292764773

e aí na sobrevivência entra muito a questão da exploração do trabalho infantil. A própria violência como exploração sexual está diretamente vinculada ao trabalho infantil para alguns casos. Esses espaços têm que estar com horário de plantão funcionando, articulação intersetorial. No mínimo, nós estamos falando educação, saúde, assistência e cultura. No mínimo.

Cada cidade-sede tem um contexto, tem um território que vai dialogando. Nós estamos indo mensalmente... Eu sou ponto focal de uma cidade-sede, e a Secretaria se organizou para, a partir dessas três faces, acompanhar, puxar, no sentindo de estar lado a lado. Mas o lado a lado, em algum momento, dá conta de cobrar a existência do Plano, cobrar a existência da equipe, cobrar os horários, cobrar o ponto-referência. Quem eu chamo se tivermos problemas? Não adianta ter um telefone que ninguém atenda, um lugar onde ninguém é encontrado, uma escola que só abre no turno inverso ao jogo. Isso não adianta. Eu estou falando isso porque tenho 30 anos de experiência.

A maioria desse meu tempo é com atendimento direto. Hoje eu falo de uma ação no campo da gestão, mas eu só posso falar que estou onde estou, por ter trabalhado direto na rua, atendendo e fazendo o que era necessário no tempo do sujeito. Era isso o que eu queria dizer, e não falar de mim. Nós temos que chegar ao tempo do pedido e da necessidade. Não dá para acertar uma fila de espera na hora da violência, não dá para acertar uma vaga que vai se criar talvez no ano que vem. Não dá! Nós estamos tratando da vida, nós estamos tratando do direito, nós estamos tratando de pessoas, de sujeitos, em momento peculiar e no tempo do desenvolvimento.

CD144292764773

E, a partir do Estatuto, que comemora 24 anos dia 13 de julho, as crianças são tratadas como prioridade absoluta. Estive presente na audiência da violência obstétrica e disse: *"Nós estamos escrevendo a nossa história!"* Em geral eu digo isso, e não porque estou me repetindo; é porque eu acredito. Temos que avaliar e nos responsabilizar pela letra com que estamos escrevendo essa história. Com a letra do compromisso? Com a letra da cidadania, da solidariedade? Com que letra? Com a letra da impunidade, com a letra da submissão, com a letra do silêncio, com a letra do *"Bom, não é comigo. Então, eu sinto muito! É um horror! Mas eu sinto muito!"* Não é possível construir cidadania no Brasil e responsabilizar-se pela garantia dos direitos se não puxarmos para cada um de nós a responsabilidade de ser protagonista de um lugar que assegure os direitos humanos.

E aí, seguindo na minha linha de compartilhar as ações que estamos desenvolvendo, a Campanha Proteja Brasil começou com a exploração sexual e hoje se dirige a toda e qualquer violência vivida por criança e adolescente. Nós desenvolvemos em 2011 e 2012, e vamos retomar agora em 2014, com a Polícia Rodoviária Federal, o Projeto Mapear, que é a identificação nas rodovias federais do que vêm a ser os pontos de vulnerabilidade onde se constata a violência sexual. Não queremos uma lista. Estamos desenvolvendo um plano junto com a Polícia Federal, estamos falando aqui para cada vez haver mais aliados, de como vamos agir ponto a ponto. Cada ponto tem uma cidade, tem um interlocutor, tem uma rede. Não dá para a Polícia Rodoviária chegar sozinha, sem o Conselho Tutelar, sem o "CREAS". (...)

CD144292764773

Não dá para chegar sozinho, não dá para chegar como se nosso trabalho fosse só identificar e contar de quem chegamos perto e não poder incidir na garantia do direito. O Projeto Mapear — é um programa, é permanente — foi e é um grande ganho nosso. Falei como prioridade absoluta. Quero fazer um convite a todos vocês. Podemos começar por aí a nossa ação de ampliar as nossas redes, os nossos laços, as nossas parcerias. Nós estamos comemorando, dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. É um dia que infelizmente foi conquistado sustentando a morte de uma menina de 9 anos, em 1973. Olha o tempo!

E ainda estamos tendo que registrar o Disque 100, de registrar quantos casos, e ainda não estamos plenos nas políticas públicas. Nós estamos muito melhores — isso até perguntaram em outro momento —, nós estamos avançando, sem dúvida nenhuma, com as políticas como o Sistema Único da Saúde, o Sistema Único da Assistência, como articulação, como a escola que protege. Hoje há muitas ações das políticas públicas, que não tínhamos, sendo desenvolvidas. Há 10 anos nós não tínhamos. Eu não estou me reportando a esse tempo... É que a política para crescer também precisa de um processo de permanência, de uma condição de, independente da gestão, constituir-se num processo de implementação. Nenhuma política segue sozinha, cresce sozinha, se não tivermos... Em todas as nossas aproximações com o esporte, nós temos o Segundo Tempo, que são ações vinculadas envolvendo os adolescentes, autores de ato infracional.

É somente isso que eles são, e nós estamos vivendo... Desculpe-me, mas eu vou mencionar aqui um momento delicadíssimo do debate do

CD144292764773

rebaixamento da idade penal, onde parece que a saída... Daqui a pouco, nós estamos prendendo criança. Se continuarmos desse jeito, nós vamos começar a prender criança. Não se trata disso, não se trata do rebaixamento. Trata-se de sermos efetivos, de a sociedade ser efetiva no momento em que a criança, o adolescente sinaliza um pedido. Onde nós estamos? É lógico. Um ato infracional não é a primeira coisa que ele faz na vida. A pergunta volta para nós: onde nós estamos? E é isso que nós temos trabalhado duro, com a implementação das unidades no SINASE. Já temos o SINASE que não tínhamos antes. É um sistema nacional que trabalha pela socioeducação. Voltando ao 18 de maio — eu faço isso o tempo todo, eu vou e volto, mas não desisto —, eu quero convidar todo mundo para — dia 18 nós vamos estar no Parque panfletando — estar, no dia 21 pela manhã, na Caravana Siga Bem, que sairá da FUNARTE, passará por todo o Eixo, voltará para o Parque da Cidade, onde haverá quase 2 mil crianças, porque o símbolo do 18 de maio é a revoada de balões em homenagem às crianças que foram vítimas. Há crianças que estão conseguindo ter acesso a todos os seus direitos, cuidados e carinhos. Elas vão estar lá e vão se apresentar através de suas escolas. De tarde, estaremos aqui, no Auditório Nereu Ramos, aberto aos Parlamentares, aos convidados, aos Ministros, porque, na realidade, é fundamental que cada um se posicione.

Eu não posso falar por ninguém. Eu hoje, claro, sou interlocutora, mas há aquele momento em que cada um tem que responder de que lugar está escrevendo essa história. Temos também o Prêmio Neide Castanha, em sua quarta edição, em homenagem a uma grande guerreira no campo do enfrentamento à violência sexual. Vamos ter aqui o lançamento de camisetas

CD144292764773

feitas por adolescentes. É uma grife com a flor, que é o símbolo da Campanha Faça Bonito, que tem como *slogan Faça Bonito - Proteja nossas Crianças e Adolescentes*. É a forma como compomos com o Comitê. Então, é fundamental que estejamos juntos nos dias 21, 22 e 23. Na realidade, o dia se comemora todo o tempo. Nós temos que ser proativos nesse lugar de cidadania e fortalecer a sociedade brasileira no que diz respeito a cuidar de todos, e, neste momento, eu destaco as crianças e adolescentes. Desculpe-me se eu ultrapassei o tempo.

Ah, eu não falei do detalhe da Agenda. Mas eu falei em linhas gerais, porque, na realidade, a questão da Copa está vinculada à Agenda de Convergência para Grandes Eventos, e aí a Secretaria a desenvolve de forma permanente. Então, nós estaremos presentes em todas as cidades-sede. Agora eu me dei conta de que eu já compartilhei essa informação. (...) Todos os Estados assinaram o Termo de Compromisso. Isto já é um avanço, porque é uma forma de dar visibilidade. A mesma ferramenta nos ajuda a cobrar o que está pactuado. Ninguém foi obrigado a assiná-lo, mas todos assinaram. A partir da assinatura, existiu todo esse processo monitorado pelos encontros da Agenda que tem um Comitê Nacional que funciona e que articula as macroações. Este ano e desde o final do ano passado as cidades-sede vêm às reuniões. Então, todas as cidades-sede nós monitoramos com as nossas visitas aos Estados, com a vinda deles. Nós teremos, em 19 e 20, mais um encontro nacional. Fazemos essa diferença. É o encontro do Comitê Nacional, que é a representação de todos os componentes, e o Encontro Nacional da Agenda de Convergência. Com o foco da Copa, todas as cidades-sede vêm. (...)

CD144292764773

O plantão vai receber a situação da violência para atendimento, mas também para toda situação que demande retaguarda. Então, isto é possível. Naturalmente parte do campo que o comitê local vai ter que trabalhar. Aí, com a tua fala, eu vou citar as violações que nós vamos buscar identificar sempre: violência sexual, exploração sexual, trabalho infantil, desaparecimento de crianças e adolescentes — isto já é uma questão —, consumo de álcool e outras drogas, ato infracional, violência letal, negligência e outros tipos de violência. Aí a questão de estruturar uma retaguarda grande. Uma coisa é o caso, o que ele precisa e tal, que são os plantões integrados.

Outra coisa é ter uma retaguarda maior para dar conta do contexto naquele momento. Naturalmente, sem problema nenhum, gera outro momento, gera outra demanda, outra necessidade. Aproveito para fazer uma citação: nós, em todas as cidades-sede, desenvolvemos o pacto do PAIR Copa. A maioria já o tinha, mas forçamos para garantir. Porque não adianta o caso, se ele não tiver rede para atender. Como vamos lidar com isso? Então, a Copa acabou sendo um disparador de uma retomada, de uma esquentada de todas as nossas redes, e aí entram a familiar e comunitária, a exploração sexual, os ameaçados de morte, o ato infracional. Entram todas. Outra questão que V.Exa. traz, que é fundamental, e para isso eu até trouxe dados, não é tão alto como, às vezes... Isso não diminui o problema. Para mim um caso é muito, um caso é muito. Mas também não queremos gerar um cenário em que as coisas não apareçam conforme elas acontecem.

A gente fez uma tabela. Nas denúncias de violência sexual, eu consegui filtrar a violência no turismo. Então, envolvendo o tempo, o cenário e o contexto do turismo, porque não é dizer que todo o turista é uma ameaça. A

CD144292764773

gente também tem que cuidar disso. E não é por causa do que o Brasil perde... Mas é que não é assim. Então, não vamos cultivar nenhum ruído nesse nosso canal de comunicação. E deu para ver: na conta, a exploração sexual no contexto do turismo tem uma incidência menos do que fica divulgado. Eu não tenho aqui o percentual e por isso não vou divulgar, porque é uma conta importante. Mas eu queria dizer que a questão da exploração sexual no contexto do turismo está dentro do nosso cotidiano. Já está incorporada.

Então, é natural que a gente sempre busque a questão de identificar, sempre que possamos. E para isso a gente tem uma parceria com o Ministério do Turismo que vale a pena ressaltar, porque eles estão fazendo oficinas, estão lidando com quem vai trabalhar agora na Copa. Todos os negócios se multiplicam, os restaurantes, os bares, e estão trabalhando com quem vai trabalhar no tempo da Copa nesse conjunto de locais, de empreendimentos, que, ótimo — não é para não acontecer —, é para acontecer da forma correta. Então, tem que ter o cartaz, tem que ter a expressão de que é crime, de que violência sexual é crime. E a impunidade tem que ser parte do nosso passado. Eventualmente, tendo que falar disso, que seja parte do passado. (...) O Projeto de Lei nº 7.220 tem como foco *"classificar como crime hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de crianças ou adolescentes vulneráveis"*.

Esse projeto foi aprovado hoje por unanimidade na Comissão de Seguridade Social, já tendo passado pela Comissão de Constituição e Justiça, onde também foi aprovado. Ele está, até onde eu consigo registrar, para ser votado em caráter de urgência hoje. Isso, nós temos que comemorar. Isso é

CD144292764773

comemorar o 18 de maio. Apesar de ainda não termos conseguido incidir antes, nós estamos tomando atitudes fundamentais para expressar de que lugar o Brasil fala da infância. Eu concordo com que a estrutura tem que refletir a prioridade absoluta. Esse projeto de lei, neste momento, é a pauta vinculada ao Legislativo. E nós contamos com todos os aliados. A Copa é um articulador, uma oportunidade de potencializar. Já temos desenvolvido ações conjuntas, acho que a campanha já existe — o Proteja Brasil já supera o combate à violência sexual por ser contra todas as violações. Além disso, os jogadores já se estão posicionando e dizendo, com o significado que tem a fala deles, que não se permita nenhum tipo de violência sexual.

Eu acho que nós podemos pensar em desdobramentos para ampliar e fazer chegar a todos os lugares a campanha. Deixem-me dizer uma coisa que descobri há pouco tempo. Eu me perguntei como chegar a todos os lugares do Brasil. Eu não consegui pensar em nada, mas me ajudaram: o correio chega. Não estou dizendo que nós temos que mandar pelos Correios, mas nós temos que nos juntar para fazer com que as campanhas avancem. Acho que nós vamos ter que criar uma nova campanha, porque essa já teve a maturidade de absorver as outras violências, outras demandas sociais. Que o seu mote, no caso do 18 de maio, “Faça Bonito”, faça mesmo bonito. (...)

Em relação ao segundo ponto, eu acho que há uma coisa que já vem caminhando para ser exigida pela sociedade: a formação em direitos humanos como disciplina nas escolas. Esse processo vai colocar no cotidiano, tornando-as próximas e familiares, questões que hoje ainda estão muito distantes, questões só conhecidas por quem as vive, quando não pode ser assim. Quando eu pergunto de que lugar falamos e interagimos, não interessa

CD144292764773

se é comigo, não interessa, eu não admito. E isso, nós temos que colocar no tempo da formação, nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio. Acho que nós permanecemos em formação por toda a vida. Não são os diplomas que nos dão sabedoria, porque também nas comunidades extremamente excluídas e expostas também há sabedoria — eu aprendi muito com elas e continuo aprendendo.

Então, uma das formas vai ser fazer acontecer a formação em direitos humanos desde dentro do espaço da educação. Isso envolve a escola, que protege, envolve nós continuarmos tratando disso no momento e, a partir desta instância, com o MEC."

CD144292764773

7. AUDIÊNCIAS REALIZADAS NOS ESTADOS PARA AVALIAR AS POLÍTICS PÚBLICAS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

7.1. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A CPI realizou 03 (três) diligências no Estado do Rio de Janeiro. O Rio está entre os Estados com mais incidência de exploração e abuso sexual de Crianças e Adolescentes. Apesar de dados tão negativos, a inoperância dos Governos Estadual e Municipal é grande.

O Estado do Rio de Janeiro possui 92 (noventa e dois) municípios e apenas 01 (uma) Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DECAV), que funciona em péssimas condições, e 02 (duas) que atendem crianças e adolescentes em conflito com a Lei, que funciona nos moldes de uma delegacia legal.

O ISP, Instituto de Segurança Pública, responsável pela coleta e processamento dos dados para estabelecimento desses índices, registrou de 03 (três) a 04 (quatro) vítimas de violência sexual contra a criança e adolescente por dia na capital, o que representa, tomando por base os últimos 5 anos, de 1.000 a 1.200 casos por ano. Os números maiores se concentram na Zona Oeste, na região de Campo Grande e Santa Cruz. E, em segundo lugar, a região dos complexos do Alemão e Maré.

O Município do Rio de Janeiro com mais de 6 milhões de habitantes, tem apenas 02 (duas) varas da infância. A Primeira Vara faz toda a parte protetiva,

CD144292764773

a parte cível de adoção, criança e adolescente em situação de rua, criança e adolescente vítima de abuso e exploração sexual. E a Segunda Vara, trata da questão dos adolescentes em conflito com a lei, que praticam ato infracional. O que ocasiona uma lentidão na tramitação dos processos.

Apesar de terem sido criadas varas regionais, para amenizar essa situação, há uma vara regional no eixo da Zona Oeste, que pega os bairros da Zona Oeste, e a que pega áreas de Madureira e Jacarepaguá. Há no total, três varas da parte protetiva e uma vara da parte infracional para todo o Município do Rio, que é um número insuficiente e prejudica muito o atendimento por parte do Poder Judiciário.

Em relação às questões dos conselhos tutelares, há uma das piores proporções. Um trabalho intensificado do Ministério Público, de grupos nacionais, trabalhos antigos na área da infância, conseguiu-se instalar em todos os Municípios pelo menos um conselho tutelar.

No Município do Rio também, da mesma forma, da Vara da Infância tem uma das piores proporções do País. Os critérios do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) determinam um conselho tutelar para cada 100 mil habitantes. No Município do Rio de Janeiro nós temos apenas 12 conselhos tutelares, que trabalham em condições extremamente precárias, não só em termos de instalação física, capacitação técnica. As áreas em que eles atuam são extremamente amplas, não conseguem apurar e trabalhar todas as denúncias aplicando as medidas protetivas cabíveis.

Além de traçar o diagnóstico do enfrentamento a exploração sexual de meninos e meninas, a CPI realizou importantes diligências com o intuito de

CD144292764773

acompanhar as investigações de casos emblemáticos de desaparecimento de crianças e adolescentes de 9 a 13 anos, como o caso de Larissa Gonçalves, que sumiu, em 2008, aos 11 anos, em São Cristóvão, e sobre as ossadas que foram encontradas num terreno da Aeronáutica na Avenida Brasil.

Segundo o delegado titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima, Marcelo Maia, existe uma rede de tráfico internacional que inclui hotéis, boates e taxistas e pediu apoio à CPI para a instalação de uma Vara Especializada em crimes contra a criança vítima. O delegado anunciou que, até o final do ano, será inaugurado, no Hospital Souza Aguiar, o Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança que atenderá vítimas de crimes sexuais. O centro terá três salas: uma para registro de ocorrências, outra para entrevista investigativa e outra para IML.

Entre os resultados positivos da CPI no Rio de Janeiro, está a prisão do oficial de Marinha Mercante, Fernando Marinho de Melo, 57 anos, preso em janeiro deste ano. Ele é apontado como o responsável pelo desaparecimento de crianças nos últimos anos para exploração sexual. O caso está sendo investigado a Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente (DPCA).

Segundo a delegada Elen Souto, "Ele está preso em razão de uma investigação que virou processo e saiu uma prisão decorrente de sentença condenatória que ele está respondendo. Ele é investigado em outros inquéritos que tramitam na DPCA", disse a Souto, que destacou a importância da força tarefa interinstitucional para a realização da prisão.

Pontos positivos:

CD144292764773

- A Criação da delegacia de pessoas desaparecidas

- O levantamento de 213 ossadas encontradas no estado, entre 2000 e 2009, para fazer DNA e identificar possíveis desaparecidos

- A criação das 02 (duas) salas de depoimento sem dano;

- O Ministério Público possui 04 (quatro) promotorias exclusivas para crianças e adolescentes que são divididas em infância infracional e infância não-infracional.

- O comprometimento de Delegados, Conselheiros Tutelares, Promotores, Juízes e da sociedade civil, como o Portal Kids, especializada em casos de crianças e adolescentes desaparecidos, coordenado por Waltea Ferrão.

Pontos vulneráveis:

Faltam Varas da Infância, Delegacias de Proteção e conselhos tutelares;

Indicações:

- Criar Varas da Infância e Juventude especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, visto que as existentes não estão dando conta de todos os processos, o que causa lentidão na tramitação e em consequência a impunidade.

- Criar, só no Município do Rio, 48 conselhos tutelares, de acordo com a recomendação do CONANDA que é de 1 Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes, se o Rio possui 6 milhões de habitantes há um déficit de 48 conselhos tutelares, implementar imediatamente a lei municipal n- que criou

CD144292764773

mais 10 conselhos tutelares, mas apenas 2 (dois) foram efetivamente implementados. Em Duque de Caxias criar mais 7 (sete) conselhos tutelares, hoje só há 3 (três).

- Criar mais delegacias especializadas na criança e adolescente vítima, pois só uma não consegue atender a demanda de todo o estado.

A CPI colheu vários depoimentos que passamos a transcrever.

DEPOIMENTO DA SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Juíza Titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro — TJ/RJ.

No entendimento da depoente, a exploração sexual no Brasil decorre de uma cultura advinda da colonização e da escravidão. Disse que o Judiciário é o último a resolver tal problema, porque só se bate à porta do Judiciário quando tudo já falhou.

Mencionou que, em inúmeros casos, as famílias pobres que residem ao longo das estradas oferecem suas filhas e filhos em busca de dinheiro.

DEPOIMENTO DO SR. MARCIUS FERREIRA - Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

Destacou a importância de parcerias do poder público dos três níveis com a sociedade civil.

DEPOIMENTO DA SRA. LUCIANA PHEBO - Coordenadora do Escritório da UNICEF no Rio de Janeiro.

Disse que o Brasil, como quase 190 países, assinou a Convenção de Direitos da Infância, e, por conta disso, o UNICEF está no Brasil para monitorar as políticas públicas, para denunciar as violações de direitos contra as crianças

CD144292764773

e os adolescentes, mas também para apoiar o Governo, a sociedade civil a garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

Destacou a realização de uma iniciativa realizada com duas agências do Sistema ONU, um programa em conjunto — UNICEF, ONU Mulheres e ONU Habitat e Prefeitura do Rio de Janeiro — que tem o foco na violência contra a mulher.

Também mencionou a preocupação com os megaeventos esportivos que vão acontecer na cidade, que podem ser, sim, uma oportunidade fantástica para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas também podem ser risco; risco para a exploração sexual, para o trabalho infantil e para as tantas outras violações de direito.

DEPOIMENTO DA SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro — DPCA/Centro.

Disse que a Polícia, muitas vezes, é a primeira a tomar conhecimento de fatos criminosos, inclusive contra a criança e adolescente, mas, muitas vezes, não é chamada a esse tipo de debate.

Explicou que a Polícia Civil, na questão de criança e adolescente, está dividida em duas delegacias: a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente trata precipuamente de atos infracionais, mas não perdeu a atribuição de tratar de casos de crimes contra a criança e adolescente; e a Delegacia de Criança e Adolescente Vítima, que trata também de forma precípua de casos contra, de crimes contra crianças e adolescentes.

DEPOIMENTO DO SR. FERNANDO REIS - Diretor do Departamento Geral de Polícia Especializada.

CD144292764773

Destacou a existência de uma epidemia na Internet de crimes praticados por pedófilos, que se fazem passar por alguém da mesma idade da menina: em geral, vítimas de 12, 13, 14 anos. Disse que, na medida em que o pedófilo ganha a confiança da menina, ele passa, então, ao jogo de sedução, pedindo que a menina tire a blusa e outras coisas do tipo.

Citou o caso de um rapaz que morava em Copacabana e, após ater sido identificado pela polícia, fugiu do País e está morando na Califórnia. Disse que a polícia está buscando gestões com a INTERPOL e aguardando a conclusão do pedido de prisão. Segundo o relato do depoente, esse rapaz vitimou 30 meninas. Uma delas, de 13 anos, ficou 20 dias sem ir à escola e os pais encontrarem, em suas anotações, o esboço um bilhete dirigido aos pais com o intuito de suicídio.

DEPOIMENTO DO SR. LUIZ BRITO FILHO - Representante da Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro.

Não trouxe informações de relevo para identificação das quadrilhas de exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive por meio da atividade turística e durante a realização de eventos.

DEPOIMENTO DO SR. CARLOS NICODEMOS - Coordenador Executivo da ODH Projeto Legal.

Não trouxe informações de relevo para identificação das quadrilhas de exploração sexual de crianças e adolescentes e das rotas utilizadas por esses criminosos.

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ DOMINGO GONZALEZ Y BOUZON – Diretor de Hospedagem da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro.

CD144292764773

Não trouxe informações de relevo para identificação das quadrilhas de exploração sexual de crianças e adolescentes e das rotas utilizadas por esses criminosos.

DEPOIMENTO DO SR. GEORGE IRMES – Presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens do Rio de Janeiro — ABAV-RJ.

Não trouxe informações de relevo para identificação das quadrilhas de exploração sexual de crianças e adolescentes e das rotas utilizadas por esses criminosos.

DEPOIMENTO DO SR. AFONSO HENRIQUE REIS LEMOS PEREIRA - Promotor do 4º Centro de Apoio Operacional (CAOp) das Promotorias da Infância e da Juventude do Ministério Público do Rio de aneiro.

Disse que, em relação à atuação do Ministério Público, no ano de 2011, foi eleito como prioridade na área da infância e da juventude o desenvolvimento de um projeto específico para enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. Mencionou que o projeto “Quem Cala Consente”, envolvia dois segmentos: um voltado para a área protetiva, e outro, como não deveria deixar de ser também, voltado para a área da responsabilização do agressor.

Também relatou que foi criado um grupo específico de Promotores de Justiça voltados tão somente para a apuração de crimes praticados contra a criança e o adolescente, crimes sexuais, que vem também, aos poucos, alcançando bons resultados.

Manifestou preocupação com os grandes eventos, como a Copa do Mundo, que exige uma atenção com relação à questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

CD144292764773

Disse ter consultado o Ministério da Justiça sobre a existência de um cadastro de pedófilos e que tal cadastro ainda não foi implementado.

Referiu-se à existência de uma ação civil pública ajuizada para viabilizar a implementação de 10 conselhos tutelares previstos em lei municipal.

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA CRISTINA MILANEZ WERNER - Psicóloga, Presidente do Instituto de Pesquisas Heloisa Marinho — IPHEM.

Referiu-se à hipótese dos chamados pedófilos situacionais, que não são considerados como pedófilos, mas como molestadores de crianças.

Disse que há cinco tipos de pedófilos: o não criminal, o criminal, o criminoso qualquer, o pedófilo doente mental e o pedófilo situacional.

Relatou que, em situações de tragédia, como enchentes e desabamentos, em que as famílias são deslocadas para abrigos, acabam acontecendo também casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Disse que nem todo molestador é pedófilo e nem todo pedófilo é molestador e que os pedófilos não criminosos são pedófilos não molestadores, apenas tem esse desejo sexual.

Explicou que o pedófilo criminoso é aquele que tem desejo por criança e parte para a ação, enquanto o pedófilo doente mental pratica a ação, mas não tem consciência do que faz.

Lembrou também o caso dos criminosos que colaboram com a pedofilia por meio da divulgação dessas práticas, como, por exemplo, por meio da *internet*.

CD144292764773

DEPOIMENTO DA SRA. MARISA DREYS - Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Disse que a Polícia Rodoviária Federal já vem trabalhando há 10 anos no Projeto Mapear para identificar os pontos vulneráveis.

Relatou que, no Rio de Janeiro, foram mapeados 98 pontos entre 2009 e 2010 e 48 pontos atuais entre 2011 e 2012 e que a queda se deve ao trabalho das diversas Polícias, incluindo a Polícia Rodoviária Federal.

Mencionou que a Polícia Rodoviária também faz treinamento com os frentistas das rodovias federais, principalmente as que cortam a área metropolitana.

DEPOIMENTO DO SR. EDNEI DE OLIVEIRA LUNA - Representante da Secretaria Municipal da Ordem Pública do Rio de Janeiro.

Disse que o trabalho da Secretaria é preventivo e que a academia da Guarda Municipal tem uma formação de 3 meses, para preparar os guardas municipais.

Explicou que, em relação à exploração, o órgão desenvolve um trabalho dentro das escolas, por meio de atividades lúdica com as crianças, além de promover palestras com adolescentes e seus pais.

DEPOIMENTO DO SR. MÁRIO DE LIMA E SILVA - Fiscal de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal da Ordem Pública do Rio de Janeiro.

Disse que o órgão não tem função investigativa nem de combate ao crime, mas trata do licenciamento de atividades na cidade e fiscaliza estabelecimentos envolvidos em denúncias da prática desse tipo de ilícito,

CD144292764773

especialmente para fins de cassação de alvará ou para fiscalização de estabelecimento sem alvará onde porventura ocorram esses ilícitos.

DEPOIMENTO DO SR. WALTAIR DO NASCIMENTO - Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro.

Sobre o funcionamento dos conselhos tutelares, disse que o Estado é dividido em 10 regionais e que a Associação promove encontros regionais de 2 em 2 meses e estaduais de 3 em 3 meses.

Disse que as mazelas combatidas na capital estão indo para o interior do Estado. Também mencionou a existência de uma crise de competência muito grande entre conselheiros tutelares, Ministério Público e Judiciário.

DEPOIMENTO DO SR. HUMBERTO LIMA - Coordenador do Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro.

Não trouxe informações de relevo para identificação das quadrilhas de exploração sexual de crianças e adolescentes e das rotas utilizadas por esses criminosos.

DEPOIMENTO DA SRA. NAURA LIANE DE OLIVEIRA ADED - Diretora do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto — IMLAP/RJ.

Queixou-se da falta de entrosamento e de troca de informações entre as instituições policiais e entre estas e o Ministério Público.

Explicou que, quando o perito constata abuso sexual, encaminha o laudo prévio para que a autoridade possa dar início aos procedimentos investigatórios. Disse que, em alguns casos, é necessário solicitar ao Instituto de Pesquisa e Perícia em Genética a realização do exame de DNA.

CD144292764773

DEPOIMENTO DA SRA. JULIANA BATISTUTA VALE - Representante do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância — CIESPI-PUC/Rio.

Disse que o CIESPI tem uma trajetória bastante engajada na discussão sobre as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, discutindo historicamente como essa política foi uma política marcada pelo abandono, pela negligência, pela violação dos direitos, mas também demonstrando o quanto a gente vem avançando na tentativa permanente de lutar pela garantia desses direitos.

Explicou que o CIESPI não tem uma frente de trabalho específica para discussão das ofensas sexuais, da questão do turismo sexual e da exploração sexual, porém, esse tema sempre atravessa suas pesquisas.

DEPOIMENTO DA SRA. MARTA SERRAT DOS SANTOS - coordenadora do Projeto Vida de Criança.

Relatou que seu trabalho teve início em 1998, quando seu filho estava numa sala de *chat,* na Internet e um americano enviou um *link* para todos, contendo 40 fotos horríveis de crianças de 3 a 6 anos de idade.

A depoente disse que mobilizou a imprensa, a população, os *hackers* e conseguiu levar o caso ao Ministério Público.

A depoente explicou que, a pedido de autoridades, permaneceu durante dois anos conversando, *on-line*, com o pedófilo, fingindo ser o filho, para poder identificá-lo.

Trouxe a depoente uma carta aberta, a qual solicitou fosse encaminhada à Presidente Dilma, cujo teor passamos a transcrever:

CD144292764773

"Excelentíssima Sra. Presidenta Dilma Rousseff, autoridades e organizadores da Copa do Mundo FIFA2014.

Considerando que todo país sediador de Copa do Mundo tem por princípio escolher um tema social para representá-lo perante os milhões de espectadores e milhares de jornalistas da mídia nacional e mundial durante o evento;

Considerando que no dia 07 de novembro de 2011 chegou ao meu conhecimento a pauta da audiência pública realizada na Câmara Federal, onde os deputados federais, membros da Comissão das Copas do Mundo e das Confederações, o Ilmo. Presidente do COL e CBF, Sr. Ricardo Teixeira e o Ilmo. Secretario Geral da FIFA, Sr. Jerome Valcker, discutiram itens referentes ao Projeto de Lei 2.330/2011 e onde foi submetido o tema social sugerido pelo Deputado Wilson Filho , 'POR UM MUNDO SEM ARMAS, SEM DROGAS';

Considerando que os problemas sociais no Brasil abrangem temas relevantes como a pobreza, a desigualdade, o analfabetismo, a violência, incluindo os abusos e exploração de natureza sexual de crianças, a exploração do trabalho infantil, a gravidez na adolescência e a educação precária entre tantos outros;

E, inconformada, tomada pela absoluta sensação de exclusão do debate para a escolha do tema social da Copa, protocolei, na qualidade de cidadã brasileira, contribuinte, eleitora, autora e coordenadora do Projeto Vida de Criança o requerimento de n° 144746/PL 2.330/2011, datado de 07/11/2011, no qual solicito o apoio dos parlamentares, membros da Comissão supracitada para que, regimentalmente, um ou qualquer um deles apresentem o tema social sugerido por mim 'O MUNDO LIVRE DA POBREZA, DA

CD144292764773

DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS' pois, até então, o tema do desarmamento era único e sem concorrentes e, agora, que o texto da Lei Geral da Copa foi aprovado e que o tema da Violência, Abuso e Exploração Sexual Infantil não foi inserido e que a mídia não para de mostrar milhares descasos terrificantes;

Saibam Vossas Excelências que não estou mais só nesta empreitada pois participei e frequento, constantemente, de eventos organizados pelo próprio governo federal para promover mais justiça, igualdade social, racial, religiosa, econômica, de acessibilidade, de gênero e direitos da criança e do adolescente e, no desespero de constatar que tema tão relevante ficou excluído como tema social para a Copa coletei milhares de assinaturas em favor da inclusão do 'nosso' tema.

Além disso, tenho feito da minha história um caminho de mobilização e conscientização popular ferramenta de luta à violência contra menores pois me envolvi no enfrentamento ao abuso e exploração sexual de menores, em 1998, (...). "Por estes motivos, por razões cívicas e por um sentimento democrático estou lutando para fazer entender a muitos compatriotas e autoridades que este assunto não pode ser decidido apenas no âmbito do legislativo e apenas entre organizadores. Nosso suor e nossos impostos estão incluídos em despesas bilionárias para esta Copa do Mundo FIFA 2014.

Nossa opinião deve ser levada em consideração e o tema do desarmamento para representar o 'nosso' país durante o evento mais popular do planeta nada acrescenta às reais necessidades prioritárias do Brasil que tanto esforço está fazendo para sair do profundo descaso social e desagrada a maioria da população.

CD144292764773

Os subsídios para justificar a 'nossa' sugestão, 'O MUNDO LIVRE DA POBREZA, DA DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS, foram extraídos, diretamente, do site da Presidência da Republica, dos sites de diversos Ministérios do Governo Federal, sites de Ongs e de forma urgente impressos e anexados ao requerimento n° 144746/pl 2.330/2011, protocolado na Comissão das Copas e das Confederações (...) Redução da pobreza: Programas ações e projetos tais como Fome Zero, Bolsa Família, Minha casa, Minha vida, Luz para Todos, microcrédito para agro negocio familiar, primeiro emprego e outros. Redução da desigualdade: Estatuto do Negro, Cotas Raciais, criação de Secretarias de Políticas Públicas para a defesa dos direitos de vários seguimentos alvos da violência física e moral, discriminação, tratamento diferenciado, tais como aqueles dedicados aos Negros, Índios, Ciganos, Homossexuais, Lésbicas, Bissexuais, Transsexuais, grupos religiosos, deficientes físicos e mentais. Redução da violência contra a criança: criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica, estatuto da criança e do adolescente, criação do n° 100 (...), CPI da Pedofilia," — da Ex ploração Sexual e Infantil, da Câmara e do Senado Federal — "programas, projetos e ações de vários ministérios e Ongs contra o trabalho escravo, abuso e violação dos direitos de menores. No dia 19/01/2012, apresentamos à algumas de V. Exas.," — no Senado Federal, e organizadores —"material literário enviado pela SECOM (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) que nos fez acreditar, mais intensamente, ser o desarmamento um tema inadequado para representar o Brasil em virtude do incomensurável trabalho desprendido no sentido de reduzir a pobreza, a desigualdade e a violência contra o menor. Discordamos daqueles que

CD144292764773

defendem o tema 'POR UM MUNDO SEM ARMAS, SEM DROGAS' "— vão ser feitas inúmeras campanhas focadas nesse slogan — "primeiro por entender que, interpretativamente, a expressão 'POR UM MUNDO' parece se referir um lugar utópico, distante, de sonhos, que não conhecemos e que será muito difícil alcança-lo pois o único mundo real para nós é onde vivemos e nele, especialmente no Brasil, nós consideramos o tema sugerido pelo Deputado Wilson Filho contraditório e desprovido de unanimidade nacional haja vista o resultado do plebiscito de 2005 onde 64% da população brasileira se pronunciou, através do voto, contrária ao desarmamento e, portanto, contra ele pesa a rejeição de mais da metade da população. (...)

A arma de ação mais letal que existe é a CANETA — é a caneta que é a arma mais letal — pois a caneta que assina pelo desarmamento também pode ser amesma que assinará as autorizações para a importação e ou implantação de fábrica de armas, de artefatos, de material ou equipamento bélico ou a mesma caneta pode assinar, ainda, Tratados de Guerras entre Nações, penas de morte, e proliferação de armas nucleares. Em contrapartida, a CANETA QUE DEIXA DE ASSINAR TAMBÉM PODE MATAR E CAUSAR MUITOS DANOS E LESÕES CORPORAIS. BASTA UMA VISITA AOS HOSPITAIS PÚBLICOS, PENITENCIARIAS, AOS BOLSÕES DE MISÉRIA PELO MUNDO AFORA E A OBSERVAÇÃO DA FALTA DE INSTRUMENTOS QUE PROMOVAM A EDUCAÇÃO PRODUZINDO OPORTUNIDADES PARA O MENOR (...)

Sendo o desarmamento um tema polêmico contraditório e paradoxal, já rejeitado por 64% da população nacional, solicitamos o apoio para o tema: 'O

CD144292764773

MUNDO LIVRE DA POBREZA, DA DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS' porque não estamos mais sós.

Pelo exposto, e na melhor forma, solicitamos, mais uma vez, que seja considerada nossa sugestão para o tema social da Copa, 'O MUNDO LIVRE DA POBREZA, DA DESIGUALDADE, DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS' (...) e estendido à apreciação da população a escolha de todas as propostas em um tratamento digno e próprio de uma democracia e que inclua-se ao tema social a conscientização de que abuso e exploração sexual infantil é crime contra a humanidade levando-se em conta o sofrimento daqueles que privados da sua dignidade, de sua privacidade foram e continuam sendo expostos ao vexame do abuso sem coragem de denunciar seus algozes. Pensem que o advento da internet tornou esse crime uma indústria bilionária onde pedófilos e quadrilhas de predadores exploram imagens pornográficas de crianças e aliciam menores para trafico de órgãos, prostituição, rituais de magia negra, adoções criminosas e para isso usam até cartões de credito. Portanto é urgente e importante uma reflexão sobre esta silenciosa calamidade histórica que marcou a vida de muitos seres humanos das gerações passadas e as digitais de pessoas tão nocivas poderão continuar tatuando o corpo e alma de vitimas das gerações futuras. Não podemos perder a oportunidade de conscientizarmos milhões de pessoas sobre o que foi descrito.

Não podemos perder a oportunidade de conscientizarmos milhões de pessoas sobre o que foi descrito. "Pelo amor de Deus! Vamos cuidar das nossas crianças!" Foi o que disse um dos maiores jogadores de futebol de todos os tempos ao completar o seu milésimo gol, Edson Arantes do Nascimento, Pelé. Mas nem mesmo o rei Pelé falhou no que diz respeito às

CD144292764773

crianças, pois sua filha, Sandra Regina Machado, morreu tentando ser reconhecida como filha biológica e a justiça provou que através exames de DNA ser filha legítima e o grande Rei mesmo nunca, jamais aceitou esta realidade até o final do processo de reconhecimento de paternidade mesmo a justiça tendo dado ganho de causa a Sandra Regina Machado que morreu de câncer aos 42 anos, em 17 de outubro de 2006."

DEPOIMENTO DA SRA. CRISTIANE SANTANA - C**oordenadora do Serviço de Enfrentamento de Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Município do Rio de Janeiro.**

Disse que trabalha com o enfretamento à violência sexual no Município do Rio de Janeiro, em conjunto com o Ministério Público, com a DCAV e com a DPCA.

Mencionou a existência da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual e ressaltou que o Município do Rio tem um plano municipal de enfrentamento à violência sexual, que foi aprovado pelo CMDCA, em fevereiro de 2009, mas que não foi publicado.

Trouxe dados estatísticos segundo os quais, até outubro de 2012, foram registrados 587 casos de violência sexual e a grande maioria é de violência intrafamiliar. Informou que somente 35 desse total de casos são de exploração sexual.

Ainda de acordo com esses dados, 73% do total de casos de violência sexual envolvem meninas e apenas 17% são praticados contra meninos.

DEPOIMENTO DO SR. MARCELO CAMPOS - **Representante da Federação de Motoclubes do Rio de Janeiro.**

CD144292764773

Colocou a Federação dos Motoclubes à disposição para colaborar com as ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ BORGES - **Coordenador-Geral do Disque-Denúncia do Estado do Rio de Janeiro.**

Disse que o Disque-Denúncia é apenas uma marca, um serviço do Gabinete do Secretário de Segurança, mantido numa parceria público-privada, em que o Instituto Brasileiro de Combate ao Crime, uma ONG, administra junto com a Secretaria de Segurança esse serviço.

DEPOIMENTO DA SRA. MICHELLE JORGE - **Gerente de Projetos do Disque-Denúncia.**

Explicou que o Disque-Denúncia, embora tenha começado com essa característica apresentada pelo depoente anterior, há bastante já não trabalha só com a polícia, mas também como o Sistema de Garantia de Direitos, com encaminhamentos par os conselhos tutelares e com a manutenção de uma equipe de monitoramento.

Disse que o primeiro projeto em relação a crianças e adolescentes teve início em 1999, em parceira com a FIA — Fundação para a Infância e adolescência, para tratar do desaparecimento de crianças, e que, em 2002, foi implantada uma gerência para trabalhar a questão da criança e do adolescente.

Também destacou a participação no Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que funcionou no Município do Rio de Janeiro, de 2006 a 2010.

A depoente relatou que faz parte do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, na vice-presidência.

CD144292764773

DEPOIMENTO DA SRA. GLORIMAR SOUZA - Gerente do Núcleo de Violência Doméstica.

Não trouxe informações de relevo para identificação das quadrilhas de exploração sexual de crianças e adolescentes e das rotas utilizadas por esses criminosos.

DEPOIMENTO DO SR. JOSELI CANDIDO DA SILVA - Tenente-Coronel, Comandante do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro — BPTUR.

Explicou que o BPTUR é uma unidade especial, foi criada no ano 2000, mas desde a década de 90 já existe uma unidade especial voltada para o atendimento ao turista e o policiamento nas áreas de interesse turístico na cidade do Estado do Rio de Janeiro.

No que tange à realização de grandes eventos, existem vários grupos formados especificamente para atuar em cada área, como, por exemplo, transporte, prevenção de ações terroristas e uma oficina de segurança dos pontos turísticos, dos hotéis e dos navios-hotéis que vão ser atracados no porto do Rio de Janeiro.

Explicou que essas oficinas desenvolvem um trabalho de identificação de vulnerabilidades internas e externas de cada órgão envolvido na questão de segurança e propõe sugestões tanto no nível de análise de risco quanto no nível tático.

Relatou que a Secretaria de Turismo elaborou folhetos em quatro idiomas — italiano, espanhol, inglês e francês.

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA - Promotor de Justiça e Subcoordenador Criminal do Centro de Apoio às Promotorias Criminais.

Explicou o funcionamento das promotorias no Estado e disse que as promotorias são bastante especializadas e que há aquelas que trabalham somente com a questão da infância, cujo pessoal pode informar melhor acerca dessas questões envolvendo exploração de crianças e adolescentes. Disse que, no seu caso, trabalha apenas com investigação penal, que vai até o momento da denúncia ou arquivamento.

DEPOIMENTO DO SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA - Coordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.

Citou um estudo realizado pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos, segundo o qual, no Município do Rio de Janeiro, no ano de 2008, havia apenas duas varas especializadas na questão da infância e da adolescência.

Disse que a antiga era chamada de Primeira Vara e fazia toda a parte protetiva, a parte cível de adoção, criança e adolescente em situação de rua, criança e adolescente vítima de abuso e exploração sexual.

Ainda segundo o artigo citado, a Segunda Vara tratava da questão dos adolescentes em conflito com a lei, que praticam ato infracional.

Relatou que posteriormente foram criadas varas regionais na capital, pelo Tribunal, para amenizar um pouco essa situação.

Acerca dos conselhos tutelares disse que o Estado tem uma das piores proporções dos conselhos tutelares para o número de habitantes, pois,

CD144292764773

enquanto os critérios do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente determinam um conselho tutelar para cada 100 mil habitantes, no Município do Rio de Janeiro, há apenas 12 conselhos tutelares, que trabalham em condições extremamente precárias, não só em termos de instalação física, mas, também, de capacitação técnica.

Citou estatísticas quanto ao volume de denúncias apresentadas, segundo as quais chegaram à Coordenação da Infância, 1.070 denúncias em fevereiro, 1.442 em março, 370 em abril, 1.539 em maio, 1.346 em junho e 1.478 em julho.

Comentou que esse número grande denúncias representa apenas um décimo do que acontece no real, pois a maioria dos casos não é denunciada.

DEPOIMENTO DA SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN- Promotora de Justiça, Titular da 8.ª Promotoria de Investigação Criminal e Coordenadora Criminal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Disse que a atribuição da Polícia Militar não é de apuração dos crimes, que esta não é uma Polícia Judiciária, responsável pela investigação dos casos já concretizados, dos crimes praticados.

Explicou que cabe à Polícia Militar, na verdade, fazer um trabalho de prevenção, daí por que a Polícia Militar é uma polícia de rua, que deve estar junto à população, evitando que o crime seja praticado.

Explanou a depoente que, uma vez praticado o crime, cabe à Polícia Civil o trabalho de investigação e encaminhamento ao Ministério Público.

CD144292764773

No que diz respeito à Polícia Civil, a depoente mencionou que, no Rio de Janeiro, há uma delegacia com competência em todo o território do Estado, a DEAT, que trata de questões relacionadas ao turista.

Quanto ao funcionamento do Ministério Público, relatou que, dentre as Promotorias de Investigação Penal, há uma que tem como atribuição os inquéritos oriundos da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima.

Além disso, como disse a depoente, há, no Rio de Janeiro, o GAECO, que é um grupo de combate ao crime organizado, um grupo de atuação especial contra o crime organizado.

Também disse que o Ministério Público tem alguns de seus membros destacados para serem representantes de suas instituições no Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado, que se chama GNCOC.

DEPOIMENTO DO SR. AFONSO HENRIQUE LEMOS PEREIRA - Subcoordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.

Lembrou que, no Rio de Janeiro, existe uma lei estadual prevendo núcleos especializados, uma equipe interdisciplinar especializada no atendimento às vítimas de violência.

DEPOIMENTO DO SR. MÁRCIO MENDONÇA DUBUGRAS - Delegado da Polícia Civil.

Destacou o trabalho que vem sendo realizado na interdição de estabelecimentos que exploram a prostituição. Disse que, em uma dessa casas, foram apreendidos 380 mil reais.

CD144292764773

Lamentou a prolação de decisões judiciais desinterditando algumas dessas casas de prostituição, ao entendimento de que não havia a prática de crime.

Citou o caso da Balcony, na Avenida Atlântica, objeto de investigação pela polícia, onde foram detectados casos de prostituição. Disse que, com o fechamento da boate Help, as prostitutas deste estabelecimento se deslocaram para a Balcony.

Relatou que a polícia também identificou traficantes, cujo pedido de prisão, apoiado pelo Ministério Público, foi negado pelo juiz.

DEPOIMENTO DO SR. SIRO DARLAN DE OLIVEIRA - Desembargador da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

No entender do depoente, não precisamos de novas leis, pois as leis existentes são boas. Destacou que esta faltando execução das leis, políticas públicas de desenvolvimento e fortalecimento dos conselhos de direitos, dos Conselhos Tutelares, que, na prática, continuam abandonados depois de 22 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mencionou a grande carência capacitação de policiais, lembrando que há, no Rio de Janeiro, uma única delegacia de proteção às crianças vítimas de violência. Destacou a existência de exploração no esporte, em que jovens que são trazidos do interior do País por exploradores, inclusive com falsas promessas.

Também citou casos de intervenção feitos na moda e em novela da Rede Globo, o que gerou polêmicas, pois as pessoas o acusavam de praticar

CD144292764773

censura. Disse o depoente que também interveio em escolas de samba, porque as crianças, antes, desfilavam junto com os adultos.

Comentou as dificuldades relativas às provas nos processos, inclusive porque a prostituta jamais confessa que está recebendo dinheiro e, em muitos casos, na presença do juiz, diz que estava com o namorado.

DEPOIMENTO DO SR. EBENÉZER OLIVEIRA - Representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Disse acreditar que o enfrentamento ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e adolescentes é feito em rede e que não é possível ser feito de outra maneira.

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DE LIMA NETO - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal.

Destacou o mapeamento dos pontos vulneráveis e a necessidade de estabelecer metas, principalmente no sentido de reduzir os casos de exploração por meio de um programa mais intensivo.

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ GERALDO CARVALHO - Comissário da Polícia Civil.

Relatou a triste realidade de garotas envolvidas com o tráfico, com o furto e com a prostituição. Disse que a polícia está realizando um trabalho de investigação de exploração de meninas, em casas de prostituição de Mimosa.

DEPOIMENTO DA SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Presidente da Fundação para Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro - FIA.

Disse que a Fundação é vinculada às CADHs, uma fundação estadual, que tem por missão promover, garantir direitos de crianças e adolescentes e

CD144292764773

trabalha dentro do SUAS, no conceito de média e alta complexidade, tendo como um de seus programas a atenção à criança e ao adolescente vítima de maus-tratos e violência, entre elas a violência sexual.

Explicou que a Fundação tem 7 núcleos, chamados NACA, Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente, em 7 Municípios — Volta Redonda, Friburgo, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Araruama e Duque de Caxias —, cada um deles atendendo em média 300 a 400 crianças, é a meta de atendimento. Mencionou ainda que a FIA participa do Conselho Estadual de Defesa — CEDCA, onde, tendo assento, também está discutindo o novo Plano de Enfrentamento à Exploração Sexual, e tem assento no Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

DEPOIMENTO DO SR. ZAQUEU TEIXEIRA - Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

Disse que a Polícia Judiciária precisa ter outros meios de prova, não se podendo exigir que a criança ou adolescente vítima seja responsável pela produção de prova.

DEPOIMENTO DA SRA. FABIANE GIL - Coordenadora de Humanização da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Comentou a respeito dos hospitais, em cujas emergências são atendidos muitos casos de violência contra crianças e adolescentes.

Citou três casos recentes: um em que o vizinho chamou o bombeiro, porque viu a criança gritando. Relatou que o menino de dois anos chegou ao hospital com várias lesões, tendo a mãe queimado toda a genitália da criança, para tentar omitir o abuso sofrido por ela.

CD144292764773

O outro caso mencionado pela depoente foi o de uma menina de quase dois anos que tinha sido abusada sexualmente e a mãe para encobrir o crime também queimou a genitália da criança, a qual veio a falecer.

O terceiro caso relatado pela depoente foi o de um bebê, com menos de um mês, encontrado num matagal também com sinais de violência.

Sugeriu um melhor aparelhamento dessas emergências para o atendimento às crianças vítimas de violência.

DEPOIMENTO DA SRA. KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA - Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Disse que a Polícia Militar está nas ruas com o policiamento ostensivo e o e que, quando uma criança ou adolescente em situação de risco é encontrada, ela é encaminhada a uma delegacia especializada.

Destacou o trabalho do PROERD, realizado no âmbito da Polícia Militar, de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes.

DEPOIMENTO DO SR. MARCUS FERREIRA - Vice-Presidente do Instituto de Segurança da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Explicou que o Instituto de Segurança Pública é uma autarquia do Estado do Rio de Janeiro vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública, incumbida de realizar as estatística de segurança pública no Estado.

DEPOIMENTO DO SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - Assessor Parlamentar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Não trouxe informações de relevo para a identificação de pontos vulneráveis de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado ou que pudessem contribuir para identificação de redes criminosas e de estabelecimentos em que esses crimes são praticados.

CD144292764773

DEPOIMENTO DA SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Chefe do Comando de Policiamento Pacificador — CPP.

Explicou que o programa PROERD foi criado em 1983, em Los Angeles, nos Estados Unidos, e veio para o Brasil, através do Rio de Janeiro, em 1992. Disse que, em vinte anos de existência, quase 750 crianças foram atendidas, em quase nove mil escolas no Estado do Rio de Janeiro.

Mencionou que a missão do PROERD é a prevenção primária, com relação ao uso e abuso de drogas lícitas e atos de violência. Relatou um caso de atendimento pelo PROERD de uma criança que era sempre violentada pelo padrasto e que resolveu denunciar esse crime, quando presenciou o padrasto estuprando o seu irmão de três anos.

Destacou o trabalho feito com cartazes, com o objetivo de preparar a criança para receber as lições específicas do PROERD, o que é feito em convênio com as Secretarias Municipais de Educação.

DEPOIMENTO DO SR. CLAYTON HELAL ALVARENGA - Chefe da Seção de Operações, Instruções e Planejamento do Batalhão de Polícia de Turismo – BPTUR da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Disse que a missão precípua no Batalhão é o atendimento ao turista estrangeiro, seja na proteção ou no auxílio com informações; encaminhamento, em caso de ele ser vítima de algum crime ou acusado.

Explicou que, em relação à prostituição, o turista estrangeiro geralmente se envolve com travestis ou mulheres adultas e que dificilmente o turista estrangeiro se envolve com menores.

DEPOIMENTO DO SR. RICARDO TRADE - Diretor-Geral do Comitê Organizador Local da Copa 2014 - FIFA.

CD144292764773

Disse que não pode falar em nome da FIFA, pois não pertence a essa entidade, e que o Comitê Organizador é uma entidade privada que passa os requerimentos da FIFA para as cidades-sede.

Não trouxe informações de relevo para a identificação de pontos vulneráveis de exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado ou que pudessem contribuir para identificação de redes criminosas e de estabelecimentos em que esses crimes são praticados.

DEPOIMENTO DO SR. ÁLVARO PALMA DE JORGE - **Advogado.**

Disse que, no âmbito do Comitê, existem algumas medidas concretas, como é o caso das contratações por meio de editais, em que são inseridas cláusulas, exigindo a demonstração de que a empresa não emprega trabalho infantil bem como a previsão de multa e rescisão imediata do contrato, no caso de qualquer tipo de violação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

AUDIÊNCIA REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2014, COM O SR. JOSE MARIA MARIN, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

O evento foi realizado no Gabinete do Presidente da CBF, situado na Rua Victor Civita, 66 - B1 - Edifício 5 (5º andar) Condomínio Rio Office Park Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ.

Nesta ocasião, foi assinado o **PACTO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIRAS REALIZADO COM OS CLUBES ESPORTIVOS.**

Passamos a transcrever as notas taquigráfica correspondentes a essa audiência.

CD144292764773

“A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Presidente, nós estamos aqui para fechar um pacto de proteção às nossas crianças e adolescentes. Eu quero agradecer ao senhor por abrir as portas da CBF, por entender que as nossas crianças brasileiras precisam de proteção integral, e essas ações... isso aí vai dar uma visibilidade muito grande para essa questão do combate à exploração sexual, tráfico de atletas. O que o senhor acha disso tudo, o que o senhor tem para dizer para gente desse pacto, o que o senhor achou?

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - Em primeiro lugar, eu quero demonstrar as nossa maior alegria em receber uma visita tão honrosa. Ninguém desconhece o trabalho excelente que a Deputada Liliam Sá vem fazendo, um trabalho na Câmara Federal, mas de forma específica na proteção das nossas crianças. É um trabalho altamente meritório, que merece não só os nossos cumprimentos, mas eu tenho certeza absoluta de que a gratidão de todos os pais e principalmente das mães do Brasil.

A CBF, desde já, se coloca inteiramente à disposição da Deputada Liliam Sá e da sua generosa e valiosa equipe para darmos a nossa modesta colaboração. O importante é nós reconhecermos o valor e a importância desse trabalho.

Eu tenho certeza também absoluta de que não só o Congresso Nacional, mas a população estará também acompanhando e observando todos os benefícios que certamente virão em favor da nossa criança.

Nós conhecemos pessoalmente a Deputada Liliam Sá, sempre esteve voltada para a nossa infância e juventude. Quando nós notamos que no Congresso Nacional existe uma pessoa com essa visão e principalmente com essa disposição de trabalhar em favor da própria família brasileira, porque o

CD144292764773

grande valor que eu considero para o ser humano é aquilo que nós damos à nossa família. Considero o maior patrimônio do ser humano o valor que ele dá à sua família. E a Deputada Liliam Sá está demonstrando que se interessa não exclusivamente pela sua família de ordem pessoal, ela se interessa pela família brasileira.

Então, é um trabalho maravilhoso que merece não só o nosso respeito, mas principalmente o nosso apoio, e dentro das nossas limitações estatutárias nós vamos dar o total apoio a essa feliz e generosa iniciativa.

A CBF não vai ficar alheia a esse esforço, a essa dedicação, a esse trabalho e principalmente a essa elogiosa preocupação da Deputada Liliam com as crianças do nosso País, e que certamente será um exemplo para o mundo inteiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Presidente. Presidente, nós sabemos que com campanhas educativas nós vamos c coibir bastante essa prática que está aí no Brasil, é uma realidade nacional, e eu fico muito feliz de a CBF está dando esse pontapé, é um gol de placa nessa ajuda, porque o Governo Federal lançou a campanha Proteja, quando era Ministra Maria do Rosário, e agora está aí Ideli Salvatti como Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ela visitou todos os Estados que vão sediar a Copa do Mundo e fez um pacto com esses Estados em ações efetivas na proteção das nossas crianças e adolescentes.

Então, nós queremos que o Brasil mostre uma cara diferente e não a que eles estavam divulgando lá fora, saíram várias reportagens que no Brasil é fácil ter sexo com crianças. Isso aí veio, foi uma manchete muito ruim e negativa.

CD144292764773

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - Péssima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, nós queremos é fazer isso, mostrar que é uma terra de futebol, uma terra em que nossas crianças são protegidas e cuidadas.

Por isso, eu agradeço essa contribuição que a CBF está dando a todos nós, essa visita de cortesia que nós viemos fazer, porque o senhor nos recebeu para fazer esse pacto, um pacto pela vida das nossas crianças, é um pacto maravilhoso, é um pacto de consciência, de conscientização das famílias, de todos nós.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - É verdade, é verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Agradeço a sua contribuição.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - Eu aproveito a oportunidade para dizer que a Ministra Ideli Salvatti falou pessoalmente conosco a esse respeito e desde logo nós dissemos da nossa decisão em apoiar esse projeto em todos os aspectos. E também falamos a seu respeito.

Então, é uma conjugação de esforços, estamos todos integrados, a Ministra Ideli Salvatti, a Deputada e a própria CBF.

Então eu acho que é um trabalho que exige acima de tudo seriedade e credibilidade. Isso é uma característica da nossa Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - A Liliam já esteve à frente de uma delegação esportiva. Naquela oportunidade, ela não só demonstrou a sua total competência e capacidade para chiar uma delegação, interpretando mais do

CD144292764773

que nunca o pensamento, a cultura do povo brasileiro, mas demonstrou uma liderança muito grande quando chefiou numa delegação fora do Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Foi um grande desafio, uma seleção feminina, foi um grande desafio.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - É verdade, é verdade, porque chefiar uma delegação esportiva exige acima de tudo credibilidade e liderança. Então, com essa liderança já demonstrada, a dedicação ao trabalho, ela é um exemplo de que quando assume uma tarefa ela cumpre fielmente, ela se dedica totalmente e os resultados sempre são positivos.

Então, eu acho que essa campanha terá o apoio de todos e não poderia deixar de ter o apoio e não poderia deixar de ter o apoio da Confederação Brasileira de Futebol, de onde eu considero a nossa Deputada Liliam Sá como parte integrante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E a Copa do Mundo? *(Riso.)* Nova sede.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - Nós estamos a poucos dias da Copa, nós oferecemos à nossa Seleção todas as condições para que possa fazer uma grande Copa do Mundo. Nós apresentamos ao mundo esportivo uma Granja Comary, uma nova Granja Comary totalmente nova em todos os sentidos, porque nós aproveitamos apenas o alicerce, e agora vamos inaugurar no dia 4 de junho, você está vendo uma sede nova, moderna, em perfeitas condições de dar aos nossos funcionários de desenvolver o seu trabalho com a maior tranquilidade possível. E também o que é muito importante. Além da funcionalidade da nova sede, vamos inaugurar dia 4, nós temos oportunidade de mostrar aos brasileiros e ao mundo um museu que considero será o melhor

CD144292764773

do mundo porque nós temos 5 títulos mundiais conquistados pelo Brasil, então nós temos o maior acervo histórico do futebol, é o Brasil que possui 5 Copas do Mundo.

E terá também, o que é muito importante, um auditório moderno, para que as futuras convocações, os grandes acontecimentos, a Confederação Brasileira de Futebol possa mostrar primeiro aos Brasileiros, e depois aos nossos irmãos do mundo inteiro. É um prédio moderno que dará condições de trabalho a todos.

Então, eu fico muito feliz. Quero agradecer a meus companheiros de diretoria na pessoa do meu parceiro atual, Vice-Presidente e futuro Presidente da CBF, uma vez que já foi eleito por aclamação, Dr. Marco Polo Del Nero, à comissão que tem gerenciado não só a aquisição do prédio aqui, mas principalmente a sua adaptação para essa sede e também agradecer a todos os Presidentes de Federações, das 27 Federações, aos nossos Presidentes de clubes pela confiança que pelo apoio que têm dado à atual diretoria. Eu acho que quem sai ganhando é o futebol brasileiro, tanto na parte administrativa, como no campo futebolístico, e eu tenho certeza absoluta de que, pelo apoio total que a Diretoria da CBF, os Presidentes de Federações estão dando à Seleção Brasileira, nós vamos fazer com que aquela grande tristeza de 1950, acredito que a Deputada nem tinha nascido...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, não tinha não. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ MARIA MARIN -... se transforme numa grande alegria agora em 2014.

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É o que nós esperamos com tudo isso.

O senhor está deixando um grande legado na sua administração, isso é muito importante e sei que o Dr. Marco Polo vai fazer também um excelente trabalho, já vai pegar a casa pronta, não é, doutor? *(Risos.)* Ajudou muito. E eu quero agradecer, porque eu sei que esse pacto que nós vamos fazer pelas crianças do Brasil e principalmente na questão das escolinhas, porque nós vamos lançar um projeto de lei, agora no final da CPI, no relatório final, na semana que vem, porque não há uma legislação para as escolinhas de futebol.

Então, esses meninos às vezes vêm traficados de um Estado para outro e chegam à confederação de futebol apresenta certidão de nascimento, eles vão lá e fazem o cadastro desse atleta, registra o atleta e depois ninguém sabe desse menino, às vezes vai para fora do País e às vezes está com uma pessoa que não é boa, que são esses olheiros que estão aí. Então, nós queremos moralizar. Quanto mais a gente moralizar o futebol, mais nós estamos protegendo as famílias e também os atletas brasileiros, o futuro dos atletas brasileiros, jogadores de futebol.

Por isso que nós estamos fazendo essa legislação, vamos mudar alguns artigos na Lei Pelé também, para que a gente possa garantir que essa criança saia do Estado dele para vir jogar em outro Estado, principalmente aqui no Rio de Janeiro, chega aqui ela tenha total apoio, não vai ficar em casas insalubres, como acontece nas escolinhas de futebol que traficam as crianças e também à mercê de abuso desses pedófilos que se dizem professores, técnicos de futebol e não são.

CD144292764773

Então, por isso é importante essa nossa participação. Vamos em frente, vamos dar um gol de placa na proteção das nossas crianças e adolescentes.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - Aproveito também para colocar à disposição o nosso Diretor do quadro jurídico, Dr. Carlos Eugênio,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dr. Carlos.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN -...que tem uma militância muito grande nesse aspecto esportivo e quando se trata de se preocupar com a criança, é uma preocupação geral, a CBF também nesse aspecto se coloca à disposição para qualquer consulta o nosso diretor do quadro jurídico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a reunião aqui na CBF.

O SR. JOSÉ MARIA MARIN - Antes de finalizar, eu queria, na pessoa da nossa Deputada, que eu considero uma Deputada amiga e integrante da Confederação Brasileira de Futebol, Liliam Sá, pelo magnífico e estupendo trabalho em favor das nossas crianças. Tenho certeza absoluta de que a nossa gratidão é feita em nome de todos os pais do Brasil, porque, quando se fala de criança, mexe não só com a nossa mente, mas principalmente com o nosso coração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, refazendo a minha fala, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a audiência aqui na CBF. Obrigada.”

Reunião realizada na sede da Federação Brasileira de Futebol do Estado do Rio de Janeiro. Discussão sobre denúncias de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes nas escolinhas de futebol.

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. ENÉAS MADEIRA - Vice-Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro —FERJ.

Teceu os seguintes comentários: “Primeiramente, boa noite a todos. Deputada, é um prazer recebê-la. Realmente seria muito importante que o Presidente estivesse presente, porque ele é um homem que gosta realmente de debater essas coisas, e tenho certeza de que ele vai ajudar muito a senhora com relação a isso tudo. Nós estamos de pleno acordo e concordamos muito com a senhora, com tudo o que a senhora disse, e damos total apoio à senhora em todos os sentidos. É uma atitude também com que podemos ajudar muito a senhora. O que nós vamos fazer é esperar que ele volte de licença ou, então, que ele marque um encontro com a senhora, para ter uma reunião com ele, e ele expor as coisas melhor para a senhora.”

DEPOIMENTO DO SR. MARCELO VIANNA - Diretor de Competições da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro — FERJ.

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Meu nome é Marcelo Vianna, sou Diretor de Competições da Federação. Infelizmente, esse é um fato recorrente na totalidade da sociedade, não só no futebol. Hoje, o papel da Federação como entidade de prática desportiva é organizar e administrar as competições, acaba não abrangendo esse lado da formação do atleta na sua origem, que é a base do clube, ou nas escolinhas que, por contrato, os clubes podem dar o direito a terceiros de explorar sua marca com escolinhas e trabalho de base. Eu acredito que tanto as federações estaduais quanto a Confederação Brasileira de Futebol podem ser parte decisiva nisso, mas também acredito que é preciso criar uma legislação específica para organizar uma base de fiscalização para as federações e para a Confederação com

CD144292764773

essas escolinhas e com os clubes, para que a gente junto possa tentar encontrar um caminho para diminuir essa prática, esse abuso sexual de crianças. Acho que o caminho é conversarmos para que se ache o melhor mecanismo de defesa contra essa prática.(...)

Deputada, hoje, o papel da Federação é de administrar, de superintender a prática de desporto aqui no Rio de Janeiro. Nós organizamos competições, trabalhamos como um grande cartório registrando atletas, mas nós não vivemos o dia a dia da formação de um atleta. Não há ninguém da Federação dentro dos clubes de futebol vendo como é feito o trabalho nas divisões de base. O que nós fazemos é exigir documentos, fazer vistorias nas escolinhas dos clubes — não nas escolinhas terceirizadas, que fogem à nossa alçada. De muitas delas, nós nem temos conhecimento, porque os clubes fazem contratos com essas escolinhas que não passam pelas federações.

Então, o que nós fazemos é vistoriar o centro de treinamento, as condições dos nossos filiados, e exigir os documentos necessários para que essas casas funcionem. Agora, é preciso criar mecanismos para que a Federação também tenha outros deveres, como, por exemplo, verificar se há algum tipo de situação não só de tráfico sexual, como também de maus-tratos, alimentação ruim. Isso hoje não é gerência da Federação, e não temos nem suporte para isso, mas acredito que, conversando com vocês e com a Confederação brasileira, possamos encontrar uma saída para que também façamos parte desse grande movimento para terminar com essa prática realmente abominável.(...)

CD144292764773

Os clubes fazem essas franquias, cobram para que alguém utilize suas marcas e, em cima disso, arrecadam. Não há hoje uma legislação específica que permita à Federação agir nesse sentido. Não existe. Isso é o que precisa ser criado, para que a Federação tenha elementos, mecanismos para defender não só a causa na parte do abuso sexual, como na parte de higiene, se os atletas estão sendo bem tratados na parte de higiene, se existe algum tipo de situação em que o atleta esteja sendo humilhado, sofrendo algum tipo de abuso.(...)

O que nós fazemos é administrar os campeonatos. Nós criamos os campeonatos, catalogamos os atletas, damos os regulamentos, fazemos com que eles cumpram os regulamentos. Agora, organizar o dia a dia de um clube de futebol, como eles trabalham a divisão de base e se as crianças estão bem tratadas, a gente ainda não faz parte desse segmento. O que a gente faz são vistorias constantes nas sedes dos clubes, para ver se existem condições de higiene, se existe um mínimo de estrutura para o clube fazer o trabalho de base. (...)

Agora, essas escolinhas terceirizadas, nós não temos nenhum tipo de vínculos com elas. O clube cria um contrato que dá direito a terceiros de utilizar essa franquia, utilizando a sua marca, e em nenhum momento isso passa pela Federação, em nenhum momento existe um mecanismo para que a Federação possa tomar conta disso. (...)

Bem, o que eu acredito que a CPI possa fazer é criar normas, criar uma legislação específica que dê condições à Federação de também tomar conta disso, dar instrumentos para que a Federação possa tomar conta disso. Quando um clube, por exemplo, por contrato, deixar terceiros explorarem sua

CD144292764773

marca, que isso tenha que passar pela Confederação, pela Federação, que esse terceiro seja investigado, que haja exigências para que ele explore a marca do clube. O João vai explorar a marca Flamengo. Mas quem é João? É preciso saber quem é o João, o que ele quer, de onde ele vem. Na verdade, são os clubes que contratam os atletas. (...)

Na verdade, nós só registramos os atletas. Na verdade, acredito eu, quem tem que sofrer uma investigação maior são os responsáveis, os administradores dessas escolinhas."

DEPOIMENTO DO SR. VLADEMIR MONJE - **Advogado da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro — FERJ.**

Prestou os seguintes esclarecimentos: "Só corroborando com o que o Marcelo e o Enéas já falaram, talvez a CPI pudesse ampliar a maneira como a Federação atua, porque já existe a questão do contrato de formação de atleta. Para que nós possamos expedir esse certificado de clube formador, existem itens que a Federação fiscaliza. Para a Federação poder liberar um certificado de clube formador, o clube tem que cumprir uma série de exigências, entre as quais comprovar documentação de profissionais de Educação Física, Nutrição. Então, o clube que se dispõe a ser considerado clube formador tem que cumprir esse rol de exigências.

Esse dossiê vem para a Federação, a Federação o examina, faz um *check-list* e encaminha uma equipe para vistoriar as dependências. Alguns poucos clubes já fizeram isso, e só um clube até hoje no Rio de Janeiro conseguiu: o Nova Iguaçu Futebol Clube, que cumpriu todas as exigências. Os outros clubes ainda não obtiveram. A Federação fez uma série de exigências, e os clubes estão cumprindo. É a forma que a Federação tem hoje de atuar

CD144292764773

nesse campo, mas é uma questão ainda muito limitada. Ela precisa ser provocada, para a Federação poder atuar.

Então, talvez a CPI pudesse ampliar isso, criar uma forma mais abrangente de atuação, obrigando os clubes, de repente, a apresentar esses contratos, como o Marcelo falou; apresentar a documentação, certidões criminais, como senhora falou; para encaminharmos para o Ministério Público. Seria uma forma de ampliar um trabalho que a Federação faz ainda de forma bem restrita, bem específica.(...)

A senhora fez até uma colocação boa. Nesse sentido, o nosso estatuto também não oferece essa amplitude toda. Eu ia discutir uma questão, mas agora me fugiu. *(Pausa.)* Só para dar um exemplo de como a Federação se preocupa com essa questão — o Enéas e o Marcelo talvez possam dar maiores informações —, o Presidente da Federação, há algum tempo, exigiu que as fichas dos contratos de jogadores viessem acompanhadas de atestados médicos, para mostrar que o atleta tem condições ou possui os requisitos básicos para poder disputar uma partida de futebol, para evitar que haja um incidente no campo."

Reunião realizada na Chefia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro Esclarecimentos sobre providências para formação de força-tarefa no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro acerca de processos sobre desaparecimento de crianças e adolescentes. Realização de exames de DNA em ossadas encontradas entre os anos 2000 e 2009.

DEPOIMENTO DO SR. MARCELO MAIA - Delegado Titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima - DCAV.

CD144292764773

Fez os seguintes esclarecimentos: “O Dr. Fernando Veloso, em razão de agenda externa — ele está lá no Palácio Guanabara —, não pôde comparecer, mas pediu que nós três aqui déssemos total atenção aos Deputados e às mães das meninas desaparecidas. Na DCAV, especificamente, a Delegacia onde eu estou, nós não temos nenhum procedimento em que se investiguem essas adolescentes que foram citadas.

Pelo que me lembro, esses procedimentos estão na DPCA. E ficou traçado para a DCAV, naquela época, pela Chefe de Polícia Martha Rocha, que a gente conseguisse, a qualquer custo, a prisão do Fernando. O primeiro passo foi dado: o Fernando foi preso, foi pego. Depois de várias diligências, em vários endereços, na casa de familiares, ele acabou se sentindo pressionado e se entregou. Fomos até a uma empresa em que ele trabalhava em Macaé também, ficamos vários dias esperando ele aparecer lá, porque o contrato dele... Ele foi chamado para rescindir o contrato pela ausência dele. Ele falou que iria com o advogado, e a gente ficou lá esperando. Ele não apareceu, mas acabou se entregando depois na delegacia.”

DEPOIMENTO DA SRA. ELEN SOUTO - Delegada da Divisão de Homicídios.

Trouxe as seguintes informações: “Como a Deputada disse, meu nome é Elen, eu sou Delegada da Seção de Descoberta de Paradeiro, que funciona dentro da Divisão de Homicídios. Naquela reunião com a Dra. Martha Rocha, ficou estabelecido um compromisso aqui de que nós levantaríamos novamente — novamente, não, levantaríamos —, faríamos uma pesquisa de encontro de ossadas nesse período de 2000 a 2009, que abrange o período de desaparecimento das meninas.

CD144292764773

Às mães e avó que estão presentes aqui, o desaparecimento da Gisela é a única investigação que está lá na Seção de Descoberta de Paradeiro, que está na Divisão de Homicídios. A investigação dessas outras meninas — Larissa, Thaís —, estão todas na DPCA. E o Departamento de Telecomunicações da Polícia já fez esse levantamento de encontro de ossadas, só que, como é um período em que nós não tínhamos os laudos de necropsia dessas ossadas inseridos no sistema, a análise está sendo manual. Eu tenho o número total das ossadas encontradas nessa quase uma década, de 2000 a 2009, só que isso ainda não foi depurado, porque a análise é manual. Eu vou sentar no IML...(...)

Foram encontradas nesse período 213 ossadas. Temos que depurar isso ainda, e está sendo depurado. Eu vou sentar com a Diretora, porque eu preciso acessar o laudo no próprio IML — não está no sistema —, para analisar, em cada laudo de necropsia, quais seriam de meninas, naquele perfil de até 13 anos, e quais de adultos. Nessas 213 deve haver adultos e deve haver crianças. Então, esse é o passo que está sendo dado. Essa pesquisa também foi demorada. O DGTIT demorou a fazer a pesquisa. Eu a recebi semana passada.

Vou sentar com a Diretora do IML para ver cada laudo, um por um. E o segundo passo é assim... Nós nos detivemos em pesquisar apenas as ossadas. Só que eu estivesse pensando que a ossada nos limita; fica-se só no título “encontro de ossada”. Então, eu vou pedir ao Geraldo — ele já está com essa incumbência; aí o número vai ser bem maior —, nesse mesmo perfil, a pesquisa de vítimas de homicídios e de encontro de cadáveres, para aumentar o título. Não necessariamente foi encontrada uma ossada na época.

CD144292764773

Só que, quando ele me der essa resposta, eu já vou ter concluído esse encontro de ossadas, essa pesquisa, essa depuração desses laudos de necropsia das ossadas, e as mães já vão ter sido encaminhadas, então o material genético já vai estar no IPPGF.

E, quando terminarem essas pesquisas dos homicídios e encontros de cadáveres, o material já vai estar lá, então o confronto genético já vai ser feito. Então, o que nós vamos fazer agora é depurar uma por uma essas 213 ossadas e encaminhar as mães. E a segunda pesquisa é homicídios e encontro de cadáveres, mas o material genético das mães já vai estar lá, entendeu?(...) É um trabalho... E nós estamos na construção... Não sei se a senhora sabe que vai ser criada a Delegacia de Pessoas Desaparecidas. (...)

A gente está nessa construção. Então, isso demora o dia inteiro. Mas eu vou sentar com ela. Eu espero que demore 1 semana. Eu vou marcar umas duas vezes por semana, um total de 5 dias, para tentar analisar todos os laudos."

DEPOIMENTO DO SR. GILSON PERDIGÃO - Delegado Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente -DPCA.

Fez os seguintes comentários: "Deputada, eu assumi a Delegacia há poucos meses, substituindo a Dra. Patrícia. Infelizmente eu não participei dessa primeira reunião, mas eu estou a par dos inquéritos, eu os estou acompanhando.

Apesar de já estarem tramitando há algum tempo, a gente tem todo o empenho em cima desses inquéritos; um deles inclusive já está em fase de conclusão. Além do próprio retrato falado, nós temos prova testemunhal, de reconhecimento, em relação ao Fernando, um deles. Em relação aos outros,

CD144292764773

nós não temos esse material ainda, mas existe todo o empenho em conseguí-lo.

Estreitando agora ainda mais os laços com a Dra. Elen, até com a criação dessa nova delegacia, que vai concentrar as investigações, com o nosso conhecimento já junto com a DCAV, eu acho que isso vai facilitar muito o trabalho da Polícia Civil. (...)

O retrato falado apresenta semelhanças. Ele nunca vai ser uma figura igual. Ele é para dirigir, vamos dizer, a investigação. (...) Nós temos o retrato falado e prova testemunhal, inclusive.(...) Essa forma de tentar, vamos dizer, dirigir a responsabilidade para alguma vingança pessoal, por exemplo, de uma ex-namorada que não estava satisfeita com o fim do relacionamento, é muito comum, é uma prática muito comum desses criminosos. Eles geralmente agem assim e alegam isso. Mas, pelas investigações, pelo material que nós temos ali, não existe dúvida nenhuma."

DEPOIMENTO DA SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Mãe de criança desaparecida.

Fez os seguintes comentários e questionamentos: "O meu nome é Elisabete Martins de Lima Barros. Sou a mãe da Thaís de Lima Barros, que está sumida desde o dia 22 de dezembro de 2002. Então, são 12 anos e 5 meses — está fazendo hoje, completando. Eu quero tirar uma dúvida com a senhora, Dra. Elen, porque eu não entendi o tempo para fazer o DNA. É após a Delegacia de Desaparecidos que a senhora vai fazer o DNA ou é a partir de hoje que vai correr o tempo?(...)

Mais uma pergunta também: sobre a progressão de imagem, como a senhora conseguiu e como eu poderia conseguir, já que o caso da minha filha

CD144292764773

já virou processo? Está em Bangu, mas eu já tentei, já fui à Federal, já fiz o que eu podia fazer para tentar fazer a progressão de imagem.(...)

Como já tem 12 anos e 5 meses, a minha filha está hoje totalmente diferente do que era.(...) Ela também já está diferente. Imagine a minha, que já tem 19 anos — se ela estiver viva. Eu sei que há possibilidade de ela estar morta também. Eu tenho consciência disso. É por isso que nós tivemos tratamento psicológico, através do Portal Kids. Então, nós temos essa consciência também."

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Avó de criança desaparecida.

Fez os seguintes comentários e questionamentos: "Eu queria saber se há alguma notícia de algum suspeito, de alguma coisa, porque já faz uns 2 anos que nós não temos notícia nenhuma. Então, eu queria saber, porque isso está deixando a gente doente, porque a gente não sabe nada, não entende nada.

Estamos à procura. Eu ainda procuro até hoje. Porque desde o começo, quando a mãe dela estava grávida, era eu que ficava no sofrimento. Saio às madrugadas, às vezes. Alguém às vezes liga e diz: *"Ó, eu vi uma igual"*. Vai a avó — só a avó. Eu queria saber se vocês lá da Homicídios têm alguma coisa que possa...(...) Sobre aquele retrato falado que tem lá no processo, eu queria saber se houve alguma coisa, alguma mudança."

DEPOIMENTO DA SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Tia de criança desaparecida.

Fez os seguintes comentários e questionamentos: "Bom dia. A minha pergunta é para a Dra. Elen. Na verdade, a Elisabete já falou tudo o que

CD144292764773

eu queria saber, mas eu queria saber uma coisa da senhora: a partir do momento em que for feito o envelhecimento das fotos, como vai ser a divulgação?(...)

Ah, porque, na ocasião em que a Larissa foi sequestrada, após um tempo, foi levado um menino também. E ele disse que, quando foi solto na preventiva, o advogado dele falou para ele que era para ele tomar muito cuidado, porque a família ia armar alguma coisa contra ele."

DEPOIMENTO DA SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Presidente do Portal Kids.

Prestou os seguintes esclarecimentos: "Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o empenho dos senhores todos, principalmente da Deputada Liliam Sá, que acompanha nosso trabalho desde que nós nos lançamos na defesa dos direitos humanos, há 15 anos. E nós não estaríamos aqui hoje se não fosse a intercessão da CPI, da qual ela é Relatora, e do seu empenho pessoal, porque eu sei que ela tem muito carinho pelas famílias das meninas, tem muito respeito também e acredita muito no trabalho da nossa instituição.

Eu gostaria de agradecer muito aos senhores pela prisão do Fernando, porque foi algo em que a gente veio trabalhando desde 2004, incansavelmente. Ninguém acreditava que ele iria ao tribunal. Então, nesse dia, todas a mães — e falo aqui por elas, muitas delas estão doentes e não puderam vir aqui hoje, ou foram impedidas pelo trabalho — se sentiram muito contempladas pela prisão dele. Eu gostaria de, mais uma vez, oferecer todo o conhecimento que o Portal Kids, a instituição, tem a respeito desse caso. Eu, pessoalmente, porque sou jornalista, fiz uma investigação jornalística em cima desse caso e tenho muitos dados sobre ele.

CD144292764773

Estou à disposição dos senhores para o que os senhores precisarem da instituição, porque também o meu agradecimento vai para os policiais, porque nós não teríamos chegado a esse ponto se não fosse o Inspetor Gilvan Ferreira, o Inspetor Marcus Guimarães, o Delegado Leonardo Tumiati, a Inspetora Roselaine, o Inspetor Robson Fontenelle. Graças a eles, o Fernando foi preso. Então, o nosso agradecimento vai também para eles. E eu gostaria de pedir aos senhores...(...)

E eu gostaria de pedir aos senhores uma atenção especial, porque existe um dossiê, e a gente aponta diversas linhas dentro dessa investigação. A Amanda Nascimento Gonçalo, que foi a única menina encontrada morta, teve um sequestrador que foi identificado pela Delegacia de Homicídios, o Carlos Alberto Ferreira de Castilho. Quando ele pegou prisão preventiva, 2 meses, quando ele saiu, foi posto em liberdade porque não foi flagrante, ele confessou o assassinato da Amanda.

O Delegado, que era o Dr. Alexandre Gusman, havia sido trocado, entrou outro, e o Carlos Alberto escapou. O Carlos Alberto mencionou que ele trabalhava em conjunto com uma outra sequestradora, a Edna Pereira de Souza, que foi a sequestradora da Israylane, uma menina que foi encontrada, e ela teria sido reconhecida pela família da Caroline Menezes. Então, esses dois sequestradores eu não sei, porque eu pedi uma investigação a respeito do que sabia a Edna, e isso nunca foi feito.

Eu não sei se a Edna está solta ou se ela está presa, eu não tenho conhecimento disso, mas eu gostaria que fosse feita a caça ao Carlos Alberto Ferreira de Castilho, porque ele é um assassino confesso, ele matou a Amanda com requintes de crueldade. Ela não foi morta... Existe uma denúncia de que

CD144292764773

ela teria sido morta por tráfico de órgãos. O corpo dela foi queimado. Ela não foi morta no local em que o corpo foi desovado, que é num terreno em Manguinhos. Esse homem sabe de muita coisa. Eu pedi até uma acareação do Carlos, da Edna e do Fernando. A Edna sabe de muita coisa. Está tudo no dossiê, mas eu vou lhe passar de novo."

7.2. AUDIÊNCIA REALIZADA NO ESTADO DO CEARÁ.

Há algumas especificidades no Estado do Ceará, em Fortaleza, por exemplo, o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes melhorou com algumas iniciativas. Houve uma redução na exploração sexual de crianças e adolescentes com a criação de uma delegacia especializada em crimes contra crianças exploradas no estado.

O Ceará possui um Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, só que ele está defasado, precisa ser reavaliado, reformado. A ideia é fazer isso conjuntamente com a sociedade civil e não apenas o poder público, não apenas o Estado e sua estrutura, mas trabalhando com os movimentos sociais, com as organizações, inclusive por uma questão de legitimidade e porque o plano não funcionaria sem a participação da sociedade civil.

No ranking da Polícia Rodoviária Federal, sobre ponto vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes, passou para sexto lugar, o tráfico de drogas em especial o crack tem levado muitas adolescentes para exploração sexual em troca da droga.

A Vara da Infância apontou em 2011 2.340 (dois mil trezentos e quarenta) processos contra a dignidade sexual de criança e adolescente, a

CD144292764773

Juíza Titular da 12ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça, Dra. Maria Ilna Lima de Castro, declarou que onde a renda per capita é menor o índice de exploração é maior, que a rede de exploração mudou de tática agora eles alugam flats e casas explorar as meninas. Infelizmente os voos Chats ainda são uma realidade no estado.

A Rua Tabajaras, foi apontada como o ponto de exploração sexual mais critico da redondeza, por lá existir Boates que usam adolescentes para a prostituição, foi visto uma delegada da delegacia de proteção ao turista com uma arma em punho colocando uma adolescente para dentro da boate.

A praia de Iracema e a Barra do Ceará foram citadas como “points” para os aliciadores que trabalham com agenciadores de ponta como garçons, taxistas, donos de hotéis e motéis, pequenos comerciantes.

Apesar dos esforços do governo, ainda é gritante a exploração sexual de meninos e meninas na cidade de Fortaleza. A fragilidade da rede de proteção é visível, visto que faltam investimentos em segurança pública, não há fiscalização nos motéis, a polícia não é equipada adequadamente e ainda faltam policiais em cerca de 150 municípios, há déficit de 3 mil policiais. Não existem defensores públicos em 150 Comarcas, a impunidade é latente e a omissão de autoridades também ficou clara em nossa diligência, visto o envolvimento de alguns “figurões” envolvidos nas redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

A Rede é bem estruturada com *flats* bem montados, com estruturas de hotelaria perfeitamente prontas e acabada, que passa por rede de taxistas, barracas de praia. Ficou bem mais estruturada e de difícil alcance. Ficou claro que a impunidade é a regra nesse tipo de crime.

CD144292764773

Um caso emblemático, foi denunciado o prefeito de Milagres, Hellosman Sampaio, foi apontado, em algumas oitivas, como pedófilo e mandante de crimes em sua cidade, cabe ao Ministério Público uma investigação.

DENÚNCIA PREFEITO DE MILAGRES:

Hellosman Sampaio Lacerda comete crime de pedofilia em Milagres há muitos anos. E aí já é condenado. Recorreu. Está em liberdade, foi condenado a 8 anos e 3 meses. Recorreu do processo, nem anda este, nem andam os demais processos que envolvem o nome dele. Todos estão parados, todos. O que anda são as manobras jurídicas e advocatícias para manter os processos paralisados, parados. Esse crime do Fabrício vai prescrever. E foi o único caso que nós conseguimos levar a julgamento, mas tem suspeita de outros crimes.

Todas as pessoas que depuseram contra ele, no caso Fabrício, morreram todas assassinadas. Morreram todas, a única viva é uma senhora que está fora do Estado que foi colocada dentro do programa de proteção às vítimas de violência.

Hellosman foi vítima de um atentado, uma desavença entre o abusador e o abusado, que começou a ser abusado aos 12 anos. O Emanuel era Secretário de Esportes da Prefeitura de Milagres, candidato do Hellosman a Vereador, e seria o Vereador mais bem votado, segundo o próprio Hellosman.

O fato é que o abusado virou-se contra o abusador e deu quatro tiros, dos quais somente dois detonaram e somente um pegou no tórax. Ele está preso e o outro é o Prefeito da cidade de Milagres.

Foram dois mandatos, 8 anos, colocou uma sobrinha para cumprir o interregno, foi eleito novamente, diz onde ele quer dizer e diz, de maneira

CD144292764773

aberta e acintosa, que ele tem proteção política, e o pessoal dos direitos humanos não o pega, porque ele tem dinheiro e tem poder político.

Hellosman Sampaio Lacerda, quando se lançou candidato a Prefeito novamente, estavam presentes na convenção o Deputado Fulano, Fulano. Basta ver o mapa eleitoral, é muito fácil saber quem tem interesse no curral eleitoral de Milagres e quem é beneficiado com os votos daquela cidade, portanto, por consequência, quem lhe dá blindagem política. O Emanuel, que atirou, estava na lista dos seus candidatos a Vereador, mas não veio de Fortaleza, mesmo com toda a pressão feita pela sua mãe, que agora já está do lado do Prefeito e viaja constantemente para Fortaleza, até mesmo de avião, levando feiras, presentes, dinheiro, carne e tudo. Mas parece que o Emanuel está com medo, eu também estaria. Essa advogada, sua vice, frequenta constantemente a casa da mãe do Emanuel, incentivando o Emanuel a mudar o depoimento. Hellosman disse em reuniões que a Comissão Nacional de Direitos Humanos não é problema, não faz medo, e que ele é político, tem voto e dinheiro, que é o mais importante.

Pontos Positivos:

- A criação de delegacias especializadas em quatro micro regiões do estado e ampliação do quadro de delegados;

- Ampliação dos CRAS;

- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;

Pontos vulneráveis: :

O Estado do Ceará possui 184 Municípios e não há delegacias civis em 150 deles. Isso é muito grave. As delegacias da mulher e as da criança, não

CD144292764773

estão devidamente equipadas, a maioria fecha nos fins de semana e feriados, pois não tem pessoal efetivo.

O déficit de pessoal na Polícia Civil é de pelo menos 3 mil profissionais. A ação de segurança pública nos Municípios do interior extremamente militarizada, como também está na Capital. Aí ocorrem que as prisões são ilegais, os flagrantes são ilegais, o que prejudica os inquéritos, que acabam sem conclusão.

Quanto à Defensoria Pública, são 135 Comarcas sem Defensores Públicos. Há necessidade urgente, de Defensores Públicos. A vítima é a parte mais vulnerável, sobretudo sendo criança e Adolescente, vítimas de abuso e exploração sexual.

A CPI colheu vários depoimentos que passaremos a transcrever:

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO – Juíza da 12.ª Vara Criminal de Fortaleza - CE.

Disse que a 12ª Vara Criminal foi criada em 1998, primeiro, para crimes contra crianças e adolescentes, o que fez com que aumentasse muito o número de processos. A Vara lidava com vários tipos de crime, exceto júri, trânsito, crime de menor potencial ofensivo e entorpecentes.

Disse que apresentou uma proposta ao Tribunal de Justiça para que fosse delimitada a competência para crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

O Tribunal atendeu a solicitação e a Vara passou a ter competência exclusivamente para o julgamento de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

CD144292764773

Segundo relatou, a equipe conta com um Defensor, um Promotor e o Diretor de Secretaria. Também há uma psicóloga, cedida pela Prefeitura, e uma assistente social, cedida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Antes da audiência, a psicóloga ou a assistente social presta atendimento à criança ou adolescente. Em seguida, a criança ou adolescente é encaminhada ao CREAS.

Disse que muitos autores de crimes sexuais tem sido punidos desde então bem como ressocializados, destacando o fato de que muitos tiveram que mudar de profissão, pois a usavam para tais práticas, como é o caso de aliciadores que trabalhavam como motoristas de táxi.

DEPOIMENTO DO SR. FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE ANDRADE - **Promotor de Justiça da 12.ª Vara Criminal de Fortaleza - CE.**

Segundo o depoente, quando se fala de exploração sexual, primeiro de tudo, é necessário tratar do motivo dessa exploração. A seu ver, o mais antigo e mais clássico é a desigualdade social. As vítimas de exploração sexual padecem da ausência da figura paterna, o que se torna um fato preponderante, não somente para a prática do ato infracional, mas para que esse jovem seja vítima da exploração sexual.

Mencionou o *crack* como um dos motivos de toda essa a mazela que enfrentamos hoje no nosso País.

Destacou também a glamourização da prostituição feita por meio da mídia, principalmente nas novelas. Considerou mais importante pensar na prevenção do que na repressão, nessa questão do combate à exploração sexual.

CD144292764773

Disse que é mais fácil fazer o combate à exploração sexual em bares e hotéis. Todavia, a questão é mais complicada nas esquinas onde as garotas estão à espera de clientes, abordando os que por ali passam, situação essa mais difícil de reprimir.

Comentou, ainda, que em casos de exploração sexual, a garota normalmente não entende que está sendo vítima de um crime. Então, ela não vai depor, não vai dizer que aquele crime efetivamente aconteceu e sem a palavra da vítima é muito difícil qualquer medida de repressão.

Uma garota de 15 anos que começa a andar em carros importados, começa a ter acesso a aparelhos celulares de última geração, roupas caras, perfumes não quer deixar essa vida para não perder o acesso a esses bens.

Relatou o caso de uma garota, entre 10 e 11 anos que combinou um programa com um homem maior de idade por um valor inferior a dez reais. O processo só chegou à Promotoria porque, como o réu não tinha dinheiro para pagar, diante da recusa da vítima em continuar o programa, resolveu estuprá-la.

Se ele tivesse pago o valor solicitado, esse fato teria passado desapercebido. Disse que, na faixa de 12 a 15 anos, há muitas garotas em situação de exploração sexual e muitas são exploradas pela própria família.

Indagado pela Relatora, sobre casas alugadas por estrangeiros para serem utilizadas como prostíbulos, inclusive com a exploração de crianças e adolescentes, chegando a custar até cinco mil reais o ingresso nesses locais, não soube informar a respeito desses fatos e de possíveis inquéritos policiais nesse sentido.

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua.

Comentou a questão da degradação da família. Mencionou o caso de um processo que o pai e a mãe não queriam ficar com o filho. Um tentava jogar para o outro a responsabilidade.

Disse que os valores da sociedade brasileira estão se perdendo por conta de vários fatores. Há uma necessidade de valorização da família, a seu ver.

Mencionou a alteração na competência da 12ª Vara Criminal para que ela pudesse ter mais eficiência e finalizou dizendo que o combate à exploração sexual é um problema de toda a sociedade, mas que o Judiciário não está alheio a essa questão.

DEPOIMENTO DA SRA. BETHROSE - Presidenta da Comissão de Infância e Adolescente da Assembleia Legislativa do Ceará.

Disse inicialmente que a Assembleia Legislativa, por meio da Comissão da Infância e Adolescência, vem cumprindo o seu papel no combate ao abuso, à exploração sexual no Estado. Relatou que, recentemente, foi concluímos a campanha regional Quem Cala, Consente — Violência Sexual contra Criança e Adolescente é Crime.

Essa campanha, conforme o depoimento prestado, percorreu todas as regiões do Estado, contemplando 183 Municípios cearenses no período de 1 ano, formando 6 mil multiplicadores, entre autoridades do Poder Público, representantes das entidades da sociedade civil, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, educadores, pais, estudantes da escola pública, e no total participaram 490 escolas do Estado do Ceará.

CD144292764773

Após o término da campanha, segundo a depoente, foi realizada uma grande audiência pública, ocasião em que foi prestado conta dos objetivos alcançados, bem como foram detectados os principais problemas, como a insuficiência do CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e de delegacias especializadas para atender toda demanda do Estado, e a ausência de um programa estadual que possa oferecer alternativa para meninos e meninas em situação de exploração sexual, como profissionalização ou transferência de renda.

Comentou a depoente que, em face dos problemas detectados nessa audiência pública realizada pela Comissão, no dia 22 de maio, foram realizados os seguintes encaminhamentos: implantação de delegacias especializadas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em 4 microrregiões do Estado — Juazeiro do Norte, Iguatu, Crateús e Sobral —; ampliação do número de delegados e da quantidade de CREAS; fortalecimento dos Conselhos Tutelares; implantação de delegacias plantonistas; e a solicitação de anexar o documento da Oficina Exploração Sexual e Grandes Obras, realizada em Porto Velho, em agosto de 2011.

Mostrou preocupação com a realização da Copa do Mundo, que, a seu ver, pode gerar grandes problemas de exploração sexual.

DEPOIMENTO DA SRA. FERNANDA PESSOA – Vice - Presidenta da Comissão da Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Destacou que a luta contra a exploração sexual não deve ser centralizada no agressor. Segundo a depoente, a sociedade ainda insiste em nos preconceitos de que crianças são miniaturas de adultos, que não tem

CD144292764773

direito à expressão e que mentem e inventam sobre o que dizem. Registrou ainda o silêncio das famílias diante das denúncias.

Destacou a importância de diagnosticar as vítimas e os agressores, bem como qualificar os equipamentos de repressão e prevenção à exploração sexual infantojuvenil.

Disse que há casos de exploração por determinação dos pais e outros em que as vítimas nem sequer sabem quem são seus pais.

DEPOIMENTO DA SRA. TANIA DE FÁTIMA GURGEL NÓBREGA – Ex-Deputada Estadual pelo Estado do Ceará.

Foi Relatora da CPI que a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará fez no período de abril a dezembro de 2005. Mencionou que, das denúncias recebidas pela Comissão, apenas 15 se transformaram em processos, e muitos desses processos ainda estão em andamento ou sem resultado concreto.

Disse que a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, juntamente com as Prefeituras Municipais, tem adotado políticas de assistência social no sentido de ajudar crianças e adolescentes.

DEPOIMENTO DO SR. MÁRIO MAMEDE – Superintendente do Instituto de Previdência do Município – IPM.

Disse que apesar das investigações feitas por Comissões Parlamentares de Inquérito, ainda há problemas muito graves de exploração sexual no Ceará. Destacou a situação de miséria social como um dos fatores responsáveis por esse problema, já que o Estado mantém um nível assustador de desigualdade social, de separação social, de abandono social, que se somam ao turismo sexual.

CD144292764773

Destacou também o problema do consumo de drogas pesadas e a tolerância ao consumo de bebida alcóolica por jovens. Criticou o fato de que, dos 184 Municípios, 150 não possuem delegacia de Polícia Civil.

Relatou um caso emblemático de pedofilia, envolvendo o Prefeito da cidade de Milagres, Hellosman Sampaio Lacerda, que vem sendo denunciado faz vinte anos.

Segundo o depoente, as vítimas são atraídas com celulares, roupas, reforma na casa da família, entre outros agrados. Disse o depoente que, quando essa técnica não funciona, ele usa a violência, como ocorreu com um garoto chamado Felício, violentado após ser rendido por capanga do Prefeito.

Mesmo com a realização de duas CPIs, esse pedófilo foi blindado e continua no poder. Segundo o depoente, ele já foi condenado a 8 anos e 3 meses, porém recorreu encontra-se em liberdade.

Disse ainda que os demais processos que envolvem o nome dele estão todos parados, correndo risco de prescrição.

Relatou que, há pouco tempo, Hellosman foi vítima de um atentado, por parte de uma vítima, cujo abuso teria começado aos 12 anos, Trata-se de Emanuel. Secretário de Esportes da Prefeitura de Milagres, candidato de Hellosman a Vereador.

Segundo o depoente, houve desentendimento entre eles, e esse homem que sofreu abusos do Prefeito durante muitos anos disparou quatro tiros, dos quais somente dois detonaram e somente um atingiu o tórax do Prefeito.

Concluiu que falta vontade de resolver o problema, porque parte desse problema esbarra em gente alta, seja do *trade* turístico, seja do *trade* hoteleiro, além de haver participação da Polícia.

CD144292764773

Disse que, nas atividades, em Fortaleza, do crime organizado, sempre existe a participação de policiais ou ex-policiais. Ainda comentou que as estatísticas no Estado, relativas à exploração sexual de crianças e adolescentes, são camufladas pelo próprio poder público.

Também segundo o depoente, o comércio de drogas é feito quase que abertamente, inclusive com um sistema de teleentrega de drogas, com entrega em casa.

Relatou um incidente em que uma pessoa importante foi pega em flagrante, levando droga para uma boate. O resultado foi a demissão do Secretário e do Delegado.

DEPOIMENTO DA SRA. ELIANA GOMES – Vereadora do Município de Fortaleza.

Disse que foi diagnosticada uma rede criminosa no Estado, com 74 pontos. Relatou que na Barra do Ceará, foram encontrados 22 locais, inclusive com meninas de 9 e 10 anos.

Entre os locais em que as jovens são exploradas, encontra-se a Praia de Iracema e os bairros Grande Bom Jardim e Janguruçu, os polos mais pobres. Explicou que a rede criminosa se estende para os locais mais pobres da cidade de Fortaleza.

Mencionou ainda que há donos de restaurante que participam dessa rede de exploração, inclusive com preços tabelados, o que faz com que, na Barra do Ceará, o prato de comida custe 25 reais e, na Praia de Iracema, onde garotas são exploradas, de 100 a 150 reais.

Lanchonetes e restaurantes tem sido alvo de investigações, inclusive parlamentares, e quando alguma ilegalidade é descoberta, as autoridades que

CD144292764773

estão investigando sofrem ameaças. Apesar disso, já houve estabelecimento fechados como resultado de investigações feitas.

Disse que os motéis não têm mais fiscalização e destacou o grande problema da impunidade, sobretudo quando esta envolvido alguém poderoso.

Mencionou ainda a questão do abuso cometido dentro de casa. Assinalou a importância dos Conselhos Tutelares funcionarem 24 horas por dia e a necessidade de criação de mais uma delegacia de combate à exploração de criança e adolescente, pois uma só não é suficiente para atender os casos de exploração sexual.

DEPOIMENTO DA SRA. IVANA TIMBÓ – Delegada Titular da Delegacia de Combate à Exploração de Criança e Adolescente.

Disse que a DECECA, a única do Estado do Ceará, é totalmente insuficiente para atender a todas as ocorrências que envolvem exploração sexual infantil e que é feito um cronograma de viagens.

Comentou a dificuldade de investigação da exploração sexual infantil, em face do costumeiro silêncio das vítimas e das testemunhas.

Disse que, antes de comparecer à reunião da CPI, teve de fazer uma ocorrência, envolvendo um homem de Maceió encontrado no motel com uma adolescente de 17 anos, outra de 14, duas de 13 anos e um menino de 10 anos. O flagrante foi lavrado e o home está preso.

DEPOIMENTO DO SR. DEMITRI NÓBREGA CRUZ – Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Disse que existe na cidade e no Estado uma cultura e uma mobilização permanentes, por meio da sociedade civil organizada de repudio à violência

CD144292764773

sexual como um todo, tanto na modalidade de abuso quanto na modalidade de exploração.

Todavia, explicou que, oficialmente ou publicamente, a grande maioria das pessoas repudia a violência sexual contra crianças e adolescentes, mas na prática, ainda há uma cultura de mercantilização muito forte que impulsiona esses jovens em direção à prostituição, para obterem bens.

Disse que, na maioria, quem se envolvem com crianças e adolescentes não são pessoas ligadas a redes criminosas e a maioria são homens.

Ressaltou a necessidade de políticas públicas permanentes de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente.

DEPOIMENTO DO SR. MAXIMIANO LEITE – Perito-Geral da Perícia Forense do Estado do Ceará.

No seu entendimento, a Perícia Forense está incluída perfeitamente dentro do objetivo da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, mesmo porque a Perícia Forense tem como missão elaborar laudos de perícia por crime, com qualidade e em prazo legal, quando solicitado pelas autoridades, bem como diminuir a impunidade por meio de provas materiais do crime.

Nesse sentido, disse que o Estado do Ceará está dando apoio à Perícia Forense, com uma nova estrutura física e também com um concurso em andamento para admitir 177 novos peritos.

DEPOIMENTO DA SRA. HELENA CARVALHO – Coordenadora de Medicina Legal do PEFOCE.

CD144292764773

Disse que o abuso sexual ocorre de forma dissimulada, dentro das, e que a maioria dessas crianças e adolescentes exploradas viveram abusos no próprio lar.

Mencionou a importância dos profissionais de saúde denunciarem esses abusos de que tiverem conhecimento em sua atividade, apesar do perigo que isso representa.

DEPOIMENTO DO SR. JOATAN FREITAS – Assessor para a Política de Crianças e Adolescentes da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará.

Destacou as campanhas que são feitas em parceria com a Assembleia Legislativa, como no caso da campanha Quem cala, Consente, com a participação da Deputada Bethrose.

Mencionou também a importância da parceria com o Governo Federal, por meio do PAIR – Plano de Ações Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil.

Comentou ainda a parceria do Governo do Estado com a SDH – Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem permitido o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Também mencionou um projeto da Polícia, Rodoviária Federal, uma campanha de coibir a violência sexual nas estradas.

DEPOIMENTO DO SR. RUI AGUIAR RODRIGUES - Gestor de programas do escritório do UNICEF, em Fortaleza.

CD144292764773

Teceu considerações acerca dos sistemas de acompanhamento e de monitoramento de informações, pois se trata de uma das grandes dificuldades encontradas, ou seja, saber o número de crianças e adolescentes exploradas.

Disse que o UNICEF fez, com a universidade estadual, há cerca de 6 anos, uma pesquisa muito profunda sobre a situação da exploração sexual em Fortaleza e no interior do Estado, identificando os tipos de crime.

Mencionou que as rodovias representam ameaças muito grandes às crianças e adolescentes.

Outro aspecto comentado foram as abordagens feitas pelos órgãos de atendimento a essas crianças e adolescentes, a qualidade e a efetividade desses atendimentos.

Destacou ainda a importância de mapear os serviços especializados de psicologia, de assistência social e de terapia.

Audiência realizada no dia 10 de julho de 2012, em Fortaleza, com o Governador do Estado, Domingos Gomes de Aguiar Filho, para levar ao seu conhecimento o resultado da Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e das diligências realizadas no dia anterior.

Foi feito na ocasião o relato dos fatos apurados pela CPI nos depoimentos do dia anterior e feitas algumas cobranças de medidas importantes de combate à exploração infanto-juvenil, como, por exemplo:

- Criação de novas delegacias de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

- Atuação de defensores públicos nessa tarefa.

CD144292764773

- A necessidade de um trabalho nas escolas, inclusive com a criação de uma nova disciplina.

- Criação de guardas municipais.

- Destinação de mais recursos para as atividades de combate à exploração sexual de jovens.

- Maior atenção à questão do turismo, inclusive na ocasião da Copa do Mundo.

7.3. AUDIÊNCIA REALIZADA NO ESTADO DA PARAÍBA

A diligência da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado da Paraíba aconteceu no dia 15 de junho de 2012, com o objetivo de ajudar a diagnosticar o que está acontecendo no Estado da Paraíba e poder ajudar todos aqueles que são envolvidos na questão da proteção de nossas crianças e adolescentes. A Paraíba está longe de ser um modelo de política pública, de planejamento e de execução das garantias dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Na Paraíba verificamos que a impunidade, infelizmente, também é grande, e que a exploração sexual de crianças e adolescentes não é mais uma atividade individual do cafetão ou da cafetina, mas hoje são redes que funcionam exclusivamente para essa atividade criminosa.

A Paraíba recebeu pelo Disque 100, 200 denúncias, sendo que menos de 20% chegam aos CREAS. Há uma conexão entre a rede de exploração sexual infanto-juvenil, o crime organizado e o tráfico de drogas. Também foram denunciados o envolvimento de policiais militares em rede de exploração sexual.

CD144292764773

A Polícia do Estado da Paraíba, como em todo o Brasil, à exceção da Polícia Rodoviária Federal, não tem sensibilidade, para lidar com a criança e o adolescente.

Outras questões apresentadas durante a diligência, foi à preocupação com as grandes obras e o aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes, nas obras da transposição do Rio São Francisco, na cidade de São José de Piranhas, como também a iniciação no mundo das drogas.

Uma denúncia que nos chamou atenção é que, por conta da impunidade, as famílias das vítimas retiram a queixa por não suportarem a pressão. Elas têm medo da rede articulada que existe no Estado.

As delegacias, principalmente de interior, não funcionam sábados e feriados. O que desestimula as famílias a procurarem a polícia para denunciar. É de suma importância o funcionamento da delegacia 24 horas ou ao menos nos horários comerciais, feriados e finais de semana.

Uma denúncia grave, que vamos encaminhar para o Ministério Público, uma região no Conde, em Jacumã, tem várias casas inclusive de exploração de adolescentes sendo vítimas dessa questão dessa violência.

Ponto positivo:

- Projeto Vira Vida, do Sesi, que formam jovens e adolescentes , através de cursos profissionalizantes e os encaminham para o mercado de trabalho;

Pontos vulneráveis :

- Falta de orçamento para a infância e adolescência;

CD144292764773

- Delegacias da Infância não funcionam 24 horas e nos fins de semana;

- Faltam CREAS;

Propostas para o estado da Paraíba:

Maiores investimentos na segurança pública; aumentar o orçamento para a infância; uma Delegacia da Infância que funcione 24 horas, porque as Delegacias, nos finais de semana, não funcionam, uma casa abrigo para as vítimas de abuso sexual, para que essas crianças não sejam revitimizadas; mais CREAS na capital, com maiores equipamentos e um atendimento psicológico mais amplo e um acompanhamento mais complexo.

A CPI colheu vários depoimentos que passamos a transcrever.

DEPOIMENTO DO SR. EDUARDO VARANDAS ARARUNA – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Paraíba.

Destacou a luta que o Ministério Público do Trabalho vem travando no Estado, inclusive com a propositura de ação civil pública, que resultou na condenação de pessoas envolvidas na exploração sexual, em Sapé.

Demonstrou preocupação com a desconexão entre órgãos do Poder Público, que dificulta a realização desse trabalho.

Disse ainda que o pai da exploração sexual é o fator econômico social, é a miséria. Mencionou que a finalidade da Operação Mitang da Polícia Civil é servir de alerta à sociedade para o que está acontecendo e para as competências dessa Polícia, já que a Polícia Rodoviária Federal não abre inquérito para apurar a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

CD144292764773

Explicou que o mapeamento da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes é trabalho da polícia, que, de acordo com os depoimentos dos seus representantes, encontra-se sucateada. Disse que se trata de um problema de segurança pública, que é negligenciada no Estado.

DEPOIMENTO DO SR. ALLEY BORGES ESCOREL – Promotor, representante do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (CAOP) do Ministério Público da Paraíba.

Disse que infelizmente ainda está muito arraigada na concepção da sociedade a ideia de que quem não presta é a criança ou o adolescente que está sendo vítima de exploração, o que acaba gerando a impunidade.

Mencionou o caso de uma menina abusada sexualmente dentro de casa, cuja mãe lhe indagara por que havia feito aquilo com ela, em vez de questionar por que seu companheiro havia feito aquilo com sua filha.

Criticou decisões judiciais, como a do STJ que absolvem estupradores de crianças e adolescentes, sob a justificativa de que elas já eram experientes e viciadas no sexo. Quanto à existência de policiais ou envolvidos nesse sistema de exploração, disse que só um caso chegou ao seu conhecimento e que foi solicitada informação setor da Polícia correspondente, mas que a resposta foi negativa, pois o fato não foi comprovado.

Quanto a intimidação de autoridades e oferecimento de vantagem, disse que nunca passou por essa experiência. Todavia, confirmou as informações relativas a denúncias envolvendo drogas. Afirmou que a droga é um câncer social e que o aumento da criminalidade está ligada ao consumo de drogas, alcançando também crianças e adolescentes.

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. MARINHO MENDES MACHADO – Promotor de Justiça.

Também criticou as decisões judiciais que afastam a incidência do crime de estupro de vulnerável, em claro confronto com o que dispõe o Código Penal. Criticou ainda o poder econômico, o poder político e o poder social, que contribuem para essa mazelas da sociedade. Destacou a necessidade de aparelhar adequadamente os conselhos tutelares, que, em alguns casos, nem carro tem.

A respeito de influências externas, confirmou a existência de conversa de pé de ouvido, telefonemas, intimidações de todo jeito, com ações.

Relatou que, no ano anterior, conseguiu, com muito custo, um mandado de prisão para prender um rapaz acusado de estupro de 3 meninas de 12 anos, Poucos dias depois, o mandado foi revogado e as meninas com as famílias sumiram da cidade, não comparecendo à audiência.

De acordo com informações obtidas, alguém pagou as passagens dessas pessoas para o Rio de Janeiro e houve uma grande manifestação de populares a favor do acusado.

DEPOIMENTO DA SRA. LUCIANA DA SILVA DUARTE – Superintendente da Polícia Rodoviária Federal da Paraíba.

Disse que a Polícia Rodoviária Federal, desde 2003, trabalha com mapeamento de pontos vulneráveis ao longo das rodovias federais e que, atualmente, atua em mais ou menos 70 mil quilômetros de rodovias e estradas federais.

Mencionou que, no último levantamento, no mapeamento do biênio 2011/2012, os pontos na Paraíba pularam de 29 para 62 pontos. Houve um

CD144292764773

incremento aí de 113 pontos, mas que isso não indica aumento da exploração, tendo em vista o aumento do leque no mapeamento, com foco em 62 pontos.

Relatou que, quando a criança ou adolescente é retirado da situação de risco e encaminhada às autoridades, acaba retornando ao mesmo lugar, sendo retirada de lá novamente, várias vezes.

Segundo a depoente, isso se dá porque a criança ou adolescente ajuda a manter a família com os ganhos da exploração sexual.

DEPOIMENTO DO SR. FABIANO MOURA DE MOURA – Juiz de Direito e Coordenador da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Disse que, há um ano, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou recomendação para a criação de espaços próprios para depoimentos sem dano, considerando a revitimização das crianças durante o processo.

Entretanto, segundo o depoente, o que tem ocorrido nas salas de audiência é o contrário disso.

Relatou o caso de uma criança abusada sexualmente, acompanhada de uma psicóloga, que compareceu para depor em uma das varas especializadas e, durante o depoimento promotor chegou a perguntar se ela havia gostado, se foi na frente e atrás, diante do que a menina abaixou a cabeça e respondeu chorando que havia doído muito.

De acordo com o depoente, soma-se a isso o fato de que essas crianças, em geral, não são assistidas psicologicamente após o fato, havendo um descaso generalizado.

CD144292764773

Disse também que apenas 20% dos abusadores sexuais são punidos e destacou a necessidade de criação de varas exclusivas da infância e da juventude em todos os Estados.

Também disse que é necessário ampliar mais os CREAS e também os conselhos tutelares, inclusive com pessoas capacitadas, bem remuneradas e com estrutura suficiente para atender à demanda.

DEPOIMENTO DA SRA. SANDRA MARROCOS – Vereadora, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de João Pessoa.

Disse que existe no Estado uma rede organizada de exploração sexual de criança e de adolescente, mas que, em contrapartida, há organizações empenhadas no combate a esses crimes como é o exemplo da REMAR.

Mencionou a importância de discutir o tráfico de mulheres e o tráfico de travestis. Parabenizou o atendimento prestado pelos CREAS, pela ousadia e pela coragem desses profissionais.

DEPOIMENTO DA SRA. ELIZA VIRGÍNIA SILVA DE SOUZA – Vereadora.

Relatou as dificuldades dos Conselhos Tutelares, que não têm cama, não têm lençol nem sequer uma bolachinha para dar a uma criança que porventura chegue lá com muita fome.

Também chamou a atenção para denúncias feitas contra uma grande instituição encarregada do atendimento a crianças, no centro de João Pessoa.

DEPOIMENTO DO SR. ALEXANDRE SOARES DE MELO – Representante da Universidade Federal da Paraíba.

CD144292764773

Destacou o alto índice de exploração sexual de crianças e adolescentes, juntamente com a utilização de entorpecentes, no sertão do Estado, notadamente na cidade de São José de Piranhas,

DEPOIMENTO DA SRA. THEMIS GONDIM DE OLIVEIRA – R**epresentante da Rede de enfrentamento da Exploração Sexual (REDEX) da Paraíba.**

Disse que as 200 denúncias do Disque 100 se tornam pequenas diante da realidade da Paraíba, porque todos os dias chegam denúncias aos Conselhos Tutelares, aos CREAS e ao Juizado.

Relatou o caso de uma adolescente que foi estuprada dentro de um hotel. A Coordenadora da ONG Mulher 8 de Março, Irene Marinheiro, ligou para a delegacia, para o Ministério Público e para o Conselho Tutelar, para saber que atitude tomar e em todos esses lugares, em vez de procurarem investigar os fatos, as pessoas se limitavam a perguntar se ela tinha provas.

DEPOIMENTO DA SRA. VALDÊNIA APARECIDA PAULINO LANFRANCHI – **Ouvidora de Polícia da Secretaria de Segurança.**

Disse que, no Estado da Paraíba, não existe polícia de investigação, pois a investigação é feita pela Polícia Militar, que está altamente comprometida com a corrupção.

Disse que policiais militares da ativa estão vinculados à vigilância dos hotéis e motéis onde ocorre a exploração sexual de jovens.

7.4. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELA COMISSÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CD144292764773

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de Turismo Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizou diligência no estado do Rio Grande do Norte, em 04 de junho de 2012, com o objetivo de identificar a vulnerabilidade em que passam crianças e adolescentes que se encontram em situação de exploração sexual, como também o funcionamento do Plano de Enfrentamento e ainda o porquê da fragilidade da rede de proteção.

Realizamos diversas reuniões e audiências públicas com a participação de autoridades que defendem os direitos de crianças e adolescentes e ainda com representantes da rede de proteção.

Conversamos com o Procurador-Geral de Justiça Dr. Manoel Onofre Neto que deixou claro que não adianta ter Promotorias e Varas da Infância se não houver um fortalecimento do ITEP (Instituto Técnico-Científico de Polícia), que não está preparado para dar suporte as demandas.

O Procurador-Geral denunciou o ITEP, pela falta de estrutura, precariedade no atendimento, no encaminhamento dos laudos e ainda pela morosidade que contribui para impunidade deste crime. Ressaltou também a fragilidade dos órgãos de proteção e do empoderamento das famílias.

As redes de exploração estão mais organizadas e quando são combatidas se reorganizam em outros locais. Outra informação importante é que, segundo profissionais da justiça e da segurança pública, esses criminosos não usam mais celular, o que dificuldade as investigações.

Após ouvir os órgãos do governo e sociedade civil, ficou claro que no Rio Grande do Norte as crianças deixaram de ser prioridade. O que vimos foi um estado com sérios problemas de estruturação no que diz respeito à

CD144292764773

segurança pública. Para se ter uma ideia no Rio Grande do Norte existem delegados de polícia que atuam em 20 Municípios. Como pode haver uma investigação satisfatória se um delegado não consegue dar conta de apenas 5 Municípios, quiçá de 20?

O Governo do Estado cortou 84% do orçamento, a rede de proteção funciona de maneira precária. Pra piorar existe apenas uma delegacia da criança que atende 167 municípios.

Apesar de o estado possuir um Plano de Enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes, que foi criado em 2009, nenhum recurso específico foi usado para a implementação das ações do Plano.

A falta de orçamento prejudica a definição de prioridades para a temática, há urgência na reestruturação da atual delegacia da criança e pelo menos a implantação de mais uma. A questão do vínculo familiar também foi bastante discutida.

Pontos positivos:

O comprometimento do Ministério Público e do Poder Judiciário;

Pontos negativos:

- Falta orçamento público;

- Falta estrutura no Instituto Técnico Cientifico de Polícia do Rio Grande do Norte - ITEP, o que acarreta precariedade no atendimento, no encaminhamento dos laudos e ainda pela morosidade que contribui para impunidade deste crime.

- Há fragilidade dos órgãos de proteção.

CD144292764773

A Comissão realizou duas audiências públicas, nos dias 4 e 5 de junho de 2012, no Estado do Rio Grande do Norte.

Nessas audiências, estiveram presentes várias autoridades, que prestaram informações de grande valia para os trabalhos da Comissão. Buscamos fazer um relato sucinto dessas exposições.

DEPOIMENTO DA SRA. ROSALBA CIARLINI – Governadora do Estado.

Destacou seu trabalho no Senado, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e também mencionou sua atividade como médica Pediatra, no atendimento e assistência a crianças.

Disse que foi fundadora da Pastoral da Criança e relatou sua participação na implantação do Conselho Tutelar, na cidade de Mossoró.

Também mencionou a importância do fortalecimento dos Municípios para o enfrentamento dessas questões sociais, sem o que fica difícil atingir resultados satisfatórios.

DEPOIMENTO DO SR. MANOEL ONOFRE NETO - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Destacou as dificuldades enfrentadas com relação ao funcionamento do ITEP — Instituto Técnico-Científico, que dá a base para a prova técnica, que, na maioria dos casos, é bastante complexa nas questões de violência e exploração sexual.

Referiu-se também à preocupação no campo do turismo, tendo em vista a realização da Copa do Mundo.

CD144292764773

Outro ponto comentado pelo depoente foi a impossibilidade de uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente na Capital ter atribuição em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Finalmente, comentou a tendência do Tribunal de Justiça de flexibilizar as normas legais em vigência com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes.

DEPOIMENTO DA SRA. MÁRCIA MAIA - Deputada Estadual, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Trouxe à baila a preocupação com a reestruturação da Delegacia da Criança e do Adolescente e com a implantação de pelo menos mais uma, sobretudo, em vista da Copa de 2014.

Criticou a redução na área da assistência social, com cortes no orçamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Demonstrou preocupação com a questão do turismo, sobretudo com a realização da Copa de 2014. Disse esperar que o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes trate permanentemente essa questão, para que se possa evitar uma situação muito pior de exploração sexual contra criança e adolescente aqui no Rio Grande do Norte.

DEPOIMENTO DA SRA. IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES - Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC/RN.

CD144292764773

Os aspectos que foram destacados dizem respeito principalmente ao Comitê de Enfrentamento ao Abuso Sexual, que existe desde 2004 no Rio Grande do Norte.

Esse Comitê foi criado com o objetivo de prestar assistência à criança como prioridade absoluta, enfocando principalmente a questão do abuso e da exploração sexual. Desde 2004, o Plano existe a nível estadual, porém não foi ainda implantado por fata de dotação orçamentária.

DEPOIMENTO DA SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Coordenadora Político-Pedagógica da Casa Renascer.

Destacou a existência de um Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, aprovado em 2004. Mencionou sua preocupação com a questão orçamentária para a sustentação desse plano.

Disse que, em 2009, foi apresentada uma emenda parlamentar da Deputada Márcia, prevendo recursos para esse fim. No Plano Plurianual, todavia, esses recursos não foram incluídos.

Relatou que, dos 167 Municípios do Estado, 52 Municípios têm CREAS ou estão em processo de implantação dos CREAS, embora seja questionável a qualidade do atendimento.

Considerou inviável retirar crianças e adolescentes da exploração sexual, tendo em vista que a renda dessas famílias é o principal obstáculo a essa solução. Essa questão da exploração sexual de jovens é uma relação totalmente mercadológica. Seria difícil retirar essas pessoas da exploração sem propiciar uma renda alternativa. Nesse ponto, elogiou o programa Vira Vida, que presta assistência a essas crianças e adolescentes.

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. MARCOS DIONÍSIO DE MEDEIROS CALDAS - Advogado.

Demonstrou também preocupação com a realização da Copa do Mundo, que pode agravar a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Explicitou que boa parte dos agressores sexuais contra crianças e adolescentes são pais, avós, tios, vizinhos, padrastos, enfim, pessoas da convivência da vítima.

DEPOIMENTO DO SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude.

Mencionou que seria feita uma capacitação para todos os membros do Ministério Público brasileiro — não apenas no Estado do Rio Grande do Norte — em relação ao Disque 100. Em vez do encaminhamento das denúncias por *e-mail*, será implementado um novo sistema de acompanhamento.

Com essa capacitação e com esse novo sistema será possível obter respostas efetivas, inclusive dados concretos, que possam informar a qualquer pessoa, como principalmente à CPI da Exploração Sexual, quanto aos casos encaminhados, por Município e Estado, bem como saber quantos efetivamente tiveram resultado.

DEPOIMENTO DA SRA. ILDETE MENDES - Representante do Comitê de Enfrentamento ao Abuso Sexual.

Lembrou que existe, em nível nacional, um projeto chamado Saúde e Prevenção nas Escolas, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, e que, em Natal, as pessoas envolvidas nesse trabalho tem muita dificuldade de acesso às escolas.

CD144292764773

Trata-se de um trabalho voluntário, feito por profissionais da educação e da saúde, porém esses agentes encontram bastante dificuldade, primeiro, por falta de dotação orçamentária e, depois, pela falta de acesso às escolas para a realização do trabalho preventivo.

Destacou a necessidade de desenvolver trabalhos envolvendo a questão da sexualidade da criança e do adolescente. A respeito desse tema, fez a seguinte afirmação:

"A gente não vê a criança e o adolescente como seres sexuados. É uma ilusão. Nós sabemos que os nossos jovens começam a vida sexual bem mais cedo agora e, muitas vezes, sem responsabilidade e sem conhecimento do seu próprio corpo."

Nesse sentido, solicitou apoio para que esse programa possa funcionar de forma eficiente e adequada.

Estes são, em resumo, os principais aspectos debatidos pelos depoentes nessas reuniões realizadas no Rio Grande do Norte.

DEPOIMENTO DO SR. ANTONIO MURILO DE PAIVA – Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC.

Optou por ler o seu depoimento, a partir de documento previamente elaborado, cujo teor passamos a transcrever:

"O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC, em conjunto com o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em decorrência da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, torna pública a situação crítica vivenciada pelas crianças e adolescentes potiguares, os cidadãos e as cidadãs credores de direito que, de

CD144292764773

modo geral, padecem da ineficiência e/ou inoperância do Sistema de Garantia de Direitos no estado do Rio Grande do Norte. No caos instalado, destacam-se situações críticas, especialmente relativas à exploração sexual de crianças e adolescentes, em que pesem restrições orçamentárias, desmonte da política social.

Considerando que o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes teve sua deliberação no ano de 2004 e avaliação no ano de 2009, decorridos 08 anos, requer dotação orçamentária específica para sua implementação no tocante à execução das metas, objetivos e ações.

Em consonância com análises de contexto, discussões e monitoramento da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Rio Grande do Norte, apresentamos destaques do resultado da avaliação do referido Plano Estadual, como também as principais demandas da sociedade em relação à qualificação dessa política."

Alguns destaques:

"1. Ausência de recurso específico para a implementação das ações do Plano nas peças orçamentárias;

2. Muitas ações foram desenvolvidas, organizações sociais e empresas desenvolveram iniciativas fundamentais, porém a visualização do impacto no sentido de mudança de cultura de violência não foi identificada, sendo avaliadas aquelas como ações pontuais e que são complementares à política social, não podendo ser compreendidas como ações de política pública;

3. As ações dos seis eixos do Plano..."

CD144292764773

Só para recordar, os seis eixos são: análise da situação, atendimento a esse grupo de pessoas, defesa e responsabilização das pessoas ou instituições, política de prevenção, mobilização e articulação entre Estado e sociedade, Governo, e o protagonismo infanto-juvenil — isto é importante destacar, para não ficarmos perdidos aqui.

"... em alguns momentos se complementam, mas isso não se dá de forma ntegrada, gerando a fragmentação e o isolamento das ações, principalmente no que se refere aos eixos da defesa e responsabilização e do atendimento.

4. Articulação deficitária da Rede de Proteção e Promoção de Defesa da criança e do Adolescente; ausência de integração entre os atores da Rede; desconhecimento dos papéis de cada instância no fluxo de atendimento da Rede, configurando-se como ausência de formação especializada continuada dos profissionais; ausência de mobilização e articulação dos atores que atuam na área."

O primeiro ponto foi o destaque desses quatro pontos. O ponto dois são as principais demandas:

"1. Necessidade de garantia de implementação e monitoramento do Sistema Único da Assistência Social — SUAS" — isso se dá em todos os leques dos entes federativos —*, "para a qualificação da Proteção Social Básica e Especial, serviços indispensáveis para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, para garantir o trabalho com crianças e adolescentes e suas famílias, desenvolvendo ações de prevenção à violação de direitos da criança e do adolescente e atendimento psicossocial continuado e especializado aos vitimados e suas famílias, com vistas à ressignificação da*

CD144292764773

violência vivenciada e à possibilidade da construção de projetos de vida emancipadores."

Aqui a gente quer destacar que as ações complementares, do ponto de vista constitucional, são pontuais e em alguns Municípios, e que no Estado a gente tem enfrentado redução em vez de crescimento dessa ação, que é muito importante como corroboradora das ações governamentais.

"A realidade no estado apresenta uma grande lacuna entre a denúncia realizada" — pela sociedade — *"e o acompanhamento especializado às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual."*

Vamos aos dados, que são muito importantes:

"No RN há 52 municípios com Centro de Referência Especializado da Assistência Social — CREAS implantado e em fase de implantação, que se apresentam como o principal programa de atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Porém, estes apresentam grandes fragilidades na execução do atendimento psicossocial continuado, no que se refere à dimensão técnico-operativa e ético-política, à rotatividade constante das equipes, assim como à estruturação dos serviços para a qualificação do atendimento."

Isto aqui é fundamental. Se isto aqui não funciona, a gente tem já uma derrota no meio do caminho.

"2. Reordenamento e qualificação da estrutura policial pede perícias para tender os casos de crimes praticados contra a criança e o adolescente, investigar as redes de exploração sexual denunciadas, para o desmonte destas, e garantir celeridade e inteligência, com vistas a romper com a cultura da impunidade no Brasil. A reestruturação da Delegacia de Polícia de Proteção

CD144292764773

à Criança e ao Adolescente (DCA) tem recebido um crescente número de denúncias de violação de direitos ano a ano (...).”

Convém a gente colocar uma nota: em 2001, ano de implantação da DCA, receberam-se 276 denúncias. Em 2011, passou-se para 869. E assim vai, num vetor crescente.

“Já em relação ao levantamento da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, baseada no Disque Direitos Humanos — Disque 100, entre 2005 e 2010, o RN é o 17º estado com maior número de registro de exploração sexual, e quando a análise se dá tanto por 100 mil habitantes” — que é a taxa básica que a ONU coloca —*, “quanto por 5.000 habitantes, o RN sobe no* ranking *de registros de exploração sexual para o 3º lugar no Brasil. Em relação às capitais, Natal é a 3ª por 100 mil habitantes, que mais registrou exploração sexual no Disque 100.”*

Vejam os senhores que a situação não é fácil.

“Há demanda de ampliação de delegacias regionalizadas” — e nós, no CONSEC, já aprovamos e já enviamos ao Governo do Estado essa solicitação de ampliação, e até agora não recebemos nenhuma resposta —, “*alcançando municípios-polos como Mossoró, Caicó e a região metropolitana, preferencialmente em Parnamirim, pelo índice de denúncias realizadas.*

3. É imprescindível” — e aí a Comissão, que hoje visitou, vai atestar o que a gente vai dizer agora — *“a reestruturação do ITEP, visando à qualificação da sua equipe para um atendimento apropriado às crianças e adolescentes, com espaço físico adequado, que garanta a privacidade e não revitimização do atendimento, nos exames do corpo de delito, de conjunção carnal, e avaliação psicológica.*

CD144292764773

4. Importa ainda explicitar nesse cenário o resultado do levantamento de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescente realizado pela Polícia Rodoviária Federal, entre 2009 e 2010, que insere o RN no nível crítico quanto ao risco da exploração sexual, ficando em 6º lugar no ranking brasileiro.

O que as demais instâncias de defesa e responsabilização da infância e juventude têm realizado diante dessa perversa fotografia do RN em situação de violação de direitos? São urgentes ações de fiscalização a partir de evantamentos dessa natureza.

5. Necessidade de elaborar uma política de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente que garanta a proteção integral, articulando serviços, programas e ações das diferentes políticas voltadas para esse público, como assistência social, saúde, educação, esporte, lazer, cultura, turismo, segurança, trabalho e geração de renda."

Neste ponto, conclamamos todos os secretários de Estado dessas áreas a colocarem nos seus planos para os próximos 10 anos políticas, ou quadros, ou programas que atendam a isso que nós reivindicamos.

"Considerando as desigualdades socioeconômicas como uma das causas da exploração sexual de crianças e adolescentes, é fundamental a implantação de políticas de profissionalização, geração de trabalho e renda para adolescentes. Que essas políticas dialoguem para garantir a promoção e a proteção da criança e do adolescente, desconstruindo a perspectiva de serviços e programas fragmentados."

"6. Prioridade para a criança e o adolescente no orçamento público. Que o Plano Pluarianual — PPA garanta orçamento suficiente para qualificação e

CD144292764773

execução das políticas sociais, e que também seja orçado recurso para o monitoramento do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (VSCA), visto que o orçamento é condição indispensável para a execução da política."

"Não há orçamento específico para execução das diretrizes do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Assim como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente teve sua proposta orçamentária de PPA, de R$6.440.000,00, reduzida para R$2.700.000,00, resultando em R$3.740.000,00. Em relação ao Orçamento de 2012, que seria o valor de R$935.000,00, resultou em R$150.000,00," — só dá para manter a sede — *"com corte de aproximadamente 84%, o que engessa o controle social e impossibilita a garantia de direitos no que diz respeito à prioridade absoluta de crianças e adolescentes.*

Exemplo emblemático da destinação dos recursos que, de modo geral, é assegurada às crianças e adolescentes potiguares."

"7. Necessidade de estruturação e formação técnica e política continuada para os conselheiros tutelares (...)"

"8. Reconhecer e promover os direitos sexuais de crianças e adolescentes enquanto direitos humanos, rompendo com políticas de perspectiva moralista e compreendendo os diversos contextos da exploração sexual de crianças e adolescentes."

DEPOIMENTO DO SR. MARCONI ANTAS FALCONE DE MELO - Promotor de Justiça.

Iniciou o seu depoimento manifestando-se contrário à PEC 37. Disse que o Governo precisa investir mais em segurança pública. De acordo com o

CD144292764773

depoente a Delegacia encarregada da repressão aos crimes sexuais só existe no papel, mas não atua de fato, por falta de recursos materiais e humanos. Queixou-se também dos trotes que são passados para o Disque 100.

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA JÚNIOR - Delegado, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente — DCA.

Relatou que, no último dia 18 de maio, foi realizado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a participação de vários órgãos.

Disse que está na Polícia Civil há 16 anos e, no último ano, em outubro, assumiu a Delegacia da Criança e Adolescente, delegacia criada no ano de 2001 para tratar de todos os crimes de abusos sexuais e maus-tratos de crianças e adolescentes dos 167 Municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

O depoente considera essa situação como pura demagogia, pois não há possibilidade de uma delegacia dar conta dos casos ocorridos em 167 Municípios distribuídos em 65 comarcas no Estado do Rio Grande do Norte. Mencionou que, apenas na cidade de Parnamirim, ele recebe de 20 a 30 denúncias por semana, além das solicitações da Promotoria para instauração de inquérito policial. Além da falta de delegacias, conforme expôs o depoente, o orçamento da Polícia Civil vem sendo cortado. Há Governos que o orçamento da Polícia Civil vem sendo cortado, o que dificulta mais ainda o seu trabalho, de nada adiantando o incentivo à realização de denúncias se não houver delegacias suficientes e com condições para atendê-las.

CD144292764773

Disse que este ano certamente a delegacia fechará os trabalhos com a marca dos 200 inquéritos, dos quais a grande maioria é de abuso sexual, de estupro de vulnerável, de crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade.

Além disso, ressaltou o número exagerado de presos nas delegacias, o que inviabiliza a realização de novas prisões, por falta de lugar para acomodar os presos.

DEPOIMENTO DO SR. EUDES CABRAL FIGUEIREDO - Pastor e Diretor-Executivo da Convenção Batista do Rio Grande do Norte.

Destacou os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes que ocorrem em Goianinha, e mencionou que há uma acomodação do Conselho Tutelar, que alega a necessidade de uma denúncia formal para que possa tomar alguma medida.

Disse que Natal tem se tornado uma cidade conhecida pelo turismo sexual, principalmente na Praia de Ponta Negra, entre outras, onde crianças e adolescentes são vítimas de exploração sexual.

Também mencionou a exploração ocorrida dentro de casa, em que o jovem tem medo de denunciar e ser penalizado.

DEPOIMENTO DA SRA. VERÔNICA MARIA DA COSTA DANTAS - Secretária-Adjunta de Assistência Social da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Natal – RN.

Disse que tem acompanhado a situação da DCA, que, juntamente com Conselhos Tutelares e outras instituições — e mesmo a própria Secretaria de Assistência —, órgãos esses que buscam desempenhar com grande relevância e empenho dos seus profissionais seu trabalho no intuito de responsabilizar os

CD144292764773

agressores e principalmente de garantir a todas as crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual um atendimento digno.

Todavia ressaltou que de nada adianta o trabalho do CREAS e dos CRAS com essas crianças e adolescentes, se não houver um resultado posterior por parte dos demais órgãos.

Mencionou que a partir de 2009 foram implantados quatro CREAS em Natal. Ressaltou que a SEMTAS tem tentado cumprir a sua parte, juntamente com outras instituições — e até com algumas instituições parceiras como o Projeto Vira Vida, com que tem uma parceria muito positiva.

Disse que há também para a faixa etária de 6 a 15 anos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Ressaltou sua preocupação com a questão das drogas que tem forte ligação com a exploração sexual de jovens no Estado.

DEPOIMENTO DO SR. FERNANDO MINEIRO - Deputado Estadual.

A seu ver, falta articulação entre os entes federados, entre o Governo e a sociedade civil no combate à exploração sexual de jovens. Além disso, mencionou a falta de recursos no orçamento para essas ações.

Elogiou o trabalho realizado pela Polícia Rodoviária Federal, Todavia criticou o andamento desses casos que são encaminhados para outras autoridades, não havendo uma articulação posterior entre os diversos órgãos responsáveis pelo combate e punição da exploração sexual de crianças e adolescentes. Ninguém fica sabendo o resultado desses processos.

Sugeriu a criação de um fórum governamental ou intergovernamental para tratar de forma articulada esses temas.

DEPOIMENTO DO SR. PAULO DAVIM - Senador da República.

CD144292764773

Ressaltou a estreita ligação que existe no País entre o tráfico e o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Destacou a atuação da Polícia Federal em Natal por meio das operações Ferrari, Luz e Corona. Disse que, se não houver a efetiva participação do Estado, não será possível enfrentar esse problema. É necessário que as autoridades tenham o mínimo de condição para exercer sua missão. Mencionou que Natal é a terceira Capital do País em violência sexual contra criança e adolescente, sendo inclusive conhecida, fora do Brasil, como uma das opções para o inescrupuloso turismo sexual.

DEPOIMENTO DA SRA. JÚLIA ARRUDA - Vereadora. Deixou clara a sua preocupação com a questão da exploração sexual de jovens em face da proximidade da Copa do Mundo.

Mencionou a importância das denúncias apresentadas pelas vítimas, mas ressaltou uma preocupação com o desdobramento dessas denúncias, ou seja, com os seus resultados.

Disse também que há um desafio com relação ao orçamento destinado às ações de proteção às crianças e aos adolescentes. Essa política passa pela educação, saúde, lazer, entre outros.

Destacou, ainda, a necessidade de combate efetivo ao turismo sexual no Estado.

DEPOIMENTO DO SR. ALIATHAR GIBSON TAVARES DE LIMA - Representante da Polícia Rodoviária Federal.

Disse que a Polícia Rodoviária Federal trabalha desde 2002, no Estado, com essa problemática da exploração sexual. Em 2006, foi desencadeado um trabalho denominado Operação Mapear, que é um trabalho preventivo nas

CD144292764773

rodovias federais, com um minucioso levantamento de toso os pontos vulneráveis.

Segundo mencionou, entre esses pontos vulneráveis, encontram-se postos de gasolina, motéis, hotéis e bares.

Ressaltou a necessidade de fortalecimento dos Conselhos Tutelares e de destinação de orçamento para essas atividades. Comentou que há alguns Conselhos Tutelares que estão formados, mas que não têm atuação.

DEPOIMENTO DO SR. ALCIO HENRY CHAVES DA COSTA - Conselheiro Tutelar.

Destacou o trabalho que o Conselho Tutelar vem fazendo juntamente com o Ministério Público. Tem sido feitos trabalhos de panfletagem e também a colocação de adesivos do Disque 100 em viaturas da Polícia Militar, com o objetivo de incentivar a denúncia de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Disse que, nos 167 Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, já existem 171 Conselhos Tutelares.

DEPOIMENTO DA SRA. MARINALVA CARDOSO - Coordenadora do Fórum Estadual da Erradicação do Trabalho da Criança e de Proteção ao Adolescente Trabalhador — FOCA-RN.

Destacou o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil como sendo o primeiro do País, aspecto importante tendo em vista que o Brasil assinou convênio com o Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil há 20 anos.

CD144292764773

Esse Forum no Estado do Rio Grande do Norte, segundo a depoente, já funciona há 19 anos. Mencionou uma caravana que foi realizada contra o trabalho infantil no Nordeste.

Mencionou que não só a Copa do Mundo preocupa, mas também as vaquejadas e o carnaval, festas que também atraem a exploração sexual.

Comentou ainda a questão do trabalho infantil doméstico, muito comum, embora proibido pela legislação brasileira. Segundo comentou, esse trabalho doméstico muitas vezes inclui serviços sexuais.

DEPOIMENTO DO SR. GILSON DE MEDEIROS COSTA - Assistente Social e Coordenador do Projeto Vira Vida.

Explicou que o Projeto Vira Vida foi implantado em 2008, em quatro capitais-piloto — Natal, Fortaleza, Belém e Recife —, e hoje já está em 16 Estados.

Disse que, em 1997, a UnB fez um levantamento, através da PESTRAF, e identificou mais de 950 Municípios com casos extremos de exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Mencionou ainda que o Projeto Vira Vida hoje alcança as capitais onde funciona o SESI e que, em Natal, foi feita parceria com o poder público por meio da SEMTAS, utilizando os CRAS e CREAS, e também com o Ministério Público e o Ministério do Trabalho e Emprego.

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ ARNOR DA SILVA - Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte.

Relatou o caso da sobrinha de uma empregada sua, que foi retirada de casa e violentada. A vítima procurou as autoridades locais em São José de

CD144292764773

Mipibu para registrar o fato e até agora a família reclama que não tem uma resposta do Estado.

DEPOIMENTO DO SR. ANTONIO MURILO DE PAIVA – Padre.

Relatou as dificuldades dos Conselhos Tutelares, que, em muitos Municípios, não têm sede, não têm sala, não computador, para fazer a monitoração do SIPIA. Isso dificulta o trabalho desses agentes, o que faz com que os problemas de exploração sexual de jovens se agrave.

Estes são os resumos dos atos apurados no Estado do Rio Grande do Norte pelos representantes da Comissão que lá estiveram presentes.

7.5. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Ficou claro para a CPI que o tráfico de crianças e adolescentes é uma realidade e tem que ser combatido em Pernambuco, uma realidade que vai além dos limites territoriais. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito e precisam ser protegidas e cuidadas , é dever do estado , mantê-las dentro das escolas, promover ações eficazes no combate a exploradores e abusadores sexuais que tratam meninos e meninas com mercadoria barata.

Em Recife, fomos em diligências nos arredores da cidade acompanhada do Juiz da Vara da Infância Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto e da Polícia Rodoviária Federal. Encontramos meninas nas ruas transversais das principais vias vendendo o corpo por cinquenta reais, às margens do Mangue, meninas entre 12 a 16 anos vendendo favores sexuais por cinco ou dez reais dependendo do movimento.

CD144292764773

Elas lavavam suas partes íntimas após o ato nas águas sujas do Mangue, dormem em um terreno baldio e ali mesmo mantém relações sexuais com seus clientes e fumam crack. A CPI constatou o forte vínculo entre a exploração sexual e o tráfico de drogas.

O Recife é a terceira capital na lista das cidades preferidas para o turismo sexual, perdendo apenas para o Rio de Janeiro e Fortaleza.

A Avenida, apesar do monitoramento, a qualquer hora podem ser vistos crianças, adolescentes e travestis se prostituindo para fumar crack.

Recebemos também denúncias de que adolescentes são levadas para visitas intimas num esquema dentro dos presídios com carteiras de identidades adulteradas.

Uma adolescente que se prostitui na área do Mangue, nos contou que aos seis anos foi abusada sexualmente pelo pai e por isso saiu de casa , sem apoio nas ruas encontrou um cafetão que ofereceu em troca de sua proteção. Ela começou a se prostituir com caminhoneiros da região e começou a fumar crack. A jovem tentou voltar para casa mas, quando retornou seu pai disse que ela teria que ser sua mulher. Ela chorando implorou para que a tirássemos das ruas, pois já tentou sair e voltar para casa é impossível.

Encaminhamos o caso, mas a falta de estrutura inviabiliza a ressocialização dessa menina de 14 anos. Faltam unidades para receber usuários de crack , e o orçamento do Ministério Público é minguado.

Salientamos que o modelo do depoimento sem danos da Vara Infância do Recife chamado de Depoimento Acolhedor merece nosso apreço , que de maneira integrada , articulada não precisa sabatinar a criança ouvida revitimizando novamente .

CD144292764773

Pontos positivos:

- Vara da Infância bem estruturada;

- Comprometimento do Juiz da Vara da Infância Dr. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO;

- Sala de depoimento sem danos da Vara Infância do Recife chamado de Depoimento Acolhedor;

Pontos vulneráveis:

- Faltam programas de proteção a vítimas de violência sexual;

- Há necessidade de maiores investimentos na policia técnica e de uma delegacia especializada em crimes cibernéticos, como a Rio de janeiro.

- A estrutura da GPCA - Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente é precária, pois há uma grande demanda, em 2011 foram apontados 1.637 casos envolvendo assédio sexual, abuso e estupro de vulnerável.

Nesta ocasião foi feita visita ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude – CAOPIJ e ouvidas as seguintes pessoas.

DEPOIMENTO DA SRA. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES - Promotora de Justiça e **Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público de Pernambuco — CAOPIJ.**

Disse que, em Recife, existem quatro promotorias que tratam de questões relativas à proteção de criança e adolescente e duas promotorias que são criminais, mas específicas de crimes contra a infância.

CD144292764773

Para o CAOPIJ de Infância e Juventude, em tese, o trabalho seria relacionado com às promotorias de proteção, e não com as criminais, porque elas estão ligadas diretamente aos CAOPIJs criminais.

Com relação a adolescentes em conflito com a lei, há também um projeto chamado Justiça sem Demora, onde o adolescente é atendido nos plantões do Ministério Público de segunda a domingo.

Após a primeira audiência, o processo é distribuído entre a 3ª e a 4ª Varas. Também há duas Varas de proteção á infância e juventude na Capital. Há mais duas varas para tratar só de crimes praticados contra criança e adolescente, desde que o autor não seja um adolescente também.

Mencionou que é feito um mapeamento dos Municípios com maiores demandas, a exemplo de Ipojuca. Disse ainda que se as promotorias de infância tiverem que optar entre a punição e a proteção, a gente vai optar pela proteção.

Criticou o sistema de coleta de provas, no Brasil, que considera pouco técnica e muito atrelada à testemunha e à vítima, faltando, muitas vezes, a participação do Instituto Médico Legal. Disse que uma das grandes limitações é a questão orçamentária e que há menos 400 promotores em Pernambuco para 184 municípios.

DEPOIMENTO DA SRA. JECQUELINE GUILHERME AYMAR ELIHIMAS - Promotora de Justiça da Delegacia da Criança e do Adolescente.

Comentou a instauração de procedimento no começo do ano, para apurar a questão da exploração sexual de adolescentes nos presídios, especificamente no Complexo Aníbal Bruno, na cidade de Recife. Essas

CD144292764773

adolescentes são aliciadas e levadas ao presídio para visitas íntimas com os presos. São adolescentes a partir de 14 anos.

Disse que a oitiva se restringe à vítima, que é ameaçada e, acaba nada revelando sobre os fatos criminosos praticados contra ela. Assim, os casos de exploração sexual contra adolescentes no presídio ficam sem prova. Mencionou a existência do PPCAAM, que é o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes.

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Coordenadora Executiva da ONG Coletivo Mulher Vida.

Mencionou que foi feita em Pernambuco uma pesquisa sobre a situação do tráfico de pessoas aqui em Pernambuco. Esse levantamento foi solicitado pela Secretaria de Defesa Social e questão principal nesses levantamentos diz respeito à exploração sexual como modalidade de tráfico.

Disse que existem em Recife o Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua, o Plano de Enfrentamento do Trabalho Infantil e o de Violência Sexual.

DEPOIMENTO DO SR. FERNANDO BARROS DE LIMA - Coordenador do CAOP-Criminal .

Com relação ao tráfico de pessoas, disse não ter condições de detalhar se as vítimas são crianças, homossexuais ou adultos.

DEPOIMENTO DO SR. ZANELLI GOMES ALENCAR - Gestor da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco.

Relatou a existência de diversos pontos de prostituição em Recife, como Avenida Boa Viagem, Avenida Norte, Avenida Recife, Santo Amaro e Peixinhos, onde crianças e adolescentes ficam à espera de clientes.

CD144292764773

Relatou que, em muitos desses casos, a família já foi destituída do pátrio poder por ordem judicial e que quase cem por cento desses jovens são usuários de crack.

Disse que o procedimento de investigação é o seguinte: identificação da menina ou do menino e sua condução para a delegacia, para entrevista e foto, pois, em geral, eles não têm documento e alguns dão nomes errados.

Em seguida, é feito o encaminhamento para o conselho tutelar, que os encaminha para o abrigo e, do abrigo, eles voltam para as ruas. Mencionou que há crianças e adolescentes que são encontrados por várias vezes, no mesmo lugar.

Há também aqueles que são dependentes de crack e existem casos de pais com doença mental, alcóolatras, chegando mesmo, em alguns casos, a ser formulado o pedido ao juiz de destituição do poder familiar.

Citou o caso de uma adolescente de nome Bianca Oliveira Aquino do Nascimento, viciada em crack, que já deu entrada no hospital por 14 vezes. Essa adolescente foi encaminhada várias vezes ao conselho tutelar, de onde era encaminhada para o abrigo e logo ganhava as ruas novamente. Essa menina foi encaminhada para a Fazenda Esperança é vinculada à Igreja Católica, porque não havia nenhum local que a recebesse em Pernambuco. Todavia, para que ele permaneça nessa fazenda, é necessário o pagamento de um salário mínimo por mês para a instituição.

Citou o caso do Ninfas Night Club que ainda está em funcionamento, cujo proprietário, para atrair clientes, diz que ali há ninfetas. Disse que fez ali uma operação e conduziu cerca de 20 garotas para o GPCA. Todas prestaram

CD144292764773

depoimento e eram de fora do Estado de Pernambuco, o que deixou bem configurado o tráfico interno de pessoas.

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Coordenadora Executiva do Coletivo Mulher Vida.

No seu entendimento, o primeiro desafio, quando se debate a questão da exploração sexual, é tentar diferenciá-la, encontrar as especificidades que ela tem com relação às demais violações sexuais.

DEPOIMENTO DO SR. CLÁUDIO DOS SANTOS SILVA - Chefe da Assessoria da Criança e do Adolescente da Polícia Militar de Pernambuco e do Programa Patrulha Escolar.

Mencionou uma intervenção feita na Cidade Alta de Olinda, onde foi detectada a existência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Foi constatada, segundo o depoente, a existência de um local de aliciamento de menores para as drogas e para a exploração sexual.

Além da Patrulha Escolar, disse o depoente que está sendo utilizada também uma assessoria para questões envolvendo criança e adolescente, não se restringindo única e exclusivamente às escolas, mas alcançando também as vias públicas e os pontos de exploração sexual como Olinda, Boa Viagem e a área litorânea.

DEPOIMENTO DA SRA. KILMA CAMINHA VELOSO FREIRE LOYO – Delegada da Polícia Federal.

Disse que, juntamente com outra delegada, centraliza os inquéritos que apuram turismo sexual de crianças — no caso, a remessa dessas crianças

CD144292764773

para o exterior —, como também pedofilia na Internet, todos esses crimes que têm a via da Internet.

Citou como uma situação que atrapalha bastante esse trabalho que é o desconhecimento por parte da sociedade do impacto da violência sexual cometida contra uma criança.

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA DO AMPARO ALMEIDA DE ARAÚJO – Secretária de Direitos Humanos do Município de Recife.

Disse que o controle social das políticas da criança e do adolescente é feito pelo COMDICA, que faz a interlocução diretamente com o gabinete do Prefeito, e que a Guarda Municipal, a exemplo do que a Patrulha Escolar da Polícia Militar faz nas escolas públicas estaduais, faz a ronda escolar.

Também foi criada a Comissão do PAIR, com instituições que trabalham diretamente no atendimento à violência sexual, para monitorar as ações de enfrentamento à violência.

Disse que, atualmente, em função do aumento da violência que acontece nas escolas municipais e também da questão do uso do *crack*, foi feita uma parceria com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Defesa Social.

Também mencionou que há uma trabalho de colaboração com o PROERD, junto com a Polícia Militar e com as assistentes sociais da Secretaria de Educação.

Mencionou a existência de várias ações na área de prevenção, com com recursos do PRONASCI, que é o Programa Nacional de Segurança com Cidadania.

CD144292764773

Dentro desse programa, segundo a depoente, são realizadas oficinas de fotografia, jardinagem, grafitagem e *hip hop*, para os adolescentes.

Citou inclusive um vídeo de animação chamado *Um Tiro no Futuro*, recebeu já um prêmio internacional.

Além disso, também mencionou as ações nos conjuntos habitacionais, feitas juntamente com o Projeto URBAL, que é um projeto da Secretaria de Defesa Social.

DEPOIMENTO DO SR. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO – Coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Disse que, em Recife, há duas Varas Criminais que são dedicadas exclusivamente aos crimes cometidos contra criança e adolescente.

Relatou que, em, em 2010, foi instalado o depoimento acolhedor, que é uma forma muito especial de colher o depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, evitando que sejam ouvidas várias vezes sobre o mesmo assunto.

Além disso, o depoente citou a existência do CICA, que é o Centro Integrado da Criança e do Adolescente, que engloba unidades do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Civil e da Defensoria Pública.

Também mencionou que há núcleos e setores com trabalhos direcionados a determinadas formas segmentadas de atendimento.

DEPOIMENTO DA SRA. ELEONORA PEREIRA – Representante do Movimento Nacional Mães pela Igualdade.

Levantou a questão das meninas lésbicas, dos *gays*, dos transexuais, dos transgêneros e dos bissexuais que a sociedade torna invisíveis.

CD144292764773

Disse que, no Estado de Pernambuco, mata-se muito *gay*, matam-se muitos Travestis e transexuais, como foi o caso de Lorena, uma travesti assassinada poucos dias antes do depoimento. O próprio filho da depoente foi assassinado.

Também disse que existe uma prática, no Estado, de estupro corretivo das meninas lésbicas, que é obrigada a provar que é mulher e que gosta de homem.

A depoente relatou que estava, na quinta feira anterior ao depoimento, com um grupo de meninas em situação de exploração sexual, quando foi abordada pela polícia e que as meninas disseram que essa mesma viatura passa com policiais para pegar dinheiro delas, a fim de permitir que elas fiquem naquele ponto.

A depoente disse que foi tratada pelos policiais como formadora de quadrilha e ia ser detida. Todavia, disse que, por precaução, quando vai fazer essas autuações, ligo para alguns amigos delegados, em quem ela confia e que sabem do seu trabalho.

Naquela hora, a depoente ligou para uma amiga delegada, que falou com o comando, o que não impediu, todavia, que a depoente fosse humilhada pelos policiais.

Em seguida, segundo a depoente, uma das meninas disse o seguinte: *"Esse policial é o policial que toda noite vem pegar o dinheiro"*.

Relatou ainda a depoente que, nos presídios, há uma rede de exploração sexual de meninas e que, quando ela começou a investigar esses fatos, seu filho foi assassinado em retaliação.

CD144292764773

Disse que foi a primeira pessoa a acionar o Conselho Tutelar sobre essa questão penitenciária, tendo o conselho tutelar ingressado com uma medida cautelar na OEA, cuja resposta deve chegar este ano.

Segundo a depoente, documentos furtados são utilizados para regularizarem a situações das adolescentes, transformadas em adultas para poderem ser exploradas sexualmente nos presídios, custando essas carteiras de identidade falsas cerca de 400 reais.

Disse que os presos pagam 800 reais aos agentes penitenciários para terem relações sexuais com as meninas e que se os presos não cumprirem o acordo com os agentes penitenciários, a menina vai presa e tem de delatar o preso, sob pena de ser encaminhada para a GPCA. Mencionou também que, quando a menina entrega o preso, ele apanha e a menina é liberada.

Relatou o caso de uma mãe que teve um enfarto, quando foi buscar a filha que estava sendo explorada no presídio e foi agredida por um agente penitenciário, ao ter dito *"minha filha está aí dentro".*

Concluiu a depoente criticando os depoimentos bonitos dados perante a CPI, enquanto a realidade é completamente diferente e as autoridades estão jogando a sujeira para debaixo do tapete.

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA – Presidente do Conselho Estadual da Criança e Adolescente e Secretário da Criança e da Juventude.

Destacou a importância do orçamento do Governo do Estado de Pernambuco no combate a esses problemas. Disse que existem 13 equipamentos da assistência social no Estado de Pernambuco que são

CD144292764773

regionalizados e ainda não atendem na proporção da necessidade da população.

Mencionou a realização de campanhas de enfrentamento da violência sexual, em geral e comentou a importância de fortalecimento dos conselhos tutelares.

REUNIÃO REALIZADA NO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO, JOÃO SOARES LYRA NETO.

Nesta ocasião, as Deputadas Erika Kokay e Liliam Sá fizeram os seguintes pronunciamentos, que passamos a transcrever:

"A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) (...)

Queremos agradecer a oportunidade de estarmos conversando. Nós temos como hábito — esta é a quarta viagem que estamos fazendo, pela CPI — conversar com o Poder Executivo local, com a perspectiva de buscarmos trabalhar com dois aspectos que avaliamos que são de uma precariedade muito grande. O Estado de Pernambuco não foge à regra. Ele está na mesma situação dos outros Estados que vivenciamos. Nós temos, primeiro, uma dificuldade muito grande em responsabilizar.

Nós estivemos na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. O delegado disse que é a delegacia mais bem estruturada do Nordeste. Nós não o estamos questionando, mas ela tem deficiências do ponto de vista do quantitativo e de um trabalho de inteligência. A atuação é, não obstante a dedicação e a paixão — eu diria — do próprio delegado, que acaba exercendo funções que não seriam suas, funções de articulação, para tirar grande parte da população que está em situação de exploração sexual e tem síndrome de

CD144292764773

drogadição, romper a lógica da drogadição para interromper a trajetória de vida ligada à exploração sexual.

Nós vimos ali que há uma deficiência muito grande no setor de inteligência para que possamos detectar as redes, porque as redes mudam a forma de atuação.

Nós temos, hoje, uma transposição da rua para a Internet, das redes como são estruturadas. Muitas vezes, com o enfrentamento, a rede, em determinado local, ela se rearticula e se envolve em outro local. Isso exige das nossas polícias uma estrutura superior à que nós temos constatado em todos os lugares a que estamos indo, inclusive, aqui, no Estado de Pernambuco, para que possamos, realmente, enfrentar as redes e não apenas as detectarmos, como é o trabalho que a Polícia tem feito, com muito louvor, com muita dedicação, mas que é insuficiente para fazer esse enfrentamento. Ou seja, detecta a situação de exploração sexual, encaminha as crianças e os adolescentes para os Conselhos Tutelares. Os Conselhos Tutelares têm dificuldade de estabelecimento de redes, redes de acolhimento dessas crianças.

Segundo a fala do delegado, que não é diferente da dos outros locais onde nós já estivemos, são as mesmas meninas. As meninas, ou os meninos, voltam para a situação de exploração sexual.

A própria Polícia Rodoviária Federal, que faz um trabalho de enfrentamento nas rodovias brasileiras, já resgatou por volta de 3 mil meninos e meninas nos últimos 7 anos. E, via de regra, eles voltam.

O delegado dizia, constatando ou corroborando essa realidade já detectada pela CPI, que, todos os anos, são os mesmos meninos que são

CD144292764773

retirados e colocados lá, e não há uma estrutura de atendimento que lhes possibilite interromper essa vida infracional.

Ele lida bastante com a população de rua. Quando crianças e adolescentes estão em situação de rua, há uma vulnerabilidade ou há uma probabilidade de que haja outras violações de direitos, inclusive exploração sexual e síndrome de drogadição. E as coisas dialogam entre si. Eu diria que a síndrome de drogadição, a situação de rua e a situação de exploração sexual dialogam nesse universo de violação de direitos que atinge de maneira frontal nossas crianças, nossos adolescentes.

Então, nós temos uma preocupação com os instrumentos, para que possamos fazer o atendimento, que envolve também o atendimento familiar. Nós temos alguns planos nacionais. Temos planos também que devem ser replicados, e devem ter sido replicados aqui, no Estado de Pernambuco. Nós temos o plano de enfrentamento ao trabalho infantil. A exploração sexual comercial é uma forma das mais degradantes de trabalho infantil. Nós temos o plano de convivência familiar.

Nós temos o plano de enfrentamento à própria exploração sexual e, inclusive, um plano de Pernambuco, e ficamos muito tristes ao perceber o seu baixo nível de execução. Nós temos um plano bem estruturado, que foi dialogado, que foi construído conjuntamente, aqui, de enfrentamento. Francisco, passe-me aquele plano que eu lhe entreguei. Ele tem uma baixa execução. Então, nós temos menos de 10% desse plano, que é o plano decenal de 2008 a 2017. Nós temos menos de 10% dele efetivado. Então, nós estamos mais ou menos na metade do plano, porque ele é de 2007; nós já estamos na metade dele. Estamos no quinto ano e, praticamente, ele não foi

CD144292764773

efetivado. É óbvio que existem demandas aí que não são demandas do Poder Executivo, mas grande parte diz respeito ao Poder Executivo.

Mesmo quando a gente resvala para a área do Poder Judiciário, nós sabemos que o início de uma responsabilização e uma condenação é um inquérito bem elaborado com laudos, enfim, com condições efetivas e robustez — a robustez necessária — para se levar uma denúncia do Ministério Público e a uma condenação, o que nos remete de novo ao Poder Executivo.

Nós tivemos a oportunidade de falar ou de escutar o juiz que lida com as questões de crianças e adolescentes, e ele dizia que só tinha chegado a ele um caso de exploração sexual aqui no Estado de Pernambuco, o que significa que há dificuldade de elaborar laudos ou de elaborar inquéritos com robustez, para que se transformem em denúncias, ou que se transformem posteriormente em uma condenação judicial. Então, portanto, do ponto de vista do atendimento às vítimas e do ponto de vista da responsabilização dos agressores, nós achamos que há muita deficiência e precariedade do próprio Estado.

Além disso, nós detectamos aqui no setor gesseiro, SUAPE, ou seja, em localidades como SUAPE, dos Municípios que estão em torno de SUAPE, que houve um adensamento populacional de quase 100%; ou seja, quase que dobrou o número de habitantes daquelas regiões. É óbvio que, se você tem esse nível de adensamento por homens, via de regra, homens que vêm trabalhar com recursos, com salário e que vêm sem qualquer tipo de vínculo e sem qualquer tipo de preparação, nós vamos ter recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes. A tendência é essa. E o impacto dos direitos de crianças e adolescentes isto não é realidade só daqui; essa é

CD144292764773

uma realidade que nós constatamos em Rondônia, é uma realidade que nós estamos constatando nas grandes obras. As grandes obras, elas precisam acontecer depois de uma preparação que faça com que elas não impactem nos direitos de crianças e adolescentes. E nós temos essa preocupação aqui em SUAPE. Nós temos essa preocupação nos corredores de desenvolvimento econômico que estão se criando no Estado, para que nós não tenhamos o desenvolvimento econômico descolado do desenvolvimento humano, particularmente dos direitos de crianças e adolescentes.

O último aspecto que nos preocupa sobremaneira... Então, portanto, nós temos a questão do atendimento. Precisamos de orçamento. Precisamos priorizar a criança e o adolescente, como diz a Constituição, inclusive no Orçamento. Nós temos a questão da responsabilização, o que também envolve uma nova estrutura para as delegacias, as polícias, enfim, os institutos médico-legal, o setor técnico da Polícia Civil. Eu não sei como se chama aqui, se é IML, mas cada lugar tem um nome diferente, mas que precisa também ser fortalecido, para cuidar dos vivos, não apenas para cuidar dos mortos, mas para cuidar dos vivos e, particularmente, das nossas crianças.

Então, portanto, atendimento, responsabilização e punição dos culpados; ou seja, as grandes obras, os setores que vão receber uma alavancagem no seu desenvolvimento de forma muito intensa, o que muda a configuração habitacional e, ao mesmo tempo, destrói vínculos, e não se tem como criar outros vínculos. Por isso, é preciso preparar.

O quarto aspecto diz respeito aos grandes eventos. Então, vamos estar atendendo. Aqui deve ter também. Aqui se vai sediar as Copas, e nós precisamos que as Copas tenham um processo de preparação para as nossas

CD144292764773

crianças e os nossos adolescentes. Preparar o Brasil e Pernambuco para a Copa não significa dotá-lo de infraestrutura hoteleira, e tal, o que possa fazer com que nós desfrutemos, e o mundo desfrute, das belezas do local, mas preparar para que as nossas crianças e adolescentes não sejam vitimizados pelo turismo sexual. Enfim, isso significa fazer pactos: pactos com a rede hoteleira, pactos com os segmentos que vão estar dialogando com os turistas, até estruturas que possam controlar os voos *charter*.

Nós temos uma articulação que foi feita através do Ministério do Turismo, que faz um impedimento dos voos *charter* só com homens que vêm da Europa, porque via de regra eles têm no seu bojo o apelo, que é o apelo sexual, do turismo sexual, não necessariamente para crianças e adolescentes, mas do turismo sexual.

Então, portanto, são esses os 4 elementos que nós achamos que são importantes e sobre o que nós gostaríamos de ter o compromisso do Estado. Significa o próprio orçamento nas estruturas, na elaboração de pactos. O Estado ele articula, ele pode articular uma rede envolvendo os outros poderes; não apenas o Poder Executivo, mas envolvendo os segmentos do Poder Executivo, dos outros poderes e a própria sociedade civil. A gente gostaria que Pernambuco fosse um exemplo. Nós já estivemos em João Pessoa, já estivemos em Natal, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, estivemos no Ceará. O Ceará está bem avançado nessa discussão porque tem uma... Reestruturou alguns segmentos. É a única delegacia que cuida absolutamente somente de exploração sexual. Já tem um acúmulo também. Teve uma CPI da Câmara de Vereadores, teve uma CPI estadual. A hoje Deputada Patrícia Saboia é uma militante da área, é reconhecida nacionalmente e pôde desenvolver a partir

CD144292764773

dela um trabalho bem efetivo nesse aspecto. Eles reformularam toda a polícia técnica, de inteligência, enfim. Mas ainda há insuficiências, e já existe um acúmulo maior. Tanto que houve uma diminuição a olhos vistos. Obviamente, eu vou reafirmar que isso não significa que diminuiu a exploração sexual porque ela se dá de outras formas também que não são tão visíveis. Mas seriam essas as minhas palavras iniciais.

Como Presidente da CPI, eu vou passar a palavra para a Deputada Liliam Sá, que é a nossa Relatora, e depois escutá-los. Nós queremos compromisso. Só isso. Compromisso. Façam um pacto aqui. A gente vem aqui, faz um grande pacto com a rede hoteleira, e tal, enfim, uma coisa bem... Um compromisso, uma coisa que possa deixar exemplo, e tal. Pernambuco tem tido muitos programas interessantes; inclusive, é o único lugar — creio eu, pode ser que eu esteja errada — que tem um pacto de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nos presídios. É o único que tem um plano nesse sentido. Obviamente, nós precisamos fazer o plano se executar. É isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito bom dia, Vice-Governador João Soares Lyra Neto! E cumprimento a todos, cumprimentando-o nesta manhã. Basicamente, vou só ressaltar o que falou nossa Presidenta, porque a nossa CPI, ela veio convidada pela Deputado Paulo Rubem, e nós nos sentimos até muito, assim, felizes por algumas ações com que vocês já têm avançado na questão da criança e do adolescente. Mas ficamos tristes por outras. Nós fizemos um diagnóstico. A CPI quer isto: ouvir, investigar, propor. Nós queremos, nesta manhã, deixar com o senhor alguns pedidos, o que vai melhorar até o trabalho na questão da exploração sexual infanto-juvenil. Nós

CD144292764773

sabemos que a taxa de frequência escolar está em 89,24%. Isso é sinal de que tem muitas crianças na escola. Mas quanto mais crianças na escola, menos crianças aliciadas para o *crack*, pelo tráfico, e também para a exploração sexual. Eu não sei...

Nós não obtivemos esta informação, se aqui tem horário integral nas escolas, e quantas escolas funcionam com horário integral. Nós não temos essa informação, e gostaríamos de pedir essa informação para a CPI.

Outra coisa. Nós vimos no Ministério Público a dificuldade na prova técnica, na coleta de provas para se formar um inquérito, até para se penalizar o sujeito que comete o crime contra crianças e adolescentes. Aqui não tem um instituto pericial. E foi falado no Ministério Público que falta uma articulação maior com Estados, com Municípios e com Judiciário, e que o orçamento do Ministério Público é minguado, foi cortado. Então, tem certos promotores de justiça que exercem também a função de promotor da infância, acumulam duas funções. Ficamos felizes, porque tem duas varas de proteção: uma na área cível; outra para crimes sexuais. Nós também detectamos que, além do que o Ministério Público apontou, a Delegacia, também, da Criança e do Adolescente, nos dois lugares que falaram isso, que falta uma polícia técnica. Isso foi feito por decreto. Tem os agentes, mas não tem a estrutura, não tem o aparelhamento de polícia técnica investigativa, e isso dificulta a coleta de provas.

Uma delegacia para crimes cibernéticos, crimes na Internet. As redes estão organizadas muito pela Internet, e aqui não tem uma delegacia própria para esses crimes. Poderia até ser dentro da própria delegacia, ao se botar um setor de inteligência para crimes cibernéticos. A estrutura da GPCA é uma

CD144292764773

estrutura precária, porque quando se pensa em crianças e adolescentes abusados sexualmente se pensa nas crianças pobres, e a delegacia está com aparência pobre até para ouvir as crianças — uma sala toda quebrada, uns brinquedos todos velhos, janelas... tudo quebrado. Acho que a criança merece respeito, independente da sua classe econômica. Ela é criança — merece respeito. Então, eu queria pedir até que o senhor desse uma atenção especial à delegacia. O delegado lá tem boa intenção, mas também ele esbarra nesse problema, que é o problema do instituto pericial, dos agentes de investigação. Essa foi uma das reclamações que eles nos fizeram.

Outra coisa, o Juiz, o Dr. Luiz Gomes, que é da Criança e do Adolescente, ele fez uma ... É o Luiz Rocha. Ele falou que não tem Unidade de Tratamento de *Crack*.

O que nós vimos aqui foi muitas meninas envolvidas na prostituição com *crack*. Hoje tem até uma matéria no *Jornal do Commercio* falando sobre isso, que a CPI estava ali, a poucos metros, onde existiam crianças se prostituindo e usando *crack*, enquanto estávamos debatendo o assunto. Está no *Jornal do Commercio* de hoje.

Então, nós gostaríamos de saber o que está faltando ao Governo Estadual para fazer um convênio com o Ministério da Saúde, nessa questão do combate ao *crack;* se vocês já têm alguma coisa em andamento em relação a isso. Porque o Governo Federal lançou uma campanha — *Crack, é possível vencer* — e nós não sabemos se vocês já estão com esse convênio, se já fizeram esse convênio com o Ministério da Saúde.

Nós queríamos pedir também uma maior fiscalização nos presídios. Ontem, foi falado que as meninas estão sendo levadas para visitas íntimas com

CD144292764773

identidade adulterada, e que tem um esquema dentro dos próprios presídios. Essa foi uma denúncia grave. Nós queremos que seja investigado isso: maior fiscalização nessas visitas íntimas e também nas grandes obras, como falou nossa Presidente, porque tem investimentos, tem gente vindo de fora aliciando as meninas. Ontem também foi feita uma denúncia sobre tráfico interno. A Dra. Ana Carolina, do Ministério Público, fez essa denúncia, os outros participantes, o próprio juiz também fez essa denúncia de tráfico interno, tanto para adoção como para exploração sexual. Tem até um caso de um menino cuja mãe... Nós pegamos o caso. Pedimos a documentação desse menino, Alisson, que desapareceu nessa rede de exploração em Portugal. Então, nós pedimos uma fiscalização maior desse tráfico interno. E falta uma casa de acolhida para ressocializar essas meninas. Não adianta tirá-las da mão do traficante, do aliciador, que as coloca na prostituição, ou mesmo trata dela no *crack*, se ela não tiver um local apropriado para ficar. Porque para muitas dessas meninas a base da família está destruída, elas não têm como voltar para casa. E ali elas podem se libertar das drogas, podem até aprender uma profissão e voltar para a sociedade.

Então, isso é resgatar vidas. Esta é a proposta que nós estamos fazendo na CPI, fazendo esses pedidos para o senhor. Eu queria agradecer a sua atenção nesta manhã ao se por à disposição da nossa CPI.

Muito obrigada.”

FORAM APRESENTADAS AS SEGUINTES SUGESTÕES

Fortalecimento da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, suprindo-se as deficiências do ponto de vista do quantitativo e de um trabalho de inteligência.

CD144292764773

Aparelhamento dos Conselhos Tutelares para que possam atuar junto às redes, redes de acolhimento dessas crianças.

Fortalecimento dos instrumentos de assistência social no Estado, inclusive permitindo o atendimento familiar.

Adoção de planos já existentes a nível nacional, como o de combate ao trabalho infantil e o de convivência familiar.

Destinação de verbas orçamentárias para fazer frente a essas ações e planos.

Reestruturação das delegacias, dos institutos médico-legais e do setor técnico da Polícia Civil.

Ações junto à rede hoteleira, no sentido de combate ao turismo sexual.

Criação de delegacias especializadas em crimes cibernéticos, já que as redes criminosas estão muito organizadas na Internet.

Criação de unidades de tratamento de viciados em c*rack*.

7.6. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO AMAZONAS.

O Amazonas é uma região que apresenta um grande índice de violência sexual e é considerado por especialistas como uma região endêmica, com vários pontos vulneráveis para exploradores sexuais. As cidades com o maior número de denúncias são: Manaus, Parintins, Presidente Figueiredo, Barcelos, Manacapuru, Itacoatiara, Maués, São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Tabatinga, Iranduba, Coari e Tefé.

Na cidade de Manaus, mais de mil e novecentas crianças sofreram algum tipo de violência sexual.

CD144292764773

Na operação Estocolmo, a investigação comprovou o alto poder aquisitivo dos clientes do esquema de exploração sexual de meninas, a prisão preventiva foi pedida e negada, entre os clientes um deputado estadual e alguns empresários, o processo se encontra em segredo de justiça e está nas mãos do desembargador Rafael Romano, do Tribunal de Justiça do Estado. A operação Estocolmo foi antecipada devido ao vazamento de informações.

O pior, todavia, acontecia na cidade de Coari**.** A CPI, realizou diligências em três ocasiões no Município de Coari, após receber vasta documentação com novas denúncias contra o prefeito Manoel Adail Pinheiro, que já tinha sido alvo de investigação da CPI da Pedofilia do Senado Federal, na época acusado de condutas criminosas praticadas contra meninas e adolescentes de sua cidade e também de tirar vantagens do cargo que ocupava, para abusar de crianças e adolescentes menores de 14 anos. O esquema envolvia secretários, assessores e mais uma agência de modelos e outras autoridades públicas.

Após o desmembramento da Operação Vorax, realizado pela Polícia Federal, Adail perdeu as eleições. Posteriormente, voltou a se eleger e continuou com as mesmas práticas que o incriminaram na Operação Vorax.

Adail foi acusado pela mãe de uma adolescente de tentar assediar sexualmente a filha, com dinheiro e presentes caros. Ele oferecia às meninas o “kit Adail”, composto de celular, computadores, motos biz, dinheiro, casa e empregos para os pais.

Segundo denúncias, a virgindade das garotas era negociada. Elas eram interpeladas por uma quadrilha de aliciadores em portas de escolas e igrejas. O esquema de exploração sexual dessas jovens continuava a ser orquestrado pelas mesmas pessoas que assessoravam o prefeito nas gestões passadas.

CD144292764773

Adail Pinheiro em 12 de junho de 2013 foi convocado pela CPI para prestar depoimento na Câmara dos Deputados sobre essas novas denúncias de práticas sexuais criminosas contra vulneráveis.

O prefeito Adail negou seu envolvimento na reiterada rede de pedofilia e de usar seu poder econômico para aliciar crianças e adolescentes no município de Coari.

A CPI ,após ouvi-lo, reiterou a contumaz prática de abusos sexuais ao colher os depoimentos de mulheres e adolescentes que teriam sido vítimas do esquema repugnante e criminoso de exploração e abuso sexual praticados pelo alcaide.

A CPI esteve no Tribunal de Justiça do Estado para cobrar celeridade dos processos contra Adail, que até então à data da visita da CPI, não tinham sido distribuídos e estavam sem relator.

Cercear os trabalhos da Comissão constitui crime. Sob o comando do Chefe de Gabinete de Adail Pinheiro, seus secretários e funcionários da Prefeitura, foi organizado um protesto para tentar intimidar e coagir a visita da CPI ao município.

O prefeito alegou uma cirurgia de emergência, mas todo o seu staff político estava nas ruas, hostilizando a comitiva da CPI, a fim de prejudicar os depoimentos que seriam colhidos na UFAM (Universidade Federal do Amazonas), que revelaram a coação de testemunhas e ameaças de morte.

Familiares das vítimas apoiaram a vinda da CPI e segundo informações, a Prefeitura teria dado ponto facultativo aos seus funcionários, para intimidar à ação da diligência que seria feita pela CPI. Foi constatada a presença de vários veículos padronizados de Secretarias, transportando manifestantes e bandeiras

CD144292764773

que seguiram a comitiva da CPI, do aeroporto até a Universidade, onde aconteceria a audiência.

Foi necessária uma maior intervenção da Polícia Militar à pedido da Polícia Federal. Essa situação conflitante durou até às 21 horas. O próprio Chefe de Gabinete do Prefeito, Elias, incentivava o povo a gritar: fora CPI! Há provas tanto em vídeo, como de fotografias que comprovam os fatos ocorridos.

Pode-se concluir que o esquema vergonhoso e corrupto de exploração sexual infanto-juvenil e de abuso de poder político econômico sustenta essa tese de aliciadores de menores, haja vista que Adail Pinheiro responde a vários processos de corrupção e improbidade administrativa, sendo reincidente em todas as acusações.

Trata-se de um sujeito frio, calculista que usando da prerrogativa do seu alto cargo tem cometido vários crimes, principalmente os que violam os direitos das crianças e dos adolescentes, achando-se, portanto acima da Justiça, por ter agentes públicos que além de serem favorecido político e financeiramente por ele, acobertam, compactuam e participam dessa rede de abusos sexuais infanto-juvenil em Coari.

Essa nefasta prática de crimes contra crianças e adolescentes tem roubando os sonhos de muitas meninas, já que negligenciadas, aliciadas, exploradas e prostituídas em Coari, estão sujeitas a inúmeras doenças, vícios, violência e morte.

Pontos positivos:

O comprometimento da sociedade civil, de alguns deputados estaduais, como o Deputado Luiz Castro, e de instituições de defesa dos direitos humanos, como Renato Souto, e Conselheiro da Região Norte do Movimento

CD144292764773

Nacional de Direitos Humanos – MNDH, além da notável participação na causa da Dra. Márcia Silva Dias e do Dr. Fábio Tavares Amorim.

Pontos vulneráveis:

A falta de estrutura dos órgãos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes de Manaus, como conselhos tutelares, delegacias especializadas de proteção a infância funcionam de forma precária e em alguns municípios não há nem delegados, Os titulares dessas delegacias ficam a cargo de policiais militares e escrivães, que não tem formação necessária para o atendimento de crianças vítimas de todo tipo de violência.

AUDIÊNCIAS REALIZADAS EM MANAUS

DEPOIMENTO DO SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Vereador, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Câmara Municipal de Manaus, no Estado do Amazonas.

Disse que participou de várias reuniões na Secretaria de Ação Social do Governo do Estado, preparatórias para a Marcha de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e que, ao término de uma dessas reuniões, uma pessoa, dizendo-se servidora da Amazonastur, que é uma empresa governamental de turismo do Amazonas, falou a respeito de um estudo de acessibilidade e quantidade de leitos de hotéis e pousadas em Manaus com vistas à preparação da cidade, tendo consequência de que a cidade de Manaus é uma das sedes da Copa do Mundo de 2014.

Essa pessoa, segundo o depoente, teria mostrado preocupação com a possibilidade de, nos motéis, haver o aluguel de alas para aqueles turistas que fazem parte da temporada de pesca esportiva no Estado do Amazonas, que

CD144292764773

acontece a partir de setembro até os primeiros meses do ano seguinte, diante do que o depoente teria feito um pronunciamento na Câmara Municipal de Manaus.

Ocorre que, após esse pronunciamento, de acordo com o depoimento prestado, a pessoa que fez a denúncia não quis se identificar e não deixou rastos.

O depoente disse que investigou o caso, entrou em contato com a Amazonastur, com a SEAS e com o Ministério Público e ninguém conseguiu comprovar esses fatos.

Relatou que foram feitas denúncias na imprensa a respeito do sumiço de menores no Município de Iranduba, que fica a 25 quilômetros da cidade de Manaus.

Não acrescentou nenhuma informação importante e disse não ter estatísticas sobre os dados referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado.

DEPOIMENTO DO SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Estado do Amazonas.

Disse que existem vários casos a respeito do réu Adail Pinheiro que já estão se arrastando ao longo de muitos anos, de muitos anos mesmo, e muitos até fugindo da esfera da pedofilia, mas na questão da improbidade administrativa, que recentemente foram declarados prescritos pelo Tribunal do Amazonas, porque realmente houve a prescrição, e a Relatora já solicitou providências ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público para realmente apurar se houve leniência na tramitação daquele processo e a própria tibieza da Justiça.

CD144292764773

Afirmou que nunca passou em suas mãos nenhum processo do réu Adail Pinheiro e que, na qualidade de Presidente do Tribunal, não tem jurisdição, mas apenas a administração da Corte.

Esclareceu ainda que, no dia 13 de setembro, o eminente Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional de Justiça, solicitou providências ao Corregedor-Geral de Justiça e à Corregedoria Regional Federal da 1ª Região informações a respeito de Manoel Adail Amaral Pinheiro.

DEPOIMENTO DO SR. RENATO ALMEIDA SANTO - **Conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos —MNDH.**

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Eu, como Conselheiro Nacional de Direitos Humanos aqui na Região Norte, vejo muito a labuta e a dificuldade que tem o interior no acesso à Justiça. E me coloco à disposição para a gente trabalhar junto, sociedade civil. A quem nós devemos cobrar? A questão de concurso público, a gente pode mobilizar como eu mobilizei na Defensoria Pública. Hoje existem 60 defensores públicos no interior, Deputada, porque nós começamos a manifestar assinaturas, abaixo assinados no interior. Eram só 30, aumentou para 60. Nós podemos também contribuir nisso com vocês. Mas a quem nós devemos encaminhar essas propostas de ajuda, porque ninguém trabalha sozinho?

Então, eu como representante aqui na Região Norte, a gente pode propor isso: juntar a sociedade civil, fazer abaixo assinado, solicitando o aumento do efetivo do quadro de juízes, solicitando estrutura no interior, porque não existe uma estrutura adequada para o profissional do Judiciário e até mesmo para a Promotoria trabalhar.

CD144292764773

Então, coloco-me à disposição. Coloco-me também à disposição no caso dessa força-tarefa de Coari — vão aparecer novas vítimas, testemunhas que serão ameaçadas —, para que nós possamos fazer o encaminhamento dessas pessoas que, provavelmente, serão ameaçadas futuramente, ao sistema de proteção da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, à qual aqui eu posso, através do nosso movimento, fazer os encaminhamentos, até a entrada do PPCAAM, que ainda não existe aqui. Então, eu estou fazendo esse encaminhamento direto. E coloco-me também à disposição. Caso precisem as vítimas que vão aparecer em Coari, nós vamos fazer um encaminhamento aos sistemas."

DEPOIMENTO DO SR. DIVALDO MARTINS - Juiz Auxiliar do Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Fez as seguintes afirmações: "Eu gostaria de mostrar para a senhora e ler a todos os presentes os termos do ofício do Presidente. Já esclarecemos que a proposta de indicação dos advogados foi do nosso Vice- Presidente. Já está esclarecido, já encontramos as notas taquigráficas. Quando nós recebemos o vosso ofício, o Presidente... Eu redigi, por isso que eu fiz questão de esclarecer.

Eu redigi o ofício e dirigi ao Desembargador Jorge Manoel Lins, dizendo o seguinte: *"Agradeceria, pois, as providências necessárias de V.Exa., de forma que os referidos causídicos possam exercer plenamente o múnus que lhes foi outorgado pela Comissão da Pedofilia da Câmara dos Deputados."* Como ele declinou da competência — alegou motivo íntimo — sem examinar isto aqui, nós repetimos o ofício ao novel Relator, o Desembargador João Mauro Bessa, e dissemos o seguinte(...)

CD144292764773

Veja, Deputada: *“Esclareço ao ensejo que anteriormente, em data de 22 de novembro, idêntica remessa fora feita ao então Relator, o Desembargador Jorge Lins, para as providências cabíveis. Destarte, reiterando a solicitação feita àquele Relator, encareço de igual modo a V.Exa. a adoção das providências processuais que se fizerem necessárias”.*

Nunca, nunca o Presidente assumiu o compromisso de habilitar, deferir a habilitação. O Relator ouviu o *dominus litis*, o órgão do Ministério Público — e é aquilo que as senhoras sabem —, e deu o parecer contra, fundamentadamente, e, com base nesse parecer, o Desembargador indeferiu, pelo menos por enquanto, o pedido.”

DILIGÊNCIAS REALIZADAS EM COARI

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa (CPICRIAN) investiga uma suspeita de rede de pedofilia no Amazonas.

Chegaram a esta Comissão denúncias contra o Prefeito de Coari, Adail Pinheiro, sobre quem pesa a acusação de utilizar recursos públicos para alimentar uma rede de exploração sexual, inclusive com a exploração de menores de dezoito anos, o que caracteriza a prática de pedofilia.

De acordo com informações obtidas, Adail Pinheiro, com auxílio de servidores públicos, estruturou essa rede de exploração sexual da qual se beneficiam ele próprio e pessoas do seu círculo de amizade.

Com base nessas denúncias, esta Comissão deslocou-se até Coari, no dia 8 de julho de 2013, para ouvir os acusados e testemunhas. Todavia, os

CD144292764773

membros da Comissão foram hostilizados ao desembarcarem em Coari, onde havia pessoas que portavam faixas com os dizeres “Fora CPI”.

Recebemos várias denúncias de que o prefeito mobilizou servidores públicos para realizaram manifestações contra a CPI, hostilizar seus integrantes e obstruir os trabalhos da Comissão.

Além disso, fomos informados da existência de um ponto facultativo informal, inclusive as escolas não funcionaram nesse dia, para que servidores municipais e comissionados da Prefeitura pudessem participar das manifestações contra a CPI, tudo orquestrado pelo Prefeito de Coari, Adail Pinheiro. A Comissão, inclusive, flagrou assessores diretos do Prefeito coordenando os protestos.

Na manhã de terça-feira, dia 9 de julho, foram realizados protestos contra a Comissão e nove pessoas convocadas para prestar depoimento não foram localizadas no Município.

A Comissão conseguiu ouvir o depoimento de dez pessoas, nas dependências do Núcleo de Ensino Superior da Universidade do Estado, porém necessitou de auxílio policial, tendo em vista o bloqueio da Universidade do Estado do Amazonas, realizado por manifestantes a serviço do Prefeito investigado.

Além disso, o Prefeito Adail Pinheiro, intimado para prestar depoimento, apresentou atestado médico, informando que está em São Paulo internado em uma unidade hospitalar para se submeter a uma cirurgia, ocultando-se, desse modo, do depoimento perante a Comissão.

CD144292764773

Como se pode observar dos fatos, houve uma ação orquestrada por parte do Prefeito para obstruir os trabalhos da Comissão em Coari e para impedir a sua oitiva com relação à acusação de comandar uma rede de exploração sexual no Município que envolve também menores de idade.

Diante desses fatos, a Sra. Presidente, Deputada Erika Kokay, fez o seguinte pronunciamento:

"Declaro aberta a presente reunião da CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que se realiza no Município de Coari, Estado do Amazonas, na sala de reuniões do Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Estado do Amazonas.

Nós temos a seguinte Ordem do Dia: tomada de depoimento dos Srs. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito de Coari, Amazonas; Maria Lândia Rodrigues dos Santos, ex-Secretária de Ação Social de Coari; Eudes de Souza Azevedo, esposo da Sra. Maria Lândia Rodrigues dos Santos; Haroldo Portela de Azevedo, ex-assessor de Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito de Coari; José Maria de Aguiar, ex-segurança particular do Prefeito Manoel Adail Amaral Pinheiro; Jaime Levi Paiva, ex-fotógrafo do Prefeito Manoel Adail Amaral Pinheiro; Adriano Teixeira Salan, ex-Secretário de Administração do Município de Coari, Amazonas; Osvaldo Figueiredo Maia, ex-Delegado de Polícia Civil de Coari, Amazonas; e Fábio Martins Marques, ex-sócio da agência de modelos Mega Models.

Nós temos aqui a justificativa do Sr. Adail. Ele justifica a sua ausência com esse documento, entregue por seu advogado, Sr. Roosevelt Jobim Filho,

CD144292764773

que consiste em atestado do Hospital Sírio Libanês, em que consta que o depoente teria sido submetido a procedimento cirúrgico em São Paulo no último dia 17 e que permaneceria internado até o próximo dia 11 de julho. Portanto, o Sr. Adail justificou sua ausência.

Quanto aos demais depoentes, embora fosse de conhecimento público, do conhecimento de toda a cidade que nós estaríamos aqui e que as pessoas citadas prestariam depoimento, essas pessoas não foram encontradas para receber as intimações para prestarem aqui os respectivos depoimentos. Segundo informações de familiares que foram encontrados nos locais de residência ou de amigos nos locais de trabalho, elas saíram às pressas do Município de Coari. As informações dos familiares apontam que elas fizeram suas malas de forma absolutamente açodada para ausentarem-se do próprio Município.

Entendemos que há indícios extremamente graves — que serão devidamente apurados e, se confirmados, ensejarão as devidas punições — de que com essa saída da cidade o objetivo dessas pessoas era o de não serem localizadas para receberem as intimações e assim não prestarem seus depoimentos. Nós estamos aqui, portanto, com a intenção de investigar se houve intenção, se houve uma conduta deliberada de fugir à convocação e à intimação da Polícia Federal para prestarem depoimentos na cidade, como também saímos daqui com a convicção de que temos de analisar a utilização da máquina pública para manifestações objetivando a obstrução dos trabalhos da CPI, o cerceamento dos trabalhos da CPI.

CD144292764773

Temos farto material comprobatório, temos elementos que apontam com muita materialidade a participação de pessoas relevantes da estrutura da máquina pública com cartazes, com posicionamentos de hostilidade para com esta CPI, o que indica, dentre outras coisas, tentativa de cerceamento e menosprezo. Nós vemos, portanto, em todas essas posturas, dois aspectos: primeiro, um agravante para a situação dos acusados, um agravante porque isso é um indicador, isso é um atestado de que não se sentem seguros para comprovar a sua inocência com os próprios depoimentos, por todas essas posturas; segundo, um desrespeito para com esta CPI.

Essas pessoas que estão aqui sendo convocadas, como outras que foram também marcadas, ou que também foram apontadas nos depoimentos, serão reconvocadas. Mas, de toda sorte, para as pessoas que foram aqui convocadas não é preciso um novo requerimento; elas estão automaticamente reconvocadas, e se houver qualquer dificuldade a CPI pode utilizar-se de condução coercitiva, das próprias forças policiais, se necessário for, para que essas pessoas venham prestar seus depoimentos. Elas não têm o direito de optar se depõem ou não. Elas são obrigadas a prestar esse depoimento.

Então, nada mais havendo a tratar, pergunto se a Relatora quer fazer uso da palavra.”

Em seguida, a Sra. Relatora, Deputada Liliam Sá, assim se pronunciou:

“Depois de tudo que nós ouvimos e apuramos nesta CPI, ontem chegamos à conclusão de que nós precisamos convocar outras pessoas, para ouvir seus depoimentos, e essas pessoas serão intimadas, não vão ser convidadas. Isso já está no relatório da reunião de ontem.

CD144292764773

E nós queremos agradecer o apoio que nós tivemos. Agradecemos ao Deputado Luiz Castro, que nos acompanhou, ao advogado Flávio Moreira Amorim, a Renato, que está conosco, e à imprensa, à mídia, que fez um trabalho excelente, apesar de toda a pressão que nós sofremos, à *TV Record*, à TV local, que está aqui.

Nós queremos agradecer e colocar à disposição a CPI para que os senhores possam, sabendo de outras coisas, outras novidades ou acontecimentos, enviar-nos toda essa documentação. O Dr. Flávio ficou de enviar cópias de algumas denúncias que tem, e nós queremos poder apurar o mais brevemente possível todas essas denúncias que foram feitas ontem. Foram coisas gravíssimas — não é? —, que complicam cada vez mais a situação do Prefeito desta cidade.

E, não tendo mais nada a dizer, dou por encerrada a minha fala e passo para a Presidente, para encerrar.”

Por último, a Sra. Presidenta, Deputada Erika Kokay, procedeu ao encerramento da sessão, nos seguintes termos:

“Eu queria agradecer a presença à imprensa e solicitar que seja remetido para a CPI todo o material fotográfico e de filmagem que foi acumulado, porque isso nos ajudará neste processo de investigação, inclusive nessa nova linha de improbidade administrativa, de utilização da máquina pública e de servidores, de intimidação dos servidores.

Recentemente nós vimos, poucos minutos atrás, fornecimento de alimentação, o que indica que essa é uma manifestação em que houve uma

CD144292764773

organização. Alguém organizou o fornecimento alimentação. Portanto, tira-se daí uma prova inconteste, devidamente registrada, de que não é uma manifestação espontânea, mas uma manifestação articulada, organizada por alguém que está inclusive dando estrutura logística para o seu funcionamento.

E quero dizer ainda que a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, estabelece que constitui crime impedir ou tentar impedir mediante violência, ameaça ou regular ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros.

Portanto, leio aqui o que consta na Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952:

"Art. 4º Constitui crime:

I - Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros."

Portanto, esse artigo, a nosso ver, enquadra-se no que nós presenciamos aqui no Município de Coari, para além da utilização da máquina pública, para além das denúncias de improbidade administrativa nos serviços públicos essenciais para a população e o Município, que detém uma receita orçamentária tão vultosa, e os serviços públicos foram prejudicados nos dias de ontem e de hoje. Então, nós estamos absolutamente conscientes de que houve a caracterização de crime, no que diz respeito aos eventos que nós vimos aqui, por tentarem obstruir os trabalhos da CPI com a utilização, ao que

CD144292764773

tudo indica, da máquina pública e da flexibilização e da precarização dos serviços públicos, para que nós sofrêssemos intimidação, nessa tentativa de obstrução dos trabalhos da CPI.

Eu queria agradecer sobremaneira ao Deputado Estadual Luiz Castro, que foi absolutamente fundamental. Agradeço-lhe a sua luta, a luta em defesa dos direitos das nossas crianças, dos nossos adolescentes e dos nossos direitos humanos.

Agradeço ao seu advogado, que aqui esteve. Agradeço também a Renato, que faz parte do movimento em defesa dos direitos da pessoa humana, e a todos os profissionais de imprensa que estiveram conosco, cobrindo os trabalhos, e que vão, obviamente, ajudar-nos também com o material registrado. E mais uma vez eu faço um pedido público para que remetam para esta CPI todo o material reunido, para nos ajudar em todas as linhas de investigação e particularmente na construção do relatório.

Quero agradecer ao Dr. Marcelo Schroeder, que esteve conosco também, auxiliando-nos de forma imprescindível, e aos servidores da CPI que estiveram conosco estes dias, contribuindo com os registros e com toda a organização deste trabalho.

E com tudo isso, com todos esses agradecimentos, e com a convicção de que vamos reconvocar as pessoas que aqui não estiveram e de que serão convocadas também outras pessoas que foram apontadas nos depoimentos que aqui colhemos, e com a noção exata das evidências muito materiais, e, ao mesmo tempo, da gravidade do que está acontecendo neste Município de

CD144292764773

Coari, e ainda agradecendo, por fim, à Polícia Federal, que também nos acompanhou, e também agradecendo a disponibilidade à Aeronáutica deste País, que nos cedeu uma aeronave, cumprindo seu dever de cidadania para o exercício livre e a contento do Poder Público, para que nós pudéssemos deslocar-nos do Município de Manaus para o Município de Coari, com todos esses agradecimentos e com todas essas convicções, declaro encerrada a presente reunião."

OUTROS DEPOIMENTOS COLHIDOS NO ESTADO DO AMAZONAS

DEPOIMENTO DO SR. WANDERLEY DALLAS - Presidente da Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Fez as seguintes observações: "Sabemos que existem no nosso próprio Estado algumas dificuldades. Uma delas, Deputada, num dia desses, disse aqui da tribuna desta Casa. Por exemplo, fiz algumas reuniões com algumas entidades aqui, e uma coisa que eu tento e estou lutando para que melhore o atendimento aqui no nosso Estado. Uma criança, por exemplo, que foi abusada sexualmente e teve que ir para o hospital, e no hospital teve que fazer uma cirurgia, e, quando voltou para a delegacia, já tinha passado o flagrante.

Então, existe um pedido nosso para que se centralize algum tipo de atendimento, para que não possam acontecer coisas como essa. A pessoa, o bandido, aquela pessoa que praticou a violência, fugiu do flagrante. Ações como essa não podem acontecer. E a gente que lida dia a dia com crianças e adolescentes tem que facilitar esse tipo de trabalho, para que seja centralizado

CD144292764773

algum tipo de atendimento tanto médico como também judicial e, ao mesmo tempo, polícia, para que essas crianças possam ter os seus direitos, que elas possam lutar para que essas pessoas que praticam violência realmente sejam alcançadas pela Justiça."

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Secretária-Executiva da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.

Disse que, no ano de 2008, houve a criação e a instalação de uma vara especializada em apuração e julgamento de crimes contra crianças, adolescentes e idosos, no âmbito do Tribunal de Justiça.

Mencionou também a existência de campanhas anuais, sistemáticas e permanentes de combate ao abuso e à exploração sexual, com atividades informativas, atividades formativas e de prevenção, em Manaus e em dez Municípios do Estado do Amazonas, especialmente nas festas e nos eventos culturais que acontecem no âmbito desses Municípios.

Disse que, no Estado do Amazonas, seguindo as regras da nova Política Nacional de Assistência Social, foram implantados 38 CREAS em 38 Municípios, que ofertam o serviço de atendimento e acompanhamento a meninos e meninas vítimas do abuso e da exploração sexual.

Afirmou também que 100% dos Municípios deste Estado já contam com Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

DEPOIMENTO DO SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas.

CD144292764773

Prestou o seguinte depoimento: “Objetivamente, eu creio que, nessa temática, nós temos três linhas de atuação: a prevenção, a repressão e o atendimento. A Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos atua na prevenção e no atendimento inicial.

A repressão fica a cargo de órgãos de Segurança Pública como a Polícia Civil, a própria Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal. Nessa prevenção e atendimento, as atribuições são meio que concorrentes com a Secretaria de Estado de Assistência Social, como muito bem foi explicitado aqui pela Dra. Graça Prola, Secretaria Executiva da SEAS. A Secretaria de Justiça cuida mais da questão do tráfico de pessoas.

Então, temos lá um núcleo de enfrentamento do tráfico de pessoas. Temos também, sob a nossa coordenação, um comitê de enfrentamento que congrega várias instituições. Então, no âmbito do Estado, essa questão de criança e adolescente fica mais a cargo da SEAS. E a cargo da SEJUS, fica o tráfico de pessoas. Lógico, a criança e o adolescente também podem ser vítimas dessa prática, mas ocorre que não temos nos deparado com essa incidência.

De qualquer forma, nós temos postos de atendimento humanizado, tanto na capital como no interior do Estado. E esses postos, eles estão à disposição da sociedade em geral para receber qualquer tipo de denúncia de violação de direitos humanos. Então, nada impede que, nos postos de Parintins, Coari, Manacapuru, Itacoatiara e Tabatinga, a SEJUS receba denúncias nesse sentido. E também é importante frisar que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, ela é a responsável, aqui no Estado, pelo Disque 100, que é o canal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Então, nós

CD144292764773

recebemos...concentramos no Disque 100 o recebimento das denuncias, no Disque 100 aqui no Estado do Amazonas, e distribuímos para as instituições parceiras, essa rede que é bastante importante. Então, distribuímos tanto para a Polícia Federal, para a Polícia Rodoviária Federal, para a Secretaria de Segurança Pública."

DEPOIMENTO DA SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS – Conselheira Tutelar da Zona Centro-Oeste, Leidinalva, Coordenadora atual.

Disse que a dificuldade quanto ao Disque 100 é a formulação da denúncia, que existem denúncias que chegam para o conselheiro, e ele tem que adivinhar: "*Ah, é uma casa verde que fica com um coqueiro na frente".*

Com relação à estrutura do Conselho, esclareceu que "a D. Graça Prola, ela está equivocada: o único Conselho que funciona o SIPIA é a Zona Oeste. Por que os demais Conselhos não funcionam? Porque nós não temos estrutura. Nós não temos nem computador. Como é que a gente vai usar o sistema, não é? Nós não temos carro. O carro, na teoria, é muito bonito, não é? Só que o carro foi entregue simbolicamente. Se eu quiser, eu ponho o carro no bolso, porque era só no papel."

DEPOIMENTO DO SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA – Delegado de Polícia Civil do Estado do Amazonas.

Disse que a Polícia Civil possui, na capital do Estado, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Especializada, que teria como competência a circunscrição, o Estado todo, mas que atende somente Manaus. Mencionou ainda que, no interior, há Delegacias Regionais e

CD144292764773

Delegacias Especializadas, que funcionam no mesmo prédio, possuindo um delegado para a Regional e um delegado para a Especializada.

DEPOIMENTO DA SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - **Delegada de Polícia Civil do Estado do Amazonas.** Boa noite. Bom, é interessante

Disse que o aumento da violência ocorreu, mas que houve uma divulgação maior e por conta disso os números afloraram. Explicou que essa divulgação se deveu ao fato de o desdobramento da Delegacia de Proteção à Criança para a Delegacia do Menor Infrator.

Afirmou que há um plantão na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente para atender as crianças e adolescentes que sejam vítimas de violência.

DEPOIMENTO DO SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Superintendente do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Amazonas.

Apresentou um histórico da autuação da PRF, nos seguintes termos: “Bem, a Polícia Rodoviária Federal — vou fazer um breve histórico; ela não é, digamos assim, uma força policial eminentemente repressiva. Ela atua também com ações preventivas.

Na sua criação, que se deu no dia 24 de julho de 1928, ela nasceu justamente para fazer o policiamento da Rodovia Federal Rio-Petrópolis, denominada, à época, como a Polícia das Estradas. Era pequena, simbólica mesmo. Decorridos todos esses anos, em 1988, a Polícia Rodoviária Federal, digamos assim, incorporou as atividades de polícia verdadeiramente, porque, até então, ela só fazia fiscalização de trânsito, atendimento de acidentes.

Então, com o advento da Constituição Federal, em 88, a Polícia passa a

CD144292764773

compor o art. 144, e, consequentemente, passa legalmente a atuar como Polícia. É lógico que não por causa da lei, não é, que A Polícia começou a atuar; em virtude dela, sim. Mas incorporar essa ação dentro dos nossos policiais necessitava de capacitação, e foi o que nós fizemos.

Mas a libertação, a saída do Ministério dos Transportes, do qual, até então, nós fazíamos parte, só se deu em virtude da Lei 8.028, e passamos para o DNER.

Permitam-me fazer esse breve histórico para nós podermos entender aqui como são as atribuições da PRF. Então, a PRF, além de ter as atribuições de fiscalização de trânsito, atendimento de acidentes, estudo para a redução desses acidentes, vivemos agora a década de 2010 a 2020; a década mundial para a redução do número de acidentes também é atribuição da PRF.

Mas somente em 1995, com a publicação do Decreto 1.655, é que nós passamos a ter, realmente, as atribuições de Polícia. Lá estão elencadas todas as atribuições da PRF: realizar perícias, combate ao narcotráfico, descaminho, contrabando, enfim, é uma relação gigantesca de atribuições que a Polícia Rodoviária tem que exercer.

Bem, agora falando efetivamente do assunto tratado aqui, para o qual eu recebi o convite, para falar um pouco sobre o que a Polícia Rodoviária Federal faz em relação a esse enfrentamento à violência sofrida pelas crianças e adolescentes.

Nós dividimos em quatro eixos: enfrentamento à violência sexual; combate ao trabalho escravo e erradicação do trabalho irregular, que aqui nós estamos falando; busca de crianças e adolescentes desaparecidos; proteção de crianças e adolescentes ameaçados. Como o tempo é curto, e como o

CD144292764773

convite foi especificamente para falar sobre o mapeamento, essa ação do mapeamento se restringe ao primeiro item, que é o enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes.

Bem, como fazer esse enfrentamento? Essa é a grande dificuldade. Existem várias frentes. Não se consegue fazer enfrentamento apenas com ações repressivas, não somente com o mapeamento, e nós precisamos fazer a sensibilização do policial, despertar um contingente que, efetivamente, é masculino, para que se sensibilize com a situação, ele passe a enxergar as situações em que as nossas crianças estão vulneráveis, porque, até então, elas passam invisíveis.

Essa sensibilização, eu vou tratar mais à frente. Também sensibilização da sociedade civil, e o mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes e ações repressivas. É assim que nós fazemos o enfrentamento. A sensibilização do policial começa no curso de formação profissional. Tem disciplinas de Direitos Humanos, onde é discutido e é debatido esse tema e onde o policial, inicialmente, recebe essa sensibilização. Seminários regionais periódicos. Aqui tem a foto. Foi feito em todos os Estados brasileiros. Em alguns outros Estados se repetem.

Também dispomos de um sítio eletrônico, onde o policial pode interagir com outros, para receber, de certa forma, informações e, inclusive, capacitação.

A sensibilização da sociedade. Esse projeto Brinquedotecas traz o profissional do volante, que pode ser um condutor de ônibus, um caminhoneiro, para dentro dessas tendas aqui com brinquedos, para despertar a importância de as crianças terem infância, para sensibilizá-lo de quão importante é que as

CD144292764773

crianças vivam essa fase da vida. Aí, você sai dessas oficinais com depoimentos, assim, comoventes, porque passa despercebido realmente para as pessoas esse direito, de que a criança talvez não tenha esse direito. Na Caravana Siga Bem Caminhoneiro, que é realizada em todo o Brasil, há palestras também de sensibilização desses profissionais. Agora, falando propriamente do mapeamento. Iniciou-se em 2003, no então Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do dia 18 de maio, foi entregue ao Ministério da Justiça o primeiro relatório. Havia 844 pontos, salvo engano — é isso mesmo. Havia 844 pontos mapeados como sendo de pontos vulneráveis. Abrindo um parêntese aqui: o que nós chamamos de ponto vulnerável na exploração sexual de criança e adolescente? Aqueles pontos em que a combinação de determinados fatores propiciem, no caso, favoreçam a exploração sexual, como a falta de iluminação, a questão da parada reiterada de veículos, a questão da falta da vigilância particular, a questão da venda de bebidas alcóolicas, adultos se prostituindo.

Então, nós identificamos esses pontos como sendo vulneráveis. Em 2005, houve uma atualização dos dados. Daí, o único... Nós difundimos este relatório não só para o Ministério da Justiça, como para a Secretaria de Direitos Humanos. Nesse ano houve uma repercussão muito grande.

Quando esse relatório chegou às mãos da SDH, aí houve uma comoção e passamos, assim, a dar maior importância a esse relatório, que, no ano de 2007, esse fato gerou essa grande parceria entre a PRF, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Organização Internacional do Trabalho. Por ocasião deste ano, esta pesquisa já foi referenciada. Ou seja, a identificação desses pontos foi, digamos assim, mais precisa.

CD144292764773

A importância de ser mais precisa. No ano de 2009-2010 se estabeleceu a criação de indicadores. Com o passar do tempo, esse mapeamento foi sendo aprimorado. Por que os indicadores? Lá você conseguia estabelecer quais eram os pontos críticos, os altos, médios e baixos, ou seja, aqueles que tinham o maior risco, como aqueles que tinham o menor potencial. No ano de 2011-2012, uma nova inovação: nós convidamos os policiais para participarem. O policial da atividade-fim, aquele que está todo dia passando naquele determinado estabelecimento, a dar a sua opinião. E esses pontos aí tiveram essa participação para identificar esses pontos. Está em andamento o de 2013-2014.

Bem, no ano de 2003, eu falei que foram 844 pontos; no ano de 2005, saltaram para 1.222; no ano de 2007, 1.819; em 2009, 1.820; e no de 2011, 1.776. Não é nada para se comemorar. Pelo contrário. E essa redução de 1.766, a gente considera como apenas uma variação de aceitável, que é de 5%. Então, para a gente, não houve redução. No Estado do Amazonas, só fazendo uma referência aqui, tivemos, no de 2007, 8 pontos; no de 2009, 4; e, no de 2011, 20 pontos. Mas por que mapear? Todos os nossos recursos aqui, eu acho que todos, sem exceção, falaram da dificuldade de pessoal de estrutura, de recursos, enfim. Mapear, planejar é um dos principais pontos para você otimizar os seus recursos. Então, a Polícia Rodoviária Federal faz operações, todos os anos, a operação denominada Anjo da Guarda. A gente desencadeia essa operação repressiva para fazer o combate a esses pontos já identificados como sendo certos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Também colocamos como obrigação o que a gente chama de cartão programa das viaturas de ronda da PRF, a obrigação de, digamos

CD144292764773

assim, policiar os locais prováveis de identificação de exploração; ou seja, é a ação preventiva da polícia, antes que a situação evolua.”

DEPOIMENTO DA SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA – Representando a Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Sra. Goreth Garcia do Carmo Ribeiro.

Fez o seguinte pronunciamento: “Eu trouxe uma breve estatística dos atendimentos que foram realizados de 2011 até a presente data. Eu quero também fazer a ressalva de que, de 2009 até julho de 2012, Manaus só tinha uma unidade de CREAS. O CREAS de Nossa Senhora das Graças, no ano de 2011, atendeu 428 crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual; de janeiro a dezembro de 2012, atendeu 283 crianças e adolescentes, também vítimas de abuso sexual; e, de janeiro até agosto de 2013, atendemos 135 crianças e adolescentes, vítimas do abuso sexual.

A quantidade de registros de exploração sexual é em número bem menor. De vítimas de exploração sexual, nós tivemos, de junho a dezembro de 2011, registrados 25 casos atendidos e acompanhados. No ano de 2012, de janeiro a dezembro, nós tivemos 23 casos. E, agora, em 2013, apenas nove casos registrados. No total, o CREAS Nossa Senhora das Graças atendeu 903 crianças e adolescentes, vítimas da violência sexual.

O CREAS da Cidade Nova foi implantado em julho do ano de 2012 e registrou, de julho a dezembro de 2012, um quantitativo de 153 crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual. No ano de 2013, de janeiro a agosto, nós já registramos 217 situações de abuso sexual.

Quanto às vítimas de exploração sexual, o CREAS de Cidade Nova atendeu, de julho a dezembro de 2012, 34 situações de exploração sexual. Em

CD144292764773

contrapartida, em 2013, já atingimos a média de 40 crianças e adolescentes, vítimas da exploração sexual.

A Delegada falou do Serviço de Acolhimento Institucional. Esse Serviço de Acolhimento Institucional é da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Direitos Humanos e registrou, no ano de 2011, 28 crianças e adolescentes vítimas que foram retirados do ambiente de violência e acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional. De janeiro a dezembro de 2012, foram atendidas 34 crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual e, de janeiro a agosto de 2013, 56 crianças e adolescentes — cresceu. Com a exploração sexual, o Serviço de Acolhimento Institucional acolheu 6 crianças e adolescentes em 2011, 4 crianças e adolescentes no ano de 2012 e, graças a Deus, uma só, de janeiro a agosto de 2013.

Esses números aqui representam, no ano de 2011 e 2012, para o CREAS de Nossa Senhora das Graças, um quantitativo de 6.321 atendimentos destinados à vítima e a seus familiares. O CREAS Cidade Nova realizou 3.108 atendimentos, e o Serviço de Acolhimento Institucional Emergencial para crianças e adolescentes contabiliza um total de 516 atendimentos.

Nós queremos também registrar ou enfatizar — registrar não, porque todos nós aqui estamos falando a mesma coisa — que a responsabilização da situação de violência que acomete a criança e o adolescente não ocorre simultaneamente com o fato. Existem situações que ocorreram no ano de 2009, e até o presente momento não se tem uma definição da situação.

A sustentabilidade da retaguarda é essencial para a efetivação do serviço. E a gente até concorda com a Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay, quando ela disse que tem a sensação da impunidade que provoca a

CD144292764773

naturalização do que não é natural. E realmente a cadeia precisa ser rompida. Parece que existe toda uma situação, porém essa situação é invisível. Não há um serviço de retaguarda que realmente dê suporte para que essas situações que são detectadas, essas situações que são trabalhadas no CRAS, nos CREAS e nos Serviços de Acolhimento Institucional Emergencial recebam, de fato, todo o apoio e toda a logística necessária.

Parece que a rede da exploração, a rede dos vitimizadores, está mais bem organizada, porque a nossa equipe recebe retaliações dessas pessoas. Essas pessoas ameaçam, essas pessoas vão para a porta do CREAS fazer pressão, para que a família não entre para o atendimento, para que a família não denuncie. Então, essas situações... Podem até perguntar: *"Mas os números que a senhora trouxe não se comparam ou se aproximam daquilo que foi verbalizado hoje à noite".* A gente sabe que a coisa acontece, porém a grande maioria dessas famílias sofrem retaliações, são pressionadas e acabam por desistir daquilo que elas precisavam para dar apoio e suporte à sua família.

Existe o tripé DEPCA, a Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente, existem os CREAS e existe a rede de saúde através dos SAVVS e dos SAVAS. Nós sabemos o que nós fazemos. Nós temos um propósito. Porém, nós precisamos de retaguarda, para que isso tudo se concretize de uma maneira satisfatória — não para nós, mas para as crianças, para os adolescentes que necessitam desse apoio e desse suporte.

Existe uma deficiência da estrutura em relação à responsabilização. Hoje, nós temos apenas uma Vara, cuja titular é a Dra. Patrícia Chacon, onde existe um número altíssimo de casos a serem averiguados. E nós temos

CD144292764773

apenas uma juíza para decidir tudo. É a Vara de Crimes contra Criança e Adolescente.

O CREAS não realiza o tratamento clínico, apenas faz o atendimento psicossocial tanto da criança quanto da família. Nós não somos da responsabilização, nós não somos peritos. E é cobrado para o CREAS o relatório, para que passe a constar como peça dentro do processo.

A Vara tem que ter o número adequado de profissionais, coisa que não tem. Conta apenas com uma assistente social e um psicólogo, utilizando o serviço do CREAS, como se fôssemos parceiros. Temos que trabalhar a função protetiva da família, o empoderamento da vítima e da família, para que se possa interromper esse ciclo de violência.

No Município de Manaus, todo ano, pelo quinto ano consecutivo, nós fizemos o lançamento da Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. É um trabalho que é sobre-humano, porque nós temos dia para começar, mas nós não temos dia para acabar. E nós trabalhamos 24 horas durante todo o período de carnaval. Nós não temos descanso. E qual é o nosso objetivo? O nosso objetivo justamente é sensibilizar a população, para que ela não fique calada, para que ela denuncie, para que ela lute pelos seus direitos, porque esses direitos estão previstos na lei.

Ainda também, dia 18 de maio, pelo segundo ano consecutivo, nós fazemos a Marcha Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual. Temos também ações de enfrentamento à exploração sexual, ao turismo sexual e ao tráfico de pessoas envolvendo a criança e o adolescente na Operação de Parintins. Esse ano, 13.011 pessoas foram esclarecidas sobre números de telefones, órgãos a serem procurados, meios de comunicação com a

CD144292764773

SEMASDH, para que façam a denúncia da violência que a criança e o adolescente estão sofrendo.

Foi criado também pela Secretária Municipal, Dona Goreth Garcia, um *call center* Disque Direitos Humanos 0800 0926644. Neste ano de 2013, nós também tivemos o CREAS fazendo 310 palestras em escolas, em associações e em outros lugares para os quais foi convidado, palestras sobre a conscientização da exploração sexual que envolve a criança e o adolescente. Fizemos panfletagem de prevenção e orientação sobre enfrentamento à violência sexual e exploração sexual, comercial e do trabalho infantil. Atingimos 50 mil pessoas. Houve divulgação pela Secretária Municipal nos meios de comunicação, TV, Internet, jornal e rádio. Atingimos uma média de 1 milhão de pessoas no período do carnaval.

Também coordenamos e executamos a Segunda Marcha — da qual já falei —pelo Enfrentamento à Violência Sexual da Criança e do Adolescente nos anos de 2012 e 2013. E nós tivemos uma grande ação pela Operação de Parintins.

Então, eu quero dizer que o Município de Manaus, embora a administração esteja recente, está com o olhar voltado para que a gente possa realmente assegurar a proteção e dar à família o empoderamento que ela necessita, tanto pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social como também pelos CRAS, que estão localizados em todas as zonas geográficas.

Quero também enfatizar que a intenção do Prefeito Artur Virgílio e da Secretária Municipal de Assistência Social é implantar, até o ano de 2014, mais

CD144292764773

3 unidades de Centro de Referência Especializado, aumentando com isso o atendimento à criança e ao adolescente vitimizado.

Quero também só ressaltar o que a Conselheira Tutelar falou: que o Conselho Tutelar recebeu os carros apenas simbolicamente. Realmente, Conselheira, foi simbólico, porque a Secretaria Nacional de Direitos Humanos repassou o carro sem ar-condicionado. E a Dona Goreth Garcia assumiu com os senhores que ela iria colocar ar-condicionado em todos os veículos. Então, é por isso que vocês ainda não receberam os carros, mas vocês vão receber o carro inclusive com ar condicionado.

O Conselho Tutelar recebeu uma Kombi da Secretaria Estadual de Assistência Social. E também a SEMASDH disponibiliza um carro Gol. Então, são uma Kombi e um carro Gol diariamente. Esses carros são abastecidos com 15 litros de combustível e fazem 8 quilômetros por litro. Rodando 120, sendo dois, dá para rodar 240 quilômetros."

DEPOIMENTO DA SRA. ELIANA HAYDEN - Coordenadora do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil - PAIR.

Teceu explicações sobre o PAIR, nos seguintes termos: "Eu vou explicar. O PAIR é do Município, é um programa de prevenção e enfrentamento das violências no Município, mas a Secretaria Municipal de educação também tem essa ação, que é o eixo da prevenção.

Então, neste momento aqui, nós estamos representando a Secretaria Municipal de Educação, apesar de que já fizemos parte do PAIR, desde 2003, desde a sua implantação, e a gente tem uma noção geral de todo esse fenômeno da violência aqui no Município do Manaus.

CD144292764773

Desde a época da implantação, nós temos tido muita dificuldade nessa prevenção e enfrentamento da exploração sexual. É uma violência velada. Muitas vezes, as meninas e as suas próprias famílias não conseguem se ver sendo exploradas. A dificuldade é muito grande para trabalhar, porque nós não temos retaguarda, políticas públicas eficazes para esse enfrentamento.

Na Secretaria Municipal de Educação, nós temos 170 alunos aproximadamente, da creche ao 9º ano do ensino fundamental. Então, o nosso trabalho é muito de prevenção. Nós temos o tema Orientação Sexual, que é trabalhado nas escolas, que dá toda a orientação da prevenção e também as formas de identificação.

A Secretaria tem capacitado os professores e tem uma equipe técnica que trabalha diretamente nas escolas. Talvez seja por isso que a demanda da violência apareça muito, porque nós estamos continuamente fazendo o trabalho nas escolas.

A outra situação é que nós temos alguns programas, como a Promoção da Cultura de Paz e Prevenção das Violências, nós temos o combate ao *bullying* e a Saúde do Escolar. A educação também identifica as violações de direitos humanos praticados contra crianças e adolescentes nas escolas. Isso é muito significativo.

Agora, de fevereiro a agosto, nós tivemos 52 casos de violência sexual identificados pela escola. De exploração sexual, é um pouco difícil, porque, quando a gente identifica, para fazer os encaminhamentos, as meninas evadem, elas vão embora. A exploração sexual é muito sedutora. A educação tem dificuldade para trabalhar com a exploração sexual. A educação não é sedutora. Ela é uma educação igual para todos os que estão na escola, não se

CD144292764773

faz diferença e fica difícil. As meninas e os meninos perdem o encanto pela escola.

As campanhas de prevenção e enfrentamento aconteceram no carnaval desde 2005. Elas começaram em 2005, quando começou no Nacional. Isso vem dando muito resultado, como já foi falado aqui.

A outra situação é o 18 de Maio, em que a gente trabalha o mês todo, com palestras, com caminhadas, com a efetivação do Tema Transversal, Orientação Sexual na escola. As meninas, as crianças conseguem agora identificar as violências a que são acometidas, que são praticadas contra elas. Quando elas revelam na escola, a escola faz todo o encaminhamento para todas as instituições, principalmente para a delegacia. Muitas vezes, a gente encaminha para o CREAS ou para o Conselho Tutelar. Há uma dificuldade enorme com o Conselho Tutelar. A escola reclama muito que não tem o retorno do Conselho Tutelar. A gente ainda não conseguiu, com essa equipe atual, identificar quais as dificuldades que eles têm para resolver essas situações. Por quê? A notificação é o Conselho Tutelar, que não responde, não vai à escola. Quando o diretor vai à escola fazer a notificação, demora muito para ser atendido. Essa situação que a gente vivencia com o Conselho é muito séria.

A outra situação é que, quando chega, por exemplo, no CREAS, as meninas, as famílias retornam, porque os profissionais não estão continuamente lá. Então, ela vai uma vez, vai a segunda vez, depois ela não retorna mais.

CD144292764773

Na delegacia, se for no horário noturno, faz-se a notificação, o boletim de ocorrência e volta-se para fazer a escuta pela manhã. Então, eles não retornam.

Nós temos identificado todas essas situações. A retaguarda, que é uma política pública que deveria ser uma política de proteção, de prevenção, de enfrentamento, na maioria das vezes, é pontual, não é contínua. A educação trabalha essa questão continuamente, mas as outras políticas públicas não acontecem de forma contínua, mas a gente precisa de uma continuidade para enfrentar essa questão da violência aqui no nosso Município.

Como a gente tem andado em vários Municípios, em várias cidades do interior, a gente identifica muita situação de exploração sexual, mas não temos serviços apropriados para fazer esse atendimento. Inclusive, quando se fala aqui da questão do Conselho Tutelar, no interior, é muito precário, é muito precário mesmo.

Não tem barco para ir à comunidade, não tem carro, a Prefeitura não faz a manutenção dos conselhos tutelares. Para vocês terem ideia, às vezes, não há sequer papel higiênico nem cadeira para os familiares se sentarem e esperar. Então, não dá para a gente enfrentar a exploração sexual de uma forma pontual. Ela tem que ser contínua, tem que ser uma política séria, tem que ter profissionais comprometidos com a causa, com responsabilidade, preparados. Não pode ser profissionais que, mudou a gestão, eles mudam, porque o trabalho é quebrado. Isso não pode acontecer nem com o abuso, com a violência sexual de modo geral.

A gente vem continuamente falando sobre isso. Muitas vezes, somos até

CD144292764773

reprimidos por conta de toda essa situação que a gente fala, porque ninguém aguenta mais ver tanta criança sofrendo e não haver um trabalho, não haver a parte curativa. Ela não é algo contínuo, rotineiro. Para a criança, tem que haver algo contínuo e rotineiro, senão ela vai e não volta mais. As famílias dessas crianças são muito precárias, empobrecidas. Elas não têm condição de sair da Zona Leste para ir ao CREAS da Nossa Senhora das Graças para fazer o atendimento, porque às vezes elas não têm dinheiro. Aí elas ligam para a gente pedindo dinheiro para ir, para pagar a passagem. Então, são situações bem graves que a gente enfrenta no dia a dia. Este momento da CPI é muito importante.

Se a gente fala aqui, daqui a pouco, lá fora, nós sofreremos retaliações, como já foi dito aqui. A gente precisa realmente falar a verdade. O que está acontecendo?

Eu preciso falar a verdade, eu preciso dizer onde dói, eu preciso curar essa ferida. Não dá para fazer faz de conta, não dá para fazer serviço pontual, atividade pontual.

Quando a gente fala, por exemplo, das campanhas. As campanhas, elas têm um resultado muito grande, mas, quando vem essa demanda, que serviços existem para atender essa demanda toda? Que serviços apropriados existem para atender toda a demanda? É por isso que a delegacia tem um número e o CREAS tem outro.

Por quê? Porque a demanda é muito grande e os serviços são insignificantes, porque nós temos uma população muito grande, uma população enorme para uma delegacia, para duas assistentes sociais, para

CD144292764773

duas psicólogas. Nós temos dois CREAS para atender uma imensidão de crianças e adolescentes.”

DEPOIMENTO DA SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA – Depoente.

Prestou o seguinte depoimento: “Eu acompanho as meninas do caso Amazon Santana, que é um caso em que houve a primeira denúncia em 2007. Eu queria relatar como as meninas do interior são atendidas. Aí acho que justifica tudo aquilo que não foi respondido até agora. As meninas desse caso estavam num barco pesqueiro, que era um barco de um americano em parceria com um brasileiro.

Eles faziam um turismo de pesca envolvendo as meninas da área ribeirinha. As meninas eram colocadas dentro desse barco. Eram chamadas para esse barco, como uma forma de sedução, pelo guia de turismo ou pelo tradutor, como preferirem, e, quando estavam dentro do barco, eram abusadas, exploradas de todas as formas possíveis e inimagináveis.

Um grupo de meninas resolveu denunciar. Quando elas fizeram a denúncia, senhores, o que aconteceu com essas meninas é que elas foram expulsas da cidade, presas, porque o Conselho Tutelar mandou prender as meninas na cidade, elas se tornaram a vergonha dessa cidade e tiveram que vir para Manaus, onde ficaram foragidas de bairro em bairro porque iam ser mortas pelos proprietários da agência de turismo.

Na verdade, tem que se aprofundar no caso, acompanhar as meninas de fato. Essas meninas vieram para Manaus, fugiram de bairro em bairro e sozinhas. Havia meninas de 12 anos, 13 anos, 16 anos, 17 anos. A infância foi roubada naquele momento, a adolescência foi roubada, e o futuro acabado. As

CD144292764773

meninas não têm futuro. Hoje são meninas com 17 anos, 18 anos, porque se passaram 6 anos.

Essas meninas nunca receberam um atendimento psicológico, um acompanhamento de CRAS, nem de CREAS, nem de ninguém. No ano passado, o EQUIPAT Brasil solicitou à instituição em que eu estou que fizesse o acompanhamento dessas meninas. Esse relato que passo para os senhores hoje é o que encontrei depois desses 5 anos em que essas meninas sofreram esses abusos e fizeram essa denúncia.

Agora as meninas dizem para a gente que era melhor estarem sendo exploradas, porque, no momento em que estavam sendo exploradas, elas recebiam 50 reais, 100 reais, o peixe que era pescado e agora tiveram de sair das suas casas, sair da sua cidade, vir morar aqui em Manaus e viver de uma forma precária.

Algumas delas morando em casas de lona, outras vivendo de favor na casa de alguém. Havia momentos em que se agrupavam, momentos em que tinham que cometer furtos, porque eram adolescentes e estavam sozinhas aqui nesta Capital sem nenhum acompanhamento.

Então, é dessa forma que as meninas do interior, quando resolvem denunciar, são tratadas. Espero sinceramente que esse mundo que foi colocado aqui nesta sessão plenária, esse mundo da Alice, chegue até as meninas do interior um dia. Eu espero sinceramente, mas, hoje, as meninas que estão no interior e fazem as denúncias são excluídas totalmente da sociedade. Na verdade, nunca fizeram parte e não vão fazer também. Nós temos hoje um processo que se arrasta por esses 7 anos, e ninguém foi julgado. Nos Estados Unidos, a gente consegue avançar com o processo, mas

CD144292764773

aqui em Manaus o processo não avança. Provas são perdidas, provas são furtadas, provas desaparecem e o processo não anda.

Então, espero sinceramente que essa CPI penalize, porque precisamos que pessoas sejam penalizadas para servir de exemplo para outras, para que as crianças desse Estado sejam realmente sujeitos de direitos, de fato."

7.7. AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O caso emblemático, tendo como suspeito o ex-deputado estadual de Santa Catarina Duduco, levou a CPI à cidade de Florianópolis. Além disso, a CPI também realizou audiência pública para traçar o diagnostico a respeito do enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado.

A Polícia Militar prendeu no primeiro semestre de 2013, 519 pessoas em Florianópolis dessas, 63% estão soltas. Apenas 17% permanecem no sistema prisional.

O Estado de Santa Catarina é o Estado que mais possui delegacias especializadas, 27 Municípios têm a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, as DPCAMIs. São 27 delegacias, aproximadamente 35 psicólogos e 255 policiais civis envolvidos diretamente nessas ações. Com relação aos CRAS são 10 e CREAS 02.

Santa Catarina não tem um Plano de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, se baseia pelo plano nacional. Não há uma vara específica pra violência das crianças e adolescentes. A criança, quando ela é vítima de um adulto, ela vai ir para a vara comum. Se for menina,

CD144292764773

vai para a vara de violência doméstica, aí aparece o problema da criminalização e o abandono do direito da criança e do adolescente.

Uma das reclamações dos conselheiros tutelares é de que muitas vezes as crianças violentado vão a delegacia, mas infelizmente não são ouvidas na hora, só depois de 15 ou 20 dias.

Existem alguns casos isolados, o caso do ex-deputado Duduco e também de grupos que se organizam para exploração sexual de crianças e adolescentes, que costumam ocorrer dentro do meio familiar.

Em 2010 contabilizou 1.698 crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual, em 2011, 1.891 ocorrências de crimes contra a dignidade sexual só de crianças e adolescentes; em 2.012, 2.415 e, em 2013 1.638.

Este 2013, São José prendeu 29, a cada semana, de 3 a 4 casos de violência sexual são noticiados, por semana. Nos últimos 3 anos foram 3 mil crianças e adolescentes atendidas pela delegacia.

Na questão do art. 241, que é imagem pornográfica, em 2011, foi 16, 19 e 22. Aumentou essa questão da pornografia através do uso da Internet. O que assustou também nesse sentido foi que, no caso de estupro de vulnerável, ficou quase que, em 2012, com 572 e, em 2013, com 372 casos. Quer dizer que ainda está praticamente igual.

Caso emblemático: Ex-deputado estadual (segue em segredo de justiça)

A denúncia é de 2009. De 2009 até 2013, não houve resposta do Poder Judiciário. Órgãos que quiseram ouvir as testemunhas e angariar provas e tentar protegê-las — a Polícia Federal, o CRAS, o CREAS. Mas o Conselho tutelar e o Poder Judiciário foram omissos, segundo a advogada do caso.

CD144292764773

No dia 3 de maio de 2013, saiu a sentença de busca e apreensão, tirando sete crianças do Lar do Duduco. Duas crianças foram para um abrigo no dia 4 de maio, num sábado pela manhã. E as outras cinco crianças foram para o abrigo no dia 7 de maio. Três vagas no abrigo de Coqueiros para as meninas e duas vagas num outro abrigo, no Bairro Santa Mônica.

Duduco foi preso no inicio de 2014, mas está solto aguardando julgamento.

Pontos Vulneráveis:

Está faltando orçamento. As delegacias da criança atendem casos de violência contra crianças e jovens em conflito com a lei. Laudos demoram a sair, crianças demoram quase 20 dias para prestarem seu depoimento.

Uma vara especializada na área da infância e adolescência aparelhar melhor as delegacias especializadas para a criança. Seria a sexta. Aparelhar melhor os conselheiros tutelares; capacitar os policiais militares, ter mais policiais psicólogos.

Pontos positivos:

O estado possui 27 delegacias especializadas, apesar de abordar casos de violência contra a mulher, o idoso e a criança e adolescente.

Promotoria da Infância possui um laboratório público para reconhecimento de paternidade, uma recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, da Promotoria da Infância, para a Secretaria de Estado da Saúde, todas as comarcas já fazem isso, e a gente faz em torno de 1.500 reconhecimentos/ano.

Vitória: Prisão do ex-deputado Duduco.

CD144292764773

A CPI colheu vários depoimentos que passamos a transcrever.

DEPOIMENTO DO SR. CLÁUDIO BARRETO DUTRA - Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Em relação à criação de varas especializadas, fez o seguinte esclarecimento: “Quanto ao segundo aspecto que V.Exa. colocou, que seria aquele da criação de uma vara específica, nós, em algum momento, e eu já estive numa reunião e ouvi, especificamente, alguns setores do Planejamento Estratégico do Tribunal, mostrarem essa preocupação, dentre os vários setores, execução penal, execução de infância, execução de juventude, a violência propriamente dita, mais a exploração e os crimes de ordem sexual contra a criança.

Agora o planejamento também do Tribunal, de acordo com os dispêndios orçamentários, exige levantamentos específicos para que se crie uma determinada unidade jurisdicional, seja ela importante, relevante ou não, mas exige os dados estatísticos necessários para que a Comissão de Organização Judiciária possa aferir da viabilidade ou não, ou dos locais físicos do Estado, onde há uma maior demanda sobre isso. Seria, então, uma consequência, já do levantamento propriamente dito, para se saber em que ponto do Estado ou em que região esses crimes contra essa liberdade sexual estariam ocorrendo de uma forma mais contundente.

Então, eu também me comprometo aqui a levar isso para a Comissão de Organização Judiciária do Tribunal — e essa é a preocupação da Comissão. E digo isso porque é público, digo que a Comissão esteve aqui, no Tribunal, e que tem essa preocupação, e que eu colocaria para a Comissão de Organização Judiciária, como um fator prioritário, um estudo sobre isso,

CD144292764773

comprometendo-me, em ato contínuo, a comunicar à Comissão os resultados do primeiro levantamento e dessa segunda determinação."

Quanto às denúncias envolvendo Duduco, disse o seguinte: "Quanto ao caso específico do ex-Parlamentar Duduco, que toda a cidade sabe que era o responsável pela denominada Creche do Duduco, aqui no centro, aqui ao lado, inclusive, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, é um caso rumoroso e um caso muito delicado, primeiro, porque está sob segredo de justiça. Mas o segredo de justiça também é relativo.

O segredo de justiça é o segredo da investigação, investigação judicial, em que se preserva não só o investigado, mas também as pessoas envolvidas, não é? Não é só assim, o segredo diz: *"Ah, não, é para proteger determinada pessoa."* Não é. É para proteger também aqueles que estão envolvidos. E o segredo de justiça é constitucional — isso não fomos nós que criamos —, mas também ele é relativo, porque, a partir do momento em que a própria imprensa levanta a questão e traz isso à sociedade, como um todo, o segredo de justiça também é relativo.

Parece-me que não há nenhum impedimento de que se coloque e se faça até essas investigações que a Comissão pretende, mesmo sob o manto de segredo de justiça. Claro, o segredo de justiça está relacionado com a divulgação dos resultados judiciários perante a sociedade, mas nada impede em que se forneça a própria Comissão. Agora, o que eu sei, o que eu sei, e V.Exa. sabe disso, é... assim como a Comissão também e o Ministério Público sabem através dos comentários da imprensa, agora, sei também que há uma investigação e sei que o Ministério Público, a última vez que eu ouvi falar sobre isso, estaria para remeter ao Tribunal de Justiça para distribuição, no setor

CD144292764773

competente, dessas investigações relativas a essas atitudes do ex-Deputado, que também se releva muito o fato de ter sido Deputado. Isso também, a essa altura dos acontecimentos, eles colocam até como uma forma... Mas isso não tem nada a ver uma coisa com outra.”

7.8. AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO ESTADO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO – A Cidade dos grandes eventos e da abertura da Copa do Mundo de 2014 – é a Cidade brasileira que mais promove e sedia Grandes Eventos. São, em média, 90 mil eventos por ano. Dentre eles podemos destacar as Semanas de Moda, como Fashion Week, o Campeonato de Fórmula 1, as Semanas de Gastronomia, as Feiras de Produtos e Serviços. E recebe milhares de turistas em função de tais eventos.

No ranking de abuso sexual, o Estado de São Paulo está em primeiro lugar, representando 12,1% das denúncias relativas ao abuso sexual. O segundo Estado é o Rio de Janeiro; o terceiro Estado, Bahia; quarto, Minas Gerais; quinto, Rio Grande do Sul – aqui é um ranqueamento até o 27º lugar -; sexto, Pernambuco; sétimo, Paraná; oitavo, Maranhão; nono, Goiás; décimo, Ceará; 11º, Pará; 12º, Santa Catarina; 13º, Amazonas; 14º, Distrito Federal; 15º, Paraíba; 16º, Rio Grande do Norte; 17º, Mato Grosso do Sul; posteriormente, Alagoas, Mato Grosso, Espírito, Piauí, Rondônia, Sergipe, Acre, Tocantins, Amapá e Roraima em último lugar.

Já em se tratando da questão da exploração sexual, São Paulo também, vergonhosamente, ocupa o segundo lugar, só sendo superado pelo Estado do Rio de Janeiro que, obviamente, todos conhecemos os motivos, pela própria posição geográfica do Estado: pelo alto índice de turismo que

CD144292764773

ocorre na região. Temos aqui a questão da exploração sexual bastante elevada. Foram 302 denúncias relativas ao Estado de são Paulo, segundo o disque 100.

A informação acerca do número de denúncias registradas não é uma informação sobre a incidência da violência nos Estados, pois são contabilizados somente os registros de pessoas que buscaram ajuda por disque 100.

Estatísticas internacionais demonstram que o turismo traz também consigo a exploração sexual e que se não for devidamente prevenida, pode agravar ainda mais o problema social. Ocorre que o adolescente submetido à exploração sexual comercial não se percebe como vítima dessa situação, o que dificulta sua identificação e adesão aos programas sociais existentes. Esse é um crime silencioso, embora ocorra às vistas de muitos, que envolve Redes de Exploração nacionais e internacionais, que coopta crianças, adolescentes, jovens e famílias.

ENTORNO DO ESTÁDIO DE ITAQUERA – Trata-se de local de alta vulnerabilidade social, densamente povoado, cercado pelos bairros de Artur Alvim, Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta e Itaquera e que já possui histórico de prostituição adulta nas proximidades da Av. Itaquera, Av. Líder, Av Miguel Inácio Curi e proximidades do Parque do Carmo.

A questão da prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes se intensificaram neste local devido ao parque de obras do Estádio do Itaquerão. Durante a construção do estádio cerca de mil e seiscentos funcionários trabalharam nesta obra, muitos destes trabalhadores

CD144292764773

são oriundos de outros estados, a maioria deles do nordeste e chegaram à São Paulo exclusivamente por conta desta obra. Grande maioria deles não possui vínculos familiares na cidade de São Paulo e moram nos alojamentos oferecidos pela construtora.

A prostituição infantil tem como a principal clientela estes trabalhadores.

Durante diligências da CPI da Exploração Sexual da Câmara dos Vereadores de São Paulo, foi possível colher depoimento de uma jovem que se prostitui na região.

Em depoimento À CPI, uma jovem de 16 assim se expressa:

'Nossos clientes são do Itaquerão'

Meu nome é (...) e tenho 16 anos. Fui para a rua quando minha mãe morreu. Na verdade, mesmo quando ela ainda era viva, eu já fazia programa, mas era menos. Depois foi mais ainda porque fiquei com raiva. Não tive como comparecer ao velório e ao enterro dela. Eu vim pra cá neste ano. Depois que eu conheci o pai do meu filho, fiquei um tempo sem fazer programa. Fui para a rua porque tinha de ter mais dinheiro. Conheço várias meninas que fazem programa aqui, todas menores de idade. (...) Elas têm de 15 a 16 anos.

Nossos clientes são os operários da obra do Itaquerão. A maioria deles trabalha lá. Agora, deixei de fazer programa porque estou grávida de um mês. O pai do meu filho disse que não é dele, mas é, sim, eu tenho certeza. Os clientes me tratavam bem. Tratavam bem porque conheciam a gente. Conheciam até o meu irmão. Sou usuária de drogas. Uso maconha, farinha (cocaína) e lança-perfume. Com a Copa do Mundo, acho que mais gente vai vir fazer programa aqui e mais meninas vão querer trabalhar por aqui, na

CD144292764773

região do Itaquerão. Algumas são daqui, outras vêm de fora. Eu estudei até a sétima série e depois parei . Vou voltar a estudar no ano que vem novamente. As meninas chegam aqui lá pelas oito horas da noite. Sou mais velha que as outras meninas que fazem programa aqui no Itaquerão."

Há grandes indícios de que há agenciadores, que criam uma relação de dependência com estas menores, custeando suas despesas pessoais, em troca de pagamento de aluguéis em troca de entorpecentes. Há grandes indícios de que há o envolvimento do crime organizado e do tráfico de drogas na questão da exploração sexuais de crianças e adolescentes.

O caso presente no entorno do estádio do Itaquerão é semelhante ao cenário de grandes obras, onde há grande concentração de trabalhadores do sexo masculino. Há relatos de exploração sexual no entorno das obras em outros estádios como em Goiás, Minas Gerais, em obras como a construção da Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia.

TERMINAL DE CARGAS FERNÃO DIAS – Local localizado na rua Chimarrita, 89, no bairro do bairro do Jaçanã, fica as margens da rodovia Fernão Dias e é considerado o maior terminal de cargas da América latina.

Ladeada de comunidades carentes, fica na divisa dos municípios de São Paulo e Guarulhos, atende a duas das principais rodovias do país: a Rodovia Dutra e Fernão Dias.

O terminal de cargas Fernão Dias é uma área municipal, pertence uma parte à SPURBANISMO e o restante à subprefeitura.

CD144292764773

Diariamente cerca de quatro mil caminhões circulam pelo terminal de cargas. A intensa atividade de caminhões e motoristas faz com que o terminal camufle inúmeros indícios de crimes, como o tráfico de drogas, receptação de mercadorias roubadas e o contrabando, além da questão da exploração sexuais de crianças e adolescentes.

A intensa movimentação de caminhoneiros vira atrativo ao mercado do sexo e em consequência as explorações sexuais de crianças e adolescentes.

Apontado pela CPI como um local bastante crítico, foi ela que deu origem pela criação da mesma.

Existe trabalho do poder público neste local desde 2011, trabalho este realizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento social – SMADS, de forma direta ou através de convênios. O trabalho é realizado por técnicos, juntamente com o conselho tutelar, havendo ações eventuais com a Secretaria de Saúde do Município, a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar, além de algumas organizações sociais.

Durante estes trabalhos não foi constatada nenhum caso de exploração sexual de crianças e adolescentes no local durante a abordagem pelo poder público ou pelos técnicos das entidades conveniadas, porém frequentes são as denúncias de que elas existam.

No terminal de cargas, além da exploração sexuais de crianças e adolescentes existem também grandes números de usuários de drogas, prostituição de mulheres e crimes como roubos e receptação dos próprios caminhões que ficam no local.

CD144292764773

O local segundo a CPI apresenta aparência de abandono, de descuido, é mau iluminado, possui contêineres abandonados, comércio ilegal e o local carecem de melhorias como corte da vegetação local e melhorias na sinalização e limpeza.

Muitos motoristas fazem o pernoite no local e esperam a carga e descarga, ficando certo tempo ocioso. Os programas são realizados muitas vezes dentro dos caminhões e em motéis da região.

O local carece de fiscalização pelo poder público para combater a prática de delitos, sendo que há indícios da presença do crime organizado. Ressaltando também que no entorno do terminal encontra-se também abandonado, degradado e que precisa urgentemente da atuação do poder público.

Há relatos de problemas também no entorno do terminal de cargas. Não foi confirmada pela CPI a existência de exploração sexual, mas é flagrante a fragilidade da presença do poder público no local. A comunidade local diz que existe exploração sexual no local, mas que é uma atividade é velada, não exposta.

CEAGESP – Localizado as margens de uma das principais entrada da cidade de São Paulo, a Marginal Pinheiros, é um dos maiores centros de entreposto de perecíveis do mundo.

Segundo a CPI este local possui problemática parecida com o do Terminal Fernão Dias. Foram feitos estudos pelo poder público entre os anos de 2007 e 2009 para entender a questão da prostituição, sendo o trabalho entregue ao ministério Público. No local foi implantado um centro de crianças

CD144292764773

e adolescentes, local para acolher crianças entre 07 e 14 anos e 11 meses para atividades no entre turno escolar. Todo o perímetro do CEASA é coberto por orientadores sócio educativos e há ainda dois serviços de acompanhamento das crianças e famílias que passam por situação de violação de direitos, como exploração sexual e violência doméstica.

Segundo a psicóloga da Secretaria de Assistência Social do Município, Fabiana Gouveia Pereira a exploração sexual é muito difícil de identificar porque quando identificada, a adolescente não se vê como vítima de exploração, e desta forma não quer ser atendida pela rede de proteção.

No local existem muitas famílias e crianças em busca de alimentos, principalmente aqueles que sobram após os trabalhos no CEAGESP, crianças estas vítimas fáceis para a exploração sexual.

Há informações que dentro do CEAGESP o problema relacionado à exploração sexual não existe mais, porém o problema se transferiu para os arredores deste local.

ALÉM DESSES LOCAIS, A CPI DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PASSOU POR MAIS OUTROS PONTOS:

AUTORAMA IBIRAPUERA – Localizado na zona sul da capital paulista, em local nobre, trata-se de um parque onde existe uma pista de corrida para carrinhos de brinquedos. Se teve notícias de que este local era utilizado para fins de prostituição masculina e homossexual. Hoje é um local que não foi constatado este problema, pois é um local coberto pelo poder público.

CD144292764773

PARQUE SÃO MATEUS E PARQUE DO CARMO - Localizado na zona leste, é um local onde existe muita prostituição e algumas casas utilizados para este fim, como hotéis e motéis. O entorno destes locais é de grande vulnerabilidade social, onde a incidência de outros crimes é elevado. No local a iluminação é muito deficiente, dificultando a identificação de exploração sexual. Há relatos de que a exploração ocorre a qualquer hora do dia e da noite. Segundo a Secretaria de Municipal de Assistência e Defesa social estes adolescentes não querem ser assistidos, uma vez que não se sentem vítimas.

PROBLEMÁTICA

Constatamos que ao menos em São Paulo o problema da prostituição infantil é muito difícil de ser identificada, pois os menores não se reconhecem como vítima de exploração sexual. Ela tem todo um sofrimento, seja por conta do abuso dentro de casa, por conta de violência doméstica. Não necessariamente ela sofreu abuso sexual para entrar na prostituição.

Segundo relato por uma técnica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, há um número muito grande de adolescentes homossexuais envolvidos por conta das drogas, por conta da rejeição nos seus lares por conta da opção sexual, e meninas que não sofreram abuso sexual em casa, mas que foram vitimas de violência doméstica, acabaram nas ruas e por conta das drogas a leva para a prostituição infantil e possivelmente exploradas sexualmente.

A criança e o adolescente que sofrem conflitos em família, que são vítimas de violência domésticas muitas vezes por opção e necessidade

CD144292764773

acabam vivendo nas ruas, entram no mundo das drogas, como usuárias e buscam “dinheiro fácil” na prostituição e com o tráfico de entorpecentes.

Muitas dessas crianças entram na prostituição porque a mãe já é profissional do sexo, virando-se assim um problema que se estende de geração a geração.

A cidade possui centenas de pontos de prostituição, que envolvem regiões de classes A a E. Ficam muitas vezes concentradas próximas a locais de grande aglomeração de pessoas, próximas a locais de destaques, como o Autódromo de Interlagos, Jóquei Clube, Aeroporto de Congonhas, estádios de futebol e na região central.

Acreditamos que o problema de prostituição infantil decorre de problemas financeiros, conflitos familiares e a questão do alcoolismo e das drogas.

Por fim, temos que investir de forma maciça não só em redes de proteção a estas crianças, mas também em melhorar os locais de grande vulnerabilidade através de serviços públicos eficientes, e principalmente trabalhar na prevenção com o devido acolhimento antes da criança entrar na prostituição, com educação de qualidade, com auxílio psicológico quando necessário e no combate ao tráfico de drogas.

A CPI colheu vários depoimentos que passamos a transcrever:

DEPOIMENTO DO SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Titular da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

CD144292764773

Disse que já estão sendo implantados postos de oitiva especial de crianças em São Paulo: em Campinas, São Caetano do Sul e Atibaia.

Assim descreveu essa modalidade de oitiva: “É uma audiência demorada — mas não há alternativa —, na qual a criança vai ganhando liberdade, vai ficando livre, leve, solta e começa a responder as perguntas que são feitas da sala tradicional para a sala lúdica. A profissional, a técnica tem um ponto de som no ouvido, e as perguntas são feitas sem maior preocupação, porque há perguntas que dizem respeito, por exemplo, a penetrações praticadas por pais, por tios, por avós. Há coisas difíceis de dizer diretamente para a criança. Então isto vai para o ouvido do técnico, que passa a pergunta com uma linguagem especial para a criança, para minimizar o máximo possível o dano.”

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Presidente da Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas do Tribunal de Justiça de São Paulo

Disse que a Comissão é composta por Deputados, por representantes da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar, e por representantes também do Ministério Público e também da magistratura.

Explicou que a finalidade dessa Comissão é estudar o assunto, para ter conhecimento do que ocorre com relação ao tráfico de pessoas, que começa ou pode ter uma relação muito estreita com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mencionou que o primeiro passo, além de criar essa comissão, foi determinar que todas as Varas da Infância e Juventude e Varas Criminais do

CD144292764773

Estado comunicassem se há casos de tráfico de pessoas, tráfico para fins sexuais, crimes relacionados com a remoção de órgãos e trabalho escravo.

DEPOIMENTO DA SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI – Coordenadora-Geral e da Área de Parcerias do Centro de Referência às Vítimas de Violência — CNRVV do Instituto Sedes Sapientiae, do Estado de São Paulo, e representante da Childhood Brasil — Pela Proteção da Infância.

Fez os seguintes esclarecimentos: "A gente tem a informação dos números pelo Disque 100. Vou atualizar aqui os números. O último levantamento foi feito junto com a Childhood num seminário em que estamos trabalhando em parceria, para fazer o fortalecimento de jovens como multiplicadores, para o enfrentamento dessa questão da violência na Copa do Mundo, na próxima Copa.

Então, no Disque 100 do ano passado, em 2012, 130.029 denúncias registradas têm a ver com o Módulo Criança e Adolescente; 37.727 dessas 130.029 denúncias, 29%, referem-se a violência sexual. São dados da Secretaria de Direitos Humanos.

O mercado de sexo é uma das atividades ilícitas mais rentáveis do mundo. Temos informação, por várias pesquisas inglesas, alemãs e europeias, de modo geral, de que o Brasil, segundo a escritora Christiane Sanderson, é o país que tem o maior índice de exploração sexual — isso já está nos livros na Europa —, com 600 mil casos, competindo com outros países no mercado internacional de sexo: Tailândia, Filipinas, República Dominicana.(...)

Atualmente, fazendo parte dessa rede ligada ao PAIR e também ao preparo sobre esse projeto com a Copa, temos visitado redes de

CD144292764773

enfrentamento nas regiões da periferia, e a queixa maior que aparece em todas essas redes, Zona Sul, Zona Leste, Zona Norte, Zona Oeste da cidade, tem a ver com bailes denominados por aqui de pancadões, onde a exploração sexual acontece livre e solta. Não há nenhuma fiscalização. As famílias ficam totalmente invadidas, porque seus filhos, suas filhas querem participar disso, e não conseguem então cercear, porque há certa recompensa financeira. E por aí começa a exploração sexual."

DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN – Inspetor da Polícia Rodoviária Federal e Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo.

Prestou os seguintes esclarecimentos sobre o Projeto Mapear: "Primeiramente, surgiu a necessidade de sensibilizar o policial rodoviário federal para este Projeto. Não adianta a gente levar uma mercadoria, um produto para o policial, e não levar para ele a metodologia e a sensibilização para que ele possa ter um olhar clínico nas ocorrências. Por quê? O que acontece? Antigamente o policial se preocupava em fiscalizar o veículo, a documentação do veículo e, muitas vezes, deixava passar aquela criança que poderia estar sendo traficada, para fins de exploração sexual, ou tráfico de órgãos, ou trabalho escravo infantil. Então, com esse novo olhar, com essa sensibilização, hoje o policial rodoviário federal, no seu dia a dia, no seu trabalho, procura, então, ter um olhar mais clínico e observar se, naquele carro, há uma vítima sendo traficada, através de uma abordagem, de uma entrevista.

Então houve vários seminários com essa temática, com essa questão de sensibilização dos policiais. Recentemente, tivemos dois seminários regionais no Nordeste, com o nosso efetivo, aonde ali houve uma grande produtividade.

CD144292764773

E os nossos companheiros, então sensibilizados, estão engajados no seu dia a dia na sua ocorrência policial, nas suas rondas ostensivas, e estão com esse olhar focando a questão do tráfico de pessoas.

Bem, nós temos uma pequena dificuldade que nos traz o Estatuto da Criança e do Adolescente, na questão que a criança para poder viajar em todo o território nacional tem que estar com os seus responsáveis. Mas nós sabemos que o adolescente pode livremente circular em todo o território nacional sozinho. Ao completar 12 anos, ele pode embarcar num ônibus de linha interestadual, sair daqui de São Paulo e chegar até o Maranhão sozinho. Já tivemos ocorrências em que o pai descobre que seu filho adolescente foi aliciado na Internet por um pedófilo e houve tempo da Polícia Rodoviária Federal resgatar esse adolescente que estava em trânsito na rodovia, e ali ele foi resgatado e salvo, porque houve a denúncia do pai que descobriu a tempo. Mas muitas das vezes o policial rodoviário federal, na sua fiscalização, depara-se... Ele vai abordar um veículo, um ônibus, e vê ali um adolescente, que está com a sua carteira de identidade, ele pode trafegar livremente. E, muitas vezes, este adolescente pode ter sido aliciado por um pedófilo e estar a caminho dessa armadilha para ser, vamos dizer assim, abocanhado pelo seu caçador. Então esta é uma grande dificuldade que nós temos na questão de fiscalização, porque o Estatuto não trata ainda desse olhar do adolescente, dessa blindagem, para que nós possamos ter uma ferramenta que possa nos auxiliar nesse combate.

Este Projeto Mapear foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e também com a Organização Internacional do Trabalho — OIT e a Childhood Brasil com o Programa Na Mão

CD144292764773

Certa. Este Projeto que tem sido desenvolvido tem sensibilizado principalmente o público caminhoneiro nas rodovias, para que eles sejam os nossos agentes multiplicadores em defesa da criança e do adolescente neste combate à exploração sexual nas rodovias federais. Já tivemos casos de caminhoneiro que denunciou, viu, observou — passando, às vezes almoçando, ou parando no posto de serviço — ali adolescentes em estado vulnerável. E ele, então, acaba denunciando através do Disque 100 ou do Disque 191, da Polícia Rodoviária Federal, e a viatura mais próxima do trecho vai até aquele local e resgata aquela criança, ou adolescente, e encaminha para o Conselho Tutelar, que tem sido um grande parceiro da Polícia Rodoviária Federal nesse trabalho de enfrentamento. Sem o Conselheiro, nós não conseguiríamos agir. Um Conselheiro, diuturnamente, tem nos apoiado nessa demanda nas rodovias federais, para que nós possamos ali fazer esse trabalho de repressão junto a esses aliciadores.

Este painel, então, mostra uma ascensão desse mapeamento, que começou em 2003, com 844 pontos, e nós estamos hoje, com o último mapeamento, com 1.776 pontos vulneráveis. Nos últimos 8 anos, a Polícia Rodoviária Federal resgatou e encaminhou mais de 3 mil crianças e adolescentes identificados em situação de risco.

Então, vejam as senhoras e os senhores que, em 8 anos, conseguimos resgatar mais de 3 mil crianças nas rodovias federais em estado de vulnerabilidade, de possível exploração sexual infantil.(...)

Entre 2003 e 2004 não havia banco de dados. Por isso não está inserido neste gráfico. Mas no último, de 2012, foram 120 crianças. Como eu falei,

CD144292764773

esses 8 anos, foram 3.251 crianças e adolescentes resgatados, encaminhados ao Conselho Tutelar.

No biênio 2009/2010 foram identificados 1.820 pontos vulneráveis. Em 2011, constatou-se que 73 desses tornaram-se pontos de efetiva ocorrência. Então, de 2010, 73 pontos; nas ações de repressão da Polícia Rodoviária Federal foram constatadas, nesses 73 pontos, ocorrências que foram encaminhadas para a Polícia Judiciária.(...)

Bem, sobre a questão das regionais, nós vemos que em 2012, na questão do ponto crítico, a Região Centro-Oeste teve o maior número de ponto crítico; mas, o de alto risco, ele teve um número menor, de 132 pontos. No Nordeste, 195 pontos críticos; alto risco, 88. E assim por diante, na forma decrescente até o menor, que foi levantado na Região Sul, 109 pontos de riscos possíveis de exploração sexual de crianças e adolescentes.(...)

Em seguida, há um gráfico também que trata do maior número de pontos mapeados nas rodovias federais. Nós vemos na primeira linha a BR-230. Foram levantados na Região Nordeste 37 pontos, na Região Norte, 130. No total, 167 pontos. Ou seja, as seis principais redes rodoviárias do País apresentam quase a metade dos pontos identificados na Região Norte.

A única Rodovia Federal que apresentou diferença em relação ao mapeamento anterior foi a BR-230, que corta o Brasil transversalmente nas Regiões Nordeste e Norte. As Rodovias BR-116 e 101 fazem ligação entre as Regiões Nordeste e Sudeste. E, Sul... As BRs-153 e 163 encontram-se no interior do País.

A primeira percorre as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul; a segunda, ainda inacabada, interliga apenas os Estados do Mato Grosso e Pará. E a

CD144292764773

Rodovia 364 atravessa diagonalmente o País, iniciando em São Paulo e cruzando os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Então, esta é a grande vantagem que nós temos, a de poder atuar em todo o território nacional.

Há mais pontos nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, como podemos ver neste gráfico: na Região Centro-Oeste, o menor número é de 123 na área rural, e o maior, na área urbana, no 275.(...)

Só para encerrar, nós temos hoje uma ferramenta também muito importante que é o *scanner*, que tira Raios X do veículo. Como nós podemos ver nessa foto ali, era um caminhão que transportava animais equinos, e tinha lá uma pessoa escondida dentro daquele caminhão. Então, nesse raio-X se constata uma possível pessoa sendo traficada escondida no interior de um baú, de um contêiner, e assim por diante.

Aí nós temos a foto de um ônibus e, também, o raio X de um veículo. Esse equipamento tem sido utilizado para o combate ao tráfico de drogas e também para o tráfico de pessoas. Então, é uma ferramenta que tem sido utilizada pela Polícia Rodoviária Federal."

DEPOIMENTO DO SR. ALDO YASSUKI IVATA - **Chefe da Delegacia de Defesa Institucional — DELINST da Superintendência Regional de São Paulo do Departamento de Polícia Federal.**

Fez os seguintes esclarecimentos: "Cabe a essa Delegacia em sede estadual replicar todas as atividades da divisão de direitos humanos do Departamento de Polícia Federal em nível nacional.

Com relação à matéria abordada por essa CPI, duas vertentes da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal recaem sobre essa Delegacia:

CD144292764773

uma delas é o trabalho denominado Grupo Especial de Combate aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet; e a segunda atividade é a Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas.(...)

Notadamente a pornografia infantil, a atribuição da Polícia Federal para apurar esses tipos de situações passa a ocorrer quando existe o uso da Internet, ou seja, o uso da rede mundial de computadores. É com essa especificidade que a Polícia Federal passa a atuar nos casos de pedofilia.

Com relação à eventual exploração sexual de menores, crianças e adolescentes, enseja a outra unidade, a Unidade de Repressão ao Tráfico de Seres Humanos, sob o aspecto tanto para fins de exploração sexual, tráfico de órgãos e eventual situação de adoção internacional, para fins de adoção internacional de menores."

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ – Assessora de Relações Institucionais da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Estado de São Paulo.

Prestou os seguintes esclarecimentos: "Eu gostaria, em primeiro lugar, de falar que a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município tem um trabalho já bastante antigo em relação ao enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente. Ela coordena uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual, que se chama CMESCA, composta por diversos atores governamentais e sociedade civil, que trabalham conjuntamente a questão do enfrentamento à violência. Além disso, como a senhora mesma disse, a gente tem uma rede de serviços, tem uma rede especial de proteção, que é de média e alta complexidade, que referencia os seus serviços nos CREAS, e a gente tem também uma rede de baixa

CD144292764773

complexidade, que a gente costuma dizer que é mais preventiva, que atua mais na área da prevenção, que trabalha com os CRAS na coordenação básica.

O fato é que o trabalho com crianças e adolescentes que sofrem violência já está num nível de média e alta complexidade, e a gente trabalha também na proteção especial, com algumas ações específicas que são basicamente os serviços de abordagem em várias áreas da cidade de São Paulo, inclusive onde a gente identifica que existem pontos de exploração sexual em específico. Também temos o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, que é o SPVV. Nós vamos aumentar esse serviço. Hoje em dia, nós temos oito. E a gente pretende, até 2016, implementar mais cinco, sendo que esses serviços são conveniados com a rede de assistência e desenvolvimento social.

A gente também tem os espaços de convivência, que são os ECAs, que a gente também pretende aumentar. Hoje em dia a gente tem dois. A ideia é que a gente possa implementar mais três serviços: em Itaquera, em razão da obra e também de ser um ponto que a gente identificou como de exploração sexual, Vila Maria e CEAGESP, que, de fato, são pontos que a gente identifica como vulneráveis. De todo modo, além desses serviços, existem os CREAS, que funcionam como uma rede especial de proteção, articulando os demais atores que trabalham com crianças e adolescentes."

DEPOIMENTO DO SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA – Delegado Divisionário de Polícia da Divisão de Proteção à Pessoa do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa — DHPP da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

CD144292764773

Prestou as seguintes informações: “O Governo do Estado expediu, em 23 de novembro de 2011, o Decreto 57.537. Ele criou, reestruturou o DHPP, que é o departamento que represento no momento, e criou a Delegacia de Pedofilia, dotando de todos os recursos necessários. Temos feito atuações na área investigativa, com resultados relevantes, significativos, que repercutem no mundo jurídico, transformando os inquéritos em processos. (...)

Nós precisamos de serviço social em todos os níveis: nível municipal, estadual, federal. Nós precisamos de ações repressivas efetivas, desde a Guarda Municipal, Polícia Civil Estadual, Polícia Militar, na área preventiva, Rodoviária, Federal, enfim, do Judiciário, dos Conselhos Tutelares. (...)

Infelizmente, na questão do tráfico de pessoas, a vertente mais importante aí é a pobreza. Se não tivermos fortes investimentos nessa área, realmente sobrecarrega o aparato e as forças de segurança, porque, na verdade, nós recebemos o produto final que a sociedade construiu, infelizmente. (...)

A questão da pedofilia, nós estamos atentos também à rede da Internet. A Internet funciona mais ou menos assim, como um veículo. O veículo foi um produto inventado pelo homem. Ótimo! Ele trouxe inúmeros benefícios ao ser humano, mas ele pode ser usado também como uma arma para o mal: um motorista embriagado, uma quadrilha que usa o carro para assaltar, para cometer crimes. (...)

Nós podemos dizer o mesmo da Internet. A Internet foi um avanço, não tem volta, realmente foi significativo na área de comunicação, mas é um meio também muito perigoso e que não pode passar ao largo da polícia, das forças

CD144292764773

de segurança, porque ele é usado para o mal também, que é o caso de pedofilia.(...)

Nós temos equipe especializada, justamente que acompanha na Internet atitudes de pedófilos, para que a gente possa fazer essa repressão e promover a responsabilização criminal desses indivíduos."

DEPOIMENTO DA SRA. ANCILLA DEI VEGA BAPTISTA GIACONI - Delegada da 4ª Delegacia de Polícia de Repressão à Pedofilia, da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Disse que, com a reestruturação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, foi criada a 4ª Delegacia e o intuito é combater o crime e fazer um apanhado geral do que se passa, ou seja, montar banco de dados, montar um banco de DNA, fazer a monitoração desses autores, desses crimes, desses estupradores ou pedófilos, e o movimento deles entrando e saindo do sistema prisional.

Ressaltou que São Paulo é a primeira cidade a montar esse tipo de coleta. Explicou que todas as ocorrências, todos os boletins de ocorrência de estupro de vulnerável registrados no Estado de São Paulo são enviados para a essa delegacia e são verificados.

Mencionou também que os crimes praticados pela Internet, pelo Facebook, aumentaram muito. Disse que houve casos agora recentes em que meninas de 11 e 12 anos tiram fotografias delas nuas, em poses eróticas, e mandam essas fotografias para colegas de classe.

Fez ainda o seguinte relato: "Tivemos também, essa semana que passou, o caso de um menino de 14 anos. O pai nos procurou, estava extremamente preocupado, por conta da alienação do menino em relação à

CD144292764773

família, em relação a tudo, mudou completamente o comportamento. Esse rapaz alegou para o pai que ele estava se envolvendo, através da rede social, com uma modelo brasileira, que estaria morando em Londres, uma menina de 17 anos. Aí nós começamos a investigar. O menino foi convidado, o adolescente conversou com a gente. E foi verificado que essa menina não mora em Londres; mora no Estado do Rio de Janeiro. Estamos agora investigando se ela é menor ou é maior, ainda não conseguimos detectar isso daí.

Essa menina postou foto dela nua e pediu que ele também postasse foto dele nu e ele assim o fez. Então, nós estamos investigando isso daí. Vai ter algum desdobramento, mas já foi verificado totalmente que não é nada na Inglaterra, é aqui dentro do Brasil mesmo. E foi o que nós passamos para o rapaz, que ele poderia inclusive, a partir do momento em que ele colocasse fotos dele, da genitália dele nisso daí, na rede social, poderia até alimentar um *site* pornográfico. Ele achava que ele estava mostrando para a menina, que seria um relacionamento, através da Internet."

Disse que o banco de dados foi alimentado no ano de 2012 com 1.250 ocorrências e que no ano de 2013, até a data do depoimento, foram instaurados 77 inquéritos policiais, foram esclarecidos 45 e há 32 ainda em andamento.

DEPOIMENTO DO SR. CESAR CAMARGO - Delegado Titular da 1ª Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Contra a Liberdade Pessoal da Polícia Civil do Estado de São Paulo

Fez os seguintes esclarecimentos: "A minha delegacia trabalha especificamente com tráfico de humanos, trabalho escravo e ocorrências de

CD144292764773

ameaças via Internet de autoria desconhecida. Nós temos realizado algumas ocorrências, alguns flagrantes, aqui na cidade de São Paulo, claro que em casas de prostituição agora, e também em casas-abrigo de travestis.

O que nós detectamos aqui, em São Paulo, o que mais ocorre na área de tráfico de humanos é de travesti. Nós não temos, é raríssimo, o tráfico de mulheres, principalmente menores, aqui, em São Paulo. Agora, de travestis, sim, nós temos bastantes casos. No momento, agora, a bola da vez é o Pará. Ele varia muito de época. Agora é Amazonas, vêm de Manaus. No momento está sendo o Pará.(...)

Não vai pegar um menino muito feio lá que também não vai render para a agenciadora aqui em São Paulo. Aí eles usam silicone industrial, hormônio. Cobra-se a passagem de avião, assim... Então, essa dívida chega a mais ou menos 15 mil reais. E as diárias, que são de 40 a 50 reais por dia, para que possam viver nessas casas, nesses apartamentos, nos muquifos em que eles moram aqui, em São Paulo. E o que ocorre? Elas não conseguem pagar essas dívidas. Não conseguem pagar. Então, eles se tornam escravos também da prostituição. E muitos são menores de idade, nessa idade de 16, 17 anos."

DEPOIMENTO DA SRA. CARLA ANGELINI - Mãe de criança vítima de abuso sexual.

Fez o seguinte relato: "Na verdade, eu sou mãe de uma criança que sofreu abuso sexual. Ela não está comigo agora, porque eu perdi a guarda. Mas houve tudo isso que todo mundo falou aqui: tem laudos periciais de psicólogo, do juiz da primeira instância e do IMESC, também pedindo para que a visita do pai fosse assistida. Mesmo assim, o juiz passou por cima de todos

CD144292764773

os laudos e passou a guarda para o pai. Ele não mora aqui em São Paulo, ele mora em Cuiabá, no Mato Grosso.

O processo criminal daqui foi remetido para lá, porque era da Comarca de Cuiabá. Chegando lá, a juíza acompanhou a denúncia do Ministério Público de São Paulo e de Cuiabá, continuou o andamento do processo em abuso sexual e pediu mandado de busca e apreensão. Eu estive lá, e a gente foi fazer a busca. Ele, em 1 semana, desapareceu com a minha filha e, no prazo recorde de 3 dias, o Tribunal de Justiça revogou a decisão por completo da juíza de primeira instância de Cuiabá.

Não bastante, ele ainda retirou as minhas visitas. Estou desde janeiro sem ver a minha filha. Consigo falar com ela por telefone, quando ele resolve atender, e quando eu consigo falar com ela por telefone, ela chora pedindo para voltar. Eu estou aqui para falar, porque, como a delegada falou, todo tipo de procedimento da 7ª Delegacia da Mulher de Itaquera foi feito."

DEPOIMENTO DA SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Assistente Técnica da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo.

Prestou os seguintes esclarecimentos: "Então, hoje, no Estado de São Paulo, a gente tem 257 equipamentos de CREAS, que seriam os Centros de Referência Especializados da Assistência Sociais, que são equipamentos públicos estatais.

Nós temos hoje 974 equipamentos do CRAS, Centro de Referência da Assistência Social. Porque hoje, no Estado de São Paulo, a gente tem 26 divisões regionais. Então, a assistência social é descentralizada em 26 divisões regionais, porque ela assessora os Municípios e monitora projetos, serviços

CD144292764773

desses Municípios. Então, o Estado não faz uma execução direta. Quem executa são os Municípios. O que o Estado faz? Ele cofinancia todas essas ações mediante os planos municipais de assistência social deliberados pelos Conselhos Municipais de Assistência.

O que eu posso relatar para vocês é que essa assessoria dada aos Municípios é de um trabalho em rede. Porque a gente não vê o enfrentamento, o abuso e exploração como unicamente da assistência social, porque a assistência realmente não dá conta de tudo isso, porque perpassa por outras políticas públicas.

Então, a gente tem a assistência social se relacionando. Eu tinha até feito uma explanação com um Power Point, mas, devido o andar da hora, não dá para atender. A gente tem a entrada dessas crianças, na verdade, a porta de entrada depende do Município. Eu tenho Município que tem até o Disque do próprio Município para fazer a denúncia. Então, a porta de entrada são várias.(...)

Eu falei para vocês que a gente tem 974 CRAS, 257 CREAS, 640 abrigos, 93 casas-lares, e 26 famílias acolhedoras dentro do Estado de São Paulo. A gente faz um cofinanciamento. Porque, veja bem, o Estado cofinancia esses Municípios, mas são eles que alocam o recurso de acordo com as suas necessidades e prioridades.

Então, o investimento anual do Estado de São Paulo para a alta complexidade, que é o acolhimento institucional, foi de R$36.526.070,34.”

DEPOIMENTO DO SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - **Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo — CMDCA/SP.**

CD144292764773

Fez os seguintes comentários: “Um dos avanços que nós vimos aqui, de que a Gabriela falou, é a investida lá no Autorama, onde tinha um problema de aliciamento de adolescentes, inclusive travestis que vinham do Pará. Foi localizada a aliciadora e o caso foi encaminhado para o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa — DHPP, que lhe deu encaminhamento. A gente não conseguiu ter prisão, mas, inclusive por conta das manifestações LGBT no local, os próprios usuários afastam a participação de crianças, porque isso traz dificuldades para eles. Então, crianças e adolescentes estão afastados dali, para que eles não tenham dificuldades. Mas é uma ação da organização deles lá, não é uma ação do poder público. O poder público tem agido no sentido de fazer o monitoramento com o que ela chamou aqui de educadores, dos que fazem o acompanhamento lá na rua.

A gente também tem o desafio de enfrentar a questão da situação de crianças nas ruas e de crianças nos cortiços. A cidade de São Paulo tem uma peculiaridade, e tem sido muito difícil o trabalho com as crianças nos cortiços. A gente tem como missão fazer esse enfrentamento.

O outro desafio já é mais importante: é o lançamento do São Paulo Carinhosa, que é uma prioridade do Estado de São Paulo, para trabalhar as questões voltadas para a primeira infância. Esse trabalho é hoje coordenado pela própria Ana Estela Haddad, que é a Primeira-Dama.

Por último, há o fortalecimento do Conselho que eu presido hoje, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estou recém-empossado, pois, aqui em São Paulo, como, acho, em todo mundo, alternam-se sociedade civil e Governo. Como estamos no ano do Governo, eu estou assumindo lá.

CD144292764773

Então , acho que esta é a segunda intervenção: a criação da Secretaria de Direitos Humanos e da coordenação com esses desafios. É óbvio que está no nosso radar a questão das creches, do acolhimento institucional, das medidas socioeducativas. Tudo isso está no nosso radar, mas eu estou trazendo aqui as prioridades que constam do plano de metas, que vão ter investimento, vão ter orçamento para o ano que vem, etc.

Outro destaque é que, na cidade de São Paulo, tem três lugares onde esse enfrentamento precisa acontecer, três lugares para os quais precisamos, sim, da união dos esforços. Não é só uma questão de dizer: *"Ah, então, o Governo Municipal, a partir de agora, vai colocar serviços nos pontos estratégicos, para atender aquela comunidade".* Nós estamos falando de uma rede poderosa, com muito dinheiro. Estou falando do Terminal de Cargas de Vila Maria, estou falando do CEAGESP, estou falando do Estádio do Itaquera. Nesses lugares, tem muito dinheiro envolvido e uma organização muito forte, com características diferentes.

Visitei o Terminal de Cargas de Vila Maria e, para mim, está constatado que lá nós precisamos de um serviço de fiscalização, pela quantidade de caminhões que tem nos estacionamentos clandestinos que a gente precisa fiscalizar. Quero aproveitar aqui a Polícia Rodoviária Federal, que precisa ir lá e ver qual é a situação desses caminhões, por que estão nesses estacionamentos irregulares. Precisamos que a Vigilância Sanitária faça uma visita lá. Acho que, para esse tipo de enfrentamento, você precisa fazer uma fratura econômica, e isso eu ainda não tinha visto vontade de fazer. A gente vai apresentar uma proposta para o Prefeito Fernando Haddad nos próximos dias,

CD144292764773

dizendo isto: *“Precisamos fazer uma fratura econômica porque, acho, aí a gente consegue mexer com os outros interesses”. (...)*

O Secretário de Segurança Urbana fez um laudo que ainda é muito restrito, mas é muito importante. A gente conseguiu detectar o aliciador, mas não consegue dar flagrante ou pegar qualquer situação com aquelas meninas, porque elas também estão muito bem orquestradas sobre quem pode se aproximar e quem não pode se aproximar. Tem um negócio poderoso ali, então, talvez o caminho tenha que ser outro. Junto a isso, a gente compete com o tráfico de drogas, pois, também nesse local, foram encontrados pontos de venda de drogas. Medidas foram tomadas, pessoas foram presas, mas isso não interrompe o ciclo.

Já no CEAGESP, por exemplo, você tem uma dificuldade: a equipe da assistência social foi ameaçada de morte e está proibida de adentrar lá. A equipe não vai se arriscar nesse sentido e não vai levar as ações dentro do CEAGESP.

Agora mudou a administração e ela procura fazer conosco, juntamente com a Fundação ABRINQ, um trabalho de mapeamento da situação lá. Então, Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social — SMADS e Fundação ABRINQ, através do Instituto Kairós, estão fazendo o mapeamento da entrada. E nós vamos nos utilizar também da *expertise* de uma organização chamada Acaia**,** que tem entrada lá. No CEAGESP, um dos grandes problemas para nós é a disputa do crime não organizado. Naquela região, o crime não é organizado, então, há uma disputa entre facções e tal, pela venda de entorpecentes ali. Quero dizer que, na

CD144292764773

cidade de São Paulo, o crime é organizado como um todo, mas, naquele local especificamente não é.

No Itaquera, a situação é complexa, e o Conselho Tutelar é muito atuante lá. A gente já pode anunciar uma das ações dessas secretarias que estão atuando conjuntamente, que eu citei aqui e cujos secretários estarão amanhã lá: com os recursos do Governo Federal, com uma planta que ele tem, a gente vai construir, ali em Itaquera, o símbolo modelo do Conselho Tutelar, que terá todos os equipamentos e condições arquitetônicas e físicas adequadas ao atendimento — com a esperança de que a gente consiga ter isso no conjunto da cidade de São Paulo. Eu falo “com a esperança” porque construir na cidade de São Paulo é muito complicado. Só para vocês terem uma ideia, nós temos uma demanda reprimida por construção de creches, mas, simplesmente, não temos terreno para fazer isso. Tem dinheiro do Governo Federal, tem dinheiro do Governo do Estado, tem dinheiro do Município, mas não tem terreno na cidade para se fazer a construção das creches.

Então, construir uma sede do Conselho também deve passar pela mesma complexidade. Além disso, a Vice-Prefeita Nádia Campeão coordena aqui o Comitê da Copa, que a gente chama de SPCOPA, que tem ações voltadas não só para a Copa, mas que possam ser absorvidas pela política pública, tendo em vista que a cidade de São Paulo sempre recebe grandes eventos — e aí posso dizer a Fórmula 1, a Fórmula Indy, as grandes feiras, entre outros.”

AUDIÊNCIA REALIZADA COM O PREFEITO FERNANDO HADDAD

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. FERNANDO HADDAD - Prefeito da Cidade de São Paulo-SP.

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Eu espero que sim. Nós estamos propondo um projeto grande, inclusive eu acho que vocês deveriam levar, se permitirem a contribuição de São Paulo. Eu acho que o FUNCAD deveria se abrir para novas possibilidades, a utilização dos recursos do Fundo. Nós estamos numa negociação com os conselheiros do Fundo para permitir a erradicação do déficit em creche na Cidade de São Paulo.

Sabem todos que existe resistência, algumas resistências, aqui não mais, mas no CONANDA ainda existe alguma resistência de que o dinheiro do FUNCAD não poderia ser usado para investimento. É um erro. Porque nós temos só 26% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas. E a meta do Plano Nacional de Educação é 50%. É até 2020. Está aí 2020. Se nós quisermos cumprir a meta de 50%, é preciso...

Ela foi mantida porque não foi cumprida. Era de 50%. Era uma meta irrealista, porque nós não tínhamos nem universalizado a pré-escola. Hoje nós praticamente universalizamos a pré-escola, estamos com mais de 92% da matrícula já. Falta pouquinho para 2016 universalizar. Mas de 0 a 3, que era 9%, nós chegamos a 26% — o Governo Lula. O Governo Lula, acesso em 2010, foi de 9% para 26%. Foi um senhor avanço. Mas, para 50%, é preciso dobrar a matrícula.

Então, nós temos que usar o FUNCAD, porque o FUNCAD permite que as empresas doem, abatam do seu imposto de renda, e, se utilizarmos esses recursos para investimentos, isso vai favorecer muito as crianças. Porque criança atendida em creche... Já se está protegendo desde o nascimento.

CD144292764773

Aqui nós estamos, este ano, aderindo ao Programa Mais Educação. São Paulo ficou de fora do Mais Educação. Sabe-se que é um programa que vai atingir 45 mil escolas no Brasil, e São Paulo está de fora.

Nós estamos entrando agora com metade das nossas escolas para 2014. E pretendemos ter todas aderentes até 2016. O Mais Educação é aquele... Que é um programa com escola de tempo integral de novo tipo. Na verdade, como ela não tem espaço para os dois turnos, ela usa os equipamentos da cidade para oferecer o segundo turno. Então, pode ser centro desportivo, pode ser até praça pública, mas usa-se a cidade inteira, com a finalidade de manter a criança sob a responsabilidade...(...)

Por isso que eu digo, seria uma grande contribuição do Congresso, porque a Lei do FUNCAD é muito genérica, então, fica muito na mão do CONANDA dizer o que pode e o que não pode. Eu acho que a Lei do FUNCAD deveria dizer “deve” — e não que pode. “Deve” investir em educação infantil. Porque o empresariado quer colaborar, a Prefeitura precisa, as Prefeituras não têm recursos para desapropriar terreno, para construir, mesmo com o apoio do Ministério da Educação. Com os conselheiros está indo muito bem.”

7.9. AUDIÊNCIA REALIZADA NO ESTADO DA BAHIA

Podemos dizer que o Estado da Bahia possui a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente mais articulada, em relação aos grandes eventos, dos 12 Estados onde a CPI realizou diligências, mas ainda existem falhas de comunicação. Sua experiência em grandes eventos como o Carnaval e o São João, que acontece em todos os Municípios, simultaneamente, podem ser aproveitadas em todos os Estados da federação.

CD144292764773

Desde 2012 nos grandes eventos e na Copa das Confederações, montou-se o observatório da infância que é a constituição de espaços onde se agregam creches públicas, escolas públicas e ainda Defensoria, Ministério Público e toda a estrutura do Estado, Conselheiros Tutelares e da criança e do adolescente. Um espaço de acolhimento e de atendimento às vítimas do trabalho infantil e da exploração sexual, como também de conscientizar e de proteger aquelas vítimas da violência, do trabalho infantil, da exploração sexual e da violência sexual como um todo.

Nos chamou a atenção a preocupação, do Governador Jacques Wagner e do Prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto, com a família baiana, que está sendo atacada com musicas, programas e eventos de apologia ao sexo e a sensualidade, intensificados por programas de tv que banalizam a exploração da juventude, na hora que os pais não estão em casa, como os exibidos por algumas emissoras às 17 horas.

A Bahia possui 586 CRAS, distribuídas em todos os Municípios, a adesão ao SUAS é de 100%; 202 CREAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, em 190 Municípios.

Além dos CRAS e dos CREAS, tem implantado o SIPIA, um sistema de informação que busca garantir, o mais rápido possível, acesso às informações e que, a partir delas, se possa construir bancos de dados, obter diagnósticos e aplicar, o mais rapidamente, as políticas mais apropriadas em função das denúncias e dos casos que acontecem.

Apesar do grande esforço dos governos estadual e municipal a Bahia aparece no cenário nacional como um dos Estados que mais tem registro de denúncias. O que não significa necessariamente que seja o campeão no Brasil

CD144292764773

de casos de exploração sexual. Mas, com certeza, tem sido o Estado que mais tem trabalhado a conscientização.

Em 2011, foram registradas 4.381 denúncias; em 2012 esse número subiu um pouco para 4.480 denúncias. Até o primeiro semestre de 2013, já tinham sido registrados 1.715 denúncias, e, segundo representantes do governo, na proporção espera que até diminua, o que pode chegar até o final do ano com o registro de 3.400 denúncias. Portanto, quase mil denúncias a menos que o ano de 2012, o que significa para uma reflexão importante sobre a continuidade da intensificação das campanhas, mas, ao mesmo tempo, a verificação do diagnóstico de que de fato os casos estejam reduzindo e que a conscientização esteja melhorando.

Apesar de programas e do plano de enfrentamento a exploração sexual, não há Conselhos Tutelares em todos os Municípios, o que dificulta muito o recebimento das denúncias.

É preciso que a rede de proteção se comunique melhor, o que já facilitaria a resolução dos problemas encontrados. Existem 442 Conselhos Tutelares, distribuídos nos 417 Municípios, sendo que a maioria está na Capital.

O estado possui 417 municípios, e uma delegacia especializada na criança e ao adolescente. Há de se criar pelo menos umas 12 a 15 delegacias especializadas nas regiões, nas cidades-sedes, nas grandes cidades, em Conquista, em Itapetinga, em Itabuna, Ilhéus, Barreiras, etc. A DECECA só tem dois policiais, o que é insuficiente.

CD144292764773

Em 2012 a DERCA, Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente, a única no Estado da Bahia concluiu 444 inquéritos de violência sexual e 1.158 de outras violações, encaminhados para a justiça.

Muitas autoridades citaram a falta de acolhimento à crianças e adolescentes vitimas da exploração sexual como um problema grave.

PONTOS VULNERÁVEIS

Falta de acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. Muitas famílias desistem da denúncia na delegacia por não terem onde ficar.

A policia investigativa é desestruturada, falta pessoal. O estado possui 417 municípios, e uma delegacia especializada na criança e adolescente.

Os conselhos tutelares, principalmente do interior do Estado, estão sem estrutura.

Exemplo de bom funcionamento:

Observatório da Infância em grandes eventos

Uma estrutura de prevenção, inicialmente, e depois de acolhimento. Atende desde a creche, localizadas nas regiões próximas aos eventos.

No caso da Copa das Confederações, perto da Fonte Nova. No caso do carnaval, perto do centro da cidade, da Barra e do Pelourinho, os três maiores circuitos do carnaval.

O atendimento com as creches serve não apenas para se evitar a exploração sexual, mas também o trabalho infantil.

A creche e escolas públicas municipais estaduais ficam abertas durante o carnaval. Ficaram abertas também durante a Copa das Confederações para acolher essas crianças vítimas de violência e os pais também. Não é só vítima

CD144292764773

de violência, também se trabalha no acolhimento dos filhos daqueles que vão trabalhar nas festas, para evitar o trabalho infantil.

Como por exemplo, tem catador de lata, tem a senhora ou família que vai vender refeição. Muitas vezes, se não for montada essa estrutura você vai ver as crianças dormindo na barraca, andando pra lá e pra cá, ficam vulneráveis a todo tipo de violência.

A Defensoria Pública, MP, Varas da Infância, conselhos tutelares, estão presentes no observatório.

A CPI colheu vários depoimentos que passamos a transcrever.

DEPOIMENTO DO SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Prefeito Municipal de Salvador, Estado da Bahia.

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Eu tenho certeza de que, como resultado desta CPI, nós poderemos ter no Brasil uma legislação mais aperfeiçoada, políticas públicas nas três esferas de Governo, federal, estadual e municipal, mais perfeitas, assim como também uma consciência coletiva da necessidade de reduzir e, se Deus quiser, eliminar esses casos de exploração sexual de crianças, de jovens e adolescentes no País.

É claro que a gente vê com certo pesar o fato de a Bahia ser um dos Estados que ocupa a primeira posição no número de denúncias de exploração sexual e de violência contra as crianças e os adolescentes, mas também, por outro lado, recordo-me bem, apesar de essa não ser uma matéria que estava tão diretamente ligada à cidade de Salvador, porque o dado era mais do Estado da Bahia como um todo, mas há de alguma maneira um ar que alenta no fato de as pessoas estarem sentindo-se estimuladas a denunciar.

CD144292764773

Eu acho que, se, por um lado, é muito ruim ver a quantidade de crianças, de jovens e adolescentes que são abusados, explorados e sofrem violência sexual, por outro, o fato de as pessoas estarem denunciando, estarem tendo coragem de apontar esses casos, também nos deixa confiantes de que isso pode ser revertido com políticas públicas efetivas.

Aqui, no caso da Prefeitura de Salvador, nós, mesmo num ano de muitas restrições orçamentárias e financeiras, um ano em que herdamos um Município com o firme propósito de arrumá-lo, de organizá-lo, de colocar em ordem as finanças, de promover o equilíbrio do ajuste fiscal e mesmo aqui tendo uma estrutura de governo muito limitada — nós temos um número pequeno de Secretarias e de órgãos públicos —, ainda assim, eu procurei garantir que algumas ações pudessem ser realizadas de maneira efetiva e concreta no que se refere à atenção, ao cuidado e ao apoio às crianças, adolescentes e jovens, sobretudo aqueles em condição mais vulnerável de sofrer exploração sexual. Nós temos, dentro da nossa Prefeitura, a Secretaria Municipal de Promoção Social.

Essa Secretaria é a Secretaria que tem a responsabilidade de coordenar as principais ações sociais da Prefeitura. O Secretário, inclusive, é um Deputado Federal colega nosso, o Deputado Maurício Trindade, que era do PR e hoje está no PROS. Então o Maurício Trindade é o Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza. Dentro da Secretaria Municipal de Promoção Social, nós temos algumas ações, e daqui a pouco eu vou elencá-las. Agora há também uma instituição, que é a Fundação Cidade Mãe. A Fundação Cidade Mãe tem a responsabilidade fundamental de cuidar das políticas municipais para as crianças e adolescentes, sobretudo aqueles que

CD144292764773

têm uma condição familiar desestruturada e aqueles que têm, ou já tiveram, passagem ou têm passagem como moradores de rua ou por instituições de reparação psicossocial, enfim.

A gente entende aqui que, no caso da própria exploração sexual das crianças, existem aí duas coisas que acabam tendo um peso importante. Uma é a condição da família, quando a família tem uma condição de pouca estrutura, de pouca solidez, de pouca possibilidade de dar amparo a essas crianças, a esses jovens e adolescentes. E a outra são aquelas crianças — e uma está ligada à outra de alguma maneira — que estão na rua, que ficam mais vulneráveis a uma presença na rua e, sobretudo, que se tornam até presas, mesmo, fáceis do crime organizado e dessas organizações criminosas, algumas das quais, eu não tenho dúvida, também com associação com o tráfico de drogas. E, por isso, uma coisa acaba alimentando a outra, a exploração sexual e também o tráfico de drogas, como uma coisa que está muito próxima, que acaba passando muito perto dessas crianças, desses jovens e de muitos desses adolescentes.

Quanto à Secretaria de Promoção Social, para V.Exas. terem ideia do tamanho do problema que nós herdamos aqui, quando eu cheguei, há 3 anos praticamente, a Secretaria não tinha capacidade de aproveitar os recursos federais disponíveis para toda a rede de assistência social. Então, os nossos CRAS, os nossos CREAS, estavam completamente desestruturados. Nós tínhamos cerca de 25 milhões de reais em caixa que não podiam ser utilizados exatamente por conta dessa falta de organização da Prefeitura. O que é que eu fiz? Nós procuramos apresentar ao Governo Federal uma proposta de reprogramação desses recursos, e agora, depois de 10 meses, a gente, tendo

CD144292764773

feito todos os processos licitatórios, tendo feito todas as modalidades públicas de contratação, está agora começando a promover a reforma das nossas unidades de CRAS e de CREAS na cidade, das que existem...

Então, o seguinte: então nós estamos começando a reestruturar a rede que existe hoje, estamos abrindo agora quatro novos CRAS ainda neste final de ano. Um dos nossos desafios é a identificação de espaços na cidade para implantação dessas unidades. E, no nosso planejamento estratégico, da Prefeitura, existe uma meta de um aumento significativo que também ele pode passar para vocês da quantidade de pessoas que vão ser assistidas e amparadas pela rede de CRAS e de CREAS na cidade. Mas essa era uma prioridade. Ou seja, garantir a reprogramação desses 25 milhões, procurar o aproveitamento desse recurso na estruturação da nossa rede de assistência social, que estava completamente desestruturada.

Eu promovi aqui na Prefeitura conversas com o Ministério Público, e nós temos parceria com o Ministério Público em alguns projetos e tem um projeto para o qual eu gosto sempre de chamar atenção, que é o Projeto Sinaleira, que eram crianças e jovens que ficavam na rua, muitos deles em sinaleiras, outros em pontos de grande fluxo de pessoas. E com um histórico de muitas dessas crianças e jovens de terem sofrido abuso sexual, aí a gente fez essa parceria com o Ministério Público, também envolvido nessa parceria o Sistema S.(...)

Agora, por exemplo, a gente aumentou. Serão, acho, que quase 150 crianças atendidas este ano. Essas crianças são crianças em altíssima condição de vulnerabilidade... Aqui a gente chama de Programa Sinaleira, que é Ministério Público, Prefeitura, o Sistema S eu sei que está envolvido. E aí a gente dá a qualificação, enfim, iniciação na qualificação profissional às

CD144292764773

crianças, acompanhamento psicossocial. Ao fim de cada ano elas são formadas, recebem um diploma, muitos depois têm condições de empregabilidade. E aí o que foi que eu fiz, já quando eu assumi a Prefeitura? Eu me comprometi que os estágios do Município, que as vagas de estágio seriam dirigidas prioritariamente para essas crianças do Projeto Sinaleira. Então, elas passam pela qualificação profissional, passam pelo aprendizado e, depois, existe um direcionamento prioritário na ocupação da vaga de estágio na Prefeitura por essas crianças.

Também temos conversado muito com o Juizado da Infância. Aqui existem algumas referências boas, inclusive em Feira de Santana, de um juiz que teve uma experiência muito bem-sucedida lá, e que a gente trouxe aqui para Salvador, e a gente está discutindo essa parceira, por quê? Porque o grande desafio não é tirar a criança da rua, não é identificar onde é que a criança está, enfim, posicionada na rua ou pode ser vítima de um ato violento. O maior desafio nosso aqui é o depois, é garantir que a criança, sempre que possível, possa voltar ao convívio da família, de maneira assistida, está certo, e aí a gente tem toda uma rede que está sendo montada pra fazer o acompanhamento e a assistência ao retorno da criança à família, a sua frequência à escola, que é outra coisa importantíssima, a frequência à escola. Depois, o amparo psicossocial, porque aquela criança vai precisar do apoio de psicólogos, do apoio de pessoas que possam fazer esse tipo de acompanhamento.

Quando a criança tem família e a família tem, digamos, um ambiente minimamente razoável de acolhimento e conforto, a gente sente que o resultado ele é muito mais rápido e a possibilidade de reinserção é muito maior.

CD144292764773

O desafio tornase ainda maior quando a criança não tem família ou quando então a sua família já está completamente desestruturada.

E aí é onde entra a Fundação Cidade Mãe, que é essa fundação da Prefeitura. Nós, hoje, mantemos — e depois os números eu posso também passar pra vocês — algumas casas de acolhimento dessas crianças e de acompanhamento dessas crianças. Quer dizer, as crianças que frequentam ou que moram nas casas da Fundação Cidade Mãe são aquelas crianças que não têm família, que não têm suporte nem condições no seu lar de ter qualquer tipo de referência ou parâmetro.(...)

E aí nós estamos ampliando agora o número de residências e reestruturando as que existem hoje para dar alimento com qualidade, garantir educação, garantir um ambiente saudável para o que se faz dentro dessas casas para as crianças e jovens. A própria Fundação Cidade Mãe já começou a desenvolver parceria com algumas instituições; algumas instituições privadas, outras instituições públicas. Por exemplo, o Banco do Brasil. Nós assinamos recentemente um convênio com o Banco do Brasil. Então, parte dessas crianças elas que, por exemplo, poderiam estar na rua durante o dia, um turno na escola, outro turno poderiam estar na rua, o que a gente fez? (...) Usa-se a estrutura da Associação Atlética Banco do Brasil, e a Fundação Banco do Brasil ajudou também com a compra de computadores e de equipamentos para ocupar a agenda dessas crianças, com atividades esportivas, atividades de lazer, o aprendizado da informática. Enfim, então é outra parceria que nós temos da Fundação Cidade Mãe com o Banco do Brasil.

A Prefeitura, num campo paralelo, que é o campo da educação — eu acho que é importante citar isso —, nós estamos nos organizando, e a partir do

CD144292764773

ano que vem, já está inclusive em fase de licitação, nós vamos implantar em Salvador cinco centros de educação integral. O que é que vão ser esses centros? Vão ser grandes estruturas do Município para os quais vão convergir as crianças e os jovens no contraturno. Então, num turno as crianças vão estar na escola, aprendendo as matérias convencionais, português, matemática, enfim, e no outro turno, em vez de estarem na rua, para serem vítima da violência, presa fácil da violência, elas vão para esse centro de educação integral.

Então, a Prefeitura vai garantir o transporte, vai pegar na escola, levar até o centro de educação integral, depois devolver na escola no fim do dia. Nós vamos dar três refeições: a merenda da manhã, o almoço e a merenda da tarde. No centro de educação integral ela vai ter reforço escolar, aprendizado de uma língua, informática, aprendizado de arte, atividades esportivas, culturais, enfim.(...)

E é outra coisa, como não dá para fazer na cidade toda, qual foi o critério e o corte que nós fizemos!? Os índices de violências com as crianças. Por quê? A gente percebe que a vítima da violência em Salvador ela tem rosto e é facilmente identificada: é o jovem negro que mora na periferia. Principalmente essa é a vítima da violência maior em Salvador. E aí, com isso, a ideia é tirar essa criança da rua.

Porque seja pra violência normal, para se tornar presa de um traficante ou para ser abusado e explorado sexualmente, o caminho é dar suporte, é fazer o poder público chegar junto da vida daquela criança. Se daria também... Um grande programa social que nós estamos agora discutindo o financiamento dele com o Banco Mundial, e em fase inicial de elaboração do protótipo... A

CD144292764773

gente está fazendo o protótipo na cidade de Plástico, que fica no subúrbio. Nós vamos ter aqui um programa que vai alcançar 60 mil famílias mais pobres da cidade. E nesse programa existe uma coisa que tem tudo a ver diretamente com a questão das crianças e dos jovens, que é o seguinte: nós vamos dar uma bolsa para as famílias, e você vai ter vários itens do acompanhamento da família que vai fazer com que ela acumule crédito, ganhe crédito.

A grande maioria já, a grande maioria já. Aliás, é outra coisa inclusive. Quando nós chegamos aqui, havia 40 mil famílias cuja inscrição havia sido feita, mas o processo de digitalização não havia sido realizado. Então, nós já ampliamos aqui em mais de 40 mil o número de famílias inscritas no Programa Bolsa Família, exatamente por esse processo de digitalização, que estava completamente desordenado.

Essas 60 mil famílias que a gente vai intervir na sua condição de vida, na sua casa, com melhorias habitacionais, com toda a infraestrutura, elas vão ter uma bolsa, e essa bolsa, como eu disse, ela vai variar. Então, a partir... A criança frequentando a escola, passando de ano, acumula tantos reais de crédito.(...) Então, você vai conseguir, por exemplo, identificar se aquela família tem uma criança que já foi vítima de um ato de violência sexual, ou de abuso, enfim. E aí você começa a acompanhar aquela família e a dar crédito àquela família a partir da evolução que ela possa oferecer naqueles determinados indicadores. E um desses que a gente pretende colocar é exatamente o cuidado com a criança, o fato de ela não estar vulnerável nem suscetível a abuso e atos de violência.(...)

Nós estamos com quatro centros de educação infantil em processo de obra, nós temos mais 10, cuja autorização está aguardando apenas agora um

CD144292764773

pronunciamento do Ministério da Educação, mas eu estimo que a gente vai ter essa autorização, e nós acabamos de cadastrar, além desses 14, mais 40. Então, o nosso desejo é até 2015, até o fim de 2015, poder implantar pelo menos 55 centros de educação infantil na cidade, sendo que no meu Governo, na minha gestão, eu já inaugurei acho que três ou quatro. Eu posso depois passar o número exato.

Agora, o problema da educação infantil é um problema sério em Salvador. Para nós alcançarmos a meta prevista é preciso que até 2016 a gente crie 25 mil novas vagas de educação infantil na cidade. Aí, sim, eu estou falando das comunitárias. Porque nós conveniamos, nós fizemos um projeto, nós conveniamos as creches de associações comunitárias. O grande problema dessas creches é que normalmente os tribunais de contas exigem que as creches tenham o título de utilidade pública municipal. Só que muitas delas têm uma estrutura bastante modesta. (...)

Normalmente, não há às vezes até o suporte jurídico para o título de utilidade pública municipal. E nós agora começamos um esforço com a Câmara Municipal de Vereadores para quê? Para que seja feito um esforço concentrado na aprovação dos títulos de utilidade pública municipal dessas creches, a fim de ampliar o número de creches conveniadas com o Município.”

7.10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO ACRE

O Acre possui aproximadamente 700 mil habitantes, grande maioria dos 22 Municípios não passam de 30 mil habitantes, à exceção de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, que são Municípios maiores. Registrou em 2012, 1.300 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Não havia um Plano de Enfrentamento, que estava sendo elaborado no fim do ano de 2013.

CD144292764773

Na Vara da Infância, giram em torno de 400 processos. Por semana, recebem de 7 à 8 denúncias, em 2 meses, relatou mais de 70 inquéritos policiais desses casos.

O Estado já foi alvo da Operação Delivery, da Polícia Federal, onde foram denunciadas 22 pessoas. Dessas 22 pessoas, quinze foram condenadas por diversos crimes, como rufianismo, exploração sexual e prática de conjunção carnal com menores em situações de prostituição, entre outros. Existem três réus ainda presos nessa operação, que estão presos preventivamente. Os outros 12 réus aguardam o julgamento em liberdade.

Diferentemente de algumas cidades, no Acre os processos têm corrido com uma certa agilidade. Na Operação Delivery, por exemplo, tinham 22 réus, e em 2 semanas, conseguiu se concluir a fase das audiências.

O Ministério Público tem dado contribuição importante, não somente no combate, como também na informação, na divulgação. Em julho na feira agropecuária foi lançado a campanha *Em casa ou no mundo virtual, a violência é real*.

Desde 2009 existe uma delegacia. O NUCRIA e a DEAM, que é uma delegacia em que as mulheres são vítimas, e também tem das crianças vítimas.

Existem duas varas especializadas na Criança e Adolescente, e a vara criminal que se especializou nessa área e também, de forma preventiva.

O Tribunal de Justiça desenvolve algumas políticas importantes para combater este crime, que adota junto com a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), que é a questão preventiva junto às escolas, para ir formando as

CD144292764773

crianças e os adolescentes e a Justiça Comunitária, que são alguns núcleos junto à comunidade.

Outro caso que nos levou ao Acre foi a denúncia de que partos de meninas de até 11 anos estavam sendo feitos na Maternidade Bárbara Heliodora, que fica em Rio Branco, capital do Estado. Foi encaminhado ao Ministério Público e agora todo parto com meninas menores de 15 anos, considerando o tempo de gestação, são informados ao Ministério Público.

Casos emblemáticos

Wilson Cruz das Neves foi preso em flagrante delito, denunciado pela enteada de ter abusado sexualmente de sua filha de 3 anos. Essa prisão foi convertida em preventiva.

O outro caso foi o da Operação Glamour, também da Polícia Federal, instaurada também na época da Operação Delivery, o acusado, tinha uma agência e uma revista, foi denunciado por ter tido conjunção carnal e outros atos libidinosos com 19 garotas, no Centro Empresarial Rio Branco, com meninas 11, 12, até 17 anos. Teve uma adulta também. O processo estava com vista ao Ministério Público para alegações finais.

Pontos positivos

- O Tribunal de Justiça e o Ministério Público desenvolvem um trabalho importante, com relação a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes, junto às escolas, para ir formando as crianças e os adolescentes e a Justiça Comunitária, que são alguns núcleos junto à comunidade;

- Agilidade nos Processos de violência sexual;

Pontos Vulneráveis:

CD144292764773

- Criar CREAS nos municípios, estruturas físicas e profissionais adequadas;

- Investigar denúncias de exploração sexual nas fronteiras do Acre com Peru e Bolívia.

7.11. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NO ESTADO DO PARÁ

O Pará é o décimo segundo estado visitado em diligência pela CPI.

Realizou audiência pública nos Municípios de Belém e Breves, para apurar denúncias de que meninas de até 12 anos são levadas para dentro de embarcações e abusadas sexualmente e ainda se reuniu com o Secretário de Segurança do estado.

Em 2011, havia, na cidade, 129 processos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes; em 2012, foram 159; 2013 havia 195 e, de janeiro a maio deste ano, já são 202.

Só o Conselho Tutelar do bairro de Marambaia, em Belém, registrou 318 denúncias de abuso sexual no ano passado. Segundo a coordenadora do Programa Pro Paz do governo do Estado, Eugênia Araújo, foram registrados 11 mil casos de abuso sexual de 2004 a 2012 no Pará. Apenas no ano passado, foram 1.749.

Outra informação preocupante é a diferença entre o número de denúncias que geraram processos entre 2011 e 2014, conforme dados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e as notificações de abuso sexual no Conselho Tutelar de Belém. Existem sete conselhos no Pará. Somente em um deles da capital, que atende 10 bairros, foram 318 notificações, um número extremamente alto, pois segundo a desembargadora do Tribunal de Justiça do

CD144292764773

Pará, Odete Silva, em 2013 foi registrados apenas 195. Isso se dá por conta da morosidade no andamento dos casos.

Em todas as audiências públicas realizadas nos municípios foi levantada a necessidade de um trabalho de prevenção desses crimes, que envolva a família, escolas, instituições de saúde e os três poderes, para que esse crime possa ser enfrentado com eficácia.

Já foram identificas 72 rotas do turismo sexual no estado, devido ao grande número de Rios que desembocam no Rio Pará . Uma delas é a do Rio Buiussu que passa por Macapá e chega até Manaus e também a que passaria pelo Rio Tajapuru, em Breves.

A cidade de Breves possui aproximadamente 100 mil habitantes, e um dado estarrecedor foi divulgado durante a audiência pública, há apenas um policial para cada 1.250 habitantes.

Conselheiros tutelares, de Breves, reclamaram da falta de um IML na cidade. Para fazer o exame, as vítimas têm que ir de avião para Belém. A falta de estrutura para o combate à violência infantil é total.

Foi denunciado que na fronteira entre Oiapoque e Macapá, há uma boate onde os aliciadores escolhem as melhores meninas para levar de barco para o Nordeste.

Outra denúncia foram os casos de tráfico de adolescentes e jovens do Pará e Amapá para exploração sexual, são as capitais do Suriname, Paramaribo, e da Guiana Francesa, Caiena. Há uma interligação muito forte entre exploração sexual, tráfico de pessoas, tráfico de drogas e trabalho escravo, no estado do Pará.

Pontos Positivos

CD144292764773

- Projeto Pro Paz Integral - É um serviço de atenção integral a crianças e adolescentes em situação de violências, onde através da prestação de serviços médico, psicossocial, de defesa social e perícia legal, promove o atendimento com caráter interdisciplinar e de qualidade as vítimas e suas famílias em um só espaço. O formato implantado pelo Governo do Estado se tornou referência nacional, de acordo com o Ministério da Saúde.

Pontos Vulneráveis:

- Falta de fiscalização das rotas identificadas, visto que é a porta de entrada e saída de crianças e adolescentes para o turismo sexual.

- Muitas crianças e adolescentes não possuem certidão de nascimento ou qualquer outro documento, o que facilita essa rota criminosa.

- Número reduzido de policiais na Cidade de Breves, um policial para cada 1.250 habitantes.

- Há falta de pessoal nas delegacias, , elas não conseguem atender a demanda. Os laudos periciais demoram até 90 dias e o psicológico de 2 a 8 meses o que tem dificultado a finalização dos inquéritos.

Vitória da CPI – A CPI solicitou ao Secretário de Segurança do Pará a instalação de um posto policial no Porto Da Cidade de Breves, sugestão esta que foi acatada pelo Secretário que se comprometeu a instalar o posto policial.

A Comissão colheu vários depoimentos que passamos a transcrever.

DEPOIMENTO DA SRA. ODETE DA SILVA CARVALHO – Desembargadora.

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Na realidade, eu, na qualidade de Poder Judiciário, trouxe alguma coisa para vocês. Mas, já que o tempo é

CD144292764773

exíguo, 5 minutos, já vi que o nosso material, uma parte dele... Depois o entrego aos senhores.

Na realidade, esse fato, esse tipo de assunto vem desde os primórdios da civilização. Nos nossos interiores, nas nossas cidades, isso acontece muito. E uma das coisas... Nós temos números, mas, na verdade, a realidade é bem pior do que esses números, porque são fatos que acontecem dentro da família, na vizinhança e em todos os lugares, e a maioria dos casos não é levada para as providências.

Então, isso é algo muito mais grave do que se pode imaginar. E percebe-se, pelo tempo que nós temos de convivência com esse tipo de fato, que, geralmente, as crianças e os adolescentes não têm coragem de dizer o que está acontecendo. Então, esse é um fato. Eles têm medo. Geralmente, por medo dos pais, elas não revelam o que está acontecendo. Quando os pais chegam a descobrir, na maioria dos casos, é exatamente porque alguém viu, alguém percebeu. Dificilmente, a criança e o adolescente falam desse fato, do que acontece com eles em matéria de violência sexual. Por isso, os números que nós tivermos serão bem maiores do que nós realmente temos.

Nós temos um relatório estatístico aqui, que vou passar, inclusive, de distribuição de processos de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. No ano de 2011, na Vara, 129. Isso é só para vocês terem noção do número que realmente pode existir, mesmo sendo numa capital: em 2011, 129, na Vara; em 2012, 159; em 2013, 195, e, em 2014, até maio agora, 202.(...)

CD144292764773

Temos de ato infracional, três, e uma de atos... Em 2011, essa Vara recebeu 129 processos; em 2012, 159; em 2013, 195 e, em 2014, até maio agora, 202. Total de processos de 2011 a 2014: 684.

Esses dados foram extraídos do Sistema de Gestão de Processos Judiciais, o LIBRA, do Tribunal.(...)

Tenho a impressão de que a criação da Vara foi há 2 ou 3 anos; é recente, 2 anos. Vocês perceberam que, apesar de o número ser bem pequeno, ele vai crescendo durante os anos? Tanto que já temos 202 agora, até maio. Isso significa que, até o final do ano, teremos um número bem maior. Quando eu estava na Vara da Infância e da Juventude, nós tínhamos uma preocupação que era a de que, quando a criança chegava até nós, onde ficam o promotor, o defensor e o juiz, era muito difícil essa criança falar; muito difícil. Então, conversando com a nossa Presidente, descobrimos que o Rio Grande do Sul e outros Estados estavam fazendo um depoimento especial, que era exatamente um trabalho desenvolvido para que aquela criança se sentisse mais à vontade para falar. Por quê? Porque a criança dificilmente quer falar sobre o assunto. Então, nós fomos lá e assistimos. Hoje, esse depoimento especial já está sendo usado no Tribunal de Justiça, na Vara, para que essa criança possa realmente ter os devidos cuidados para poder falar o que aconteceu. E temos também um *folder*, que, se for do interesse, posso deixá-lo, porque realmente está muito bom."

DEPOIMENTO DA SRA. LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO – Promotora de Justiça.

Fez os seguintes comentários: "Aqui na Região Norte, existem alguns fatores de cunho antropológico determinantes da situação, por exemplo, da

CD144292764773

iniciação sexual precoce, sobretudo na região do Marajó, de acordo com pesquisa feita aqui, do ponto de vista científico, até pela tradição de algumas tribos com relação à iniciação das filhas pelos pais. E isso ainda repercute, infelizmente, na atualidade.

Então, o fator cultural de tolerância e de insensibilidade para a problemática é aqui algo extremamente preocupante. Quem trabalha nas comarcas do interior sente nitidamente o quanto a própria sociedade local se sente incomodada com atuação daqueles que enfrentam e que buscam responsabilizar os agressores dessa população que é explorada.

Temos, então, um fator cultural de complacência com repercussão muito intensa na própria órbita jurídica. Muitas das vezes, os operadores do Direito têm dificuldade de vislumbrar essa problemática no campo processual como uma problemática diferenciada, e isso é algo que, no entendimento do Ministério Público do Pará, precisa avançar. Temos aí, então, um eixo de suma importância — e acho que o papel da Comissão de Direitos Humanos no primeiro momento é acima de tudo, o de mobilização e de sensibilização social para o problema, acima de tudo.

Precisamos avançar nisso. Como a Dra. Odete já colocou, nós tivemos, de alguns anos para cá, um avanço do ponto de vista da estrutura, dentro do Poder Judiciário, de apuração dos fatos, até pela implementação de atividades como o depoimento sem dano, na medida em que temos, do ponto de vista probatório, uma grande dificuldade de coleta mesmo de elementos materiais suficientes para uma sentença condenatória, na grande maioria dos casos pela fragilidade do depoimento das vítimas, que, em regra, vai sendo modificado ao longo das fases, desde a investigação até a fase processual propriamente dita.

CD144292764773

Outro grande nó que eu reputo de importância no trabalho dos legisladores é do ponto de vista do aperfeiçoamento da legislação. Também nisso o Ministério Público vem se focando, em âmbito local e em âmbito nacional, sobretudo o Conselho Nacional do Ministério Público, que vem trabalhando na perspectiva da construção de políticas públicas de atendimento às vítimas. Então, é preocupante a impunidade dos agressores, e temos lutado contra isso. Mas, mais preocupante é deixar as vítimas entregues à própria sorte, como em regra acontece.

Elas recebem atendimento na fase investigatória, quando há todo um interesse. Mas, depois que o processo se instaura, muitas das vezes elas se perdem no destino de suas vidas. E é com esse ponto que, institucionalmente falando, o Ministério Público vem se preocupando, sobretudo com a sensibilização e capacitação de seus membros e com o aperfeiçoamento de nossas atividades.

A gente concluiu agora, recentemente, o primeiro curso de especialização em Direito da Criança e do Adolescente pela Escola da Magistratura, em convênio com o Ministério Público e a Defensoria Pública. Foi uma experiência muito gratificante, além do público da Universidade Federal do Pará, que também celebrou o convênio.

A gente vai perceber, Deputado, uma nova geração de juristas, aqui na Região Amazônica, capacitados e sensibilizados para enfrentar essa problemática.

Eu tenho certeza de que, com a multiplicação desse conhecimento, a gente vai conseguir avançar ainda mais. Nós temos também, do ponto de vista institucional, o acompanhamento do Ministério Público na construção do novo

CD144292764773

Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual no Estado — o Ministério Público acompanha isso de perto — e a atuação do Ministério Público junto ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente na discussão e deliberação das políticas públicas nessa seara.

E, no âmbito do MP, nós temos uma Promotoria Especializada também na apuração de crimes contra crianças e adolescentes. Há 12 cargos, atualmente, nessa área especializada. Então, existe uma preocupação em investimento no âmbito das políticas internas nessa área."

DEPOIMENTO DA SRA. ANELYSE SANTOS DE FREITAS - Defensora Pública titular da 2ª Defensoria Pública de Direitos Humanos de Belém, Pará.

Prestou os seguintes esclarecimentos: "Em relação ao que podemos contribuir como Defensoria Pública, que é a instituição que tem como finalidade constitucional a garantia da defesa dos direitos das pessoas vulneráveis, das pessoas hipossuficientes, nós temos a dizer que a Defensoria, há mais de 8 anos, vem trabalhando na especialização de defensores na área de atuação da criança e do adolescente.

Então, nós criamos primeiramente, em 2005, o Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e no Adolescente, que faz não só o atendimento da questão do ato infracional, mas, sim, da garantia das crianças expostas à vulnerabilidade, ao risco. Então, nós unimos os colegas num trabalho especializado nessa área. E também compõe hoje o NAECA o defensor que atua nessa vara de crimes especializados. Mas, tendo a repercussão, já que nós tivemos... Inclusive no NAECA também temos uma equipe multidisciplinar que facilita, que dinamiza o trabalho dos colegas na garantia da defesa. Essa

CD144292764773

perspectiva e esse serviço tiveram uma eficácia, e, por conta disso, nós conseguimos levá-lo ao interior.

Hoje, então, a Defensoria tem vários NAECAs no interior, defensores especializados em referência. Já no interior tivemos uma dificuldade muito grande, Sras. Deputadas, em relação à equipe técnica. Com certeza, o NAECA no interior não tem a mesma abrangência, a mesma repercussão, a mesma referência. Isso é algo que nós estamos buscando. Fizemos um concurso público já, mas ainda não conseguimos alcançar... E ainda fazemos, em parceria com as prefeituras... Mas sabemos que isso não é o melhor. E, muitas das vezes, quando nós temos um Poder Executivo Municipal comprometido, fazemos um grande trabalho, mas, quando não o temos, ficamos à mercê."

DEPOIMENTO DO SR. RICARDO WASHINGTON MORAES DE MELO - Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB do Estado do Pará.

Teceu os seguintes comentários: "A gente depende da nossa atuação individual, mas da atuação dos outros também. É importante essa articulação cada vez mais consolidada, que nos foi colocada a partir de 1988, com a Constituição Federal. Precisamos cada vez mais amarrar essa rede, que por ora está puída, ou está rompida. É preciso amarrar mais essa rede.

Antes de entrar no Plano Estadual, no qual a OAB tem participação de representação, mas também pelo Conselho Estadual, onde nós temos cadeira atualmente no Conselho Estadual e com a sociedade civil**,** só quero colocar que a questão da exploração sexual, do abuso sexual é muito forte no Estado do Pará.

CD144292764773

Acho que todos os Municípios do Estado do Pará têm sérios e constantes casos de abuso e exploração sexual. Daqui a pouco a Comissão Federal vai para o Marajó, que é uma das situações mais terríveis do Estado do Pará, quem sabe do Brasil e até do mundo. Precisamos urgentemente dar soluções para o que acontece em Marajó. Mas, no caso de Belém, também há situações seriíssimas, complicadíssimas, na Capital do Estado, uma das metrópoles da Amazônia, porta de entrada para várias situações — e temos situações gravíssimas.

Temos uma região portuária, como a maioria das cidades do Pará e da Amazônia. Hoje, nas cidades portuárias, acontece todo tipo de exploração, nas áreas ribeirinhas, e temos essa problemática também em Belém.

Para exemplificar, no ano passado, em novembro, a OAB fez um relatório de visitas aos Conselhos Tutelares de Belém, que atualmente somos sete. Para exemplificar, o Conselho central, que cobre o plantão da cidade de Belém que fica no Bairro Marambaia... Os dados de exploração sexual foram 318 no ano de 2013; 318 casos em Belém atendidos por um Conselho Tutelar que atende cerca de 10 bairros. Fica no meio da cidade mesmo, mas atende o plantão...(...)

Temos sete Conselhos Tutelares em Belém, e apenas um atestou mais ou menos 300 casos. Sobre o Plano Estadual, o que nós atestamos nesta semana? Dia 18 de maio, domingo, Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual... Também está a proximidade do dia 12 de junho, que é o Dia de Combate ao Trabalho Infantil. E a exploração sexual é uma das piores formas de trabalho infantil — é importante registrar isto.

CD144292764773

A gente estava até numa corrida de fechar o Plano estadual, porque a primeira versão ficou apenas no âmbito da Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos — SEJUDH, ainda na gestão anterior do Governo do Estado, só que este Plano não passou pelo Conselho Estadual para aprovação e apreciação. A partir daí, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência se rearticulou, novas pessoas assumiram a discussão.

Havia inclusive no Estado do Pará um comitê interinstitucional dentro do Governo do Estado só para discutir esta questão. Como existia o comitê que era composto pela sociedade civil e também por algum representante do Governo, do poder público, desfez-se o comitê institucional, e tudo se uniu no comitê. O comitê, recentemente, nessas discussões, definiu cinco eixos do Plano estadual, só que atestamos algumas problemáticas dele: o funcionamento no dia a dia, a participação da sociedade ainda está muito enfraquecida, a entidade da sociedade civil não tem tido, na sua maioria, a força, a possibilidade de ter pessoas participando diretamente do Plano.

Hoje o ponto focal está com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente — CEDECA Emaús. E o próprio CEDECA tem dificuldade de acompanhar todo esse andamento da articulação do Plano.

Quanto aos órgãos do Governo do Estado, nós lamentamos duas ausências fundamentais: uma é da Secretaria de Educação. Eu até comentava com o Deputado Carlos Bordalo sobre a ausência da SEDUC de vários espaços de discussão neste período deste Governo atual. A SEDUC está ausente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Apesar de ter assento lá, muitas assembleias não são informadas, e retorno não é dado ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Só para ilustrar, pedimos

CD144292764773

pauta sobre o Pacto pela Educação, do Governo do Estado, para se representar no Conselho Estadual, e a SEDUC não deu nenhuma justificativa de por que não foi.

E na área da exploração sexual também a SEDUC está totalmente ausente. Em alguns espaços do trabalho infantil a SEDUC também está totalmente ausente, em alguns espaços que a gente pode averiguar.

E a outra ausência é da Secretaria de Turismo, porque o debate do turismo sexual também é muito forte aqui no Pará.(...) E, só para concluir, Deputada, a ausência da Secretaria de Turismo também é muito forte na colaboração para esse Plano. E todos esses aspectos têm impedido o Plano de ser colocado para aprovação no Conselho Estadual, por conta da falta de conclusão desse Plano.

Para concluir, o Plano não está em funcionamento, nunca esteve em funcionamento. E a gente espera que ocorra ou se fortaleça o compromisso de todos — representantes do Estado, Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil — para a efetivação e implementação desse Plano. Esse é o recado que nós, da OAB e integrantes do Conselho Estadual e também da sociedade civil, deixamos.

Estes são, principalmente, os dois pontos: a atuação do Conselho Tutelar e o não funcionamento do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual.”

DEPOIMENTO DO SR. JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT- Coordenador-Geral do PRO PAZ

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Desde 2012 nós vemos o PRO PAZ enfrentando o Governo do Estado. A questão do sub-registro no Marajó

CD144292764773

era e ainda é grande, e isso leva esses jovens, essas famílias que não têm acesso aos programas sociais a se submeterem à situação de violência, muitas delas.(...)

O maior índice do Estado do Pará é direcionado ao Marajó. As famílias não têm acesso. Nós temos escolas do ensino fundamental, como no Município de Melgaço, que ainda tinham um elevado número de alunos sem o registro de nascimento.(...) O PRO PAZ Integrado é um programa que atende a crianças vítimas de violência sexual, hoje localizado em oito regionais do Estado do Pará.

Como a senhora ponderou em relação às grandes obras, à questão de Altamira, nós ainda nem inauguramos a unidade e já estamos fazendo atendimento de vítimas na nossa unidade.

O programa atende a um protocolo em que a vítima é primeiro acolhida por assistentes sociais e por psicólogas e depois passa pelo procedimento médico. E aqui também queria aproveitar e convidar a nossa Coordenadora Eugênia para, depois, falar do programa."

DEPOIMENTO DA SRA. EUGÊNIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA - Coordenadora de Serviços Integrados pela Paz/PRO PAZ.

Trouxe as seguintes contribuições: "Sou Coordenadora do PRO PAZ Integrado, que foi fundado no ano de 2004, em novembro, e, desde essa época, vem registrando atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Nesses atendimentos, nós já temos registrado, desde essa época, 11 mil casos de vítimas de violência sexual.(...)

Hoje, a porta de entrada é o Conselho Tutelar, que nos traz essas vítimas para serem acolhidas. Atendidas, são acolhidas pelo serviço social. A

CD144292764773

partir daí, é feito um acolhimento com um instrumental técnico. Temos acolhido todas as informações, que são repassadas para a nossa delegacia.

Ele é formatado assim. Temos a equipe biopsicossocial com pediatras, Ginecologistas, peritas, assistentes sociais, psicólogas, equipe administrativa e equipe de enfermagem. O serviço é feito num único espaço.(...) O SUAS? É que nós fazemos parte da Rede. É o Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS e o Centro de Referência de Assistência Social — CRAS sendo nossos apoiadores. Assim, nós temos a articulação.(...)

Com o CREAS são os encaminhamentos, porque eles são a nossa retaguarda. É recíproco: eles atendem lá as situações que chegam e as encaminham ao PRO PAZ, porque nós temos o foco diferenciado, que é realmente fazer esse atendimento médico que é preconizado pelo Ministério da Saúde, de acordo com a norma técnica. Lá precisam ser monitoradas as questões das DST, do HIV e do atendimento psicológico. Existe esse contato permanente com o CREAS. E nós inserimos essas crianças e adolescentes nos programas através do CRAS e do CREAS.(...)

O que percebo é o seguinte: nós temos uma Vara de Crimes contra a Criança. Nós sabemos que essa Vara de Crimes contra a Criança atende a todas as violações de direitos de crianças e adolescentes; a maioria é de crimes sexuais. Só que acho que, uma vara, hoje, na realidade que nós vivemos, não atende às necessidades do nosso Estado.

Esse é um caso que discutimos muito no Comitê, porque o PRO PAZ Integrado faz parte do Comitê Estadual, onde nós estamos fazendo a revisão do Plano Estadual, que existe, sim.(...) É, porque, assim, nós precisamos, em primeiro lugar, Deputadas, de sensibilizar a comunidade escolar para essa

CD144292764773

questão. Nós sabemos que os professores ainda estão muito arraigados naquela cultura da educação de ensinar o Português e a Matemática, digo assim. E esses temas transversais não eram muito discutidos, porque se sabe que discutir violência sexual é muito novo, é muito recente. Então, isso é um processo que foi inserido há uma década, vamos dizer, quando nós começamos a trabalhar junto.

Lembro-me da Dra. Odete, que era a nossa grande parceira, não é, Dra. Odete? E a gente trabalhava junto nesse processo. Então, isso é uma mudança de percepção, uma mudança de valores, uma mudança de linha de atuação das escolas, de inserir outros temas. E esta é uma das metas nossas: fazer com que se consiga — "conscientizar" é uma palavra muito forte— sensibilizar minimamente os professores.(...)

Essa cartilha é para que essas crianças aprendam a se defender, a se proteger. Existe a questão da pedofilia muito intensa no nosso Estado, e elas precisam saber quem é aquela pessoa, o toque, a diferença do toque, o bom toque, o mau toque. Então, tudo isso é falado para essas crianças, que são o nosso alvo principal."

DEPOIMENTO DA SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Delegada e Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Estado do Pará.

Teceu os seguintes comentários: "Quando a gente pega os dados que a gente tem de atendimento do PRO PAZ e também os dados estatísticos da segurança pública no quesito crimes que são praticados contra crianças e adolescentes, com recorte principal no que diz respeito à violência sexual, realmente é um fenômeno o que a gente tem vivenciado no nosso Estado.

CD144292764773

Por força disso, inclusive 2 anos atrás, através de uma portaria do Delegado-Geral, Dr. Nilton Atayde, à época, foi instituída a Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis, que eu coordeno. Essa Diretoria veio justamente com a finalidade de fazer um atendimento humanizado, técnico e interdisciplinar a todas as pessoas que são vítimas de violência e que estão em situação de vulnerabilidade, dentre elas acriança e o adolescente.

Também como um marco da nossa busca, enquanto instituição de segurança pública, de formar os nossos policiais e capacitá-los para esse tipo de atendimento — atender crianças e adolescentes não é um atendimento que qualquer policial que se sinta capacitado tecnicamente para fazer —, nós ingressamos, nessa nossa turma de formação de delegados que está cursando a academia, uma disciplina específica, para atuação com grupos vulneráveis, justamente para instrui-los tecnicamente nesse protocolo de atendimento. Quanto aos dados, eu gostaria de fazer algumas ponderações a respeito dos dados que foram colocados aqui.(...)

No interior nós temos duas unidades, que são a de Santarém e a de Bragança. E estamos com três polos já em funcionamento, mas ainda aguardando inauguração, que são Tucuruí, Paragominas e Altamira. São unidades especializadas, vinculadas ao Programa PRO PAZ, que têm o viés de atendimento à mulher e também a crianças e adolescentes vítimas de violência. E aí é vítima de violência como um todo, não especificamente a violência sexual.

Na área metropolitana de Belém, além da Delegacia de Proteção, que faz atendimento a outras violências, nós temos as duas com recorte especial para violência sexual. E nós ainda temos a Delegacia de Identificação e

CD144292764773

Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidas. Então, totalizamos três unidades especializadas.(...)

Nós estamos com o PRO PAZ, e o PRO PAZ está com a gente, né? Na realidade, é um serviço integrado. Então, considerando tão somente essas duas unidades que nós temos, uma que atende parte de Belém, nos anos a que a Desembargadora se referiu, nós tivemos 279 procedimentos instaurados. Se eu considerar outra unidade que nós temos, descentralizada, de Belém, que é o Comando de Policiamento da Capital — CPC, que atende, além de parte da Capital e ainda atende a Ananindeua e a Marituba, nós temos também 207. Então, nesse período informado, foram 486 inquéritos instaurados só por essas duas unidades vinculadas à DAV. Eu não estou lhe passando dados de atendimento registrado por todas as delegacias e seccionais da área de Belém.(...)

Na maioria dos casos que nós atendemos, em 60% dos casos que nós atendemos, eu posso também lhe assegurar que nós não temos materialidade em laudo pericial.(...)

A perícia é feita de forma imediata. Eu vou lhe narrar como é o atendimento da criança, mas isso é feito no mesmo dia, em algumas horas: ela chega ao serviço e é acolhida pela nossa assistente social, que faz um acolhimento, faz uma escuta e elabora um relatório a respeito do fato que envolve aquela criança. Esse relatório é encaminhado à delegacia de polícia. Com base nesse relatório social é que nós registramos a ocorrência policial. Depois a criança é encaminhada à perícia, e isso tudo é feito no mesmo espaço físico. Depois do encaminhamento dessa criança à perícia, nós a levamos não só ao atendimento e acompanhamento psicológico, mas também

CD144292764773

ao atendimento médico. E é a partir desse momento que a criança e a família passam a ser preparadas por nosso corpo técnico para o procedimento policial. Quando a família registra a ocorrência policial, já sai notificada da data e hora em que deverá ir ao serviço para a gente dar início à persecução criminal."

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA - Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará.

Prestou os seguintes esclarecimentos: "Primeiro, eu quero saudar a Comissão que veio de Brasília e dizer que a minha cabeça está agoniada com um monte de informações que eu teria que trazer aqui, para esta reflexão. Nós estamos aqui 3 Conselheiros Estaduais dos Direitos da Criança: a Conselheira Angelina, da FASEPA; o Conselheiro Ricardo, da OAB; e eu, que represento também uma ONG, o Instituto Universidade Popular.

De tudo o que foi falado, com muito do que a Deputado Erika se referiu a gente concorda tranquilamente. A questão que eu queria trazer... São três os desafios, de tudo o que já foi falado. O primeiro é o fortalecimento dessa rede de proteção. Essa rede, na capital tem uma cor, tem uma atuação. Essa rede, no interior está totalmente fragilizada. E a gente discute, lá no Conselho, principalmente a questão da Defensoria Pública. Chamamos a Dra. Negrete e dissemos o que vamos fazer pra ver quem pode — a aí eu acho que a Assembleia Legislativa tem muito a ver — aumentar o número de defensores, porque muitos processos param porque não tem um defensor para acompanhar o processo. Essa é a primeiraquestão da rede.

Uma outra questão é que parece que violência sexual tem que ser cuidada depois da abordagem inicial, no conceito gerado pelo CREAS. Eu ouvi

CD144292764773

uma Secretária de Assistência dizer: *"Eu nem vejo tanta gente no CREAS"*. Então, não tem violência, porque, além de eu estar Presidente do Conselho, eu trabalho na Escola de Conselhos, como formadora. E quando a gente vai trabalhar a capacitação — estão ali dois alunos nossos —, a gente pergunta: *"Quais são os casos que mais chegam ao Conselho Tutelar?"* Aí, eles dizem: *"Conflitos familiares,pensão alimentícia e violência sexual"*. (...)

Então, quer dizer, é uma marca dos 144 Municípios. E aí você olha o Município, o orçamento do Município, o investimento que o Município tem para a atuação, por exemplo, dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos — que na maioria não funcionam — e vê que a formulação de políticas está muito aquém.

O Conselho de Direitos de Belém, da Capital, tem um funcionamento tão precário que não pode ser referência pra nenhum de outro Município. Aí a Assembleia Legislativa aprova um Plano Plurianual, um Orçamento que não discutiu com o Conselho Estadual. E não discutiu com nenhum espaço de articulação a dotação orçamentária para o enfrentamento dessas violações.

O PRO PAZ é realmente um programa excelente, mas onde ele está centralizado? Na capital e em alguns polos. Eu vejo falar muito de Marajó. Eu sou filha de Marajó. Eu tenho crianças da minha família que foram abusadas sexualmente e até hoje o abusador não está respondendo, depois de 7 anos. Por quê? Porque não tinha um promotor lá, porque não tinha um defensor, porque não tinha um juiz. Mas não é só em Marajó. No sul do Pará, nem chega a denúncia, porque é tão distante... A gente fala com os conselheiros do sul e do sudeste do Pará, e eles dizem: *"Nem adianta processar, porque não chega..."*

CD144292764773

Então, na verdade, quando a CPI vem ao Pará, eu fico me perguntando assim: *"Ah, tudo bem A gente pode fazer mais um levantamento de dados..."* E não fizemos no Conselho Estadual porque foi em cima da hora que chegou toda a informação. *"Mas qual é o nó?"* Pra nós, são três nós: o Orçamento público, que é totalmente vinculado a repasses do Governo Federal... A maioria dos Municípios, pra cuidar dessas atuações, só repassa o trabalho com o repasse do SUAS, e ainda aplica mal o dinheiro do IGD e do IGD-SUAS.

A questão, por exemplo, da retaguarda, quando o Conselho Tutelar tem espaço, porque a maioria nem tem um espaço digno para atender essas crianças. É uma sala só para todo mundo ouvir — chegam três, quatro casos, que são atendidos no mesmo espaço. Essa é a realidade da maioria dos Municípios. Depois, essa família vai ser atendida por quem? Não tem! O CREAS está cheio, porque o CREAS tem que atender idoso, tem que atender mulher, tem que atender portadores de deficiência e tem que atender as crianças vítimas de violência! Então, muitas crianças vão pra casa, e a história se repete. Essa é uma situação.

A outra situação é sobre o Plano Estadual de Enfrentamento, que é nossa responsabilidade enquanto Conselho Estadual. Qual é o desafio? Por que o Plano Estadual não sai do colóquio? Nós já fizemos essa discussão. É porque muitos órgãos e a sociedade civil não têm clareza da importância desse Plano para efetuar um confronto de frente. Então, essa é a questão. Ele iria ser lançado ontem. Eu disse: *"Não vamos fazer isso porque o Conselho Estadual nem ainda pautou."* E o que significa não pautar no Conselho? Significa que os órgãos que compõem o Conselho — as Secretarias de Estado — não vão comprometer o seu orçamento.

CD144292764773

Quando a gente analisa o Orçamento das Secretarias, lá no Conselho, a gente vê que a área da infância e adolescência... Basta ver o Orçamento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Basta só ver esse! Você vai ver a dotação no Orçamento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. É tímida! Não dá para enfrentar esta mazela da violação de direitos.

Disseram-me que já terminou o tempo, mas eu queria colocar ainda este descompasso dos dados, do que termina em processo, do que chega ao Conselho Tutelar. Na verdade é porque no meio do caminho tem uma delegacia em que não tem um delegado lá pra fazer o processo direito; tem um processo que não tem defensor para encaminhar. Ontem, eu recebi um pacote de denúncias de um Município muito distante, que tem população indígena — Jacareacanga —, de professores que abusaram em troca de aprovação na escola e que, de prêmio, foram transferidos para uma cidade mais adiantada, Itaituba. O trabalho da polícia foi correto, o trabalho do Ministério foi correto, mas os dois professores estão dando aula em outro Município porque são excelentes professores e não podem ser afastados do quadro. Então, esse aí é um detalhe.

Para fechar, tem uma questão que para mim é mais séria. Eu e a Irmã Henriqueta, a gente joga bola direto. O meu telefone é o Disque 100 do Pará. O pessoal liga direto, pedindo socorro. Eu passo para a delegada Simone, que sempre atende, encaminha as denúncias. É a rede, né? O que é que a gente percebe? Com esta questão da perícia que alguns profissionais ainda exigem *"Não tem prova, não tem flagrante"*, ou seja, um desconhecimento total dos avanços da lei, tudo fica muito prejudicado. A família mesmo recua e diz: *"Ah, não, desisto. Não vou mais"*, porque a criança não quer mais falar. Eu estava

CD144292764773

ouvindo duas crianças conversando e uma disse assim: *"Ah, mas tu foste atendida no PRO PAZ. Ah, lá tinha alguém.*

Mas eu fui lá, naquela delegacia, e não vou mais!" Então, tem essa questão. Uma sugestão para a Assembleia Legislativa. O Deputado está aqui. Não é só a Comissão permanente na Câmara Federal, mas a Assembleia Legislativa não tem uma Comissão que trate de orçamento para a criança, que trate especificamente de cuidar de crianças e adolescentes. O nosso Estado tem uma dimensão de continente, com atores sociais diferenciados. Eu vejo um avanço muito grande na formação, mas ainda há violações gravíssimas nesta área do abuso e da exploração sexual, impactada pelos grandes projetos, e o Conselho Estadual também não consegue avançar nessa discussão porque as próprias Secretarias que o compõem... Os suplentes que chegam lá não têm também o poder de decisão, na maioria. Então, são três Secretarias que vivem mais o cotidiano do Conselho Estadual. As demais vão marcar presença, não participam. Aí é muito complicado.

Teria muito mais elementos pra trazer, e a gente se compromete a mandar. A Presidente está me dizendo para concluir. Que pena, porque o Conselho Estadual tem essa visão do Estado todo."

DEPOIMENTO DO SR. DEPUTADO CARLOS BORDALO - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

Fez os seguintes comentários: "Eu avalio, Sras. Deputadas, que, para entendermos o que sofremos no Pará nessa dimensão de violação de direitos, é preciso situar o nosso Estado no seu marco histórico de desenvolvimento. Eu avalio que nós vivemos um déficit civilizatório impressionante no Pará, e esse

CD144292764773

déficit civilizatório se expressa em manifestações que às vezes o Brasil pensa que só acontece aqui. A situação de Marajó, Sra. Deputada Liliam, é algo que, se não for tratada de uma forma diferenciada, não adianta. Marajó não pode mais continuar merecendo a mesma abordagem de tratamento de qualquer outra região. Isso já é um recorte. A senhora vai para lá daqui a pouco, vai a Breves.

O Estreito de Breves é um absurdo! É pelo Estreito de Breves que se dá toda a grande movimentação dos aliciadores, quadrilhas que efetivamente sequestram socialmente centenas de meninas para levá-las a Oiapoque, a Macapá, para atravessarem as fronteiras para o Suriname e para Caiena. Isso já é sobejamente conhecido! A troca de meninas por óleo *diesel*, isso não adianta mais repetir. Então, quanto a Marajó, a nossa CPI já identificou. Eu vou enviar para a senhora o relatório da CPI da Pedofilia.

Outra coisa fundamental é entender que neste Estado, por causa do seu déficit civilizatório, as suas políticas públicas, no que concerne a isso que a Nazaré falou, que as delegadas já falaram... Olha, é um esforço sobre-humano que faz esta turma que está aqui, Deputada, para dar conta, porque os seus órgãos entendem essa questão como algo muito secundário. Vá ver os orçamentos, o pessoal. Temos o PRO PAZ, uma proposta que eu considero... Olha que eu sou Deputado de Oposição, mas eu considero o PRO PAZ, nesta dimensão de integração, uma proposta avançada e adequada. O que falta? Maior cobertura! Maior cobertura e desvincular daquela outra parte do PRO PAZ que contamina esta com uma suspeita eleitoreira. É preciso desvincular aqueles dois PRO PAZ, dar outro nome para aquela outra coisa, para que a

CD144292764773

credibilidade que têm os profissionais dessa nova proposta não seja contaminada por aquela.

Mas, a senhora vê: em fim de semana não funciona. Por que não funciona? Porque ninguém aguenta trabalhar direto! É preciso ter mais profissionais. Tem que abrir em fim de semana, Jordy. Não pode, tem que abrir! Tem que abrir!

A nossa CPI do Tráfico Humano, que veio depois da CPI da Pedofilia — vou mandar também o relatório a V.Exa. —, identificou um outro componente extremamente importante: a conexão de uma coisa com a outra. Na região de Bragança, Deputada, a Vila de Bacuriteua é uma porta aberta do tráfico de humanos e, entre eles, de crianças, de adolescentes para o turismo sexual do Nordeste e para a exploração sexual internacional via, de novo — de novo! — Oiapoque e Macapá.

Pelo amor de Deus! A Polícia Federal, o Estado brasileiro tem que dar um jeito naquele absurdo que é a fronteira de Oiapoque. As meninas vão daqui, Deputada, ficam nas boates de Macapá e de Oiapoque, e os olheiros, os aliciadores atravessam para selecionar as melhores e levar para lá. E todo mundo sabe onde é a boate! A nossa CPI já mostrou o nome da boate! A nossa CPI do Tráfico Humano mostrou inclusive quais eram as aliciadoras principais.”

DEPOIMENTO DO SR. FÁBIO SÉRGIO PAIXÃO ALMEIDA - Coordenador-Geral dos Conselhos Tutelares de Belém.

Trouxe as seguintes contribuições: “O Conselho Tutelar foi citado do começo ao fim, aqui, mas nós sequer fomos chamados, de uma forma

CD144292764773

representativa, para podermos, de fato, expressar as necessidades e as dificuldades por que o Conselho Tutelar passa.

O principal eixo de todo este debate é a falta de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não tem outro! Podemos fazer semanas, meses e anos de formações ou de debates como este, mas se não houver o conhecimento baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, não se avança, porque a nossa briga é constante com os órgãos da rede, os órgãos de competência, que não conhecem as obrigações e as atribuições do Conselho Tutelar e não respeitam quando os conselheiros passam a acompanhar casos de crianças e adolescentes que são abusados.

Uma prova disso eu tenho aqui, entre amigos da gente, familiares que apresentaram denúncias. Nós não tivemos respostas de várias redes e fomos falar com a Dra. Odete que, coincidentemente, está aqui, na mesa. Ela recebeu um apelo deste humilde conselheiro. É o que acontece, a Dra. Odete sabe disso: ou nós ligamos para o Dr. Maurício ou nós ligamos para a Dra. Odete, porque o PRO PAZ não funciona! Eu nunca vi funcionar nem até às 19 horas, porque funciona só até às 18 horas, na Santa Casa, e até às 17 horas, no anexo ao Renato Chaves, porque *"não chegam casos na noite, nem nos finais de semana, como denúncia!"* Lógico que não chegam, porque o Conselho Tutelar funciona 24 horas e nós temos que, imediatamente, dar assistência àquela criança ou àquele adolescente abusado, procurando alternativa no Município ou no Estado para abrigar aquela criança.

Muitas vezes passamos horas e horas com aquela criança espancada ou estuprada dentro do Conselho ou dentro do carro porque nós encontramos

CD144292764773

várias portas fechadas, mesmo requisitando, encaminhando e explicando a situação.

Liguei muitas vezes, de madrugada e à noite, para a Dra. Odete, explicando a situação, pedindo ajuda a ela.(...) Temos casa de passagem, mas é limitada. São nove vagas para meninas e nove vagas para meninos, dentro de Belém.

Recentemente, a Nazaré, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, ligou para mim às 10 horas da noite dizendo que estava vindo uma adolescente traficada do Município de Curralinho. E nós ficamos a noite inteira monitorando. Conseguimos solucionar, mas não oferecemos o atendimento adequado.(...)

Nós fizemos a abordagem aqui, num dos portos de Belém. Nós estamos cansados de ressaltar aqui nomes heroicos, como Nazaré, irmã Henriqueta e outros nomes, alguns que até se foram ou que são ameaçados de morte, mas é onde a rede entra num conflito de competência.

Agora mesmo, aqui, nós sabemos que existe um PRO PAZ onde existem vários grupos em que há conflitos de competência. Estava explícito isso aqui agorinha. Há questões de relatos, há questões de atendimentos. Nós vivemos isso agora, aqui na frente, e o Conselho Tutelar é penalizado com isso, a Defensoria Pública é penalizada com isso, aqueles que lutam pela OAB, porque, muitas vezes, a gente fala por vento, a gente fala por nada.

A gente precisa, só para refletir... O art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que criança e adolescente são prioridades absoluta. Na prática, nós não vemos isso acontecer.

Quero deixar uma pergunta a todos os Deputados que estão presentes,

CD144292764773

Federais e Estaduais, e ao representante do Governo: quantos de vocês debateram a disponibilidade de suas emendas para a estrutura dos conselhos tutelares nos Estados? Porque nós puxamos, na Assembleia Legislativa, dos 41, nós não vimos nenhum, Deputado, disponibilizando emendas para a estrutura dos conselhos tutelares, de centenas de Deputados Federais, no Congresso. Se há outras informações, fico tranquilo. Mas, dos 17 Deputados Federais que a bancada do Estado tem, só um — e agora um segundo, porque eu estava em Brasília e cheguei há pouco trazendo esses dados, este que está aqui à Mesa, o Deputado Arnaldo Jordy — disponibilizou parte considerável de suas emendas para a estrutura dos conselhos tutelares. Este é um dos critérios na Secretaria de Direitos Humanos: ou a disponibilidade das emendas ou o critério das Capitais e dos Municípios próximos das rodovias federais.

DEPOIMENTO DO SR. REGINALDO REIS GOMES - **Presidente da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses.**

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Eu sou o Reginaldo, sou Conselheiro Tutelar já por 12 anos. Hoje estou exercendo a função no Município de Paragominas. Sou atualmente o Coordenador da Associação de Conselheiros do Estado do Pará.

Eu quero, primeiramente, iniciar minha fala parabenizando os representantes da Câmara dos Deputados pela iniciativa de virem ao Pará para levarem as nossas informações, e quero dizer que a Associação de Conselheiros é a favor da CPI, do que se está tratando no momento.

Já foi falado, eu posso estar pecando na fala relacionada ao PRO PAZ — e quero fazer até um agradecimento especial, porque o PRO PAZ

CD144292764773

Paragominas ainda não foi inaugurado, mas já está em atuação —, mas, também, eu quero enfatizar que o número de pessoal... Eu até estava conversando, agora, rapidamente, com eles lá atrás e eu estava dizendo que nós temos um número bem reduzido de pessoal, mas é pelo fato de ainda estar em implantação.

O Conselho Tutelar, todo mundo sabe, é a porta de entrada dessas questões relacionadas a abuso sexual, exploração sexual, enfim. Quero dizer que Paragominas não é diferente de outros Municípios. Eu não tenho estatísticas para repassar aos senhores, mas em Paragominas a gente atende constantemente casos de violência sexual, abuso sexual, vindos de dentro de casa, do próprio pai, enfim, como todo mundo conhece. Mas o que acaba nos chocando um pouco e até nos revoltando como conselheiros tutelares é que, às vezes, nós fazemos um trabalho e esse trabalho não surte resultado, nós não temos o resultado disso.

Por exemplo, eu faço uma crítica relacionada à demora nos processos, quando se trata do processo judicial. Eu atendi uma situação, num Município, de uma adolescente que estava sendo vítima de abuso sexual dentro da própria casa pelo padrasto. Isso foi denunciado várias vezes. Eu fiz o atendimento a essa moça e, numa das vezes, eu fui chamado pela escola. As escolas também não estão preparadas para receber esse tipo de situação, não sabem como proceder, e aí elas vivem chamando o conselheiro para ir até a escola. Eu cheguei à escola, e a menina não queria voltar para casa pelo fato do que tinha acontecido. Só para vocês terem uma ideia, a menina estava com dois dias que tinha menstruado, e o padrasto tinha acabado de manter relação sexual com ela, por isso ela não retornou para casa. Eu tive que tirar a menina

CD144292764773

da casa para não ter que levar para o acolhimento. Eu a deixei na casa de um parente e fiz todo o procedimento, conforme a gente conhece — IML, aquela coisa toda, delegacia —, mas demorou muito para que a Justiça determinasse a prisão do agressor.

Aí eu faço outra crítica relacionada ao número de pessoal que nós temos no PRO PAZ, em Paragominas. Eu quero registrar que a Delegada Marinalva é uma pessoa excelente no atendimento. Quando chegou o mandado de prisão do cara, já tinha mais de mês. E quando uma policial feminina esteve na casa do agressor para fazer a apreensão dele, ela não conseguiu, ele fugiu. Conclusão: até ontem, quando eu estava vindo de Paragominas, o cara não tinha sido preso, pela demora do processo, e a menina, logicamente, está fazendo todo o acompanhamento psicológico, está na casa de um parente, porque nós não permitimos que ela voltasse para a casa da mãe.

Então, são situações em que a gente acaba fazendo um trabalho, que é um trabalho de risco, e às vezes a gente não tem o resultado disso. Eu queria também, aqui... Eu saí às 2 horas da manhã de Paragominas para vir a este movimento, porque para mim interessa como conselheiro tutelar. Então, eu gostaria de ter a oportunidade de falar, pelo menos, por mais 2 minutos.

Em Paragominas, Deputada, nós temos duas denúncias que nós não tivemos coragem de averiguar. Nós recebemos uma denúncia do Disque 100 recentemente no interior de Paragominas — quem conhece Paragominas sabe que ela tem um nome que antes foi pesado em termos de conflito — de que existem várias crianças, meninas e meninos, e adolescentes que mantêm relação sexual com o pai, com o padrasto, e que a mãe presencia — isso numa

CD144292764773

colônia — e é obrigada também a manter relação sexual na frente das crianças, porque o cara ameaça a própria mãe.

Nós estamos com a denúncia do Disque 100, nós já comunicamos à delegacia e nós vamos nos sentar com a delegada para ver uma estratégia de como ir até essa comunidade, porque nós, enquanto conselheiros, não temos coragem de ir, vou ser bem sincero. E aí nós vamos ver de que forma vamos trabalhar em relação a isso.

E pior: recebemos duas denúncias. Não foi do Disque 100, mas foi anônima. Nós temos um pai que está preso na penitenciária de Paragominas. Ele, além de ser usuário de droga, vende droga. Quando ele foi preso, a esposa se separou dele, e também ela ficou na casa onde tem dois filhos adolescentes. Os filhos tiveram que colocá-la para ir embora, e hoje ele comanda de dentro da penitenciária, ou seja, dá as coordenadas para que os filhos vendam a droga fora da cadeia. Tráfico. Nós recebemos essa denúncia recentemente. Também o Conselho Tutelar já está informando isso à delegacia, porque nós não temos coragem de enfrentar a situação sozinhos. Isso é só para vocês terem uma ideia.

Eu concordo até com a fala do companheiro Fábio quando também falamos do PRO PAZ. Paragominas, Belém e outros Municípios têm PRO PAZ, mas e os outros Municípios que não têm? A condição dos conselhos tutelares... Dou aqui meus parabéns e agradeço aos dois Parlamentares, Federal e Estadual, que estão aqui, pelo cumprimento e pelo apoio dos *kits* que os conselhos tutelares do Pará, ou do Brasil, estão recebendo hoje. Nós ainda sofremos, por parte

CD144292764773

da gestão, a falta de compreensão de não quererem entregar os *kits* que os conselhos estão recebendo para que os conselhos possam usufruir deles nos seus trabalhos no dia a dia. São muitas coisas para colocar, mas o tempo é pouco. Eu quero agradecer e dizer que ACONEXTEL — Associação dos Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses é a favor, sim, da CPI, porque também nós garantimos o direito de crianças e adolescentes no Pará e no Brasil."

DEPOIMENTO DO SR. JORGE CLÁUDIO BALIEIRO SARDINHA - Presidente do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Breves, Pará.

Prestou as seguintes informações: "Hoje, em Breves, nós estamos sem promotores que possam levar os processos adiante. E Breves fica como? Uma cidade de 100 mil habitantes sem um promotor fixo? Essa seria uma das causas, e a gente gostaria de pedir que intervissem na questão da Promotoria para o Município de Breves. A outra seria na questão judiciária. Nós sabemos que não é atribuição do Conselho Tutelar nem do Conselho de Direito nem da Polícia Militar nem de outro órgão a fiscalização, nos barcos, da entrada de crianças e adolescentes. Sabemos que é competência do Judiciário. Sabemos também que só um juiz não tem condições. Nós temos uma Vara da Infância e da Juventude em Breves, mas nós não temos nenhum agente de segurança nomeado pelo juiz para que pudesse fiscalizar tanto as portarias e essas entradas de adolescentes viajando para outros Municípios em nossos portos. Uma das dificuldades que nós temos em todas as cidades ribeirinhas é a questão das leis de onde embarcar e desembarcar passageiros. No nosso, nós temos sim uma lei, o Hidroviário, num porto principal da cidade, mas como

CD144292764773

vocês podem perceber, o nosso porto eu acho que é maior até mesmo que o de Belém, porque vai do Hidroviário ou da Feira do Açaí, que é onde desembarca e embarca, até o final da cidade. Por aí vocês já veem que não tem um porto específico para isso, e a grande quantidade de barcos em Breves é alarmante. Isso influencia muito a questão de entrada e saída de crianças e adolescentes de ambos os Municípios aqui. Sabemos nós também que nós somos rota, e essa rota, Deputados...

Precisamos de fiscalização! Entra arma, entra droga; o tráfico de crianças, a permanência de crianças na cidade em situação irregular é alarmante, e nós não temos nenhuma fiscalização nesse ponto. Eu acho que isso seria como proposta que está vindo do Conselho de Direitos para vocês porque é o que está acontecendo em Breves.

Casos de violência sexual. Foram registrados, em 2013, pelo Conselho Tutelar, 24 casos. O que confunde a gente é que 12 casos foram atendidos pelo CREAS municipal. Do estadual nós não temos dados, porque não foram repassados ao Conselho de Direitos. No hospital, segundo os dados que passaram para a gente, foram atendidos seis casos.

Então, a engrenagem a gente sabe que não está funcionando, ou alguma coisa está acontecendo também. Isso aí é uma situação que a gente tem também que estar olhando, esses dados, essa fiscalização ser colocada em cima. E, na base desses dados, tornar um projeto sólido, mediante a efetivação desses direitos, e buscar, de todas as maneiras, que não prevaleça a impunidade dentro do Município, porque a impunidade gera mais violência. Era isso o que a gente queria colocar, já que o tempo é curto. A gente espera novamente vocês com resultado em Breves, porque nós estamos

CD144292764773

cansados de só nos reunir, nos reunir e os dados ficarem por lá, não retornarem para a gente. É mais ou menos isso o que a gente queria fazer."

DEPOIMENTO DA SRA. ORQUIDÉA NASCIMENTO DA COSTA - Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social de Breves, Pará.

Teceu os seguintes comentários: "Nós, enquanto Secretaria de Assistência, temos o CREAS, que fica dentro da Secretaria. Vou direto ao assunto para não perder tempo porque são só 5 minutos.

Nós estamos fazendo um trabalho dentro do Município. O primeiro trabalho dele é o fortalecimento da rede, pelo menos a nossa, a municipal, para que a gente possa trabalhar esse combate, porque nós estávamos um pouco dispersos. Como disse ele aqui, eu sempre costumo usar a fala dele de que a rede está furada e nós estamos buscando nos fortalecer, porque a nossa demanda é bem grande de abuso sexual, de exploração sexual.

Todo mundo conhece e sabe a rota dessas balsas dentro do Tajapuru, dentro do Distrito de São Miguel. Isso já é notório em nível nacional e a gente vem se tornando repetitivo em relação a essa situação. Já foram feitas várias reuniões para tentar ter alguma coisa que pudesse combater essa questão dentro do Rio Tajapuru, dentro das vilas, dentro dos nossos distritos.

Todos os casos que são apresentados aqui são acompanhados, porque o trabalho do CREAS é psicossocial e não policial. Infelizmente, todos os autores desses crimes estão aí impunes, porque nós não temos Ministério Público no Município. O Ministério Público aqui vem, uma semana vem um, na outra semana vem outro, na outra vem outro. Conclusão: quando a gente encaminha os relatórios que nós vamos até lá para acompanhar, vem um e diz para nós: *"Vamos dar acompanhamento. Vou estar acompanhando vocês na*

CD144292764773

próxima semana." Na próxima semana, a gente volta lá para reunir, e já é um outro, e ele diz para nós: *"Eu não tenho conhecimento desse caso porque não foi passado nada para nós."*

Então, a gente fica nessa situação, de pires na mão, indo até ao Judiciário, e sem ter resultado nenhum. Isso nos torna desesperados. A gente percebe que os casos que acontecem, na maioria, são na zona rural, e a gente faz o acompanhamento, traz para o Município, mas quando chega aqui, não é tomada nenhuma providência a nível policial. O cara fica solto lá. A família que foi agredida por essas pessoas tem que ir embora de lá para morar em Breves, porque o agressor está lá ameaçando a família ainda. Então, nós temos várias famílias lá dentro do Município que já foram embora dos lugares onde moravam porque estavam sendo ameaçadas pelo agressor, porque ele não foi preso. Por que ele não foi preso? Porque não tem um acompanhamento do Judiciário nessas situações. Fica lá... E a gente fica aqui sem poder fazer nada.

Então, a nossa situação está bem difícil. A gente sabe que o caos da nossa questão aqui... O Município está fazendo a sua parte, o Município tem feito, e a gente tem buscado nos fortalecer e trabalhar, mas, infelizmente, nosso trabalho tem começo, tem meio, mas não tem um fim, porque a gente não consegue dar respostas para as famílias porque esbarra lá no Judiciário. Então, está provado que nosso caos maior está provado que é a questão do Judiciário.

Nós precisamos, urgentemente, em Breves, de um IML, porque nós não temos onde fazer essa perícia. Há poucos dias aconteceu um caso aqui no Município de Breves. Nós tivemos que fretar um avião para levar o corpo de

CD144292764773

uma criança para Belém para fazer o IML, e fretar para trazer de volta. Vocês já imaginam a despesa para o Município quando é um caso bem difícil, porque essa criança foi morta e a gente não sabia o que tinha acontecido com ela. Como tinha uma situação que poderia ter sido abuso, a gente teve que fretar um avião para ir ao IML e trazer de volta, de novo, o corpo dessa criança.

Nós não sabemos da investigação da Polícia Militar. Eu não sei se já foi encaminhado para o Judiciário, porque essa é uma coisa sigilosa. Depois que nós encaminhamos, não tivemos mais o retorno dessa situação. Então, só para os senhores verem como é difícil.

Então, hoje, quando a gente fala em reunião, que a gente vai discutir essa situação, as pessoas já não acreditam mais, dizem que não vão participar porque, na verdade, a gente não tem essa resposta. Como só são 5 minutos, eu deixo aqui a minha fala para que a gente possa realmente, depois desta reunião, dar uma resposta a essa comunidade, porque ela está ansiosa por uma resposta. Na prática, mesmo, o que a gente vai falar para eles? O que é que nós temos? Como vai acontecer? O que vai acontecer daqui para frente dentro do Município em relação a essa questão judiciária dentro do nosso Município?"

DEPOIMENTO DO SR. CARLOS ALBERTO BRASIL - **Presidente do Conselho Municipal de Educação de Breves, Pará.**

Fez as seguintes observações: "A gente que trabalha na educação vivencia realmente uma realidade muito triste, esta que a gente pode constatar: a de saber que existe, como uma prática corriqueira em nosso Município, a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

CD144292764773

Em relação ao meio rural, por exemplo, a educação nos permite essa vivência no meio rural, a de perceber isso muito vivaz. É quase que comum, no meio rural, que os pais, por exemplo, abusem dos seus filhos, das filhas de 11, 12 e 13 anos. Quando não, também é muito comum que os pais entreguem essas crianças para desposar os homens, uma prática comum. Então, essa é uma realidade do nosso Município deveras lamentável.

O que a gente percebe é que é preciso que o Estado se faça presente na situação, que o Judiciário também faça a sua parte, que se possa investir em educação, principalmente. Eu penso que essa é a meta maior. Mas é gritante a situação, e nós temos condições de depor, de constatar essa realidade a cada dia no nosso meio rural e também aqui na cidade.

Então, na atual conjuntura econômica e política do País, não se pode mais admitir que o nosso Marajó esteja mergulhado em tanta prática ilícita e criminosa contra as nossas crianças. Como já foi colocado, nós esperamos que esta Comissão possa ter força suficiente para poder buscar os meios que possam garantir acabar com esse crime exorbitante e danoso contra a sociedade de Breves."

DEPOIMENTO DO SR. MAURO COUTINHO DA SILVA - Conselheiro Tutelar em Breves, Pará.

Teceu os seguintes comentários: "O Conselho Tutelar tem atuado nessa prática de abuso, que, para mim, no meu conhecimento, é uma das práticas que mais prejudica a criança e o adolescente, porque ela destrói sonhos. O Conselho Tutelar está incumbido nessa luta, nesse trabalho árduo.

O nosso Município é bastante extenso. Nós fazemos o trabalho, além disso, no nosso Município, estou falando aqui da zona urbana, nós temos a

CD144292764773

nossa zona rural. O nosso Município, nós estamos na ponta, e, para chegar ao final do nosso Município, há uma jornada de barco de até 24 horas. Aí, o restante do Município fica praticamente descoberto.

Como o companheiro Cláudio colocou aqui, a falta de fiscalização nos nossos rios tem trazido bastante prejuízo para nós, e, como é bastante extenso, o nosso Município, na zona rural, fica descoberto. Quero também colocar aqui... Eu acho que a palavra aqui vai ser unânime. A falta do Ministério Público, no nosso Município, tem facilitado essa prática abusiva, que vem numa forma crescente no nosso Município. Já se fez várias situações no nosso Município, e na verdade Breves hoje clama. Como a Secretária colocou, hoje é um promotor, amanhã já é outro; e o promotor que for já não conhece do caso passado, e têm casos que estão ficando à mercê. Então, o povo, na verdade, fica desacreditado.

Mas nós, enquanto Conselho Tutelar, enquanto rede, nós temos articulado, nós temos trabalhado para inibir, para coibir essa situação. Nós temos trabalhado dia e noite. Temos nos reunido, fortalecendo a nossa rede de proteção, mas nós observamos que, de fato, a rede ainda é furada. E em prol dessa situação... Mas nós temos articulado para coibir. Aproveita a deixa aqui, que tem representantes do Governo Federal, que olhem com carinho, que olhem pelas nossas costas aqui, o Rio Buiuçu, o outro rio, o Tajapuru, que é a rota, que enfatize para cá uma fiscalização alusiva, de forma coerente, de forma que venha de fato de emergência.

A gente já se reuniu várias vezes, a gente tem buscado parcerias, a gente tem buscado, mas o que a gente observa é que, muitas vezes, nós ficamos sós. Na verdade, o Município, nós temos feito nossa parte. Mas aí, a

CD144292764773

contrapartida, o olhar humano lá de cima, seria muito importante para a gente, seria muito ideal para a gente."

DEPOIMENTO DO SR. ANTÔNIO COLARES - Capitão da Polícia Militar de Breves, Pará.

Prestou os seguintes esclarecimentos: "O que nós temos aqui? Uma desconexão, realmente, da continuidade do trabalho. As relações entre o Município e o Estado; entre o Estado e a Federação; entre a Federação e o Município, essa desconexão é que nos tem causado problema para a concretização da rede, fundamentalmente. Então, a gente não pode reclamar muito do empenho. A gente pode reclamar da questão da estrutura de alguns órgãos, mas do empenho dos funcionários, jamais.

Agora, eu vou ser bem sincero, senhores, em termos de segurança pública... Eu estou aqui — eu fiz, agora, há pouco tempo — há 10 anos, mas também já sou funcionário público há 23 anos. Eu vim da Educação. Eu posso afirmar com plena certeza, sem vergonha nenhuma, que as estratégias de segurança pública para a mesorregião do Marajó são descomprometidas. Eles podem estar muito fomentadas em termos de boa vontade, de "eu quero fazer, vamos fazer" e tudo o mais, mas o planejamento é muito aquém do necessário."

DEPOIMENTO DA SRA. MARCIA NEMER FURTADO - Professora de Sociologia e Coordenadora da Comissão de Justiça e Paz.

Fez as seguintes observações: "Eu queria, em primeiro lugar, falar um pouquinho que, desde a minha infância, eu vejo a situação de crianças sendo prostituídas e ficando em situação de prostituição, porque eu moro, sempre morei na frente da cidade. Então, desde a minha infância, eu vejo crianças

CD144292764773

embarcando nas “geleiras”, principalmente. Isso sempre me incomodou, e eu achava que, quando eu estivesse na fase adulta, eu ia poder fazer alguma coisa por essas crianças. Então, eu queria aproveitar que vocês estão aqui hoje, esta Comissão, e que vocês colocassem no relatório de vocês essa minha trajetória, que é pequena, pode-se dizer, mas que eu já vi muita coisa nessa trajetória. Na minha infância, como eu disse, eu vi essas crianças se prostituindo. Na minha fase adulta, eu, através da assistência social, que eu já trabalhei como socióloga, eu vi a gente muito amarrada, pouco podendo fazer; a denúncia chegando, a falta de recursos, a falta do apoio do Judiciário, a falta do apoio da Saúde, ninguém conhece nada, é um total desacordo. Rede, a gente sempre escuta que é necessário, mas não existe na prática. Não existe trabalho em rede no nosso Município.

Na Educação, a gente, como professora — sou professora; larguei o trabalho técnico, e hoje assumo a função de professora no Estado —, a gente pode discutir com os alunos, alertá-los; mas onde eu vi a saída, uma das saídas para esse problema, foi na Comissão de Justiça e Paz, de que hoje eu faço parte, junto com a Irmã Rita, e outros membros. Hoje eu vejo que a saída, e eu preciso que vocês coloquem nesse relatório, para essa situação, gente, é uma política de prevenção.

Essa é a saída. Porque pode faltar recurso para o Município, pode faltar articulação entre as instituições, mas se tiver um trabalho de prevenção que envolva a família, principalmente, porque está ali o maior problema; que envolva Educação, que envolva Saúde, que envolva os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário... A gente não tem por que ficar discutindo há tanto tempo a mesma coisa. A prevenção é a saída. Então, enquanto não tiver

CD144292764773

uma política de prevenção, a gente vai continuar — eu estou com 40 anos hoje — discutindo isso, uma realidade triste do nosso Município, porque a única coisa que eu vejo crescer é a discussão, o que não é negativo, não. Que bom que hoje se discute o que não era discutido antes. Mas a gente precisa que se coloque nesse relatório que o que nós precisamos para cá é de uma política de prevenção. Enquanto a gente não discutir de forma séria isso na base, na família, na escola, na comunidade, nós não vamos ter êxito."

DEPOIMENTO DA SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NASCIMENTO DOS REIS – Secretária de Assistência Social de Melgaço - Pará.

Teceu os seguintes comentários: "Tenho o prazer de ter encontrado o meu amigo que me conhece do movimento popular, o Deputado Arnaldo Jordy. Eu gostaria de agradecer à Comissão de Justiça e Direitos Humanos, porque num tempo desse a gente enfrentar o Marajó não é fácil. E agradecer também pela sua emenda, porque nós não tivemos tempo de agradecer ainda por essa emenda que foi importante para os Conselhos Tutelares, haja vista que, dentro do orçamento, nós não podemos... Os Municípios são muito pobres, e esses equipamentos são muito importantes para o desempenho da função do Conselho Tutelar, principalmente para a política de combate à exploração sexual e ao abuso.

Também eu gostaria só de deixar registrado aqui que a Vanacy me convidou. Eu estava muito cansada mesmo, depois a discussão foi ficando interessante... Eu gostaria também de agradecer ao Jorge Bittencourt, que tem se aproximado muito de Marajó, e dizer que aqui nós cobramos muito mesmo a presença do Judiciário, mas é porque a Justiça tem um débito muito grande

CD144292764773

com Marajó. Eu digo enquanto Melgaço, mas conheço outros casos de Portel, desde 2004, 2006, em que me dirigia para cá, para Marajó. Nós temos uma ansiedade muito grande de estar cobrando. Agora, a vítima também, porque a vítima... O que a gente tem que fazer por Marajó — e aí eu queria que a Comissão de Justiça registrasse isso — é que cada vez mais nós temos que preparar quem vai tomar o depoimento das vítimas, principalmente na questão do depoimento sem dano, porque eu já acompanhei alguns em que a vítima, que é uma criança, que é um adolescente, acaba sendo revitimizada por conta de que quem está lá na ponta não está preparado para tomar esse depoimento.

Eu só tenho 1 minuto, até porque, por respeito à Mesa, eu pedi 3 minutos. Mas também quero dizer que aqui é o espaço em que a gente tem que ser propositivo, e aqui o Conselheiro Tutelar disse que um dos instrumentos que melhoria também seria o barco, que nós já tivemos colocado. Nós já temos um barco, que foi dado pela Justiça de Direitos Humanos, que o Conselho Tutelar usa. Não é um barco, é uma lancha, que é muito veloz. Até o modelo, Deputado, é muito bom. Nós sabemos que vocês vão ter um retorno. Eu gostaria de desejar um retorno feliz e dizer que Breves é nosso amigo, Breves é conosco. Breves converge com os outros Municípios e busca. Infelizmente, a gente não estava sabendo que vinha tão importante discussão, porque, senão, a gente teria trazido mais gente. Eu soube no meio do caminho e já parei aqui para poder assistir.”

DEPOIMENTO DA SRA. RITA RABOIN - Assessora da Comissão Justiça e Paz Paróquia Santana Breves, Pará.

CD144292764773

Trouxe as seguintes contribuições: “Agora, além daquilo, além de todo o esforço na educação das famílias, dos jovens, das crianças, tem que haver um trabalho a respeito da impunidade que existe, sobretudo para os donos das balsas que estão nesses rios aqui de Marajó numa forma ou outra, porque esses donos estão deixando as tripulações presentes nas suas balsas explorarem essas crianças. Eles estão nadando livres: nada de multa, nada de punição para ninguém nessas balsas. Não há punição para as boates aqui na cidade. Eu não vejo nenhuma ação aqui prendendo pessoas ou multando pessoas que até dão álcool para os menores. Fazem tanta coisa que explora e despreza a nossa juventude e crianças.

Então, impunidade é uma bandeira que eu levanto fortemente em torno desse assunto também. Eu quero que seja registrada também no relatório a falta de punição. Esses balseiros estão aproveitando em tudo e por tudo e contribuindo para a desintegração de nossa população.

Desculpem eu dizer isto: há momentos em que eu penso que os políticos, o Governo não estão governando o Brasil. Isso é um crime organizado. Muitas vezes é a classe empresarial que está dominando o Brasil. Então, se vocês que estão presentes aqui desta Comissão não atuarem, ficarem dessa forma mesmo, os outros que querem dinheiro, poder e influência vão continuar. E nós vamos ficar aqui numa roda, nós estamos, já foi falado aqui: mesmas informações, mesmas informações, mesmas informações. É dessa forma. Não há um avanço, um passo para a frente, desatolando essa dinâmica. Quantas CPIs já houve? Houve até um relatório estadual, eu estava presente, para outra CPI que houve aqui. Eu não sei o que se está fazendo com aquele relatório estadual.

CD144292764773

Agradeço a oportunidade de falar disso e de sublinhar o que a Márcia falou. Agora, eu tenho mais 1 minuto. Tivemos uma denúncia do interior do nosso Município sobre pornografia sendo feita por jovens, no interior, com computadores, utilizando nossas meninas. Um Conselheiro foi lá uma vez para olhar a situação, mas, por falta de transporte, não pode fazer o acompanhamento mais contínuo deste problema. Como foi que nós soubemos dessa denúncia? Uma senhora dirigente duma comunidade deu um bilhete que ela escreveu para Dom José Luiz Azcona. Ele entregou esse bilhete para mim, e eu entrei em contato com o Conselho Tutelar. Por falta de infraestrutura para as pessoas realizarem esses trabalhos, nossas crianças ficam nesse estado.

Então, nós chamamos a atenção, por favor, sobre esses dois pontos aqui: as ajudas que as entidades aqui estão precisando para fazer esse trabalho e o fim da impunidade."

DEPOIMENTO DO SR. PROFESSOR NENA - Vereador do Município de Breves, Pará.

Fez as seguintes observações: " Esta é uma cópia do ofício que nós encaminhamos para a Procuradoria de Justiça do Estado. Junto foram mais de duas mil assinaturas que nós coletamos na sociedade brevense. Eu tenho os originais, não tenho como encaminhar para vocês a cópia das assinaturas, mas a gente coloca aí: a ausência de promotores efetivos dentro dessas audiências que nós realizamos; a quantidade insuficiente de delegados — hoje nós temos um delegado para atender todo o Município; o superintendente faz o papel de três delegados no nosso Município, ele não faz nem o trabalho de superintendente; o baixo número de efetivo policial militar na região; a falta de estrutura local para aplicação de medidas socioeducativas ao menor infrator; a

CD144292764773

quantidade insuficiente de espaço para acomodação de criminosos presos; altos índices de desemprego. E aí vai tecendo aqui outros pontos. Diz quem participaram da audiência: o 9º Batalhão de Polícia Militar, o Diretor de Departamento de Trânsito, as ONGs. Aí também têm os pedidos que foram feitos, por exemplo: aumento do número do efetivo policial; o aumento da quantidade de delegados; ampliação e a modernização do sistema carcerário; construção de pelo menos mais duas escolas estaduais de ensino médio; implantação de unidade socioeducativa; aumento de frota de viaturas; implantação da Unidade Integrada Pró Paz na sede do Município; instalação de área portuária na cidade de Breves e de postos de policiamento que visem o controle de entrada e saída de embarcações, passageiros e cargas, objetivando a prevenção da entrada e saída de drogas, de produtos roubados e de contrabando na sede do nosso Município. Então, para que vocês anexem ao relatório de vocês, e a gente espera que possa estar contribuindo.

No mais, dizer que a gente tem esse grande nó que é esta rota: uma que passa por Breves, que é a do Rio Parauaú, pegando o Jaburu e que vai para Macapá e para outras cidades, que é também uma rota onde não existe essa fiscalização; a outra rota é o Tajapuru, que é muito maior, porque a maioria dos barcos passa por lá. Se já é difícil fiscalizar o Município de Breves, façam ideia desse outro rio que divide os dois Municípios: o Município de Breves e o Município de Melgaço.”

DEPOIMENTO DO SR. WALTER CARNEIRO - WALTER CARNEIRO - Vereador do Município de Breves, Pará.

CD144292764773

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Marajó é diferente de tudo. Marajó tem a sua peculiaridade estabelecida em sua região, em suas características geográficas, enfim. E quando a gente discute a questão da exploração da criança, do adolescente, o que falou a Irmã Rita, o que falou a Profa. Nemer, o Capitão Colares, o Conselheiro Cláudio, é tudo realidade, gente. Mas tem um detalhe a mais: o Marajó padece da falta de investimentos, tanto do Governo Federal como do Governo Estadual.

Os Municípios não têm condições alguma de fazer investimentos, porque as suas rendas são muito exíguas. Fecharam o nosso polo industrial, as nossas serrarias, fecharam. Mais de 10 mil pessoas ficaram desempregadas da noite para o dia. Mas não deram nenhuma alternativa de emprego para o nosso povo. E vocês sabem que vivemos em uma sociedade capitalista. E a criança, o jovem, o adolescente, ele quer ter as coisas. E o pai desempregado, sem ter condições de oferecer até o alimento para sua família, ele vai buscar isso de outras formas. E esses criminosos estão se prevalecendo da situação e ainda acontece o que a Irmã Rita disse, a impunidade.”

DEPOIMENTO DA SRA. VANACY LEÃO - Vereadora do Município de Breves, Pará.

Prestou os seguintes esclarecimentos: “Quero agradecer a presença de todos vocês aqui, da CPI; a todos vocês que estão aqui, profissionais na área da assistência social; Vereadores. E dizer que eu já fiz esta solicitação ao Deputado Arnaldo Jordy, e vou fazer às duas Deputadas: o Marajó precisa de um hospital materno infantil para atender as nossas demandas. Breves é polo do Marajó, e a gente precisa desse hospital. Então, já faço esse pedido, através de uma emenda parlamentar... Pode ser... E dizer que quanto à

CD144292764773

problemática do abuso e da exploração sexual, da pedofilia, do turismo, Marajó está em evidência nas mídias em relação a isso, e a gente tenta combater. É o nosso compromisso, hoje, enquanto Vereadora, de aqui levantar essa temática, discutir.

Concordo com a Profa. Márcia Nemer quando ela disse que é questão de prevenção. Convidei os profissionais da área da educação para estarem aqui hoje, porque a gente percebe assim: têm muitas meninas fazendo vídeos pessoais. E a gente se reporta a questionamentos dizendo assim: "*O que essas meninas entendem por sexualidade?*"

O Ministério da Educação coloca no currículo escolar um tema transversal que é a orientação sexual, mas não prepara os profissionais para atuarem, para falarem sobre sexualidade. As famílias não estão preparadas para falarem sobre sexualidade. Muitos casos de abuso e exploração sexual são em detrimento, sim, do fator econômico, do fator social, do fator familiar; mas muitos são de meninas que experimentam a primeira vez o sexo e aí começam a explorar o próprio corpo.

Muitos casos são assim. Aqui em Breves, sim. A gente conhece isso. A gente está com enormes vídeos circulando por aí de meninas filhas de família que tiveram uma educação, com certeza, uma base familiar, e estão com vídeos circulando, mostrando o próprio corpo. E meninas que, posterior a isso, jogam-se na vida sexual, banalizando o próprio corpo. E a gente fala que é abuso e exploração sexual também dos mais velhos, das pessoas que usam esses meios.

Então, eu gostaria de dizer que é prevenção. A nossa rede de funcionamento de políticas públicas em Breves não funciona. A gente sabe

CD144292764773

disso, não é, Profa. Marcia? Não funciona! O Conselho Tutelar poderia ter falado mais, porque realmente está defasado. Precisa de estrutura para o seu funcionamento. Já solicitei ao Prefeito mais um Conselho Tutelar para o nosso Município. A gente tem 100 mil habitantes. A metade da população está na zona rural e precisa de um Conselho Tutelar atuante lá. Então, eu digo que as políticas públicas em Breves precisam realmente funcionar, para que a gente possa melhorar a qualidade de vida. Eu falo de Breves, mas a gente tem que se reportar ao Marajó também como um todo."

DEPOIMENTO DA SRA. SIMONE EDORON MACHADO ARAÚJO - Delegada, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis do Estado do Pará.

Fez o seguinte pronunciamento: "Desde o ano passado, nós vimos realizando operações policiais aqui na área com o foco em violência sexual, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Não só aqui na cidade de Breves, mas também no Marajó como um todo, Curralinho, Melgaço, Anajás, Chaves.

E em consideração à fala da Irmã, por força dessas ações operacionais que nós vimos realizando e por força da busca de integrar os órgãos nessas operações, irmã, nas últimas operações que nós realizamos, nós as temos inclusive realizado com a participação da Superintendência Regional do Trabalho, também com a participação do Ministério Público do Trabalho, e isso, inclusive, originou um Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado semana passada, no Ministério Público, em que as empresas que fazem navegação e transporte aqui nessa área assumem mais uma vez o compromisso com a questão do enfrentamento dessa violência sexual.

CD144292764773

O nosso próximo passo, na realidade, é fazer esse mesmo Termo de Ajustamento de Conduta com os comandantes das embarcações. Porque, na realidade, nós temos dois pontos: nós temos a relação trabalhista que a empresa tem com os comandantes, mas, a partir do momento em que o barco desatraca, ele passa a ser regimentado, legalizado pela Lei Marítima, e fica sob tutela do comandante da embarcação. Também com esse grupo nós estamos assinando um novo Termo de Ajustamento com essas pessoas, iniciando um processo de capacitação, tentando fazer um trabalho preventivo com todos esses servidores, com todos esses marinheiros que atuam nessa área aqui dentro do Marajó — do Marajó como um todo, não só em Breves — na busca da repressão a esse crime.

As ações, que é uma operação que a gente denomina como Upiara, terão continuidade ao longo deste ano, inclusive para cá, para Breves. E, aproveitando a oportunidade, eu solicito mais uma vez, o apoio da rede de atendimento, para que nos tragam informações a respeito dos casos denunciados, para que, quando as nossas equipes policiais chegarem aos Municípios, a gente já tenha esses dados que foram previamente levantados a respeito pelo Conselho Tutelar, pelo próprio CREAS, para que a gente efetivamente venha ajudar, auxiliar, numa lacuna que a gente tem consciência que existe aqui no sentido da segurança pública.”

DEPOIMENTO DO SR. LUIZ FERNANDES ROCHA - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará.

Teceu os seguintes comentários: “Primeiro, quero cumprimentá-los, em nome da Deputada Liliam, do Deputado Jordy, e apresentar aqui as desculpas do Governador pelo não comparecimento a esta audiência. Ele teve

CD144292764773

que viajar para o interior do Estado. O Governador já estava com a agenda marcada, mas pediu-me que os recebessem. Com certeza, tudo que foi dito aqui e os documentos, eu levarei ao conhecimento dele.

Eu quero fazer alguns comentários sobre o que ouvi e algumas considerações sobre o investimento do Governo do Estado na área de segurança, principalmente a preocupação com os grupos em estado de vulnerabilidade, dentre eles crianças e adolescentes. Tanto é assim que, no caso da Polícia Civil, foi criada até uma diretoria de atendimento a pessoas em estado de vulnerabilidade. E há também o Programa PRO PAZ, que foi criado em 2004, o PRO PAZ Integrado. Naquela época, Deputada, este PRO PAZ surgiu de uma visita nossa, da Segurança Pública, ao pronto-socorro municipal daqui, que continua lá na 14. E lá nós temos — não sei nem se a gente tem ainda — um posto policial para fazer o registro das pessoas que entram feridas, de todos os casos que precisam de providências. E eu era chefe de polícia, fui lá para ver como estava funcionando, as condições, tudo. Lá, eu encontrei uma mãe fazendo o registro de uma criança que tinha sido vítima de violência sexual, junto com outras pessoas. E, numa discussão com o Governador, que é o atual Governador, foi pensado o PRO PAZ, que foi o primeiro lá na Santa Casa de Misericórdia. Mas por que na Santa Casa? Porque lá é o hospital referência de criança e adolescente vítimas de violência sexual. E, aí, foi criado o PRO PAZ Integrado, que existe até hoje. Ele foi um pouco, para falar na linguagem do Governador, desidratado durante um tempo, mas voltou com força total em 2011, para haver essa prioridade que sempre foi dada nesse atendimento. Aliás, um dos crimes que eu acho mais bárbaros,

CD144292764773

mais hediondos é aquele praticado contra crianças e adolescentes, principalmente o sexual.

Essa política — antes de responder a algumas coisas aqui que o Deputado Jordy colocou e a senhora também — vem de 2011, foi retomada. Sabemos das dificuldades de se criar uma unidade policial para esse atendimento em cada Município. Isso é quase impossível, hoje, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não temos, mas gostaríamos muito de ter essa unidade policial. Aqui na Região Metropolitana, além da Santa Casa, foi criado, do lado do Centro de Perícia Científica, mais um PRO PAZ Integrado, para atender crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, com perícia específica para isso, assim como era na Santa Casa, e foi estendido para alguns Municípios do interior. Hoje nós temos um no Município de Bragança. Nós temos um que já vai entrar em funcionamento em Altamira. Temos outro em Tucuruí, em Santarém, que foi o primeiro fora do Estado. O de Paragominas está pronto, já funciona parcialmente. O prédio do PRO PAZ Integrado está pronto, acho que até o final deste mês já se começa a trabalhar. Naqueles Municípios onde nós ainda não conseguimos fazer — vai demorar um pouquinho, principalmente por razão pessoal —, nós estamos trabalhando com a Unidade Integrada PRO PAZ. O PRO PAZ tem várias versões. O que é Unidade Integrada PRO PAZ? A Unidade Integrada PRO PAZ é uma unidade onde, no mesmo espaço físico, trabalham, desenvolvem suas atividades Polícia Civil, Polícia Militar, em alguns lugares; Corpo de Bombeiros, em outros, inclusive a Defensoria. E, com a parceria com os Municípios, nós estamos colocando, em cada unidade dessas, assistente social, para que possa referenciar esses casos, principalmente de violência

CD144292764773

contra crianças e adolescentes, porque a gente não pode colocar em cada Município uma delegada, porque nós não temos delegadas em número suficiente e também não podemos fazer concurso específico para "delegada".

Nesse concurso de delegados — depois eu vou falar um pouquinho —, nós temos vinte...(...) Trinta e três. A gente está fazendo esse trabalho em todos os Municípios. Agora, na segunda-feira, Deputado Jordy, nós vamos estar em Santarém — o PRO PAZ vai estar junto —, nos reunindo com todos os Prefeitos e as Secretarias de Assistência Social dos Municípios da região. Por quê? Para que a gente trabalhe com essa mesma filosofia do PRO PAZ Integrado. Para todos os Prefeitos que têm vindo comigo e passam sempre comigo, trazidos pelos Deputados ou que vêm sozinhos, eu tenho colocado esse trabalho. E lá em Santarém, possivelmente, nós vamos levar — não sei da agenda dele — o Prefeito de Piçarra, Município que fica a mais de 200 quilômetros de Marabá. Por que pretendemos levá-lo? Porque ele está trabalhando diariamente, praticamente dando expediente na unidade integrada. Ou seja, ele não só abraçou o programa como também tem fiscalizado constantemente. Nós o convidamos para que ele mostre — não eu, o Secretário, e os policiais —, fale desses problemas. Já na segunda-feira, nós vamos estar em Santarém com todos os Prefeitos daquela região. Dessa maneira, a gente está tentando minimizar os problemas.

Mas uma coisa que jamais pode acontecer — e eu acho que isso é uma questão muito de gestão — é não ter um lugar para onde levar a criança que sofreu abuso, como o caso que a senhora mencionou de uma criança que sofreu abuso e não tinha um lugar para aonde levá-la. Hoje, a gente vai buscar

CD144292764773

em qualquer lugar deste Estado. Isso é gestão local, isso não dá para admitir. Aliás, eu até queria que se olhasse porque isso aconteceu. Uma vez que se entrou em contato conosco, imediatamente, de helicóptero ou de avião, prestamos assistência. Nós nunca medimos esforços para fazer esse tipo de serviço. Há um Município em Marajó, Chaves, que fica lá em cima, que fez uma reclamação. Eu estava no Conselho Estadual de Segurança Pública, cuja composição é metade sociedade civil e metade Estado. Esse Conselho é muito atuante. No Brasil, só são três Conselhos nesse formato, e o mais antigo é do Estado do Pará. Nesse Conselho, nós temos a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; o Conselho da Criança e do Adolescente; o Conselho do Negro; a OAB; o Parlamento, que faz parte com dois Deputados; o Judiciário, com a Desembargadora, que é a Vice-Presidente do Conselho, e também o Ministério Público. Todas essas demandas que chegam, imediatamente a gente manda resolver. Coisas como essas, eu tenho certeza de que não chegaram, senão a gente teria levado.

Eu acho que a maneira que a gente está desenvolvendo esse trabalho, com o PRO PRAZ, vai poder atender a todos os Municípios do Estado. Nós estamos com concurso da Polícia Civil, que termina em 20 de junho. Já é compromisso do Governador colocar delegados em todos os Municípios do Estado do Pará. Veja a dificuldade que é manter — e o senhor falou muito bem — um delegado nesses Municípios! Em 2012, nós tivemos uma turma de 19 delegados. Nós priorizamos o Marajó. Lotamos delegados em todos os Municípios do Marajó, sem exceção. Dois, 3 meses depois, alguns pediram exoneração, acabaram saindo, algumas mulheres ficaram grávidas, talvez umas duas lá, e terminaram retornando, e nós ficamos com alguns Municípios

CD144292764773

lá no Marajó sem delegado. Novamente, nós vamos colocar delegado em todos os Municípios do Marajó, em julho, quando acontecerá a nomeação.

O senhor falou da gratificação diferenciada. A polícia tem a gratificação de interiorização gradativa, são 10, 20, 30%, dependendo da distância do Município. Marajó é um deles, em que o valor é mais alto. Temos também aquele delegado, que responde por mais de um Município, que recebe gratificação por acumular duas circunscrições. Recentemente, aprovamos lei que diz que o delegado pode responder até por duas circunscrições. Nós não botamos mais circunscrição até para evitar que ele não atenda a contento. Além do que foi feito um plano de cargos e de salários até 2018. O salário pode não ser o melhor. No Distrito Federal, dizem que o salário é bem melhor do que o salário do nosso Estado, mas é o Governo Federal que paga. Se o Governo Federal pagasse o nosso salário seria bem melhor.

O quantitativo de policial, por exemplo, do Distrito Federal é quase o dobro do nosso, e o Distrito Federal é um quadradinho. E eu, com o efetivo que a gente tem aqui para trabalhar no Distrito Federal, não preciso mais do que isso, é a metade do que está lá, não é? Nós entregamos à população 1.884 policiais militares, hoje. É por isso — e até peço desculpas — que hoje eu não fui à OAB. Nós estávamos na formatura dos policiais. O Governador estava lá. E o concurso para a contratação de mais 2 mil policiais já foi autorizado pelo Governador. Há uma coisa que o senhor falou, uma coisa correta, que a gente não precisa muito de quantidade, e, sim, de qualidade. Nós temos Município onde há o mínimo de policiais e funciona muito bem. Vou dar só um exemplo: o Município de Breves.

CD144292764773

A gente tem problema lá no Município de Breves. Como o senhor sabe, lá nós temos um efetivo muito ínfimo. Lá em Breves, é só o superintendente que atende alguns Municípios. Lá nós temos um programa de redução de criminalidade. Todo o mês há uma reunião aqui. Chega a dar pena ver um delegado lá, sozinho. Dá vontade de chorar junto com ele. A gente já falou: "*Espera mais um pouquinho que agora, em junho, esse efetivo vai ser colocado*". E olha que são pessoas dedicadas! Trabalhar naquela região não é a mesma coisa que trabalhar numa região metropolitana aqui ou em um Município próximo daqui, em que dá um grito e daqui a pouco chegam as viaturas. Lá, não é assim. Em Breves, se der um grito, por exemplo, no mínimo, vamos gastar 12 horas para chegar até o Município. Se for à noite, tem que pegar lancha. Mas vai demorar 12 horas para chegar lá em Breves. Se for durante o dia, gasta uma hora e pouco de helicóptero, para chegar lá e dar o apoio.

Mas e se fosse em Afuá! Aí, sim, nós íamos demorar 3 dias de embarcação. Vai para Macapá e, depois, vai para Afuá, há essas grandes diferenças. É um problema muito sério. Mas eu quero deixar claro aqui tanto para a Deputada, como para o Deputado Jordy, que me acompanha mais de perto, até porque ele é da base, é um Deputado muito atuante aqui, viaja por todos os Municípios do Estado, o que não é fácil, que há determinação do Governador. Ele tem buscado melhorias na segurança pública, medidas estruturantes, desde 2011. Eu lhe diria que a principal política na área da segurança pública que a gente persegue é a prevenção. A gente vem trabalhando junto com o PRO PAZ, que coordena todas as políticas públicas de prevenção da Secretaria, que faz a coordenação.

CD144292764773

A Secretaria de Segurança está ligada diretamente à Casa Civil. Eu costumo falar muito, e repito, que, na questão policial, é como alguém que está com febre, toma um analgésico, mas não busca as causas da doença. E na área da segurança pública, a gente trabalha muito a consequência, mas sabe que as causas precisam ser trabalhadas. O Governador sempre fala que os dois inimigos da segurança pública são a pobreza e a desigualdade. A gente também trabalha com mais duas causas eleitas aqui pela área de segurança: a impunidade e o tráfico de drogas, o tráfico pesado. A impunidade, eu acho que chega a ser até maior do que o tráfico. Eu estou falando do sistema de Justiça e segurança. A gente vem adotando muitas medidas nessa área. Só para a senhora ter uma ideia, há um ano e meio, nós estamos tentando implantar — mas nós vamos implantar — o procedimento eletrônico, desde a ocorrência até a sentença, sem ter papel. Hoje, Deputada, o que mais se questiona, se reunir Polícia, Ministério Público e Justiça, um joga para o outro. "*Olha, o inquérito está parado, a polícia não encaminhou.*" Se chegar no Ministério Público, ele vai dizer a mesma coisa: "*Que devolveu o inquérito para a diligência e isso não retornou"*. E se vai para a Justiça: "*O inquérito está parado porque está precisando de diligência*". O procedimento eletrônico, praticamente, já está pronto. Na polícia, há muitos anos, nós já temos a informatização.

O Ministério Público não tinha. O Ministério Público licitou a empresa. Hoje, nós já podemos hoje ter essa comunicação junto com o Judiciário. Isso vai ajudar a reduzir a impunidade. E quanto ao posto, esse pontual lá do porto, eu não sei quem foi lá, o Jorge, o *(ininteligível)* e o Delegado-Geral, dar uma olhada também com o Daniel, lá no porto, em Breves. Isso que a Deputada

CD144292764773

Liliam falou a gente não vê nenhum problema em resolver.(...) Junto, porque o trabalho nosso aqui é sempre integrado também com os Municípios, com o Governo Federal. Então, é uma parceria muito grande. Eu diria para a senhora que é um dos únicos Estados do País onde se vai encontrar trabalhando juntos todos. Todos trabalham juntos. Aqui tem um grupo de diagnóstico e monitoramento do Estado. Quem faz parte desse grupo de diagnóstico e monitoramento? A partir de uma solicitação da Secretaria de Segurança Pública, nós temos um representante do Poder Judiciário, um representante da ABIN, que trabalha direto com a gente, da Polícia Federal, também direto, da Polícia Rodoviária Federal. E só não foi indicado ainda um do Ministério Público, mas a gente já pediu para que faça esse acompanhamento. São um diagnóstico e um acompanhamento das ocorrências criminais. Acompanha a execução dos planejamentos para ver se está de acordo e acompanha diariamente os números e estatísticas da segurança pública.

Então, o Estado é muito transparente nessa questão. Temos muitos problemas, mas a gente tem tentado resolvê-los. Eu diria para a senhora o seguinte. Alguém falou em veículo aqui também, acho que foi a senhora.(...) A lancha. O efetivo, esse é um problema. E eu diria que é um problema das duas maneiras que o Deputado falou, tanto quantitativo como qualitativo. Eu acho que o qualitativo supriria muito o quantitativo. Veículos, nós não temos problema de veículos. Se alguém está com problema de veículo, a gente precisa olhar qual foi o ponto. Deputada, veículos nós distribuímos mais de 1.800. Eu já disse o seguinte aqui, e estou repetindo o que o Governador disse: se você precisar de 20 veículos, nós vamos mandar os 20. Agora, o que a gente faz? Os veículos são distribuídos de acordo com o efetivo, de acordo

CD144292764773

com o efetivo. Não é dizer: *"Preciso de mais dois"*. Não. Você tem efetivo para isso? Se tiver, a gente manda.

Lanchas: nós adquirimos, só nesses 2 anos, mais de 18 lanchas, que nós tínhamos, compramos novas e distribuímos nos Municípios do Marajó modelos de lanchas, capacitando as pessoas para que possam utilizá-las. Remotorizamos, porque tinha 11 lanchas, quando nós assumimos em 2011, tinha 11 lanchas seminovas, mas com motor a gasolina que gastava 200 litros de gasolina por hora. Elas ficavam paradas.(...) Sim. Esse conceito que eu mencionei para senhora do PRO PAZ, da Unidade Integrada PRO PAZ, é aquele que atende tudo, mas tem também assistente social, que referencia para o CRAS, para o CREAS, faz essa referência. Agora, no PRO PAZ Integrado, que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso, sabe qual é a dificuldade nossa? Médico. Não é nem pelo pagamento, é porque ele não consegue médico com recurso. Hoje, o médico num interior desse do Estado ganha em média 20, 30 mil reais.

O salário que o Estado paga para o médico é em torno de 3.800, 4 mil reais, mais ou menos. Não se consegue médico. Não é a questão da polícia, não é a questão da assistente social. Por exemplo, ontem eu estava na Assembleia Legislativa, numa audiência. E lá tem um Município daqui também que não é menos problemático do que os outros, que é do Baixo Tocantins, é praticamente a mesma região, que é Cametá, onde também tem sido pleiteado isso. Eu falei: *"Olha, se vocês me arrumarem um médico,"* — arrumarem para a gente pagar, não é nem arrumar para eles pagarem não! — *"a gente faz..."* Mas não tem médico.(...) Eu quero agradecer a todos, mais uma vez, a presença. Eu acho que nós só vamos conseguir mudar com essa união,

CD144292764773

todos preocupados e com o mesmo objetivo. O trabalho que tem sido desenvolvido, durante todo esse tempo, com essas políticas públicas, dando prioridade para a política de prevenção, que eu acho que é mais correto... Eu acho que sou um dos únicos Secretários de Segurança do Brasil que fala muito mais em prevenção do que em repressão. Mas por quê? Porque eu também sou policial de carreira há mais de 35 anos. E a gente sempre vem falando, desde o início, sempre reclamava: *"Olha, está faltando veículo; está faltando arma; está faltando colete; é por isso que há violência hoje".* E quase todo mundo tem isso. Mais ou menos, no Brasil inteiro, você tem. *(Ininteligível).* Então, tem que se trabalhar, a Polícia está para trabalhar com grandes quadrilhas, esse negócio todo.

Mas nesses crimes menores, pelo menos nesses crimes que têm a causa em políticas públicas, a gente tem que trabalhar essas políticas públicas. É mais demorado? É. Tem uma resposta mais demorada? Tem. Mas ele é mais eficaz. Então, Deputada, alguns casos desses, identificados quando dessa fiscalização do porto — aqui fica o compromisso de a gente resolver de imediato —, questões como veículo, volto a dizer para a senhora que, se tiver em algum lugar, nós vamos verificar, se estiver faltando, nós vamos verificar."

7.12 AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA COM AUTORIDADES DO DISTRITO FEDERAL.

DEPOIMENTO DO SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Disse que assumiu o comando da Polícia Militar na sexta-feira anterior, às 17 horas, e que já tinha conhecimento sobre o fato ocorrido, na qualidade de

CD144292764773

Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Distrito Federal, tendo dado o encaminhamento para a Polícia Militar apurar esses fatos. Afirmou que esse inquérito foi devolvido pelo Ministério Público, com prazo de sessenta dias, para providências complementares.

Apesar das denúncias e citação de nomes, não foi identificada autoria. Dos nomes que foram citados, verificando-se no quadro de efetivo da corporação, de 15.200 homens aproximadamente, apenas um nome teve alguma semelhança, o de um policial que trabalha no 6º Batalhão de Polícia Militar e presta serviço em Samambaia.

Assim, esses nomes citados não foram identificados como indivíduos da Polícia Militar de pronto. Outra dificuldade, segundo o Comandante, foi a identificação dos denunciantes. O Comandante se comprometeu a encaminhar cópia do Inquérito Policial Militar de nº 2011.001.0031.0157.

DEPOIMENTO DA SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

Afirmou que a Promotoria da Infância e da Juventude cível, de defesa dos interesses individuais, indisponíveis, coletivos e difusos tem atribuições relacionadas à proteção de crianças e adolescentes, tanto na esfera processual, judicial, quanto na esfera extrajudicial, no que diz respeito à fiscalização de políticas públicas.

Essa denúncia contra policiais militares não se encontra na competência da Promotoria da Infância e da Juventude. Nesse caso, a fiscalização está a cargo das promotorias militares, responsáveis pela persecução criminal de policiais militares que cometem ilícitos.

CD144292764773

Relatou que são recorrentes as notícias de violência de policiais contra crianças e adolescentes, que, muitas vezes, não querem fazer nenhum depoimento formal porque, infelizmente, não se sentem seguras.

DEPOIMENTO DO SR. NÍSIO TOSTES - Promotor de Justiça Militar do Ministério Público do Distrito Federal.

Iniciou sua abordagem comentando a questão do Inquérito Policial Militar nº 157, resultante de uma denúncia encaminhada pela Deputada Erika Kokay ao Secretário de Segurança Pública, acompanhado de um DVD, em que há menção a crianças que teriam sido vítimas de violência física e sexual por parte de policiais militares do Distrito Federal.

Afirmou o Promotor que o grande problema do inquérito é que não essas crianças não são devidamente identificadas e também não há qualquer laudo que comprove as lesões sofridas, o que torna deficitária a materialidade do fato criminoso.

Outro problema identificado é a identificação do suposto autor do crime. No inquérito, o policial se defende dizendo o seguinte: *"Eu sou um policial militar rigoroso, que atuo, de forma rígida, na prevenção a delitos, na repressão a delitos na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, e com isso eu provoco a irritação de determinadas pessoas envolvidas em transporte clandestino e menores que usam drogas, que atuam naquela área, e que com isso vêm fazendo denúncias vazias contra a minha pessoa".* E arrola uma série de testemunhas que estariam comprovando esse fato.

Além disso, disse também que, no vídeo encaminhado à Promotoria, a imagem e o som encontram-se distorcidos.

CD144292764773

Com relação ao inquérito em trâmite na Promotoria de Justiça Militar, com os depoimentos de oito adolescentes, prestados em 2008, o Sr. Nísio Tostes respondeu que essa investigação estava sob os cuidados de outro Promotor, o Dr. Mauro Faria de Lima, que teria ouvido cerca de 40 pessoas, entre moradores de rua e agentes policiais.

Segundo o depoente o Promotor à época teria afirmado: *"Não tivemos como identificar nomes, número de viaturas e sequer os dias e horários em que as supostas agressões teriam ocorrido. É um tema muito complicado de apurar, pois as pessoas que vivem nas ruas são muito vulneráveis, não acreditam mais na ação do Estado, que veem como inimigo, e teme uma ação enérgica contra ele".*

O depoente ainda teceu comentários sobre a legislação penal militar, afirmando que ela precisa de uma revisão mais do que urgente, tendo em vista que o Código Penal Militar foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.001, de 1969, no auge da ditadura.

Esse Código, na visão do depoente, encontra-se em dissonância com a legislação penal comum, inclusive no que tange aos crimes contra a liberdade sexual, tendo em vista as modificações trazidas ao Código Penal pela Lei nº 12.015, que estabeleceu pena de 6 a 10 anos de reclusão para o crime de estupro, enquanto, no Código Penal Militar, que não foi mudado, a pena para o mesmo crime é de 3 a 8 anos.

Sugeriu o depoente a revogação do § 6º do art. 209, que ele é uma das maiores causas de impunidade neste País. Também mencionou a Lei nº 8.072, de 1990, Lei de Crimes Hediondos, cujo art. 1º tipifica como hediondos crimes

CD144292764773

constantes do Código Penal, o que não pode ser aplicado por analogia ao Código Penal Militar.

7.13. OUTROS EVENTOS REALIZADOS PELA COMISSÃO

Outros eventos foram realizados por esta Comissão. Todavia, tendo em vista a exiguidade do tempo, passaremos a elencar essas atividades, sem, contudo, expor o seu conteúdo, o qual estará disponibilizado, por meio das respectivas notas taquigráficas, no site da Comissão e na Secretaria da Comissão.

Ato Público alusivo ao Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no dia 22/05/2013, no Hall da Taquigrafia da Câmara do Deputados, com a presença dos seguintes convidados:

- JOACY DE DEUS PINHEIRO, Coordenador do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

- EDUARDO CHAVES, Coordenador do Centro de Atendimento Integrado à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual da Secretaria de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal;

- MÁRCIA FREITAS VIEIRA, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

- KARINA FIGUEIREDO, Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

CD144292764773

SEMINÁRIO REALIZADO NO DIA 27 /05/2014, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”

PAINEL: Agenda convergente para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nos grandes eventos de 2014 (Req. 89/14, da Dep. Erika Kokay, apresentado na CDH).

Com a participação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Integrantes da Mesa de Abertura:

Exma. Sra. **Deputada ERIKA KOKAY** , Presidenta da CPI;

Exma. Sra. **IDELI SALVATTI** , Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Mesa de Expositores do Seminário:

REPRESENTANTE da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

Sra. **TERESA CRISTINA FRANCO COSENTINO**, Economista do Departamento de Políticas, Articulação e Sustentabilidade, representante do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Sr. Luciano Coutinho;

CD144292764773

Sra. **MOARA MENTA GIASSON**, representante do Presidente do Instituo Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Sr. Volney Zanardi Junior;

Sra. **FABIANA GOREMSTEIN**, Oficial de Proteção do Unicef no Brasil;

Sra. **KARINA FIGUEIREDO**, Secretária Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual;

Sra. **JUDITE DA ROCHA**, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB;

REPRESENTANTE da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED e da Plataforma Dhesca Brasil;

Sr. **MARCOS AVILQUIS CAMPOS**, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;

Sra. **MARIA LÚCIA PINTO LEAL**, Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes.

CD144292764773

8. PACTOS FORMALIZADOS PELA CPI EM DEFESA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

8.1. PACTO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIRAS DURANTE AS COPAS DAS CONFEDERAÇÕES E DO MUNDO

A CPI da Exploração Sexual da Câmara Federal foi instituída para investigar os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, e a partir de diagnóstico elaborado por meio de diligências, audiências, e outros instrumentos legislativos, elaborar relatório indicando ações de indiciamento e criação ou alteração de políticas públicas, com vista ao estabelecimento de novos marcos referenciais para a atuação do Estado brasileiro.

Dentre os fatos já verificados pela CPI, destaca-se a ampliação dos riscos a que ficam submetidas crianças e adolescentes durante a ocorrência de grandes e mega eventos nas cidades. Entende-se que tais atividades propiciam a realização de novas obras de infraestrutura, ampliam a movimentação financeira e estimulam o crescimento do turismo, contribuindo para o crescimento das cidades realizadoras dos eventos, mas em contrapartida, também geram o aumento da vulnerabilidade de crianças e adolescentes, que ficam expostas a maiores e diversos riscos.

No Brasil, além dos grandes eventos que já ocorrem, tais como: o carnaval, eventos culturais, festas típicas regionais; estão previstos a realização de megaeventos que atrairão para o território nacional uma quantidade substancial de turistas: a Copa das Confederações de 2013, a Jornada da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas e

CD144292764773

Paraolimpíadas de 2016. Trata-se de um momento especial para os/as brasileiros/as, no entanto precisamos fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos direcionados às crianças e adolescentes, no sentido de garantir que a proteção destes cidadãos e cidadãs não seja ameaçada e/ou violada.

Em face de tal diagnóstico, o Poder Público brasileiro, aqui representado por autoridades dos Municípios, Estados e Distrito Federal, signatários deste Pacto pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros durante os megaeventos das Copas das Confederações e do Mundo, cientes das determinações legais dispostas pelo ordenamento jurídico brasileiro, ora delimitado pelo art. 227 da Constituição Federal, que dispõe:

> ***"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."***

Comprometemo-nos publicamente, a partir dessa data, com os seguintes compromissos:

1. Criar campanhas educativas em toda a rede hoteleira, pontos turísticos e nas escolas da rede pública e privada alertando para os riscos da exploração sexual e do trabalho infantil. A referida campanha deverá iniciar previamente à Copa das Confederações

CD144292764773

2013 e deverá permanecer até o fim da Copa do Mundo em 2014.

2. Garantir as linhas e montantes orçamentários adequados para a efetivação plena das campanhas educativas.
3. Qualificar os profissionais da segurança pública para a atuação preventiva e de proteção aos direitos de crianças e adolescentes.
4. Apresentar plano concreto de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, de forma a lhes garantir condições de realização de trabalho contínuo durante os eventos esportivo.
5. Manter plantões nas Delegacias de Proteção de Crianças e adolescentes, e dos Conselhos Tutelares, nos dias de realização dos megaeventos.
6. Fortalecer as organizações governamentais que compõem a rede de atendimento de crianças e adolescentes, com ênfase na proteção de direitos.
7. Estruturar um sistema de atendimento especial, para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, durante os megaeventos
8. Garantir que a abordagem policial e de órgãos do Estado a crianças e adolescentes em situação de risco, deverá ser realizada com o acompanhamento de órgãos integrados ao sistema de garantia de direitos da criança e adolescente, em especial o Conselho Tutelar.
9. Garantir que não seja decretado férias ou feriados escolares em dias que não ocorrerem jogos oficiais da Copa das Confederações 2013 ou da Copa do Mundo 2014.

CD144292764773

10. Promover iniciativas de esporte e lazer nas escolas da rede pública e nas Vilas Olímpicas.

11. Apresentar os planos de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, tendo em vista a aprovação o orçamento necessário ao desenvolvimento dos programas, projetos e serviços previstos, de forma a terem ações incluídas no Orçamento 2014.

Assinaram este Pacto o CONANDA, o representante dos Comitês Populares da Copa, a representante do Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual, a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Assinaram o Pacto as seguintes cidades: Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Distrito Federal e Porto Alegre.

8.2. PACTO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIRAS REALIZADO COM OS CLUBES ESPORTIVOS.

A CPI da Exploração Sexual da Câmara Federal foi instituída para investigar os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, e, a partir de diagnóstico elaborado por meio de diligências, audiências, e outros instrumentos legislativos, elaborar relatório indicando ações de indiciamento e criação ou alteração de políticas públicas, com vista ao estabelecimento de novos marcos referenciais para a atuação do Estado brasileiro.

CD144292764773

Dentre os fatos já verificados pela CPI, destacam-se os maus tratos e a exploração sexual de jovens praticados no âmbito das escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.

Esses atletas são submetidos a diversos riscos e as famílias sequer ficam sabendo das condições a que expostas essas crianças e adolescentes durante o treinamento esportivo. Por essa razão, a CPI considerou oportuna a realização de um pacto com os clubes esportivos, com o objetivo de promover a defesa desses jovens atletas, tendo em vista o disposto no art. 227 da Constituição Federal, cujo teor é o seguinte:

> ***"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."***

Em face do exposto, comprometemo-nos a envidar esforços, a partir dessa data, visando à adoção das seguintes medidas:

CD144292764773

1. Apoiar campanhas educativas, no âmbito dos clubes esportivos, alertando para os riscos da exploração sexual e do trabalho infantil.
2. Apoiar as linhas e montantes orçamentários adequados para a efetivação plena das campanhas educativas.
3. Qualificar os profissionais que atuam no treinamento esportivo de crianças e adolescentes para a atuação preventiva e de proteção aos direitos de crianças e adolescentes.
4. Adotar providências para prevenir o tráfico interno e externo de atletas.
5. Usar a ouvidoria da CBF para receber denúncia de maus tratos e de exploração sexual de crianças e adolescentes.
6. Solicitar o registro de escolas de formação de atletas nos clubes, nos conselhos tutelares e nas respectivas federações.
7. Esclarecer os pais acerca das condições a que são submetidos os alunos das escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.
8. Fiscalizar as atividades realizadas pelas escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes, bem como os clubes esportivos que contratam atletas

CD144292764773

oriundos dessas escolas ou que subsidiam, de alguma forma, esses estabelecimentos.

9. Incentivar a agregação de escolas de formação de atletas crianças e adolescentes a clubes esportivos.

10. Adotar medidas punitivas para aqueles que descumprirem essas determinações, como descredenciamento de entidades esportivas, fechamento de escolas de formação de atletas, entre outras cabíveis na forma da legislação.

O presente termo de compromisso fica sujeito a monitoramento e cobrança por parte de toda a sociedade civil, meios de comunicação em geral e pelos agentes operadores dos direitos da criança e do adolescente, podendo ser denunciado a qualquer momento pelo seu descumprimento.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2014.

ÉRIKA KOKAY
Presidente

LILIAM SÁ
Relatora

JOSÉ MARIA MARIN
Presidente da CBF

CD144292764773

9. VITÓRIAS ALCANÇADAS PELA CPI

9.1. PRISÃO DO PREFEITO DE COARI, ADAIL PINHEIRO, ACUSADO DE PEDOFILIA NO AMAZONAS.

Chegaram a esta Comissão denúncias contra o Prefeito de Coari, Adail Pinheiro, sobre quem pesa a acusação de utilizar recursos públicos para alimentar uma rede de exploração sexual, inclusive com a exploração de menores de dezoito anos, o que caracteriza a prática de pedofilia.

De acordo com informações obtidas, Adail Pinheiro, com auxílio de servidores públicos, estruturou essa rede de exploração sexual da qual se beneficiam ele próprio e pessoas do seu círculo de amizade.

Esta Comissão deslocou-se até Coari, no dia 8 de julho de 2013, para ouvir os acusados e testemunhas. Todavia, os membros da Comissão foram hostilizados ao desembarcarem em Coari, onde havia pessoas que portavam faixas com os dizeres “Fora CPI”.

Recebemos várias denúncias de que o prefeito mobilizou servidores públicos para realizaram manifestações contra a CPI, hostilizar seus integrantes e obstruir os trabalhos da Comissão.

Além disso, fomos informados da existência de um ponto facultativo informal, inclusive as escolas não funcionaram nesse dia, para que servidores municipais e comissionados da Prefeitura pudessem participar das manifestações contra a CPI, tudo orquestrado pelo Prefeito de Coari, Adail

CD144292764773

Pinheiro. A Comissão, inclusive, flagrou assessores diretos do Prefeito coordenando os protestos.

Além disso, o Prefeito Adail Pinheiro, intimado para prestar depoimento, apresentou atestado médico, ocultando-se, desse modo, do depoimento perante a Comissão.

Finalmente, após vários esforços, a atuação desta Comissão resultou na prisão de Adail Pinheiro e no andamento do processo contra ele instaurado na Justiça do Estado do Amazonas.

Além disso, Adail Pinheiro foi afastado do cargo de Prefeito, por decisão do Tribunal de Justiça do Amazonas, a pedido do Ministério Público do Estado.

9.2. AÇÃO PENAL APRESENTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA CONTRA O EX-DEPUTADO ESTADUAL NILSON MACHADO, O DUDUCO, DE 54 ANOS, POR CRIMES DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS, SUPOSTAMENTE COMETIDOS NA CRECHE QUE ELE MANTINHA EM FLORIANÓPOLIS.

O inquérito, que corre em segredo de justiça conta, inclusive, com o testemunho do filho adotivo Rodrigo Machado. A referida creche funcionava próximo à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Justiça. Além da ação penal movida pelo Ministério Público, as crianças foram retiradas da creche.

9.3. PRISÃO DE FERNANDO MARINHO DE MELLO, OFICIAL DE MÁQUINAS DA MARINHA MERCANTE, CONDENADO PELO SEQUESTRO DE LARISSA SANTOS, DE 12 ANOS, E INVESTIGADO EM OUTROS DEZESSETE CASOS DE DESAPARECIMENTO DE MENORES.

De acordo com as investigações, Fernando Marinho de Melo entrou na casa da garota Larissa e, dizendo que levaria uma televisão para o conserto, pediu que a menina o acompanhasse e, desde então, ela não foi mais encontrada.

CD144292764773

9.4. RENÚNCIA DO VEREADOR ALTAIR NOGUEIRA, NO SUL DE MINAS GERAIS.

A CPI esteve em Minas gerais, para cobrar e investigar a denúncia do caso de Três Corações e Varginha que envolvia o vereador Altair Nogueira, que na época do fato, era presidente da Câmara Municipal de Três Corações. Altair Nogueira era investigado no crime de corrupção e de exploração sexual de uma adolescente de dezesseis anos.

As fotos foram divulgadas, através de redes sociais, e o vereador aparece em cenas de sexo explicito com uma adolescente numa festa realizada no sítio Sandubão que fica em Varginha, cidade próxima a Três Corações.

As fotos estavam num pen drive e foram apreendidas em uma operação policial, com um amigo de Altair Nogueira e consta no inquérito policial. Outro agravante, chamou a atenção da CPI, a participação de alguns funcionários públicos na suposta “festinha” com uma menor de idade. Aparecem nas fotos subordinados a Altair Nogueira, David de Souza, jornalista, Cleiton, chefe de gabinete do vereador Márcio de Souza e Gino, funcionário da Câmara de Municipal de Três Corações.

A adolescente de 16 anos é Amanda Aparecida Gomes, ela negou, no inquérito policial, que teve relações sexuais com o Presidente da Câmara. Em depoimentos colhidos pela CPI, na cidade de Varginha e Três Corações, ficou claro que Amanda não confessou por medo e que foi coagida pelo vereador.

Nas imagens, Amanda aparece várias vezes em poses sexuais com o acusado Altair Nogueira. Ficou claro também que todos fizerem sexo com a adolescente. Amanda não se lembra dos fatos comprovados nas fotos, pois estava alcoolizada. Ela fez sexo com Altair, David e Cleyton.

CD144292764773

Após vários depoimentos colhidos nas duas cidades, a CPI concluiu que todos que estavam ou participaram da festa devem responder por crimes de corrupção de menores; pornografia e exploração sexual de crianças e adolescentes; incentivo a ingestão de bebidas alcoólicas. Além disso, o Ministério Público Federal deve pedir explicações ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sobre o inquérito policial número 0141138-77/2013, pois com todas as provas colhidas não analisou o conceito dos elementos investigados, argumentando não existir indícios de exploração sexual infanto-juvenil descrita no artigo 244-A da Lei 8.069/ 60 do Código Penal, alegando que em "hipótese o réu contratou a adolescente que já vivia da prostituição para a pratica de conjunção carnal," baseando-se sobre o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça de São Paulo, do qual foi repudiado por todos os defensores dos direitos de crianças e adolescentes.

Sugere-se a investigação de uma ONG suspeita de receber dinheiro público em contratos com a prefeitura para alimentar uma rede de exploração sexual de adolescentes. Há indícios que adolescentes estejam sendo contratadas em troca de favores sexuais com funcionários e vereadores da Câmara.

O mais absurdo é que a Câmara Municipal não pediu quebra de decoro parlamentar e nem abriu nenhum sindicância para averiguar a gravidade das denuncias.

Saliento que o vereador Altair Nogueira, por ter sido na época do fato pessoa que exercia cargo publico, incentivou a exploração sexual da adolescente, ainda levou seus funcionários para a prática de tais crimes.

CD144292764773

Tal fato caracteriza, em tese, crime de exploração sexual e formação de quadrilha e corrupção de menores. Como agente público, o vereador, deveria dar proteção as crianças e adolescentes de sua comarca e não joga-las, cada vez mais, no abismo obscuro da prostituição e muito menos fazer uso da mesma .

Além de Altair, foram acusados de participar dessa exploração sexual de menores o proprietário do jornal Folha do Povo, Cleiton Higino Gomes Rocha, chefe de gabinete de Altair, Márcio de Souza, ex-servidor da Prefeitura de Três Corações e Carlos José Valadão Ximenes, diretor Administrativo da Câmara de Vereadores.

Embora continuasse no exercício do cargo, protegido pela Câmara de Vereadores, que não instaurou procedimento para a perda de mandato do acusado, após árduo trabalho desta Comissão no sentido de responsabilizar Altair pelos crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, o acusado acabou por renunciar ao mandato, o que constitui uma grande vitória da CPI.

A CPI realizou a tomada de depoimentos em sessão reservada, tendo em vista tratar-se de processo que tramita em segredo de justiça, daí por que transcrevemos apenas um resumo do que foi apurado nas diligências efetuadas.

DEPOIMENTO DO SR. MÁRCIO DE SOUZA, Ex-servidor da Prefeitura Municipal de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

CD144292764773

Relatou que, quando chegou à festa, tinha umas mulheres lá. O Prefeito para quem ele trabalhava chamava-se Fausto. Confirmou que o Altair estava na festa. Confirmou ter mantido ralações sexuais com uma das moças que estavam na festa, mais não sabe o nome dela.

DEPOIMENTO DO SR. DAVI DE SOUZA – Proprietário do jornal *Folha do Povo.*

Confirmou a realização da festa em Varginha, em que se encontravam Altair, o Cleiton, o Marcinho Vovô, Márcio e Carlos José. Confirmou que tinha mulheres na festa e que a festa foi realizada num sítio. Negou ter tido relações sexuais com a adolescente. Disse que o Claiton teve relações sexuais com a adolescente. Disse que tirou a foto da adolescente na piscina, mas não sabia que ela era adolescente. Reconheceu-se na foto em que aparece com duas meninas, inclusive com a adolescente com a mão sobre sua genitália.

DEPOIMENTO DO SR. CLEITON HIGINO GOMES ROCHA – Chefe de Gabinete do Vereador Altair Gustavo Rocha Nogueira.

Servidor da Câmara Municipal. Também confirmou a presença de cinco meninas na festa. Confirmou ter tido relações sexuais com uma das mulheres, mas disse não se recordar do nome dela. Reconheceu uma das meninas como tendo trabalhado na Câmara de Vereadores. Disse que trabalhava antes no gabinete de Altair. Confirmou a presença de Altair na festa. Confirmou que era ele na beijando duas mulheres, uma delas supostamente, porém disse que não sabia quem eram essas mulheres que estava beijando e desconhecia que fossem irmãs.

Embora se reconheça no vídeo em que aparece com Altair e uma adolescente, disse não saber quem era a menina.

CD144292764773

DEPOIMENTO DO SR. CARLOS JOSÉ VALADÃO XIMENES – Diretor Administrativo da Câmara de Vereadores de Três Coração, Minas Gerais.

Confirmou que estava presente na festa em Varginha e que havia aproximadamente sete mulheres. Confirmou a presença de Altair na festa. Disse que foi ele quem alugou o sítio. Disse que a festa foi organizada por ele, Altair, Davi, o Vovô e o Cleiton. Disse que o Davi chegou com as meninas. Confirmou ter mantido relações sexuais na festa.

DEPOIMENTO DO SR. ALTAIR GUSTAVO ROCHA NOGUEIRA – Presidente da Câmara Municipal de Três Corações, Minas Gerais.

Confirmou que esteve presente na festa a convite de Davi. Indagado sobre fotos em que aparece mantendo relações sexuais, respondeu: “Eu contracenei em alguma fotos. Tinha feito uso de bebida alcóolica, eu ingeri muita bebida alcóolica.(...)

Eu, a partir do momento em que começaram a ser feitas as fotos, eu também participei dessas fotos, mas não mantive relação. Eram poses que foram feitas, mas não mantive relação.”

Confirmou que as fotos em que ele aparece com algumas meninas, inclusive uma adolescente, na piscina foram tiradas por Davi, mas não soube dizer se outros tiraram foto também. Disse que foi chantageado a pagar 200 reais pelas fotos em que aparece fazendo sexo com meninas. Um dos chantageadores teria sido o Guilherme, que trabalha como porteiro. Indagado a respeito de imagens adulteradas, que constavam de um *pen drive*, disse que não foi ele o autor da adulteração. Negou que ele ou seu pessoal tivessem eito ameaças a autoridades responsáveis pelas investigações referentes a essa orgia envolvendo adolescente.

CD144292764773

Esses depoentes fazem parte do processo que apura sua participação em orgia envolvendo adolescente, realizada com dinheiro público, além de outras condutas delituosas, como chantagem, extorsão e ameaças.

A contribuição desta CPI foi de grande importância para essas investigações, sobretudo com a renúncia do Vereador, que se julgava imune a qualquer punição, mas que, a final, não teve escolha a não ser renunciar. Consideramos este caso como uma das grandes vitórias alcançadas pela Comissão.

9.5. ASSINATURA POR DIVERSAS AUTORIDADES DO PACTO PELA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS DURANTE AS COPAS DAS CONFEDERAÇÕES E DO MUNDO.

Tendo a CPI constatado os riscos a que ficam submetidas crianças e adolescentes durante a ocorrência de grandes e mega eventos nas cidades, propôs um Pacto pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros durante os megaeventos das Copas das Confederações e do Mundo, que foi assinado por representantes dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal.

CD144292764773

10. CASOS DE IMPUNIDADE APURADOS PELA CPI

10.1. RELATOS DE AGRESSÓES E ABUSOS SEXUAIS PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES CONTRA ADOLESCENTES, NO DISTRITO FEDERAL

Esta Comissão colheu depoimentos de várias autoridades, tendo em vista notícias veiculadas nos órgãos de imprensa, que atestam a prática de violência contra crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal, incluindo violência sexual praticada por policiais.

Há relato ainda de policiais militares que forçaram alguns jovens a se atirarem da Ponte do Bragueto, de cerca de 4 metros de altura, sobre o Lago Paranoá com os pés ou as mãos atados.

A Comissão recebeu um vídeo contendo depoimento de uma adolescente, de 16 anos, que caminhava, de madrugada, pelo Setor Comercial Sul, no Plano Piloto, com mais três colegas, todos menores de idade e moradores de rua, quando foram abordados por policiais.

Segundo o depoimento contido no Boletim de Ocorrência, *"os policiais revistaram os meninos e não encontraram nada. Então eles disseram que iam me levar para uma policial feminina me revistar. Eu pedi para os meninos não deixarem eles me levar. Mas eles não poderiam fazer nada".*

De acordo com o relato da jovem, a viatura seguiu até o final da Asa Sul e parou em um matagal próximo a uma faculdade. Vanessa conta que ali os dois militares desceram da viatura e a retiram do veículo, ordenando que ela tirasse toda a roupa. *"Eles também tiraram a roupa e abusaram de mim. Depois me levaram de volta para o Setor Comercial Sul. Os meninos ainda estavam lá perto, me esperando, porque sabiam o que ia acontecer .E eu só chorava"*,

CD144292764773

contou a jovem que diz conhecer os dois militares. *“Eles já tinham me segurado antes, mas não tinham abusado de mim. Só tomaram o meu dinheiro. Só que, dessa última vez eu não tinha dinheiro, e aí eles abusaram de mim.”*

Inicialmente, Vanessa não quis contar a ninguém o que tinha acontecido. *“Fiquei com medo e também não gostava de lembrar o que tinha acontecido. É muito difícil ficar lembrando o que aconteceu. Dói demais.”* Depois, encorajada por educadores sociais, decidiu registrar um Boletim de Ocorrência, segundo ela, na 5ª Delegacia de Polícia e se submeter a exame de corpo e delito. *“Os policiais prometeram investigar. Disseram que a história não iria vazar e que eu não precisava me preocupar, mas estou com medo. Eu espero ser protegida e que a justiça seja feita, com esses dois policiais sendo afastados, para que eles não continuem a fazer a mesma coisa. Se deixarem eles lá, a mesma coisa que fizeram comigo, eles vão fazer com muitas outras.”*

E assim sucessivamente. Sem contar o depoimento de outras meninas que são frequentadoras principalmente da Rodoviária do Plano Piloto nos horários da madrugada. Por não terem normalmente onde dormir, elas acabam ficando ali pela nossa rodoviária. Contam que, em diversos momentos, também foram levadas para outros lugares, ao lado do Colégio Marista e outros lugares sem pessoas próximas, e tiveram constrangimento e tentativas de abuso sexual.

Feito esse resumo dos fatos que motivaram os depoimentos nesta audiência pública, passamos a resumir os pontos importantes das falas dos depoentes.

DEPOIMENTO DO O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

CD144292764773

Disse que assumiu o comando da Polícia Militar na sexta-feira anterior, às 17 horas, e que já tinha conhecimento sobre o fato ocorrido, na qualidade de Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Distrito Federal, tendo dado o encaminhamento para a Polícia Militar apurar esses fatos. Afirmou que esse inquérito foi devolvido pelo Ministério Público, com prazo de sessenta dias, para providências complementares.

Apesar das denúncias e citação de nomes, não foi identificada autoria. Dos nomes que foram citados, verificando-se no quadro de efetivo da corporação, de 15.200 homens aproximadamente, apenas um nome teve alguma semelhança, o de um policial que trabalha no 6º Batalhão de Polícia Militar e presta serviço em Samambaia.

Assim, esses nomes citados não foram identificados como indivíduos da Polícia Militar de pronto. Outra dificuldade, segundo o Comandante, foi a identificação dos denunciantes. O Comandante se comprometeu a encaminhar cópia do Inquérito Policial Militar de nº 2011.001.0031.0157.

DEPOIMENTO DA SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS

- Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

Afirmou que a Promotoria da Infância e da Juventude cível, de defesa dos interesses individuais, indisponíveis, coletivos e difusos tem atribuições relacionadas à proteção de crianças e adolescentes, tanto na esfera processual, judicial, quanto na esfera extrajudicial, no que diz respeito à fiscalização de políticas públicas.

Essa denúncia contra policiais militares não se encontra na competência da Promotoria da Infância e da Juventude. Nesse caso, a fiscalização está

CD144292764773

a cargo das promotorias militares, responsáveis pela persecução criminal de policiais militares que cometem ilícitos.

Relatou que são recorrentes as notícias de violência de policiais contra crianças e adolescentes, que, muitas vezes, não querem fazer nenhum depoimento formal porque, infelizmente, não se sentem seguras.

DEPOIMENTO DO SR. NÍSIO TOSTES - Promotor de Justiça Militar do Ministério Público do Distrito Federal.

Iniciou sua abordagem comentando a questão do Inquérito Policial Militar nº 157, resultante de uma denúncia encaminhada pela Deputada Erika Kokay ao Secretário de Segurança Pública, acompanhado de um DVD, em que há menção a crianças que teriam sido vítimas de violência física e sexual por parte de policiais militares do Distrito Federal.

Afirmou o Promotor que o grande problema do inquérito é que não essas crianças não são devidamente identificadas e também não há qualquer laudo que comprove as lesões sofridas, o que torna deficitária a materialidade do fato criminoso.

Outro problema identificado é a identificação do suposto autor do crime. No inquérito, o policial se defende dizendo o seguinte: *"Eu sou um policial militar rigoroso, que atuo, de forma rígida, na prevenção a delitos, na repressão a delitos na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, e com isso eu provoco a irritação de determinadas pessoas envolvidas em transporte clandestino e menores que usam drogas, que atuam naquela área, e que com isso vêm fazendo denúncias vazias contra a minha pessoa".* E arrola uma série de testemunhas que estariam comprovando esse fato.

CD144292764773

Além disso, disse também que, no vídeo encaminhado à Promotoria, a imagem e o som encontram-se distorcidos.

Com relação ao inquérito em trâmite na Promotoria de Justiça Militar, com os depoimentos de oito adolescentes, prestados em 2008, o Sr. Nísio Tostes respondeu que essa investigação estava sob os cuidados de outro Promotor, o Dr. Mauro Faria de Lima, que teria ouvido cerca de 40 pessoas, entre moradores de rua e agentes policiais.

Segundo o depoente o Promotor à época teria afirmado: *"Não tivemos como identificar nomes, número de viaturas e sequer os dias e horários em que as supostas agressões teriam ocorrido. É um tema muito complicado de apurar, pois as pessoas que vivem nas ruas são muito vulneráveis, não acreditam mais na ação do Estado, que veem como inimigo, e teme uma ação enérgica contra ele".*

O depoente ainda teceu comentários sobre a legislação penal militar, afirmando que ela precisa de uma revisão mais do que urgente, tendo em vista que o Código Penal Militar foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.001, de 1969, no auge da ditadura.

Esse Código, na visão do depoente, encontra-se em dissonância com a legislação penal comum, inclusive no que tange aos crimes contra a liberdade sexual, tendo em vista as modificações trazidas ao Código Penal pela Lei nº 12.015, que estabeleceu pena de 6 a 10 anos de reclusão para o crime de estupro, enquanto, no Código Penal Militar, que não foi mudado, a pena para o mesmo crime é de 3 a 8 anos.

Sugeriu o depoente a revogação do § 6º do art. 209, que ele é uma das maiores causas de impunidade neste País. Também mencionou a Lei nº 8.072,

CD144292764773

de 1990, Lei de Crimes Hediondos, cujo art. 1º tipifica como hediondos crimes constantes do Código Penal, o que não pode ser aplicado por analogia ao Código Penal Militar.

10.2. O CASO DO PREFEITO DE COARI, ADAIL PINHEIRO, ACUSADO DE PEDOFILIA NO AMAZONAS.

Chegaram a esta Comissão denúncias contra o Prefeito de Coari, Adail Pinheiro, sobre quem pesa a acusação de utilizar recursos públicos para alimentar uma rede de exploração sexual, inclusive com a exploração de menores de dezoito anos, o que caracteriza a prática de pedofilia.

De acordo com informações obtidas, Adail Pinheiro, com auxílio de servidores públicos, estruturou essa rede de exploração sexual da qual se beneficiam ele próprio e pessoas do seu círculo de amizade.

Esta Comissão deslocou-se até Coari, no dia 8 de julho de 2013, para ouvir os acusados e testemunhas. Todavia, os membros da Comissão foram hostilizados ao desembarcarem em Coari, onde havia pessoas que portavam faixas com os dizeres “Fora CPI”.

Recebemos várias denúncias de que o prefeito mobilizou servidores públicos para realizaram manifestações contra a CPI, hostilizar seus integrantes e obstruir os trabalhos da Comissão.

Além disso, fomos informados da existência de um ponto facultativo informal, inclusive as escolas não funcionaram nesse dia, para que servidores municipais e comissionados da Prefeitura pudessem participar das manifestações contra a CPI, tudo orquestrado pelo Prefeito de Coari, Adail

CD144292764773

Pinheiro. A Comissão, inclusive, flagrou assessores diretos do Prefeito coordenando os protestos.

Além disso, o Prefeito Adail Pinheiro, intimado para prestar depoimento, apresentou atestado médico, ocultando-se, desse modo, do depoimento perante a Comissão.

Em depoimento prestado perante esta Comissão, o Deputado Estadual Luiz Castro, no Estado do Amazonas, fez os seguintes comentários acerca de Adail Pinheiro:

"Hoje o que nós vimos em Coari foi um país à parte, como se nós tivéssemos um enclave fora do Brasil, uma terra sem lei, sem respeito às crianças, sem respeito aos adolescentes, sem respeito às famílias, aos adultos.

Como a Deputada Liliam e a Deputada Erika colocaram, nós vimos homens da nossa idade, da minha idade ou mais jovens, chorando como crianças nos seus depoimentos, um sentimento de impotência, de frustração, diante de situações completamente injustas. Pessoas andam armadas, em carros com Insulfilm, ameaçam, perseguem, seguem, mandam recados, atiram.

A prisão do chefe do esquema não foi suficiente. Ao contrário, o clima está ainda mais aterrorizante. O Ministério Público hoje pediu a intervenção. Nós esperamos que o nosso douto Tribunal de Justiça tenha a percepção exata do que está acontecendo em Coari. É um câncer, tem que ser extirpado. Nós vimos dizendo isso desde 2007, 2008. Graças a Deus, essas duas Deputadas vieram nos ajudar, sem desmerecer o Deputado Praciano, a Deputada Rebecca, alguns poucos Parlamentares estaduais, nós precisamos muito do trabalho delas. E só foi a partir das novas denúncias que elas

CD144292764773

levantaram, e também do trabalho do Ministério Público Estadual, desde setembro, que nós pudemos conhecer um pouco do tamanho do esquema de pedofilia.

Digo, sem medo de errar, meu caro Joel Rocha, que são dezenas e dezenas de moças aprisionadas nesse esquema; e não só de Coari. São moças de Manaus, de Manacapuru, de Iranduba. Esta rede é muito maior do que se pensa, é um câncer. E, para extirpar um câncer dessa natureza, tem que ser feita uma cirurgia, uma cirurgia radical. Nós estamos aqui para ajudar a fazer essa cirurgia.

Desembargador Rafael Romano, Dra. *Leda*, em nome dos senhores, nós apelamos à Justiça, ao Ministério Público para que não desista, não desista de fazer justiça. Ao mesmo tempo, nós também queremos dizer que essa não é mais uma situação política, essa é uma situação ética. Há uma divisão daqueles que querem combater a pedofilia e daqueles que querem proteger a pedofilia.

Vamos deixar de eufemismo. É raro na vida de uma sociedade esse momento de divisor de águas. E nós estamos no Amazonas com um divisor de águas: quem quer combater a pedofilia, e quem não quer combater a pedofilia, continuar com a impunidade.

As duas Deputadas já vêm pela terceira vez aqui. Joel Rocha ficou 7 meses, no sol e na chuva, numa praça de Brasília, num processo do TSE que até hoje não foi terminado o julgamento. O Sr. Adail Pinheiro, que para alguns é um doente e para outros é um mau caráter terrível, é um pedófilo contumaz. Todas as provas do processo antigo são suficientes para condená-lo. As

CD144292764773

provas colhidas pelo Ministério Público agora, mais ainda. Não é só ele; tem muita gente em Coari que participou dessa quadrilha.

O que nós esperamos, para encerrar o meu pronunciamento, é que o trabalho dessas duas jovens Deputadas, e que a resistência das pessoas de Coari, que não desistiram, não seja em vão. Que o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado não deixem acontecer uma tragédia, porque, a qualquer momento, nós podemos ter uma tragédia no Município de Coari. Mortes estão iminentes para acontecer, por assassinatos, por atentados. É hora de restabelecer a democracia. Sabemos que o Desembargador Rafael Romano não pode se pronunciar por juízo de valor, pode falar protocolarmente, mas não pode emitir nenhuma opinião. Mas ele tem, ao lado dele, um corpo de ilustres Magistrados e Magistradas do Amazonas. O Governador Omar Aziz há também de compreender que já é hora de o Governo do Estado observar o que está acontecendo em Coari."

O Deputado Estadual no Amazonas José Ricardo também trouxe importantes colaborações a esta CPI, ao prestar os seguintes esclarecimentos:

"Eu queria, muito rapidamente, lembrar que lá em Coari hoje a gente percebeu, inclusive conversando com algumas pessoas, mas aqui em Manaus também, de um modo geral, as pessoas falam, as entidades de que há uma grande sensação de impunidade.

As pessoas perguntam: *"Vai acontecer alguma coisa? A CPI está aí, a polícia está aí, vocês estão aí, mais uma vez, mas e agora, o que vai ter de resultado?"* As pessoas estão aí, inclusive pessoa que deu depoimento, mas, na informalidade, perguntando: *"Mas vai ter punição mesmo? Alguém vai ser punido?"* Aí alguém disse: *"Não, mas o prefeito já foi preso".* Ele foi preso, mas

CD144292764773

já foi julgado, já teve um julgamento, assim como ele, outras pessoas? Então, eu acredito que esta audiência também está com essa responsabilidade. Na verdade, tem que dar uma resposta para a sociedade. A CPI tem esse papel. Vai ter efetivamente um resultado concreto? Eu diria que sim. Eu acho que passos estão sendo dados aí, porque as pessoas pedem providência e querem que haja um efetivo combate à pedofilia, à exploração sexual de crianças. Que cesse. Mas a partir de quê? Que pessoas sejam devidamente apontadas, julgadas e condenadas, na medida em que o crime esteja comprovado lá. Mas o fato de não ter julgamento é o que mais assusta as pessoas.

As pessoas perguntam: *"Mas as instituições não estão funcionando? Por que não há julgamento?"* Aqui a gente tem que lembrar que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador Ari Moutinho, falou que tem 56 processos contra o Prefeito de Coari no Estado, na Justiça Estadual, sem falar nos processos federais. Dois processos foram agora recentemente arquivados. Por quê? Prescrição.

A Desembargadora Carla Reis, indignada — saiu no jornal —, disse: *"Olha, alguém tem que ser responsabilizado. Como é possível um processo ficar 6 anos no Ministério Público, transitar pelo Ministério Púbico, 5 anos na Comarca, e mais 1 no Tribunal, 12 anos, e agora ser arquivado, simplesmente?"* A pergunta: *"Dos outros 54 processos remanescentes, quantos não serão arquivados também por conta da mesma razão, da demora?"* Portanto, a sociedade também está cobrando mais agilidade das instituições. Neste momento, do Judiciário. O Judiciário está com todos esses processos nas mãos. Portanto, neste momento, inclusive o CNJ cobra isso também, e até quer saber por que essa demora.

CD144292764773

No ano passado, dias antes de a CPI estar aqui em Manaus, é que processos contra esse prefeito foram distribuídos, inclusive processos que envolvem abusos contra crianças. Então, acredito que a CPI da Câmara dos Deputados, aqui, pela terceira vez... Hoje a CPI não foi hostilizada — eu não estive na primeira vez —, mas hoje as pessoas estavam me falando como foi naquela ocasião, portanto tudo orquestrado contra a CPI que estava lá buscando informações. Hoje o ambiente já é, com certeza, diferente, recebendo mais denúncias.

A gente sabe que a OAB, e aqui presente o Dr. Epitácio, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, também esteve em Brasília entregando denúncias de âmbito nacional. E, agora, além dessas questões, cogita-se a intervenção no Município. Eu não tenho dúvida. Tem que haver intervenção. Tem que haver o afastamento de toda essa equipe, de toda essa administração.

As Deputadas acabaram de mencionar que há pessoas falando que servidores públicos, secretários, funcionários da Prefeitura estão lá, pressionando, ameaçando, etc., mantendo as mesmas práticas que motivaram todos esses processos contra o Prefeito, em administrações anteriores aí. Tem que haver uma intervenção. Aqui nós, Parlamentares, alguns Parlamentares, nós demos entrada no Ministério Público. O Ministério Público, pelo visto, deu entrada no pedido de intervenção. Está cogitado aqui a CPI solicitar uma intervenção federal. Mas eu acho que está aqui o Ministério Público fazendo a sua parte. Neste momento, de novo, está nas mãos da Justiça. Então, Deputada Conceição, nós precisamos realmente saber, do Poder Judiciário, o andamento de todos esses processos.

CD144292764773

Terminando, nós temos a proposta da CPI no Estado do Amazonas, aqui na Assembleia Legislativa. E é interessante: 22 Deputados assinaram em baixo concordando, pedindo a instalação de uma CPI. O vigésimo terceiro ontem se manifestou e disse que ia assinar. Já assinou. O último não assinou porque está afastado. Portanto, estamos falando que 100% dos Deputados da Assembleia Legislativa assinaram dizendo que precisaria implantar a CPI. Aí vem a pergunta: por que ainda não foi implantado? O que está acontecendo agora? Por que estão segurando? Agora começam já as vozes para impedir uma CPI do Estado. E a CPI do Estado é necessária, porque, além desses fatos, desses crimes de Coari — certamente podem vir outras denúncias do mesmo Município, tem denúncias em relação a Maués, que eu sei que também tem encaminhamento já para a CPI, aqui de Manaus, além da Estocolmo. Aliás, a Estocolmo é necessária. Estamos falando pouco da Estocolmo e de um trabalho de investigação aqui feito pela Polícia Civil, pelo Ministério Público, porque envolve uma série de outras pessoas. Portanto, a CPI aqui do Estado do Amazonas é necessária, é urgente. E, com certeza, vai ser um espaço para outras denúncias. Pessoas querem denunciar. Existem outras situações. E a CPI, portanto, teria essa oportunidade, além de auxiliar a CPI Federal.

Portanto, da nossa parte, a defesa desse trabalho, o apoio ao trabalho da CPI nacional e aqui a defesa de termos uma CPI específica do Estado do Amazonas. Quero agradecer a presença, a coragem, o trabalho de tantos que estão aqui, cada um, a sua maneira, fazendo um trabalho de combate à exploração sexual de crianças, lutando. A gente vê aqui pessoas da sociedade civil, de várias entidades que estão nesse trabalho há muito tempo. Elas esperam realmente que não continue essa sensação de impunidade. Todo

CD144292764773

mundo acredita nas instituições, mas chega uma hora que diz: *"Olha, não vale mais nem a pena procurar denunciar, porque não vai dar em nada!"* Então, aqui, a gente está acreditando que vai dar em alguma coisa. Alguma coisa que faça justiça e que combata a pedofilia."

Finalmente, após vários esforços, a atuação desta Comissão resultou na prisão de Adail Pinheiro e no andamento do processo contra ele instaurado na Justiça do Estado do Amazonas.

Além disso, Adail Pinheiro foi afastado do cargo de Prefeito, por decisão do Tribunal de Justiça do Amazonas, a pedido do Ministério Público do Estado.

10.3. DENÚNCIAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRATICADA POR MEMBROS DE CONSELHOS TUTELARES.

A Comissão apurou casos de exploração sexual de crianças e adolescentes praticada por membros de conselhos tutelares ou com sua conivência.

Um desses casos ocorre na Ilha do Marajó, onde as crianças vão se prostituir, são obrigadas a colocarem o seu corpo a serviço da exploração porque não têm comida dentro de casa.

De acordo com depoimento prestado perante esta Comissão, nessa região, o Conselho Tutelar é a porta de entrada para esses crimes e há muitos conselheiros tutelares coniventes e até envolvidos diretamente nessas práticas.

Foi relatado um caso, no Município de Curralinho, de uma garota excepcional de 13 anos estuprada por um cidadão cujos familiares tem fama de pistoleiros. A menina engravidou e, como a irmã do agressor trabalha no hospital, o exame de DNA deu resultado negativo.

CD144292764773

Também foram apresentadas denúncias contra o Presidente do Conselho Tutelar de um Município, inclusive com imagens dele praticando sexo com uma criança, e esse homem continuou presidindo o Conselho Tutelar.

Mais uma vez, constatamos a impunidade, a completa omissão por parte das autoridades responsáveis pela prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

10.4. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM OBRAS DE BARRAGENS, PARA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS.

Foram relatados casos de exploração sexual de adolescentes em áreas próximas a obras de barragens, como, por exemplo, em Belo Monte, onde foram constatadas situações de exploração sexual em boate no canteiro da obra. As condições eram as piores possíveis, com as jovens impedidas de deixarem o lugar, e os exploradores tomando seu dinheiro.

A impunidade é tão grande que, segundo apurado pela Comissão, até as autoridades locais têm dificuldade em ingressar no canteiro da obra e na boate, sendo barrados na guarita que protege o acesso ao local.

Depoimentos feitos perante esta Comissão deram conta de que em Porto Velho, Rondônia, com a construção de duas hidrelétricas no complexo do Rio Madeira, vários bares se transformaram em pequenos bordéis, onde crianças e adolescentes são negociadas sexualmente, além da existência de uma rede de tráfico de meninas para serem exploradas sexualmente.

Passamos a transcrever os depoimentos colhidos em relação a esses casos:

De acordo com os depoimentos prestados, algumas autoridades locais ao serem questionadas sobre esses fatos respondem o seguinte: *“Bem, as mães que segurem suas filhas. Se elas estão lá é porque a mãe não segurou.”*

CD144292764773

"A *gente não pode fazer nada. Os homens estão aí mesmo, e eles têm que extravasar." "Ela consentiu. Ela está lá porque quis, ninguém foi lá obrigá-la."*

Há um consentimento expresso por parte da autoridades quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, sem qualquer investigação ou punição desses crimes.

Em depoimento perante esta Comissão, a Sra. ALEXANIA ROSSATO, Representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB, teceu algumas considerações importantes.

Disse que, entre os vários problemas de violação dos direitos humanos levantados, como o caso da Barragem de Aimorés, está o surgimento e agravamento das situações de prostituição infantil nessa barragem. Relatou caso de crianças sendo exploradas sexualmente em troca de cinquenta centavos de reais.

Relatou um caso ocorrido na Barragem de Barra Grande, construída na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Rio Uruguai.

Disse a depoente que, segundo relatos de militantes do movimento da região, foram construídas 22 casas de prostituição muito próximas ao canteiro de obras da barragem, que os agricultores daquela região alugavam as suas terras para o consórcio construtor da barragem, e o próprio consórcio construía essas casas de prostituição muito próximas à entrada do canteiro de obras.

Outro caso mencionado pela depoente foi o das Barragens de Santo Antônio e Jirau, uma já construída e outra em construção, no Rio Madeira, em Rondônia, próximo à Capital, Porto Velho.

De acordo com relatório citado pela depoente, os estupros tiveram um crescimento de 208% entre 2007 e 2010; 2007 é o ano de início da construção

CD144292764773

da barragem; de 2007 a 2010, foi atingido um número de 392 estupros, sabendo-se que, no ano antes do início da contagem, tinha sido de 127.

Disse também que o relato dos militantes do MAB daquela região apontam que as casas de prostituição proliferaram às margens da BR-364.

Finalmente, a depoente relatou o caso de Belo Monte. Disse que, ainda segundo a Plataforma DHESCA, quando as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte se intensificaram, em 2010 e 2011, constatou-se então um aumento de 18,75% de crimes sexuais nos 11 Municípios impactados pela construção da usina e um aumento de 75% na cidade de Altamira, que é a mais impactada das 11.

A depoente também destacou que um pesquisador da Universidade do Pará que estuda violência sexual contra crianças e adolescentes na região disse que o número de denúncias cresceu muito nos últimos anos e que há 170 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas na 5ª Vara da Justiça Estadual de Altamira; 5% desse total de 170 casos de violência sexual são sobre a exploração sexual.

Esses casos continuam à margem da fiscalização e controle das autoridades, que não tomam conhecimento do que acontece nesses locais. Em diversos casos de denúncias de abusos sexuais praticados nesses canteiros de obras, não há investigação eficaz e, quando alguém é indiciado, acaba escapando da Justiça.

10.5. DECISÕES JUDICIAIS BENEFICIANDO ACUSADOS DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Um dos grandes problemas de impunidade decorre de decisões judiciais que beneficiam os réus em processos de estupro de vulnerável.

CD144292764773

Foram mencionadas perante esta CPI decisões judiciais, inclusive do STJ, que absolvem estupradores de crianças e adolescentes, sob a justificativa de que elas já eram experientes e viciadas em sexo.

Em depoimento prestado a esta Comissão a Sra. KARINA FIGUEIREDO – Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ressaltou a impunidade desses crimes, por contra de decisões judiciais que absolvem os estupradores.

Mencionou um caso ocorrido no Rio Grande do Sul, em que um homem acusado de estuprar uma adolescente de 12 anos foi absolvido, tendo o Tribunal entendido que não houve crime diante do consentimento da garota e do fato de não ser mais virgem, o que contraria frontalmente a legislação em vigor.

Outro caso relatado pela depoente ocorreu no Rio Grande do Norte, com a absolvição, pelo Tribunal de Justiça do Estado, de réu acusado de estupro de uma adolescente de 13 anos. Também a depoente mencionou um caso de estupro de uma adolescente de 14 anos em São Paulo, em que o réu foi absolvido, o que ilustra bem a impunidade resultante de decisões judiciais favoráveis a estupradores.

10.6. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E VIOLÊNCIA CONTRA GAYS E LÉSBICAS EM PERNAMBUCO.

Depoimentos prestados perante esta Comissão relataram que, no Estado de Pernambuco, são registrados vários casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, há registro de tráfico interno de pessoas e matam-se muitos *gays*, travestis e transexuais. Além disso, foi relatado que também existe uma prática, no Estado, de estupro corretivo das meninas lésbicas, que são obrigadas a provar que são mulheres e que gostam de homem. Essas

CD144292764773

práticas permanecem, na maioria dos casos, impunes, sem as devidas providências por parte das autoridades responsáveis.

Em depoimento à Comissão, a Sra. ANA CAROLINA PAES DE SÁ MAGALHÃES, Promotora, fez as seguintes afirmações: “A gente percebe, de fato, essa subnotificação que preocupa bastante a gente. Uma questão aqui em Pernambuco tem motivado muitas discussões no Centro de Apoio, que é o tráfico interno de pessoas. A população tem muita dificuldade de perceber esse tráfico interno. A gente tem certeza absoluta da existência e da ocorrência dele, especialmente nessas grandes obras. Vem muita gente para cá, muitos homens sozinhos, e a gente tem tentado que o próprio sistema de segurança e justiça verifique a questão e se sensibilize para a existência desse tipo de situação que a gente tem.

A gente sabe que, além dos adultos, também tem adolescentes — criança há menos. Muitos adolescentes são vítimas desse tráfico interno e da consequente exploração sexual. Agora, que existe uma subnotificação também é algo muito evidente para a gente. A gente não tem dúvida disso.”

Também foi ouvida a Sra. MARIA LUIZA DUARTE ARAÚJO - Coordenadora Executiva da ONG Coletivo Mulher Vida, a qual prestou os seguintes esclarecimentos:

“Pelo último levantamento que foi feito, menos de 5% das ações previstas estavam em andamento. Isso foi no final de 2009, início de 2010. E, agora, a gente está fazendo um novo levantamento. Mas, quando a gente passa a vista em várias atividades, a gente vê que elas não foram nem incluídas em orçamento, não foram executadas, não estão sendo iniciadas.

CD144292764773

Então, eu acho que o plano não tem uma força legal; ele é um instrumento político. Ele, de fato, não tem sido utilizado como esse instrumento orientador.

Com relação aos dados, foi feita aqui em Pernambuco uma pesquisa, que talvez eu possa até colocar em um CD para vocês. É muito fácil de encontrá-la na Internet. Foi feita uma pesquisa sobre um levantamento da situação de tráfico de pessoas aqui em Pernambuco. Esse levantamento foi solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Social... Desculpem, de Defesa Social. Mas quem executou foi a Universidade Federal de Pernambuco. Ele é focado no tráfico de pessoas como um todo. Mas, dentre os dados que são mais relevantes, primeiro... É uma pesquisa que, de fato, vai em busca dos processos que foram abertos, do que foi finalizado, mas o que aparece muito fortemente é a questão da exploração sexual como a principal modalidade do tráfico que foi encontrada. Então, principalmente o tráfico para fins de exploração sexual, é o que acontece em Pernambuco. E a maioria das vítimas sendo adolescentes. Então, isso é um fato relevante. E, também, mulheres e o público homossexual, homens homossexuais, que também aparecem nessa pesquisa como alvo das redes de tráfico.

Com relação à violência sexual como um todo, nós não temos esse levantamento. A gente trabalha muito com os dados que são mais gerais. E, dentro dos dados mais gerais, eu acho que é necessário dividir, para analisar e para enfrentar, abuso e exploração sexual. Mesmo sendo violações da sexualidade, a vítima de abuso tem um perfil bastante diferenciado. Então, a rede de atendimento, muitas vezes, até existe, mas ela não consegue atender à vítima de exploração. É um pouco o que a Dra. Jacqueline estava colocando. A menina nem quis falar nada.

CD144292764773

Então, o fato de essa vítima receber um dinheiro muitas vezes faz com que ela não se sinta vítima. Então, na hora de oferecer as provas, na hora de... Quando o Dr. Zanelli diz “vamos fazer a coleta de prova antecipada”, é porque, em alguns dos casos de exploração sexual que ele tem identificado as meninas estão em situação de rua, seja circunstancial, seja realmente já em um afastamento da família. E, aí, ele não consegue encontrar de novo essa menina, para chamar... Ele até... Agora, ele está orientando para que, quando forem pedir, lhe digam... “Olhe, me diga, me comunique que vai ser ouvida, que eu vou lá no lugar que eu sei onde fica”. E, se houvesse essa coleta antecipada, essa vítima iria para um acolhimento.

Então existe... Pensar atendimento à vítima de exploração sexual é diferente de pensar vítima de abuso. E o que a gente tem identificado nos Municípios é que a rede mínima, ela até existe: Conselho Tutelar, CREAS, o sistema de segurança e justiça como um todo, isso minimamente existe. A delegacia nem sempre é especializada, e tal. Mas essa vítima de exploração, ela não entra nessa rede. Ela não chega nem nos dados, como eu tinha falado para vocês. Realmente, em Ipojuca, foram 3 denúncias, em 2009; em 2011, foi uma denúncia de exploração sexual com intermediário; e, sem intermediário, 3 denúncias, no Município.

Quando você vai conversar com o Conselho Municipal de Ipojuca, a situação é completamente outra. Então, acho que se tem que pensar para além se o serviço existe ou não, mas sobre se esse serviço está preparado para a vítima de exploração sexual.”

De acordo com informações colhidas pela CPI, adolescentes fazem da Avenida Arthur Lima Cavalcante, em Santo Amaro, continuação da Rua Aurora,

CD144292764773

um ponto de prostituição a céu aberto. Ali ficam meninas a qualquer hora do dia fumando *crack* e fazendo programas para comprar *crack*.

Nos termos do depoimento do Sr. LUIZ GOMES DA ROCHA NETO, Coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, há um ponto no final da Avenida Norte, o chamado final da Avenida Norte, onde ocorre a exploração sexual de jovens. Nem todos os casos apurados envolvem conjunção carnal. Assim se pronunciou o depoente: "Às vezes são clientes passageiros, e os casos envolvem masturbação, envolvem felação, envolvem toques... Às vezes não ocorre... E aí fica exatamente tipificada a figura do ato libidinoso. Não é exatamente o ato sexual em si, porque não houve a conjunção carnal própria.(...)

Os carros encostam, porque ali não tem motel nem nada, são ambientes escuros, inóspitos, próximos a terrenos baldios, onde elas entram dentro do carro e praticam atos libidinosos, ou mesmo sexo com aquele abusador, explorador, em troca de dinheiro, em troca de presentes, em troca de qualquer coisa. É favorecimento mesmo à prostituição quando é maior do que adolescente, e estupro de vulnerável se ela está abaixo de 14 anos. Então é estupro mesmo. Não há apelido.(...)

Então existe esse ponto? Creio que sim, como existem outros. No Recife, como o próprio delegado, o antigo diretor, o Gestor do GPCA comentou, o fato é que, infelizmente, de fato é um serviço de inteligência. É preciso pegar o abusador, o explorador, em cima do ato. A jovem, por si só, não caracteriza a exploração sexual se ela não diz quem está explorando, cobrando ou recebendo o benefício. Então o ponto, por si só, não quer dizer... O fato de ela estar ali fumando *crack*... Ela está num desvio, está num estado

CD144292764773

de abandono, ela está num estado precário, que deveria ser objeto de uma política pública de atendimento."

Indagado pela Deputada Liliam Sá a respeito da existência de alguma política pública de combate a essa situação, respondeu que "existem várias entidades que trabalham nessa área, às vezes até com uma certa dificuldade, para não serem confundidas com o explorador. Como no relato, ontem, da Eleonora, que ia sendo presa às 11 horas da noite porque estava lidando com as meninas que estavam se prostituindo. Relato de ontem à CPI.

Então existem algumas entidades. Agora, o que eu toco sempre no sistema, e eu reclamo... A experiência que tenho coletado é: cadê a porta de saída do sistema?

Nós temos pessoas que trabalham na prevenção, nós temos pessoas que trabalham na repressão, inúmeras entidades que fazem atendimento, que integram a rede.

Agora, no final, o que eu faço com essa adolescente e essa criança? Como é que eu qualifico? Como é que eu vou ressocializá-la? Como é que eu a reinsiro? A maioria vive na rua, e da rua. Ela vive na rua porque mora na rua, por baixo das marquises, e vive da rua porque capitaneia recursos através da prostituição."

O depoente também mencionou a existência de um programa intitulado "Vira Vida", sobre o qual prestou os seguintes esclarecimentos:

"É o Vira Vida, se não me engano. É do Sistema S. Eles são seletivos porque eles recebem só adolescentes de 16 a 18 anos que estejam cursando a 8ª série. Bem, o que é que a gente tem? No caso particular da exploração sexual, ela está muito associada às drogas e ao próprio abandono, à

CD144292764773

convivência na rua. Provavelmente, nenhuma dessas crianças vai se inserir nesse patamar. Elas não vão! Elas não vão ser abrigadas nunca por um projeto desse, porque elas não têm 16 anos, estão abaixo dessa idade. Elas têm situação complicada, são viciadas em *crack*. E eu desconheço, aqui em Pernambuco, uma unidade — desconheço; não estou dizendo que não existe — atuando na área. Eu ainda não tenho conhecimento de que exista uma entidade que trate exclusivamente de criança. E não se pode tratar uma criança viciada em *crack* junto a adolescentes ou junto a adultos. É preciso que haja uma unidade especializada, porque a prostituição também já decorre do vício. Quando o vício se instala, acabou. É preciso trazer, resgatar primeiro a situação do vício e, depois, fazer a ressocialização."

Como se pode observar, o maior problema enfrentado no combate à exploração sexual de criança e adolescentes é a impunidade, e não a falta de legislação. O País conta com muitas leis bem elaboradas e o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das melhores leis do mundo, no que tange à proteção dos direitos dos jovens.

Todavia, as autoridades incumbidas de aplicar a lei e promover os direitos da criança e do adolescentes são as primeiras a desrespeitar a lei e violar os direitos desses jovens.

Os pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes são bastante conhecidos das autoridades, porém nada é feito efetivamente para prevenir, combater e punir. Esses pontos permanecem intocáveis e a exploração sexual é exercida como uma atividade normal e regular sem ser incomodada pelo Estado.

CD144292764773

Enquanto não se mudar a cultura da impunidade, de nada adianta modificar a legislação, se até mesmo o judiciário decide contra a lei, em prejuízo das crianças e adolescentes vítimas de violência.

10.7. O CASO DE ALTAIR NOQUEIRA, VEREADOR DE TRÊS CORAÇÕES, EM MINIAS GERAIS.

O vereador Altair Nogueira, do PPS, da Câmara de Vereadores de Três Corações – MG, é suspeito de corrupção de menores, de acordo com filmagens feitas em sítio em Varginha - MG, durante uma festa.

O Vereador estaria envolvido na prática de orgia envolvendo menores de idade. Uma das mulheres que participavam da orgia iria completar dezesseis anos.

Além de Altair, também teriam participado da orgia David de Sousa, proprietário do jornal Folha do Povo, Cleiton Higino Gomes Rocha, chefe de gabinete de Altair, Márcio de Souza, ex-servidor da Prefeitura de Três Corações e Carlos José Valadão Ximenes, diretor Administrativo da Câmara de Vereadores.

O Vereador continuava no exercício do cargo, sem que a Câmara de Vereadores tomasse qualquer providência para puni-lo. Todavia, frente às fortes pressões exercidas por esta Comissão, o acusado acabou por renunciar ao mandato.

Esta é uma grande vitória no campo político. Todavia, no âmbito judicial, o acusado continua impune, apesar das várias acusações que pesam contra ele pela participação em diversos crimes como:

CD144292764773

- fraude em contratos e licitações: o acusado teria pago valor superfaturado por obras que nunca foram realizadas,

- peculato: o ex-Vereador é acusado de desviar cerca de trinta milhões de reais dos cofres da Prefeitura e de ter utilizado dinheiro da Prefeitura para financiar sua campanha.

- corrupção de menores: o acusado aparece em vídeo, divulgado na *internet,* praticando sexo com menores, juntamente com outras pessoas, durante uma orgia realizada em um sítio localizado em Varginha, recebendo inclusive diárias como se estivesse a trabalho naquele dia.

- formação de quadrilha: os crimes teriam sido praticados com a participação de várias outras pessoas, o que configura formação de quadrilha.

Esta omissão ouviu vários depoimentos relacionados ao caso, os quais são apresentados de forma resumida, tendo em vista que a matéria tramita em segredo de justiça.

DEPOIMENTO DO SR. MÁRCIO DE SOUZA, Ex-servidor da Prefeitura Municipal de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

Relatou que, quando chegou à festa, tinha umas mulheres lá. O Prefeito para quem ele trabalhava chamava-se Fausto. Confirmou que o Altair estava na festa. Confirmou ter mantido ralações sexuais com uma das moças que estavam na festa, mais não sabe o nome dela.

DEPOIMENTO DO SR. DAVI DE SOUZA – Proprietário do jornal *Folha do Povo.*

CD144292764773

Confirmou a realização da festa em Varginha, em que se encontravam Altair, o Cleiton, o Marcinho Vovô, Márcio e Carlos José. Confirmou que tinha mulheres na festa e que a festa foi realizada num sítio. Negou ter tido relações sexuais com a adolescente. Disse que o Claiton teve relações sexuais com a adolescente. Disse que tirou a foto da adolescente na piscina, mas não sabia que ela era adolescente. Reconheceu-se na foto em que aparece com duas meninas, inclusive com a adolescente com a mão sobre sua genitália.

DEPOIMENTO DO SR. CLEITON HIGINO GOMES ROCHA – Chefe de Gabinete do Vereador Altair Gustavo Rocha Nogueira.

Servidor da Câmara Municipal. Também confirmou a presença de cinco meninas na festa. Confirmou ter tido relações sexuais com uma das mulheres, mas disse não se recordar do nome dela. Reconheceu uma das meninas como tendo trabalhado na Câmara de Vereadores. Disse que trabalhava antes no gabinete de Altair. Confirmou a presença de Altair na festa. Confirmou que era ele na beijando duas mulheres, uma delas supostamente, porém disse que não sabia quem eram essas mulheres que estava beijando e desconhecia que fossem irmãs.

Embora se reconheça no vídeo em que aparece com Altair e uma adolescente, disse não saber quem era a menina.

DEPOIMENTO DO SR. CARLOS JOSÉ VALADÃO XIMENES – Diretor Administrativo da Câmara de Vereadores de Três Coração, Minas Gerais.

Confirmou que estava presente na festa em Varginha e que havia aproximadamente sete mulheres. Confirmou a presença de Altair na festa. Disse que foi ele quem alugou o sítio. Disse que a festa foi organizada por ele,

CD144292764773

Altair, Davi, o Vovô e o Cleiton. Disse que o Davi chegou com as meninas. Confirmou ter mantido relações sexuais na festa.

DEPOIMENTO DO SR. ALTAIR GUSTAVO ROCHA NOGUEIRA – Presidente da Câmara Municipal de Três Corações, Minas Gerais.

Confirmou que esteve presente na festa a convite de Davi. Indagado sobre fotos em que aparece mantendo relações sexuais, respondeu: “Eu contracenei em alguma fotos. Tinha feito uso de bebida alcóolica, eu ingeri muita bebida alcóolica.(...)

Eu, a partir do momento em que começaram a ser feitas as fotos, eu também participei dessas fotos, mas não mantive relação. Eram poses que foram feitas, mas não mantive relação.”

Confirmou que as fotos em que ele aparece com algumas meninas, inclusive uma adolescente, na piscina foram tiradas por Davi, mas não soube dizer se outros tiraram foto também. Disse que foi chantageado a pagar 200 reais pelas fotos em que aparece fazendo sexo com meninas. Um dos chantageadores teria sido o Guilherme, que trabalha como porteiro. Indagado a respeito de imagens adulteradas, que constavam de um *pen drive*, disse que não foi ele o autor da adulteração. Negou que ele ou seu pessoal tivessem eito ameaças a autoridades responsáveis pelas investigações referentes a essa orgia envolvendo adolescente.

Felizmente, após várias pressões por parte desta Comissão, para que os envolvidos fossem devidamente punidos pelos seus crimes, Altair Nogueira acabou por renunciar ao cargo de Vereador, uma das grandes vitórias alcançadas por esta CPI.

10.8. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DA INTERNET.

CD144292764773

A *internet* tem-se tornado um território fértil para a exploração sexual de crianças e adolescente, onde também reina a impunidade, até mesmo pelas dificuldades existentes em relação à fiscalização e ao controle dessas atividades em oposição à facilidade cada vez maior de acesso dos jovens a esses sites.

As crianças e adolescentes tornam-se presa fácil de pedófilos, que se utilizam de sites na *internet* para praticarem seus crimes, beneficiando-se com a impunidade resultante das falhas do sistema.

Em depoimento prestado perante esta Comissão, o Sr. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA, Presidente da Safernet Brasil, fez algumas observações importantes sobre esse aspecto.

Em relação à pornografia infantil, por exemplo, afirmou que recebeu 1 milhão, 263 mil e 253 denúncias anônimas no período de seis anos e nove meses, envolvendo 221 mil páginas hospedadas em 83 países, o que demonstra a existência assustadora de uma rede de exploração sexual de jovens atuando no mundo virtual.

O depoente informou que os Estados Unidos, no período de 2006 a 2012, os Estados Unidos hospedou 91% das páginas denunciadas no Brasil suspeitas de crime e que o Brasil foi responsável por hospedar 2,4% das páginas. Disse que o Orkut respondeu por 70% de toda a base de dados.

Afirmou o depoente que é muito fácil encontrar imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na *web*. Basta acessar o buscador de preferência e digitar algumas palavras-chave ou, por exemplo, algumas siglas, como, por exemplo, PTHC, que é uma abreviatura, uma

CD144292764773

abreviação de *preteen hard*-core *pornography*, ou seja, sexo pesado com crianças ou com pré-púberes. E se a pessoa digitar, por exemplo, após dar um espaço, um número 7, e colocar "yo", que é a abreviação de *years old*, anos de idade, em uma simples busca, com dois ou três cliques vai encontrar centenas de *links* que conduzem o usuário a páginas que contêm imagens, fotografias, vídeos de abuso de crianças de 7 anos de idade, crianças sendo estupradas, imagens essas que circulam livremente, são de fácil acesso e também comercializadas.

O depoente relatou que existem aproximadamente entre 400 e 450 *websites* que comercializam, que negociam a compra e a venda de material relacionado ao abuso e exploração sexual de crianças.

Há, também, segundo o depoente a chamada "*web* profunda" ou *deep web*, que é uma camada da Internet que não está indexada pelos buscadores; é uma camada da Internet não é acessível por um *browser* comum, por um navegador, como Internet Explorer ou Firefox ou Chrome.

Como se pode observar a impunidade nesse setor é muito marcante e merece uma atenção especial por parte das autoridades, no sentido de prevenir, investigar e punir esses crimes.

10.9. O CASO DAS MENINAS DE GUARUS, NO RIO DE JANEIRO.

Esse episódio diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes, em um hotel que era utilizado como motel. Nesse local, foram encontrados crianças e adolescentes entre oito e catorze anos que viviam em regime de escravidão sexual. Embora essa quadrilha tenha sido desbaratada pela Polícia Civil, até hoje os criminosos não foram julgados.

CD144292764773

Um dos supostos envolvidos nesse caso é Leilson Rocha da Silva, de 46 anos, conhecido como Alex, que foi preso em flagrante pela Polícia Civil, em junho do ano passado.

As meninas aliciadas por essa rede não só eram obrigadas a fazer sexo como também eram forçadas ao uso de drogas, como cocaína, antes e durante os encontros sexuais. Investigações realizadas apontam para a participação de políticos, funcionários de alto escalão do Governo Municipal, filhos de fazendeiros. O preço pago por um pacote de até quatro horas de sexo com essas meninas ia de 80 a 300 reais e incluía sexo oral, vaginal e anal.

Além da exploração sexual, há denúncias de assassinato, que seria praticado contra as meninas que se recusavam a fazer sexo com clientes indicados por Alex. Duas meninas, uma de 10 e outra de 12 anos, teriam sido mortas por Alex, por se recusarem a fazer sexo com dois primos que trabalhavam para o Governo e usar crack.

Além de meninas, também meninos eram explorados por essa rede de exploração sexual, e ameaçados de esquartejamento. Outros suspeitos apontados por envolvimento com essa quadrilha são funcionários de uma rede de TV, que contratavam os serviços oferecidos pela quadrilha. A questão encontra-se no âmbito do Ministério Público que deverá propor ação penal contra mais de 20 criminosos envolvidos com essa rede de pedofilia.

Em depoimento perante esta Comissão, a Sra. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO, Ex-Vereadora do Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, prestou os seguintes esclarecimentos sobre o caso.

“Isso ocorreu em 2009. A Polícia Civil descobriu um ponto de exploração sexual e prendeu, em 2009, o proprietário de um motel — um hotel que, na

CD144292764773

verdade, servia como motel — onde foram encontradas cinco mulheres, sendo três maiores e duas menores, de faixa etária de 16 anos a 17 anos.

Esse caso ficou conhecido como as Meninas de Guarus porque nós tínhamos crianças e adolescentes, de 8 anos a 14 anos, que eram escravizadas, meninas e meninos, viciados em drogas e levados em cativeiro. Existem indícios claros inclusive, de acordo com depoimentos, de que houve dois homicídios e ocultação de cadáver.

Essa rede de pedofilia é algo que nós não conseguimos ainda resolver no Município, desde 2009, e, inclusive, de acordo com alguns relatos de adolescentes, dessas crianças, elas chegavam a fazer programas sexuais com até 30 homens por dia. Inclusive, também tinham relações sexuais em troca de cimento, para que o proprietário, no caso, o que foi preso, até o momento, pudesse construir o seu próprio hotel, o seu próprio motel. E assim foi feito, tanto é que ele foi preso no local do próprio motel que ele administrava.

Então, eu quero parabenizar a Comissão, porque é uma situação que já está praticamente... Nós temos mais de mil dias e, na verdade, nós não temos concretamente nenhuma ação efetiva para desvendar esse processo. Na época, nós recebemos toda essa denúncia de forma anônima e, num momento, enquanto Vereadora, formei uma comissão para que pudéssemos ir ao Ministério Público, comissão essa formada pela Fundação da Infância e do Adolescente, pela Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, pelos Conselhos Tutelares, pelo Projeto Resgate, que existe no Município, pela Câmara de Vereadores e pela Ronda Escolar.

CD144292764773

Essa Comissão foi até o Ministério Público, e do Ministério Público foi solicitada a urgência para desvendar todo esse mistério em torno, inclusive, do sumiço e desaparecimento de duas adolescentes, conforme depoimento de uma das meninas citadas no processo.

Pois bem, nesse momento, o Promotor alega que estava em sigilo, sigilo esse em que se encontra até o presente momento, e agora, neste ano, é que sai do Ministério Público, através de várias audiências, inclusive a última foi no início deste ano, com o Deputado Estadual Marcelo Freixo, presente nesta audiência pública, e nós estamos finalmente vendo esse processo andar e ir para a 3ª Vara de Campos dos Goytacazes."

Como se pode observar dessas informações, nenhuma punição foi efetuada e esses crimes continuam impunes, em detrimento das vítimas e da própria sociedade, que convive com esses fatos cotidianamente, sem que as autoridades executem as sanções previstas em lei para esses criminosos.

Um fato no mínimo curioso é que nove juízes se declararam suspeitos no julgamento desse processo, de forma a se isentarem de julgar a causa, o que demonstra nítido desinteresse pela questão ou ainda algum tipo de envolvimento por parte dos juízes com os acusados.

Além disso, a CPI tentou ter acesso a esse Processo, sem qualquer êxito, já que os autor não foram encontrados e, de acordo com informações obtidas, esse processo se encontrava em Duque de Caxias, e não em Campos, ou seja, fora da jurisdição, não se sabendo explicar por que razão os autos teriam sido descolados para outra comarca.

CD144292764773

Posteriormente, os autor voltaram para a comarca de Campos, mas houve recusa do presidente do Tribunal em fornecer as informações requeridas pela CPI quanto a esse processo.

Outro ponto que não se pode omitir neste relatório é o fato de que os acusados desses crimes, à época, eram Vereadores e empresários da região. Desses acusados, apenas um foi preso e os demais sequer foram ouvidos, inclusive por conta do foro privilegiado. Tendo em vista que não se reelegeram, o processo retornou à primeira instância.

Passamos a transcrever os depoimentos colhidos sobrea o caso por esta CPI.

DEPOIMENTO DA SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO - Ex-Vereadora do Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Pronunciou-se a respeito do episódio conhecido como o caso das Meninas de Guarus. Fez o seguinte relato:

“Isso ocorreu em 2009. A Polícia Civil descobriu um ponto de exploração sexual e prendeu, em 2009, o proprietário de um motel — um hotel que, na verdade, servia como motel — onde foram encontradas cinco mulheres, sendo três maiores e duas menores, de faixa etária de 16 anos a 17 anos.

Esse caso ficou conhecido como as Meninas de Guarus porque nós tínhamos crianças e adolescentes, de 8 anos a 14 anos, que eram escravizadas, meninas e meninos, viciados em drogas e levados em cativeiro. Existem indícios claros inclusive, de acordo com depoimentos, de que houve dois homicídios e ocultação de cadáver.

CD144292764773

Essa rede de pedofilia é algo que nós não conseguimos ainda resolver no Município, desde 2009, e, inclusive, de acordo com alguns relatos de adolescentes, dessas crianças, elas chegavam a fazer programas sexuais com até 30 homens por dia. Inclusive, também tinham relações sexuais em troca de cimento, para que o proprietário, no caso, o que foi preso, até o momento, pudesse construir o seu próprio hotel, o seu próprio motel. E assim foi feito, tanto é que ele foi preso no local do próprio motel que ele administrava.

Então, eu quero parabenizar a Comissão, porque é uma situação que já está praticamente... Nós temos mais de mil dias e, na verdade, nós não temos concretamente nenhuma ação efetiva para desvendar esse processo. Na época, nós recebemos toda essa denúncia de forma anônima e, num momento, enquanto Vereadora, formei uma comissão para que pudéssemos ir ao Ministério Público, comissão essa formada pela Fundação da Infância e do Adolescente, pela Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, pelos Conselhos Tutelares, pelo Projeto Resgate, que existe no Município, pela Câmara de Vereadores e pela Ronda Escolar.

Essa Comissão foi até o Ministério Público, e do Ministério Público foi solicitada a urgência para desvendar todo esse mistério em torno, inclusive, do sumiço e desaparecimento de duas adolescentes, conforme depoimento de uma das meninas citadas no processo.

Pois bem, nesse momento, o Promotor alega que estava em sigilo, sigilo esse em que se encontra até o presente momento, e agora, neste ano, é que sai do Ministério Público, através de várias audiências, inclusive a última foi no início deste ano, com o Deputado Estadual Marcelo Freixo, presente nesta

CD144292764773

audiência pública, e nós estamos finalmente vendo esse processo andar e ir para a 3ª Vara de Campos dos Goytacazes."

Transcrevemos por oportuno os depoimentos colhidos nas audiências realizadas, no Rio de Janeiro, com a Dra. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com a Dra. IVONE FERREIRA CAETANO - Juíza Titular da Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com a Sra. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO e com o Sr. RODRIGO SALGUEIRO:

"A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Prestou o seguintes depoimento:

"Bom dia. Quem fala é Martha Rocha, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Eu me faço acompanhar do Delegado Sérgio Caldas, Subchefe Administrativo, da Delegada Bárbara Lomba, que é Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente e neste momento também representa a Delegacia da Criança Vítima, uma vez que o Delegado está de férias. E me faço acompanhar também da Delegada Márcia Noeli, Diretora da Divisão de Proteção à Mulher, perdão, Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher.

Por que também a presença da Dra. Márcia Noeli? Porque nós percebemos que uma porta de entrada para a notícia da violência sexual praticada contra a criança pode ser também através das delegacias de mulheres.

Não é raro que as mulheres, ao perceberem que seu filho ou sua filha possa estar sendo vítima de uma violência sexual, se dirijam a uma DEAM para

CD144292764773

fazer esse registro. Então, há uma tradição também das delegacias de mulheres, que estão também, sob certa medida, espraiadas mais em todo o Estado, interiorizadas no Estado, para atender a esse tipo de demanda, não obstante a competência das delegacias especializadas não serem uma competência exclusiva, e sim uma competência concorrente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer, Delegada, a possibilidade de estarmos aqui conversando. Eu sou Erika Kokay, sou Presidenta da CPI que investiga turismo e exploração sexual contra crianças e adolescentes. A Deputada Liliam Sá, que é aqui do Rio de Janeiro, é a Relatora dessa CPI.

Nós estamos aqui também com a assessoria — a assessoria da Deputada, a assessoria da Câmara e a assessoria do Deputado Jean Wyllys, que não pôde estar aqui hoje, mas que também integra a CPI.

Então, veja: nós estamos num processo, primeiro, de atualização de diagnósticos e nós estamos trabalhando, dentre outros aspectos, com um que já é o lema do próprio movimento, que é a necessidade da denúncia, de que as pessoas possam denunciar, enfim, possam compartilhar de um movimento de defesa e proteção das crianças.

O aumento de número de denúncia nós achamos que tem duas características muito positivas: uma delas é desnaturalização da violência sexual; a segunda é o comprometimento da sociedade com as crianças e os adolescentes, na lógica da proteção integral, que é prevista na nossa legislação.

CD144292764773

Mas nós achamos que há dois elementos que são importantes e que estão muito precarizados no País. Um é a responsabilização. E a responsabilização não depende só do Poder Judiciário. Ela também depende muito do Poder Executivo, na medida em que é preciso que nós tenhamos estruturas para formulação de inquéritos robustos, o que envolve, inclusive, ter boa capacidade de polícia técnica, de perícias, bons IMLs para construção de laudos, boas estruturas nas delegacias de proteção. E o outro aspecto é o atendimento. Essas meninas e esses meninos são vítimas de violência sexual. Muitas vezes ficam remoendo a sua própria dor, porque não têm um atendimento que — aí sai da lógica da Secretaria de Segurança — possa ressignificar suas vidas e interromper a trajetória de exploração sexual, que muitas vezes é empurrada pela própria pobreza. A exploração sexual — o abuso sexual tem outras características — tem como variável a pobreza e a exclusão social de forma muito intensa.

E o que nós estamos vendo aqui? Primeiro — é para saber —, vocês têm uma divisão, pelo que eu entendi, de polícia dirigida à criança. Essa divisão se divide — me corrija se eu estiver errada —, na do adolescente infrator, adolescente vitimizador, e na da criança e do adolescente vítimas. E aí vocês têm aqui uma proteção, uma delegacia de proteção ou de atendimento à criança e ao adolescente vítimas. É uma delegacia no Estado? Quantas delegacias existem no Estado? Esses eram dados que nós queríamos saber. Como é que funcionam? Funcionam durante todo o período ou funcionam em esquema de plantão? Ou, se não funcionam, funcionam só em horário de expediente? O segundo aspecto: vocês têm algum tipo de delegacia com o recorte do turismo que possa, inclusive, enfrentar o turismo sexual? E o terceiro

CD144292764773

aspecto é que o Rio será sede das Copas também. Algumas preocupações nossas estão muito contextualizadas nesta era, nesta etapa da história brasileira. Uma delas são as grandes obras, outras são os grandes eventos e as fronteiras, o que não vem ao caso aqui no Rio de Janeiro, mas os grandes eventos particularmente. Qual é a estrutura? Como o Estado está se organizando para se preparar para as Copas? Nós estamos falando de uma cidade turística, portanto é uma cidade onde talvez a Copa não tenha tanto impacto como vai ter em outras cidades brasileiras, porque aqui já absorve um número de turistas muito grande. Há eventos que fazem isso, como o carnaval, por exemplo. Mas que estrutura nós temos aqui na Secretaria de Segurança acerca da questão do turismo, para enfrentar o turismo sexual?

Nós estamos vindo aqui na perspectiva da construção de um diagnóstico. E a gente sempre constrói o diagnóstico com a perspectiva de tirar da invisibilidade e, ao mesmo tempo, possibilitar superação dos elementos que são insuficientes para a proteção.

Por fim, quantos casos, quantas incidências, o que se transformou em... o que já está em inquérito? Quanto tempo leva, em média, para a construção desses inquéritos? Quanto tempo leva para o laudo? Porque nós vimos em alguns lugares uma demora muito grande na construção dos laudos, como os laudos por parte do IML. O nosso olhar para o IML, com todo o respeito aos mortos, é um olhar para os vivos. Nós temos o IML... como se constroem laudos para contribuir na responsabilização daqueles que vitimaram e tal.

Seria isso.

CD144292764773

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Eu vou tentar responder a todas as perguntas, lembrando sempre que a Dra. Bárbara e a Dra. Márcia e o próprio Dr. Sérgio podem fazer suas contribuições.

Primeiro, dentro da estrutura da Polícia Civil, nós temos o Departamento Geral de Polícia Especializada. Esse Departamento Geral de Polícia Especializada tem subordinadas a si duas delegacias: a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (essa delegacia vai atuar em razão do adolescente infrator) e também a Delegacia da Criança Vítima (essa, sim, vai atuar na questão da criança vítima de tudo aquilo que pode sofrer a criança vítima).

A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente já está inserida no Programa Delegacia Legal. Ela fica na Avenida Presidente Vargas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Não. O Programa Delegacia Legal é um programa que deu uma nova cara à Polícia Civil, é um programa em que toda delegacia está informatizada. Ele tem um sistema de... uma base de dados, ele tem toda uma estrutura física e de inteligência diferenciada. Então, vamos dizer, ele tem uma diferença de investimento em tecnologia, não tem carceragem. Hoje, a Polícia Civil como um todo não tem carceragem. O primeiro atendimento é dado por uma assistente social. Então, na verdade, ele tem toda uma estrutura diferenciada.

A divisão... a Delegacia da Criança...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É o atendimento ao adolescente infrator. À criança vítima nós estamos na conclusão do projeto que

CD144292764773

vai transformar essa delegacia, vai inserir essa delegacia no Programa Delegacia Legal.

Aliado a isso, dentro do DGPE, nós também temos a Divisão Especial de Atendimento ao Turista, mas essa divisão cuida do turista vítima. Na verdade, o turista infrator... E pode, sim, acontecer isso. O Rio de Janeiro não se tem notabilizado por ser um local de turismo sexual, a exemplo de outros Estados, mas não se pode perder de vista que, num determinado momento, esse turista pode ser um turista infrator, e não um turista vítima.

Então, havendo isso, esse foco pode ser tanto da DCAV, que é da Criança Vítima, como pode ser também da delegacia distrital que se depare com essa situação.

A outra questão que a gente tem que colocar é a questão dos grandes eventos. A Secretaria... É preciso avisar ao senhor que está interferindo aqui. Talvez fosse melhor atender lá fora.

A questão dos grandes eventos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Pois não. Quer pegar?

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - No caso da DCAV, apesar de ela se encontrar ainda num prédio de padrão antigo, o sistema operacional dela já é da Legal. É só para acrescentar isso. Ela não é um prédio climatizado...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - É uma delegacia. Uma para cada área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Atualmente é uma só?

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - Sim.

CD144292764773

(Não identificado) - É uma só no Estado todo.

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - E isso nos favorece um pouco pelo fato de o Estado do Rio ser um Estado geograficamente pequeno. De certa forma, isso nos ajuda. Diferente de onde eu já trabalhei, como Minas Gerais, onde nós temos cerca de 900 Municípios, aqui nós só temos 92. Isso aí, de alguma maneira, nos favorece. É só para lembrar que, como sistema, ela já está na Delegacia Legal. Só não está como prédio, ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E essa delegacia funciona...

(Não identificado) - Essa delegacia funciona em horário de expediente, funciona com sistema de plantão 24 horas.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - A outra questão é que, no que se refere — obrigada, Sérgio — aos grandes eventos, a Secretaria de Segurança instituiu uma Subsecretaria de Grandes Eventos. Então, a gestão do grande evento está vinculada à Subsecretaria de Grandes Eventos, que é a SESGE, que tem o Subsecretário Dr. Roberto Alzir e tem reuniões periódicas, nas quais têm assentos integrantes da Polícia Civil e integrantes da Polícia Militar.

Na verdade, o Rio de Janeiro, de uma forma quase que rotineira, vive grandes eventos. Nós vamos ter o nosso *réveillon*. Só nas Praias de Copacabana e de Ipanema, nós receberemos 2 milhões de pessoas.

Então, uma perspectiva de receber, na Jornada Mundial da Juventude, cerca de 3 milhões de jovens é uma perspectiva que a gente, de um jeito ou de outro, já está um pouco... Sempre a gente tem que se preparar mais, mas, pelo menos, estamos acostumados a grandes eventos.

CD144292764773

O que a gente tem procurado fazer é inserir na qualificação dos servidores, além da preocupação com equipamento, que isso é algo que tem que ser tratado com a Subsecretaria de Grandes Eventos; é inserir na capacitação dos servidores policiais a questão de prepará-los para os grandes eventos. E há uma preocupação da Polícia Civil com a questão dos direitos humanos.

Vou colocar uma questão aqui: nós, em homenagem ao Deputado Jean Wyllys, que é uma pessoa que luta pela questão do enfrentamento da homofobia, hoje temos inserido na nossa base de dados a possibilidade de identificar o indicador da motivação à homofobia. Então, hoje a Polícia Civil pode responder quantos casos de lesão, de furto ou de tentativa de homicídio têm como viés a homofobia. Da mesma forma, a gente inseriu a obrigatoriedade do uso do nome social no caso da população vulnerável, como travesti e transexual, no atendimento à questão da homofobia.

No tocante à Academia da Polícia Civil, nós estamos trabalhando também na questão da preparação para os grandes eventos. Então, estamos trabalhando na questão do COGEST, que é um curso no qual nós recebemos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, de outros Estados, além de policiais federais, da Guarda Municipal, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e nós preparamos esse material, preparamos o policial.

No foco dos direitos humanos, nós temos o ensino a distância. No ensino a distância, desenvolvemos, nos meses de julho e agosto, um curso para tratar de tráfico de mulheres. Então, poderíamos estabelecer, por exemplo, uma parceria com esta Comissão para colocarmos no nosso ensino a

CD144292764773

distância um curso específico que a gente pudesse estar preparando com a Comissão, voltado para a questão da exploração sexual.

Realizamos, semana passada, durante a comemoração do Dia 25 de novembro, um curso presencial, não virtual, com a ONU, até capitaneado pela Dra. Márcia Noeli, na questão dos refugiados, em particular das mulheres refugiadas. E nós sabemos que essa população vítima tem um perfil também de violência sexual.

Então, eu acho assim: como agenda que nós poderíamos construir com a Comissão seria talvez pensar num curso a ser desenvolvido no início do ano. Aí sairíamos daqui, as Deputadas designariam alguém para conversar com a nossa diretora da Academia, e poderíamos fazer isso.

No tocante ao dado, até porque não ficou muito clara a reunião de hoje, nós estaremos encaminhando para a Comissão, ainda nesta semana. Eu vou pedir à nossa assessoria de planejamento para fazer um *checklist* que a gente possa dar.

Só para concluir sobre o Médico Legal. Eu não sei se tiveram oportunidade de conhecer o nosso Médico Legal, mas é um instituto de padrão internacional. É um instituto totalmente fora do padrão que a gente está acostumado, com investimento em tecnologia, com investimento em qualificação. E, para felicidade nossa, a Diretora do Instituto Médico Legal é uma profissional cujo doutorado está baseado na questão da violência sexual praticada contra crianças. Então, só pelo seu perfil, eu acho que é razoável imaginar o atendimento que se dê ali. Não obstante isso, acho também que se a Comissão tiver interesse, não necessariamente os Deputados, mas algum assessor, de conhecer o Instituto Médico Legal, o Dr. Sérgio fará a agenda

CD144292764773

para que a Comissão conheça o Instituto Médico Legal e possa acompanhar isso.

Terminando também, ainda uma outra coisa que me foi perguntada...

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - Sobre o tempo dos laudos.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É, o tempo dos laudos. Esse dado, com certeza... Mas os nossos laudos são laudos rápidos. E nós estamos desenvolvendo, com o Tribunal de Justiça, a nossa... A Polícia Civil...

Você foi a Pernambuco? Não?

Nós estamos desenvolvendo, com o Tribunal de Justiça, uma escuta — e fizemos uma viagem a Pernambuco — daquela sala de acolhida, para que a criança...

(Não identificado) - Testemunhando sem dano.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É, Testemunhando sem Dano. Porque, no Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça tem interesse de promover essa sala, salvo engano, em um juizado regional aqui em Cascadura — salvo engano, lá. Então, a Polícia Civil está participando desse estudo, ainda em andamento, com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, com relação aos dados que a senhora vai remeter, era importante saber o seguinte: quantos casos chegam... Nós fazemos um recorde de violência, de exploração sexual, que podem ser abuso ou violência. Quais os casos de violência e quais os casos de exploração? Como é que chega a denúncia? Se é Conselho Tutelar. Como é que chega a denúncia aqui? É Conselho Tutelar? É através do Disque 100? Qual é a acolhida? Quem é que acolhe a denúncia e encaminha para cá? O terceiro, aí, sim, é quantos se transformaram em inquérito.

CD144292764773

Uma outra coisa que eu achei interessante é esse olhar diferenciado para a Delegacia de Atendimento à Mulher. Vocês têm uma Delegacia de Atendimento à Mulher?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Nós temos 11 Delegacias de Atendimento à Mulher...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Onze Delegacias!

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Todas funcionam 24 horas. Na Capital do Rio de Janeiro, nós temos em Jacarepaguá, no centro e na zona oeste.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São três?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - São três.

Temos, na Baixada: Caxias, Nova Iguaçu, São João do Meriti e Belford Roxo; no interior, em Volta Redonda, que fica no sul fluminense, e em Friburgo. E estamos numa perspectiva de inaugurar, no primeiro semestre de 2013, a Delegacia de Campos e a Delegacia de Cabo Frio, que fica na região litorânea, na região da...

(Não identificado) - Em janeiro?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Oi?

(Não identificado) - Em janeiro?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Em janeiro. Fica na Região dos Lagos. Cabo Frio é um lugar altamente de turismo.

O que nós fizemos? No tocante ao turismo, nós desenvolvemos, na delegacia de Búzios e na delegacia de Cabo Frio, uma qualificação diferenciada dos policiais para atendimento ao turismo. Mas aí não com esse olhar. E acho que a gente…

CD144292764773

Por que nós fazemos essa questão da delegacia de mulheres? Porque a nossa experiência demonstrou que, por exemplo, o 180 é um número de que as mulheres se apoderaram. Eu não posso lhe dizer — eu não tenho conhecimento suficiente para dizer — do impacto do número 100 no Estado do Rio de Janeiro. Do número 180 a gente tem essa possibilidade de saber porque a Secretária Nacional de Política para as Mulheres está sempre divulgando isso e fazendo agendas.

A Dra. Márcia, durante a comemoração do dia 25 de novembro, fez uma ação, e eu acho que é outro organismo com que a Comissão poderia estabelecer um contato, o Disque-Denúncia. O Disque-Denúncia é uma ferramenta existente no Estado do Rio de Janeiro desde 1996.

O que nós fizemos no Disque-Denúncia? O Disque-Denúncia, percebendo que a mulher muitas vezes não ia denunciar, mas ligava, e não precisava nem ser policial para ter absoluta certeza de que ela não estava contando a história da vizinha e, sim, a sua própria história, fez uma qualificação com seus profissionais para ouvir a questão da violência doméstica.

Então, hoje, o Disque-Denúncia tem uma interação direta com a delegacia de mulheres, através da Divisão de Polícia de Atendimento à Mulher.

E fizemos uma ação específica com o Disque-Denúncia que produziu um material para as comemorações do dia 25. Nós temos uma delegacia itinerante. A delegacia itinerante foi ao Complexo do Jacarezinho, acompanhada do Disque-Denúncia, para fazer essa panfletagem. Então, da mesma forma que o Disque-Denúncia está apoiando um projeto da Divisão de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente na questão da venda de

CD144292764773

bebidas alcoólicas para jovens — aí lembrando o papel do estabelecimento comercial...

Então, na verdade, acho que, de repente, pensar em alguma coisa com o Disque-Denúncia, ou conhecer o Disque-Denúncia, também poderia ser algo interessante para a Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Disque-Denúncia é o Disque-Denúncia geral?

A SRA. MARTA MESQUITA DA ROCHA - Geral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que as policias têm. E, aí, vocês têm uma...

A SRA. MARTA MESQUITA DA ROCHA - Na verdade, a gente tem o Disque-Denúncia, que está vinculado à Secretaria de Segurança, e a gente estabelece com ele algumas carteiras, como nós chamamos. Então, a gente tem lá a carteira da violência contra a mulher. A gente faz ações específicas com o Disque-Denúncia na questão da violência contra a mulher. A gente tem lá a carteira da divisão de proteção à criança, que essa questão do projeto de enfrentamento à questão da bebida alcoólica. E acho que a gente pode desenvolver até com o Disque-Denúncia alguma coisa de exploração sexual. Pode ser um grande pacote, e a gente passa pela Academia de Polícia e depois passa também pela questão do Disque-Denúncia. Acho o Disque-Denúncia um grande aliado que não pode ser esquecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No caso do Disque-Denúncia com recorte das mulheres? Veja, a pessoa liga… Só para entender como funciona. A pessoa liga, diz que tem uma denúncia, tal, tal, tal. Ela é direcionada para alguém que tenha uma escuta diferenciada?

CD144292764773

A SRA. MARTA MESQUITA DA ROCHA - Ela é direcionada para a delegacia de mulheres. Hoje a gente pode dizer que recebe com muito *(ininteligível)*, porque a gente está desenvolvendo um projeto que está sendo implantado para que isso venha por e-mail. E a delegada de mulheres direciona uma equipe, lembrando que os policiais civis que trabalham em delegacias de mulheres, além do curso de formação para trabalhar em delegacia de mulheres, fazem um outro curso, um curso exatamente para desenvolver essa questão da escuta diferenciada, do atendimento diferenciado.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Muito bom dia a todos. Eu sou Liliam Sá, Deputada aqui do Rio de janeiro. Quero agradecer a nossa querida delegada por nos receber nesta manhã e dizer que sou uma admiradora de seu trabalho há muitos anos, desde quando estava como Secretária da Criança e Adolescente...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Isso! Quanto tempo, não é? E fiquei muito feliz de saber que a senhora está à frente de um trabalho tão importante como esse, numa delegacia como essa.

Dr. Sérgio, Dra. Martha, Dra. Bárbara, eu gostaria de fazer algumas perguntas. No tempo ainda em que eu era Vereadora, nós fizemos a CPI da Exploração e do Turismo Sexual na Câmara de Vereadores. Nós não tivemos assim... porque a Câmara não tem toda a infraestrutura que se tem em Brasília, a polícia, aquele aparato todo, mas nós conseguimos realizar algumas diligências. E ali naquele ponto da CEASA nós encontramos meninas que estavam sendo prostituídas a 1 real e 99 centavos. Às vezes, por 50 centavos aquelas meninas tinham sexo com os caminhoneiros.

CD144292764773

Nós conseguimos uma ação, juntando a PM, o batalhão da região, Conselho Tutelar, CEASA, e conseguimos ali montar um... Ali seria um ponto para que as pessoas pudessem ter noção do que estava acontecendo. Não foi assim... Eu vou dizer para vocês que não era uma coisa fixa, mas ali ficaram algumas pessoas fazendo mensagens para os caminhoneiros de que o caminhoneiro não podia usar as crianças, fazendo alguma divulgação do trabalho do Conselho Tutelar. Tivemos conselheiros tutelares ali. Levamos algumas crianças para casa.

E quando nós voltamos, um tempo atrás, com a Polícia Civil, que nos deu um aparato, em vez de encontrarmos meninas, encontramos meninos. Aí já tinha mudado o perfil. Quase 2 anos depois, eram meninos.

Então, eu gostaria de saber como está essa situação no Rio de Janeiro. Nós sabemos que... Quando nós fizemos essa CPI, pensávamos que a exploração sexual ficasse perto da orla, onde estão os turistas, os grandes hotéis e tudo, e o que nós constatamos foi que a exploração tinha uma característica diferente, era onde estava mais a pobreza. As meninas pobres estavam sendo exploradas sexualmente na zona oeste, na zona norte. Inclusive houve até batidas lá. Parece que prenderam em Campo Grande uma quadrilha que aliciava essas crianças na época. E a DCAV foi parceira com a gente, a DPCA.

Eu gostaria de saber o que está acontecendo no Rio, o que mudou nesse tempo. O que vocês estão fazendo na questão das casas de prostituição, que fazem uso da prostituição, se há menores, nas casas de massagem, como Vila Mimosa e outras? A Vila Mimosa é famosa. Nós temos

CD144292764773

denúncia de que existem menores lá. Nós ficamos até de fazer uma diligência no caso. Há algumas diligências marcadas.

E como vocês fazem, na questão da exploração sexual de menores, essa interação com a Polícia Rodoviária Federal, com o Ministério Público? Para onde... Qual a dificuldade da Polícia Civil quando pega meninas sendo prostituídas? Para onde vocês as levam? Como está a questão dos abrigos? Nós depois também vamos ver isso com a Prefeitura, mas nós queremos saber a dificuldade, porque nós sabemos... E o serviço de inteligência da Polícia Civil como está? Melhorou? Ainda há alguma novidade para nós? Nós visitamos alguns Estados, e a reclamação total é de que o serviço de inteligência precisa melhorar, que não tem infraestrutura, não tem orçamento para isso.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Deputada, infelizmente eu não vou poder dar todas as respostas neste momento.

Veja bem, a questão da exploração sexual sempre vai ser pauta da Polícia Civil. Eu vou pegar todas as... Eu vou pedir ao Dr. Sérgio que faça o levantamento com a DCAV. Nós já realizamos algumas operações. Então, que nessas operações a gente possa lidar com dados precisos.

O setor de inteligência é um setor que, no tocante à Polícia Civil, está muito bem instalado. E nós inclusive vamos... Ele agora vai ser deslocado para a Cidade da Polícia. A Cidade da Polícia é um investimento da Polícia Civil e do Governo do Estado do Rio de Janeiro de 100 milhões de reais para construir na região do Jacarezinho... a inauguração está prevista para abril do ano que vem. E nós vamos inaugurar com toda essa infraestrutura de tecnologia, e vai ser colocado lá. Tivemos o cuidado de não levar para a Cidade da Polícia aquilo que nós vamos considerar o Complexo da Criança.

CD144292764773

Então, o Complexo da Criança vai ser exatamente a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e a Delegacia da Criança Vítima, que deve estar concluída já, totalmente modernizada, no Programa Delegacia Legal, até o primeiro semestre de 2013. Tivemos o cuidado de deixá-la permanecer aqui no centro da cidade. Exatamente por quê? Porque está perto do Poder Judiciário, está perto do Ministério Público especial.

A questão dos abrigos é algo que tem que ser colocado para a Secretaria Municipal de Assistência Social. Eu não sei se a Dra. Bárbara quer fazer alguma consideração nesse sentido. Mas na verdade a gente tem esse olhar sempre preocupado. Embora a Chefe da Polícia Civil olhe todas as coisas ao mesmo tempo, está sempre preocupada em priorizar, a seu tempo, uma determinada ação.

Então, sem dúvida nenhuma, a chegada desta Comissão ao Rio de Janeiro vai obrigatoriamente também fazer com que nós façamos uma análise das nossas próprias ações e possamos pensar onde podemos ser mais pró-ativos, onde podemos contribuir sempre mais.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Bom dia! Sou a Delegada Bárbara Lomba, titular da DPCA. Como a chefe bem disse, nós temos uma atribuição principal de atuar nos atos infracionais cometidos por adolescentes, mas como a DCAV foi criada em 2005, nós acabamos, por nossos regulamentos, mantendo a atribuição de também atuar em casos de crianças e adolescentes vítimas. Então, nós não deixamos de atender, quando somos procurados, não deixamos de atender esses tipos de casos. De qualquer forma, para qualquer registro que seja feito na delegacia, a gente não pode deixar de dar continuidade às investigações.

CD144292764773

Eu queria lembrar só, chefe, que nós recentemente... a Polícia Civil recentemente fez uma ação na Rocinha, uma prisão, na Rocinha, de um rapaz que explorava prostituição de adolescentes. Isso foi noticiado. Houve na verdade uma informação. Chegou uma informação precisa. E aí eu vou falar da dificuldade. A Deputada Liliam Sá perguntou das nossas dificuldades, então é bom que a gente as coloque.

A Polícia Civil muitas vezes não recebe informações precisas sobre esse tema, que é um tema muito complicado realmente, uma coisa muito escondida. Até nesses centros de prostituição conhecidos é difícil flagrar situações desse tipo lá. Não adiantam ações onde nós procuremos flagrantes, porque não vamos consegui-los. Então, é preciso que nós tenhamos informações precisas. E as informações que chegam normalmente dão conta de violências pontuais contra a criança, que estão acontecendo contra crianças no seio familiar, ou algum conhecido próximo que alicia... alicia, não, que abusa de crianças, como a senhora falou. Então, o que nós recebemos mais de notícias, através de Disque-Denúncia, Disque 100, são essas violências mais dirigidas contra uma criança conhecida ou na própria família.

A questão da prostituição ou da exploração sexual mais sistêmica, onde há uma organização normalmente, há um esquema criminoso, não vem tanto para nós, não chega com essa clareza toda.

Então, nós precisamos ter cada vez mais integração entre os órgãos envolvidos nisso para que nós tenhamos informações mais precisas. E aí, a SMAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social, acredito eu, pode ser uma parceira nossa, chefe, porque eles exatamente acolhem essas crianças na rua.

CD144292764773

E, como a senhora falou, a pobreza é muito explorada nisso, essa situação vulnerável.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Conselho Tutelar é vinculado a essa Secretaria ou à da Criança?

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Não, o Conselho Tutelar é uma entidade municipal, os membros são...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas ela está...

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Não, não é vinculada. É do Município, está no âmbito do Município, mas não é vinculada à Secretaria de Assistência Social. É um órgão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem dá suporte ao funcionamento dos Conselhos Tutelares? Deve haver algum órgão. Ele é...

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Não, mas eu acho que ele não está no âmbito da assistência social, não.

(Não identificado) - Está no Conselho Municipal.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - No Conselho Municipal da Criança?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Está dentro da SMAS?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui tem Secretaria de Criança?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Então, eles têm informação. Nós estamos tentando estabelecer ações em conjunto, mas eles também têm dificuldade, parece-me, em compilar essas informações. Mas eles na verdade

CD144292764773

têm contato na rua com crianças e adolescentes e acabam recebendo dos próprios adolescentes informações.

Então, nós sabemos — sabemos superficialmente — que em Copacabana há pontos de prostituição, além de Vila Mimosa, sobre o que também chegam informações assim, mas muito vagas.

O que eu acredito que possa ser feito é sistematizar essa troca de informações. Agora, eu não sei da estrutura deles. Então, se a Comissão os procurar seria algo favorável aos trabalhos, para que eles digam como é a estrutura. Eu não sei como isso é compilado, se há realmente uma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles que você fala é a Assistência Social.

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - A Assistência Social, porque eles têm muito contato realmente com o que acontece nas ruas, porque há pontos de prostituição nas ruas.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. BÁRBARA LOMBA BUENO - Quando o adolescente vem só em situação de rua, os responsáveis não são localizados e não há ato infracional, nós encaminhamos à Assistência Social, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa Subsecretaria de organização dos grandes eventos tem diálogo com outras Secretarias, tem um grupo, um GT, alguma coisa assim?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Eu acho até que vale a pena uma conversa com o Delegado Alzir, que é o Delegado Federal responsável pela Subsecretaria. Ele tem grupos de trabalho, tem reuniões periódicas e realmente é o olhar... Nem a Polícia Civil nem a Polícia Militar

CD144292764773

partem para a organização por autodemanda. Essa demanda vem via Secretaria de Segurança, mesmo porque há também a Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos criada pelo Governo Federal. Então, essa Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos se articula com as Secretarias de Segurança, no caso do Rio de Janeiro, pontualmente, com a Subsecretaria.

Aí, Barbara, já pensando na tua indicação, já que a gente sai daqui com essa agenda também pró-ativa — Dr. Sérgio, também —, a gente deve pensar em marcar um café com a Secretária Municipal de Assistência Social, lembrando que a Polícia Civil do Rio de Janeiro e a Polícia Militar também dão um apoio muito grande a essa Subsecretaria Municipal na questão do *crack*, na questão do recolhimento, para o que eles nos pedem ajuda, e é feito exatamente pela DPCA e pela DCOD. Então, já é dado esse apoio nesse sentido. E aí a gente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Já vou já. A gente também já pode pensar em marcar um café com eles.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você sugeriu, e eu achei interessante, primeiro, o curso a distância, da Academia, e um segundo aspecto. Você tinha feito uma outra sugestão também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - O encontro com a... O Disque-Denúncia. De repente, criar um disque-denúncia.

O que eu queria dizer, Deputada, é o seguinte: eu sempre acho... Por exemplo, eu conheci a Deputada Liliam Sá quando ela era Vereadora. E eu me lembro de que eu estava lá numa delegacia de mulheres, e ela fez um

CD144292764773

seminário para falar dessa questão da violência sexual. E a gente foi participar exatamente porque havia essa porta de entrada.

Eu acho que a Polícia Civil tem que ver, nessa oportunidade de estarmos juntos, onde a gente pode melhorar. Então, eu acho que seria muito bom para a Polícia Civil fazer esse curso a distância, porque hoje nós temos um sistema de teleconferência. Então, a gente pode fazer não só... Pode fazer uma abertura presencial, onde a própria Comissão poderia estar, e depois todas as aulas... E essa abertura seria feita na Academia, e os polos de ensino a distância, de teleconferência, repercutiriam isso.

Fora isso, a gente preparar mesmo um curso, como fez do tráfico de mulheres. E eu gosto sempre de dizer que não tem nada a ver com a novela, porque o curso foi em julho, mas porque a gente percebeu que era um tema que a Polícia Civil... Embora seja da competência da Polícia Federal apurar o crime de tráfico de mulheres, foi para que nós pudéssemos estar preparados na delegacia para poder identificar um caso, e uma mulher procurasse ajuda nesse sentido. E acho que esse encontro a gente também pode fazer. E estabelecer, também, com o Disque-Denúncia essa carteira. Acho que também pode ser feito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais duas coisas. Você falava da questão da delegacia de atendimento, que ela acaba acolhendo esse tipo de denúncia, pelo sentimento de proteção das próprias mulheres, enfim. Tem algum tipo de formação diferenciada do atendimento à mulher para a questão da criança e do adolescente? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta: a gente tem percebido uma mudança no *modus operandi* das redes, que têm utilizado muito a questão virtual, a Internet, enfim.

CD144292764773

Não se veem mais tantos meninas e meninos nas ruas, porque elas estão nos computadores. Então, vocês têm uma preparação nesse sentido, nessa questão da inteligência, do ponto de vista da Internet, do *modus operandi*?

A terceira, e última, é se vocês percebem que há uma incidência ou vulnerabilidade, se há casos muito associados à situação de rua, ou se vocês não têm como perceber. Porque a política da população de rua está com a assistência social, não é? Mas, por exemplo, nas delegacias de alguns lugares, as pessoas dizem que existe um diálogo muito grande com a situação de rua, a exploração sexual e a droga, a situação de drogadição e a exploração sexual. Vocês têm essa percepção? Depois vocês vão mandar os dados para a gente sobre quantas denúncias e tal.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Para complementar o que a Deputada Erika estava explanando, eu só queria acrescentar algo e fazer um pedido também. Na questão do tráfico de mulheres, do tráfico de pessoas, nós fizemos uma audiência na ALERJ, na sexta-feira — também faço parte dessa CPI —, e nós temos casos emblemáticos de meninas de 7 a 12 anos de idade que desaparecem no Rio de Janeiro. Somem, por ano, duas, três meninas. Esses aqui são os casos mais emblemáticos que nós temos. A delegada já deve saber. Essas meninas já estão com idade... Elas desapareceram, e a gente acha que é para uma rede de prostituição. Nós teremos aqui, sexta-feira, o inquérito do suspeito que levou esta menina e esta menina aqui, a Larissa — as duas. Ele está solto. E essas mães estão sem atendimento legal, não é? Nós vamos até chamá-los, porque nós acreditamos que exista uma rede no Brasil, porque somem duas no Rio, duas em Minas Gerais. Nós temos visitado o Brasil inteiro nessa questão e sabemos que nas fronteiras do Brasil há

CD144292764773

meninas levadas até para o Suriname, para outros países, saindo para essa rede.

Gostaria de saber se a Polícia Civil tem alguma indicação nesse sentido, se está fazendo algum tipo de investigação para saber dessas redes. Como disse o Dr. Fernando, que é daqui, sobre a questão da informática, eles estão muito organizados dentro da Internet.

São as minhas considerações.

(Trecho retirado por determinação da Presidenta da Comissão.)

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - E respondendo aqui à pergunta da Deputada Érika, duas coisas: na DEAM há uma preocupação com a violência sexual. E nesse curso nós estabelecemos também um atendimento diferenciado, um olhar diferenciado nesses inquéritos. Mas é fato que esses inquéritos que tramitam na DEAM não têm a ver com o turismo sexual. Eles têm a ver com aquela violência sexual praticada por conhecido. Então, é o pai, o padrasto que pode estar molestando, o vizinho, às vezes até um estupro praticado por um desconhecido. Mas a DEAM, refletindo no que a senhora colocou, ela não vai de encontro a essa questão da exploração sexual através do turismo. Então, a gente não teria como...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não só do turismo...

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - É, se essa violência sexual é trazida através de um registro, a gente vai ter um atendimento diferenciado. Mas eu não poderei dizer à senhora se isso tem a ver com a pobreza. Entendeu? Eu acho que é muito mais voltada para aquela violência que é típica familiar, ou pelo menos nas relações de convivência, do que talvez o mote

CD144292764773

desta CPI da Exploração Sexual, do Tráfico de Crianças ou dessa questão. Então, esse é um dado. Acho que o Dr. Sérgio também vai...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O abuso sexual, não?

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Abuso sexual, sim. Isso sim. Mais para o abuso e menos da exploração. A outra questão que eu quero colocar aqui é da nossa Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática. Acho que outro dever de casa deixado para a Polícia Civil, e a Dra. Bárbara vai anotar e me cobrar isso tudo, é a gente estabelecer aqui um olhar, tal qual um grupo de trabalho. Que a gente coloque lá a Delegacia da Criança, a Delegacia da Criança Vítima de Proteção, a DRCI, a DEAT. Nós fizemos um núcleo de grandes eventos aqui. Nós temos oito delegacias vinculadas. Então, a gente pode estabelecer para esse núcleo, com essas oito delegacias, esse olhar também, incluir na pauta a exploração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na exploração sexual ... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Deputada, nós temos um núcleo de grandes eventos que é subordinado à Delegacia do Turista. Esse núcleo foi criado a partir da questão das torcidas. Não sei se as senhoras acompanharam, nós prendemos recentemente oito integrantes de uma torcida famosa, prendemos o pessoal do Corinthians, prendemos o pessoal do Fluminense, aí criamos esse núcleo. Esse núcleo tem a DPCA, a DECAV, a DEAT, a DRCI, que é da Informática, a Defraudações, a Delegacia do Consumidor. Então, da mesma forma que a gente está trabalhando ingresso falso, violência, a gente pode estar estabelecendo como meta para esse núcleo ter um olhar também para a questão da exploração sexual que possa estar

CD144292764773

vindo junto com grandes eventos. Então, eu acho que seriam essas duas coisas que a gente poderia falar. O Dr. Sérgio quer concluir?

O SR. SÉRGIO SIMÕES CALDAS - Em relação ao curso — nesse momento eu atendi uma demanda urgente aqui —, eu não sei se a senhora lembrou da natureza desse curso. Esse curso tem a natureza de aprendizagem continuada. A gratificação de quem trabalha na Delegacia Legal está vinculada a essa aprendizagem continuada. Então, além do prazer de a pessoa estar adquirindo conhecimentos voltados para essa vertente, ela ainda tem a obrigação de ser aprovado nesses cursos. É um *plus* interessante para quem faz esses cursos também.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Então, me despedindo e agradecendo aqui a presença, quais são os nossos deveres de casa que a gente vai estabelecer? O primeiro dever de casa é conversar com alguém da Comissão, com a Academia de Polícia, para que a gente possa estar fazendo esse curso. O segundo dever de casa é estabelecer um contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social para que a gente possa ver se pode agregar a esses dados colhidos pela Secretaria de Assistência Social algum dado para que a gente possa agregar alguma ação pontual nessa questão da exploração sexual. O terceiro dever de casa é a gente pautar, e a Dra. Bárbara e o Dr. Sérgio vão me cobrar, uma reunião com o Núcleo de Grandes Eventos para que a gente possa estabelecer, até depois de ter esses dados do serviço social, da assistência social, de a gente colocar aí talvez uma ação pontual desse núcleo voltado para a questão da exploração. E a Dra. Bárbara fica com a incumbência de fazer uma interface direta com a Comissão no que diz respeito a esses inquéritos.

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não só aos inquéritos, mas também a gente conversar sobre os dados...

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Os dados, o Dr. Sérgio vai providenciar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a última coisa que você tinha falado é a questão do...

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Do Disque Denúncia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Disque Denúncia. Para a gente fazer esse recorte da exploração sexual.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Tá. Então, vamos anotar também como nosso dever de casa pensar com o Disque Denúncia uma carteira para tratar dessa questão da exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero parabenizá-la pelo recorte de enfrentamento à homofobia, pelas iniciativas. Ficamos felizes. Vamos ver se a gente desenvolve uma boa parceria.

A SRA. MARTHA MESQUITA DA ROCHA - Com certeza. A senhora saia daqui, Presidente, com a sensação de que o nosso interesse aqui é melhorar, tá? Nós não somos uma instituição perfeita, mas somos uma instituição que queremos sempre agregar novos valores e melhorar. Então, acho que a gente tinha que... Às vezes, digo aqui, para quem está mais próximo de mim, que não sobra tempo para pensar, porque o dia a dia é muito pesado, dar solução imediata a problemas que são necessários. Então, quando a gente tem a oportunidade de ter uma conversa com uma Comissão como esta, isso nos obriga a pensar. E cada vez que nos obriga a pensar, com certeza a gente vai melhorar. Então, a gente recebe, assim, com muita

CD144292764773

felicidade a Comissão, porque é um exercício para a gente também de buscar e de melhorar. Pode ter certeza disso, tá bom?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quero agradecer, doutora, pelo seu acolhimento e também por estar se colocando à disposição desta Comissão. Fico muito feliz de saber que a DECAV vai virar Delegacia Legal, porque, olha, eu fiz até um pedido para o Pezão. Acho que no dia até ele ligou e cobrou. Eu estava pedindo a ele a Delegacia Legal e pedindo uma delegacia também da mulher lá para Resende. Ele até perguntou: *"Como é que está o caso Resende? Vai sair alguma coisa?"*. Porque é um pedido também daquele Município. As mulheres ali são muito agredidas, as meninas também estão em risco. Então, foi um pedido. Já deixo aqui anotado: Resende.

A Polícia Rodoviária Federal fez um trabalho nesse sentido, não sei se é do seu conhecimento, falando sobre a exploração sexual e o tráfico de crianças, com telefone e endereço. Eu passo, porque, de repente, pode ser uma ideia também — Rodoviária Federal. Fiz até um cartãozinho também com os números telefônicos que são dados, como a pessoa deve se prevenir pelo tráfico e para a exploração sexual.

Agradeço a todos, ao Dr. Sérgio, à Dra. Márcia, à Dra. Bárbara.

Obrigada por esta audiência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Muito bom dia a todos. Nós estamos na 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Vamos conversar com a Dra. Ivone Caetano.

Bom dia, Dra. Ivone! Nós, da CPI, estamos no Rio de Janeiro fazendo um diagnóstico da situação das nossas crianças e adolescentes. Temos

CD144292764773

visitado vários segmentos que lutam pelos direitos da criança e do adolescente. Ontem, estivemos no Ministério Público, e eles fizeram algumas reivindicações. Nós gostaríamos de conversar com a senhora sobre essas reivindicações, se são as mesmas demandas da Vara da Infância. Eu gostaria que a senhora também desse a sua contribuição para aprimorar os trabalhos da CPI e como a CPI também poderia intervir nessas demandas para ajudar a melhorar a situação das crianças e adolescentes no nosso Município.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Bom dia, Deputada! Estou à sua disposição para poder, de alguma forma, contribuir. As minhas reivindicações são as seguintes. Primeiro, é necessário que haja maior entrosamento entre todos os órgãos e todas as redes que funcionam relativamente à pedofilia, abuso sexual, exploração sexual e trabalho infantil. Na Vara da Infância e da Juventude da capital, da qual sou titular, são inúmeros os processos e as questões que lá chegam em relação a abuso sexual e pedofilia.

A exploração sexual é mais difícil de apurar, dentro do nosso juízo, porque não vêm as denúncias, enquanto que pedofilia e abuso sexual chegam por denúncias, que se transformam em processos. Denúncias, muitas vezes, dos hospitais e outras da própria sociedade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, nós sabemos que o Disque Denúncia, ano passado, teve mais de 12 mil denúncias, sendo que mais de 3 mil denúncias foram de abuso sexual de crianças e adolescentes. A senhora tem aqui uma parceria com o Disque Denúncia nessas situações? Ele envia os casos?

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não, não. Por isso falei de um maior entrosamento entre todos os órgãos. Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Falta esse entrosamento?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu recebo informações dos hospitais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Hospitais...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - ... e da sociedade, que muitas vezes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E o Disque 100?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Também não? A senhora não tem informações do Disque 100?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não, não tenho essas informações, não. Aliás, uma coisa bastante preocupante também é a competência para tomar conhecimento, em primeiro lugar, desses casos. Porque, muitas vezes, vêm para a Justiça da Infância e Juventude, outras vezes vão para as Varas Criminais, outras, para a Vara de Violência Doméstica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O Disque Denúncia está lançando uma campanha de combate à exploração sexual, turismo, maus tratos e violência sexual, e colocou à disposição um número agora para trabalhar mais nessa questão, para que a população tenha mais acesso e possa fazer mais denúncias. E, lá, o Zeca Borges nos informou que quanto às denúncias, eles fazem uma triagem e mandam para os Conselhos Tutelares. E

CD144292764773

a grande demanda para eles é que os Conselhos Tutelares não dão a resposta necessária que certos casos mereciam.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E nem poderiam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E também, na Polícia Rodoviária Federal, estivemos com o Superintendente, o Dr. Alexandre, e ele estava falando que é a mesma dificuldade, que, para tirar um Conselheiro Tutelar de dentro de casa para fazer um atendimento de uma criança, tem quase que sair amarrado; eles têm de fazer ali um malabarismo para que possam sair.

Então, essa questão dos Conselhos Tutelares é uma coisa muito importante para o nosso Estado. E sabemos que aqui, no Município, só temos 12 Conselhos funcionando, apesar de, em 2010, terem sido aprovados, na Câmara de Vereadores, mais 10 Conselhos, e só 2 desses foram implementados. Agora, eu gostaria de saber da senhora o porquê: porque é deficiência na questão orçamentária da Prefeitura ou porque vocês não tiveram pessoas capacitadas para fazer esses concursos e poderem assumir esses 8 novos Conselhos que foram aprovados na Câmara de Vereadores?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Primeiro, que os Conselheiros não assumem através de concurso e, sim, através de eleição, o que eu já acho um grande problema. Apesar de estar previsto no ECA, acho um grande problema. A eleição não deveria ser o canal para um tipo de atuação como essa. Seria preciso que aqueles que se candidatam ao Conselho tivessem uma capacitação mínima e tivessem também uma escolaridade mínima. E nós sabemos perfeitamente que a escolha por eleição nem sempre é a melhor para esse caso. Por outro lado, conheço e trabalho com muitos Conselheiros

CD144292764773

extremamente dedicados e compromissados. Existem outros que não, como em toda carreira no Brasil. Mas, não tenha dúvida de que a escolha através de eleição não é a melhor, porque se exige muito do Conselheiro, estão previstas as atribuições dele, e, na verdade, a maior parte não tem capacidade — falo capacidade de conhecimento — para exercer tal. Essa é a minha opinião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E o que a senhora acha que deveria mudar?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Primeiro detalhe. O segundo detalhe: não há estrutura suficiente para os Conselheiros. Isso também tem de ser reconhecido. Quando se cobra, tem de se dar. Então, talvez por isso eu não cobre tanto. Não existe estrutura sequer de locomoção e de viaturas, muitas vezes. Então, fica difícil. Para que nós possamos cobrar tudo isso, seria preciso que fosse realmente estruturado e, aí, ninguém poderia justificar com a falta de estrutura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria também de perguntar à senhora: nessa questão da influência política na eleição dos Conselhos Tutelares, como é feita essa fiscalização?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não há essa fiscalização. Pelo menos, não da parte da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da capital. Essa fiscalização não existe. Essa fiscalização é feita, acho, não tenho certeza, pelo Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pelo Ministério Público só, pela Vara, não?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não.

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, nessa questão da exploração sexual infanto-juvenil, a senhora tem algum caso no qual possa detectar que haja alguma rede de exploração ou tráfico de crianças?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não tenha dúvida. Lamentavelmente, Deputada, os casos que aqui correm são sigilosos e correm em segredo de justiça, principalmente em relação à questão sexual. Mas aqui chegam casos escabrosos muitas vezes. Quando chegam, a primeira coisa que faço em questão de abuso sexual, exploração ou qualquer coisa nesse nível, é mandar para o Ministério Público.

Mas chegou ultimamente aqui um caso tão vergonhoso, tão violento, que eu mandei para a Polícia Civil. A primeira informação que eu...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está em segredo de justiça?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Está em segredo, mas muito grave e muito sério.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É de exploração...?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - De exploração mesmo, de exploração, com problemas de tortura, com problema de morte, quando o adolescente não quer fazer a gracinha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É mesmo?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E veja bem: eu sempre mandei para o Ministério Público, e dessa vez eu não consegui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E dessa vez teve de ser caso de Polícia.

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Muito sério. E outra coisa é essa divisão de competência. Tem de ficar muito claro quem é competente para quê; que juízo é competente para o quê. Eu acho o seguinte: se não é caso infracional, que seria da Vara dos infratores, todo e qualquer problema relativo a isso deveria ser do juízo da infância, juventude e idoso, e que ele se incumbisse de mandar para o promotor do crime ou para juízo do crime a parte criminal. Mas a criança tem que ser imediatamente encaminhada, e a questão, para o juízo da infância, juventude e idoso. É o que penso, não quer dizer que seja o correto. E não está havendo isso.

Há uma desvirtuação, não se pode ter um índice de quantos casos acontecem e quando acontecem: o caso que aconteceu agora, a semana passada, que bateu à minha mão, por uma denúncia, diga-se passagem, por uma denúncia, e uma denúncia do Conselheiro. Quer dizer, eles não são tão inúteis assim. Existe muito Conselheiro muito compromissado. Foi muito sério. Infelizmente, é em segredo de Justiça. Eu não posso sequer falar sobre o que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Aqui, não, mas a senhora pode falar comigo depois, em particular.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, eu falo depois. Em particular conversaremos, e a senhora me conta para nós podermos acompanhar, a CPI poder acompanhar esse caso.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Muito sério. A senhora vai ver a gravidade do caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E está onde?

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu mandei para a polícia, tanto é que naquele dia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está em qual delegacia? Na da criança vítima?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A senhora se lembra daquela reunião...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu lembro. Já sei mais ou menos. Eu entendi, é aquele caso. Olha só, até fiquei agora... viajei no caso aqui.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu vou levar para a senhora ver.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nessa questão, então, existe uma rede de exploração sexual infanto-juvenil no Rio de Janeiro. Mas, nesse caso específico que a senhora recebeu a denúncia, a senhora acha que há ramificações?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Há ramificações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para outros Estados ou internacionalmente? Ainda não sabe disso?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Claro que existe para outros Estados, internacionalmente. Acho que deveria ter um órgão que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem cárcere privado também?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Como?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem cárcere privado?

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem. Eu acho que deveria haver um órgão que centralizasse todas essas redes, todas as informações das redes. Deveria haver um órgão que centralizasse todas as informações, e essas informações fossem passadas para todos os setores, todos os órgãos que trabalham com a infância e juventude na questão sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Olha, lá, o Dr. Rogério, do Ministério Público, fez algumas sugestões e também falou nessa rede. Ele falou que seria preciso ampliar a Vara da Infância, que a delegacia especializada em crimes contra a criança só existe uma para atender todo o Estado...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas veja bem, eu acho estranha essa ampliação da Vara da Infância nesse contexto, porque na verdade não chega nada, então, vai continuar sem chegar... Vamos pegar o prato, fazer assim e não vai ter de jeito nenhum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, faltam informações, quer dizer, porque não são digitalizados os processos, não tem Internet.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Antes de a senhora continuar, deixa eu explicar uma coisa. Em relação a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fale mais perto do microfone, senão não vai gravar.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Em relação à criação de nova Vara da Infância e do Idoso, eu acho extremamente prejudicial. O que primeiro tem que se fazer é separar idoso de infância e juventude. São duas prioridades, sendo que uma prioridade é constitucional e a outra tão somente

CD144292764773

federal. Nessas alturas, o que é que nós vamos fazer? Dar prioridade, dar prevalência à prioridade constitucional, e o idoso fica onde? Se a senhora chegar no meu cartório, há 17 mil processos lá. O que eu faço com o idoso? Principalmente vendo que eu estou chegando... já passei por lá, sou idosa, e aí? A minha cabeça, como fica? Muito grave essa permanência de idoso com criança. São matérias diferentes, com profissionais que têm de ter capacitação diferente e, na...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eles ficam juntos no mesmo local, junto às crianças?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Claro, lógico. Tudo é processado em uma única Vara, e todos os profissionais interdisciplinares têm que verificar as mesmas questões. Eu consegui um convênio com a Prefeitura para que fosse verificado o lado dos psicólogos e do serviço social. Mas isso é grave, são duas realidades totalmente diferentes. E os profissionais que aqui estavam eram capacitados para a infância e juventude e não para o idoso. Isso já foi colocado várias vezes na mesa, mas ninguém ouve. Ainda bem que a CPI da Infância e Juventude veio aqui. A senhora está entendendo? É muito grave, muito grave a situação do idoso, o que incha mais ainda a competência da infância e juventude.

Em relação à separação de Vara da Infância e Juventude parte cível, o que já foi feito com duas regionais. Na ocasião, eu tinha vinte e poucos mil processos, saíam daqui menos que 5 mil processos. Que divisão é essa? Por outro lado, um terço dos funcionários foram retirados e muitos sequer colocados em varas de infância e juventude. Já que a senhora deu esse microfone para mim, eu falo. *(Risos.)*

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem que falar mesmo, Dra. Ivone, e é denúncia, não é? Nós queremos ajudar.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - *(Ininteligível)...* administrativamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não faz mal, não.

Ontem, eu estive também com o Dr. Ciro Darlan, que esteve muito tempo aqui à frente da Vara, e a reclamação é sempre a mesma: o caso da competência.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Outra coisa que também acho grave: quando se cria mais de uma vara no mesmo Município, os problemas são inúmeros e só não os conhece quem não está sentado lá. Quando se retira...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas dá para atender todo o Estado, o interior?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Era isso que eu ia falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Porque o interior, às vezes, que é carente. Ou só a capital?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - O interior, não, é outro Município. Eu falo só do Município do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - No mesmo Município não, mas na capital...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Cada Município tem uma Vara da Infância e Juventude. E, veja bem, ele é competente para toda a área da infância e juventude. Eu não posso desconhecer que a área do Município do Rio de Janeiro é imensa e aquela que congrega maiores problemas.

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Sim.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Então, seria muito mais inteligente, a meu ver — olha, é minha opinião —, se houvesse uma única vara com vários juízes auxiliares, cada um para uma região. Isto, sim, é que seria perfeito. Não haveria problema de competência, não haveria vaidades pessoais, e a criança seria atendida. Veja bem, nós não temos... Cada juízo, às vezes, não tem determinada ferramenta. Nós não temos abrigo ou casa de atenção para todo e qualquer problema em todos os Municípios, em todo o Município. Então, muitas vezes sobrecarrega a capital.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quantos abrigos existem hoje?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Na minha área tem 43. É mais ou menos isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E abriga quantas crianças?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Doutora... Por que não me pediram esses dados? Eu os teria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, se a senhora não tiver, depois me dá. Esses dados pode mandar para a CPI.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Pede a ela o Plano Mater, para me dar o resultado agora, porque o Plano Mater dá para se verificar o número de abrigados na área da competência desse juízo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu queria saber. Se a senhora pudesse depois informar para a CPI quantos abrigados e qual a idade, quer dizer, a faixa etária dessas crianças e adolescentes.

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu posso lhe dar o resultado do Plano Mater.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pode me dar até... Tem 15 dias para enviar para a CPI, se não tiver hoje essa informação, porque para nós é muito importante. E o que se tem nesses abrigos. Tem alguma capacitação, algum curso, o que acontece lá nesses abrigos? A criança só fica lá e mais nada?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - *(Inaudível)...* a fiscalização do juizado. Existem os relatórios que eles fazem. Nós mandamos avisar. Muitas vezes existe algum movimento para melhorar alguma coisa, mas eu sei perfeitamente que não estamos na Suíça, não teríamos o lugar ideal, mas ainda falta muito para que conscientemente possa se deitar esta magistrada, que tem neto, de noite, na cama, e dormir sem pensar que, desta vez, mandei dez para o abrigo. Tem mais alguma coisa que eu possa falar para a senhora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, obrigada, Excelência.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Ainda falando um pouco dessa estrutura do poder público, eu só queria fazer uma pergunta, porque, por exemplo, mais ou menos em 2005, foi elaborado um projeto da Prefeitura do Rio de busca ativa de exploração sexual de crianças e adolescentes, em que educadores sociais na rua tentavam identificar, em alguns pontos de prostituição, a exploração de crianças e adolescentes. Esse mapeamento resultou, em 2007, em um mapeamento da cidade, onde foram identificados 233 casos de exploração sexual de 10 a 17 anos, em 30 pontos de 15 bairros — 160 meninos e 63 meninas.

CD144292764773

Os dados de 2008 mostram que houve um aumento do atendimento na rede de proteção do Município de casos de exploração sexual, o que prova isso que todo mundo tem dito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A assistente social fez um trabalho fantástico no tempo do Marcelo.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Todo mundo tem dito que exploração sexual tem que haver uma busca ativa, que não vai chegar como os casos de abuso.

Também foi elaborado um plano municipal, que foi de combate à violência sexual, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente.

A senhora tem informações se esse trabalho foi continuado, se existem as equipes de rua, se aconteceram novos mapeamentos na cidade do Rio de Janeiro, quanto à exploração.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - É justamente o que eu falei quando cheguei aqui. Não há entrosamento entre os setores. Por exemplo, essa pesquisa que o senhor falou e o resultado nunca chegaram oficialmente à Vara da Infância e da Juventude.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ficou lá na Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - O senhor está entendendo o que eu estou falando? Mas não é só isso. Cada um trabalha no seu canto, como eu vi na audiência pública, e nada é informado a ninguém. Como eu disse, o Judiciário é o último, é o que pega a ponta. Quando tudo já falhou, chega a ele. Nenhum desses procedimentos chega ao conhecimento do

CD144292764773

Judiciário. Pelo menos, a mim não chega. A mim o que chega é a denúncia dos hospitais, a denúncia, muitas vezes, do Conselho, e a denúncia da sociedade, porque eu sou a maior incentivadora para que a sociedade denuncie. Só mesmo a sociedade, o vizinho, o tio, esses podem denunciar.

Agora, na exploração sexual, nós temos que verificar uma coisa muito séria. A família geralmente, quando é de classe mais pobre, é a maior incentivadora. Não falo isso do Rio de Janeiro, mas fora do Rio de Janeiro é assim. Tudo isso deveria ter um órgão que, depois, divulgasse isso para os demais setores ou para os demais operadores, em relação à criança e à juventude. Isso está faltando. Não existe isso. As informações não chegam. Então, o senhor não sabe com quem está lidando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Trecho retirado por determinação da Presidenta da Comissão.)*

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Em questão de exploração, há uma grande questão, que é dos hotéis e dos pacotes de programa. Então, veja bem, como é que um Conselheiro Tutelar vai poder ingressar nessa seara?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não tem como.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não tem como, não é verdade? Então, uma opinião para que os Conselhos façam... Primeiro, está totalmente fora da atribuição dele. Segundo, é preciso que ele tenha conhecimento e é preciso um pouco mais de autoridade. Então, fica muito difícil isso. Acho que deveria sair uma lei dentro do Município, principalmente dentro desses Estados que vão sediar, impondo tanto às empresas de pacotes de viagem, quanto às hospedagens, que, verificado que a criança está sem o devido acompanhamento, tenha que ser imediatamente informado ao juízo.

CD144292764773

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Bota o Ministério Público em cima deles, com multa. Eles não podem aceitar. Aceitou, está multado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas a Polícia Federal, nos aeroportos, faz uma triagem muito grande, entendeu? Faz uma triagem muito grande em relação ao estrangeiro que vem. Então, nós poderíamos fazer...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas não é só estrangeiro...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu sei. Deixa eu acabar de fazer o meu raciocínio, por gentileza. Então, a Polícia Federal faz esse trabalho, no qual o estrangeiro, quando chega, é feita aquela triagem. Poderiam solicitar à Polícia Federal, ao FBI, à INTERPOL, alguma coisa assim, que eles pudessem fazer a triagem de alguém que tivesse alguma coisa, ou que já tivesse algum processo, mas já tivesse livre desse processo e tivesse encaminhado para cá. É uma coisa que não seria assim muito um fácil se fazer, mas como lá nos Estados Unidos já têm essa lista, alguns países já têm essa lista, poderiam mandar para a gente. Eu não sei.... Isso já ajudaria bastante, porque o número de pedófilos e desses abusadores que vêm para cá só para isso, para turismo sexual, e as vezes eles já têm algum processo no País, já estão com alguma coisa pendente, então, lá a gente poderia também....

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - É uma forma, mas veja bem... mas veja bem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fazer nesse sentido.

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A criança explorada é brasileira, ela se encontra dentro do território brasileiro. Então, a Polícia Federal raramente vai detectar a entrada dela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, a entrada dela, não. Eu estou falando da entrada dos pedófilos aqui...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tudo, mas.... o pedófilo é sempre...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Desses voos *charter,* dessas coisas assim.... eles poderiam ser um braço direito também nessa triagem.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas isso aí é um número muito pequeno que vai ser detectado. Vai ser detectado no momento em que se hospedarem, vai ser detectado no momento em que forem praticar o abuso sexual. Aliás, a “ofensa”, segundo a Dra. Cristina, a ofensa sexual. Porque se vocês... Olha só, se for mexido no bolso do hospedeiro, ele não vai permitir a hospedagem ali. É necessária uma lei que preveja isso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Certo.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - ...a proibição e que preveja também a punição no momento de ser detectado que se hospedou um maior com um menor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso, eu estou levando para o Governador nessa tarde...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E mais: tem que ter uma multa, porque só o bolso mexe com alguém.

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós estamos levando um pedido para o Governador hoje, porque nós estivemos naquele Batalhão de Turismo, e eles estavam falando da dificuldade, porque protegem o estrangeiro, mas deveria ali te rum polo de triagem também para defender as nossas crianças.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E o mais grave, doutora Deputada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem a delegacia também do turismo...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem uma coisa mais grave nisso tudo....

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...do turista, que nós vamos lá para saber como eles fazem isso...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A infiltração de muitos órgãos, sabe, coniventes e atuantes nesse caso. Por isso é necessário que todos os órgãos estejam integrados e que essas informações sejam difundidas para todos os órgãos responsáveis por isso. E mais: é necessária uma medida enérgica e certeira em relação a hotéis e pacotes de viagens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Hotéis e pacote de viagens... Está anotado. Essa é a sugestão para a CPI.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Veja bem, da mesma forma que os hospitais informam das crianças que as mães usuárias de *crack* abandonam, ou das crianças que ficam abandonadas, da mesma forma, os hotéis e as empresas têm que informar ao juízo e à polícia. Tem que ser assim,

CD144292764773

senão não pegamos a metade, porque muitos pedófilos não trazem a característica de pedófilo, não podemos detectar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É, uns não têm ficha criminal, outros já entram aqui com ficha criminal.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem também. Pega esse segmento, mas é uma parte muito pequena. E não sei se por força da mídia, cada dia mais fica visível o número... e aumenta o número de pedófilos, aumenta o número de abuso sexual, exatamente porque está se tornando visível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está aumentando ou as pessoas estão denunciando mais?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Está se tornando visível. Então, aumenta um número que a gente pode manusear.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Trecho retirado por determinação da Presidenta da Comissão.)*

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tem

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Aqui nós pedimos abrigos. A questão do *crack*...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Deputada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...e dessas internações compulsórias, Dra. Ivone, dessas crianças que estão sendo recolhidas, usuárias de *crack* e também exploradas sexualmente, porque estão usando *crack* nas ruas. A gente sabe que há essas grandes obras, tem aqui o PAC e principalmente naquela área de Manguinhos ali; o Jacarezinho já entrou....

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Agora tem a Avenida Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A Avenida Brasil, aquela área ali da Ilha do Governador.

Quais as providências que a Vara da Infância tem tomado nesse sentido?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu sempre... Por exemplo, eles mandam para a Vara todo e qualquer recolhimento que seja detectado uso de *crack* e pedem permissão para a internação. Eu mando internar. Eu sou favorável à internação para tratamento de criança e adolescente. Eu acho que esse termo ficou pesado. É internação obrigatória para tratamento mesmo, porque se fosse o meu filho não ia ficar na rua, nem filho de ninguém aqui. Então, só porque ele não tem um pai e uma mãe que possa se direcionar nesse sentido, é obrigação do Estado interferir sempre que houver falha de genitores ou responsáveis. É obrigação do Estado, e não há direito de ir e vir, nem liberdade disso ou daquilo superior à liberdade de vida, e vida decente. A criança não tem o direito de se matar e nem de morrer, e nem de matar ninguém. A criança não tem direito de matar e a criança não tem direito de escolha de morte. E o que nós fazemos quando a sociedade se cala, quando é omissa e quando os poderes não se movimentam para recolher e cuidar dessa criança, nós estamos sendo omissos e matando realmente, permitindo a morte de nossas crianças: morte física e morte mental. E desconfio que nós seremos eternamente o País do futuro. A gente não consegue sedimentar nada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, eu agradeço a sua colaboração com a CPI. Então, o que ficou tratado aqui é que a senhora

CD144292764773

vai mandar esse relatório de quantas crianças estão abrigadas no Município, se vocês já têm esse número, e a faixa etária dessas crianças.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - No relatório tem faixa etária, não tem?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Depois a senhora manda com calma para a gente. A CPI vai ficar aguardando esse relatório, e contar com a senhora. Nós vamos agora...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Deputada, eu falei de 43, mas foi antes de dividir pelas regionais. Agora são 26 abrigos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Foram divididos?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Bom, os abrigos de área de competência desse juízo são 26.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vinte e seis abrigos...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - São 14 abrigos e 9 programas de Família Acolhedora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Como funciona o Programa Família Acolhedora? A senhora tem acompanhado, tem dado certo?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Tenho, tenho. Eu acho muito interessante, porque muitas crianças não têm condições de viver nos abrigos por vários problemas, e acho que é muito mais humano. Mas nós temos excelentes abrigos. Por exemplo, eu acho muito bom o tratamento do Romão Duarte e muito bom o tratamento do Lar Luz e Amor. A criança não está tão coisificada lá. Foi o que eu percebi.

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, Dra. Ivone, nessa família acolhedora, qual o perfil... O que vocês pedem para que essa família, qual é o perfil dessa família?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Esse é um programa da Prefeitura. Não é um programa do juizado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês acompanham para ver o perfil, a característica das pessoa?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Existe... Eu tenho um setor só para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Deu certo? Não teve crianças vítimas de maus-tratos nessa família acolhedora?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nem de abuso?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não. Nós não temos nenhuma anotação em relação a isso. Eu só tenho um cuidado: não mando mais criança recém-nascida porque as famílias muitas vezes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Se apegam.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - ...se apegam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E não têm como entregar de volta.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E eu sou extremamente contrária à ditadura do cadastro. Eu acho que não existe isso em matéria de adoção. Outro dia li até um artigo. Eu acho totalmente descabido. Eu acho que a adoção é amor tanto da criança quanto do adulto. Veja bem, a prioridade é da criança e não do adulto. No momento em que a senhora tem uma lista e que

CD144292764773

essa lista tenha que ser observada cronologicamente, o que está se defendendo é o direito do adulto e não da criança. A criança quer amor, quer afeto, e não ser escolhida como mercadoria. *"Tem olhinho azul, eu quero. Não tem..."* Olha, aqui aconteceu o seguinte: veio uma criança... Eu ainda achei que ela seria devolvida. Aumentou muito o número de devoluções depois da obrigatoriedade do segmento cronológico do cadastro, ainda bem que o Superior Tribunal de Justiça tem desmistificado essa obrigatoriedade, porque o que interessa é o melhor interesse da criança. Por força dessa obrigatoriedade cronológica, crianças com 3 ou 7 meses de convivência com o requerente foram retiradas e voltaram para o abrigo para serem enviadas pelo cadastro.

A realidade da Vara de Infância e Juventude é muito diferente do que a gente possa imaginar. Até eu chegar a elas, eu não sabia que era tão grave. Isso é uma falta de amor, é uma proteção ao direito do adulto, que se acha com o direito de escolher uma criança como se estivesse escolhendo numa prateleira uma mercadoria. Não dá certo, devolve. Teve um que olhou e disse assim: *"Ele tem o sexo escuro. Vai ser negro. Não quero."* Aqui é assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essas são as pessoas que estão na lista do cadastro.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Do cadastro nacional...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Até houve várias devoluções.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Cadastro Nacional para Adoções.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Esta é a chefe do SINEAT, que acompanha todo o abrigamento: Luciana.

CD144292764773

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Luciana, você poderia dar algumas informações para a gente na questão desse Família Acolhedora?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Sim. Pois não. O que eu puder, ajudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de saber como funciona, quais são as demandas que vocês têm nessa questão e qual o perfil das famílias para fazer o acolhimento dessas crianças. Quanto tempo essas crianças ficam nessas famílias provisórias?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - As famílias se cadastram na Prefeitura e as agentes das CRAS fazem uma avaliação. São elas que selecionam as famílias. A Prefeitura seleciona a família, dentro de um perfil que ela entenda... A gente não tem gerência sobre isso. As técnicas das Prefeituras é que selecionam. Aí, aqui na Vara, durante as audiências concentradas, a equipe técnica da Vara, juntamente com a equipe técnica do abrigo, chegam à conclusão de que a criança está no perfil de Família Acolhedora. Normalmente, crianças que não têm vivência de abrigo — assim, o que eu acho que é mais ou menos o perfil —, crianças com pouca vivência de abrigo, crianças que não ficariam à vontade, felizes, cômodas no abrigo, ou crianças que já têm um desgaste em abrigos, adolescentes, já estão há muito tempo na rede. Há uma demanda grande. Deficientes... Não temos aqui na Vara da Infância abrigos para deficientes. É muito difícil. E há famílias que se habilitam para receber deficientes. Então, na verdade, o público foi se ampliando. O Família Acolhedora começou pequeno e as demandas foram fazendo que ele crescesse. A própria rede foi querendo: Família Acolhedora cresça, por favor. Precisamos de mais famílias, enfim.

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Até porque vocês que fiscalizam a realidade ou o tratamento, as condições são bem diferentes dos abrigos. Então...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Os abrigos, principalmente os públicos, são os piores. Além da carência de vagas nos abrigos públicos, as condições são as piores possíveis. Assim, não existe...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Mas é. A gente assina os relatórios, a gente fiscaliza há anos abrigos da Prefeitura, infelizmente. Se não fosse abnegação dos técnicos, da Prefeitura, nem sei como é que eles estariam, porque eles colocam dinheiro do bolso até para que não falte o básico às vezes: o remédio. Eles não têm dinheiro para comprar um remédio. A gente tem às vezes que notificar para que se compre o remédio para uma criança. E a nossa fiscalização não é diária. Nós somos quatro para fiscalizar todos os abrigos e os asilos também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quatro?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Quatro comissários. Há muito tempo sem concurso, enfim, todo mundo se aposentando, e complica. Mas, assim, a gente tenta. A gente tem o perfil dos abrigos. A gente fiscaliza há muito tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E o que que tem nesses abrigos para entretenimento das crianças, para se fazer alguma coisa para a educação dessas crianças? Tem alguma forma de lazer, de entretenimento?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Olha, desde a época do outro prefeito... Porque é assim: o assistente social... E eu até

CD144292764773

entendo, porque é assim: o estatuto diz que você tem que... a criança abrigada tem que ter a convivência comunitária. Então, a política é de buscar na rede o lazer, as atividades, o esporte, e que se fizesse o mínimo possível dentro dos abrigos. Então, assim, já há alguns anos que a política dos abrigos púbicos é essa. Porém, o abrigo, por exemplo, Ayrton Senna, que tem quase 100 acolhidos, com pouquíssimos educadores sociais para tomar conta daqueles acolhidos, eles não têm condição de levar as crianças em atividade na rede. Como levar 100 crianças para esporte, psicólogo? É difícil, é impossível! Então, o que a gente vê é uma grande ociosidade. É necessário que se desenvolvam atividades dentro do abrigo, sim. Claro que o ideal é buscar na comunidade, mas é inviável com o número de pessoas que trabalham com essas crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quantas crianças...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Então, na verdade, são poucas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quantos monitores têm tem cada abrigo desses, educador social?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Eu não sei te precisar. Por exemplo, o Ayrton Senna é muito variável. O Ayrton Senna tem algumas casinhas, são casas-lares. Ela consegue ter dois para cada casa. Mas assim, desses dois, um foi no médico, tem um que leva à escola. Então, assim, não tem como...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - As crianças frequentam a escola?

CD144292764773

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Não, frequentam. A gente fiscaliza isso. Agora, também há uma dificuldade de conseguir vaga. Por que? Tem criança que entra num abrigo em outubro. Onde se consegue vaga em outubro, no Rio de Janeiro, numa escola? É muito difícil. Alguns conseguem. Tem um acordo com a diretora. Mas, assim, normalmente não se consegue.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E vocês não têm um acordo com a Secretaria de Assistência Social...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... e também com a Secretaria de Educação?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Mas a gente não está conseguindo vaga. Em outubro... Digamos que uma família... Crianças negligenciadas numa localidade. Aí elas vão ser abrigadas, vão ser acolhidas porque elas estão sofrendo maus-tratos, enfim. Aí a diretora do abrigo, a técnica vai buscar na escola mais próxima ao abrigo uma vaga, mas não consegue. Concordam que é difícil? Se no início do ano já é difícil!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas não tem prioridade na Secretaria de Educação para essas crianças não?

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Olha, o entrosamento... Deixa eu falar uma coisa, Deputada. O entrosamento com a vara, maior, é com a Secretaria Municipal de Assistência Social. O entrosamento com a Secretaria de Educação é mínimo.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - *(Intervenção fora do microfone. inaudível.)*

CD144292764773

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Não, não tem prioridade. Algumas diretoras de abrigo conseguem com a diretora da escola. Mas, assim, isso não é sempre que a gente consegue isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Deveria ter um mínimo de vagas já disponível pela Secretaria de Educação...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - É tão difícil...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... para atender a esses casos das crianças abrigadas. Acho que seria...

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - As crianças abrigadas sofrem inclusive perseguição nas escolas, gente! Não se veem com bons olhos crianças de abrigo, sabe, infelizmente. *"Ah, as do abrigo."* São taxadas. *"Ah, são as do abrigo, aquelas do abrigo."* É muito difícil, é muito complicado.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Essa lista que a senhora apresentou dos abrigos, nessa relação tem uns que recebem as crianças que são identificadas nas *(inaudível)...*

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Geralmente, vai para o Ayrton Senna.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tem outra especializada.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - É a de adolescente. Normalmente vai para a Carioca e de lá eles buscam na rede. Tem o Dom Hélder, tem o Catete, tem o Raul Seixas...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Está perguntando para tratamento. É isso?

CD144292764773

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Porque como foi colocado aqui tem essa questão da droga e da exploração sexual também. Essa é uma preocupação minha.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Aqueles que forem detectados através de um relatório, de um operador da saúde — não é de um médico, tá, é de um operador da saúde —, esses são encaminhados para as casas, para as instituições próprias para tratamento.

O SR. RODRIGO SALGUEIRO - Mas as instituições da rede pública...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Rede pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Ivone, eu pedi para falar na questão dos abrigos porque nós vamos conversar amanhã com a OAB, com a Dra. Margarida. E eu gostaria que ela fizesse... A mesma denúncia que ela fez à Frente Parlamentar da Criança e do Adolescentes, que fizesse à CPI. Casos que... Nesses abrigos as crianças estão misturadas, a idade das crianças está misturada. Eu estou falando no caso do *crack,* das crianças que são recolhidas por uso de drogas. Elas estão misturadas com as outras crianças de idades diferentes. Elas não estão divididas por faixa etária, e estão sendo drogadas com Haldol. Então, amanhã... Por isso que nós queremos falar com ela...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Mas isso não é na nossa área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas eu queria saber se vocês têm notícia desse caso...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Eu tenho dois comissários cricris aqui dentro: um é o Ednilson. *(Risos.)* São dois cricris. Então, não passa nada. Eu chego a dizer: *"Gente, eu não posso fechar instituição porque eu não*

CD144292764773

tenho onde colocar criança. Nós temos que tentar melhorar: fiscalizar e consertar. Não podemos fechar porque não temos onde colocar a criança". Essa aqui mais o Ednilson são terríveis.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Quase todos os abrigos da Prefeitura têm uma portaria, têm um processo aqui em andamento, têm uma portaria verificatória de irregularidade.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Fico pior ainda do que eu sou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Amanhã nós vamos esclarecer essa situação.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Eu precisava saber quais são eles, porque...

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Não deve ser na nossa área.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - ... os de tratamentos são de outra área

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - E veja se não é de outra competência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A denúncia foi feita quando o Secretário Rodrigo Bethlem estava fazendo o recolhimento dessas crianças. Foi nessa época que ela fez. E nós queremos saber... Saiu outro dia uma reportagem dizendo a mesma coisa. Por isso é que a CPI vai conversar com ela. Porque eu pensei que tivessem sido tomadas providencias na época, porque, como ela é dos Direitos Humanos da OAB, ela já tinha acionado o Ministério Público. Mas, como saiu uma reportagem, há alguns dias atrás, falando dessa questão dos abrigos, aí, nós vamos verificar.

CD144292764773

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - Deputada, os abrigos dessa área, a maior parte é por faixa etária. A maior parte é por faixa etária. O que eu acho que não é o Ayrton Senna.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - É uma mistura.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A senhora está entendendo?

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - O Ayrton Senna tem casas por faixa etária, tem umas casas-lares para adolescentes. Mas o espaço é um espaço único, realmente.

A SRA. IVONE FERREIRA CAETANO - A maior parte é por faixa etária. Agora, se isso se modifica, quando lá não está a fiscalização, aí nós não podemos assegurar. A partir de um momento, na minha vida, eu desconfio de tudo. Não tem jeito.

A SRA. LUCIANA SOARES DUTRA DE AZEVEDO - Eu acho que, se essa denúncia for de alguma *(ininteligível)* dessa área, é o Ayrton Senna, porque lá realmente há mães adolescentes com seus filhos, há crianças e há os adolescentes. Ainda queriam colocar mais adolescentes, e a gente está brigando para que não se faça isso, porque é um espaço enorme, mas não é misturado. Não é bem assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Liliam Sá) - Eu agradeço, porque também agora já não é mais competência de vocês. A gente teria que falar realmente com a Prefeitura para esclarecer as nossas dúvidas.

E eu gostaria de agradecer à Dra. Ivone, gostaria de agradecer à Luciana.

E não havendo mais nada a tratar, eu dou por encerrada esta audiência na Primeira Vara da Criança, da Juventude e do Idoso da Capital.”

CD144292764773

10.10. CASO FERNANDO MARINHO DE MELLO, ACUSADO DE PEDOFILIA E TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL.

Esse caso é emblemático e envolve um servidor da Marinha Mercante de nome Fernando Marinho de Mello, acusado de exploração sexual de crianças e adolescentes, que, apesar das denúncias que pesam contra ele, continua solto e até hoje esse caso não teve um desfecho na justiça.

Em depoimento prestado perante esta CPI, a Sra. MÁRCIA COLONESE LOPES GUIMARÃES, Promotora Titular da 32ª Promotoria Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, prestou os seguintes esclarecimentos:

"Então, eu quero dizer o seguinte: essa pessoa que está aqui, esse homem, Fernando Marinho de Mello, é tido, eu sei que ele é um psicopata, e vai ser provado.

Eu vou até sugerir, solicitar a perícia médica nele. Outra coisa: ele tem uma história astuta, é muito cheio de artimanhas para pegar essas meninas. Ele estuda essas meninas. Isso já vem há anos, gente. Meu Deus do céu, uma coisa tão clara para mim! Eu não pude combater isso, porque eu estava de luto. Mas agora eu estou muito pronta, já faz 4 anos que meu marido morreu, e eu estou pronta para fazer o que for necessário, porque eu vou fundo. Eu fui 15 anos do Tribunal do Júri, em Duque de Caxias, recebi tiro de fuzil do Fernandinho Beira-Mar e não tenho medo. (...)

Essa pessoa aqui, o Sr. Fernando Marinho — que senhor? —, o réu, o increpado, o acusado, o Fernando Marinho de Mello, ele simplesmente estuda o caso. Eu até gostaria de sugerir que fizesse, como eu fiz, à época, antes de eu me internar, eu pedi ao juiz lá da minha Vara — eu não quero falar do meu juiz — que fosse lá dentro do barco, onde ele fica lotado. Ele mexe nos

CD144292764773

motores do navio. Nos dias de folga dele, ele desce já com a vítima programada, para ir diretamente à casa dessas meninas de 11 anos, 10 anos, 12 anos. Ele já tem tudo programado. É onde ele fica, lá no navio; é lá que tinha que fazer um mandado de busca e apreensão, sequestro, tudo, das coisas deles. E não foi feito, ninguém me ouviu, porque eu estava doente. Na época, eu estava com depressão devido à morte do meu marido.

E era importantíssimo! Ia-se pegar imediatamente tudo, porque, com certeza, ele tem computador. Ele é um senhor, ele tem cultura, ele é um senhor que sabe falar.

Agora, muito me estranha... E eu vou dizer aqui porque a senhora não conseguiu e porque a Polícia Civil toda hora sai. Eu não tenho medo, não. Porque há corporativismo na Marinha, há corporativismo na Marinha. E eu muito me indignei, fiquei muito decepcionada quando o Comandante sentou na frente desse réu e foi dizer: *"Olha, eu soube que ele estava embarcado, ele estava dentro do navio"*, quando ele sabia que não era verdade. Então, foi perguntado...(...)

É da Marinha. Mas eu acho que ele está afastado por causa dos escândalos. Agora, o que está acontecendo? A Marinha está nisso, é federal. Nisso é Polícia Federal que tem que entrar, não a estadual. O Comandante sentou na frente do Promotor e do Juiz e disse que ele estava embarcado, quando três, quatro testemunhas disseram que ele não estava embarcado, que era o dia da folga dele. Aí perguntaram para o Comandante: *"Comandante, mas o senhor não sabe quando tem folga, se a pessoa sai, é desembarcada ou não? A pessoa tem algum livro para registrar?" "Não, não tem que registrar*

CD144292764773

nada, não. Mas eu tenho certeza de que ele estava embarcado, porque todo mundo me disse." Isso para mim é um absurdo! (...)

Então, eu gostaria de me dedicar a uma coisa dessa, porque ele é perigosíssimo, ele é matador, ele é estuprador, ele é pedófilo, sim."

Com relação ao caso Larissa, fez o seguinte relato: "Ele entrou, adentrou na casa, pegou, arrancou os fios e disse pra menina ir com ele, a Larissa. Ele já sabia tudo da Larissa. Ele já tinha todos os..., porque eu ouvi falar também, eu já sabia de tudo. Ele sabia de todas as características da menina. Ele pega meninas bonitas, como falou aqui a douta Presidente dos casos dos menores. Ele sabe a idade, ele sabe que as mães não trabalham em casa, ele sabe que são meninas que ficam sozinhas, bonitas e muito jovens, muito jovens. E eu tenho certeza de que ele é matador, *serial killer*. Ele é estuprador e pedófilo. Eu tenho certeza absoluta, porque pelo que eu já levantei dele, eu tenho certeza absoluta. Ele está solto!"

Um homem acusado de pedofilia, de estupro de vulnerável e de tráfico de crianças e adolescentes continua solto, livre para praticar seus crimes, enquanto a Justiça mergulha na morosidade e na ineficácia, gerando uma impunidade que alimenta o crescimento do crime organizado.

Na CPI do Tráfico de Pessoas, a Relatora desta Comissão acompanhou os depoimentos relativos ao caso e interrogou o suspeito. Alguns depoimentos foram muito importantes, e, de acordo com o que consta das notas taquigráficas, passamos a transcrever algumas falas dos depoentes para mostrar a gravidade dos fatos envolvendo o Sr. Fernando Marinho.

Outro depoimento importante é o da Sra. SILVÂNIA MARIA DE SOUZA, mãe da garota Larissa Andrade de Souza.

CD144292764773

A depoente prestou o seguinte depoimento: “O que eu tenho para dizer aqui é pouco, porque as mães já disseram tudo o que eu queria dizer. Essa aqui é minha filha, que hoje, atualmente, está com 16 anos. Eu quero deixar bem claro que existem os sequestros de duas Larissas: a Larissa de Honório Gurgel e a Larissa da Barreira do Vasco.

O que acontece? A minha filha foi sequestrada no dia 14 de março de 2007. Parou um táxi à minha porta e levou a minha filha e algum objeto. Alguns meses depois, foi levada a Larissa da Barreira do Vasco praticamente da mesma forma, e esse homem que está sendo acusado está preso. Será que ele está tendo mais direitos humanos do que essas crianças?

Eu preciso pedir à CPI, eu preciso pedir às autoridades que investiguem. Eu quero investigação sobre o caso da Larissa de Honório Gurgel. Como todo mundo sabe, existe o tráfico de crianças. Essas crianças não são levadas para brincar de boneca, essas crianças não são levadas para ser manequim de loja.

Eu quero pedir às autoridades um pouquinho mais de atenção para o caso dessas crianças. Quando eu estou me alimentando, quando eu estou comendo, eu pergunto: *“Será que a minha filha já almoçou? Será que ela está viva? Será que ela está morta?”*

Há 2 anos, eu saí para o trabalho às 4 e meia da manhã. Quando eu atravessei a rua, parou um carro. O cara me xingou de tudo quanto é nome e disse: *“Dá a sua bolsa”*. Ele me xingou de tudo quanto é nome. A minha visão ficou escura, a minha perna tremia, ele fez um terror psicológico na minha cabeça para pedir a minha bolsa. Ali na hora, eu disse: *“Com certeza, com a minha filha também foi assim”*. A pessoa que levou fez um terror psicológico. E a criança vai.

CD144292764773

Imaginem a mim quando aquele levou a minha bolsa, fazendo um terror psicológico na minha cabeça: o meu chão desabou, eu fiquei cega, ele levou um pedaço de mim, que foi a minha bolsa, e eu fiquei assim... Eu disse: *"Meu Deus, imagine o dia em que esse homem levou a minha filha, como é que ela deve ter se sentido. Ele deve ter usado o nome da mãe, o nome do pai, o nome da irmã, e a levou."*

Imaginem esse homem ter pego a minha filha, colocado em uma casa e a oferecido para vender ao tráfico... Sei lá, gente! É uma dor muito grande. Eu preciso da investigação do caso da Larissa de Honório Gurgel. Eu preciso pedir à polícia que investigue mais, uma polícia inteligente — inteligente! — para investigar esse homem que está preso, porque é da mesma forma, as idades das crianças são as mesmas, e ele não escolhe qualquer uma criança. As crianças têm perfil, têm idade para ele levar.

Então, eu peço: investiguem mais esse homem que está preso. Mas não vale a pena só ele estar preso. Ele tem que dizer o que aconteceu, o que ele fez, se ele matou, se ele vendeu. O que ele fez tem que ser investigado. Não adianta, de repente, ele está lá preso e está fortinho. Está forte, está bem alimentado. Sete anos passam rápido.(...)

Então, isso tem que ser investigado. A polícia inteligente tem que investigar esse homem e saber o que ele fez. Não basta só jogá-lo numa cela, gente! Não basta só chegar e jogá-lo numa cela, e daqui a pouco ele está solto por bom comportamento.

Os direitos humanos hoje em dia estão mais para um traficante, para esses criminosos, do que para um trabalhador. O que eu quero dizer, como eu disse, é pouco: eu só quero investigação, eu só quero saber o que aconteceu

CD144292764773

com a minha filha. Eu tenho uma filha de 14 anos em casa que hoje tem medo. Ela foi para a escola, quando, no ônibus, um senhor se sentou ao lado dela, ela ficou desesperada, ela ficou com trauma. As crianças têm trauma! As crianças têm medo!

Então, não basta também só uma delegacia, outra delegacia. Isso precisa ser investigado. Precisa-se de mais investigação. É muito duro, gente, é muito triste uma mãe que tem um filho sequestrado conforme foi a minha filha e as filhas das outras mães. Quando a gente liga a televisão e vê o mesmo caso, a gente sofre junto, a gente sofre junto. Então, eu quero só pedir à CPI, à Polícia, a todas as autoridades que venham a investigar mais esse homem que está preso."

Além da mãe de Larissa, sua tia RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA, também foi ouvida e fez o seguinte relato: "Ao fechar os olhos, eu posso me lembrar do dia 31 de janeiro de 2008, quando um homem entrou na minha casa. Ele não pegou a Larissa na rua. Ele entrou dentro da minha casa e tirou ela de dentro de casa. Ela estava junto com o meu filho. E levou ela! Eu passei 5 dias na rua. Cinco dias sem comer! Cinco dias sem dormir! Cinco dias indo de delegacia em delegacia, procurando uma resposta. E ninguém sabia onde estava. O que eu escutava dizer era: "*ela pode estar na casa de um colega*"; "*Ela pode estar na casa de um amigo*"; "*Olha, essa menina já é grande, ela não está com namorado?*" E foi árduo!

Eu procurei o Ministério Público porque as coisas não andam como parece, como deveriam andar. Tive que procurar o Ministério Público várias vezes. Tive acesso à Promotora do caso. E assim começou a andar o processo da Larissa.

CD144292764773

Quando foi no final de 2012, o homem que levou a Larissa, reconhecido por sete testemunhas, inclusive pelo meu filho, que no depoimento dele, ele fala claramente. Eu estava sentada do lado, e o delegado — dois delegados —, quando ele fala que a Larissa falou pra ele que não ia com ele. E ele: "*mãe, ele botou o dedo na cara dela e disse assim: você vai comigo porque eu quero*". E assim ele levou a Larissa. E até hoje eu não tenho notícias da Larissa.

Esse homem foi condenado. Está preso. Só que até hoje, eu não sei o que ele fez com a Larissa. Eu preciso saber. Eu preciso dormir. Meu filho precisa viver, porque quando começou isso tudo, eu não falava.*(Choro.)* Eu não falava! Eu não conseguia falar. Eu fiquei 1 mês sem falar. Foi difícil! O meu filho ficou sem falar. Escrevia redações e redações, na escola, contando como foi pra ele, como foi o dia em que esse homem tirou a Larissa de casa.

Então, eu gostaria de pedir aos senhores que não parassem. Que não parassem! Porque essas crianças, elas podem estar mortas? Podem. Mas também elas podem estar vivas, sendo escravizadas em outro país, porque a procura do desaparecido, do sequestrado, do raptado, não é expandida a outros países, não é expandida a outro Estado. Ela é mais aqui dentro do Estado do Rio de Janeiro.

Eu gostaria de dizer para a Deputada Liliam: a senhora citou o DNA. No início deste mês, eu estive na Delegacia de Homicídios. De lá, fui orientada pelo policial a procurar o Instituto Forense. Estava com a mãe da Thaís de Lima Barros. Lá, fomos ao Instituto Forense. Fomos atendidas. Só que lá não há nenhum pedido de DNA.

Ninguém pediu DNA nenhum! Nós estamos na estaca zero. Entendeu? Vamos ter que bater em delegacia para poder ver onde está.(...) A Dra.

CD144292764773

Elisabete está ali, ela estava comigo, ligou para a Civil, ligou para vários lugares, e lá disseram para ela que não foi pedido nenhum DNA. Então, nós precisamos que esse DNA seja feito.

E, também, o que nós precisamos é que haja progressão de imagem, como a Elisabete falou aqui. A Larissa tinha 11 anos. Larissa, dia 12 de fevereiro, fez 18. Meu filho tinha 7 anos. Ele foi levado à delegacia e foi levado ao júri, entendeu? E ele o reconheceu.(...)

Então, eu acho impossível, diante de um juiz, diante de um delegado, sete pessoas que não têm convívio com a gente — moram, sim, na localidade, mas eu não tenho convívio —, se prestar a esse papel, a acusar uma pessoa. Até porque, não há interesse nenhum da nossa parte em acusar ninguém. O que nós queremos é resposta. Onde estão essas crianças? O que foi feito dessas crianças?

Então, eu queria pedir a vocês que vocês não parassem, que os senhores não parassem. Mesmo que a CPI acabe — e eu sei que vai acabar —, mas que os senhores ajudassem a localizar não só a Larissa, mas muitas Larissas. Muitas Larissas, porque não é só uma criança acusada desse homem. Pela Larissa, ele está condenado, mas ainda falta. Tem a outra Larissa, tem a Thaís, tem a Michele. São muitas crianças.”

Além desses relatos, também citamos as falas da Sra. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO, Presidente do Portal Kids e do Movimento Mães do Brasil, a qual fez o seguinte pronunciamento: “Ela estava enrolando brigadeiros para a festa da avó que fazia aniversário, e esta avó morreu com câncer no cérebro sem saber o que aconteceu com a sua neta. A partir daí, nós fizemos campanhas na televisão e veio uma denúncia da Michele, que a Michele

CD144292764773

estaria vivendo como menina de rua na Praça Seca. Eu fui até à delegacia com a mãe dela, porque foi para a novela *Senhora do Destino*, foi no ano de 2005, e na delegacia foi que eu soube, na verdade essa policial ela passou tudo isso para mim, nada do que foi feito foi sem o acompanhamento policial, e sempre isso foi me relatado primeiro pelos policiais.

Ela disse para mim que crianças estavam sequestradas em série e que a delegacia dela não tinha condição de investigar isso, mas eles foram investigar se a Michele estava na Praça Seca, e não estava, era outra menina. Eu acompanhei esse caso junto com a mãe da Michele, inclusive ela me relatou que o irmão da Michele teria reconhecido o sequestrador da sua irmã através de uma matéria de jornal, porque ele foi apontado como sequestrador de outra menina, e a polícia não fez esse reconhecimento porque julgou o menino muito pequeno — ele tinha 6 anos na época — para fazer o reconhecimento. E dali eu comecei, eu fui entrevistar todos os policiais que cuidaram desse caso. Eu descobri mais meninas, todas elas apontavam para o mesmo sequestrador, que era o Sr. Fernando Marinho de Melo.

Eu nunca conheci o Sr. Fernando de Melo, eu vi quando ele foi preso e no julgamento quando eu fui depor. Eu não tenho a mínima, o mínimo interesse, até porque aprendi o verdadeiro sentido do que é fazer direitos humanos, em apontar uma pessoa, porque, aliás, não fui eu que apontei, foram os policiais, porque nós somos muito técnicos e todo esse processo de investigação foi acompanhado pelo Departamento de Ciências Sociais da UERJ. (...)

Eu acompanhei, nesses 15 anos, o sofrimento de cada uma dessas mães. Hoje, ao ver a Silvânia falar aqui... Eu espero que ela não fique zangada

CD144292764773

comigo, mas quando ela entrou no Portal Kids, ela entrou igual a um zumbi, ela se arrastava pelas paredes. E, hoje, ver a Silvânia aqui, falando e sendo citada, citando a polícia inteligente... Porque essa polícia inteligente, nós encontramos, sim, dentro de cada policial que nos ajudou dentro da Polícia Civil. E a recompensa deles foi serem afastados. Um policial sofreu até um infarto, ele ficou todo torto. Por quê? Cada vez que a gente chegava e se aproximava desse caso, os policiais eram punidos, caíam.

Eu até brincava que eu era conhecida como a viúva dos policiais. Por que essa delegacia não foi criada? Essa delegacia tinha verba. A UERJ estava disponibilizando um espaço. Seria uma delegacia que trabalharia profundamente com direitos humanos. E o que aconteceu com o delegado? Nós recebemos, dois dias antes, uma denúncia de que ele iria cair, porque vazou a história do tráfico de órgãos.

O tráfico de órgãos não é uma lenda urbana. Nós recebemos uma denúncia de uma clínica que funcionaria de forma clandestina e estaria fazendo essas operações. Um homem, hoje, inclusive, está preso, não por causa disso, mas porque o nome dele foi apontado como comandante do tráfico de órgãos. E ninguém nunca investigou isso. Por quê? Os delegados caíam, a gente tinha que começar tudo de novo. Os delegados caíam, a gente tinha que começar tudo de novo. Esse caso só chegou a sua conclusão porque nós ficamos firmes, apoiando as mães, e, principalmente, por causa da Raquel Gonçalves. Eu digo que ela é uma mãe em dobro.

Eu ainda vou escrever um livro sobre a vida das Mães do Brasil e ela vai figurar. Ela foi enxovalhada! A família dela, com medo, num dado momento, queria que ela parasse. Teve gente, vizinho, que nunca olhou para a cara da

CD144292764773

Larissa e posou de madrinha em reportagem. Ela foi vítima de tanta falta de respeito! Eu não sei como ela sobreviveu.

Teve um momento que eu precisei dizer para ela: *"Você vai ter que ir sozinha ao Ministério Público, porque eu vou lá e as pessoas acham que eu estou incentivando você, ao contrário de te apoiar"*. E ela foi. Ela levou três dias para conseguir entrar, porque ela tinha medo de ser presa. E eu dizia para ela: *"Presa por quê?"*. A Raquel foi, porque a irmã dela, mãe da Larissa... A Raquel criou a Larissa desde bebê, mas quando a irmã dela morreu com câncer, morreu segurando a mão dela e dizendo: *"Cuida da minha filha"*. E o último registro do diário da Larissa — pena que ela não o trouxe hoje, porque se não eu mostraria aos senhores, porque eu conheço isso — foi a seguinte frase, porque a Raquel convive com ela até hoje: *"Tia Raquel, a mãe que me cura de todos os perigos, que me livra de todos os perigos"*. Pode ser que a Larissa nunca mais apareça, mas a Raquel foi mãe e está sendo até o fim. Graças à coragem da Raquel...

Todo mundo me pergunta: *"Como uma mãe tem medo de entrar no Ministério Público?"* Tem, porque elas não têm respeito dentro da delegacia. A Beth conseguiu indiciamento pelo caso da Thaís, mas ela não queria ir. Eu disse para ela: *"Você tem que ir"*. E eu fui com ela, acompanhando-a, e a juíza perguntou para ela: *"Por que você não procurou o Ministério Público?"* E ela disse: *"Porque eu não acredito"*. Então, as vítimas são... O Tiago falou uma coisa muito importante aqui, e eu também peço a mesma coisa que ele pediu: *"Não vejam as mães como criminosas, porque essas crianças não fugiram por maus tratos"*. É preciso tipificar o crime de desaparecimento. Essas crianças foram subtraídas, existe uma máfia que está subtraindo essas crianças.

CD144292764773

Recentemente, eu recebi uma denúncia de que ossadas tinham sido achadas no fundão, num cemitério clandestino, e que a polícia pediu à família da menina para ficar quieta para investigar e até hoje não foi dada essa resposta para ela. Eu gostaria também de saber por que essa delegacia não foi criada.

As Mães do Brasil, hoje, se tornaram mães multiplicadoras, porque nós ficamos juntas, nós as apoiamos, mostramos a elas a necessidade da importância de elas falarem. Hoje, todas elas, inclusive a Jovita, não queriam falar, e eu disse: *"Vocês têm que falar. Vocês têm que dar o depoimento de vocês"*. E vejam como foi importante. A Silvânia hoje cresceu 100%, porque a Silvânia não acredita mais, ela não foi ao Ministério Público.

O caso da Larissa ainda não foi para julgamento. E é preciso! Eu gostaria de pedir a esta CPI que designe uma promotora — a Dra. Márcia Colonese se mostrou disposta a fazer isso —, para cuidar de todos esses casos. Por quê? Eu tenho uma mãe, que é a mãe da Michele, que está cega de um olho, com obesidade mórbida, com problema na coluna que a impede de andar.

Ontem ela disse pra mim que tentaria vir, mas ela não consegue nem mais subir no ônibus. Ela está se arrastando, porque ela passa os dias na casa dela agora com a mão em cima da televisão pedindo a Deus para a Michele voltar. Talvez a Michele... A gente tem consciência de que é muito difícil uma menina dessas sobreviver ao horror que é ser retirada de casa e ser levada para a prostituição.

Nós fizemos manifestação na porta do Coronel Beltrami. Ele me chamou lá e disse para mim, na frente das mães: *"Se eu não resolver, você volta aqui*

CD144292764773

para me cobrar." E eu voltei. Todas as vezes eu voltei, liguei e realmente perturbei a vida do Dr. Beltrami, mas foi ele que conseguiu, com a polícia dele, porque não existia mais... Nós percorremos todas as delegacias e não existia mais quem investigasse. Foi a polícia de segurança que conseguiu derrubar o álibi do sequestrador, segundo nos foi informado.

Então, por que é preciso um olhar atento para o sofrimento dessas famílias? Hoje eu consegui apoio da Áustria, porque do Brasil não consigo nenhum, para realizar um projeto para os irmãos de desaparecidos. Ele foi criado por um menino que cresceu na minha instituição, hoje tem 23 anos, é o coordenador e idealizador desse projeto, atende a familiares e irmãos de desaparecidos e às crianças que a gente localizou.

A gente localiza muita criança e sabe Deus como elas voltam. Esse projeto está sendo apoiado por uma instituição chamada DKA Áustria. Hoje eu trouxe aqui a Profa. Socorro Calhau, da UERJ, voluntária desse projeto, que tem uma verba pequena, para ela entender o universo dos meninos com os quais ela lida. Essas crianças eram prisioneiras, não saiam de casa, porque as mães não deixavam, tinham medo. Elas tinham horror de dizer que tinham irmãos desaparecidos, porque elas achavam que as mães tinham que desistir, porque elas estavam ali crescendo como sombras, enquanto as mães estavam implorando pelas delegacias ou então internadas em hospitais.

Hoje esse projeto conseguiu resgatar todas as crianças da dor. Elas estão aí: uma é estudante de Direito e a outra está fazendo Pedagogia. O próprio Nicolas, cuja irmã foi... Hoje a mãe dela não está aqui porque ela foi ameaçada de perder o emprego se viesse. Então, ela não pôde vir, porque ela tem que sustentar a família dela. Até essas idas constantes... A mãe precisa

CD144292764773

sobreviver. Então, o Nicolas tinha pavor de que se falasse na irmã dele. Hoje ele é músico e faz até música para ela. E ele hoje... Essa menina foi sequestrada e assassinada com requintes de crueldade.

Ela teve o pescoço quebrado e o corpo incendiado. E nós conseguimos localizar o sequestrador, pedimos que fosse feita uma acareação entre os outros suspeitos e o que a polícia fez foi transferir o delegado. Eu disse para ele que ele ia cair e acabou caindo mesmo. O sequestrador foi posto em liberdade depois da prisão preventiva e deve estar aí estuprando mais Amandas, porque a polícia nunca mais o caçou de volta. Nós estamos com o chapéu na mão. Há quantos anos, a Deputada Lilian pode comprovar, estamos aí implorando? E eu acredito que hoje, se esse caso conseguiu essa vitória monumental, porque as pessoas só fazem nos criticar... Muita mãe chega e diz: *"Nossa! Eu corri o mundo para achar vocês!"*, porque nós não temos telefone porque não temos dinheiro, mas as mães acabam nos achando. E elas dizem: *"Por que vocês sofrem preconceito de outras instituições?"* Porque falamos a verdade e damos voz às mães?

A minha instituição não é bonita. A minha instituição não tem a mínima estrutura, não tem nem telefone, mas a gente procura fazer o máximo que a gente pode. Eu tenho um psicólogo trabalhando comigo desde o ano de 2005, que foi quando a gente conseguiu, por 2 anos, no Projeto Criança Esperança. Depois a defesa do sequestrador acusou que a gente inventou isso, que nunca tivemos o Projeto Criança Esperança. Onde já se viu? Eu poderia até processá-lo, porque eu tenho o contrato assinado, e as mães que estão ali foram atendidas pelo projeto e hoje estão, graças a Deus, em pé por causa do projeto.

CD144292764773

Então, esse psicólogo, que aliás é um policial que eu conheci dentro da delegacia, continua trabalhando gratuitamente. As mães são apaixonadas por ele. Hoje eu digo para ele que elas gostam tanto dele que às vezes até sinto um ciuminho. O Gilberto é tudo! Eu digo: *"Se ele ganhasse, poderia demitir, mas como ele não ganha, vou deixando ele lá.*

Então, assim, existem muitos profissionais de boa vontade. A Deputada Liliam até se surpreendeu. Um policial é o psicólogo das Mães do Brasil? É, é um policial civil que quis trabalhar e trabalha até hoje como voluntário nosso. Ele adora esse trabalho que ele faz. E graças a ele... Ele é o psicólogo das crianças também. Eu tenho até medo de falar o nome dele, porque eu tenho medo de o botarem para a Seropédica. Não que a Seropédica seja ruim, mas ele faz um trabalho muito bom aqui.

Nós estamos à disposição, porque, hoje, as mães se tornaram mães multiplicadoras. Estamos à disposição para fazer um trabalho junto com a polícia. Nós não temos verba, mas, se tivermos um apoio, todas as mães irão, porque nós nunca fomos contra o bom policial. Nunca fomos contra o bom político.

Em relação ao Sr. Fernando Marinho de Melo, assim... Todas as testemunhas... Primeiro os policiais. Quem me passou o nome dele foi um policial, depois eu cheguei às mães. E eu descobri diversas testemunhas. Tudo isto está em depoimento na delegacia: o caso da Andréia Ferreira da Mota, o caso da Taís Bernardino. Tudo está em depoimento legal. Então, assim, nós não inventamos nada! (...)

No caso da Michele. Começou com o caso da Michele. A policial Deise Simão Gomes falou para mim que existia um sequestrador, que esse menino

CD144292764773

tinha visto um sequestrador que era o mesmo da Thaís, da Lima Barros. A Beth já estava no movimento, mas ela nem tinha comentado isso comigo. Eu liguei para ela e perguntei: *"Existe sequestrador?"* E aí ela: *"Existe".*

Então, nós começamos a investigar. Por quê? O que aconteceu? No ano de 2005, a testemunha que viu a Thaís andando de mão dada, na rua, muito assustada, com esse sequestrador, ela foi fazer o reconhecimento na delegacia. Quando chegou à delegacia, ele foi colocado atrás do vidro. O menino ficou com medo, porque ele disse que olhou com...

Segundo o menino, pelo que me passaram os policiais, o Sr. Fernando teria olhado para ele de cara feia. Só que ele não sabia que ali tinha um vidro. O menino foi mal preparado. E ele disse que não. Mas ao sair da delegacia, ele disse: *"Pai, era ele, mas eu fiquei com medo porque ele estava olhando para mim"*. E ele: *"Menino!"* Ele voltou lá, mas a delegada não aceitou o depoimento dele. Tudo isso foi passado para o Cel. Mariano Beltrame. Tudo isso está em dossiê.

Depois, nós fomos... Veio o caso da... Eu fui atrás do testemunho... O que eu resolvi fazer? Como jornalista, eu liguei para todas as mães que estavam no movimento e perguntei: *"Como foi o sequestro da sua filha? Teve testemunha?"* E achei outra menina dentro de uma comunidade. Eu fui a essa comunidade com um Policial Civil. Eu nunca fiz nada sozinha.

Essa mãe e essa menina relataram que ela estava passando em uma rua... A mãe dela acordou passando mal, com asma, ela foi levar o irmãozinho ao colégio Quando ela estava passando, a mãe levantou e ficou com medo — porque a menina tinha 12 anos e o irmão era um pouquinho menor — e foi

CD144292764773

atrás, mesmo passando mal. Ela percebeu um carro preto circulando a rua que ficava bem perto da escola.

Quando a menina botou o menino na escola e voltou, ela disse para a menina: *"Vá na frente, porque tem um carro estranho rondando aqui a rua e eu quero ver o que é"*. E a menina foi. Aí o carro... Na hora em que a menina estava sozinha, o carro parou. A menina pegou o... Depois eu levei essa menina à delegacia e ela prestou depoimento, fez reconhecimento, fez tudo. Uma pessoa perguntou para ela onde era determinada rua. Tinham duas pessoas no carro. Ela disse: *"É ali".* Aí ele falou:

"Você pode me ajudar?" Aí a menina disse: *"Posso"*. A menina já ia entrando no carro, mas a mãe correu e segurou o braço dela. E falou: *"Aonde o Sr. vai levar a minha filha? A minha filha... É... A minha filha... Eu estou prestando atenção que o senhor está circulando a minha filha"*. E ele: *"Não. É ali, é ali"*. E ele ficou puxando a menina. Ela começou a gritar. Ela disse para mim: *"Wal, eu a arrastaria. Eu arrancaria o braço dela se fosse necessário, mas eu não ia deixá-lo levar a minha filha"*. E ela o reconheceu como...

Hoje, essa menina está com 23 anos. Ou 22 anos? Ela diz que hoje já não lembra mais. Mas, nessa época, a mãe dela foi à polícia, tentou fazer o registro de ocorrência por tentativa de sequestro e ouviu do policial: *"Dê graças a Deus porque sua filha está com você. Se manda!"* Nunca foi feito o registro de... Na época, não foi feito o registro de ocorrência dessa tentativa de sequestro, mas ela é uma testemunha que nunca foi chamada.

Tirando naquela investigação do ano de 2006, que a delegacia toda caiu, e depois, o delegado que assumiu, mesmo com a gente tendo conseguido a melhor perícia de Brasília para vir fazer o exame de DNA e, depois, uma

CD144292764773

instituição italiana se propôs a oferecer os melhores peritos do mundo, eles queriam fazer em uma clínica particular, e as mães se recusaram.

Depois disso, veio o sequestro da Larissa. Quem me passou o caso da Larissa... Foi véspera de carnaval... Foi a *TV Record*, porque as emissoras de televisão recorrem muito à nossa ajuda. É... Eles me mandaram o retrato falado. Eu recebi na minha casa. Quando eu recebi o retrato falado do sequestrador da Larissa, que foi feito pelo taxista que a levou, eu achei parecido, mas eu... É... Mandei...

Liguei para a 17ª DP e falei: *"Olha, eu achei parecido com outro suspeito, que é suspeito aqui do caso de algumas meninas, mas o senhor é que tem que ver. Eu posso mandar por e-mail o retrato falado que eu tenho aqui? O antigo?"* Ele: *"Pode".*

Na mesma hora o policial me ligou: *"É a mesma pessoa. Eu vou emitir um pedido... Vou pedir a ajuda do Disque-Denúncia para a gente poder prendê-lo"*. Eu falei: *"Não, a polícia tem os endereços dele. Ele já prestou depoimento"*. E assim ele foi preso e foi reconhecido por essas sete testemunhas, inclusive o Gabriel.(...)

A polícia ligou para mim e disse que mais pessoas o reconheceram, além da Michele — que foi a da Andréia Ferreira da Mota, de que eu participei, de que eu tive conhecimento; da Thaís Bernardino, que a mãe dela acredita... A irmã reconheceu, mas a mãe dela acredita que ela está fugida; da Andréia, da Thaís e da Larissa. A testemunha da Larissa, de Honório Gurgel, também o teria reconhecido. Então, são coisas... E tem muito mais coisa nesse caso que a polícia nunca investigou. Então, é por isso que é preciso que essa investigação seja feita.(...)

CD144292764773

É, um policial da 17ª DP, logo após o que aconteceu com a... Porque... V.Exas. devem estar se perguntando e os Srs. também: *"Por que contam tanta coisa para ela?"* Porque a polícia me conhece. Eu, desde a primeira vez que entrei dentro da delegacia, eu entrei com um olhar imparcial. Eu olho para um policial da mesma maneira como eu olho para a mãe. A polícia... O bom policial conhece o meu trabalho e o respeita. Ele sabe da maneira séria com que nós trabalhamos. É... Se não fosse assim, eu nem teria um funcionário policial dentro da minha instituição. Ele conhece, absolutamente, tudo o que acontece.

E esse policial da 17ª DP virou para mim e falou assim: *"Houve outra tentativa de sequestro aqui, de um menino. Eu o botei para reconhecimento, e ele reconheceu o Fernando Marinho de Melo".* Então, foi a própria polícia que me passou isso. Passou todas essas... Esse menino eu nem conheço.

Todas as evidências apontam para um suspeito. Se as evidências apontam para um suspeito, o que é que eu posso fazer a não ser levar as testemunhas para relatarem o que elas sabem? Nunca eu as mandei falar absolutamente nada. As mães estão aqui e eu quero que elas digam se houve alguma vez em que eu disse fale isso ou fale aquilo. A Raquel chegou à minha instituição muda."

Também esta CPI ouviu o Dr. Paulo Sérgio Rangel, Desembargador Titular da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja fala transcrevemos:

"Bom, em primeiro lugar, eu quero parabenizar V.Exa., Deputada Liliam Sá, pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente dessa CPI, junto com toda a sua equipe, e dizer que o Poder Judiciário, dentro das suas limitações, está à disposição da Câmara dos Deputados.

CD144292764773

Bom, o Sr. Fernando Marinho de Melo foi condenado em primeiro grau de jurisdição a 4 anos de reclusão e 10 dias-multa pela prática dos crimes de furto qualificado e sequestro, pena de 4 anos que o juiz converteu — substituem duas penas restritivas de direitos consistentes na prestação de serviço à comunidade — e fixou o regime aberto, em caso de descumprimento dessas medidas. E o que isso significa? Tanto o Ministério Público quanto a defesa estão recorrendo desta sentença. O Ministério Público quer uma majoração da pena, aumento da pena e regime fechado para ele, e a defesa alega nulidade do processo e também a inocência do acusado e quer a absolvição dele. Muito bem. Interpostos os dois recursos, vieram distribuídos para a 3ª Câmara Criminal, onde eu sou Relator, e aí nós ainda vamos julgar estes recursos para sabermos com quem está a razão, se com o Ministério Público ou se com a defesa.

A pergunta de onde está a menina, eu não posso responder; primeiro, porque eu não sei; segundo, porque não é objeto dos recursos. Essa pergunta tinha que ter sido respondida na investigação, já que a menina desapareceu. Eu só posso privar da liberdade quem existe e está sob o meu poder. Se a pessoa não está sob o meu poder e, portanto, eu não tenho como apresentá-la, pode ser que a tipificação penal seja outra, mas a que o Ministério Público fez foi de sequestro. Então, nós aqui na Câmara vamos julgar o furto e o sequestro.”

A Sra. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO, Presidente da ONG Portal Kids também foi ouvida pela Comissão e fez o seguinte relato:

CD144292764773

"Boa tarde. Eu gostaria de dizer que é uma honra estar diante de V.Exa. e de agradecer a oportunidade à Deputada Liliam Sá, porque ela acompanha o nosso trabalho desde que a nossa instituição nasceu.

Ela nos conhece bastante, conhece o trabalho que fazemos junto às mães das crianças desaparecidas e sequestradas. Eu sou jornalista, comecei a apurar esse sequestro de meninas em série no ano de 2001, sendo que, no ano de 2004, nós realizamos uma campanha, através de uma novela de televisão, e esses casos todos chegaram a nós, sendo que uma das meninas que foram sequestradas, a Michele Santana do Araújo, ela foi...

Chegou uma denúncia da 21ª DP de que essa menina estaria vivendo com moradores de rua na Praça Seca, Zona Oeste de Jacarepaguá. Eu fui à delegacia junto com a mãe da menina, foi feita uma apuração, mas não era a Michele. E essa inspetora, nesse dia, me informou outros casos de meninas sequestradas, que, no ano de 2002, havia outros casos semelhantes e que eu procurasse unir essas investigações, inclusive que a Michele teria sido sequestrada por um homem, apontado pelo irmão dela, que se chamava Fernando Marinho de Melo, o mesmo que sequestrou, 1 mês depois, uma menina chamada Thaís de Lima Barros, um suspeito.

A partir daí, como sou jornalista, eu resolvi ligar para todas as mães que vieram junto com o movimento para perguntar se havia indícios, motivações semelhantes, fatos semelhantes que tinham acontecido. E a gente apurou bastante coisa. Fui conversar com todos os policiais que investigaram esses casos. Eles passaram muitas informações para a nossa instituição. Nós construímos um dossiê e viemos tentando fazer diversas investigações. Inclusive foi feita uma grande investigação na DCAV no ano de 2006. Até que,

CD144292764773

no ano de 2008, uma emissora de televisão me encaminhou o caso da Larissa Gonçalves Santos, pedindo que eu divulgasse, dizendo que essa menina havia sido sequestrada e que havia um retrato falado. Uma madrinha da menina entrou em contato conosco e passou o retrato falado. Quando eu olhei esse retrato falado, eu percebi que se tratava do mesmo sequestrador, do suspeito de sequestro da Michele e da Thaís. Eu encaminhei esse retrato falado das duas meninas para a 17ª DP de São Cristóvão. Imediatamente eles reconheceram, efetuaram a prisão, sendo que sete testemunhas do caso da Larissa o reconheceram — testemunhas que a gente não conhecia. O que, como representante das famílias, me chama a atenção é que eu fui conversar com a Dra. Vera, a pedido da mãe da menina, que indiciou ele, ela não tinha conhecimento do nosso dossiê. Quando ela leu e entendeu, porque ele estava envolvido em tantos casos, ela disse para mim que resolveu indiciá-lo. E realmente ele foi indiciado, foi a julgamento e foi condenado. O que as mães não entendem é por que ele, tendo sido reconhecido por nós como suspeito do sequestro da Michele e da Thaís, esses casos, embora tenham sido feitos constantes pedidos por parte das mães, ele não tenha sido levado a julgamento por esses casos. Se for provado o que as testemunhas dizem, que foi ele, a pena dele vai aumentar. Essa é uma grande questão.

Outras testemunhas apontaram-no em outros casos. Desde então, nós viemos batalhando uma investigação. Pedimos à Secretaria de Segurança Pública que realizasse uma. Ela realizou e constatou que o álibi que ele apresentava era falso. Isso foi-me passado pela Secretaria de Segurança Pública, pela Promotora Vera. No dia do julgamento foi passado para a gente.

Então, o nosso questionamento maior — esse caso é muito extenso, tem

CD144292764773

muitos desdobramentos, existe um dossiê —, mas o nosso questionamento maior é: por que ele não foi indiciado? Esses dois casos especificamente não foram levados ao Ministério Público — eu acho até perguntas que V.Exa. não vai pode saber responder — e também por que o Ministério Público não levou em consideração esses desdobramentos todos em relação ao caso da Larissa? É só isso."

Como se pode observar de todas as narrativas, há muitos pontos ainda obscuros e sem a devida investigação. A questão da exploração sexual de crianças e adolescentes não foi aprofundada nas investigações e os crimes sexuais praticados pelo acusado caminham para a impunidade, se não houver medidas mais efetivas por parte das autoridades responsáveis.

O acusado tenta argumentar com sua inocência, alegando que estava embarcado, quando o crime ocorreu. Todavia, as provas alegadas por ele são bastante obscuras e suspeitas, como, por exemplo, a caderneta em que consta a assinatura do comandante do navio. Além de aparenta rasura, a diversidade de nomes dos comandantes geram graves suspeitas sobre essas alegações probatórias do acusado. Para esclarecer melhor essa parte, transcrevemos parte do depoimento, inclusive das perguntas formuladas, para demonstrar a fragilidade das provas alegadas pelo acusado:

"**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Fernando, na caderneta de inscrição, de registro, onde tem sempre a data de embarque e também de desembarque, por exemplo, tem, algumas vezes, a espécie de contrato, se é por tempo indeterminado, ou outros... O senhor saiu do Rio de Janeiro no dia 2 de julho de 1999 e no dia...

CD144292764773

Aqui tem o número do mês, está correto. Agora, no outro, o dia está apagado, aqui, como se fosse, como se estivesse...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Está 21/10/99.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, mas está meio apagado aqui, apagado, 21/10/1999. Ou seja, saiu do Rio de Janeiro e desembarcou em Paranaguá, no Paraná, nessa data. E normalmente tem também colocada a conduta do senhor; algumas vezes está boa, outras vezes não aparece a identificação da conduta.

O prazo é o seguinte: o senhor sai de Santos no dia 7 de dezembro de 1999 e chega a Santos, desembarque, em 03/02/2000. Tudo aqui. Na outra, o senhor sai de... Aqui não diz... Sai de Santos no dia 13 de dezembro de 2000 e desembarca em Santos no dia 14/12/2012, de Santos para Santos, o desembarque. Se o senhor embarcou em Santos, como é que o senhor faz um desembarque também lá em Santos, no dia 14/12/2000, saindo 13 de dezembro e, já no dia 14 de dezembro, o senhor está desembarcando em Santos. Como é que se explica isso aí? (...)

Depois o senhor me explica, viu? Agora, o senhor saiu do Rio Grande no dia 14/12/2000, e aí, em Suape, Pernambuco, o senhor desembarcou no dia 06/01/2001. Aqui o tempo também é claro. O senhor embarcou em Sepetiba no dia 24/03/2001 e, em Santos, o senhor desembarcou no dia 06/04/2001. Com relação a esse negócio do tempo, foi 14/03, quase 1 mês para chegar lá.

Agora, o que me preocupa é esta data de 2003. Veja o seguinte. Diz *"Vitória, embarque, 21/11/2002"*. Aí diz: *"Vitória, 03/01/2003"*. E as canetas são diferentes. (...)

CD144292764773

Não, Vitória, Espírito Santo. Então, é o seguinte: Vitória, 21/11/2002, está certo agora; 03/01/2003, ou seja, a conduta não é colocada e também a marcação tem *"Vitória, Espírito Santo"*. Esse Sr. Mélcio Vitório da Silva era o comandante da embarcação?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Mélcio?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nélcio? Hélcio.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Esse aí deve ser alguém da Capitania dos Portos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não: C.L.G., Comandante.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É. Então, é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, tem explicação, porque, na realidade aqui, veja: Vitória, Espírito Santo, está aqui, aí botaram um "3", marcando aqui nessa questão. Agora, outro fato que chamou a atenção é: o senhor saiu de Vitória e desembarcou em Vitória... Como é isso aí?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Mas é porque é outra história. É outra história.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vitória, Espírito Santo, 30/01/2003, e desembarca em Vitória, 28/02/2003. Tem uma explicação? Você sai de uma cidade e desembarca na mesma cidade? Como é isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha só, o *offshore* é o seguinte: você trabalha aqui, faz a área da Bacia de Santos. Então, você vai à Bacia de Santos, mas o porto é Rio de Janeiro. Então, você chega, descarrega o que você está levando para a unidade marítima na Bacia de Santos, e retorna ao Rio de Janeiro, e carrega e volta. É Bacia de Santos, Rio de Janeiro;

CD144292764773

Bacia... Então, o único lugar em que se pode desembarcar é no Rio de Janeiro. Da mesma forma é aí: Vitória, tem que desembarcar em Vitória.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, essa aqui, Sr. Fernando, me deixa...Porque é a primeira... A figura desse — e a assinatura dele aqui tem que ser verificada, tem um bota cá para lá que ninguém entende... Aqui parece...

Esse Hélcio Vitório da Silva, é preciso identificar aqui, porque é ele quem assina como C.L.G., Comandante, ou seja, comandante da embarcação. Precisamos verificar o comandante da embarcação, Deputado Jordy, na data em que foi o embarque, no dia 21/11/2002, e o desembarque em 03/01/2003, inclusive porque aqui está com canetas diferentes.

Essa outra — também é Vitória... Lá, o senhor... Aqui foi Vitória e Vitória. Parece que o Porto de Vitória não é tão assim... Era 30/01/2003 e 28/02/2003, ou seja, foi quase 1 mês para desembarcar de lá de um... Embarca em um e desembarca na mesma... Não está explicado isso aqui, não. E aqui a assinatura do Comandante...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - *(Fora do microfone)* O senhor, por favor, deixa eu olhar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu vou lhe mostrar. Deixa eu só terminar de ler para... Aqui, Macaé, para Niterói, 16/04/2013, 22/04... Aqui é pertinho, não tem... De Niterói para o Rio de Janeiro também. Agora, essa de Niterói, de 22/04, que o senhor embarcou, e Rio de Janeiro no dia 03/06, quase 2 meses aqui do embarque.

Então, é preciso identificar essa situação, porque algumas vezes a identificação é completa, até com a conduta do senhor durante toda essa ida, e

CD144292764773

outra sequer a conduta é colocada...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Essa conduta não é opcional você colocar. Por que o que acontece?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela é opcional ou é obrigatória?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, ela não é obrigatória. Geralmente, os comandantes preenchem, e fica a critério do comandante preencher ou não preencher. Por que o que acontece? Quando o tripulante tem má conduta, o comandante desembarca logo ele, ele não fica a bordo, entendeu? Tanto o comandante como o chefe de máquina. Se os comandados do chefe de máquina, um deles tem má conduta, o chefe pede logo o substituto dele. Então, a embarcação está chegando no porto, o substituto dele já está vindo. Da mesma forma, o comandante. Se você for ver, todas essas condutas aí, mesmo o cara sendo preguiçoso, não gosta de trabalho, não cumpre as ordens, mesmo assim é difícil que alguém dê uma má conduta nessa pessoa, entendeu, porque quando não interessa, o cara não presta, já tira logo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu só queria... Só nesta oportunidade, e outros comandantes que estão lá, estão lá as assinaturas, mas apenas... Ou seja, nesse dia 23/01/2013, que o senhor disse que estava em Vitória num desembarque — porque o senhor embarcou no dia 21/11/2012, no dia 03/01/2013 o senhor estaria também desembarcando em Vitória —, só nesse momento é que aparece essa figura do Hélcio Vitório da Silva, CLG Comandante; CLG ou CLC. As outras (...) CLG, não é? (...) CLT. Não, aqui está um “G” aqui, não é “T”, não.

O fato é que os outros comandantes estão assinando, coloca o comando, aí bota o nome do navio, tudo o mais. Nessa aqui, não. Então, Sr.

CD144292764773

Presidente, eu gostaria que o senhor solicitasse à Marinha, no caso, para saber, ou seja, essa informação, que era da empresa RB Astro Parati. O senhor trabalhou nessa empresa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É Astromarítima. A embarcação é Astro Parati.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É Parati, que foi... O Comandante da Astro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado, a data para pedir...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele embarcou aqui... Vitória/Espírito Santo 21/11/2002. Aí tem RB Astro Parati. Está aqui a assinatura do comandante da embarcação. Aí, no dia 03/01/2003, que tem... Inclusive o 03/01/2003, começa com azul, depois tem uma linha... Duas de 01/2003, caneta preta. Aí, o comandante aqui, pelas assinaturas, não correspondente ao comandante do embarque. Ou seja, é outro comandante, porque esse Hélcio é a única vez em que ele aparece. É a única vez em que o Sr. Hélcio Vitório da Silva...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deixa eu dar uma olhada...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu vou entregar para o senhor. Agora, outra coisa eu queria perguntar ao senhor, antes de o senhor responder também: alguma vez o senhor usou barba completa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Usei, por pouco tempo, barba...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá. Só isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Em que ano?

CD144292764773

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bigode também?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi antes de dois mil e... Antes de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só o bigode?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Depois, em 2000, eu fiz o curso para chefe no CIAGA. Então eu usava bigode e cavanhaque. Então, eu tirei tudo, porque não podia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bigode com cavanhaque?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso.(...) Não, essa aí é a foto inteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor podia responder às perguntas do *(ininteligível)* que constam na caderneta?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada, só para passar a caderneta a ele, para ele poder... Por favor.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Esse comandante aqui, geralmente... Às vezes, o cara está despachando de comandante e outro pode ter assinado por ele. Agora...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou “frequentemente” e disse “às vezes”. É às vezes ou frequentemente?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, não. Ele pode... Essa parte aqui já fica difícil de eu informar ao senhor, porque o que acontece?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro, é por isso que nós vamos querer saber dessa informação...

CD144292764773

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...através da autoridade, para que explique...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, isso aqui...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... se, de fato, essa pessoa assinou no nome do comandante, que seja investigada a situação, porque isso... E depois reconheça se essa assinatura é mesmo desse Hélcio Vitório, que assinou como comandante do desembarque.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está aqui. A assinatura do comandante está aqui. Se a senhora vê e me permite, aqui está a assinatura do comandante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá embaixo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Mas esse daqui já deve ser outro...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, mas no desembarque...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Então, mas, aí, esse aqui desembarcou. Isso aqui foi logo no início — eu devo ter ficado mais um tempo embarcado —, e entrou esse outro comandante, porque esse comandante aqui rende o de cima.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ele nunca aparece depois, é uma coisa que... Ele não aparece em outro momento. Ele aparece só nessa data, e usando duas tonalidades de caneta: uma caneta azul, para o dia 3, e para as outras datas, do mês e do ano, preta. Então, novamente é algo que é estranho para nós.

CD144292764773

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso daí o senhor pode comprovar junto às autoridades da empresa, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, é isso aí. É fácil de comprovar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É isso que nós estamos pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Liliam, por favor.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Só para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Para encerrar.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Por que o senhor embarcou em Vitória do Espírito Santo e não embarcou no Rio de Janeiro? Como é que o senhor foi para Vitória? Como são feitos esses embarques? O senhor estava morando em Vitória?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, senhora. Eu sempre...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Porque antes o senhor estava em Santos, não é? O senhor desembarcou em Santos no dia 6 de abril de 2001. Quer dizer, o senhor ficou quase um ano sem embarcar. Olhe aqui: o último embarque do senhor foi o desembarque em Santos no dia 6 de abril de 2001. Aí, depois, o senhor embarca novamente em Vitória no dia 21 de novembro de 2002.

Como é que o senhor fez? O que o senhor estava fazendo em Vitória? O senhor mora em Vitória? Por que o senhor embarcou em Vitória e não embarcou no Rio de Janeiro? E, aí, o senhor desembarca no dia 3 de janeiro de 2003, em Vitória também.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Posso explicar aqui?

CD144292764773

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E aqui aparece de novo. Olhe, espécie de contrato, carga, tudo, aí vem 30/01, de janeiro...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi o dia que eu embarquei.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - No dia 30 de janeiro de 2003, o senhor embarca novamente, certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso. Desembarco.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Aí o senhor volta de novo quase um mês depois. Mas, e aqui, por que o senhor embarcou em Vitória? E essa "DET" o que quer dizer?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Determinado.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Determinado?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É. Contrato.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Está com a mesma caneta daqui de baixo, da assinatura, e não estava com a caneta azul que estava aqui "Vitória, Espírito Santo", e aqui, em 2002.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso aqui, essa caneta aqui...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É. Por que ele botou essa informação depois?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso aqui é o comandante, entendeu? O comandante que fez isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É só para o senhor responder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sr. Fernando, a Deputada Liliam conclui a sua pergunta, e depois o senhor responde. Senão vai ficar numa...

CD144292764773

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu só quero do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Espere aí, senão o senhor está... Nós vamos prejudicar a oitiva. A Deputada Liliam pergunta e o senhor, entendendo ou não, responde, diz: *"Ah, não entendi".* Por favor, senão vai ficar uma discussão pouco clara, depois, para a gente compreender.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu só quero do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou permitir à Deputada Liliam que ela ratifique a sua pergunta e, depois, o senhor responde. Se o senhor não entender o senhor diz: *"Olhe, eu não entendi"* e ela corrige, mas cada coisa a seu tempo. Está certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, eu vou perguntar novamente ao senhor: Por que o senhor embarcou em Vitória? O senhor não embarcou no Rio de Janeiro. O senhor estava em Vitória, embarcou em Vitória e desembarcou em Vitória. O senhor não embarcou no Rio de Janeiro nessa data.

Outra coisa: se aí está o seu registro de ponto, por que o comandante não foi chamado nesse dia para depor a seu favor? E, se foi feito, os seus advogados não pediram um exame de caligrafia para saber se se era verdadeira ou não a assinatura e se o senhor estava lá ou não?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Com relação ao embarque em Vitória, é porque eu trabalhava na Bacia de Vitória. Então, eu ia daqui, de avião ou de ônibus, e lá eu ia para um hotel, para, no outro dia, embarcar. Está respondida a pergunta? Vitória é porque o barco trabalhava na área de Vitória.

CD144292764773

Com relação à essa caligrafia aqui do comandante — entendeu? —, conforme está dizendo, esse aqui foi um comandante, que eu embarquei e ele desembarcou no final de 30 dias deles, e eu continuei.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E por que o senhor não arrolou ele como testemunha do senhor no caso da Thaís de Lima Barros?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Porque isso daí foi inquérito que eu fui na delegacia, entendeu? Lá na delegacia, eles só me colocaram no reconhecimento, onde não ficou nada provado contra mim e, mediante a documentação que foi apresentada, a empresa ter mandado *fax,* então, me dispensaram. Foi o que eu falei: *"Vai tocar a sua vida"*.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas o Ministério Público e seus advogados poderiam ter arrolado esse comandante para a sua defesa. Era outra pessoa, o que não fez...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, mas não, não...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não fez.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi só inquérito. Não foi processo. Isso virou processo agora.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas isso pesou agora.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois é.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas por que não arrolaram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou pedir mais uma vez que haja perguntas e respostas.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E quantas vezes forem

CD144292764773

necessárias. Mas nesta ordem: pergunta, resposta. Está certo? Porque, senão...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está respondida a pergunta da senhora?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu gostaria de saber por que o senhor não chamou essas pessoas, no caso, porque o senhor está apontado no caso da Thaís e da Larissa, para poder também... Porque, o que pesou no caso da Larissa contra o senhor foi também o senhor ter sido apontado no caso da Thaís. Por que os seus advogados não arrolaram essa testemunha, o comandante que assinou, que vai comprovar que o senhor estava naquele dia embarcado?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim, porque, nesse caso aqui da Thaís, para mim nem existia processo agora. Eu vim tomar conhecimento desse processo preso. Foi quando eu tomei conhecimento. O que me disseram lá? A própria delegada: "Sr. Fernando, você vai para casa, toca sua vida normal, porque isso acabou aqui." Só que, 12 anos depois, isso virou processo. Eu não sabia disso. Eu vim tomar conhecimento desse fato agora, preso. Em fevereiro, eu tomei conhecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Pois não, Deputada. Última pergunta.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A minha última pergunta. Esta foto aqui, foi a foto que apresentaram para o senhor em 2002 ou tinha outra foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É a mesma foto?

CD144292764773

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É a mesma foto. É a mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Esse retrato falado aqui da Thaís foi a mesma foto ou foi da Larissa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É a mesma foto apresentada... A mesma foto apresentada em 2002.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Foi a mesma foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor confirma que foi essa foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Confirmo, confirmo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Foi a mesma foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi a mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor se reconhece nessa foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor acha que tem algum traço do senhor, alguma semelhança?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu acho que é bem parecido.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conclua, Deputada Liliam Sá.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, eu quero dizer para o senhor: o senhor acha que o senhor foi arrolado nesse processo todo, que o senhor está sendo injustiçado? O senhor nega todas as acusações contra o senhor?

CD144292764773

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nego tudo. Nego tudo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Olha, eu quero dizer para o senhor que, se o senhor for inocente, vai ser comprovado que o senhor é inocente; se o senhor for culpado, vai aparecer a culpa em algum local. O senhor já foi condenado, já está aí, né?

Eu quero dizer para o senhor: nesta CPI, o que nós queremos? É esclarecer os fatos. O senhor teve aqui uma oportunidade ímpar. Talvez, o senhor não tenha tido esta oportunidade em lugar nenhum de poder se explicar, de poder rebater as denúncias contra o senhor. Entende? E eu quero dizer para o senhor mais uma vez: eu não tenho nada contra o senhor. Não conheço o senhor, não conheço essa mulher, não conheço ninguém O que chegou para a minha mão foi a sua condenação dos 4 anos, isso chegou à CPI, à Câmara dos Vereadores, que eu entreguei para o Presidente desta Comissão, os 4 anos, e nós começamos a investigar, vendo todas essas provas contra o senhor, entendeu? Nós pedimos um novo julgamento porque achamos que aquela pena era muito pequena em relação ao desaparecimento da Larissa, e também o senhor sendo apontado em outros casos, da menina desaparecida, como da Thaís Lima Barros. Só quero esclarecer isso para o senhor."

Outros depoimentos também foram colhidos pela Comissão sobre o caso, os quais passamos a transcrever.

DEPOIMENTO DO SR. PAULO SÉRGIO RANGEL - **Desembargador Titular da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.**

CD144292764773

Fez o seguinte relato: “Bom, o Sr. Fernando Marinho de Melo foi condenado em primeiro grau de jurisdição a 4 anos de reclusão e 10 dias-multa pela prática dos crimes de furto qualificado e sequestro, pena de 4 anos que o juiz converteu — substituem duas penas restritivas de direitos consistentes na prestação de serviço à comunidade — e fixou o regime aberto, em caso de descumprimento dessas medidas. E o que isso significa? Tanto o Ministério Público quanto a defesa estão recorrendo desta sentença. O Ministério Público quer uma majoração da pena, aumento da pena e regime fechado para ele, e a defesa alega nulidade do processo e também a inocência do acusado e quer a absolvição dele. Muito bem. Interpostos os dois recursos, vieram distribuídos para a 3ª Câmara Criminal, onde eu sou Relator, e aí nós ainda vamos julgar estes recursos para sabermos com quem está a razão, se com o Ministério Público ou se com a defesa.

A pergunta de onde está a menina, eu não posso responder; primeiro, porque eu não sei; segundo, porque não é objeto dos recursos. Essa pergunta tinha que ter sido respondida na investigação, já que a menina desapareceu. Eu só posso privar da liberdade quem existe e está sob o meu poder. Se a pessoa não está sob o meu poder e, portanto, eu não tenho como apresentá-la, pode ser que a tipificação penal seja outra, mas a que o Ministério Público fez foi de sequestro. Então, nós aqui na Câmara vamos julgar o furto e o sequestro.

Também não posso dizer se houve falha ou não, porque o recurso que chega às minhas mãos não aborda esta questão. E como magistrado, eu vou ter que ficar sujeito, limitado àquilo que tanto Ministério Público como defesa estão pedindo. Ninguém está abordando a falha na investigação; estão

CD144292764773

abordando *quantum* de pena — o Ministério Público —, o regime aberto, e ele está alegando inocência. E é sobre isso que nós vamos decidir.

Essa análise de falha ou eventual falha na investigação, isso tinha que ter sido resolvido pelo Ministério Público quando foi oferecer denúncia, e aí o Promotor de Justiça é que deveria ter visto se houve falha ou não. Se houve, corrigir; se não houve, fazer o que fez, que é promover a ação. Não me cabe agora fazer essa consideração, porque eu estaria emitindo um juízo de valor inadequado e inoportuno em relação ao momento processual. Esse momento, eu vou submeter isso a julgamento e vou decidir os recursos do réu e do Ministério Público."

DEPOIMENTO DA SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - **Presidente da ONG Portal Kids.**

Prestou os seguintes esclarecimentos: "Eu sou jornalista, comecei a apurar esse sequestro de meninas em série no ano de 2001, sendo que, no ano de 2004, nós realizamos uma campanha, através de uma novela de televisão, e esses casos todos chegaram a nós, sendo que uma das meninas que foram sequestradas, a Michele Santana do Araújo, ela foi...

Chegou uma denúncia da 21ª DP de que essa menina estaria vivendo com moradores de rua na Praça Seca, Zona Oeste de Jacarepaguá. Eu fui à delegacia junto com a mãe da menina, foi feita uma apuração, mas não era a Michele. E essa inspetora, nesse dia, me informou outros casos de meninas sequestradas, que, no ano de 2002, havia outros casos semelhantes e que eu procurasse unir essas investigações, inclusive que a Michele teria sido sequestrada por um homem, apontado pelo irmão dela, que se chamava

CD144292764773

Fernando Marinho de Melo, o mesmo que sequestrou, 1 mês depois, uma menina chamada Thaís de Lima Barros, um suspeito.

A partir daí, como sou jornalista, eu resolvi ligar para todas as mães que vieram junto com o movimento para perguntar se havia indícios, motivações semelhantes, fatos semelhantes que tinham acontecido. E a gente apurou bastante coisa. Fui conversar com todos os policiais que investigaram esses casos. Eles passaram muitas informações para a nossa instituição. Nós construímos um dossiê e viemos tentando fazer diversas investigações. Inclusive foi feita uma grande investigação na DCAV no ano de 2006. Até que, no ano de 2008, uma emissora de televisão me encaminhou o caso da Larissa Gonçalves Santos, pedindo que eu divulgasse, dizendo que essa menina havia sido sequestrada e que havia um retrato falado.

Uma madrinha da menina entrou em contato conosco e passou o retrato falado. Quando eu olhei esse retrato falado, eu percebi que se tratava do mesmo sequestrador, do suspeito de sequestro da Michele e da Thaís. Eu encaminhei esse retrato falado das duas meninas para a 17ª DP de São Cristóvão. Imediatamente eles reconheceram, efetuaram a prisão, sendo que sete testemunhas do caso da Larissa o reconheceram — testemunhas que a gente não conhecia. O que, como representante das famílias, me chama a atenção é que eu fui conversar com a Dra. Vera, a pedido da mãe da menina, que indiciou ele, ela não tinha conhecimento do nosso dossiê. Quando ela leu e entendeu, porque ele estava envolvido em tantos casos, ela disse para mim que resolveu indiciá-lo. E realmente ele foi indiciado, foi a julgamento e foi condenado. O que as mães não entendem é por que ele, tendo sido reconhecido por nós como suspeito do sequestro da Michele e da Thaís, esses

CD144292764773

casos, embora tenham sido feitos constantes pedidos por parte das mães, ele não tenha sido levado a julgamento por esses casos. Se for provado o que as testemunhas dizem, que foi ele, a pena dele vai aumentar. Essa é uma grande questão.

Outras testemunhas apontaram-no em outros casos. Desde então, nós viemos batalhando uma investigação. Pedimos à Secretaria de Segurança Pública que realizasse uma. Ela realizou e constatou que o álibi que ele apresentava era falso. Isso foi-me passado pela Secretaria de Segurança Pública, pela Promotora Vera. No dia do julgamento foi passado para a gente.

Então, o nosso questionamento maior — esse caso é muito extenso, tem muitos desdobramentos, existe um dossiê —, mas o nosso questionamento maior é: por que ele não foi indiciado? Esses dois casos especificamente não foram levados ao Ministério Público — eu acho até perguntas que V.Exa. não vai pode saber responder — e também por que o Ministério Público não levou em consideração esses desdobramentos todos em relação ao caso da Larissa? É só isso. Mas temos muito a agradecer por esta oportunidade, por estarmos aqui na presença do senhor. Colocamo-nos à disposição, a família das meninas também, para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Obrigada.”

As provas contra o Sr. Fernando Marinho são contundentes e merecem ser aprofundadas as investigações diante da gravidade dos fatos e das acusações de pedofilia que pesam contra o acusado.

10.11. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CEARÁ.

Em depoimento prestado perante esta Comissão, o Sr. MÁRIO MAMEDE, Superintendente do Instituto de Previdência do Município – IPM,

CD144292764773

chamou a atenção para a existência de problemas muito graves de exploração sexual no Ceará, incluindo a questão do turismo sexual.

Citou o caso emblemático de pedofilia por parte do Prefeito da cidade de Milagres, Hellosman Sampaio Lacerda, que vem sendo denunciado faz vinte anos e até hoje não sofreu nenhuma punição. Explicou o depoente que as vítimas de pedofilia são atraídas com celulares, roupas, reforma na casa da família, entre outros agrados e que, quando essa técnica não funciona, o Prefeito usa a violência, como ocorreu com um garoto chamado Felício, violentado após ser rendido por capanga do Prefeito.

Esse Prefeito, de acordo com o depoente, continua no poder e, apesar de ter sido condenado a 8 anos e 3 meses de reclusão, recorreu e encontra-se em liberdade. Disse ainda o depoente que os demais processos que envolvem o nome dele estão todos parados, correndo risco de prescrição. Segundo o depoente, a falta de vontade de resolver o problema tem a ver com a participação nesses crimes de gente poderosa do *trade* turístico, do *trade* hoteleiro e também da própria Polícia.

A depoente ELIANA GOMES, Vereadora do Município de Fortaleza, disse a esta Comissão que foi diagnosticada uma rede criminosa no Estado, com 74 pontos e que, na Barra do Ceará, foram encontrados 22 locais, inclusive com meninas de 9 e 10 anos. Entre os locais de exploração sexual de jovens, encontram-se a Praia de Iracema e os bairros Grande Bom Jardim e Janguruçu.

De acordo com a depoente, há donos de restaurantes envolvidos na exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive com preços tabelados. Além disso, os motéis não são fiscalizados.

CD144292764773

Esses depoimentos confirmam o que a CPI tem constatado ao longo das investigações realizadas, ou seja, o maior problema no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes é a impunidade, tendo em vista a participação de pessoas poderosas e de autoridades nessas redes criminosas. Transcrevemos, por oportuno, a fala do Sr. MÁRIO MAMEDE - Superintendente do Instituto de Previdência do Município – IPM, cujo depoimento foi bastante esclarecedor acerca desse episódio de Milagres:

"Bem, para terminar eu queria só pedir às senhoras e aos senhores para colocar um caso emblemático, o único caso que quero colocar: do Prefeito da cidade de Milagres, região do Cariri: Começou com um crime de abuso sexual, de pedofilia, 20 anos atrás, as primeiras denúncias. Esses crimes continuam, geralmente atraindo adolescentes pobres, vulneráveis. Presenteia com celulares, com roupa, com outros tipos de brindes, agrada a família, faz uma reforma na casa da família, traz o garoto para dentro de casa, esse garoto é abusado sexualmente e aí vai ou pela sedução ou pela violência, como foi o caso do Felício, que foi vítima de coito sexual na marra, rendido por um capanga. Essa questão continua desde essa época. Ele participou de duas CPIs, da nacional e da local. Em ambas as CPIs, a blindagem política que o garante no poder foi acionada para que ele não depusesse. Tentaram fazer com que ele não depusesse nas duas CPIs, lá em Brasília e aqui.(...)

"O que eu estou dizendo, na altura dos meus 65 anos, com os cargos que eu ocupei, eu assumo o ônus e o bônus do que eu estou dizendo. Não tem problema nenhum. As consequências eu assumo. Eu estou dizendo que Hellosman Sampaio Lacerda comete crime de pedofilia em Milagres há muitos e muitos anos. E aí já é condenado. Recorreu. Está em liberdade, foi

CD144292764773

condenado a 8 anos e 3 meses. Recorreu do processo, nem anda este, nem andam os demais processos que envolvem o nome dele. Todos estão parados, todos.

O que anda são as manobras jurídicas e advocatícias para manter os processos paralisados, parados. Esse crime do Fabrício vai prescrever. E foi o único caso que nós conseguimos levar a julgamento, mas tem suspeita de outros crimes, em *(ininteligível)* da área administrativa, desvios de recursos, pistolagem, crime de mando. Porque todas as pessoas que depuseram contra ele, no caso Fabrício, morreram todas assassinadas. Morreram todas, a única viva é uma senhora que está fora do Estado que foi colocada por nós dentro do programa de proteção às vítimas de violência, que a Deputada bem conhece, até porque foi ela quem construiu no Distrito Federal. Bem, como eu já abusei da boa vontade, agora, há pouco tempo, Hellosman foi vítima de um atentado, um atentado. Só que não é um atentado qualquer, não é um atentado político. É uma desavença entre o abusador e o abusado, que começou a ser abusado aos 12 anos, o Emanuel.

O Emanuel é Secretário de Esportes da Prefeitura de Milagres, candidato do Hellosman a Vereador, e seria o Vereador mais bem votado, segundo o próprio Hellosman colocou, garantindo a ele que ele seria o mais bem votado. Como a relação se esgotou, se esgarçou, se consumiu, não sei o que é que houve, nem me cabe investigar isso ou estar bisbilhotando, o fato é que o abusado virou-se contra o abusador e deu quatro tiros, dos quais somente dois detonaram e somente um pegou no tórax. Um está preso, o outro voltou a Milagres, e é candidato a Prefeito da cidade. Foram dois mandatos, 8 anos, colocou uma sobrinha pau-mandado para cumprir o interregno, foi eleito

CD144292764773

novamente, diz onde ele quer dizer e diz, de maneira aberta e acintosa, que ele tem proteção política, e o pessoal dos direitos humanos não o pega, porque ele tem dinheiro e tem poder político. Por fim, só para colocar a situação em Milagres hoje, Deputado João Ananias. Documento recebido — eu me dou o direito de não dizer o remetente —, é só para comunicar ao senhor, porque sabiam que eu viria aqui comunicar ao senhor o que está acontecendo em Milagres.

Deem-me 2 minutos; 1 minuto, só. Hellosman Sampaio Lacerda, no dia 30, lançou-se candidato a Prefeito novamente, e a sua vice é a advogada Fulana de Tal, daqui de Milagres, pessoas que vivem 24 horas por dia a servir a sua pessoa. Estavam presentes na convenção o Deputado Fulano, Fulano. Basta ver o mapa eleitoral, é muito fácil saber quem tem interesse no curral eleitoral de Milagres e quem é beneficiado com os votos daquela cidade, portanto, por consequência, quem lhe dá blindagem política. O Emanuel, que atirou, estava na lista dos seus candidatos a Vereador, mas não veio de Fortaleza, mesmo com toda a pressão feita pela sua mãe, que agora já está do lado do Prefeito e viaja constantemente para Fortaleza, até mesmo de avião, levando feiras, presentes, dinheiro, carne e tudo. Mas parece que o Emanuel está com medo, eu também estaria. Essa advogada, que será sua vice, frequenta constantemente a casa da mãe do Emanuel, incentivando o Emanuel a mudar o depoimento. Hellosman não está mais se expondo nas ruas de Milagres, mas no seu discurso do dia 30/6 se colocou como vítima e disse que essa seria sua última eleição e que o povo o ajudasse mais uma vez.

Comenta-se na cidade que ele disse em reuniões que a Comissão Nacional de Direitos Humanos não é problema, não faz medo, e que ele é

CD144292764773

político, tem voto e dinheiro, que é o mais importante. Comenta-se, ainda, que alguns candidatos a Vereador do seu lado não vão ser mais candidatos porque não aceitam assinar promissórias para ficarem pagando a ele, se eleitos, com o salário de Vereador, como já tinha acontecido no passado. Milagres continuam no medo e na injustiça. O que fazemos? Agora houve uma reunião na casa do irmão dele, Aloisio Sampaio de Lacerda, quando ele decidiu que, se não for candidato, por causa da ficha suja, ou se for levado a julgamento pelo pessoal dos direitos humanos, ele vai acabar com a vida de, pelo menos, três em Juazeiro. E citou nominalmente a pessoa que ainda tem coragem de resistir a ele, chamada senhora Joana, esposa do Dr. Jânio, cujo filho morreu num simulado acidente, e o responsável considerado pela morte desse garoto é o próprio Helllosman.

Então, não é uma situação fácil aqui no Ceará. É uma situação delicada, preocupante, nos traz indignação. Eu acho que é preciso olhar as coisas de frente, ou seja, nós não estamos numa cidade em que as coisas são menos relevantes, porque aqui o problema é menos grave. O problema aqui é muito grave, porque ele tá ligado a crimes correlatos, à impunidade, é uma letargia do Judiciário, uma ausência de retaguarda institucional, e parece que a sociedade acostumou-se a esse tipo de crime.”

10.12. O CASO DA OPERAÇÃO ESTOCOLMO, NO ESTADO DO AMAZONAS

Trata-se de uma operação deflagrada pela Polícia Federal, em face de notícias de crime relatadas por representantes legais de adolescentes, dando ciência de uma rede de exploração sexual de menores, envolvendo vários aliciadores, clientes e prestadores de serviços, havendo notícia, inclusive, de pessoas que chegavam a pagar dez mil reais por programa sexual em um

CD144292764773

barco com adolescentes. A CPI ouviu diversos depoimentos e requisitou documentos relativos ao caso.

Todavia, como se trata de processos que tramitam em segredo de justiça, os depoimentos foram colhidos em sessão reservada. Assim, passamos a informar acerca dos acusados e respectivos crimes praticados, de forma sucinta, a fim de resguardar o segredo de justiça.

Houve uma denúncia do Ministério Público do Estado do Amazonas contra a **LUCIANA CANOE SILVA**, Comerciária, que se baseou no Inquérito Policial nº 161, de 2012, instaurado a partir da notícia-crime oferecida por representante legal de vítima adolescente, alegadamente, prestava favores sexuais em troca de dinheiro.

A investigada é suspeita de negociar meninas e de convidar outras amigas para estarem juntas num barco, no qual o Sr. Aldamor iria pagar 10 mil reais para um programa.

Luciana Canoe Silva teria combinado com uma certa “Mana” um programa rapidinho, dentro de um estacionamento, por cerca de 400 a 700 reais.

A acusada aparece sendo mencionada em várias escutas telefônicas, aliciando menores para a exploração sexual e mostrando que ganhava também com isso.

Nas investigações aparecem alguns nomes de pessoas com as quais a acusada teve contato nessa atividade de negociação de meninas: Tayla Silva de Souza, Janaína Tomaz Ribeiro, Wilkens Moacir Maciel Fernandes, Pablo Thiago Gomes de Carvalho, Casemiro Peixoto Vieira, o ex-Prefeito de Jutaí, conhecido como “Louro”, Waldery Areosa Ferreira.

CD144292764773

Waldery é acusado de, em março, ter mantido relações sexuais com uma menor mediante o pagamento de 700 reais", com a intermediação de Luciana Canoe.

Outra denúncia diz respeito ao Deputado Fausto, que teria feito um programa com uma menor, mediante o pagamento de 100 reais, em um encontro intermediado pelo Pablo, além de ter mantido outro relacionamento sexual com uma adolescente de 16 anos.

Outro investigado é o Sr. **PABLO THIAGO GOMES DE CARVALHO.** Contra ele, o Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia, como agenciador de menor de 16 anos para o Deputado Fausto de Souza Neto. É acusado também de se valer dos serviços da Janaína Tomaz Ribeiro, que também intermediava encontros com menores.

A operação toda baseou-se na acusação, no Inquérito Policial nº 161, de 2012, instaurado a partir da notícia-crime oferecida por representante de vítima adolescente. Essa menina alega que fez vários programas, ou "babados", sendo aliciada para esse esquema por Pablo, Luciana, Casemiro e Wilkens, que está preso. O valor cobrado ia de 100 a 500 reais.

O investigado é acusado de comandar uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes, incurso nas penas previstas nos arts. 71 e 230 do Código Penal.

Também nesta operação está sendo investigado o Deputado **FAUSTO DE SOUZA NETO. O** Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia contra ele, com base no Inquérito Policial nº 161, de 2012, instaurado a partir da notícia-crime oferecida por representante legal de vítima adolescente, que alegou ter prestado favores sexuais em troca de dinheiro. O

CD144292764773

Deputado seria cliente e estaria favorecendo financeiramente essa quadrilha chefiada pela Luciana Canoe Silva, com a qual teria mantido frequentes contados com outras duas supostas agenciadoras: Tayla Silva de Souza e Janaína Tomaz Ribeiro. Também participariam dessa rede Wilkens Maciel Fernandes, que está preso, Pablo Thiago e Casemiro Peixoto Viana, os quais intermediaram serviços sexuais entre as vítimas, em geral menores.

O Deputado é acusado inclusive de ter mantido relacionamento sexual com menor de 16 anos, e figura como incurso nas penas previstas nos arts. 71 e 230 do Código Penal.

Também é acusado o Sr**. WALDERY AREOSA FERREIRA,** contra **o** qual **o** Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia, juntamente com seu filho, Waldery Areosa Ferreira Júnior, com base na acusação do Inquérito Policial nº 161, de 2012, instaurando a partir da notícia-crime oferecida por representante legal de vítima adolescente, que alegou ter prestado favores sexuais em troca de dinheiro.

O acusado teria pago de 400 a 500 reais para uma menor de 17 anos, em troca de favores sexuais. Contra ele pesa acusação de estupro de vulnerável.

O Sr. **WALDERY AREOSA FERREIRA JÚNIOR,** filho de Waldery Areosa Ferreira foi também alvo de denúncia por parte do Ministério Público, com base na acusação do inquérito policial que foi instaurado a partir de denúncia de representante legal de vítima adolescente, que teria prestado favores sexuais em troca de dinheiro.

O investigado está sendo acusado de fazer parte de uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes.

CD144292764773

O SR. VITÓRIO NYENHUIS é investigado na Operação Estocolmo, por envolvimento em uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo inclusive acusado de envolvimento sexual com adolescente, o que teria ocorrido na sede da empresa Hevi Embalagens da Amazônia.

O acusado está sendo indiciado no art. 218-B, inciso II, do Código Penal, que é induzir ou atrair alguém para prostituição e exploração sexual.

ALDAMOR RODRIGUES DE ALBUQUERQUE foi alvo de denúncia do Ministério Público do Estado do Amazonas, baseando-se na acusação do Inquérito Policial nº 161, de 2012, instaurado a partir da notícia-crime oferecida por representante legal de adolescente vítima de exploração sexual.

Há denúncias sérias contra ele na Operação Estocolmo, inclusive na prática de aliciamento de menores para estrangeiros. O acusado teria um barco no qual menores eram exploradas sexualmente pelo valor de dez mil. O investigado é acusado de fazer a seleção de meninas e pedir para elas esconderem a tatuagem, porque achava que os gringos não gostavam das tatuagens. O acusado figura como incurso nas penas dos arts. 71 e 218-B do Código Penal.

Em relação ao Sr. **JOSÉ ROBERTO AFFONSO,** o Ministério Público acatou uma denúncia contra ele por manter relações sexuais com menores. Um desses encontros teria sido realizado dentro de um carro pelo qual ele teria pago 300 reais.

Em outro caso, ele teria pago 260 reais a uma menina para manter relações sexuais com ela no próprio local de trabalho. Além disso, teve um relacionamento sexual com uma adolescente mediante o pagamento de 200

CD144292764773

reais. O acusado figura como incurso nas penas dos arts. 217-A e 218-B do Código Penal, e 243 do ECA.

TAYLA SILVA DE SOUZA está sendo acusada com base no Inquérito Policial nº 161, de 2012, que foi instaurado a partir da notícia crime oferecida por representante legal de adolescente vítima de exploração sexual por parte de empresários e políticos com a intermediação da investigada.

Na avaliação da CPI, Tayla Silva de Souza, embora figure nos autos do inquérito como aliciadora, teria sido mais vítima do que aliciadora. Sugere-se reexame do caso por parte do Ministério Público, uma vez que, diante dos fatos apurados por esta CPI, Tayla Silva de Souza não é aliciadora, e sim mais uma vítima da rede de exploração sexual de menores.

ANÍLSON JAIME RODRIGUES também é acusado de fazer parte dessa rede de exploração sexual de menores.

O Ministério Público, tendo em vista denúncia feita por uma menor de 13 anos e por sua mãe, nos termos do Processo nº 161, de 2012, denunciou o acusado pela exploração sexual de adolescente, em encontro intermediado por Luciana Canoe Silva. O acusado figura como incurso nas penas do art. 218-B do Código Penal.

RAIMUNDO SALES DE QUEIROZ PEDROSA foi denunciado pelo Ministério Público por participar ou se beneficiar de uma rede de exploração sexual, tendo contratado serviços sexuais de várias adolescentes. O acusado figura como incurso nas penas do art. 217-A do Código Penal.

JIAN MARCOS DALBERTO é acusado de manter relações sexuais com adolescentes, mediante pagamento de 400 reais e figura como incurso nas penas do art. 218-B, § 2º, do Código Penal.

CD144292764773

PAULO SÉRGIO MONTENEGRO VIEITAS – Acusado de exploração sexual de adolescentes. O acusado teria mantido relacionamento sexual com menores, mediante pagamento a aliciadores. Incurso nas penas do art. 218-B do Código Penal.

FRANCISCO CARLOS FERRAZ FEITOSA – Foi apresentada contra ele uma notícia crime, que resultou no Inquérito Policial nº 161, de 2012, por estupro de vulnerável. Acusado de participar de uma rede de exploração sexual de menores. Disse que conhece a Sra. Luciana Canoe, que ela conseguiu seu número de telefone e ficava ligando para ele, falando que tinha umas amigas que queria que ele conhecesse. Negou a compra de serviços sexuais e o envolvimento sexual com uma adolescente de 13 anos. Disse que não conhece o Pablo, o Wilkens Maciel, o Waldery e o Casemiro Peixoto Vieira. Quanto ao Deputado Fausto, disse que o conhece por ser um político.

Este é o resumo das diligências realizadas pela CPI em relação à operação Estocolmo, deflagrada no Estado do Amazonas, cujos fatos já se encontram em investigação pela Polícia Federal, tendo havido também denúncias apresentadas pelo Ministério Público.

CD144292764773

11. ENCAMINHAMENTOS FEITOS PELA CPI

11.1. ENCAMINHAMENTOS GERAIS:

Diante dessas constatações, a CPI decidiu pela realização de diversos encaminhamentos a outras autoridades, visando à adoção de medidas preventivas e de combate à exploração de crianças e adolescentes, entre as quais passamos a destacar:

1. Plano Emergencial de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Este plano objetiva, entre outras atividades a reformulação das funções das Delegacias de Crianças e Adolescentes, com vistas a um trabalho de orientação, e não somente de punição; tratamento psicológico adequado às vítimas de exploração sexual e suas famílias.

2. Programa Público de Planejamento Familiar, já que a maternidade indesejada e a paternidade irresponsável são fatores que contribuem para a prostituição e exploração infanto-juvenil.

3. Informação às famílias sobre a prostituição e adoção, nos currículos escolares, de disciplinas que contribuam para a prevenção e o combate à exploração sexual de adolescentes.

4. Liberação rápida e efetiva de recursos orçamentários para os diversos programas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, para os conselhos tutelares e para as delegacias especializadas no atendimento a crianças e adolescentes.

5. Adoção de políticas que gerem aumento de emprego.

CD144292764773

6. Iniciativa do Poder Executivo na elaboração de Projeto de Lei que disponha sobre a matrícula, nas Embaixadas brasileiras, da adoção internacional.

7. Realização de campanhas pelo Governo, durante a realização de grandes eventos, com o objetivo de prevenir e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.

8. Responsabilização e punição de agentes públicos que não destinarem adequadamente os recursos públicos destinados a políticas de assistência a crianças e adolescentes.

11.2. ENCAMINHAMENTOS ESPECÍFICOS:

Tendo em vista os fatos apurados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, decide-se pela realização dos seguintes encaminhamentos:

1. À Mesa da Câmara dos Deputados para as providências de sua alçada, incluindo a tramitação dos Projetos de Lei oferecidos por esta Comissão, visando ao combate e punição da exploração sexual de crianças e adolescentes. Solicita-se também agilização na tramitação do PRC nº 2, de 2011, de autoria da Deputada Liliam Sá, que cria a Comissão Permanente da Criança, do Adolescente e do Jovem.
2. Ao Ministério Público Federal para a adoção de medidas cabíveis como titular da ação penal, nos crimes envolvendo condutas que caracterizem a exploração sexual de crianças e adolescentes ou outro crime de ação penal pública, nos casos investigados por esta CPI e constantes de seu relatório. Recomenda-se uma atenção especial ao caso da operação Estocolmo, a fim de que sejam

CD144292764773

punidos com o rigor e a celeridade que a situação exige os envolvidos com essa quadrilha, os quais já se encontram indiciados pela Polícia Federal. Sugere-se reexame do caso por parte do Ministério Público, em relação a Tayla Silva de Souza, uma vez que, diante dos fatos apurados por esta CPI, não se trata de aliciadora, e sim de mais uma vítima dessa rede de exploração sexual de menores.

3. Aos Ministérios Públicos estaduais para a adoção de medidas cabíveis nos crimes apurados por esta CPI nos Estados, em especial os casos das meninas de Guarus, no Rio de Janeiro, de Altair Nogueira, em Minas Gerais, e de Adail Pinheiro, no Amazonas.
4. Ao Conselho Nacional de Justiça para as seguintes providências: 1) apuração de irregularidades ou desídia de magistrados na apreciação de processos submetidos a sua jurisdição, decorrentes da prática de crimes contra crianças e adolescentes; 2) funcionamento de varas da infância e da juventude pelo período de vinte e quatro horas; 3) criação de novas varas da infância e da juventude, voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes que sejam vítimas de crimes; 4) Solicito investigar as seguintes questões relativas ao Processo sobre o caso conhecido como “Meninas do Guarus”, em Campos dos Goytacazes/RJ:

    - Por que a requisição da CPI de cópia do processo foi negada tanto na comarca de Campos dos Goytacazes quanto no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

CD144292764773

- Por que o processo havia sido enviado para o município de Duque de Caxias/RJ, sendo que o processo não tem qualquer relação com esse município;

- Por que há tanta morosidade na tramitação do processo.

Após ouvir o depoimento da ex-Vereadora Odisséia Pinto de Carvalho – PT/RJ e do Deputado Estadual Roberto Henriques - PSD/RJ, a CPI decidiu encaminhar ao CNJ o caso das “Meninas de Guarus”, ocorrido em Campos dos Goytacazes/RJ, devido à gravidade das denúncias. Os relatos nos deixaram impressionados com tamanha morosidade da justiça para julgar o caso, haja vista termos constatado o envolvimento de empresários, políticos e outras autoridades daquele município na exploração sexual de meninas e adolescentes, que foram mortas com requintes de crueldade, forçadas a usarem drogas, vindo a óbito por overdose. Estivemos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pedimos explicações, e soubemos que o processo havia sido encaminhado para a Comarca de Duque de Caxias, sendo que não vemos relação desse município com o processo. Portanto, essa tramitação merece os devidos esclarecimentos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Além do que, foi requisitada cópia do processo à comarca de Campos dos Goytacazes e ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e ambos negaram a requisição da CPI.

5. Ao Ministério da Justiça para as seguintes providências: 1) adoção de medidas cabíveis com relação à criação de delegacias especializadas no atendimento a vítimas de abuso sexual bem como

CD144292764773

para as providências cabíveis com relação à omissão de autoridades sujeitas ao seu poder hierárquico em questões envolvendo ilícitos praticados contra crianças e adolescentes; 2) contratação de psicólogos em delegacias especializadas no atendimento a crianças e adolescentes; 3) Análise de questões relativas a quebra de sigilo bancário e fiscal feita pela Comissão, nos termos de documentos sigilosos enviados pela Comissão; 4) Criação de órgão Fiscalizador de Abrigos de crianças e adolescentes, e também de adultos em situação de vulnerabilidade; 5) Ampliação do número de acordos operacionais entre a Polícia Federal e as polícias de outros países, no sentido de ampliar o combate a exploração de menores e crimes de rufianismo, além de criação de Cadastro Nacional de crianças e adolescentes exploradas, visando a sua identificação e acompanhamento provisório por órgão competente.

6. Ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis no âmbito do controle e da fiscalização da entrada e saída de pessoas que possam ser vítimas ou agressores em crimes de natureza sexual, principalmente envolvendo crianças e adolescentes.
7. À Polícia Federal para as devidas providências na apuração e repressão dos crimes de exploração sexual praticados por quadrilhas com atuação em diversas partes do território nacional bem como em nível internacional.
8. À Polícia Rodoviária Federal, para fins de fiscalização em terminais rodoviários.

CD144292764773

9. Ao Poder Executivo (Federal, Estadual e Municipal) para as seguintes providências: 1) que, nos contratos administrativos, constem cláusula de proteção à infância e à adolescência; 2) que não haja nenhum repasse de verbas públicas para qualquer tipo de produção artística e musical que faça apologia à exploração sexual de crianças e adolescentes; 3) que a realização de grandes eventos e grandes obras públicas sejam sempre acompanhadas de um estudo de impacto nos direitos da infância e da juventude; 4) criação de delegacias especializadas no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de crimes; 5) que, nas delegacias de Polícia Civil, seja assegurado o tratamento prioritário à crianças e adolescentes vítimas de violência, que deverão aguardar em lugar reservado; 6) Destinação de recursos orçamentários para reestruturar os Conselhos tutelares do Estados e Municipios do Brasil. Este recurso será em atenção especial aos Kits que a Secretária de Direitos Humanos estão distribuindo em todo o Brasil; 7) Aquisição de lanchas para os conselhos tutelares que atuam nas comunidades ribeirinhas no Pará e no Amazonas, não dispondo de outro meio de transporte.
10. À Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para o acompanhamento permanente dos temas ligados à exploração sexual de crianças e adolescentes.
11. À Comissão de Seguridade Social e Família para o acompanhamento permanente dos temas ligados ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

CD144292764773

12. À Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para que municípios da Região do Marajó, sejam contemplados com o chamado“ Kit Conselho Tutelar” e também para que os Conselhos Tutelares do Pará e Amazonas sejam aparelhados com lanchas, pois há muitas comunidades ribeirinhas que precisam ser atendidas, mas não é possível chegar de carro a esses lugares.
13. À Confederação Brasileira de Futebol (CBF), recomendando a criação de grupo de trabalho visando à regulamentação e supervisão das atividades relacionadas às escolinhas de futebol, notadamente quanto às irregularidades apontadas no Relatório.
14. À Organização Internacional do Trabalho – OIT, para providências quanto aos casos de trabalho infantil.
15. Às Secretarias de Educação dos Estados e Municípios com sugestão de que, nos livros didáticos, conste orientação quanto ao uso do Disque 100, informação sobre prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
16. Ao Poder Executivo Federal, com sugestões de destinação de verba orçamentária para o programa “Disque 100”, como um dos itens de prioridade no orçamento, independentemente de apresentação de emenda para esse fim no Congresso Nacional.

CD144292764773

12. PROPOSTAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS NO ÂMBITO DA CPI

Além disso, no âmbito da CPI, foram elaborados os seguintes Projetos de Lei, dando tratamento mais rigoroso àqueles que exploram a prostituição de jovens:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa - CPICRIAN)

Acrescenta o inciso V ao art. 13 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a requisição de dados cadastrais da *internet* pela Polícia Federal.

Art. 2º O art. 13 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 13.....

CD144292764773

.....

V – requisitar dados cadastrais de usuários da *internet*, nos crimes cuja investigação esteja a cargo da Polícia Federal."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto se justifica diante dos fatos apurados pela Comissão, que dizem respeito ao crescente número de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes realizados pela *internet.*

A falta de uma legislação adequada tem atrapalhado as investigações, a ação penal correspondente e a punição desses criminosos. Um dos aspectos trazidos perante esta Comissão, por representantes da Polícia Federal, é a demora na obtenção de dados cadastrais de usuários da *internet,* tendo em vista a impossibilidade de solicitação direta pela autoridade policial, que precisa recorrer ao Ministério Público e ao juiz.

De acordo com declarações prestadas nesta Comissão, o acesso a esses dados leva até cento e vinte dias, ou seja, quatro meses, o que atrapalha a investigação e prejudica a eficácia do inquérito policial.

O acesso aos dados não implica quebra de sigilo de informações protegido constitucionalmente nem se viola sigilo de correspondência. Trata-se simplesmente de identificar o usuário do sistema, a fim de que se possa definir a autoria do crime, sem a qual não existe processo.

CD144292764773

Sem a materialidade e a autoria, não há como impetrar ação penal nem como punir os criminosos que se utilizam da *internet*, para praticar crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Por essa razão, propomos a modificação do Código de Processo Penal, a fim de permitir a requisição desses dados cadastrais diretamente pela autoridade policial, o que não fere nenhum direito constitucional e torna mais célere a eficaz o inquérito policial.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa - CPICRIAN)

Acrescenta o § 5º ao art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei visa a tipificar o estupro de vulnerável independentemente do consentimento da vítima ou desta já ter mantido relações sexuais anteriores.

"Art. 2º. Fica acrescido o § 5º ao art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a seguinte redação:

"Art. 217-A.....

.....

CD144292764773

§ 5º O consentimento da vítima ou a ocorrência de relações sexuais anteriores não afasta o crime de estupro de vulnerável nem abranda a sua pena.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo da realização de seus trabalhos esta Comissão tem sido surpreendida com decisões judiciais que afastam o crime de estupro de vulnerável, sob a alegação de que a vítima consentiu, seduziu o agressor ou mesmo pelo argumento de se tratar de menor de catorze anos que já havia mantido relações sexuais anteriores com outros parceiros.

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem crescido assustadoramente em nosso País, apesar de todos os esforços das Casas do Congresso Nacional por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito e de mudanças na legislação.

A CPMI contra a exploração sexual de crianças e adolescentes realizada no Congresso Nacional em legislatura anterior detectou a fragilidade da legislação penal que tratava da presunção de violência, quando o crime sexual fosse praticado contra menor de catorze anos.

Isso ocorria pelo fato de ser a presunção analisada caso a caso, tratando-se essa presunção como *juris tantum*, e não como *juris et de jure*, o que levava alguns juízes a decidir a favor do agressor, alegando que houve consentimento ou que se tratava de vítima que já tinha experiência sexual anterior.

CD144292764773

Daí a necessidade de se alterar novamente a legislação, a fim de deixar claro que o estupro de vulnerável não admite análise do caso concreto, tratando-se de presunção absoluta em favor da vítima.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Dispõe sobre o funcionamento de boates e casas de espetáculo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei veda o funcionamento de boates e casas de espetáculo sem o alvará específico.

Art. 2º Fica vedado o funcionamento de boates e casas de espetáculo em locais com alvará apenas para bares, restaurantes e similares.

Art. 3º O funcionamento de boates e casas de espetáculos dependerá de alvará específico para esse fim.

Art. 4º O desrespeito ao disposto nesta Lei, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, acarreta o imediato fechamento do

CD144292764773

estabelecimento e a suspensão do direito de obter alvará para esse fim pelo período de cinco anos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPI tem apurado diversos casos de boates utilizadas com a finalidade de exploração sexual, sendo o estabelecimento uma fachada para a prática de crimes sexuais e até mesmo do tráfico de drogas.

Em alguns casos, mulheres são mantidas como escravas sexuais nesses estabelecimentos e, até, mesmo submetidas a cárcere privado, sobretudo em regiões mais distantes, mais afastadas dos grandes centros urbanos, em que a fiscalização se faz mais difícil.

Mais grave ainda, é o fato de que em alguns canteiros de obras públicas são abertas boates para exploração sexual com a conivência da empresa concessionária de serviço ou obra pública.

A CPI constatou também a triste e repugnante realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes em algumas dessas boates, o que torna ainda mais urgente uma tomada de medida rigorosa e eficaz por parte das autoridades para punir e prevenir adequadamente essa prática criminosa.

Diante disso apresentamos esta projeto, com o propósito de impedir que criminosos consigam alvará para funcionamento de bares e restaurantes, valendo-se, posteriormente, desse documento para abrir casas de prostituição disfarçadas de boates.

CD144292764773

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa - CPICRIAN)

Modifica o parágrafo único do art. 160 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prorrogação de prazo para elaboração de laudo pericial.

Art. 2º o parágrafo único do art. 160 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 160.....

Parágrafo único. O laudo pericial será elaborado no prazo de 10 (dez) dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o qual, na ausência de laudo, poderá o juiz julgar com base nos demais elementos dos autos."

CD144292764773

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto se justifica diante dos fatos apurados pela Comissão, que dizem respeito à demora excessiva na produção de laudos periciais, o que tem dificultado o julgamento de causas relacionadas com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

De acordo com notícias colhidas em depoimentos pela Comissão, em alguns locais, os laudos levam até dois anos para serem elaborados, obstando a celeridade da justiça em questões de tamanha gravidade, que necessitam de soluções efetivas e rápidas.

A legislação atual prevê prazo máximo para a confecção do laudo, porém permite prorrogação, sem estabelecer limite temporal nem apresentar solução para o caso de demora excessiva na elaboração do respectivo laudo.

Por essa razão, propomos a modificação do Código de Processo Penal, a fim de estabelecer prazo máximo para a prorrogação na elaboração do laudo, além de permitir ao juiz tomar decisões com base nas demais provas dos autos, no caso de descumprimento desses prazos pelo perito.

Assim, contribuiremos para a celeridade processual, tão importante para essas causas que envolvem delitos praticados contra crianças e adolescentes, mas que tem sido negligenciadas em diversas regiões do País.

CD144292764773

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa - CPICRIAN)

Dispõe sobre escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta as atividades das escolas destinadas ao treinamento esportivo de crianças e adolescentes.

Art. 2º As escolas de formação de atletas, em qualquer modalidade esportiva, destinadas ao treinamento esportivo de crianças e adolescentes, adotarão os procedimentos estabelecidos nesta Lei, sem prejuízo da aplicação de outros dispositivos legais de proteção à infância e à juventude.

Art. 3º As escolas a que se refere esta Lei serão cadastradas obrigatoriamente nos conselhos tutelares de sua jurisdição e nas federações esportivas referentes ao seu campo de atuação.

CD144292764773

Art. 4º Os pais ou responsáveis pelos jovens atletas deverão ser informados por escrito a respeito das condições a que se submeterão as crianças e adolescentes, durante o treinamento esportivo ministrado, devendo dar ciência dessa comunicação.

Art. 5º Os clubes desportivos que mantiverem ou contratarem com essas escolas ficarão responsáveis solidariamente pela fiscalização do treinamento ministrado às crianças e adolescentes e pelos crimes praticados contra esses atletas.

Art. 6º Nenhuma criança ou adolescente, na condição de atleta, será transferido para outro Estado sem a autorização do Ministério Público e do juiz da Vara da Infância e da Adolescência.

Art. 7º Em caso de maus tratos ou de abuso sexual cometidos contra criança ou adolescente sob a responsabilidade de escola de formação de atletas, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, as atividades da instituição serão imediatamente suspensas até o final da apuração do delito e da punição dos denunciados.

Parágrafo único. Havendo comprovação da co-autoria ou participação dos proprietários da escola ou dos dirigentes de clubes desportivos nesses crimes, a escola ou o clube desportivo terá suas atividades imediatamente canceladas e os denunciados ficarão proibidos, em caráter permanente, de participarem de outra instituição com finalidade idêntica ou assemelhada.

CD144292764773

Art. 8º As escolas e clubes desportivos que descumprirem o disposto nesta Lei terão seu alvará de funcionamento cassado, até a definitiva regularização.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposta é a proteção e crianças e adolescentes que ingressam em escolas de formação de atletas. Atualmente, não há fiscalização dessas atividades e os jovens acabam sendo vítimas de diversos crimes, como maus tratos e até mesmo abuso sexual.

Esta Comissão recebeu relatos de escolinhas de futebol que prometem sucesso e fama para jovens, mas que, na verdade, constituem apenas fachada para a exploração sexual de crianças e adolescentes, atraídas para uma armadilha com a isca do sonho e da ilusão.

Muitas dessas crianças e adolescentes são traficadas para outros Estados ou até mesmo para o exterior e a família não tem conhecimento da verdadeira situação vivida por elas.

Alguns jovens são obrigados a manter relações sexuais com os trinadores, sob a ameaça de não serem escalados para jogar, de não serem indicados para clubes de futebol, de ficarem isolados ou serem desligados do programa de treinamento.

CD144292764773

Em outros casos, as crianças e adolescentes vivem em completo abandono, sem alimentação adequada, sem assistência médica e as famílias ainda pagam por esse absurdo.

O modelo atual não contempla mecanismos de fiscalização pelos clubes, pelas federações esportivas nem pelos órgãos públicos responsáveis pela proteção da criança e do adolescente.

Há um verdadeiro descaso com relação a essa modalidade de exploração de crianças e adolescentes, que, a cada dia, tem feito um número maior de vítimas.

Por essas razões, apresentamos esta proposta, com a finalidade de por um fim a essas práticas criminosas e criar mecanismos de controle e fiscalização dessa escolas de formação de atletas destinadas a crianças e adolescentes.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa - CPICRIA)

Acresce o §4º ao art.5º da Lei nº 12.037, de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade a criação de um banco de DNA específico nos crimes contra a dignidade sexual contra crianças e adolescentes.

Art.2º Fica acrescido o §4º ao art. 5º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, com o seguinte teor:

Art. 5º.....

.....

§4º Nas hipóteses de crimes contra a dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes, será criado um banco de DNA específico, contendo as informações genéticas dos criminosos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CD144292764773

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPI tem-se deparado com casos graves de impunidade de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, em que os agentes acabam por escapar da justiça e continuam praticando seus crimes sem serem incomodados.

As estatísticas sobre a exploração sexual de jovens são vergonhosas e humilhantes para a nossa sociedade, sobretudo quando consideramos o descaso e a falta de interesse de autoridades que deveriam estar empenhadas no combate a esses crimes.

Pior ainda é constatar que, em muitos casos, há autoridades públicas envolvidas nessas redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, dificultando sobremaneira a apuração e punição.

Um dos grandes entraves para a punição desses criminosos é a burocracia nos meios de investigação e coleta de provas. A identificação do explorador sexual é complexa e de difícil realização, requerendo um aprimoramento cada vez maior, inclusive diante da criatividade criminosa utilizada pelos pedófilos para despistar a polícia.

Atenta a essa situação, esta CPI tem buscado mecanismos para tornar mais efetiva a ação policial na investigação desses crimes. Uma dessas contribuições é a criação de um banco de DNA, com as informações genéticas dos pedófilos, o que facilitará a identificação de pedófilos recorrentes.

CD144292764773

Esse banco de informações genéticas deve ser específico para o caso de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, a fim de tornar mais exequível a identificação e punição de pedófilos.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Dispõe sobre combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em contratos públicos de grandes obras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga empresas a adotarem plano de combate à exploração de crianças e adolescentes em contratos para realização de grandes obras.

Art. 2º 0 art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 27.....

.....

VI – plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no caso de contratos para realização de grandes obras."

CD144292764773

Art. 3º O art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIX:

"Art. 78.....

.....

XIX – descumprimento do plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no contrato para realização de grandes obras."

Art. 4º O art. 80 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 80.....

.....

V – impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de cinco anos, na hipótese do inciso XIX do art. 78 desta Lei."

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposição é impedir a exploração sexual de crianças e adolescentes em casos de concessão de serviço público para realização de grandes obras.

CD144292764773

O que se verifica hoje é o descaso das empresas, a falta de fiscalização com os casos de exploração sexual de menores, que ocorrem em canteiros de grandes obras, como, por exemplo, a construção de usinas hidrelétricas.

A CPI constatou inclusive a existência de boates e bares nos canteiros dessas obras, que funcionam sem alvará e exploram sexualmente mulheres em regime de escravidão, impedindo que elas deixem o local, com a utilização de capangas e de quartos trancados por fora,

Entre essas mulheres, várias adolescentes foram encontradas e, de um modo geral, as autoridades não tomam as providências cabíveis para debelar essa situação e punir os responsáveis.

Desse modo, a Comissão considerou oportuno modificar a legislação de contratos públicos, a fim de responsabilizar as empresas que assinam contrato com o poder público para a realização de grandes obras.

Em primeiro lugar, estabelecemos a obrigatoriedade de apresentação de um plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por ocasião da habilitação para participar do certame público.

Em seguida, passa-se a definir a punição para aqueles contratantes que descumprirem essa obrigação, prevendo-se a rescisão do contrato e o impedimento de contratar com o poder público pelo prazo de cinco anos.

CD144292764773

Assim, estaremos contribuindo para proteger os nossos jovens desse tipo de exploração, que se tem tornado uma praga em nosso País.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Prevê aumento de pena em crimes sexuais praticados contra vulnerável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê aumento de pena nos crimes sexuais praticados contra vulnerável por pessoas que tenham laços de parentesco com a vítima.

Art. 2º Os arts. 217-A a 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com os seguintes acréscimos.

“Estupro de vulnerável

Art. 217-A.....

.....

§ 5º A pena será aumentada de um sexto a um terço, quando o agente for parente na linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou pessoa que tenha a guarda ou vigilância da vítima.

CD144292764773

Corrupção de menores

Art. 218.....

§1º (Vetado)

§2º A pena será aumentada de um sexto a um terço, quando o agente for parente na linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou pessoa que tenha a guarda ou vigilância da vítima.

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente

Art. 218-A.....

.....

Parágrafo único. A pena será aumentada de um sexto a um terço, quando o agente for parente na linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou pessoa que tenha a guarda ou vigilância da vítima.

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável

Art. 218-B.....

.....

§4º A pena será aumentada de um sexto a um terço, quando o agente for parente na linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou pessoa que tenha a guarda ou vigilância da vítima.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CD144292764773

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão, durante suas investigações, constatou que muitos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por membros da própria família da vítima, como pais, avós, tios e irmãos.

Em outros casos, os familiares são responsáveis pela entrega do menor a terceiros para serem explorados sexualmente. Isso ocorre com bastante frequência e, muitas vezes, por se tratar de membros da família, a vítima sofre constrangimento em denunciar o crime, por medo ou mesmo em função do vínculo de afetividade que a liga ao agressor.

Desse modo, é necessário que a legislação contemple essas hipóteses com maior rigor, tendo em vista a maior exposição da vítima e a dificuldade na apuração desses crimes, inclusive na obtenção do testemunho da vítima, que, em muitas hipóteses, acaba por acobertar o agressor.

Propomos, assim, uma alteração no Código Penal, para endurecer a pena nesses casos em que pessoas que tem a obrigação legal de cuidado e proteção em relação ao menor, se utilizam dessa condição para praticarem crimes contra essas pessoas vulneráveis, que sequer têm condições de se defender.

Esse ato covarde e hediondo merece uma pena à altura, condizente com a monstruosidade do crime praticado contra o vulnerável, indefeso.

CD144292764773

Daí por que propomos que, nos crimes sexuais contra vulneráveis a pena seja aumentada de um sexto a um terço, quando o agente for parente na linha reta ou na colateral até o terceiro grau, ou pessoa que tenha a guarda ou vigilância da vítima.

Desse modo, a lei estará não apenas desestimulando a prática desses crimes hediondos, como também propiciando uma punição adequada e compatível com a gravidade do crime.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

Sugestão de

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2014

Acresce inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 109 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

"Art. 109.....

.....

XII – os crimes sexuais praticados contra vulnerável."

CD144292764773

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposta é afastar a impunidade nos crimes sexuais praticados contra vulnerável. Esta CPI constatou, em suas investigações, que muitos exploradores sexuais de crianças e adolescentes gozam de prestígio em suas regiões, por serem políticos, empresários, policiais, juízes, membros do Ministério Público ou parentes de autoridades.

Dessa forma, esses criminosos são blindados, os processos ficam engavetados até prescrever o crime ou os agentes são simplesmente absolvidos e ficam livres para continuarem praticando esses crimes.

Em outros casos, essas redes de exploração sexual de jovens exerce forte coação, com ameaças ou até mesmo com a execução de testemunhas, de delatores e de autoridades envolvidas na investigação e punição de tais crimes.

Isso acaba levando à impunidade e completa exposição das vítimas a esses criminosos, sem qualquer proteção efetiva por parte do Estado, que permanece inerte diante desses delitos monstruosos cometidos contra nossos jovens.

Daí a necessidade de federalização desses crimes, passando-se a competência para a justiça federal, o que funcionaria na prática como uma espécie de desaforamento, a fim de garantir a imparcialidade e

CD144292764773

desenvolvimento regular do processo.

Com essa modificação no texto constitucional, estaremos contribuindo para acabar com a impunidade nos crimes sexuais praticados contra vulneráveis.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidente

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Acresce o art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais para os profissionais que trabalham com crianças.

Art. 2º Fica acrescido o art. 73-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a seguinte redação:

"Art. 73-A. Os profissionais que trabalharem com criança deverão apresentar certidão negativa de antecedentes criminais no momento da contratação."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CD144292764773

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão, durante suas investigações, constatou que muitos casos de exploração sexual de menores são praticados por pessoas que trabalham no atendimento a crianças.

Os pedófilos procuram sempre estar em locais frequentados por crianças. Por isso, procuram exercer atividades profissionais que envolvem crianças, com o trabalho em creches, escolas maternais, hospitais infantis, como babás, apenas para citar alguns exemplos.

Nesses casos, o pedófilo se sente seguro para praticar seus crimes, já que goza da confiança que a profissão lhe proporciona, não levantando suspeitas sobre seu caráter e sua conduta.

Desse modo, é necessário que a legislação contemple essas hipóteses com maior rigor, tendo em vista a maior fragilidade da vítima e a dificuldade na apuração desses crimes, inclusive pelo medo que é imposto à criança pelo agressor que tem acesso livre a ela.

Propomos, assim, uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, para exigir dos profissionais que vão trabalhar com crianças a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais.

Desse modo, a lei estará prevenindo que pedófilos utilizem sua condição profissional para se aproximar de crianças com o objetivo de explorá-las sexualmente.

CD144292764773

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014

(Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa – CPICRIAN)

Combate a exploração sexual de menores de dezoito anos em postos de combustíveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva punir os postos de combustíveis em que for praticada a exploração sexual de menores de dezoito anos.

Art. 2º Os postos de combustíveis em que for comprovada a exploração sexual de menores de dezoito anos terá seu funcionamento suspenso, por até 30 (trinta) dias.

Art. 3º Em caso de reincidência, o posto terá o seu alvará de funcionamento cassado.

Art. 4º Os proprietários de postos de combustíveis cujo alvará de funcionamento for cassado ficarão proibidos de exercer essa atividade pelo prazo de cinco anos.

CD144292764773

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPI tem apurado diversos casos de postos de combustíveis utilizados com a finalidade de exploração sexual, sendo o estabelecimento uma fachada para a prática de crimes sexuais.

Isto acontece com frequência em postos de combustíveis situados à margem de rodovias, onde os caminhoneiros e outros costumam parar para abastece os tanques de seus veículos e aproveitam também para fazer sexo com crianças e adolescentes que são exploradas sexualmente nesses lugares.

A lei precisa ser rigorosa com esses empresários que se utilizam de determinadas atividades comerciais para praticarem crimes, aumentando seu lucro às custas da destruição de vidas.

Por essa razão, a Comissão decidiu apresentar Projeto de Lei prevendo punições nesses casos, que vão desde a suspensão da atividade por até trinta dias até o fechamento definitivo do estabelecimento.

A preservação da dignidade, da segurança e da vida de nossas crianças e adolescentes não pode ser apenas um princípio escrito na Constituição, mas deve tornar-se uma realidade ao alcance de todos e, para isso, o poder público deve agir com todo o rigor necessário, na forma da lei produzida por este Parlamento.

CD144292764773

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773

13. INDICIAMENTOS

Em face dos delitos apurados durante as investigações, a CPI decidiu pelos seguintes indiciamentos:

1. MANOEL ADAIL PINHEIRO – como incurso nas penas previstas nos arts. 217-A, 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Estupro de vulnerável**

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

CD144292764773

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

2. MARIA LÂNDIA RODRIGUES DOS SANTOS, 3. HAROLDO PORTELA DE AZEVEDO, 4. ELIAS NASCIMENTO DOS SANTOS E 5. ANSELMO NASCIMENTO SANTOS – Como incursos nas seguintes penas:

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

CD144292764773

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento

6. JOSÉ MARIA DE AGUIAR – como incurso nas penas previstas nos arts. 217-A, 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Estupro de vulnerável**

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

CD144292764773

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

CD144292764773

7. JAIME LEVI PAIVA – como incurso nas penas previstas nos arts. 217-A, 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Estupro de vulnerável**

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

CD144292764773

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

8. ADRIANO TEIXEIRA SALAN – como incurso nas penas previstas nos arts. 217-A, 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Estupro de vulnerável**

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

CD144292764773

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

9. FÁBIO MARTINS MARQUES – como incurso nas penas previstas nos arts. 217-A, 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Estupro de vulnerável**

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

CD144292764773

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

CD144292764773

10. ALTAIR NOGUEIRA - como incurso nas penas previstas nos arts. 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 240, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 240, 243, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas

CD144292764773

cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

CD144292764773

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

11. DAVI DE SOUZA - como incurso nas penas previstas nos arts. 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 240, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 240, 243, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

CD144292764773

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

CD144292764773

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

12. CLEITON HIGINO GOMES ROCHA - como incurso nas penas previstas nos arts. 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 240, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

CD144292764773

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 240, 243, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consangüíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

CD144292764773

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

13. MÁRCIO DE SOUZA - como incurso nas penas previstas nos arts. 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 240, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade

CD144292764773

ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 240, 243, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

CD144292764773

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

14. CARLOS JOSÉ VALADÃO XIMENES - como incurso nas penas previstas nos arts. 218-B e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e 240, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pelos seguintes crimes:

CD144292764773

- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

- Arts. 240, 243, 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

CD144292764773

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento.

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

CD144292764773

15. DANIEL MACIEL GOMES - como incurso nas penas previstas nos arts. 344 E 347 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pelos seguintes crimes:

- Coação no curso do processo

Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

- Fraude processual

Art. 347 - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

16. MARGARIDA CARVALHO ROCHA - como incurso nas penas previstas nos arts. 344 e 347 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pelos seguintes crimes:

- Coação no curso do processo

CD144292764773

Art. 344 - Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

- Fraude processual

Art. 347 - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

17. FERNANDO MARINHO DE MELO – Como incurso nas penas do Art. 231 A, do Código Penal.

Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-

CD144292764773

la. § 2º A pena é aumentada da metade se: I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

Todos os nomes seguintes, dos presos pela Operação Estocolmo da Polícia Federal, como incursos nas penas do Art. 244- A, como segue:

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no *caput* deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

18. ANÍLSON JAIME RODRIGUES;

19. FRANCISCO CARLOS FERRAZ FEITOSA;

20.JANAÍNA TOMAZ RIBEIRO;

21. JIAN MARCOS DALBERTO;

22. LUCIANA CANOE SILVA;

23.OSCAR CRUZ HAGGE;

24.PABLO THIAGO GOMES DE CARVALHO;

CD144292764773

25. PAULO SÉRGIO MONTENEGRO VIEITAS;

26. VITÓRIO NYENHUIS;

27. WALCIMAR DE SOUZA OLIVEIRA;

28. WALDERY AREOSA FERREIRA;

29. WALDERY AREOSA FERREIRA JÚNIOR;

30. FAUSTO DE SOUZA NETO;

31. ALDAMOR RODRIGUES DE ALBUQUERQUE;

32. JOSE ROBERTO AFFONSO;

33. RAIMUNDO SALES DE QUEIROZ PEDROSA;

34. ASCLEPÍADES COSTA DE SOUZA;

35. CASEMIRO PEIXOTO VIEIRA;

36. WILKENS MOACIR MACIEL FERNANDES.

37. NILSON NELSON MACHADO (conhecido como Duduco), ex-Deputado Estadual de Santa Catarina, como incurso nas penas seguintes:

Estupro de vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

CD144292764773

As seguintes pessoas, embora houvesse requerimento de convocação para oitiva, não chegaram a ser ouvido pela Comissão, em função do encerramento de seu prazo de funcionamento. Desse modo encaminhamos os referidos nomes ao Ministério Público para as devidas investigações.

- ADILSON GARCIA DA SILVA - Estado do Amazonas - Requerimento nº 169

- ADMILSON GARCIA DA SILVA - Estado do Amazonas - Requerimento nº 169

- CARLOS ALBERTO FERREIRA DE CASTILHO - Estado do Rio de Janeiro - Requerimento nº 156

- CLACI DE FÁTIMA MORAIS SILVA – Estado do Rio Grande do Sul – Requerimento nº 147

- DANIEL GERALDO LOPES - Estado do Amazonas - Requerimento nº 169

- JOSÉ LAURO ROCHA DA SILVA - Estado do Amazonas - Requerimento nº 169

- JUSCELINO DE SOUZA MOTTA - Estado do Amazonas - Requerimento nº 169

- JUSSARA DA SILVA SANTANA - Estado da Paraíba - Requerimento nº 164

- LEÍLSON ROCHA DA SILVA - Estado do Rio de Janeiro - Requerimento nº 131

- MARCOS PEREIRA DA SILVA - Estado do Rio de Janeiro - Requerimento nº 121

- NERINALVA NAJANE GOMES DA SILVA - Estado da Paraíba - Requerimento nº 127

CD144292764773

- OSGLÉBIO FERNANDES DA GAMA, VULGO “CANARANA” - Estado do Amazonas - Requerimento nº 172

- MUNIR SADEQ RAMUNIEH - Estado do Mato Grosso do Sul - Requerimento nº 82

- WILSON CRUZ DAS NEVES - Estado do Acre - Requerimento nº 149

CD144292764773

14. CONCLUSÃO

A Comissão realizou várias diligências e os seus membros percorreram o País, em vários Estados, a fim de proceder a um diagnóstico que retrate a verdadeira situação da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Após as investigações, a CPI chegou às seguintes conclusões:

1. A exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre em todo o território nacional e em todas as classes sociais. Existem quadrilhas especializadas, que atuam junto a hotéis, boates, motéis, taxistas, doleiros e agências de turismo, captando, treinando e escravizando sexualmente crianças e adolescentes.

2. Muitas dessas crianças e adolescentes exploradas sexualmente encontram-se em situação de rua o que as torna mais vulneráveis ao ataque desses criminosos.

3. Não há uma idade mínima para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Crianças de até cinco anos são vítimas dessa violência. A exploração sexual atinge meninas e meninos, homossexuais, travestis e lésbicas.

4. A miséria, o desemprego, a desestruturação familiar, a violência doméstica encontram-se entre as causas da exposição dessas crianças e adolescentes à exploração sexual.

CD144292764773

5. Os exploradores variam desde quadrilhas especializadas nesse tipo de crime até pais ou responsáveis, policiais, políticos, magistrados, agências de turismo, agências de modelos e traficantes de drogas.

6. Os usuários, nas grandes cidades, são, em geral, homens casados, na faixa etária acima dos trinta e cinco anos. Há de se destacar ainda a clientela dos garimpos e dos turistas estrangeiros, registrando-se a realização de eventos como a Copa no aumento dessa exploração e de grandes obras como a de Belo Monte, situações estas que potencializam o aliciamento sexual de jovens.

7. A ausência de políticas básicas de habitação, geração de empregos, educação, saúde e segurança também contribui para a existência dessa prática desumana de exploração.

8. Os pais, muitas vezes, são desinformados quantos aos processos de aliciamento, tornando-se necessário a realização de campanhas informativas.

9. A exploração sexual de crianças e adolescentes geralmente é tolerada e até mesmo praticada por diversas autoridades. A conivência de policiais corruptos é frequentemente identificada nos pontos de exploração sexual de jovens. O uso de crack também foi apontado como um dos principais incentivadores dessa situação de exploração.

10. O turismo sexual também é marcante nesse fenômeno, havendo pacotes turísticos oferecidos com a participação de crianças e adolescentes como objetos sexuais.

CD144292764773

11. Há, também, o tráfico de crianças sob o disfarce de adoções internacionais. Essas quadrilhas são constituídas de advogados, juízes, promotores, serventuários da justiça, assistentes sociais, membros dos conselhos tutelares, além de outros intermediários.

Um dos grandes problemas detectados pela CPI no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes é a impunidade e o desinteresse por parte de autoridades. Para citar um caso concreto, o Jornal O Dia de 20/05/2014 traz uma reportagem dando ciência de que, no Rio de Janeiro, “uma menina de 8 anos, que teria sido vítima de abuso sexual pelo próprio pai, precisou esperar cinco horas para relatar a ocorrência na delegacia. Mesmo acompanhada por conselheiros tutelares, ela acabou obrigada a acompanhar o registro de outros flagrantes de violência.” Esse tipo de descaso é inadmissível e viola as normas constitucionais e legais de proteção à infância e à juventude.

Faltam delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e, em geral, as delegacias existentes para atender aos jovens tem uma preocupação primordial com o infrator, deixando de lado a vítima.

Redes de exploração sexual de menores funcionam em várias regiões do País, envolvendo diversos setores, como rede hoteleira, taxistas, empresas de turismo, hotéis, motéis, boates, bares e assimilados, sem que esses criminosos sejam incomodados pelas autoridades.

Mais grave ainda é o envolvimentos de autoridades, como policiais, políticos, juízes, entre outros com essas quadrilhas especializadas, como

CD144292764773

clientes ou até mesmo participando diretamente do aliciamento de jovens para a exploração sexual.

A sociedade, por sua vez, também faz vistas grossas, em muitos casos, e considera normal esse tipo de exploração sexual de menores, como se fosse uma questão meramente cultural.

O sistema judiciário também tem sua parcela de culpa, na medida em que os juízes interpretam de forma branda a legislação em alguns casos envolvendo estupro de vulnerável e exploração sexual de adolescentes, considerando que não há crime porque houve consentimento por parte do menor explorado ou porque esse menor já estava envolvido em relacionamentos sexuais anteriores.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma mancha vergonhosa na história de nosso País e não pode mais ser tolerada nem passar impune. Esta CPI espera ter dado uma contribuição efetiva para a prevenção, o combate e a punição desses crimes monstruosos contra nossa juventude.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
Presidenta

Deputada LILIAM SÁ
Relatora

CD144292764773